



A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL



A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

Título

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

Coordenação

Fernando de Sousa

Isménia de Lima Martins

Conceição Meireles Pereira

Co-edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento

CEPESE

Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 Porto

Telef.: 22 609 53 47

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

Telef.: 22 507 42 20

Fax: 22 507 42 29

E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

www.edicoesafrontamento.pt

Capa: Maria Adão

N.º edição: 1117

Colecção: Diversos / 19

Tiragem 500 exemplares

Depósito legal n.º 266660/07

ISBN Edições Afrontamento 978-972-36-0929-5

ISBN CEPESE 978-972-9970-8-1

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Impresso em Outubro de 2007

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

COORDENADORES:

Fernando de Sousa
Ismênia de Lima Martins
Conceição Meireles Pereira

INTRODUÇÃO

A emigração portuguesa para o Brasil na época contemporânea, mais concretamente nos séculos XIX e XX, embora objecto de numerosos trabalhos científicos, constitui um tema em aberto, a obrigar ainda, por vários anos, a uma longa pesquisa que, para ser coroada de êxito, necessita de ser levada a efeito por uma vasta equipa de investigadores, de forma a obterem-se resultados que ultrapassem os meros contributos parciais até agora alcançados e o carácter impressionista de alguns estudos que, embora meritórios, a partir de universos reduzidos procuram extrapolar os resultados a que chegaram para toda a emigração portuguesa.

Face ao conhecimento directo que temos das fontes históricas ligadas à emigração, quer em Portugal, quer no Brasil, o Projecto do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, designado por *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, avaliado, aprovado e apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, pretende dar um contributo indispensável e, em boa parte, definitivo para o conhecimento:

- do volume dos efectivos migratórios dos portugueses para o Brasil;
- da origem geográfica e socioeconómica dos emigrantes portugueses;
- dos ritmos migratórios compreendidos à luz da evolução económica dos dois países;
- do volume e formas do retorno dos emigrantes;
- das políticas de emigração e imigração adoptadas, respectivamente, por Portugal e pelo Brasil, no séculos XIX e XX;
- do impacto sócio-demográfico, económico, cultural e político da emigração portuguesa para o Brasil.

Por um lado, trata-se de fazer avançar a fronteira do conhecimento científico desta realidade estrutural que tem muito a ver com a história recente do Brasil e de Portugal; por outro lado, de dar uma resposta adequada às centenas de milhar de portugueses e brasileiros que, ao presente, por razões de natureza política, social e cultural, se preocupam com as suas raízes, as suas origens familiares.

Para tal, pretende-se criar um portal na Internet com uma base de dados dos emigrantes portugueses para o Brasil, registados, a partir de 1835, nos livros de passaportes dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Bragança e Viseu (os distritos para os quais dispomos de equipas de inventariação dos livros de registo de passaportes), e complementados com outras

fontes brasileiras – nomeadamente com a base de dados existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e que se encontra a ser objecto de reconversão – e portuguesas, da qual conste a identificação dos requerentes dos passaportes, isto é, o nome, naturalidade, estado civil, profissão, destino (no Brasil, quando possível), idade, sexo, alfabetização e, ainda, os seus acompanhantes.

O presente Projecto tem assim, por objectivo principal, a criação de um portal, autónomo ou acolhido no portal do CEPESE (www.cepese.pt), onde se disponibilize uma base de dados relativa aos emigrantes que, do Norte de Portugal, saíram para o Brasil nos séculos XIX e XX, e que constitua o primeiro passo para se dispor, de modo permanente, de uma fonte de informação, com carácter exaustivo, relativa à emigração portuguesa para o Brasil na Época Contemporânea, fenómeno que está no cerne da herança cultural comum das duas nações.

Para além disso, pretendemos ainda alcançar outros propósitos:

- produzir estudos baseados na recolha destas fontes históricas;
- articular e aprofundar a cooperação entre os investigadores portugueses e brasileiros preocupados com esta temática, através da realização de seminários anuais e trabalhos conjuntos;
- proceder a uma revisão crítica das fontes, bibliografia, legislação e problemática que lhe diz respeito, para, deste modo, conhecermos melhor a herança cultural comum dos dois países e o contributo que os portugueses deram para a formação do Brasil Contemporâneo;
- aprofundar as relações científicas e culturais entre Portugal e o Brasil e reforçar o diálogo científico do CEPESE com universidades e instituições brasileiras ligadas à investigação científica, designadamente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense, a FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo, a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Cátedra Jaime Cortesão e outras, e, deste modo, aprofundar a internacionalização do CEPESE no mundo de língua portuguesa;
- contribuir para a iniciação, formação e qualificação de jovens investigadores no domínio das ciências sociais e humanas, quer através da equipa de investigação já constituída, quer através de mestrados e doutoramentos, sempre que possível;
- construir um instrumento de consulta indispensável, que permitirá aos investigadores desenvolver pesquisas de mais variada natureza e às pessoas em geral, conhecer e recolher testemunhos sobre os seus antepassados que emigraram para o Brasil, num processo de recuperação de identidade e memória que se tem desenvolvido, aliás, nos últimos tempos, no Mundo Ocidental – no Norte de Portugal, praticamente não existem famílias em que alguns dos seus antepassados não tenham saído para o Brasil;

- renovar a problemática histórica, sociológica, económica e cultural da emigração portuguesa para o Brasil, nos dois lados do Atlântico, assim como analisar o impacto do retorno desses emigrantes, à luz dos resultados obtidos, a partir de fontes históricas que, até ao momento, nunca foram objecto de levantamentos sistemáticos e globais.

O presente Projecto tem por âmbito, nesta primeira fase, a recolha de informação relativa aos emigrantes que saíram do Norte de Portugal para o Brasil, nos séculos XIX e XX, uma vez que o fenómeno de emigração para o Brasil, no período referido, diz respeito, como todos sabem, fundamentalmente ao Norte de Portugal.

Em ordem a concretizarmos tal objectivo, convidámos os investigadores do CEPESE a participarem neste Projecto, para efectuarmos o levantamento dos livros de registo de passaportes. Ao presente, trabalham no mesmo 25 investigadores; e foram levantados já 171 442 passaportes.

Gostaríamos, também, de informar que o CEPESE estabeleceu um protocolo de cooperação em 2005, com a FAPERJ – o primeiro que esta Fundação estabeleceu com uma instituição estrangeira não governamental –, destinado a apoiar o levantamento das fontes brasileiras relativas à emigração portuguesa e as actividades científicas que vierem a ser desenvolvidas.

Realizámos, no Rio de Janeiro, em Novembro de 2005, um Seminário sobre o tema, com coordenação nossa e da prof. doutora Isménia Martins, no qual, além dos portugueses, participaram mais de 20 investigadores brasileiros das mais diversas universidades; cujas actas já foram publicadas sob o título de *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*.

Agora, em Julho de 2006, realizámos o II Seminário com o título *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, encontrando-se já o CEPESE a preparar o III Seminário sobre este tema, que irá ter lugar em Setembro de 2007, em São Paulo e Santos.

Uma última palavra para mencionar que, no âmbito deste projecto, estão neste momento a ser elaboradas, por investigadores do CEPESE, duas teses de doutoramento (Dr. Diogo Ferreira e Dr. Ricardo Rocha) e duas dissertações de mestrado (Dr. Paulo Amorim e Dra. Sílvia Braga).

Resta-nos agradecer a todas as instituições que têm acompanhado este Projecto do CEPESE e que possibilitaram a realização deste Seminário: a FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Lusíada do Porto e o Governo Civil do Porto, entidades que têm apoiado este Projecto em regime de protocolo com o CEPESE. Para a realização deste evento, tivemos os patrocínios da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia; do Programa FACC – Fundo de Apoio à Comunidade Científica; do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010; do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; da Universidade do Porto; do GRICES – Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior; da Câmara Municipal do Porto; da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; da Fundação Calouste Gul-

benkian; da Carnady – Comércio Internacional, Lda.; do ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração; do Banco Espírito Santo; da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões; da Fundação Eng. António de Almeida; da Câmara Municipal de Guimarães; da Câmara Municipal de Matosinhos e do Arquivo Distrital do Porto. Tivemos ainda os apoios dos Hotéis Fénix; do *Jornal de Notícias*; das Edições Asa e da Vieira de Castro.

**Equipa de Investigação do Projecto
A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil**

COORDENADORES – Prof. Doutor Fernando de Sousa e Prof. Doutora Conceição Meireles Pereira

DISTRITO DE AVEIRO – Dra. Teresa Soares e Dr. Marco de Almeida

DISTRITO DE BRAGA – Dra. Cármen Morais Sarmento

DISTRITO DE BRAGANÇA – Dra. Ana Afonso e Dra. Eugénia Ferreira

DISTRITO DO PORTO – Dra. Maria João Cerqueira; Dra. Maria José Ferraria; Dra. Teresa Cirne; Dr. Idorindo Rocha; Dr. Joaquim Loureiro dos Santos; Dr. Diogo Ferreira; Dr. Nuno Cardoso; Dr. Paulo Amorim; Dr. Paulo Lima; Dr. Ricardo Rocha e Dra. Sílvia Braga

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO – Dra. Patrícia Faria e Dra. Maria Magali Candeias

DISTRITO DE VILA REAL – Dr. Silva Gonçalves; Dra. Fernanda da Silva e Dr. Ângelo Matos

DISTRITO DE VISEU – Prof. Doutora Paula Santos e Dra. Jenifer Ferreira

Fernando de Sousa
(Presidente do CEPSE)

FOREWORD

Portuguese emigration to Brazil in the contemporary age, specifically in the 19th and 20th centuries, though have been the object of numerous scientific studies, is still an open issue, compelling, for several years, a wide research which, in order to obtain success, must be carried out by a great research team, aiming at results that surpass mere partial contributions achieved till the moment – praiseworthy they may be, from reduced universes they try to extend their conclusions for the whole phenomenon of Portuguese emigration.

Considering our direct knowledge on the historical sources concerning the emigration, both in Portugal and Brazil, the project developed by CEPESE – Centre of Studies on Population, Economy and Society, named *The Emigration from North Portugal to Brazil*, evaluated, approved and supported by FCT – Foundation for the Science and Technology, of the Ministry of Science, Technology and Superior Teaching of Portugal, intends to give a vital, and in a great part, definitive contribution to the knowledge:

- of the amounts of Portuguese migratory contingents to Brazil;
- of the geographical and social-demographic origins of Portuguese emigrants;
- of the migratory rhythms enlightened by the economical evolution of both countries;
- of the amounts and ways of the emigrants' coming back;
- of the emigration and immigration policies adopted in Portugal and Brazil, in the 19th and 20th centuries;
- of the social-demographic, economical, cultural and political impact of the Portuguese emigration to Brazil.

On the one hand, we intend to push further the scientific knowledge frontier upon this structural subject that is deeply connected to the recent history of Brazil and Portugal; on the other hand, to give an accurate answer to the hundreds of thousands of Portuguese and Brazilians who, at the moment, due to political, social and cultural reasons, are concerned about their roots and family origins.

In this way, is intended to create a data basis website with the Portuguese emigrants to Brazil, registered from 1835 onwards in the passports' book from the districts of Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Bragança and Viseu (districts where we held inventorying teams), and complemented with other Brazilian sources – namely the data basis belonging to Rio de Janeiro National Archive which is know in a matching process – as well as Portuguese

ones, in which one can find the passport petitioner identification: name, birth-place, civil status, profession, destination (within Brazil, when possible), age, sex, teaching degree, and also their journey companions.

This Project aims at a main goal which is the construction of a website, autonomous or within the CEPESE website (www.cepese.pt), which could provide a data basis reporting the emigrants left from North Portugal to Brazil in the 19th and 20th centuries, considered as a permanent and truly complete source concerning the Portuguese emigration to Brazil in the contemporary age, phenomenon that is in the core of the cultural heritage of both nations.

Beside these aspects, we also aspire to reach other purposes:

- to produce studies supported on these historical sources;
- to deepen the cooperation between Portuguese and Brazilian researchers devoted to this theme through the organization of annual seminars and joined research.
- to carry out a critical review of historical sources, bibliography and legislation connected to this issues, in order to achieve a wider understanding of the cultural heritage of both countries and the Portuguese contribution to the contemporary Brazil building;
- to deepen the scientific and cultural bond between Portugal and Brazil and to strengthen the scientific relationship between CEPESE and Brazilian universities and institutions, namely the Universidade Federal of Rio de Janeiro, the Universidade Federal Fluminense, the FAPERJ – State of Rio de Janeiro Foundation for Research – the Rio de Janeiro National Library, the University of São Paulo, the FAPESP – State of São Paulo Foundation for Research – the Jaime Cortesão Cathedra and several others in order to deepen the CEPESE internationalization in the Portuguese language world;
- to contribute to the development of research skills for beginner researchers in the field of human and social sciences, by means of integration in research teams or advanced academic studies, whenever it's possible;
- to build an indispensable consultation tool which allow the researchers to develop their different kind of researches, as well as people in general to collect information about their ancestors who had migrated to Brazil, in a process of identity and memory recovery which has become common, in the last times, in the Western World – in the North of Portugal, practically there are no families in which some of their ancestors had not left to Brazil;
- to revive the studies on Portuguese emigration to Brazil, under its different aspects – historical, anthropological, economical and sociological – in both sides of the Atlantic, as well as analyse these emigrants coming-back impact, by the light of this research outcomes supported by historical sources which, till the moment, have never been submitted to global and systematic researches.

This Project, in its first stage, aims at gathering information about the emigrants who left from the North of Portugal to Brazil, in the 19th and 20th centuries, seeing that the emigration phenomenon to Brazil, in that time, mainly concerns the Northern region of Portugal.

In order to achieve that goal, we had invited CEPESE researchers to join this Project, carrying out the complete survey on the registration passport books. At the present time, 23 researchers are working in this project and have already been collected 171 442 passports.

We also like to report that that the CEPESE has established, in 2005, a cooperation protocol with the FAPERJ – the first one that his Foundation has established with a non governmental foreign institution – in order to support collecting Brazilian sources connected to Portuguese migration and promoting scientific activities.

In November 2005, we organized a Seminary in Rio de Janeiro on this subject under the co-ordination of Professor Isménia Martins and ourselves', in which participated, besides the Portuguese team, more than 20 Brazilian researchers from several universities, whose papers have already been published under the title *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*.

In July 2006, took place the II Seminary – *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil* – and the CEPESE is already organizing the III Seminary on this subject, which will take place in September 2007, in São Paulo and Santos.

In the scope of this project, two members of CEPESE are developing their doctorate thesis (Diogo Ferreira e Ricardo Rocha) and two others their master thesis (Paulo Amorim and Sílvia Braga).

Lastly, we want to express our thanks to all institutions that have followed this Project and helped to accomplish this Seminary: FAPERJ, Universidade Lusíada of Porto and Civil Government of Porto, official personages that have supported this Project under protocol established with CEPESE. This event also had the support of FCT – Foundation for the Science and Technology; FACC Programme – Scientific Community Support Fund; Operational Programme Science and Innovation 2010; Regional Development European Fund; University of Porto; GRICES – Science and Superior Teaching International Relations Cabinet; Town Hall of Porto; Town Hall of Vila Nova de Gaia; Calouste Gulbenkian Foundation; Carnady – International Trade; ISLA – Superior Institute of Languages and Administration; Espírito Santo Bank; APDL – Douro and Leixões Harbours' Administration; Eng.º António de Almeida Foundation; Town Hall of Guimarães; Town Hall of Matosinhos and Porto District Archive. We've also got support from Hóteis Fénix; *Jornal de Notícias*, Edições ASA and Vieira de Castro.

**Research Team of the Project
Emigration from North Portugal to Brazil**

CO-ORDINATORS – Fernando de Sousa (Ph.D) and Conceição Meireles Pereira (Ph.D).

DISTRICT OF AVEIRO – Teresa Soares (M.A.) and Marco de Almeida (Graduate)

DISTRICT OF BRAGA – Cármen Morais Sarmiento (M.A.)

DISTRICT OF BRAGANÇA – Ana Afonso (M.A) and Eugénia Ferreira (Graduate)

DISTRICT OF PORTO – Maria João Cerqueira (M.A.); Maria José Ferraria (M.A.); Teresa Cirne (M.A.); Idorindo Rocha (M.A.); Joaquim Loureiro dos santos (M.A.); Diogo Ferreira (Graduate); Nuno Cardoso (Graduate); Paulo Amorim (Graduate); Paulo Lima (Graduate); Ricardo Rocha (Graduate) and Sílvia Braga (Graduate).

DISTRICT OF VIANA DO CASTELO – Patrícia Faria (Graduate) e Maria Magali Candeias (Graduate).

DISTRICT OF VILA REAL – Silva Gonçalves (M.A.); Fernanda da Silva (Graduate); Ângelo Matos (Graduate).

DISTRICT OF VISEU – Paula santos (Ph.D) and Jenifer Ferreira (Graduate).

Fernando de Sousa
(Director of CEPSE)

A EXPANSÃO EUROPEIA OITOCENTISTA: EMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

José Jobson de Andrade Arruda

1. DELIMITAÇÃO TEMÁTICA

Colonização e emigração, expressões carregadas de alta densidade histórica, representam dois fenômenos essenciais à compreensão do processo histórico vivenciado pela humanidade no século XIX. Geralmente, analisadas de forma estanque¹, constituem, efetivamente, duas faces de um mesmo movimento que tem suas raízes profundamente fincadas no terreno fértil da industrialização dos países europeus, absolutamente coincidentes em sua fase temporal de mais alta intensidade, apesar de díspares em relação ao palco de sua atuação espacial. No fundo, todos os motivos elencados pelos historiadores e demógrafos no afã de explicar os dois movimentos têm um substrato comum, em sua dimensão econômica (a expansão industrial e a concentração do capital); em sua perspectiva social (o crescimento demográfico e a marginalização social); em sua esfera política (o elã nacionalista e a insurgência revolucionária); no plano ideológico (embate entre as correntes do liberalismo, tradicionalismo e socialismo); e, até mesmo, no nível científico e cultural (teóricas racistas e atração do ignoto).

Apesar de inserida num mesmo movimento de expansão europeia que se iniciara no século XV, o fenômeno expressa, no século XIX, diferenças qualitativas em relação ao período precedente. Até as primeiras décadas do século XIX a colonização tem evidente primazia em relação à emigração. Os deslocamentos populacionais realizados pelos países europeus desenvolviam-se à custa de enormes sacrifícios em termos de recursos humanos, num período em que os índices de natalidade superavam exiguamente os de mortalidade, permanentemente submetido ao espectro das crises periódicas de fome, fruto dos ciclos climáticos que assolavam as economias do “antigo tipo”² e desencadeavam as pestes endêmicas. Pequenos países, escassamente povoados e com vastos territórios a povoar, a exemplo de Portugal, corriam o risco, freqüentemente apontado pelos contemporâneos, de despovoar-se em favor de seus territórios ultramarinos.

Territórios ultramarinos. Esta é a expressão chave. O esgotamento populacional do reino justifica-se plenamente na medida em que os espaços a serem ocupados eram considerados “território do vazio”³, legitimados pelo direito de conquista e pelo fato de considerarem-se as populações autóctones cultural-

mente inferiores, assemelhadas aos recursos disponibilizados pela natureza, passíveis, portanto, de idêntica exploração: florestas, animais, especiarias, homens, diferenciavam-se apenas enquanto objetos animados e inanimados no afã espoliativo que orientou as colonizações da época moderna. Quando alguns destes recursos estratégicos escassearam ou, por algum motivo, tiveram que ser amplificados rapidamente, recorreu-se a massivas transmigrações continentais, caso emblemático do tráfico de escravos em direção à América.

O essencial a reter é que as terras do Novo Mundo, ou do continente africano, assumidas como extensões transoceânicas do continente europeu, de onde provinham os colonizadores, eram consideradas espaços nacionais. Portanto, a transferência de amplos contingentes populacionais não representava perdas em termos de recursos humanos, até mesmo porque a grande maioria dos emigrantes não tinha a intenção inicial de instalar-se definitivamente no mundo selvagem, assumindo a aventura como experiência passageira que findaria no almejado enriquecimento e o conseqüente retorno à metrópole. Assumidas como paraísos terreaux, imaginário produzido na Europa fini-medieval, as colônias eram tidas como complementos naturais das nações colonizadas, onde a identidade dos povos europeus se firmava pela contra-prova do “outro”, na qual a diversidade cultural européia, frente à unicidade cultural dos povos ameríndios, facultou a conquista, a catequese e a posterior colonização⁴, concepção ideologicamente firmada pela idéia de superioridade civilizacional que se traduz em rótulos cravados nos territórios conquistados, chamando-se eufemisticamente o Brasil Colônia por América Portuguesa, quando todos estão a ver que se trata de uma colônia de exploração, gradualmente transformada em colônia de povoamento, mais pela ironia da história, do que pela vontade intencional de seus feitores. Sob a aparência de uma América Portuguesa, subjaz a essência inquestionável da condição colonial.

Os Impérios coloniais constituídos na modernidade são o fruto da expansão comercial e marítima, que resulta da crise de crescimento inserida na transição da sociedade feudal à capitalista. Enquadra-se, portanto, nos regramentos da economia então em formação, a chamada fase da acumulação mercantil que sobreleva o papel da circulação de mercadorias em detrimento da produção, que explica o realce adquirido pela política mercantilista ao privilegiar o regime de exclusivo colonial. Outra é a natureza dos movimentos populacionais do século XIX, sobretudo considerados a partir dos anos 1870, momento em que o capitalismo alcança sua maturidade ao celebrar a supremacia financeira em relação a todas as demais formas de acumulação, instaurando a fase que os intérpretes clássicos cognominaram por imperialismo⁵.

Na primeira fase do antigo sistema colonial, a reexportação de produtos exóticos, típicos do mundo tropical, tornou-se a mola mestra das economias mercantilistas, especialmente o açúcar que, ao lado da exploração de metais preciosos, determinou o ritmo da acumulação mundial. Na última fase, a partir da segunda metade do século XVIII, especialmente no Império português, ensaia-se uma experiência inovadora: uma colônia diversificada, fornecedora

de matérias-primas e alimentos, consumidora de produtos manufaturados, sustenta a instalação de fábricas na metrópole, tecendo um novo quadro de relações que antecipa, de certo modo, a tônica que viria a ser dominante nas relações entre colonizadores e colonizados na segunda metade do século XIX⁶.

2. BASES MATERIAIS DA EXPANSÃO OITOCENTISTA EUROPÉIA

Outra é a natureza dos movimentos populacionais que se desdobrarão em colonização e emigração no século XIX, sobretudo a partir dos anos 1870, momento no qual o capitalismo alcança sua plena maturidade. Ao capitalismo comercial, havia sucedido o industrial. Às barreiras criadas pelo mercantilismo impôs-se o livre-cambismo, que correspondia ao chamado capitalismo concorrencial, momento consagrador da hegemonia absoluta da Inglaterra por ser a única potência industrializada no planeta que, portanto, ao propugnar pelo livre-cambismo, almejava, em verdade, a abertura de todos os mercados mundiais para seus produtos industrializados.

Entre 1780 e 1830, fábricas, máquinas, invenções, inovações eram quase que exclusividade da Inglaterra. Daí a defesa do livre-cambismo que se traduzia em verdadeiro imperialismo do comércio livre⁷. Dos anos 1840 em diante o monopólio inglês começava a ser rompido. Beneficiada por meio século de hegemonia absoluta nos domínios da indústria, a Inglaterra viu-se impossibilitada de preservar este monopólio pela incapacidade de conter suas próprias contradições internas, isto é, a necessidade do setor de bens de produção em exportar suas máquinas, dada a inelasticidade do mercado interno, procedimento esse que resultaria, necessariamente, na instalação de fábricas em países que passariam a concorrer com a produção inglesa de bens de consumo, especialmente têxteis.

A política governamental que impedia a exportação de máquinas ruiu. Incapaz de conter a evasão de seus progressos tecnológicos, ciosamente preservados por décadas, trataram os empresários ingleses de assumir, eles próprios, a condução do processo de exportação de máquinas. Isto explica, de certa forma, por que foi a Bélgica o primeiro país a industrializar-se, na Europa, depois da Inglaterra, pela ação de capitalistas ingleses que cravaram na Europa sua ponta de lança industrial, inaugurando a fase que ficou conhecida como a dos *late comers*, isto é, a dos países de industrialização tardia⁸. Afluxo de capitais ingleses, ricas jazidas de ferro e carvão, proximidade do mercado europeu agilizaram o arranque industrial da Bélgica que, rapidamente, se enfileirou entre os países ditos industrializados⁹.

O mesmo não se pode dizer da França. A experiência francesa nos domínios da indústria era muito anterior à da Bélgica. Em termos de ritmo de crescimento econômico, de parque industrial manufatureiro, a França estava até mesmo na dianteira da Inglaterra, ao findar o século XVIII. Os acontecimentos relacionados com as guerras da Revolução Francesa e do Império, contudo, tra-

varam a industrialização do país. De um lado, as transformações na estrutura agrária realizadas pela Revolução Francesa, bloquearam a expansão do mercado interno, promovendo a consolidação da pequena propriedade fundiária preservando o antigo modo artesanal de produção que travou a divisão social do trabalho e pôs a burguesia francesa na dependência do campesinato¹⁰. Por outro lado, o Bloqueio Continental, decretado por Napoleão contra a Inglaterra, em 1806, tornou-se uma arma contra a própria França. Senhora dos mares, a Inglaterra respondeu com o contrabloqueio marítimo da França, impedindo que a matéria-prima estratégica, que alimentava a crescente indústria têxtil, o algodão, chegasse às fábricas francesas, que haviam sido deslocadas do litoral em direção à região renana para melhor atingir o mercado continental. O golpe de morte assestado pelos ingleses veio com a ocupação de Portugal depois da fuga da família real para o Brasil, pois a grande fornecedora de matéria-prima para a indústria francesa era a colônia brasileira¹¹.

Nos anos 1840, portanto, a França não está iniciando, mas, sim, retomando um processo de industrialização bruscamente interrompido. Difícil é falar-se em arranque industrial no país que, mais propriamente, experimentou um lento crescimento, cuja aceleração nos anos 40 deve-se a iniciativas do poder público que adotou medidas protecionistas para o setor industrial, proibindo importações e estimulando exportações. De qualquer forma, a escassez de carvão, a má qualidade de ferro e a preferência dos capitalistas pelos empréstimos públicos, de baixo rendimento, mas seguros, ou então empréstimos internacionais, de mais alta rentabilidade, entorpeceram o crescimento industrial e atrasaram o desenvolvimento econômico, com todas as conseqüências sociais e políticas que, certamente, vieram a acarretar¹².

Enquanto a industrialização da Inglaterra teve um caráter amplamente liberal, isto é, com reduzida intervenção do Estado, limitadas a ações de caráter indireto, tais como organizar o sistema bancário, a dívida pública, a infra-estrutura viária e portuária, expandir a marinha de guerra protetora das rotas-chave de comércio internacional, a França optou por uma intervenção mais direta, assumida pelo próprio governo imperial de Napoleão III. Opção esta que foi também a dos alemães. Certos de que a intervenção do Estado poderia acelerar o processo de industrialização, a chamada via prussiana, desde cedo as elites políticas do país entrelaçaram medidas de unificação econômica, como o *zollverein* (união aduaneira), com ações diplomáticas e militares conduzidas pela Prússia, visando à unificação de todos os Estados alemães. Protecionismo estatal, aproximação entre a indústria e os bancos, racionalização empresarial, invenções e inovações, além de recursos naturais estratégicos, tornaram vertiginosa a caminhada da Alemanha rumo à industrialização, capacitando-a a disputar mercados tradicionalmente controlados pelos ingleses. O eixo indústria siderúrgica-parque ferroviário alavancou o rápido arranque industrial. Por volta de 1880, a tradicional indústria têxtil inglesa foi superada pela alemã, energizada pela adoção de fibras e corantes sintéticos em substituição aos similares naturais, anunciando um casamento revolucionário entre a pesquisa

científica, caso da química, e o desenvolvimento industrial puxado pelo avanço tecnológico¹³.

Da mesma forma que na Alemanha, a industrialização da Itália foi tardia e orientada pelo Estado. Somente depois da unificação, em 1870, é que o impulso industrialista tomou conta do país, alcançando resultados promissores em 1880-1890¹⁴. A indústria siderúrgica concentrou-se no norte, prejudicada pela falta de carvão, mas foi beneficiada pela produção de energia elétrica, cujas usinas foram financiadas pelos alemães. As indústrias mecânicas cresceram, sobretudo aquelas ligadas aos setores naval, ferroviário, têxtil e elétrico. Somente o setor têxtil, porém, tinha competitividade para se defrontar com ingleses e alemães no mercado externo. Um dos mais graves problemas postos pela industrialização italiana foi o severo desequilíbrio entre o norte e o sul do país, configurando a perversa dualidade agrário-industrial.

No concerto europeu, além da Bélgica, França, Alemanha e Itália, merece destaque a tardia industrialização da Rússia, mas que atingiu uma das mais elevadas taxas de crescimento anual até então registradas, em torno de 8%. Concorreram para este fato a presença de técnicos e capitais estrangeiros, além da indispensável ação do Estado, que pressionou o consumo dos camponeses para que os produtos agrícolas fossem transformados em excedentes exportáveis, geradores de rendimentos que pudessem ser investidos no setor industrial. No final do século, mais da metade dos investimentos industriais eram estrangeiros, operando através de grandes conglomerados, vastos cartéis controlavam as indústrias siderúrgicas e mecânicas, por exemplo, onde pontificava o capital francês, líder entre outros países investidores, secundado por alemães e ingleses que controlavam o setor têxtil, responsável por um terço da produção da indústria nacional.

Foi verdadeiramente impressionante o arranque industrial da Rússia nas duas últimas décadas do século XIX, coincidindo com o retorno do Estado à cena econômica, pela adoção de tarifas defensivas, em 1877, que se tornaram desabridamente protecionistas em 1880, quando assumiu a responsabilidade pela construção de ferrovias, especialmente da obra gigantesca representada pela estrada de ferro transiberiana. O capitalismo na Rússia, portanto, não estava em fase de estagnação, mas sim em pleno florescimento no ano de 1913, às vésperas do país ingressar na Primeira Guerra Mundial, quando sua produção industrial era a quinta do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França¹⁵.

Fora da Europa, no século XIX, destacam-se as industrializações do Japão, na Ásia, e dos Estados Unidos, na América. Ambas têm a ver com os movimentos populacionais massivos que se verificaram na Europa, pois na medida em que deixaram de ser mercados abertos para as mercadorias industrializadas européias e, reversamente, passaram a fornecer produtos à própria Europa, desenvolvendo uma política agressiva de competição via preços, acabaram por penetrar em mercados tradicionalmente abastecidos pela indústria européia. No caso dos Estados Unidos, particularmente, o arranque industrial foi tão vertigi-

noso que criou um mercado extremamente atraente para as massas operárias e camponesas de todo o continente europeu, gerando um dos mais intensos fluxos migratórios já testemunhados pela história.

O processo de industrialização acarretou uma série de contradições que, no limite, seriam responsáveis pela colonização e emigrações do século XIX. A acumulação industrial gerou recursos de tal ordem que, o capital acumulado, para manter a mesma taxa de lucratividade, não poderia se restringir ao mercado europeu, tinha que buscar novas oportunidades representadas pelos investimentos nos países de industrialização mais recente, dentro ou fora do continente europeu, especialmente nos empreendimentos de alto porte que exigiam o compromisso dos governos locais, a exemplo de ferrovias, iluminação a gás, abertura de canais, instalação de portos, exploração de minas, prospecção de petróleo. A concorrência entre os países industrializados exacerbou a batalha por mercados, forçando no sentido do rompimento das fronteiras ditas nacionais, apelando a agressiva busca por mercados nas colônias que trariam a vantagem suplementar de ofertar matérias-primas requeridas pelas indústrias, sobretudo as estratégicas, tais como cobre, ferro, manganês, petróleo.

O resultado foi a colonização avassaladora dos territórios africanos, considerados disponíveis, das terras banhadas pelo Oceano Pacífico em direção à Ásia, menos para a América Latina, onde a Doutrina Monroe, brandida pelos Estados Unidos, barrava qualquer pretensão dos europeus, por firmar o princípio – extremamente benéfico para os norte-americanos – “a América para os americanos”, pois preservava os mercados existentes como reserva futura para os detentores da estrutura industrial mais poderosa do continente. No período que medeia entre 1876 e 1914, a Inglaterra viu ampliados os seus territórios em mais de dez milhões de quilômetros quadrados; a França em nove; a Bélgica em dois; a Itália em dois; e a Alemanha em 2,5, isto sem considerarmos o fato de que a Alemanha entrou tardiamente na corrida colonialista, somente depois que Bismarck foi marginalizado na condução da política exterior, pois o chanceler do Império alemão evitara, a todo o custo, envolver-se nas aventuras colonialistas que pudessem abalar seu jogo de alianças conducentes ao isolamento da França na Europa¹⁶.

A face mais visível do novo capitalismo financeiro, que representa essencialmente o casamento entre os interesses industriais e bancários, sob a égide do último, é o enorme potencial de acumulação, sobretudo os investimentos iniciativos de alta escala. A face menos visível, mas exatamente aquela que tem o impacto social mais desastroso, é a tendência à homogeneização do processo produtivo em escala cada vez mais ampliada e com padrões tecnológicos progressivamente diferenciados¹⁷. Esta constatação tem dois desdobramentos extremamente importantes para o entendimento da emigração européia: a incorporação de procedimentos tecnológicos cada vez mais avançados significava o aumento da produção com menor número de trabalhadores, reduzindo, conseqüentemente, a massa salarial paga e ampliando os lucros dos empresários, gerando desemprego e miséria; a destruição sistemática da tradicional produção artesa-

nal e manufatureira, das formas corporativas de organização do trabalho, cujo resultado era a migração de trabalhadores dos setores tradicionais para os modernos, inflando a oferta de trabalho e reduzindo ainda mais a possibilidade de elevação dos salários. Se atentarmos para o fato de que os trabalhadores da antiga indústria, na maior parte dos países europeus, com exceção da Inglaterra, eram ao mesmo tempo artesãos e agricultores, pode-se imaginar o impacto desta transformação, seja pela pressão que será exercida sobre a terra, seja pelas tensões sociais inevitáveis¹⁸.

O ponto de encontro entre a riqueza e a miséria gerada pela industrialização realiza-se na revolução operada nos meios de transportes. As estradas de ferro representaram o maior investimento industrial do século XIX. Em 1870, a malha ferroviária européia estendia-se por 104 mil quilômetros de trilhos, 22 mil deles na Inglaterra, 20 mil na Alemanha e 18 mil na França. Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos exibiam orgulhosos seus 93 mil quilômetros de vias férreas. A construção dessas estradas exigiu a mobilização dos bancos e a criação de sociedade por ações, que dinamizaram ainda mais a circulação de capitais. Ampliaram a oferta de trabalho, mobilizando cerca de dois milhões de trabalhadores, por volta de 1860, além de repercutir diretamente sobre a produção de ferro, aço, locomotivas, vagões, trilho, dormentes, estações. Agilizaram o deslocamento dos operários das zonas suburbanas ou rurais pela diminuição do custo das passagens. O transporte marítimo sofreu transformação semelhante. A invenção do barco a vapor impulsionou as viagens transoceânicas, após a invenção da hélice, em 1838, transformando em peças de museus belos *clippers*, movidos a vela, eles que eram capazes de cruzar o Atlântico em apenas dezessete dias, na linha Europa-América. Sem o sistema ferroviário e os novos transportes marítimos, os deslocamentos massivos seriam impossíveis, inviabilizando os movimentos migratórios em direção ao continente americano.

Um dos resultados mais impressionantes da revolução nos transportes marítimos foi a incrível elevação do deslocamento de carga através dos oceanos. De dois milhões de toneladas, em 1800, para 9 em 1850, 20 em 1880, e 35 em 1910, quando o vapor venceu definitivamente a vela, uma vitória do homem sobre a natureza, do planejamento racional da utilização de combustível sobre o regime de ventos, cujo significado mais profundo foi a introdução da humanidade numa concepção absolutamente revolucionária de velocidade do tempo¹⁹. Nos barcos a vapor, plenos de carga e apinhados de emigrantes, consubstanciavam-se as duas faces do capitalismo monopolista, a riqueza e a miséria, sem as quais, tanto a colonização quanto a emigração não teriam lugar na história. Eles simbolizavam o que de mais essencial representa a nova configuração do capital em sua voracidade pelo controle de todas as formas de riquezas disponíveis na face da terra, isto é, a diminuição do espaço pela contração do tempo, formulação esta que somente a acuidade intuitiva de um grande filósofo do porte de Karl Marx poderia apreender e sintetizar:

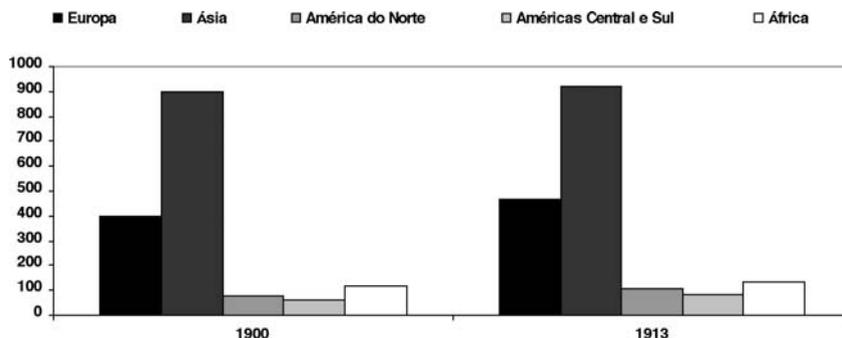
Ao mesmo tempo o capital tende, por um lado... a conquistar a terra inteira como um mercado e, por outro, anular o espaço por meio do tempo, isto é, a reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar a outro²⁰.

3. BASES POPULACIONAIS E SOCIAIS DA EXPANSÃO OITOCENTISTA EUROPEIA

A revolução operada nas indústrias e nos transportes marítimo-ferroviários está na base da explosão demográfica europeia do século XIX que, por sua vez, é a matéria-prima essencial para os fenômenos correlatos da colonização e da emigração que emblematicamente historicamente o século. Entre 1870 e 1913, a população mundial passou de 1 bilhão e 100 milhões para 1 bilhão e 600 milhões de habitantes.

Figura 1: Distribuição continental da população mundial em milhões de habitantes

CONTINENTES	1900	1913	DENSIDADE	CRESCIMENTO (1850 a 1913)
EUROPA	401	468	40,1	50%
ÁSIA	900	923	21,3	18%
AMÉRICA DO NORTE	81	108	3,4	222%
AMÉRICAS CENTRAL E SUL	63	82	3,4	92%
ÁFRICA	120	135	4	20%
OCEANIA	6	–	8	300%
MUNDO	1 571	1723	12	42%



Fonte: PRADA, 1968: 182

Mesmo tendo menos da metade da população da Ásia, a Europa mantém-se como centro dinâmico da população mundial, não somente porque detinha 25% do estoque, mas por ter a maior densidade e se constituir no centro exportador de emigrantes para vários continentes, especialmente para as regiões despovoadas da América, Oceania e partes do continente africano. A população européia mais do que triplicara no período de 1800 a 1920 (de 144 para 486 milhões); cresceu mais rapidamente do que as populações asiáticas ou africanas. Se levássemos em consideração a população européia dispersa no mundo, incluindo aqueles que se instalaram na Rússia asiática, o número passaria de 158 para 703 milhões²¹. O ápice do crescimento populacional se dá entre 1870-1880, exatamente o período em que tem início o *boom* emigracionista.

A Revolução Industrial é a peça-chave desse crescimento, pois estabiliza o quadro social; estimula os casamentos em mais baixa idade; gera a necessidade de mais filhos para aumentar a renda familiar. Por outro lado, a transformação da estrutura agrária, sobretudo em países como a Inglaterra, fixou a população no campo, implantou o regime salarial e, por decorrência, intensificou o ritmo do crescimento populacional. O padrão alimentar incrementou-se por conta das novas condições impostas pela nascente sociedade de massa. Novos produtos e renovados instrumentos de trabalho, que as tecnologias emergentes em conexão com os avanços científicos poderiam oferecer, foram incorporados. A introdução da batata inglesa teve uma importância estratégica na supressão da fome, ao mesmo tempo em que as culturas forrageiras aumentaram consideravelmente a produção pecuária, de carne ou derivados. O mesmo se pode dizer do trigo, milho e carne procedentes do Estados Unidos, mas também do Canadá, Austrália, Argentina e Índia, viabilizados pela redução significativa do custo dos transportes, que fizeram o *bushel* (equivalente a 35,23 litros) de trigo, que custava 1 dólar e meio em 1871, passar a 86 centavos em 1885²², rebaixando o custo de subsistência das populações de mais baixa renda, ao mesmo tempo em que elevava sua esperança de vida pela qualidade nutritiva dos alimentos importados²³.

O binômio industrialização-urbanização, criador de ambientes insalubres na primeira fase da industrialização, foi reequacionado na segunda metade do século XIX, especialmente em países de rápida e pioneira industrialização como a Inglaterra, onde os equipamentos urbanos melhoraram as condições de higiene e, portanto, reduzindo o meio propício à proliferação de moléstias infecciosas que redundavam em verdadeiras epidemias. Neste particular, o avanço da ciência veio em socorro da humanidade, sobretudo dos descobrimentos de Pasteur e seus seguidores que, com suas vacinas, tornaram possível combater os estragos produzidos pelos bacilos do tifo, cólera e difteria, sobretudo no seio da população infantil.

A correlação entre meios, que tornavam a vida mais longa e exorcizavam a morte, põem em movimento um crescimento populacional explosivo, pois o índice de mortalidade normal torna-se, desde o começo, notavelmente inferior aos nascimentos²⁴. O índice de mortalidade que era de 25 por 1000 em 1800,

reduziu-se a 18,5 em 1900. Os índices relativos às taxas de natalidade também registraram descenso, mas num ritmo inferior aos da mortalidade. A baixa foi mais intensa nos países da Europa Ocidental, de industrialização mais ampla e economicamente mais desenvolvidos, tais como Inglaterra (de 35 a 24 nascimentos por 1000); Alemanha (de 37 a 26 nascimentos por 1000); e, França (de 26 a 24 nascimentos por 1000). A redução das taxas de natalidade evidenciada pela estatística revela que ela é inversamente proporcional ao nível econômico e social. De qualquer forma, a redução também foi influenciada pelas práticas ditas malthusianas, relacionadas com o estímulo ao *birth-control*, através da sujeição moral dos homens entre os quais se exortavam os casamentos tardios, a abstinência sexual, nos termos do glossário pensado por Thomas R. Malthus que, em 1897, desenvolvera sua teoria demográfica baseada em dois princípios cruciais: a população, no contexto da Revolução Industrial, tenderia a crescer numa progressão geométrica, duplicando a cada 25 anos, caso não fosse detida por pestes, guerras, acidentes naturais; a produção de subsistência cresceria numa progressão aritmética, tornando a fome e a miséria uma realidade futura e inexorável.

As teorias de Malthus pareciam corretas *vis-à-vis* aos problemas criados pelo crescimento populacional desenfreado nas décadas finais do século XIX, o que explica o surgimento de associações malthusianas que defendiam medidas restritivas aos nascimentos como forma de combate à crise econômica e social, extremamente severa sob a Grande Depressão (1873-1896). A reação dos países europeus à proliferação das “clínicas de maternidade”, preconizadas pelo movimento conduzido pelo médico inglês Drysdale, variou significativamente. Enquanto a Holanda não colocou obstáculos legais à pregação malthusiana, França e Alemanha proibiram-na até a Primeira Guerra Mundial, ao passo que, na Inglaterra, a Igreja puritana aceitou a política de controle da natalidade. Se o problema era diminuir a natalidade, o foco da ação teria que recair sobre a massa operária, mobilizando, sobretudo, as associações trabalhistas, onde, entretanto, encontrou uma forte resistência encetada pelos socialistas, neste caso irmanados ao movimento católico. Paradoxalmente, foi no seio das classes privilegiadas que as pregações do movimento encontrou maior receptividade, o que não se explica pela qualidade de suas mensagens, mas sim pela tendência natural das camadas médias em ascensão e das próprias elites a restringirem, por motivos de ordem econômica e social, os seus nascimentos²⁵.

Figura 2: Distribuição da população europeia por país em milhões de habitantes

PAÍSES	1880	1900	1913	DENSIDADE EM 1900
GRÃ-BRETANHA	29,8	37	40,9	163
FRANÇA	37,7	39	39,2	73
ALEMANHA ¹	45,1	56,4	66	103
ÁUSTRIA-HUNGRIA	39,2	47	51,3	87
RÚSSIA ²	75,1	112	122	20
ESPANHA	17,8	18,6	19,6	37
HOLANDA	4	5	5,8	170
BÉLGICA	5,4	6,7	7,5	227
SUÉCIA	4,5	5,1	5,5	11
DINAMARCA	2	2,5	2,9	64
NORUEGA	1,9	2,2	2,5	7
PORTUGAL	4,2	5,4	5,9	59
SUÍÇA	2,8	3,3	3,9	89
IRLANDA	5,1	4,5	4,3	53
GRÉCIA	1,6	2,5	4,8	38
ROMÉLIA	4,4	5,9	15,7	15
BULGÁRIA	–	3,7	4,8	54

¹ Inclui 1,8 milhões de habitantes da Alsácia-Lorena anexada em 1871.

² Somente a Rússia européia, excluindo: Polônia, 13; Finlândia, 3; Ásia caucásica, 12; Sibéria, 9,5; Ásia central, 10,5; totalizando 170 milhões de habitantes.

Fonte: PRADA, 1968: 182

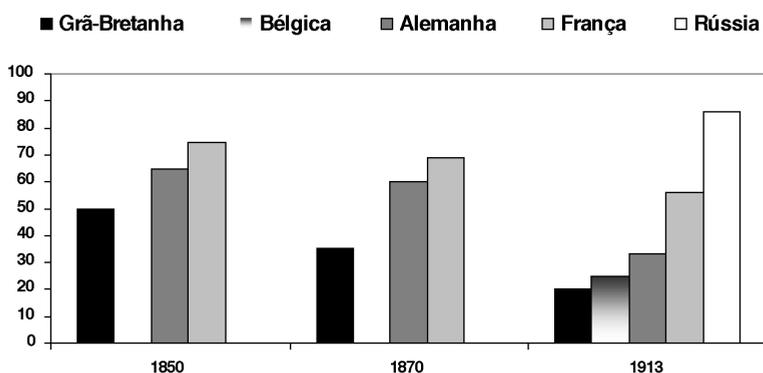
O quadro comparativo da distribuição da população européia entre 1880 e 1913 permite-nos estabelecer uma correlação nítida entre suas tendências mais significativas e os deslocamentos populacionais, de colonização ou emigração. A estabilidade demográfica da França é uma exceção à regra geral dos países europeus ocidentais. Inglaterra, Alemanha, Holanda e Bélgica têm crescimento significativo, mas inferior ao dos países da Europa mediterrânica ou oriental, exatamente de onde saem as massas mais numerosas rumo à emigração. A Irlanda é uma exceção estatística, pois sua população foi reduzida em cerca de 50% em virtude da intensa emigração.

A falta de disponibilidade de homens e mulheres não é razão suficiente para entender os deslocamentos populacionais, sobretudo a emigração. A marginalização do sistema produtivo gerado pela Revolução Industrial é a pedra de toque. Para aqueles que possuíam um emprego nas fábricas, por piores que fossem as condições de trabalho, por mais baixos que fossem os salários, os desafios intrínsecos a uma aventura transoceânica eram amedrontadores. O problema eram os deserdados do trabalho, desempregados ou subempregados, fossem eles originários das formas artesanais progressivas da atividade industrial,

ou da velha indústria articulada à atividade agrícola. O êxodo rural foi avassalador na segunda metade do século XIX. Em 1850, a Inglaterra tinha 50% de sua população na zona rural; em 1870, 35%; e, em 1912, apenas 20%. Na Alemanha, nas mesmas datas, passaram de 65% para 60% e, finalmente, 33%. Até mesmo a França, cujo desenvolvimento industrial fora arrastado, apenas 55,8% viviam no campo em 1913, eles que somavam 68,9% em 1870 e 74,55% em 1850. O espelho reflexo deste êxodo rural é o notável crescimento das cidades. Somente 44 cidades reuniam mais de 100 mil habitantes em 1850; em 1913, já eram 180. Entre as que ultrapassavam um milhão de habitantes, Londres, Paris, Moscou e Berlim, reuniam vários milhões. Em 1913, viviam nas cidades 36% da população inglesa, 21% da alemã, 18% da belga e 15% da francesa.

Figura 3: Representação percentual da concentração rural da população europeia

PAÍSES	1850	1870	1913
GRÃ-BRETANHA	50%	35%	20%
BÉLGICA	–	–	25%
ALEMANHA	65%	60%	33%
FRANÇA	74,5%	68,9%	55,8%
RÚSSIA	–	–	86%



Fonte: PRADA, 1986: 190

A questão da terra é central na compreensão deste fenômeno social. Muitos que se deslocavam do campo para a cidade não o fizeram atraídos pela riqueza, mas sim pela necessidade ingente de escapar da miséria absoluta. Grandes proprietários preservaram a terra como reserva de valor, de poder político e prestígio social, mesmo que a mantivessem inculta. Nos casos em que ainda se conservaram como pequenos proprietários, viam-se abatidos pelas más colheitas ou pela concorrência dos cereais importados, cujos preços não cessavam de

cair. Por isso, a dimensão terra tem dois significados: sua escassez, ou inviabilidade econômica, gera a repulsão, a necessidade de sair; ao mesmo tempo, dispara o desejo pela terra farta e fértil nos territórios de arribação. Nestes termos, a emigração do século XIX foi, essencialmente, a transferência de camponeses e trabalhadores rurais de regiões onde a terra era escassa e o trabalho abundante para lugares carentes de trabalho em terras inesgotáveis. Apesar de a maioria dos imigrantes identificarem-se como de origem urbana nas listagens dos países receptores, é quase certo que procediam do campo, há mais ou menos tempo. De qualquer forma, se o velho mundo os excluiu, se o novo mundo os incluiu, é certo que a imensa maioria partiu movida pela esperança de um futuro melhor.

4. BASES POLÍTICAS E CULTURAIS DA EXPANSÃO OITOCENTISTA EUROPEIA

Se as razões econômicas, sociais e populacionais foram preponderantes na explicação dos movimentos de colonização e imigração, no século XIX, as motivações político-culturais não foram menos significativas. Seja pelo desencantamento com os rumos da trajetória política dos países europeus, seja pela exclusão arbitrária imposta por regimes intransigentes, seja pela assunção consciente de princípios políticos e ideológicos contrapostos aos dominantes, seja pelo sonho utópico da construção de um modelo ideal de sociedade política, muitos foram os que se expatriaram, engrossando as ondas de migrantes dos novos tempos.

Se as emigrações espontâneas da época moderna resultaram, em larga medida, no casamento entre Estado e Igreja, da identificação entre unidade política e unidade religiosa consagrada na fórmula “cada príncipe com sua religião”, que fazia da perseguição religiosa uma política de Estado, no século XIX a energia motriz urdia-se na onda revolucionária que se arremeteu sobre as monarquias absolutistas, inaugurada com a Revolução Francesa, de 1789, e finalizada com a Comuna de Paris, de 1871. Este foi o período glorioso das revoluções burguesas que se abre com a emigração dos nobres franceses e se fecha com a migração forçada dos operários parisienses após o fracasso da Comuna. No intervalo, entre esses dois extremos, os picos revolucionários não deixaram de abalar os alicerces do poder aristocrático reconsolidado pela restauração europeia, conduzida pelo Congresso de Viena²⁶.

A Revolução de 1830, na França, viu renascer as barricadas em Paris e repercutiu sobre toda a Europa. A Bélgica, com apoio da Inglaterra, libertou-se da dominação holandesa. Na Polônia, uma revolta de cunho nacionalista foi abafada pelos russos. Movimentos de caráter liberal e nacionalista explodiram na Alemanha, Espanha e Portugal.

Abafada em 1830, a vaga revolucionária ressurgiu com força ampliada em 1848. Voltam a ser brandidos os princípios do liberalismo (contrário aos regimes absolutistas) e do nacionalismo (que buscava unificar os povos de mesmo

origem e cultura), agora reforçados pelo socialismo, ideário novo, que fizera sua estréia em 1830, e que preconizava reformas mais radicais em prol das massas despossuídas. A crise econômica que se abateu sobre a Europa entre 1846 e 1848 agravou a condição das classes inferiores. Péssimas colheitas, paralisação do desenvolvimento industrial, escassez de recursos financeiros fizeram crescer o descontentamento de camponeses e proletários, que passaram a exigir melhores condições de vida e reformulação na política e distribuição dos recursos públicos.

Como já era tradição, a revolução irrompeu na França. Os comícios em prol de reformas eleitorais foram proibidos. Manifestantes enfrentaram as tropas leais ao governo, resultando em grande número de mortos. As barricadas, de novo, tomaram conta de Paris e a II República foi proclamada na França. As medidas do novo governo não foram, contudo, suficientes para deter a crise. As Oficinas Nacionais, financiadas com a elevação dos impostos, destinadas a ofertar emprego aos trabalhadores, amplificou a crise financeira do Estado. De novo nas barricadas, o povo insurreto tentou fazer uma revolução dentro da revolução. A violenta reação do governo culminou com 16 mil revoltosos mortos e o exílio forçado de outros quatro mil. A reação burguesa não se fez esperar e o governo foi entregue a Luís Napoleão, que proclamou o II Império da França.

Mais uma vez o exemplo francês incendiava a Europa. Na Itália, a crítica movida pelas sociedades secretas, especialmente a Carbonária, atingia os Estados italianos dominados por governos absolutistas. A defesa de princípios liberais era agora reforçada pelo nacionalismo, cujo foco central passou a ser a luta pela unificação do país. Uma constituição foi imposta ao Reino das Duas Sicílias; a luta contra os austríacos teve início na Lombardia; revoltas explodiram na Toscana e no Estado papal.

O mesmo binômio liberalismo/nacionalismo provocou fortes manifestações na Alemanha, quando levantes populares obrigaram o rei da Prússia a prometer uma constituição, que somente não foi avante pela dissensão entre os próprios revoltosos. No império austríaco, formado por uma ampla coalizão de nacionalidades sob a casa dos Habsburgos – alemães, húngaros, tchecos, eslovacos, poloneses, rutenos, romenos, sérvios, croatas, eslovenos, italianos –, os insurretos provocaram a queda do ministro Metternich, em Viena. Poloneses se rebelaram, liderados por Palacky, e, após terem convocado uma reunião dos povos eslavos em Praga, foram vencidos pela reação violenta dos exércitos do regime absoluto, implantando-se uma feroz perseguição política no Império.

Industrialização e urbanização acelerada criaram o ambiente propício à fermentação das idéias revolucionárias que voltaram a agitar a França, em 1871, na eclosão da Comuna de Paris. A disseminação das idéias socialistas tornou mais ácidas as críticas dirigidas pelos insurgentes ao *establishment* detentor do poder. Manifestos e associações internacionais de trabalhadores alimentaram, com idéias e ações, o movimento. A falsa sensação de segurança, adquirida pelas classes dominantes, após o desfecho favorável da Revolução de 1848,

que literalmente havia enterrado o movimento revolucionário de cunho mais radical, fê-la descansar sobre os louros da vitória, desmobilizando-a em relação à necessidade de enfrentar objetivamente as reivindicações das classes subalternas, especialmente dos operários industriais.

A frágil estabilidade política foi rompida com o vexame do exército francês perante os alemães na batalha de Sedan, quando o Império foi humilhado pela superioridade militar dos alemães na guerra Franco-Prussiana, culminando na proclamação do Império alemão na sala dos espelhos do Palácio de Versalhes. Um governo de defesa nacional instalou-se em Paris, e a recusa de Napoleão III em aceitar a oferta de Bismarck no sentido de que ele liderasse suas tropas ainda intactas contra os revolucionários, decretou o fim de sua trajetória política, de seu Império, de sua dinastia. Proclamada a III República, sob a liderança de Thiers, fez-se a paz com os alemães, pagando-se pesada indenização de guerra, em ouro, marcos, moedas estrangeiras e, sobretudo, pela entrega dos territórios da Alsácia e da Lorena, ricas em jazidas de ferro. Era demais. As massas, movidas por um ardor patriótico, instalaram a Comuna, isto é, uma Assembléia detentora de todo o poder em Paris, reeditando a experiência de 1792-1793. O Conselho Geral da Comuna organizou-se em Comitês, liderados por um Comitê Central, constituído por jornalistas, artesãos, comerciantes, lojistas, operários, cujos atos resultaram na separação entre Igreja e Estado, na adoção de um calendário revolucionário, na laicização das escolas públicas, na proclamação da luta de classes como vórtice mobilizado e no assumir da bandeira vermelha como símbolo do sentido socialista que impregnava a revolução.

A guerra entre o governo republicano instalado em Versalhes e as forças da Comuna sediadas em Paris tornou-se violenta. Mais de 500 barricadas foram erguidas na cidade. A Comuna reuniu um exército de 160 mil homens, dos quais apenas 30 mil combatiam de forma organizada. As forças republicanas somavam 130 mil homens, mais de 100 mil deles soldados feitos prisioneiros pelos alemães, em seguida liberados por Bismarck, interessado em conter a nova onda revolucionária que, bem sabia, poderia novamente contaminar a Alemanha. Atrocidades foram cometidas de ambos os lados. À invasão de Paris pelas forças republicanas seguiu-se a “Semana Sangrenta”, entre 21 e 28 de maio de 1871. Paris foi incendiada pelas forças da Comuna para tentar conter o avanço das tropas inimigas; fuzilamentos sumários foram executados. O saldo do conflito dá bem uma idéia da violência política nesse período e como o desejo de segurança e paz poderia facilmente nascer nos corações dos homens. Calcula-se que foram mortas entre 17 e 25 mil pessoas; que foram executados entre 17 e 38 mil insurretos; que 45 mil foram processados; que 13 mil foram condenados. A cidade perdeu grande parte de seus artistas, morreram metade dos pintores e dos profissionais mecânicos. A tradição insurgente de Paris foi literalmente soterrada.

Enquanto o ideário socialista era derrotado na França, na Alemanha e na Itália, o nacionalismo vitorioso conseguia a unificação de dois dos países mais importantes na exportação de homens e mulheres no século XIX, pois tais pro-

cessos não se fizeram sem o concurso de guerras devastadoras que produziram vencidos e vencedores. Na Alemanha, as guerras contra a Dinamarca, contra a Áustria e contra a França, etapas sucessivas delineadas pela estratégia de Bismarck, destinadas a motivar os alemães a se unirem contra inimigos externos, se, por um lado, incendiavam o patriotismo nacional; por outro, barravam a penetração do ideário socialista propagado pelas internacionais dos trabalhadores. Na Itália, o procedimento foi semelhante. Cavour buscou o apoio de Napoleão III contra a Áustria para libertar os territórios italianos sob seu controle; estimulou Garibaldi a desembarcar na Sicília; voltou-se contra os Estados papais, invadindo seu território; aliou-se à Prússia contra a Áustria, obtendo a anexação de Veneza; e, aproveitando-se da guerra Franco-Prussiana, terminou por anexar os territórios papais, completando a unificação da Itália.

Revoluções e guerras têm, indubitavelmente, um enorme poder de desestabilização das sociedades. As perseguições políticas armaram o braço da lei; a elevação dos impostos para financiar os exércitos reduziu as rendas; o serviço militar obrigatório tornou-se abusivo, três anos na Alemanha e Áustria, cinco na França, sete na Rússia, entre seis e sete em Portugal²⁷. Tudo isto somado às mazelas criadas pela industrialização e urbanização fertilizaram o ambiente, tornando-o propício à germinação das ideologias que, no plano cultural, ativaram ainda mais o elã emigrantista. A impossibilidade de implementar nos países europeus a receita dos socialistas utópicos, ou seja, atingir a igualdade social pelo controle de todo o aparato econômico pelo Estado, como preconizava Louis Blanc em seu livro *A organização do trabalho*, estimulava nos desiludidos imaginar a possibilidade de realizá-la fora da Europa, nos países abertos à imigração.

Toda uma gama de opções socialistas contribuiu para adensar este caldo de cultura política: assistencialistas, associativistas, mutualistas, revolucionários e anarquistas. Nenhuma dessas variáveis, contudo, teve a força do socialismo científico nascido nas reflexões de Karl Marx e Friedrich Engels, condensadas no *Manifesto Comunista*, de 1848, e detalhadas no clássico de Marx, *O Capital*. Aí estão consagrados os princípios fundamentais da análise histórica da sociedade humana, baseadas na primazia da luta de classes. Preconizava o triunfo do proletariado e a emergência de uma sociedade sem classes, que se atingiria pela união do proletariado. Para executar essa tarefa organizou-se, em 1864, em Paris, a I Internacional dos Trabalhadores, que deveria congregiar os esforços de todos os partidos socialistas do mundo em prol da tomada do poder pelo proletariado. De fato, como vimos, a fermentação das idéias socialistas teve um papel importante nos movimentos revolucionários de 1848 e, sobretudo, na Comuna de 1871. Por outro lado, pôs em estado de alerta as classes dominantes em toda a Europa, pronta a exilar pela força todos aqueles que considerasse contaminados pelo ideário que preconizava o fim de sua hegemonia econômica, social e política.

A literatura e as artes plásticas jogaram um papel não menos importante neste elã cultural que induzia à emigração²⁸. Os relatos de viagens, reais ou fic-

tícios, produzidos pelos grandes escritores, estimulavam o gosto pela aventura, pelo desejo de conhecer povos e culturas diferentes. As viagens dos exploradores, financiadas pelas sociedades geográficas, que percorriam caminhos jamais trilhados pelo homem branco, eram publicadas com grande êxito na Europa. Os folhetins e novelas tinham grande aceitação popular, sobretudo quando falavam da superioridade do homem branco no contato com a natureza indômita e povos considerados de cultura primitiva, em meio aos quais, a exemplo de Tarzan, poderiam instalar o reinado de seres superiores, brancos, em meio ao caos e selvageria do mundo negro.

O ideal cruzadista e missionário, latente desde os tempos do velho colonialismo, renascia no embate entre as numerosas correntes religiosas emergentes no século XIX. A idéia de missão civilizadora contemplava as teorias racistas de Chamberlain e Gobineau. Atendia aos pressupostos da superioridade das espécies alardeada pelo darwinismo social. Aparecia de forma explícita na justificativa para a colonização da África, da ocupação de pontos estratégicos na Ásia, da instalação de imigrantes na América do Norte, ou de colônias de povoamento na América do Sul. Dentro da própria Europa, argumentos civilizacionais eram mobilizados pelo Czar Nicolau II para estimular o deslocamento de russos para as franjas asiáticas do Império, a chamada “missão oriental”. Fome, ambição, glória, motivações de toda natureza ativaram os circuitos mentais dos europeus, um imaginário do qual não se apagara a visão de um paraíso terreal, que tanta importância tivera na primeira grande colonização realizada pelos europeus nas terras do novo mundo. Um éden depurado, pois perdera a sacralidade que a progressiva racionalização e laicização do mundo realizara, mas que permanecera no substrato cultural, uma longa duração que empurrava homens e mulheres a enfrentar o desafio do ignoto.

5. O MOVIMENTO DA EMIGRAÇÃO EUROPEIA OITOCENTISTA

Cerca de 40 milhões de europeus migraram entre 1850 e 1920. Se a data limite fosse 1930, o número se elevaria para 50 milhões. Somente nas três últimas décadas do século saíram 20 milhões, que correspondiam a 40% do crescimento anual da população européia nesse período. O pico foi atingido entre 1909 e 1914, quando o fluxo alcançou um milhão e meio de emigrantes. O que explicaria esses ciclos? Razões endógenas (européias) ou exógenas (dos países receptores)? Nos Estados Unidos, um embate mobilizou a comunidade científica em torno do problema. Para alguns autores, havia uma nítida correlação entre o desenvolvimento econômico do país e a intensificação do fluxo migratório, reforçando a tese da atração como elemento propulsor do deslocamento populacional. Para outros, o ciclo se explica pelas condições econômicas dos países de origem dos emigrados, sobrelevando o papel da repulsão social²⁹. No fundo, atração e repulsão se completam, sendo o peso relativo de cada uma determinado pelo momento histórico atravessado pelas economias transoceâni-

cas envolvidas, não havendo dúbidas, porém, sobre o fato de que a emigração foi a válvula de escape para o intenso crescimento demográfico.

A primeira grande vaga da emigração européia estende-se, *grosso modo*, entre os anos 1815-1850. Predominam, nesse período, os emigrantes procedentes da Grã-Bretanha, entre os quais se contam ingleses, propriamente ditos, além de escoceses, gauleses e irlandeses, atingindo a cifra de 2 370 000, dentre os quais os irlandeses contavam 1 830 000. Somente no período crítico de 1845 a 1855, quando a crise da fome da batata matou 1 milhão de pessoas, emigraram 1 841 000 irlandeses. O ano de 1851 foi excepcional, pois saíram 250 mil pessoas fugindo da fome que se abatera sobre a Irlanda, o que explica o crescimento negativo da população do país no final do século. Os Estados Unidos eram o destino preferido da grande maioria dos emigrantes de procedência britânica.

De 1850 em diante, até 1880, os britânicos, que representavam 80% do contingente migratório, reduzem-se a 55%, entrando em cena a emigração alemã e escandinava. O fluxo de emigrantes alemães foi interrompido no início do século XIX pelas guerras napoleônicas, mas foi reativado depois de 1815, com a Restauração e as perseguições políticas instauradas, e também pelas péssimas colheitas auferidas. Entre 1841-1845, saíram 54 mil emigrantes da Alemanha; no quinquênio seguinte, foram 403 100. No período convulsionado pelas guerras da unificação, o fluxo voltou a crescer, atingindo 530 200 emigrantes. O pico foi alcançado entre 1881-1885, quando saíram 857 300 pessoas, declinando gradativamente, desde então, até estabilizar-se em torno de 150 mil por ano.

Figura 4: Destino da emigração alemã via Hamburgo e Bremen – representação absoluta e percentual (1847-1914)

ANOS	TOTAL	EUA		CANADÁ		BRASIL		ARGENTINA		AUSTRÁLIA	
1847-1850	145 300	129400	89,1%	9600	6,6%	1100	0,8%	-	-	4800	3,3%
1851-1855	403 100	322400	80%	16400	4,1%	8100	2%	-	-	11700	2,9%
1856-1860	268 500	227300	84,7%	10200	3,8%	9900	3,7%	-	-	7000	2,6%
1861-1865	249 400	28400	83,6%	10800	4,3%	3900	1,6%	-	-	7000	2,9%
1866-1870	530 200	474200	89,4%	14800	2,8%	9600	1,8%	-	-	2200	0,4%
1871-1875	394 700	365100	92,5%	900	,2%	11600	2,9%	700	0,2%	5200	1,3%
1876-1880	228 100	195300	85,6%	400	0,2%	9300	4,1%	800	0,4%	4700	2,1%
1881-1885	857 300	797000	93%	2700	0,3%	7900	0,9%	3000	0,3%	5400	0,6%
1886-1890	485 200	440100	90,7%	1200	0,2%	10900	2,2%	5300	1,1%	2500	0,5%
1891-1895	402 600	371500	92,3%	11300	2,8%	8400	2,1%	3600	0,9%	1500	0,4%
1896-1900	127 200	107400	84,4%	1700	1,3%	4000	3,1%	2800	2,2%	1000	0,8%
1901-1905	146 600	134900	92%	1200	0,8%	2600	1,8%	1800	1,2%	800	0,5%
1906-1910	133 100	120300	90,4%	2000	1,5%	1400	1,1%	2800	2,1%	700	0,5%
1911-1914	78 800	61300	77,8%	3300	4,2%	800	1%	3600	4,6%	1200	1,5%

Fonte: MÖNCKMEIER, 1912: 192

Os números são sempre impressionistas. Não podem ser tomados em seu caráter absoluto, sobretudo os referentes à emigração alemã, pois ela inclui e exclui pessoas de modo aleatório. Dada a especial configuração político-administrativa anterior à unificação; dada a existência de um Império Austro-Húngaro, que congregava uma grande variedade de povos com língua oficial alemã, a tabela em apreço poderia ser dilatada ou restringida, pois muitos que se identificavam como alemães não eram, e outros, como os austríacos, que poderiam sê-lo, foram contabilizados noutra estatística. De qualquer forma, não menos do que cinco milhões de alemães emigraram entre 1815 e 1914, um número expressivo perante os 60 milhões que saíram de toda a Europa. Disseminando-se por vários continentes, da Austrália à Oceania, concentraram-se preferencialmente na América, sobretudo nos Estados Unidos, que receberam 90% dos emigrados, isto é, um significativo contingente de 4,5 milhões de pessoas.

Apesar da reduzida escala do crescimento populacional da França no século XIX, o número de emigrantes intensificou-se a partir de 1870. Até o ano de 1910, abandonaram a França 800 000 pessoas, com destinos preferenciais para a América do Norte, Estados Unidos e Canadá, além da Argentina. Muitos foram para a Argélia e outros domínios pertencentes ao império colonial francês. Diferentemente das demais emigrações, em geral os franceses que partiam eram pequenos empresários, gerentes, comerciantes e profissionais liberais, que dava à sua emigração um perfil social específico.

A segunda onda começa em 1880 e se estende até 1914, sendo denominada a nova emigração por traduzir o recuo da vitalidade demográfica da Europa Ocidental. Corresponde, em parte, à Grande Depressão que se abatera sobre a Europa a partir de 1873, mas que teve continuidade mesmo depois que o ciclo depressivo se interrompeu, em 1896. Vinte milhões de europeus deixaram o continente, num ritmo alucinante que superava a casa de um milhão, no ano de 1900, e dois milhões, em 1913. Se de um lado do Atlântico a depressão econômica na Europa reduzia o passo do crescimento e da oferta de empregos; do outro lado, o vigoroso crescimento industrial nos Estados Unidos não poderia ser sustentado sem o concurso do braço imigrante, mão-de-obra graciosa, por cujo custo de formação não tivera que pagar. Latinos e eslavos formam o grande contingente dos novos emigrantes, cerca de 80% do total, dentre os quais se destacavam italianos, espanhóis, portugueses, russos, polacos, romenos, armênios, austro-húngaros, reduzindo-se a presença dos anglo-saxões, majoritários no período anterior, a meros 20% do total; assim mesmo, são principalmente irlandeses, pois os ingleses foram direcionados pelo Estado britânico para os domínios ultramarinos.

Os Impérios da Europa centro-oriental incluíram-se nos fluxos migratórios de forma mais intensa nesta segunda vaga emigrantista. Insignificantes na primeira metade do século XIX, em 1876-1880 já ascendiam a 59 mil emigrantes procedentes da Áustria e da Hungria, alcançando, respectivamente, a casa dos 2,3 milhões e dois milhões no período de 1875-1914, dentre os quais havia, necessariamente, um grande número de eslavos. O destino preferencial, à seme-

lhança dos alemães, eram os Estados Unidos, que receberam 90% da massa de emigrados. Tanto em relação ao ritmo quanto aos números e ao destino, a emigração procedente do Império russo assemelha-se à do seu co-irmão. Uma diferença importante era a emigração orientada pelo Estado russo para os territórios asiáticos do Império, o que significa, em último caso, uma forma de migração intranacional. Isto não significa que a emigração transoceânica fosse desprezível. Entre 1828 e 1859, o fluxo cresceu moderadamente; progrediu rapidamente entre 1860 e 1899; e, deu um salto significativo após 1890. No conjunto, entre 1828 e 1915, emigraram 4 500 000 de cidadãos russos de diferentes raças e etnias. A grande maioria era constituída por judeus, seguindo-se os poloneses, os próprios russos e os finlandeses. A distribuição percentual dos destinos preferidos indica 71,9% para os Estados Unidos, 4% para o Canadá e 3,7% para Argentina e Brasil.

Coube aos povos latinos a parcela maior dos emigrantes no último terço do século XIX: espanhóis, portugueses e, sobretudo, italianos. O fracasso da industrialização na Espanha foi um dos motivos que estimularam fortemente a emigração. Sem opção de emprego no setor urbano-industrial, a grande maioria da população submetia-se aos ciclos agrícolas que, muitas vezes, se transformavam em epidemias de fome e peste. Para aliviar a tensão social e diminuir a própria responsabilidade do Estado, os governos espanhóis assumiram a liderança do processo, seja transferindo condenados a penas prisionais rumo às colônias, Cuba e Porto Rico, ou para outras regiões da América espanhola, tais como México, Equador ou Venezuela; ou, então, disciplinando o fluxo migratório para regiões previamente selecionadas, caso do Brasil, beneficiado pela ordem real de 1865, que transformava o Império brasileiro em destino prioritário. Não obstante, a atração exercida pelos Estados Unidos, aliada à pressão populacional interna na Espanha, levou ao estabelecimento de uma política de portas abertas, beneficiando as regiões com maior potencial de emigrantes, especialmente Andaluzia, Galícia, Catalunha e Canárias. Entre 1906 e 1910, emigraram 318 000 espanhóis. No longo período que vai de 1820 a 1920, o Brasil recebeu 510 515 imigrantes espanhóis, o que representa o terceiro contingente populacional, atrás apenas de italianos e portugueses.

Entre os latinos, os portugueses ocupam o segundo lugar na ordem das emigrações. A vocação para se deslocar através do mundo é uma das grifes dos cidadãos portugueses firmada num longo percurso histórico³⁰. No século XIX, mesmo com taxas modestas de crescimento demográfico – pois o país passou de 4,2 milhões de habitantes, em 1880, para 5,4 milhões em 1900, e 5,9 em 1913 –, foi enorme a pressão para que os cidadãos partissem em direção a outros destinos. Não tendo participado do processo de industrialização generalizado que percorreu a Europa, assim como a Espanha, a estrutura produtiva tornou-se incapaz de absorver os contingentes de assalariados potenciais libertos das atividades agrícolas e de subsistência³¹, resultando em massa numerosa que não encontrava trabalho nem na indústria, nem no campo. Sem os meios básicos de subsistência, emigravam indivíduos ou famílias inteiras. Motivações

políticas somavam-se às econômicas insuflando o êxodo. Perseguições políticas, falta de liberdade de expressão e, sobretudo, a obrigatoriedade do serviço militar por longos seis a sete anos, que estimulava as famílias a preferirem investir na compra de uma passagem que levasse seus filhos para a segurança no estrangeiro, com a vantagem suplementar do retorno monetário representado pelas remessas de seus parentes emigrados.

Tendo hesitado entre estimular e restringir o fluxo emigratório, o Estado adotou uma política conciliatória, em que uma parte do contingente populacional foi dirigida para as colônias africanas, a fim de manter o aparato administrativo e militar que a dominação exigia; e a outra se permitiu emigrar, apesar das proibições, pois a remessa de divisas tornou-se fundamental para preservar o equilíbrio da balança de pagamentos e a saúde financeira do Estado. Nestes termos, a emigração, que era fruto do subdesenvolvimento do capitalismo português, transformou-se em elemento essencial à preservação do *status quo*³².

Os números relativos à emigração portuguesa somente se tornam confiáveis a partir de 1855, como se pode depreender da análise do gráfico e da tabela abaixo disponibilizados.

Figura 5: Emigração portuguesa oficial e estimada entre 1855 e 1940

PERÍODOS	SAÍDAS LEGAIS	ESTIMATIVAS COM CLANDESTINOS
1855-1864	77 049	80 901
1865-1878	148 248	155 661
1879-1890	215 502	247 903
1891-1900	268 326	307 903
1901-1911	385 928	439 046
1912-1920	366 114	391 743
1921-1930	324 752	347 486
1931-1940	109 252	

Fonte: BAGANHA, 2001: 449-450

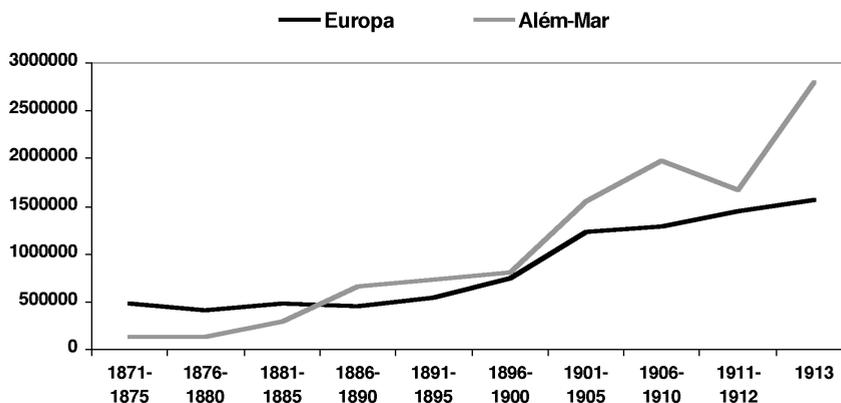
Constata-se pelos dados em tela que a emigração portuguesa arranca a partir de 1865, atingindo seu clímax no quinquênio 1901-1911, quando as saídas registradas oficialmente somaram 385 928 emigrantes que, somados às estimativas daqueles saídos clandestinamente, elevam-se a 439 046 indivíduos. Foi somente nas décadas finais do século XIX que a emigração portuguesa alcançou o índice dos países considerados de emigração maciça, isto é, a taxa média de quatro emigrantes por cada mil habitantes. O volume total das saídas em todo o período atingiu dois milhões de pessoas, com uma média anual em torno de 25 mil, evidenciando-se que, para cada 100 saídas, nove se faziam clandestinamente. Nos anos mais agudos da emigração portuguesa 271 mil indivíduos deixaram o país, entre 1911 e 1915, dos quais 90% se diri-

giram para a América, principalmente para o Brasil, que recebeu 1 160 000 portugueses entre 1857 e 1924.

A Itália colocou-se na liderança dos países exportadores de homens e mulheres no século XIX. Até o quinquênio 1881-1885, o fluxo migratório dirigia-se majoritariamente para os próprios países europeus, especialmente para a França. A partir do quinquênio seguinte, o além-mar é seu principal destino, sem que o fluxo para os países europeus tenha perdido importância, como se constata na Figura 6:

Figura 6: Médias quinquenais das emigrações italianas para a Europa e países ultramarinos

QUINQUÊNIO	EUROPA	ALÉM-MAR	TOTAL
1871-1875	479 885	125 505	631 975
1876-1880	411 005	132 975	543 980
1881-1885	475 730	294 975	770 705
1886-1890	453 470	655 025	1 108 495
1891-1895	545 335	737 215	1 282 550
1896-1900	742 665	809 505	1 552 170
1901-1905	1 224 040	1 546 210	2 770 250
1906-1910	1 287 970	1 968 470	3 256 440
1911-1912	1 448 010	1 665 215	3 113 225
1913	1 565 160	2 797 830	4 362 990



Fonte: *Emigração Italiana. A emigração como fenômeno social.*

Disponível em: <http://www.lagosnet.com.br/italia/verpor/index2.htm> (1 de Setembro de 2004)

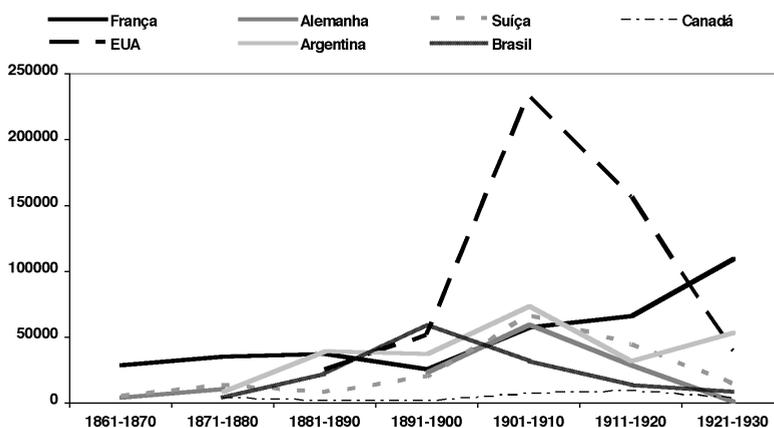
A massa dos emigrantes procedia, sobretudo, das regiões mais sofridas, em visível situação de desagregação social, do Veneto e Friuli na fase inicial e do sul após a Primeira Guerra Mundial. A elevada pressão demográfica contrastava com a reduzida disponibilidade de empregos, que se traduzia em salários

aviltantes. Sem políticas governamentais que pudessem minorar a gravidade da situação, as massas tomaram espontaneamente o caminho da emigração, procedimento esse que não desagradava de todo ao governo, pois de um lado, diminuía as tensões sociais no campo e na cidade; por outro, equilibrava a balança de pagamentos pelas remessas monetárias vindas do exterior. Se a válvula de escape funcionou bem durante um certo período, o resultado final foi nefasto, pois vastas áreas do país nas partes meridionais tornaram-se despoçadas, afastando ainda mais a possibilidade de integração dessas regiões à porção norte do país, dinamizada pela industrialização. Conjunturas específicas contribuíram para agravar ainda mais a situação, como a crise decenal de 1882-1892, que atingiu duramente as regiões agrícolas produtoras de vinho e seda. Isto explica, de certa forma, a excepcional saída de emigrantes no ano de 1888, as cifras alcançaram 204 264 pessoas.

A emigração italiana para os países de além-mar continuou a crescer nas últimas décadas do século. Entre 1876 e 1880 saíram 133 000 pessoas, média de 26 596 por ano; de 1886 a 1890, foram 655 000, com média de 131 005 por ano; no quinquênio 1896-1900, somam 810 000, média de 161 901; e, o cume da pirâmide entre 1906-1910, quando saíram 1 970 000 pessoas, correspondendo à média anual de 393 694 italianos. Nos anos seguintes, a tendência revela ligeiro declínio; mesmo assim, no período de 1910-1915 abandonaram a Itália 1 546 000 emigrantes, certamente movidos pelo afã de escaparem à guerra iminente. No conjunto, entre 1876 e 1915, nada menos do que 7 500 000 de italianos deixaram a Europa e outros 6 250 000 partiram da Itália para trabalhar ou viver em variados países da própria Europa. Um êxodo que esvaiu as reservas humanas do país e comprometeu seriamente o ritmo do desenvolvimento econômico ulterior.

Figura 7: Médias anuais da emigração italiana por países de destino

DECÊNIOS	FRANÇA	ALEMANHA	SUÍÇA	CANADÁ	EUA	ARGENTINA	BRASIL
1861-1870	28 850	4 403	3 818	-	-	-	-
1871-1880	34 749	10 594	13 282	2 675	-	8 608	3 722
1881-1890	37 407	8 639	7 118	627	24 487	39 151	21 555
1891-1900	25 928	23 093	18 906	592	51 433	36 722	58 022
1901-1910	57 262	59 104	65 567	6 510	232 945	73 460	30 336
1911-1920	66 449	28 507	43 360	8 363	156 678	31 552	12 588
1921-1930	109 107	1 153	14 189	3 257	38 861	53 330	7 559



Fonte: CLOUGH, 1964: 139

A relativização desta estatística impressionante fica por conta da não-contabilização dos retornados, isto é, muitos são computados duas vezes ou mais, pois são trabalhadores temporários em outras paragens que, como aves de arribação, retornam periodicamente a seu país. É o caso da emigração *golondrina*, em que os trabalhadores italianos flutuavam entre a colheita do trigo nas províncias argentinas de Córdoba e Santa fé, no verão tropical, e a colheita dos campos do Piemonte, na primavera italiana. Mesmo dentre os que se deslocavam para os Estados Unidos, cerca de 30% retornavam ao seu país; da Argentina, eram 53%. Nada que se igualasse, entretanto, aos povos de origem balcânica, cujo índice de retorno variava entre 86% e 90%.

Os Estados Unidos foram os maiores beneficiários dessa epopéia humana. Receberam, entre 1860 e 1913, mais de 26 milhões de europeus, dos quais 18 milhões fixaram-se definitivamente no país. A população, que em 1800 contava 5 milhões de habitantes, passou para 100 milhões em 1914. A América Latina foi o segundo espaço geográfico no mundo em acolhida de imigrantes, especialmente o Brasil e a Argentina. Com a abolição da escravatura, em 1888, acelera-se o ritmo da entrada de imigrantes no Brasil, sendo que, entre 1890 e 1914, as entradas anuais passaram de 107 mil para 194 mil pessoas, 40% dos quais eram italianos, 36% portugueses e 18% espanhóis. A Argentina, por seu turno, recebeu uma média anual de 111 mil imigrantes entre os anos de 1886 e 1980, média esta que se elevou a 360 mil no período de 1906 a 1913. Na América do Norte, o Canadá recebeu, sobretudo, imigrantes ingleses, que se destinaram também à Austrália, regiões pertencentes aos domínios britânicos. Neste caso, a corrente migratória foi tão intensa que medidas restritivas duras foram adotadas, exigindo-se dos interessados um certo montante de capital e saber especializado, procedimento semelhante ao adotado na Nova Zelândia. Partes da África, Argélia, Tunísia e, especialmente, a África do Sul, também foram contempladas com o fluxo migratório.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado mais profundo da emigração europeia, no século XIX, somente encontra paralelo histórico na transferência compulsória de mais de 10 milhões de seres humanos para o trabalho nas minas e nas plantações do novo mundo na época do antigo sistema colonial. Emigração forçada num caso, espontânea no outro, ambas se fundem no espaço de maior receptação moderna desses fluxos populacionais, gestando aí uma experiência singular que traduz a força e a fraqueza dos países nascidos dessa integração.

Mola propulsora dessa epopéia nacional, a Europa beneficiou-se de seu impacto econômico pela intensificação da circulação de capital, expresso no montante de recursos levados pelos emigrantes para o estrangeiro e seu retorno em valores multiplicados pelas remessas periódicas realizadas; e mais, promoveu a expansão do mercado das nações europeias, pelo apego tradicional de seus filhos aos produtos da terra; finalmente, a emigração promoveu uma alta geral de salários no continente europeu pela queda do número de trabalhadores disponíveis no país, ao mesmo tempo em que contribuiu para a redução do preço das terras.

Em termos restritamente demográficos, pois que é este exatamente o centro da questão, as emigrações desequilibraram a balança entre os sexos, gerando uma enorme disponibilidade de mulheres, mais numerosas do que os homens em 253 000 em 1801, tornaram-se 1 197 000 em 1914, com todas as consequências sociais que estes números podem significar. As taxas de natalidade decresceram; subiram as taxas de mortalidade pela saída dos mais jovens, combinação perversa que poderia estimular as famílias a produzirem filhos que lhes trouxessem recursos do exterior³³.

Se a emigração europeia decorreu, em larga medida, da industrialização retardatária da Europa e das pressões demográficas, sua contribuição foi essencial para o desenvolvimento dos novos países, ex-colônias. Fruto da urbanização, contribuíram decisivamente na ereção das grandes cidades portuárias do Novo Mundo: Nova York, Rio de Janeiro, Buenos Aires, promovendo uma integração indissolúvel entre as culturas de origem e as culturas de adoção. Os arquitetos europeus erigiram grande número de obras urbanísticas através do mundo, imprimindo sua marca arquitetônica presente nas edificações e, sobretudo, nos monumentos públicos que, apesar de motivados pela autóctone, foram representados com a roupagem da cultura da importação. Impensável a ocupação das terras do meio-oeste norte-americano sem a força dos imigrantes. Impensável o desenvolvimento vertiginoso da indústria nas grandes cidades dos Estados Unidos sem sua contribuição decisiva. Impensável também o avanço da cafeicultura brasileira sem seus braços; a industrialização de São Paulo sem sua participação; a pecuária e a agricultura argentinas sem seus esforços. Parceira incontornável da colonização, profundamente enraizados no processo de industrialização europeia, expressam um momento ímpar de europeização do mundo, de consolidação de sua hegemonia cultural, condição *sine qua non* de valorização do capital que os séculos vindouros saberiam testemunhar.

BIBLIOGRAFIA

- ARMENGAUD, André (1975), “Population in Europe 1700-1914”, in *The Industrial Revolution. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cipolla, vol. V. London: Fontana/Collins.
- ARRUDA, José Jobson (1980), *O Brasil no comércio colonial*, São Paulo, Ática.
- ARRUDA, José Jobson (2001), “O sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)”, in *História de Portugal*, org. José Tengarrinha, Bauru-São Paulo: EDUSC e UNESP.
- BAGANHA, Maria Ioannis (2001), “Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro”, in *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*, org. José Jobson Arruda; Luís Adão da Fonseca, Bauru, EDUSC.
- BAUMONT, Maurice (1965), *L'Essor Industriel et L'Imperialisme Colonial, 1878-1907. Peuples et Civilisations*, Paris: Presses Universitaires de Frances.
- BENJAMIN, Thomas (2006), *Encyclopedia of Western Colonialism since 1450, vol. III, Science and Technology to Zulu wars*, London: Thomson Learning.
- BORCHARDT, Knut (1973), “The Industrial Revolution in Germany”, in *The emergence of industrial societies-1. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cipolla. London: Fontana/Collins.
- BOWRA, B. M. (1972), *La imaginación romántica*, Madrid: Taurus.
- CAFAGNA, Luciano (1973), “The Industrial Revolution in Italy 1830-1914”, in *The emergence of industrial societies-1. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cipolla. London: Fontana/Collins.
- CAMERON, Rondo (1971), *La France et le développement économique de L'Europe 1800-1914*, Paris: Éditions du Seuil.
- CINANNI, P. (1968), *Emigrazione e imperialismo*, Roma: Editori Riuniti.
- CIPOLLA, Carlo M. (1964), *Historia económica de la población mundial*, Buenos Aires: Eudeba.
- CLOUGH, Shepard B. (1964), *The Economic History of Modern Italy*, New York: Columbia University Press.
- CORBIN, Alain (1989), *O Território do Vazio*, São Paulo: Companhia das Letras.
- DHONDT, Jan; BRUWIER, Marinette (1973), “The Industrial Revolution in the Low Countries 1700-1914”, in *The emergence of industrial societies-1. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cipolla. London: Fontana/Collins.
- FERRO, Marc (1996), *História das colonizações*, Lisboa: Estampa.
- GOLLWITZER, Heinz (1969), *O Imperialismo Europeu 1880-1914*, Lisboa: Editorial Verbo.
- GROSSMAN, Gregory (1973), “The Industrialization of Russia and the Soviet Union”, in *The emergence of industrial societies-1. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cipolla. London: Fontana/Collins.
- HILFERDING, Rudolf (1963), *El capital financiero*, Madrid: Editorial Tecnos.
- HOBSBAWM, Eric (1977), *A era do capital, 1814-1875*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric (1974), “First Comers” y “Second Comers”, in *Industrialización y Desarrollo*, Luciano Cafagna, et. al., Madrid: Alberto Corazón Editor.
- JEROME, H. (1926), *Migration and Business Cycles*, New York: Prentice Hall.
- LABROUSSE, Ernest (1962), “La crisis de la economía francesa al final del antiguo régimen y al principio de la Revolución”, in *Fluctuaciones económicas e historia social*, Madrid: Editorial Tecnos.
- LANDES, David (1994), *Prometeu desacorrentado*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LÉON, Pierre (1976), “L'épanouissement d'un marché national”, in *Histoire économique et sociale de la France*, org. Fernand Braudel; Ernest Labrousse, vol. III, Paris: Presses Universitaires de France.
- LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo (eds.) (2005), *Migration, Migration History, History: old paradigms and new perspectives*, 3.^a ed, New York: Oxford.

- MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando (2006), *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, Rio de Janeiro: CEPESE/ FAPERJ.
- MARX, K.; ENGELS, F. (1983), “Burgueses e proletários”, in *K. Marx e F. Engels*, org. E. Fernandes, São Paulo: Ática.
- MAURO, Frédéric (1996), *L'Expansion Européenne 1600-1700*, col. Nouvelle Clío, Paris: PUF.
- MÖNCKMEIER, Wilhelm (1912), *Die deutsche überseeauswanderung – ein beitrag zur deutschen Wanderungsgeschichte*, Jena.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2002), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru: EDUSC.
- PRADA, Valentin Vázquez de (1968), *História Econômica Mundial. De la Revolución Industrial a la actualidad*, vol. III, Madrid: Ediciones Rialp.
- PRATT, M. L. (1999), *Os olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*, Bauru: EDUSC.
- REINHARD, M. R.; ARMENGAUD, A. (1961), *Histoire de la population mundial*, Paris: PUF.
- SAID, Edward W. (1995), *Cultura e Imperialismo*, São Paulo: Companhia das Letras.
- SEMMELE, B. (1970), *The rise of the free trade imperialism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- SERRÃO, Joel (1977), *A emigração portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte.
- THOMAS, B. (1954), *Migration and Economic Growth: a study of Great Britain and the Atlantic economic*, Cambridge: Cambridge University Press.
- TODOROV, Tzvetan (1983), *A conquista da América: a questão do outro*, São Paulo: Martins Fontes.
- WOODRUFF, William (1973), “The Emergence of an International Economy 1700-1914”, in *The emergence of Industrial Societies-2. The Fontana Economic History of Europe*, London: Fontana/Collins.

NOTAS

- ¹ Uma das tendências é a colagem da colonização na industrialização e no imperialismo: BAUMONT, 1965. A outra é o tratamento das emigrações inserindo-as nas histórias demográficas: ARMENGAUD, 1975: 22-76. Um dos raros textos a juntar emigração com colonização, assim mesmo de forma indireta, CINANNI, 1968. Textos recentes que se pretendem inovadores sobre a matéria continuam a tratar isoladamente os fenômenos considerados, tais como BENJAMIN, 2006; LUCASSEN e LUCASSEN, 2005.
- ² A expressão é de Labrousse, utilizada para caracterizar a economia do Antigo Regime, dominada pelos produtos agrícolas, cujos preços tendiam a variar em sentido inverso à produção (LABROUSSE, 1962: 339).
- ³ A expressão é tomada de empréstimo do livro de CORBIN, 1989. Neste caso, trata-se do vazio real, concreto, espaços vazios do ecúmeno, opostamente ao livro de Corbin, que trata do nascimento do prazer à beira-mar, o que pressupõe, necessariamente, ocupação humana.
- ⁴ Partimos da reflexão do lingüista Todorov, que explica a facilidade encontrada pelos europeus na conquista da América pela capacidade de manipulação do outro, no caso, os ameríndios (TODOROV, 1983).
- ⁵ Estrito senso, a expressão imperialismo identifica a fase monopolista de capitalismo. *Lato sensu* significa também a expansão neocolonialista atrelada à grande indústria associada aos interesses bancários. Para os pensadores marxistas, contempla a abolição da livre concorrência, a entrada em cena dos trustes e cartéis, o estreitamento das relações entre capital industrial e bancário que em sua fase abstrata e suprema assume a forma de capital financeiro (HILFERDING, 1963).
- ⁶ A partir da segunda metade do século XVIII instala-se um novo padrão de acumulação no Brasil. A Colônia torna-se fornecedora de alimentos e matérias-primas que garantem o ritmo de crescimento das fábricas portuguesas (ARRUDA, 2001: 245-264).

- 7 Em lugar do protecionismo e do monopólio explícitos, entrava em cena uma forma mais sofisticada, mais sutil de controle das economias mais fracas pelas mais fortes, o chamado imperialismo informal (SEMMELE, 1970).
- 8 A expressão foi utilizada por Hobsbawm para analisar as economias retardatárias do século XX. Aplica, em seu arcabouço teórico, igualmente, à compreensão do processo de industrialização ampliada no século XIX (HOBSBAWM, 1974: 47-74).
- 9 William Cockerill (1759-1832) chegou à Bélgica em 1799, onde fundou uma fábrica para produzir máquinas de fiar, atraindo outros empresários ingleses (DHONDT e BRUWIER, 1973: 344-345).
- 10 “Em realidade, a nova estrutura da propriedade, nascida da Revolução foi, na própria França, um obstáculo importante às mudanças tecnológicas” (CAMERON, 1971: 14).
- 11 ARRUDA, 1980: 364 e segs.
- 12 LÉON, 1976: 275-304.
- 13 De certa forma, a industrialização tardia beneficiou a Alemanha, que pode evitar os erros cometidos pelos líderes, fugir das indústrias de tipo antigo e incorporar as tecnologias mais modernas (BORCHARDT, 1973: 83).
- 14 A política intervencionista firmou-se a partir de 1887 com a ação do Estado na defesa das indústrias siderúrgicas e mecânicas, instituindo-se cotas destinadas a suprir as necessidades dos setores ferroviário e naval (CAFAGNA, 1973: 293).
- 15 GROSSMAN, 1973: 490-491.
- 16 Sobre o quadro geral da colonização, ver MAURO, 1996: 259-261. Ferro lembra que, apesar de sua enorme voracidade colonialista como política compensatória para perdas territoriais no continente europeu, os franceses priorizaram os investimentos financeiros fora do seu império colonial, privilegiado o Império Otomano e o Império Russo (FERRO, 1996: 103).
- 17 É o que Landes considera a terceira etapa da industrialização, a da automação em que as máquinas, além de fazer, pensam, instaurando o “medo do desemprego tecnológico” (LANDES, 1994: 330).
- 18 HOBSBAWM, 1977.
- 19 WOODRUFF, 1973: 694.
- 20 A formulação lapidar que aparece no texto *Fondements de la critique de l'Économie Politique*, Ed. Ébauche (1857-1858) foi precedida em termos mais genéricos no Manifesto do Partido Comunista de 1848: “Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações” (MARX e ENGELS, 1983: 368-369).
- 21 WOODRUFF, 1973: 699.
- 22 WOODRUFF, 1973: 622.
- 23 REINHARD e ARMENGAUD, 1961: 263.
- 24 CIPOLLA, 1964: 83.
- 25 PRADA, 1968: 183.
- 26 HOBSBAWM, 1977.
- 27 WOODRUFF, 1973: 702.
- 28 Sobre a temática cultural da expansão européia no século XIX, ver GOLLWITZER, 1969; SAID, 1995; PRATT, 1999; BOWRA, 1972.
- 29 O debate envolveu, inicialmente, JEROME, 1926; THOMAS, 1954.
- 30 Os esforços conjuntos de pesquisadores brasileiros e portugueses criaram condições para o relançamento dos estudos sobre a migração portuguesa para o Brasil, alicerçados nas novas tecnologias produgalizadas pela informática e estimulados pelos novos objetos que passaram a compor os horizontes da história cultural (MARTINS e SOUSA, 2006).
- 31 SERRÃO, 1977.
- 32 PEREIRA, 2002: 23.
- 33 ARMENGAUD, 1975: 71.

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL E A GEO-ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO EURO-AMERICANO

Miriam Halpern Pereira

Para quem se começou a interessar pelo movimento migratório entre Portugal e o Brasil no século XIX e nos primórdios do XX desde meados da década de 60, é com enorme prazer que venho acompanhando o notável progresso da historiografia neste domínio. Esse progresso tem-se processado mediante investigação quase paralela de ambos os lados do Atlântico, permitindo confrontar fontes complementares e unir as duas extremidades do mesmo processo. Tudo isto não foi o resultado de um plano organizado, como poderia ter acontecido, mas resultou apenas da lógica inerente à pesquisa dos historiadores. O que é em si um fenómeno historiográfico interessante. Quando, em 1992, eu organizei juntamente com Maria Beatriz Nizza da Silva e Maria Ioannis Baganha o 1.º Colóquio sobre Emigração e Imigração, realizado em Portugal, pensou-se que logo se seguiriam outros. Mas de facto só decorridos 14 anos surgiu este segundo colóquio sobre emigração, restrito neste caso ao Brasil.

Múltiplas e diversificadas abordagens regionais e locais contribuíram nestes últimos anos para uma análise mais rigorosa das várias facetas da emigração, esclarecendo vertentes fundamentais, imperceptíveis nas fontes de âmbito nacional. Contudo, os movimentos migratórios são um processo global, cujas interações estão longe de estar suficientemente estudadas. Tem-me preocupado ultimamente o facto de após se ter investido em estudos muito aprofundados, fundamentais e renovadores, com frequência não se regressar à uma perspectiva global enriquecida pelas pesquisas sectoriais. Essa visão de conjunto e a resposta às grandes questões tem ficado demasiadas vezes entregue apenas à divulgação mediática. Devemos nesse aspecto sermos capazes de seguir a lição de Eric Hobsbawn, para não citar senão um exemplo.

Pareceu-me interessante ensaiar uma abordagem genérica, de componente comparativa, sem qualquer pretensão exaustiva, evocando alguns aspectos globais do fenómeno migratório. Na ênfase que cada país ou região do mundo dá à parcela do movimento migratório em que se esteve ou continua envolvido, com frequência tem sido esquecido esse contexto da globalização das correntes migratórias e a sua inserção na geo-estratégia do desenvolvimento intercontinental.

É a simples dimensão da emigração transatlântica no contexto mundial dos movimentos migratórios que convêm começar por ter presente. Nos séculos XIX-XX ocorreram grandes migrações em diferentes pontos do globo, como a dos polacos para a Alemanha, Rússia e França antes de 1914, o afluxo de 3 milhões de habitantes maioritariamente da Europa oriental e meridional a França entre 1920 e 1930, as migrações da Rússia europeia para Rússia asiática que atingiram 3 milhões e meio entre 1900 e 1914, o amplo movimento populacional da Índia britânica em direcção a Burma, Malásia e Africa Oriental, e da China para Ásia do Sudeste e para a Manchúria¹.

Contudo nenhum destes amplos movimentos se compara à verdadeira torrente humana que atravessou o Atlântico da Europa em direcção às Américas: 44 a 52 milhões de europeus atravessaram o Atlântico entre 1815 e 1914. Estes números globais atestam o carácter único desta emigração, que nem do ponto de vista quantitativo tem comparação possível com os movimentos migratórios ocorridos no contexto dos anteriores sistemas coloniais.

Serão três as questões que abordarei: a razão desta cronologia, a composição europeia dominante e as redes de emigração.

A grande emigração europeia para as Américas, centrada grosso modo entre 1870 e 1930, encontra-se balizada por duas grandes crises de efeitos totalmente opostos. A longa depressão europeia de 1873-1895, desencadeada pela concorrência da agricultura dos EUA e a revolução nos transportes, associa o desembarque de trigo americano barato na Europa e o desembarque de camponeses europeus empobrecidos do outro lado do Atlântico. Pelo contrário, a crise de 1929 de origem americana desacelera o movimento migratório por alguns anos e, embora não o tendo interrompido, constitui o final duma época, que as medidas restritivas dos anos 20 já prenunciavam. Se estas crises nos explicam porque tantos europeus se envolveram na aventura transatlântica, e também nos indica os motivos da sua desaceleração, nada nos diz sobre as razões da presente necessidade de mão-de-obra na vertente americana do Atlântico.

É do conhecimento geral que foi a escravatura que viabilizou o desenvolvimento da América no período colonial, a emigração europeia dessa época forneceu essencialmente os quadros administrativos, militares, técnicos e um restrito corpo de comerciantes e artesãos. Os colonatos foram raros e de êxito variável. Regra geral omite-se que foi a presença massiva de escravos que determinou a reduzida dimensão da emigração europeia e o seu forte controle.

No período que nos interessa aqui, a coincidência da crise económica europeia com a crise de mão-de-obra provocada iniciada com o cessar do tráfego negreiro fez a “felicidade” de ambos os lados do Atlântico. É uma situação abordada com clareza na historiografia sobre o Brasil, mas omissa relativamente aos restantes países. Escravatura e emigração raramente são abordados em conjunto, como fases sequenciais do mesmo processo de desenvolvimento das Américas. Ora estes dois processos de abastecimento do mercado de trabalho americano estavam interligados e na época foram tratados como tal a nível internacional. A passagem de uma sociedade escravagista para uma sociedade

de trabalho livre foi extremamente morosa e prolongou-se muito para além das independências políticas nas Américas.

No século XIX, assistiu-se nas Américas ao arrastado estertor de um sistema colonial, que deixou atrás de si uma pesada herança, a sociedade baseada no trabalho do africano escravo. Durante três séculos, uma corrente emigratória forçada permitira o povoamento e o desenvolvimento das colónias das Américas. Estima-se que cerca de 75 000 escravos desembarcaram por ano nas Américas no final do século XVIII. A expansão do açúcar em Cuba, do algodão nos EUA e do café no Brasil, na primeira metade do século XIX, elevou vertiginosamente este quantitativo que quase havia duplicado em 1840 (135 000 escravos)².

No Brasil, como se sabe, com a independência não diminuiu o afluxo de mão-de-obra escrava, bem pelo contrário, a expansão do café veio a intensificar a procura. De 1820 a 1850, calcula-se em 1 100 000 o número total das entradas.

Vinha de longe a crítica ao negócio negreiro. A vontade de constituir novos espaços coloniais acompanha de perto o movimento abolicionista. A partir da segunda década de oitocentos projecta-se lentamente uma nova articulação entre a Europa, a África e a América. O êxito dos projectos de implantação europeia mais extensa e de novo tipo em África impunham o cessar da sangria populacional ocasionado pelo tráfico negreiro. Movimentos de opinião humanitários e interesses económicos e políticos coincidiam parcialmente, mas tanto uns como outros permaneceram longo tempo minoritários. Contudo, alguns casos pioneiros, como Haiti (1791) e o norte do Canadá (1793), precederam o próprio acordo de Viena.

As tímidas medidas relativas ao tráfico negreiro e à escravatura obtidas pela Grã-Bretanha no Congresso de Viena, o tratado de 1810 assinado com Portugal e o acordo de 1831 com o Brasil tiveram um efeito lento, esbarrando nos fortes interesses ligados ao tráfego de ambos os lados do Atlântico. Ao calendário da abolição, primeiro do tráfico e depois da escravatura em si mesma, estiveram também desde logo associados projectos de desenvolvimento nas Américas, baseados em mão-de-obra livre, com uma cronologia que se arrastou por boa parte do século. Nos novos países da América espanhola a abolição decidiu-se até meados do século, mas nas colónias de Cuba e Porto Rico isso só sucedeu em 1880. O Brasil foi o último país americano a acabar com a escravatura, apenas em 1888, uma década após sua abolição nas próprias colónias africanas de Portugal. Na totalidade do espaço imperial britânico a escravatura cessara bem mais cedo, em 1833, precedendo de doze anos a definitiva abolição nas colónias francesas e de cerca de 30 anos a abolição nas colónias holandesas (1863) e no conjunto dos EUA (1865)³.

A segunda questão que me propus abordar é por que motivo o grosso da emigração veio da Europa e não da Ásia, onde também existia um excedente de população em amplas zonas, que aliás motivaram as migrações acima referidas, ou porque razão não proveio até de África.

O século do liberalismo económico alargou o âmbito do mercado mundial de mão-de-obra, mas como acabamos de ver a um ritmo lento. Abolido o trabalho escravo nas principais regiões da África e das Américas, isso não significou contudo a criação de um mercado internacional de trabalho desregulamentado⁴. A construção dos países americanos e a expansão europeia para outros continentes, como a África ou a Austrália, foi acompanhada da escolha consciente e clara de um modelo de sociedade, que condicionou desde logo a proveniência da população migrante.

O caso dos Estados Unidos é particularmente interessante. Até 1875, existia a liberdade de cada Estado determinar o regulamento da entrada de estrangeiros em função das suas necessidades, cabendo ao governo federal a selecção do imigrante à posteriori através das leis de naturalização. Ora a naturalização ficava dependente de três condições, ser livre, ser de cor branca e o tempo de residência que oscilou e se fixou em 5 anos de 1801 em diante. Em 1906, acrescentou-se o domínio da língua inglesa a estes requisitos. De 1875 em diante, o governo federal assume a responsabilidade total em matéria de imigração e generaliza-se a orientação restritiva dos regulamentos que desde 1824 já filtravam a entrada no Estado de Nova York. As sucessivas restrições à imigração asiática datam também dessa época, inicialmente específicas em relação aos chineses (1875,1882,1885) e que passam abranger também os japoneses com o acordo bilateral com o Japão em 1907 e a lei de 1917⁵. No Brasil serão os africanos os visados pela restrição da "lei de locação do trabalho" de 1830, introduzida para regularizar o trabalho livre: como observou Gladys Ribeiro, eram explicitamente excluídos dessa possibilidade de contratação os "africanos bárbaros", que chegassem livres, sendo apenas abrangidos os africanos que já existiam no Brasil⁶. Invoque-se também o debate sobre a vinda de "coolies". Também só século XX se admitiria a entrada de japoneses.

Não foi assim por acaso que a principal corrente emigratória em direcção às Américas foi europeia. A elite dos novos países americanos almejava aproveitar o fim do tráfico negreiro e da escravatura para obter o branqueamento da população. Este modelo articulava-se aos próprios projectos de expansão europeia, para os quais era conveniente a fixação da população africana no continente de origem. Migrantes de outros continentes, ou raças, como se disse na época explicitamente nos textos legais e nos debates parlamentares ou na imprensa, nos EUA ou no Brasil, não eram desejáveis. No período inicial ainda se permitiu a afluência de asiáticos, fundamentalmente chineses à Califórnia, na época da corrida do ouro, e a Cuba.

Note-se que mesmo em relação à própria Europa, as zonas de proveniência preferidas, mesmo nos países da América latina, eram o Norte e o centro-ocidental da Europa, sendo o preconceito rácico em relação a população da Europa meridional e oriental muito acentuado. Robert Harney dedicou um artigo inteiro ao racismo em relação aos portugueses no universo colonial e pos-colonial de língua inglesa, mostrando como os portugueses eram considerados ou como não-europeus ou como inferiores aos outros brancos⁷. As leis restritivas

da emigração nos Estados Unidos visariam principalmente os povos da Europa meridional.

A terceira e última questão que vou abordar é o das redes de emigração. Continua a ser um tema apaixonante e aquele que conhecemos pior. Como é que o emigrante faz a escolha do destino? Em teoria pode parecer simples. O emigrante escolhe o país ou a região onde as oportunidades se apresentam como mais promissoras, o acesso e a instalação mais fáceis. Factores como o domínio da língua do país, relações pessoais, familiares e locais enquanto base de apoio e circuito de informação com efeito cumulativo, e ainda as condições jurídicas de instalação e de naturalização constituem factores decisivos de ponderação selectiva. Mas, a tudo isto deve-se acrescentar o papel das agências de emigração, estatais ou privadas, um dos grandes negócios da época, assunto bastante silenciado, porventura mais ainda que o tráfico negreiro. Constituem um dos principais alicerces das redes de emigração, em articulação muito directa com a própria política de migração nas duas extremidades do circuito, países de destino e de origem.

Embora as oportunidades de inserção derivadas do ritmo de desenvolvimento dos diversos destinos da emigração sejam um factor básico é evidente a intervenção de outros filtros. A própria escolha dominante dos emigrantes portugueses o evidencia, destoando da opção dominante a nível mundial. É interessante analisá-la no contexto da evolução dos grandes circuitos migratórios oitocentistas e novecentistas, comparando com as escolhas de outras origens nacionais.

O fim dos impérios ibéricos coincide com a inversão da posição relativa das Américas. Os EUA dominaram largamente o mercado da emigração nesta época. O seu crescimento demográfico foi espectacular: de 1800 a 1850 a população aumentou 4,3 vezes, enquanto na América Latina apenas cresceu 1,6; a distância entre ambas diminuiu de 1850 a 1900 mas continua ainda assim considerável, 3,2 contra 2,06. A população da América espanhola aumenta neste período de 98%, o Brasil 150% enquanto nos EUA o crescimento atinge 220%. Em menos de um século, assiste-se assim uma inversão da anterior relação demográfica entre o norte e o sul do continente americano: enquanto em 1820 a América latina com 19 milhões de habitantes ultrapassava a América do Norte que apenas tinha 5 milhões, em 1900 esta atinge os 82 milhões contra 63 milhões a sul do continente⁸.

Até aos anos vinte do século XX, o principal destino a nível mundial continuou a ser os Estados Unidos. Na primeira década do século XX, mais de 8 milhões de emigrantes desembarcaram nos EUA, na quase totalidade europeus. Só então a anterior dominância da componente britânica, seguida das nacionalidades alemã, norueguesa e sueca, começara a desvanecer-se⁹. Desde os últimos anos do século XIX, que se assistia à diversificação da proveniência, pondo fim à predominância do norte e do ocidente da Europa, em benefício da migração da Europa meridional e oriental. Mas a principal consequência foi a diversificação da componente nacional da emigração para os EUA., contras-

tando com os outros destinos que passaram a concorrer de forma mais intensa no mercado internacional, como o Canadá, o Brasil e a Argentina, onde a diversificação das origens foi menor. O Canadá e a Austrália continuaram preferencialmente ingleses, enquanto que ao Brasil e à Argentina afluíram principalmente cidadãos da Itália, Espanha e Portugal.

Saindo do universo da poderosa corrente migratória Grã-Bretanha-EUA, a perspectiva em relação a posição relativa dos mercados de trabalho altera-se em larga medida. Para os países da Europa meridional, o Brasil e a Argentina assumiram inicialmente muito maior relevância que os EUA. A Argentina tornou-se entre 1880 e 1930 o segundo maior destino da emigração europeia, recebendo 3 milhões de emigrantes que se vieram acrescentar à sua população de 1 milhão e setecentos mil. Desde a constituição de 1853, as condições eram muito atraentes para os estrangeiros, cujos direitos eram muito semelhantes aos direitos dos cidadãos nacionais, ao que acrescia o estabelecimento da liberdade de culto, a secularização das instituições e a isenção do serviço militar para os estrangeiros. A economia argentina atravessou uma época de forte desenvolvimento a partir de 1880: a associação de investimentos estrangeiros, essencialmente britânicos, e de mão-de-obra migrante permite alargar em grande escala a agricultura, e com o caminho-de-ferro a Pampa tornou-se num dos grandes pólos mundiais de produção agrícola e pecuária¹⁰.

Nenhum outro país, mesmo os EUA, mantiveram uma proporção de estrangeiros em relação à população autóctone tão elevada durante um período de tempo comparável. Os esforços para atrair migrantes protestantes dos países nórdicos tiveram contudo resultados ténues. O grupo espanho-italiano foi predominante a partir de 1870, oscilando entre 75 e 80%¹¹. Na década de 1880 os italianos predominavam, mas a situação começa a alterar-se dez anos mais tarde quando a presença espanhola se intensifica, acabando por se inverter na primeira década do século XX, época em que os italianos se orientam em maior número para o mercado estadouniense. Em Portugal foram sobretudo os algarvios que se interessaram pela Argentina¹².

Apesar do enorme poder de atracção da Argentina, as escolhas dos emigrantes tanto italianos, como espanhóis, foram mais diferenciadas do que poderia parecer. No caso da Itália, a própria Europa – França, Alemanha e Suíça – constituiu mesmo o principal mercado de trabalho até cerca de 1885¹³. E, mesmo após os anos de crise económica europeia, os mercados europeus recuperaram ainda um lugar importante, embora próximo dos países transoceânicos. Como Ercole Sori apontou, tratava-se de um país dividido: do Norte a população mais qualificada emigrava principalmente para a Europa – cerca de 80% entre 1876 e 1931 – enquanto que os trabalhadores agrícolas menos qualificados do sul dominavam o mercado americano – entre 48 e 77%. Localização geográfica e o custo dos meios de transporte tiveram um efeito decisivo. Da Sicília, a viagem transatlântica era menos dispendiosa que a viagem para o norte da Europa, e a partir de certo momento a isso se vieram acrescentar as viagens pagas pelo Estado brasileiro.

O conjunto destes mercados da emigração italiana desempenhava um papel de complementaridade para os emigrantes, substituindo-se uns aos outros em momentos de crise não-coincidentes para o conjunto. É o caso da Argentina de 1880 em diante em relação à Europa e aos EUA, e do Brasil nos anos de 1888 a 1891, momento de crise máxima na Europa, quando se intensificam as diligências dos agentes de emigração, e o Estado brasileiro oferece viagens pagas, com pleno conhecimento e aproveitamento da evolução do mercado de trabalho internacional. Contudo, a proibição pelo governo italiano da emigração subsidiada em 1902, aliado ao poder de atracção dos EUA leva 3 milhões de italianos a este país, contra 951 mil para a Argentina e 393 para o Brasil. O Brasil sente então mais vivamente os efeitos da concorrência dupla dos dois grandes mercados de trabalho concorrentes, os EUA e a Argentina. Será compensado pela emigração portuguesa, essa constante fonte de mão-de-obra, e igualmente pela mais recente emigração espanhola¹⁴.

Em contraste com os portugueses, os espanhóis tardaram a retomar o caminho das Américas. É só no final do século que se vai intensificar a emigração espanhola para as Américas. Tal como no caso português, após a independência das colónias espanholas, a entrada de espanhóis nas novas repúblicas, sofreu uma forte redução, e até total interrupção, face ao ambiente hostil e mesmo a expulsão ocorrida nalguns casos, como o México, onde a lei de 1829 os obriga a abandonar o país. Uma situação que se assemelha ao relacionamento entre Portugal e Brasil nos anos 20 – 30 do século XIX, mas com traços de maior agressividade. Tal como no caso de Portugal, é das ilhas atlânticas, neste caso as Canárias, que sai a primeira vaga significativa de emigrantes antes de meados do século em direcção à América. Os habitantes da costa meridional da Espanha preferiram o norte de Africa, nomeadamente a Argélia, até 1896, num movimento algo similar aos algarvios, que preferiram Gibraltar e Marrocos antes do início do êxodo argentino.

É no fim do século que se intensifica a emigração transatlântica. Jordi Nadal estima o êxodo transatlântico entre 1880 e 1930 em um milhão de pessoas, dimensão sem comparação possível com a emigração do período colonial como sublinha Sanchez-Albornoz: 1 por 1000 habitantes por ano, o que, como salienta representa duas vezes e meia as saídas anuais para a América no século XVI. O crescimento é particularmente acentuado entre 1887 e 1896, interrompendo-se bruscamente com o saldo negativo durante a guerra de Cuba entre 1897 e 1899. Com nova intensificação a partir de 1904, atingindo um cume em 1912, este movimento migratório prossegue com altos e baixos até 1930. Interrompe-se então o grande êxodo transatlântico do conjunto da população europeia, para o qual a Espanha contribuíra com 30%.

Este movimento, que não tem comparação possível com a emigração da época colonial em termos quantitativos, tal como sucedeu em Portugal e diferencia-se pela distribuição geográfica, sendo manifesto o desinteresse dos espanhóis pelas principais zonas de colonização antigas, o Peru e o México. Argentina, Brasil, Chile e Cuba tornam-se os principais destinos. Após o final da

escravatura em Cuba e a sua independência, acentuar-se-ia ainda mais a preferência dos espanhóis por esta ilha. Tal como no caso português e também britânico, é marcante a preferência pelos países americanos que haviam sido antigas colónias espanholas.

No caso português a dominância do destino brasileiro é esmagadora e o que me parece específico em relação ao século XIX e ao início do século XX é essa continuidade da dominância de um destino, se comparado com a Itália ou a Espanha ou até comparado com a evolução posterior da geografia da emigração portuguesa. Há assim que explicar por que motivo os emigrantes portugueses do continente não seguiram o exemplo dos açorianos, preferindo os Estados Unidos, ou o exemplo dos algarvios, na sua escolha dominante da Argentina. O Brasil até a abolição da escravatura em 1888 era certamente um dos destinos menos desejáveis. Países como a Alemanha proibiram até a emigração para o Brasil. A coexistência do trabalhador livre e do trabalhador escravo ocasionou uma inevitável deterioração das relações do trabalho assalariado. A situação dos empregados, detentores de um contrato de trabalho extremamente desfavorável, era próxima do trabalho servil. O acesso à terra após a lei das terras de 1850 também parece mais difícil que na Argentina ou nos Estados Unidos. É verdade que a continuidade relativa da presença portuguesa, concentrada no Rio de Janeiro e em S. Paulo, retomada sem perturbações demasiado graves após a independência, também terá possibilitado àqueles que conseguiram instalar-se em meio urbano condições melhores que no meio rural, como Gladys Ribeiro veio apontar.

Em termos genéricos, há alguns vectores globais que são evidentemente favoráveis à preferência continuada por determinado território. A verdade é que os emigrantes das antigas potenciais coloniais preferem as antigas colónias, devido não só a factores como a língua e a religião dominante, como à própria teia de relações pessoais. A continuidade da presença num mesmo território apenas se verifica no caso dos britânicos e portugueses, já que as principais zonas de implantação dos espanhóis na época colonial não coincidem com as novas zonas de desenvolvimento económico. No caso dos italianos, nem a ligação antiga ao território, nem a língua idêntica intervinham na escolha. Porventura isso explica o seu maior grau de dispersão.

A emigração portuguesa foi menos perturbada pelas hostilidades herdadas do relacionamento colonial do que a espanhola. Gladys Ribeiro, utilizando fontes brasileiras, mostrou como a liberdade de entrada de estrangeiros no Brasil de 1808 em diante, trouxe uma nota de variedade nacional importante, mas não contrariou a entrada maioritária de portugueses, retomada após a independência com percalços bem menores que no caso espanhol. Evolução similar foi também confirmada pela investigação de Jorge Alves com base em fontes portuguesas¹⁵. Eis um caso excelente que comprova o interesse da complementaridade de investigações de ambos os lados do Atlântico. Ora esta emigração portuguesa precoce, que antecede a grande vaga emigratória, desempenhou uma função decisiva no sentido da inversão almejada pela elite brasileira:

o branqueamento da população, desde 1872, o número de brancos ultrapassava já o dos negros, segundo Bender¹⁶.

E até 1880, a principal fonte de mão-de-obra europeia do Brasil foi Portugal. Os italianos, que se repartiam entre a emigração para a Europa e a Argentina, só afluíram em grande quantidade ao Brasil nas duas últimas décadas do século XIX. Os espanhóis começaram a chegar um pouco mais tarde, tornaram-se o segundo grupo estrangeiro no início do século XX, vindo substituir os italianos que entretanto se começaram a dirigir preferencialmente para os Estados Unidos¹⁷.

O sonho de fortuna rápida, ou pelo menos de promoção social, esteve em Portugal durante mais de cem anos associado predominantemente ao Brasil. O que nem sempre se sabe, é que as Américas voltaram a ser um destino importante da emigração portuguesa permanente tanto antes do fluxo migratório para a Europa a partir de 1960, como novamente de 1980 em diante. Só que na segunda metade do século XX a escolha diversificou-se com a inserção de outros destinos americanos, EUA, Canadá e Venezuela, ao lado do surgir de novos destinos noutros continentes, como a África do Sul e a Austrália. O sonho português adquiriu matizes mais variados, tornou-se menos brasileiro. Por outro lado, nas últimas décadas veio a nascer o sonho português dos imigrantes brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Blanca Sánchez (1988), “La emigración española a la Argentina (1880-1930)”, in *Espanoles hasta América. La emigración en masa (1880-1930)*, dir. Nicolas Albornoz Sanchez, Madrid.
- ALVES, Jorge Fernandes (1993), “Lógicas migratórias no Porto oitocentista”, in *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al., Algés: Fragmentos.
- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
- BAGANHA, Maria Ioannis B. (1993), “Interesses colectivos versus interesses individuais: a política americana de imigração (1776-1927)”, in *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al., Algés: Fragmentos.
- BENDER, Gerald J. (1980), *Angola sob o domínio português, mito e realidade*, Lisboa.
- BORGES, Marcelo (2000), “Migration systems in southern Portugal: regional and trans-atlantic circuits of labor migration in the Algarve”, *International Review of Social History*, vol. 45, parte 2.
- BORGES, Marcelo (1993), “Portugueses en Buenos Aires en el siglo XIX: características e evolución de una comunidad multi-secular”, in *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al., Algés: Fragmentos.
- ERCOLE, Sori (1979), *L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale*. Bolonha.
- HARTNEY, Robert (1990), “Portygees and other caucasians: Portuguese migrants and the radicalism of the English-speaking world”, in *Portuguese Migration in Global Perspective*, dir. David Higgs, Toronto.

- LÉON, Pierre (1969), *Economies & Sociétés de l'Amérique Latine*, Paris.
- MARTINS, Sousa (1988), "La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetera (1880-1930)", in *Espanhóis hasta América. La emigración en masa (1880-1930)*, dir. Nicolas Albornoz Sanchez, Madrid.
- MIRANDA, Sacuntala de (1993), "A emigração portuguesa e o Atlântico 1870-1930", in *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al., Algés: Fragmentos.
- NADAL, Jordi (1984), *La población española (siglos XVI a XX)*.
New Cambridge Modern History, vol XII, 1964, Cambridge: University Press.
New Cambridge Modern History, vol. IX, 1975, Cambridge: University Press.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2002), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru, EDUSC.
- RIBEIRO, Gladys (2002), *A liberdade em construção*, Rio de Janeiro.
- ZHANG, Qingsong (1995), *Dragon in the land of the eagle: the exclusion of Chinese from the right of US citizenship, 1848-1943*, Ann Arbor.

NOTAS

- 1 *New Cambridge Modern History*, 1964: 220.
- 2 *New Cambridge Modern History*, 1975: 577-79.
- 3 Alguns Estados da União já haviam aceite a abolição gradual no final do século XVIII, e quatro já haviam abolido a escravatura antes da guerra civil.
- 4 A escravatura tradicional em Africa vai persistir até mais tarde, só sendo abolida no Zanzibar em 1897, na Etiópia em 1936 pelo ocupante italiano, persistindo ainda e na Maurítania, apesar de proibida repetidamente em 1905 e em 1961.
- 5 BAGANHA, 1993: 30-34; sobre as Chinese Exclusion Act de 1882, e medidas sucessivas de limitação do direitos à naturalização e até do *habeas corpus*, ver ZHANG, 1995.
- 6 RIBEIRO, 2002: 164. Sobre o carácter desfavorável desta lei também para os trabalhadores contratados, ver ALVES, 1994: 127 e PEREIRA, 2002: 25-27.
- 7 HARTNEY, 1990.
- 8 LÉON, 1969: 47.
- 9 Não deixa de ser inesperada a enviesada perspectiva do mundo anglo-saxónico, encontrada numa obra de âmbito mundial, como a História de Cambridge, na sua edição dos anos 60, onde a este propósito se refere o movimento migratório dos países do sul e de oriente como a "nova emigração", que se contrapõe à velha emigração do Norte e Ocidente Europeu, classificando-se a diversificação nacional de diversificação rácica (vol. XII, p. 21). Esta expressão é em si paradigmática da discriminação racial a que já me referi!
- 10 Deve-se a Sacuntala de Miranda ter chamado a atenção para a relação entre corrente migratória luso-brasileira e os grandes investimentos de capital, nomeadamente britânicos (MIRANDA, 1993: 55).
- 11 ALONSO, 1984: 177-178.
- 12 BORGES, 1993; BORGES, 2000; ALVES, 1994: 176 (referência à ténue emigração do Porto para a Argentina).
- 13 ERCOLE, 1979: 28-32.
- 14 Em 1911 o governo espanhol também proíbe emigração subsidiada, mas ela continuou através da Argentina (MARTINS, 1988: 260).
- 15 ALVES, 1993; Gladys Ribeiro escreve a este respeito: "Colocando os portugueses no guetto diferentes concepções historiográficas ignoraram a presença de um enorme contingente de mão-de-obra portuguesa na Corte." (RIBEIRO, 2002: 247).
- 16 BENDER, 1980: 48. A composição racial é estimada em 1872 do seguinte modo: população branca 38%, negra 20% e mestiça 42%.
- 17 MIRANDA, 1993: 55; e ERCOLE, 1979.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO DISCURSO PARLAMENTAR OITOCENTISTA

Fernanda Paula Sousa Maia

Das inovações político-institucionais que o constitucionalismo oitocentista nos oferece, a Câmara dos Deputados é talvez a instância que, do ponto de vista do debate de ideias e confronto de opiniões, se nos afigura como um dos mais importantes palcos da vida política de então. Nestes tempos de mudança e de construção de um novo modelo político e social, a Câmara dos Deputados, para além da estrita função legislativa e fiscalizadora dos governos e da administração, emergia também como um importante fórum de debate político, a par de uma imprensa periódica aguerrida que, nesta época, acolhia nas suas redacções os mesmos protagonistas da tribuna parlamentar.

Apesar da existência de fortes mecanismos de controlo e de repressão do discurso parlamentar, que tendem a torná-lo num discurso conformado com o que se pode dizer na circunstância determinada em que a palavra é dita; sujeito à pressão de uma opinião pública emergente e a um elevado grau de dependência do aparelho de Estado de muitos dos deputados de então, o discurso parlamentar não deixa de se nos afigurar como uma das instâncias preferenciais para auscultar o debate político sobre os principais temas em questão na sociedade oitocentista portuguesa. A consciência da riqueza desta fonte esteve, pois, na origem da análise que empreendemos, através da qual procurámos auscultar a permeabilidade dos discursos parlamentares relativamente a um dos mais importantes temas de Oitocentos, como foi o da emigração em geral, e a destinada ao Brasil em particular, prolongando um trabalho que, noutra ocasião, já havíamos levado a cabo para a primeira metade do século XIX¹.

Pela análise que empreendemos no âmbito da nossa dissertação de doutoramento, e como já tivemos ocasião de sublinhar em várias ocasiões, na Câmara dos Deputados, pelo menos até meados de Oitocentos, a emigração para o Brasil não revestiu a importância e o destaque que a segunda metade do século XIX lhe iria reservar, período em que este tema se tornou numa das questões mais debatidas pelos parlamentares com assento na assembleia e uma das que mais controvérsia gerou entre os representantes da nação.

Se, ainda durante o período em que o Brasil era uma simples colónia de Portugal, o Estado procurava já controlar a mobilidade demográfica, através de medidas legislativas que pretendiam gerir e fiscalizar as saídas da população do reino, mesmo que fosse com destino a uma colónia do Império, com a instau-

ração do regime constitucional e, sobretudo, com a independência do território brasileiro, esta questão tornava-se ainda mais importante e, desde cedo, procurou ser objecto de um rigoroso controlo por parte do estado liberal que, através da concessão de um novo tipo de passaporte destinado às saídas para o estrangeiro, se esforçava, assim, por controlar esta mobilidade geográfica da população que, embora se inscrevesse num padrão já antigo, adquiria agora características inteiramente novas.

Ao peso negativo da herança intelectual dos séculos anteriores, que havia enfatizado a saída do reino como uma perda do elemento vital mais importante de um país – a sua população – os homens de Oitocentos souberam associar-lhe novos estigmas, a que o futuro haveria de reconhecer assinalável sucesso. Inscrita num período de crescente hostilização do tráfico e da própria escravatura, a saída de emigrantes foi sendo “lida” pelos políticos como um fenómeno encapotado de um novo tipo de esclavagismo, já não sustentado por negros, mas alimentado agora “escandalosamente” por homens brancos, a pretexto da prática do engajamento de colonos, condenada com veemência e considerada unanimemente como um novo regime de contratação de escravos². Por sua vez, as notícias reproduzidas em vários jornais e emotivamente dadas a conhecer à assembleia legislativa, que relatavam as péssimas condições de viagem desses colonos nas embarcações que os transportavam e as duras condições de trabalho que os esperavam, a maior parte das vezes em desacordo com o estipulado no contrato de partida, foram argumentos a que os políticos em várias ocasiões recorreram, ajudando a construir uma imagem “patológica” do fenómeno emigratório e, por consequência, do próprio país que assistia impávido ao que se passava à sua volta³. Visão construída de uma realidade que persistia em evoluir num sentido distinto do estabelecido pela retórica oficial, os políticos acabariam por ser confrontados com uma evolução crescente do número de partidas com destino ao Brasil que, ano após ano, se tornava cada vez mais considerável, ameaçando configurar a dimensão de sangria profetizada em séculos anteriores. Com efeito, e como já foi sublinhado, o discurso político, ao preocupar-se em condenar a emigração e ao enfatizar as condições dramáticas que envolviam as partidas, assumindo uma defesa desses “pobres analfabetos” seduzidos por promessas que não se podiam realizar, acabaria por esquecer deliberadamente a perspectiva dos que partiam e as razões por que o faziam⁴.

Da análise que empreendemos é possível perceber uma progressiva e lenta evolução no debate sobre este tema na Câmara dos Deputados, que nos permite marcar dois momentos de discussão separados cronologicamente pela década de 50 de Oitocentos. Dir-se-ia que a segunda metade do século XIX trouxe, não apenas uma maior centralidade ao tema da emigração, como também, pareceu revelar uma maior pertinência na discussão.

Na verdade, no início de Oitocentos, as primeiras discussões parlamentares sobre a emigração surgem ainda fortemente distorcidas pela questão ideológica. Assim, como já tivemos ocasião de demonstrar⁵, a primeira leitura que os parlamentares fazem da emigração continental para o Brasil aparece-nos des-

focada pelo contexto de exílio de partidários do liberalismo, resultante das contingências das próprias lutas liberais que ocuparam o regime constitucional, pelo menos, até 1834.

Com efeito, só num segundo momento, quando o processo de independência brasileiro surge integrado no discurso político, pela via da “normalidade” das relações diplomáticas, é que os deputados vão dando conta do movimento emigratório com destino ao Brasil, agora já sem razões políticas subjacentes. Na realidade, após a independência, o Brasil vinha procurando desenvolver uma política tendente à ocupação efectiva do solo, premissa indispensável à necessária valorização económica do novo país, o que estimulou o aparecimento de uma legislação imigratória favorável à entrada de novos indivíduos.

Só a partir de então, no Parlamento começa progressivamente a ganhar visibilidade uma outra dimensão da emigração, num primeiro momento associada apenas às Ilhas, e em particular ao arquipélago dos Açores, mas que, a partir de finais da década de 1830, os deputados começam a perceber que envolve o próprio território continental e não apenas o insular. A emigração começa então a ser entendida para além da simples dimensão política, e, cerca de dez anos depois da emancipação jurídica do Brasil, a saída de portugueses para a antiga colónia deixa de ser vista apenas como um fenómeno típico do “atraso” insular para ser redimensionada à escala nacional. A evidência, como demonstrou Alexandre Herculano no seu célebre artigo publicado no *Diário do Governo* de 13 de Janeiro de 1838, intitulado *A Emigração para o Brasil*, obrigava os políticos a estarem atentos a uma realidade emigratória que, como sublinha o escritor, “nestes ultimos annos tem sido espantosa”⁶.

Não podemos afirmar qual o grau de importância deste artigo de Alexandre Herculano para o início de um debate que só agora parecia começar na Câmara dos Deputados. O discurso sobre a emigração, até então vista como um fenómeno quase exclusivamente açoriano, teria que ser redimensionado e entendido agora no plano do próprio país, o que acabava por sublinhar ainda mais a incapacidade de Portugal para conseguir reter uma população que não era já a ignorante e miserável gente dos Açores, como afirmava, em 1837, Almeida Garrett, enquanto deputado por aquela região, procurando uma justificação para essa atitude. O que estava agora em causa eram homens válidos, na linguagem de Herculano, “o homem laborioso, o artista perfeito e intelligente” que deixava a sua terra por não encontrar lugar nela. Ou seja, o debate remetia directamente para a incapacidade de um país que, na psicanálise mítica de Eduardo Lourenço, via a sua viabilidade ser seriamente posta em causa⁷.

Foi, de facto, a partir do microcosmo açoriano que vários deputados começaram a chamar a atenção para a intensidade e volume da emigração para o Brasil. Logo em 1828, Leonel Tavares Cabral, eleito pelos Açores, considera, por exemplo, urgente que agora, que o Brasil é um país independente e no momento em que se sente em toda a Europa uma forte atracção decorrente do “nascimento de muitas Nações no Continente Americano”, se devam tomar “medidas” eficazes, entendendo, assim, que a política deve ser “mais vigilante”.

Segundo ele, se este apelo se fazia sentir nas próprias nações europeias, muito maior curiosidade haveria de despertar no seio de famílias que viviam no limiar da pobreza, como acontecia nos Açores, ao mesmo tempo que deixava também implícita a argumentação de cariz histórico que, alertando para a existência de um hábito, de uma tradição secular de deslocações para o Brasil, evidenciava o papel histórico desempenhado pela população açoriana no povoamento de “grande parte das visinhanças do Rio da Prata, do Rio Grande, e Sancta Catarina”⁸.

Os vaticínios de Leonel Tavares Cabral não produziriam, porém, qualquer eco na assembleia, que deixaria morrer a questão, não percebendo o real alcance desse prognóstico. Com efeito, apenas em 1836, quase dez anos volvidos sobre esta intervenção, iremos encontrar, de novo, referências à situação vivida nas ilhas açorianas. Desta vez, num tom bem mais dramático e até assumindo contornos alarmistas, Passos Manuel dá a conhecer uma memória que lhe havia chegado da Baía, onde eram relatadas situações confrangedoras relativamente à forma como os emigrantes açorianos aí eram conduzidos e tratados. Denunciando aquilo a que chamara já de “escravatura branca”, expõe o “máu tratamento que recebem estes emigrados a bordo dos navios, e que em alguns pórtos do Brazil, são postos em leilão”, concluindo que “é para lamentar”, sobretudo “quando as nações da Europa procuram meios d’estorvar ao trafico da escravatura dos negros, começa o trafico da escravatura dos brancos!”⁹.

Nos anos seguintes, serão predominantemente questões subsidiárias, as responsáveis pela discussão do tema. É o caso do recrutamento militar. De facto, desde cedo, é possível verificar uma estreita associação entre a legislação relativa ao recrutamento militar e as iniciativas legislativas sobre a emigração, associação que se torna mais intensa durante o liberalismo, momento durante o qual as forças militares tendem a adquirir um carácter de serviço e de dever cívico, a cumprir no âmbito do novo conceito de cidadania¹⁰. Assim se deverá entender o extremo cuidado com que o Estado procurou gerir as saídas do país com as necessidades de suprir os contingentes militares, impondo limitações suplementares aos jovens em idade de serem incorporados, aos quais se exigiam fianças elevadas, o valor da sua substituição, ou então, a remissão. Os altos valores atingidos por estas modalidades acabariam por afastar da possibilidade de emigração todos aqueles que não dispusessem de apoio económico familiar, pelo que era uma solução apenas ao alcance de alguns¹¹.

Mania, miséria, servidão pessoal, a emigração açoriana seria também justificada, por alguns deputados, como por exemplo Costa Cabral, como o resultado das falsas promessas que eram feitas à população pelas sociedades ou companhias, que não podendo fazer escravatura negra nas costas africanas, pelas limitações legais decorrentes dos tratados, dirigiam agora o seu interesse sobre a população insular. Alguns anos mais tarde, no seu retiro de prestígio, no Rio de Janeiro, afastado da participação directa na política nacional, Costa Cabral, agora já Conde de Tomar, acabaria por ser responsável por um discurso que haveria de enfatizar um aspecto da emigração portuguesa que, embora não

sendo o predominante e o mais representativo, iria, no entanto, tornar-se naquele que mais profundamente marcaria o discurso sobre a emigração. Explorando os aspectos dramáticos e emocionais ligados às sociedades de colonização e aos colonos portugueses no Brasil, o Conde de Tomar, muito contribuiria para a identificação progressiva que ia sendo feita entre a figura de emigrante e a de colono, com as conotações negativas inerentes à associação¹². Dir-se-ia, aliás, que estes eram já, em 1837, os aspectos que mais o seduziam no discurso sobre a emigração. Com efeito, como então fez questão de sublinhar perante os deputados, na assembleia de representantes eleitos, como o emigrante que parte das ilhas “não tem dinheiro para pagar as passagens para o Brasil, obriga-se por uma escriptura pública a todo o serviço, que lhe fôr designado, e por tanto tempo, quanto fôr necessario para pagar a passagem: chegados ao Brazil eis os Açorianos no mercado, a quem mais dá, e de lá vão os Brasileiros compra-los temporariamente!”. Insistindo na imagem de tráfico de escravatura branca, termina a sua intervenção, concluindo com alguma mordacidade: “não é isto vergonhoso ao nome Portugal? E há-de consentir-se tal?”¹³.

Era a primeira vez que, na Câmara dos Deputados, de uma forma tão explícita, se evocava a realidade emigratória açoriana explorando os seus pormenores mais sórdidos. De uma forma veemente parecia ficar também sublinhada a estreita associação que, a partir de então, sempre seria estabelecida entre a substituição de mão-de-obra escrava negra no Brasil e as crescentes necessidades de braços pela economia imperial, nexos que a próxima abolição do tráfico parecia, aliás, sustentar. Que argumento mais forte poderia ser encontrado pelos deputados para sustentar um debate que, a partir daí, pretendia apenas confirmar os seus pressupostos? Com esta retórica dominante evitavam-se também outras explicações para o fenómeno que pudessem evidenciar as dificuldades de um regime incapaz de fixar a sua própria população. Assim se compreende a crescente preocupação do estado português em controlar de uma forma mais rigorosa a saída dos seus cidadãos, como as iniciativas legislativas futuras apresentadas no Parlamento iriam testemunhar.

Por sua vez, na segunda metade de Oitocentos, os representantes eleitos irão, aos poucos, deixando de utilizar este tipo de argumentação na assembleia. Na verdade, o discurso contra os contratos de colonização, embora não desapareça por completo, abranda notoriamente a partir de então, reflexo de uma realidade que, progressivamente, deixa de ser tão significativa no âmbito nacional e no próprio Brasil, onde a emigração espontânea passou, também, a ser privilegiada.

Lentamente, os deputados começavam a observar o fenómeno emigratório para o Brasil com contornos cada vez mais nítidos. Na verdade, em finais da década de 1830, já todos os parlamentares tinham conhecimento oficial de uma emigração que, embora sabendo existir como prolongamento de uma corrente migratória anterior à própria independência, reconheciam agora que não assumia um carácter preocupante apenas no contexto da miséria das ilhas. Em Janeiro de 1838, o *Diário do Governo* fazia publicar um artigo que se iria mos-

trar premonitório no que respeitava ao tema em discussão. Escrito por Alexandre Herculano, já então um reconhecido intelectual, apesar da sua relativa juventude, o fenómeno é dado a conhecer em toda a sua abrangência. Despoletado por uma iniciativa legislativa brasileira, datada de 11 de Outubro de 1837, através da qual o Império regulava a locação de serviços, estipulando condições bastante gravosas para os colonos estrangeiros, por contraposição às garantias oferecidas aos cidadãos brasileiros¹⁴, Herculano reforça a retórica dominante, denunciando “a existencia de espantosos abusos” no processo de colonização brasileira. Insistindo na falsa propaganda que as companhias de colonização fazem do Brasil aos potenciais emigrantes – “pintam-lhes esses agentes o Brazil como o Eldorado, onde para achar ouro não ha mais do que tocar naquellas praias abençoadas” – justifica, assim, a facilidade com que esses agentes captam muitos dos interessados.

Herculano, porém, não se contentava em denunciar. Indo mais longe na crítica, remetia, já então, para a análise mais profunda do fenómeno, procurando perceber o que levava à saída, não do “homem devasso, descuroso, inhabil”, mas do homem jovem, válido e preparado profissionalmente. Estava lançada a polémica que pretendia remeter para Portugal uma questão que era, até então, percebida fundamentalmente a partir do exterior. Só assim se entende o verdadeiro programa de desenvolvimento que, no final do seu artigo, propunha. Desenvolver as vias de comunicação de modo a permitir transportar aos grandes mercados os produtos da agricultura e cultivar os “immensos baldios que cobrem Portugal”, parecem ser algumas soluções para alterar a deslocação de cidadãos. Se não se apresentam soluções, “que resultado se tira de dizer a homens que só vêem na Patria um prospecto de miseria, «vós arriscaí-vos a ser miseraveis na vossa emigração?» Ao menos, dirão elles, essa desventura é incerta, e podemos lá ser felizes, quando aqui temos quasi a certeza de nunca o ser”¹⁵. Remetendo a raiz do problema para dentro das próprias fronteiras, Alexandre Herculano estava a reposicionar a emigração não como resultado de manias ou fruto de ignorâncias, mas como um sintoma inegável de incapacidade do próprio país.

A Câmara dos Deputados parecia, no entanto, continuar pouco desperta para este problema. Começando por nomear uma comissão encarregada de propor medidas para pôr termo à emigração que partia dos Açores e do reino com destino ao Brasil¹⁶, a assembleia eleita ‘lavava as suas mãos’ remetendo a responsabilidade para os ombros da comissão.

Ao mesmo tempo, continuavam-se a ouvir, agora de uma forma mais sistemática e não tão esporádica, as queixas e denúncias de relatos de “commercio de escravatura branca”, num lugar onde, como registava Almeida Garrett em 1839, “tão alto se levantaram as vozes contra a escravatura preta”. Sublinhando a ironia deste facto, e invocando as suas ligações ao território açoriano de que era representante, ousava mesmo considerar este comércio de “carne humana”, conforme o designava, como o “mais abominavel, porque trafica de entes mais civilizados do que aquell’outros”¹⁷, inscrevendo a sua intervenção na imagem

prevalecente que insistia em analisar a questão a partir da perspectiva externa, negando a assunção do problema a partir da incapacidade do próprio país.

Mas seriam, porém, as alterações e as revoltas ocorridas em finais da década de 1830 no Pará, e as consequentes perseguições movidas contra os portugueses, os factores que iriam ajudar a consolidar, na Câmara dos Deputados, a retórica dominante que defendia um discurso dissuasor de contornos dramáticos. Sublinhando a importância deste problema, vários deputados fizeram questão de descrever com palavras pungentes a situação vivida pelos portugueses num território sujeito a grande instabilidade política, palco de sucessivas revoluções, nas quais, “os Portuguezes são sempre aquelles, que são mais sacrificados”, não deixando de enunciar com grande detalhe, perante uma assembleia sedenta de pormenores sórdidos, as mortes, as perseguições, os roubos e os assassinios que a revolução no Pará, em 1835, ainda na memória de muitos portugueses, havia desencadeado¹⁸.

Na verdade, o tema do anti-lusitanismo é, ele também, um tema recorrente das discussões parlamentares da primeira metade do século XIX. Repercutindo, na Assembleia eleita, notícias veiculadas pela imprensa brasileira ou por outro tipo de contactos (pessoais, epistolares, ou outros), os deputados, entre 1831 e 1855, por várias vezes, irão denunciar os problemas com que os portugueses no Pará¹⁹, na Baía²⁰, no Maranhão²¹ ou em Pernambuco²² se confrontam no seu quotidiano enquanto emigrantes. A progressiva estabilização política interna brasileira acabará por fazer cessar as denúncias de perseguições aos portugueses, feitas pelos deputados, que deixam de aparecer registadas a partir de 1855.

Estas denúncias, porém, não escondiam a incapacidade do governo em contrariar o fluxo cada vez maior de emigrantes que demandava o Brasil, demonstrando a ineficácia das medidas até então levadas a cabo. Isso mesmo confessava, no Parlamento, o ministro do Reino, Costa Cabral, em Janeiro de 1843, no momento em que era lido o relatório relativo à pasta que dirigia. Assumindo que todos os esforços haviam sido “baldados”, e que todos os regulamentos de polícia não eram ainda suficientes para prevenir uma emigração “que parece filha de um systema premeditado, em que se empregam meios de persuasão e astucia para illudir a gente incauta e a vida de chimericas fortunas, que se lhe promettem”²³, desenvolve a ideia da necessidade de endurecer a legislação relativa às saídas, como a única via ao alcance dos governos para contrariar as partidas.

Esta constatação não era casual. Mais do que ninguém, Costa Cabral sabia o quanto difícil era lutar contra os interesses ligados ao transporte de passageiros. Assim se deverá, por exemplo, entender o malogro da sua iniciativa legislativa, datada de Agosto do ano anterior. A portaria que a 19 de Agosto de 1842 fizera publicar, no sentido de limitar a “escravatura branca”, gerara forte oposição, como se pode testemunhar pelas representações e queixas chegadas à Câmara dos Deputados. Introduzindo uma regulamentação rigorosa no que respeitava à concessão de passaportes e às condições de transporte, exigindo o cumprimento de determinadas cláusulas nas embarcações, interferia num sector

que rapidamente faria sentir o seu descontentamento, como o comprova a actuação da Associação Comercial do Porto que, como demonstrou Jorge Fernandes Alves, com a pressão exercida, haveria de conseguir a alteração de parte do articulado, o que iria estar na origem da portaria rectificativa de 9 de Dezembro do mesmo ano que lhe limitaria significativamente o alcance²⁴. A sua actuação apontava, porém, para um caminho que, mais cedo ou mais tarde, teria que ser trilhado. Com efeito, só em 1855, após as convulsões políticas do final da década de 1840, transpostos os principais obstáculos e num clima de forte indignação da opinião pública pelo recente conhecimento de casos de maus tratos de passageiros a bordo do barco “Incógnito”, seria possível fazer publicar uma legislação que introduzia uma nova regulamentação tendente a evitar os abusos de que, nas embarcações, eram vítimas os emigrantes, ao mesmo tempo que prevenia a saída clandestina de indivíduos. Apesar de ser conhecida como “lei repressiva da emigração”, Jorge Fernandes Alves não deixa, porém, de a considerar ainda uma iniciativa muito débil e lacunar²⁵.

Até lá, no entanto, a emigração para o Brasil seria repercutida na Câmara dos Deputados pela via emocional, suscitada pelas recentes notícias, entretanto chegadas a Portugal, das alterações ocorridas em Pernambuco, ainda no ano de 1848. A indignação dos parlamentares decorria, em primeiro lugar, do silenciamento do acontecido no texto do discurso de abertura do ano parlamentar, lido pela rainha. Invocando o dramatismo dos episódios e as consequências lamentáveis para os portugueses aí residentes, os deputados apressar-se-iam a agir, discutindo uma proposta de lei do governo, através da qual se pretendia disponibilizar uma verba no orçamento, destinada a fundar uma colónia agrícola em Angola, no distrito de Moçâmedes. Pretendia-se, deste modo, não apenas dispor de uma alternativa para os desalojados de Pernambuco, como acima de tudo, tornar possível a concretização de um dos desejos mais íntimos dos intelectuais de então, que apostavam na reconversão geográfica da emigração, através da criação de destinos de substituição viáveis, capazes de captar o fluxo de saídas do reino, entre os quais surgia, a par do Alentejo, a hipótese, cada vez mais aplaudida, do desvio para África²⁶.

Esta última hipótese não era, porém, nova. Em 1839, por iniciativa de Sá da Bandeira, tentara-se já desviar para Angola todos aqueles que, sem posses ou desiludidos, se encontravam no Rio de Janeiro, fazendo pagar, através do consulado português na capital brasileira, uma embarcação que para aí os conduzisse. No entanto, a experiência não havia sido bem sucedida, tendo conduzido à morte da maior parte das catorze dezenas de emigrantes que aceitaram a oferta²⁷. A proposta de lei que agora se discutia teria, no entanto, um desfecho diferente. Apresentada por força das circunstâncias adversas suscitadas pelas alterações da revolução praieira, culminando uma série de revoltas e rebeliões ocorridas nessa região, desde pelo menos 1817²⁸, e em resposta às representações chegadas ao governo, o executivo pretendia assim criar uma alternativa viável que pudesse garantir o futuro dos portugueses vítimas de desacatos na região pernambucana. A criação de uma colónia agrícola num território consi-

derado “semelhante a Pernambuco”, mas na região angolana de Moçâmedes, parecia ser o trampolim necessário para uma mudança, por todos, desejada. Assim o parece comprovar a rápida e consensual aprovação que, logo na sessão subsequente, haveria de ser feita do articulado do diploma²⁹.

Menos frequente parece ter sido a opção alentejana, subjacente ao texto de Herculano a que já fizemos referência, incorporando afinal uma ideia que, pelo menos desde o século XVII, circulava, entre nós, como uma das panaceias para a falta de gente no Reino. Procurando promover o arroteamento dessa vasta região continental, caracterizada do ponto de vista agrícola, pelo latifúndio, entendiam assim os deputados promover o desenvolvimento interno e, dessa forma, conseguir seduzir potenciais colonizadores a quem, até aí, apenas era apresentado o Brasil como alternativa. Assim se deve entender a iniciativa do deputado Baptista Lopes quando, em Setembro de 1842, apresentou uma iniciativa legislativa da sua autoria, através da qual se propunha o arroteamento das terras dessa região que faziam parte dos bens nacionais. Salvaguardando o princípio da propriedade privada, com esta proposta de lei pensava o deputado ser possível a fundação de novas aldeias e, com isso, atrair “pessoas de ambos os sexos”, subtraindo-as à má influência dos “novos traficantes da escravatura dos brancos” que, “dos Portos do Reino” e não apenas dos Açores, estavam promovendo “para Paizes estrangeiros, e, desgraçadamente para nós, com espantoso sucesso”³⁰.

Surgido em 1838, a proposta de desvio da emigração para os territórios africanos, enunciada por Sá da Bandeira, acaba por ser um dos temas mais recorrentes do discurso parlamentar sobre a questão da emigração para o Brasil. A evocação destes territórios como alternativa de destino de emigração é, quase sempre, esgrimido como bandeira pelos deputados, especialmente quando os ecos das perseguições aos emigrantes portugueses no Brasil aumentam. Nem os sucessivos fracassos da colonização de Moçâmedes pareciam ser dissuasores. Os deputados sabiam que, ao mesmo tempo, estava-se também a promover o desenvolvimento e a colonização de territórios quase desconhecidos e que, dentro de pouco tempo, iriam estar à mercê da voracidade europeia. A corrida a África, essa, não se fazia.

Na primeira metade de Oitocentos, duas parecem ter sido, pois, as estratégias desenvolvidas na Câmara dos Deputados para fazer face ao crescente volume de emigrantes com destino ao Brasil. Identificado primeiro como uma “mania” que apenas afectava os ilhéus, pouco a pouco, foi sendo percebido como um comportamento que envolvia também os naturais do continente. Incapazes de apresentar iniciativas legislativas eficazes para enfrentar o fenómeno, que continuaria assim a ser entendido predominantemente a partir da perspectiva externa – fruto de promessas de lucro, sonhos de riqueza, ou falsa propaganda – os deputados desviariam o seu discurso para soluções que consideravam ser as únicas eficazes para enfrentar a questão. É assim que se compreende que, em vez de analisar as causas do problema, os parlamentares se tenham preocupado sobretudo em tentar desviar o fluxo, ora incorporando a

crença do retorno, insistindo na necessidade de “por todos os meios promover a vinda delles [emigrantes] para o Paiz”³¹, como afirmava José da Silva Passos, em 1852, ora procurando deslocar para o Alentejo ou, sobretudo, para os territórios africanos todos aqueles que desejavam partir. Como a história haveria de mostrar, ambas as tentativas fracassaram³², o que haveria de contrastar ainda mais com o crescente êxito das partidas para o Brasil, que na segunda metade de oitocentos se iria tornar decididamente no destino preferido de um número cada vez maior de descontentes.

Outros dos grandes temas que a Câmara dos Deputados “descobre”, no início da década de 1840, é o reconhecimento do movimento de sentido contrário ao da emigração, protagonizado pelo regresso de emigrantes vindos do Brasil que, nas terras de origem, aplicavam o resultado das suas poupanças, cumprindo a imagem do retorno veiculada por alguns deputados. Nos discursos dos parlamentares, o emigrante que partia, fazia-o porque alimentava o sonho do regresso, nem que fosse, simplesmente, como afirmava o então ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para cumprir o desejo mais íntimo do homem ausente que era “acabar os dias onde elles começaram a luzir para nós: quem na velhice não tem saudades de avistar o campanario da sua aldeia e ser sepultado aonde o foram seus pais”³³. Embora fundamentada no reconhecimento de um fenómeno, que assumia, pelo menos a nível interno, contornos bastante reais, como os recentes estudos sobre a realidade do retorno têm demonstrado³⁴, os deputados, no entanto, sabiam que estavam a tocar num dos temas mais emotivos e sentimentais, suficiente por si só para conquistar a audiência. Pela primeira vez, referiam-se também as eventuais vantagens para a economia portuguesa, que o envio de remessas desses emigrantes podia prodigalizar, ao mesmo tempo que com a permanência da imagem do regresso se acalmavam os receios daqueles que pressagiavam a desertificação do país. Como então diria o mesmo Rodrigo da Fonseca Magalhães, “esteja o homem onde estiver, quanto maior é a fortuna que faz, tanto mais vontade tem de a trazer para o ninho seu paterno”³⁵.

Contrariando uma retórica que continuava a insistir na denúncia da escravatura branca e dos seus agentes, o debate originado pelas remessas dos emigrantes acabava por se revelar dissonante relativamente ao que era dito em plenário. Apesar da importância dos números, os deputados nunca se questionaram ou puseram em causa a visão predominante que difundiam relativamente à emigração para o Brasil. Para muitos dos que, na Câmara dos Deputados, intervieram nos debates sobre este tema, os que partiam eram sempre “infelizes”, “desgraçados”, os “escravos brancos” que, atrás da fortuna, ao Brasil “vão buscar a sua desgraça e morte”. A emigração fora do contexto da colonização permaneceria ainda, para muitos, invisível, porque era, também, afinal, a mais recatada, a mais familiar, a menos dramática, quase invisível e, por isso, também a mais natural³⁶. Dos bancos do Parlamento, nesta primeira metade do século XIX, o sucesso esteve do lado do drama e da catástrofe, do escândalo do tráfico de escravatura branca, das promessas infundadas, contribuindo para

robustecer a visão patológica difundida pela retórica erudita. Será essa emigração a que ganhará o protagonismo e a ribalta, alimentada pelas fantásticas histórias de sangue, suor e lágrimas. Neste contexto, o sucesso dos “brasileiros” era ainda impensável.

Nem o avolumar de informações relativas a retornos de emigrantes de sucesso veiculadas na assembleia, sobretudo a partir da década de 1850, foram suficientes para silenciar a tónica dominante do discurso parlamentar sobre emigração. Pelo contrário, muitas vezes estes emigrantes regressados com sucesso são mesmo apontados como responsáveis pela difusão da noção de enriquecimento fácil entre a opinião pública. Assim se exprimia em Rodrigo da Fonseca Magalhães, enquanto Ministro do Reino, em 1854, ao afirmar “o povo olha para 2 ou 3 que vieram, e não se lembra dos que lá ficaram. Eis aqui como illudidos por esta fortuna, seja ou não verdadeira, elles repugnarão vir para Portugal, porque este não promete, o trabalho não pode prometter taes resultados”³⁷. Ainda em 1875, o deputado Luís de Campos utilizava de forma caricatural os exemplos de retornos de sucesso para concluir “em se vendo uma casa mais pintada, mais arranjada, é de pessoa que veiu do Brazil. No espírito aventureiro e phantasioso do nosso povo, extremamente ignorante, forja-se assim a idéa de ir enriquecer ao Brazil; não pensam os nossos tão pouco cultos conterrâneos em mais nada; não pensam que de cada 300 ou 400 homens que vão para lá ficam povoando as vallas dos cemitérios d'aquelles paizes metade ou três quartas partes, e que do resto que escapa fica irradiando uma vida miserável e ignóbil outra avultada parte, e só dois ou três vem com alguma fortuna ajudar a existência de seus velhos paes, ou figurar nos registros nobiliarchicos do paiz!”³⁸.

Só timidamente é que alguns deputados iam reconhecendo publicamente nos seus discursos as vantagens económicas para Portugal da emigração do retorno de sucesso. Em 1857, Carlos Bento, uma referência na política regeneradora, agora na qualidade de Ministro das Obras Públicas, no final de um discurso sobre a emigração, em que a enfatizava ser “a emigração para o Brazil (...) um mal muito grave; mas, alem de ser um mal muito grave é [também] uma vergonha para Portugal”, terminava, quase a medo, afirmando “a emigração nem sempre é um mal”³⁹.

Até às intervenções esclarecidas e informadas do intelectual J. P. de Oliveira Martins, primeiro na qualidade de deputado e, mais tarde, já como ministro da Fazenda, na Câmara electiva, só pelas vozes de alguns deputados mais reconhecidos, é que se ousava abordar a questão da benignidade da emigração. Assim aconteceu com as intervenções do deputado Vicente Ferrer, em 1862, glosadas por alguns dos seus pares, como o deputado Domingos de Barros quando anuiu “o factó é que tem vindo muitos brasileiros para o Minho, assim como para todo o reino (...) e tem sido de grande beneficio para o paiz a volta d’estes nossos compatriotas pelos muitos capitaes que trazem comsigo. Também é verdade que os brasileiros concorrem sempre a inscrever o seu nome em quaesquer subscripções que sejam destinadas a objectos de interesse público”⁴⁰.

Mais veemente, em 1865, o deputado Vieira de Castro, com o poder simbólico que, enquanto intelectual reconhecido, se revestia, ousava mesmo afirmar “todos sabem que aquellas grandes fortunas são a primeira alavanca do desenvolvimento do nosso progresso”⁴¹.

Apenas no final de Oitocentos se ouvirá na câmara electiva enfatizar sem rodeios as virtualidades das remessas provenientes da emigração para o equilíbrio financeiro do país. Primeiro, pela voz do intelectual reputado e discreto, J. P. de Oliveira Martins, agora na qualidade de deputado, sempre muito apoiado e aplaudido pelos seus pares, na apresentação de projectos de lei da sua autoria, como, em Abril de 1887, o de fomento rural, utilizando como justificação “a subida do cambio do Brazil, e a abundancia de capitaes disponiveis proveniente d'essas e de outras causas, fez com que os gemidos dos que soffrem se não ouvissem tanto”⁴². Na verdade, Oliveira Martins havia já calculado, perante a assembleia electiva, “em 10 000 000\$000 réis os capitães que todos os annos o Brazil manda para Portugal”⁴³. Nem mesmo Emídio Navarro terá coragem de o afirmar de uma forma tão descomplexada. Numa intervenção, na qualidade de Ministro das Obras Públicas, incapaz de fugir do padrão discursivo mais aceite, afirma de forma algo titubeante “o nosso deficit de exportação é grande, e saldamol-o em grande parte com as receitas de uma grande calamidade, que é a emigração. O dinheiro que vem do Brazil, é que nos dá esse saldo”⁴⁴.

O alcance e a importância destas remessas para a economia nacional só assumirão maior expressividade para os deputados no momento em que, no início da década de 1890, em Portugal se vive uma conjuntura de graves dificuldades financeiras. Oliveira Martins, já então na pele de Ministro da Fazenda, em várias ocasiões, chamará a atenção dos parlamentares para os efeitos que a “desorganização economica e politica do Brazil”, com inequívocos reflexos nas taxas de câmbio, têm na profunda crise que então se vive. Nas suas palavras “de um momento para o outro faltaram os recursos dos empréstimos, e as remessas de dinheiro do, Brazil. Assim, vimo-nos momentaneamente sem nenhum dos recursos com que podiamos mascarar o nosso estado economico. É esta a crise fundamental, a crise que reclama todas as atenções e para a qual não bastam medidas legislativas; é esta a crise que só o tempo, muito estudo, muito trabalho e muita dedicação podem resolver”⁴⁵.

Incapazes de perceberem as virtualidades do fenómeno emigratório, integrando-o num processo mais vasto que tocava todo o continente europeu e reconhecendo-lhe algumas virtualidades para os países de origem, a maioria dos deputados oitocentistas centraram a sua análise na identificação do fenómeno enquanto problema social que urgia solucionar no quadro jurídico-constitucional do Liberalismo. Assim se deve entender o discurso patológico em que muitos parlamentares se refugiaram e que, respaldados numa atitude de denúncia casuística e sistemática, tenderam a identificar a emigração como “uma destas doenças”⁴⁶, um “verdadeiro cancro”⁴⁷, que está a “tocar as raias da loucura”, falando-se mesmo em “emigromania”⁴⁸.

Será esta análise que fundamenta a necessidade de o Estado português encontrar, rapidamente, soluções para o problema social diagnosticado. Assim, toda a legislação discutida na assembleia procura responder a dois princípios nem sempre compatíveis, por um lado, assegurar o respeito pelo novo quadro constitucional liberal que consagra a liberdade de movimentos e de domicílio como direitos dos cidadãos, e por outro lado, a necessidade de aprovar uma regulamentação restritiva que, sem proibir a mobilidade dos cidadãos, controlasse as situações desviantes que pudessem acontecer. Ora, compatibilizar estes dois princípios nem sempre se fez pacificamente entre os parlamentares.

Na verdade, todos os momentos em que estas questões eram discutidas do ponto de vista da produção legislativa não deixaram de reflectir esta tensão. Entre a atitude ‘politicamente correcta’ defendida pela maioria, surgiram sempre algumas vozes que manifestavam a sua discordância. É assim que, a propósito da discussão do projecto de lei sobre a repressão clandestina de 1855, o deputado Cunha Sotto-Maior, na sua linguagem truculenta habitual, afirma “quanto a mim, declaro alto e bom som, que esta lei devia ser escripta com sangue, e repassada a fel; como vae é benigna. Queria uma lei draconiana; (...) Diga-me V. Ex.^a, diga-me a câmara, se deve haver commiserção e piedade para o capitão e para o dono do navio que se comportam assim!”⁴⁹.

Alguns anos mais tarde, perante a persistência de relatos dramáticos sobre situações reais vividas por muitos emigrantes que, pelos escândalos que envolviam, causavam indignação pública, o próprio José Estêvão ousará afirmar “todas as leis quantas há sobre a emigração são tristemente hypocritas; todos esses regulamentos, tudo isso é feito aparentemente no sentido de zelar a emigração, de que os colonos vão bem, de que se attenda á humanidade, de que não se leve mais gente da que cabe nos navios. De maneira que o poder e a nação que fazem estas leis, parecem interessados em que a emigração se faça; são hypocritas, porque o que querem com todos esses meios é difficultar a emigração. Essa hypocrisia deve acabar, e devemos dizer que queremos difficultar a emigração”. Por isso, sem quaisquer complexos defende, como só ele pode fazer, que a Câmara dificulte “os effeitos da acção de uma alliciação permanente, usurária e mal intencionada”, sublinhando “nós não estamos em academia (...) até onde pode ir o direito de uma nação quando a máxima parte d’ella, arrastada ou por falsos interesses, ou por falsos princípios, procede de modo que quebre o vinculo social?”⁵⁰.

Perante a dimensão predominantemente subjectiva, emotiva e até dramática da argumentação desenvolvida pelos parlamentares oitocentistas, poucas foram as vozes capazes de revelar alguma clarividência nas suas intervenções. Incapazes, na sua grande maioria, de se descolarem de um padrão discursivo predominante alimentado por fantásticas histórias de sangue, suor e lágrimas, os deputados não estavam também preparados para ouvir os poucos que, dentre eles, alertavam para a necessidade de resolver o problema da emigração a partir do entendimento diplomático entre os dois países, estabelecendo convenções bilaterais que regulassem o processo⁵¹. Na verdade, para

a maioria dos deputados, neste contexto emocional, apenas a atitude repressiva parecia ter lugar.

Outros deputados, procurando ter sobre o fenómeno uma perspectiva mais objectiva e informada, assumem no Parlamento uma atitude que podemos considerar, para a época, pouco habitual. Na verdade, reconhecendo que não pode existir debate político sem informação precisa e rigorosa, um número crescente de parlamentares propõe a constituição de comissões de estudo do problema emigratório, nomeando os seus membros em função da sua preparação e conhecimento da questão. Estas comissões terão como primeiro objecto de investigação a situação açoriana⁵² e, só num segundo momento, irão debruçar-se sobre o fenómeno na sua dimensão nacional.

Os resultados destas comissões foram sempre muito controversos e, sobre a sua eficácia, existiu permanentemente grande polémica e desconfiança, próprias do período pré-estatístico em que elas desenvolveram os seus trabalhos. Nem mesmo o grosso volume de resultados publicado pela Comissão Parlamentar sobre Emigração Portuguesa, em 1873⁵³, de mais de quinhentas páginas, foi suficiente para apaziguar os ânimos dos descrentes. Este trabalho, no entanto, representou um grande avanço para a época. Com efeito, pela primeira vez, foi possível fazer um levantamento sistemático sobre a emigração no seu todo, nacional e insular, inquirindo autoridades administrativas e consulares sobre a questão, fazendo um levantamento estatístico de número de indivíduos emigrados – no total nacional, por concelhos, por portos marítimos de origem e destino –, por total de chegadas ao Brasil, acrescentando, ainda, tabelas de salários em Portugal, preços dos principais géneros alimentares por distrito, bem como mapas sobre o estado do recrutamento por distritos. Dispondo, para além disso, de uma adenda com a legislação portuguesa e brasileira mais significativa compilada sobre o tema, bem como ofícios consulares portugueses, cópias de contratos de locação de serviços, entre muitos outros documentos avulsos considerados relevantes para o estudo do tema, pela primeira vez, os parlamentares dispunham de um conjunto muito completo de informações nas quais poderiam respaldar as suas intervenções e fundamentar a sua argumentação.

Apesar do que a publicação deste *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa* representou para Portugal, e para o debate político em particular, em 1875, escassos dois anos volvidos sobre a sua vinda a lume, ouviam-se já vezes cépticas sobre os seus reais efeitos. Assim desabafava o deputado Luís de Campos “Votei contra a nomeação das duas commissões, em primeiro lugar, porque ainda não vi que n’este paiz taes commissões produzissem nunca um resultado (*apoiados*). Bem sei que da parte de muitos dos meus illustres collegas que as formam, ha toda a boa vontade, todo o trabalho, toda a perseverança, e em quanto á commissão de emigração, ha mesmo um trabalho árduo e extraordinariamente difficil devido á penna do nosso illustre collega, o sr. Barros e Cunha (*muitos apoiados*); todavia é forçoso dizer que todos os trabalhos d’estas commissões não têm produzido mais do que relatórios ou livros, que os srs. ministros mettem aos cantos das suas gavetas e que não dão

resultado pratico algum (*apoiados*)”⁵⁴. Os apoios que o deputado recebe na sua intervenção parecem revelar uma grande solidariedade de posições por parte dos seus pares. Na verdade, dez anos volvidos sobre esta intervenção, Consiglieri Pedroso voltava a chamar a atenção, no Parlamento, para a falta de informações actualizadas sobre a questão da emigração, quando afirmava “em geral, sr. presidente, são de um extraordinario laconismo, são irritantemente parcios em elementos de estudo os pareceres que n'esta camara acompanham os diferentes projectos de lei. Qual é o resultado de tão lamentavel deficiencia? É que as questões são mal estudadas, mal discutidas, e por consequencia mal votadas! (*apoiados*)”⁵⁵. Poucos dias depois, será a vez do deputado Fuschini chamar a atenção dos seus pares sobre a desactualização das informações estatísticas disponíveis, ao desabafar “A nossa emigração annual é enorme? Pois bem, o único trabalho, aliás incompletissimo, que a similhante respeito possuímos foi organizado por um inquérito parlamentar e tem a data de 1872!”⁵⁶.

Até ao dealbar do século XX, este foi o único trabalho oficial disponível que permitia aos deputados analisar o tema a partir de informações distintas do simples impressionismo subjectivo, dominante no discurso político sobre a emigração no Parlamento. No entanto, os elementos estatísticos que apresentava nem sempre foram utilizados pelos parlamentares da forma mais conveniente. Na verdade, o que continuava a predominar na assembleia electiva era um discurso pouco disciplinador, favorável ao casuísmo, maleável perante contextos mutáveis e sensível à abordagem trágica e comovente. No fundo, assumia-se, ele também, como um discurso que não fazia mais do que prolongar o senso comum e que, por isso mesmo, se assumia como sacralizador de uma longa tradição erudita dotada de grande autoridade, nos quadros da qual os deputados teriam que enquadrar qualquer proposta de inovação. Essa foi a grande dificuldade que enfrentaram os parlamentares portugueses no século XIX e da qual, raramente, conseguiram escapar.

FONTES

- Diário da Câmara dos Deputados*, 1892 (sessão de 20.01.1892).
Diário da Câmara dos Deputados, 1891 (sessão de 17.06.1891).
Diário da Câmara dos Deputados, 1887 (sessões de 27.04.1887 e 26.07.1887).
Diário da Câmara dos Deputados, 1887 (sessões de 10.06.1887 e 14.07.1887).
Diário da Câmara dos Deputados, 1885 (sessões de 03.07.1885 e 11.07.1885). Informação repetida nas sessões de 06.05.1887 e de 06.05.1890.
Diário da Câmara dos Deputados, 1882 (sessões de 03.05.1882 e 15.05.1882)
Diário da Câmara dos Deputados, 1875 (sessões de 30.03.1875 e 01.04.1875).
Diário da Câmara dos Deputados, 1865 (sessão de 06.05.1865).
Diário da Câmara dos Deputados, 1862 (sessão de 18.06.1862).
Diário da Câmara dos Deputados, 1858 (sessão de 11.01.1858).
Diário da Câmara dos Deputados, 1857, 1864 (sessões de 05.02.1857 ou de 14.03.1864).
Diário da Câmara dos Deputados, 1857 (sessão de 19.03.1857).
Diário da Câmara dos Deputados, 1855 (sessão de 11.07.1855).

- Diário da Câmara dos Deputados*, 1854 (sessão de 27.01.1854).
Diário da Câmara dos Deputados, 1852, III Volume, Lisboa, Imprensa Nacional (sessão de 13.03.1852).
Diário da Câmara dos Deputados, 1849, VI Volume, Lisboa, Imprensa Nacional (sessão de 12.06.1849).
Diário da Câmara dos Deputados, 1843, I Volume, Lisboa, Imprensa Nacional (sessão de 13.01.1843).
Diário da Câmara dos Deputados, 1842, III Volume, Lisboa, Imprensa Nacional (sessão de 05.09.1842).
Diário da Câmara dos Deputados, 1840, IV Volume, Lisboa, Imprensa Nacional (sessão de 07.07.1840).
Diário da Câmara dos Deputados, 1840, I Volume, Lisboa, Imprensa Nacional (sessão 14.01.1840)
Diário da Câmara dos Deputados, 1839, II Volume, Lisboa, Imprensa Nacional (sessões de 11.03.1839, 24.04.1839, 28.06.1839).
Diário da Câmara dos Deputados, 1838 (sessões de 08.01.1838 e 12.01.1838).
Diário da Câmara dos Deputados, 1836, Lisboa, Imprensa Nacional (sessão de 05.02.1836).
Diário da Câmara dos Deputados, 1835 (sessão de 04.08.1835).
Diário da Câmara dos Deputados, 1828, Lisboa, Imprensa Regia (sessão de 12.02.1828).
Diário das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, [1837], [S.l.: s.n.] (sessão de 18.03.1837).
Diário do Governo, 1839, Lisboa (sessão de 12.03.1839).
Diário do Governo, 1838, Lisboa (sessões de 06.01.1838 e 13.01.1838).
Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa. Comissão da Câmara dos Senhores Deputados, 1873, Lisboa, Imprensa Nacional (VII + 511p.).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
 FAUSTO, Bóris (1996), *História do Brasil*, 4.^a ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
 LEITE, Joaquim da Costa (1999), “O Brasil e a emigração portuguesa: 1855-1914”, in *Fazer a América: a imigração em massa para a América*, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo.
 LEITE, Joaquim da Costa (1994), *Portugal and emigration: 1855-1914*, New York: Columbia University.
 LOURENÇO, Eduardo (1978), *O labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
 MAIA, Fernanda Paula Sousa (2002), *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
 MARQUES, João Pedro (1999), *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa: ICS.
 MONTEIRO, Paulo Filipe (1994), *Emigração: o eterno mito do retorno*, Oeiras: Celta Editores.
 PEREIRA, Miriam Halpern (1993), “Liberdade e contenção na emigração portuguesa: 1850-1930”, in *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al., Algés: Fragmentos.
 SEIXAS, António José (1881), *A Questão Colonial portuguesa em presença das condições de existência da metrópole*, Lisboa: Typ. Universal.

NOTAS

- 1 MAIA, 2002: 369-396.
- 2 Como afirmou João Pedro Marques “O Portugal de meados de Oitocentos escreveu sempre mais sobre a escravatura branca do que sobre o tráfico dos escravos africanos, o que de algum modo atesta a importância relativa dos dois temas no imaginário português” (MARGUES, 1999: 342).
- 3 Esta ideia aparece explicitada em ALVES, 1994: 101, mas também em MONTEIRO, 1994: 1. Desenvolvendo a apropriação negativa do discurso sobre a emigração, veja-se ainda LEITE, 1994: 7-8.
- 4 LEITE, 1999: 181.
- 5 MAIA, 2002: 372-376.
- 6 *Diário do Governo*, 13.01.1838: 47.
- 7 LOURENÇO, 1978: 26.
- 8 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1828: 512-513.
- 9 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1836: 349.
- 10 ALVES, 1994: 136.
- 11 Em 1856, por exemplo, para se conseguir obter uma substituição, seria necessário a um jornaleiro o rendimento bruto igual a cerca de 300 dias úteis de trabalho (ALVES, 1994: 141).
- 12 LEITE, 1994: 152-155.
- 13 *Diário das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes*, [1837]: 71.
- 14 *Diário do Governo*, 06.01.1838: 23-24. Registe-se que o clausulado deste instrumento legal permitia a prisão preventiva mediante a requisição do locatário, julgamentos de foro privado (art. 14.º); condenação a trabalhos públicos (art. 8.º e 13.º); não zelava pelo sistema de contas entre locatário e locador (art. 6.º a 8.º), entre muitas outras limitações.
- 15 *Diário do Governo*, 13.01.1838: 47-48.
- 16 *Diário do Governo*, 12.03.1839: 381. Esta comissão veria o seu mandato renovado no ano seguinte, por proposta do deputado Sá Nogueira, que enfatizaria mais uma vez a questão da “escravatura de Cidadãos Portuguezes” no Brasil (*Diário da Câmara dos Deputados*, 1840: 20).
- 17 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1839: 215.
- 18 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1839: 1203.
- 19 Pará, veja-se, entre outros, *Diário da Câmara dos Deputados*, 1835.
- 20 Baía, veja-se, entre outros, *Diário da Câmara dos Deputados*, 1838.
- 21 Maranhão, veja-se, entre outros, *Diário da Câmara dos Deputados*, 1839.
- 22 Pernambuco, veja-se, entre outros, *Diário da Câmara dos Deputados*, 1849 e 1855.
- 23 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1843: 66.
- 24 ALVES, 1994: 61-62; 113-114.
- 25 ALVES, 1994: 116.
- 26 PEREIRA, 1993: 12.
- 27 SEIXAS, 1881: 32.
- 28 FAUSTO, 1996: 154. A denominação da revolução deriva de um jornal liberal, intitulado *Diário Novo*, cuja sede se situava na Rua da Praia, no Recife (p. 178).
- 29 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1849: 153.
- 30 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1842: 66.
- 31 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1852: 166.
- 32 PEREIRA, 1993: 12.
- 33 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1840: 440.
- 34 O estudo mais rigoroso que foi feito, entre nós, sobre o movimento de retorno de emigrantes do Brasil, deve-se a Jorge Fernandes Alves. Entre os finais da década de 1850 e inícios da de 1860, como demonstrou este autor, confirmando os registos impressionistas de finais de Oitocentos, os valores do retorno situavam-se em níveis bastante altos, quantificados entre os 40 e os 60% (ALVES, 1994: 253).

- 35 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1840: 440.
- 36 ALVES, 1994: 349. Ao longo da obra, o autor sublinha o contraste existente entre esta visão do senso comum e a leitura patológica das visões eruditas.
- 37 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1854: 189.
- 38 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1875: 1070.
- 39 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1857: 180.
- 40 *Diário da Câmara dos Deputados*, 1862: 1707.
- 41 Sessão de 06.05.1865: 1179.
- 42 *Diário da Câmara dos Deputados*, 27.04.1887: 249.
- 43 *Diário da Câmara dos Deputados*, 10.06.1887: 1168.
- 44 *Diário da Câmara dos Deputados*, 14.07.1887: 1761.
- 45 *Diário da Câmara dos Deputados*, 20.01.1892: 10.
- 46 *Diário da Câmara dos Deputados*, 27.01.1854: 189.
- 47 *Diário da Câmara dos Deputados*, 26.07.1887: 2091.
- 48 *Diário da Câmara dos Deputados*, 17.06.1891: 11-12.
- 49 *Diário da Câmara dos Deputados*, 11.07.1855: 170.
- 50 Sessão de 11.01.1858: 79.
- 51 Vejam-se, a este propósito, as sessões de 05.02.1857 ou de 14.03.1864.
- 52 Ver Sessões de 11.03.1839; 14.01.1840; 03 e 15 Maio de 1882.
- 53 *Primeiro Inquérito Parlamentar...*, 1873.
- 54 *Diário da Câmara dos Deputados*, 01.04.1875: 1098.
- 55 *Diário da Câmara dos Deputados*, 03.07.188: 2847.
- 56 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11.07.1885: 3074. Informação repetida nas sessões de 06.05.1887 e de 06.05.1890.

RELAÇÕES E REGISTROS SOBRE A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO. UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES

Ismênia de Lima Martins

O Brasil, como sabemos, caracteriza-se por ser um país de imigrantes, quadro em que se destaca o fluxo populacional contínuo com Portugal, nos cinco séculos. No início, o colonizador. Depois, o imigrante, que participou da formação da classe trabalhadora e deixou expressivas marcas em outros campos profissionais do país.

As cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos atraíram majoritariamente os imigrantes e, ainda hoje, são fortes os signos identitários e capitais lusos ali encontrados. Entretanto, a situação de ex-colônia e os conflitos inerentes a essa relação, a língua e os costumes comuns acabaram por trazer uma espécie de “invisibilidade” a essa imigração, mascarando, inclusive, as diferenças que subsistem em seu interior. Em outras palavras, nem sempre os portugueses são reconhecidos como imigrantes e, conseqüentemente, não tiveram a sua presença e o seu legado estudados sistematicamente.

Existe, portanto, acentuada carência de estudos sobre grandes movimentos migratórios, lacuna que repercute tanto no país de acolhimento como na sociedade de origem. Esta lacuna se estende aos movimentos de retorno, ocorridos com certa frequência, que também deixaram seus registros nos quadros sócio-econômicos em que se inseriram.

No momento ocorre um esforço internacional de várias instituições de ensino e pesquisa, em parceria com o CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), para a cooperação sistemática no estudo das migrações entre os dois países¹.

As instituições arquivísticas do Rio de Janeiro possuem vasta documentação sobre a imigração portuguesa, existindo registros também em São Paulo e em algumas capitais onde a presença lusa foi importante.

Sem falar de acervos particulares e de associações portuguesas, imprensa, literatura, relatos diversos, enfim material a ser inventariados como fontes privilegiadas de uma história que está para ser construída.

Outro ponto a considerar são as pressões atuais, quando se assiste à crescente entrada de imigrantes brasileiros, que elegem Portugal como porta de acesso a melhores condições de vida na Europa.

A documentação existente se reveste de grande interesse, não apenas para a pesquisa acadêmica, mas também para a pesquisa probatória, sendo grande a procura por pessoas interessadas em obter certificação de desembarque de seus antepassados, a partir do final do século XIX.

Note-se o caráter sócio-cultural da pesquisa, que, ao fornecer amplo levantamento das fontes sobre a imigração portuguesa e sobre o imigrante luso no Brasil, facilita aos cidadãos dos dois países a defesa, comprovação e resguardo de seus direitos, além de contribuir na construção de políticas que incrementem a lusofonia e a proteção da memória da comunidade portuguesa no Brasil.

Considerando a importância da parceria com os pesquisadores lusos reunidos em torno do projeto do Cepese, no caso brasileiro elegeu-se como fundo arquivístico prioritário as listagens de imigrantes e de vapores, por ser a documentação que melhor dialoga com os passaportes emitidos nos diferentes distritos e já levantados aos milhares, por aqueles profissionais.

O Arquivo Nacional, maior depositário deste acervo, tem acolhido e integrado propostas de diferentes instituições de ensino e pesquisa, principalmente daquelas sediadas no Rio de Janeiro.

O fundo documental é constituído por listagens de passageiros das embarcações que chegaram aos portos brasileiros, fichas consulares de qualificação, entradas e saídas ou pedidos de vistos, no período entre 1875 e 1964, no total de 451, 52 metros lineares. Para que se possa avaliar o volume do acervo, a estimativa entre 1875 e 1900 é de 1,8 milhão de registros².

Para maior controle e efetiva preservação, pretende-se a inserção das informações numa base de dados e a microfilmagem das listas de passageiros, de acordo com as normas internacionais da descrição arquivística.

Além da complexidade inerente às próprias fontes, as dificuldades dos pesquisadores crescem principalmente em face dos sucessivos rearranjos institucionais sofridos pelos órgãos governamentais encarregados dos negócios de imigração e colonização, que alavancaram alterações contínuas da legislação sobre o tema.

Vale dizer que houve períodos em que as províncias gozaram de autonomia para legislar sobre a entrada, financiamento, recepção e a inserção do imigrante no mundo do trabalho, caracterizando uma vasta teia de exigências burocráticas e decisões legislativas que não estão acessíveis ao pesquisador e demandam acentuado esforço investigativo para sua compreensão.

A fim de contribuir para o entendimento das questões assinaladas anteriormente, optou-se, em primeiro lugar, por historicizar os órgãos de imigração dentro da perspectiva temporal enunciada. Em segundo lugar, será elaborada uma análise pormenorizada de uma das fontes que hoje integra o fundo documental da Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteira, a saber, as listagens de vapores, caracterizando, de um lado, um estudo de rotas, sua tipologia e os aspectos materiais da documentação, e, de outro, uma análise crítica dos dados coletados.

1. ÓRGÃOS DE IMIGRAÇÃO (1850-1944)

Ao longo de quase duzentos anos foram diversas e profundas as mudanças que afetaram esses órgãos, no tocante às atribuições, vinculação institucional ou período de existência, ao fundo e aos aspectos de natureza econômica e política que as determinaram. Basta refletir que inicialmente, em 1808, a Intendência Geral de Polícia tivesse a restrita competência para emitir passaporte. Em 1842, já como Polícia da Corte, acumulasse as atribuições de vigilância e concessão de passaportes. Posteriormente, apenas em 1941, a polícia volta a se incumbir dos serviços de imigração e colonização. Nos cem anos que separam as duas datas, foi ora no âmbito da agricultura, ora no da indústria, que a questão imigratória esteve subordinada.

Como não poderia deixar de ser, 1850 é um marco na definição institucional do processo de ocupação de terra, povoamento, colonização e ordenação legal da presença do imigrante. Não é coincidência portanto que a Repartição Geral de Terras Públicas tenha sido criada no bojo da chamada Lei de Terras.

O governo imperial, em 1861, instituiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cuja estrutura incluía dois setores; a Diretoria de Terras Públicas e Colonização e a Diretoria dos Correios, esta encarregada dos negócios relativos aos paquetes estrangeiros. Tal secretaria foi objeto de duas reformas, mantidas, porém, as atribuições relativas à colonização e à imigração.

Em 1876 foi baixada uma legislação mais precisa sobre o assunto, desta feita a cargo da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Em sua esfera de competência constava a promoção da imigração espontânea, a fiscalização dos contratos celebrados para a importação de imigrantes, o registro ou matrícula dos mesmos com declaração de nome, estado civil, nacionalidade, profissão, lugar de destino e datas de entradas e saída.

Após o 13 de Maio e o 15 de Novembro, em 1892 foi aprovado o regulamento para o serviço das delegacias, cabendo-lhes a fiscalização e imediata direção de todo o serviço concernente ao recebimento, alojamento, expedição e colocação de imigrantes, além do que se referisse à concessão de burgos agrícolas, de acordo com as ordens da Inspetoria Geral de Terra e colonização na capital federal ou dos governos estaduais nos casos especiais.

Em 1891 a reforma administrativa modificara a antiga Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que viria a ser extinta, assim como a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, em 1896. Surge a Secretaria de Estado dos Negócios e Indústria, Viação e Obras Públicas, que recebeu em sua estrutura a Diretoria Geral da Indústria, encarregada dos assuntos relativos à imigração a partir de 1897.

Dez anos depois, em 1906, a Secretaria de Estado dos Negócios e Indústria, Viação e Obras Públicas deu lugar à Secretaria de Estado dos Negócios e Viação e Obras Públicas, ao mesmo tempo em que surgiram o Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, a que

passa a se subordinar a Diretoria Geral de Agricultura Animal, responsável diretamente pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, e a Diretoria Geral do Serviço do Povoamento.

Essas Diretorias possuíam um rol extenso de atribuições, a saber, encaminhar e inspecionar os trabalhos concernentes aos serviços de imigração e colonização, promovidos ou auxiliados pelo governo federal; promover a introdução de imigrantes por iniciativa própria ou por conta do governo federal e superintender os serviços de recepção, desembarque, hospedagem e expedição dos mesmos; efetuar o registro ou matrícula dos imigrantes recebidos, e dos espontâneos que constarem das notas fornecidas pelas companhias de navegação, com indicação de nome, estado civil, nacionalidade, profissão, data da chegada, destino e nome dos vapores que os transportaram e prover o estabelecimento imediato desses imigrantes.

Deveria ainda proceder ao estudo dos assuntos do interesse das ações de povoamento do solo nacional; dar andamento ao expediente relativo à fundação dos núcleos coloniais e à localização de imigrantes sob a administração da união ou por ela auxiliados; organizar orçamentos e projetos de trabalhos referentes aos serviços a seu cargo; preparar estatísticas acerca dos serviços de imigração e colonização; e, finalmente, reunir dados e informes para a divulgação em países estrangeiros.

A unidade administrativa citada, em 1909, passou a se chamar Diretoria Geral do Povoamento do Solo, sem alterar suas atribuições. Entretanto, em 1911, novo regulamento foi baixado, estabelecendo que o Serviço de Povoamento compreenderia uma diretoria com sede na capital federal, inspetorias nos estados, colônias ou núcleos coloniais e hospedarias de imigrantes.

Novo arranjo ocorre em 1918, com a criação do Departamento Nacional do Trabalho, cujos encargos objetivavam o preparo e a execução das medidas referentes ao trabalho em geral; a direção e proteção das correntes imigratórias e a superintendência da colonização nacional e estrangeira. Cabia à sua terceira divisão a imigração, a emigração, repatriação e ainda a administração da Hospedaria da Ilha das Flores, das inspetorias e dos núcleos coloniais. Esse departamento deve ter sido extinto em 1930, porque no ano seguinte, surge um órgão com o mesmo nome, porém com atribuições bem diferentes.

Em 1931 apareceu o Departamento Nacional de Povoamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ao qual competia a superintendência e fiscalização dos serviços de imigração e colonização promovidos diretamente pela união ou por intermédio dos estados, empresas de viação férrea e fluvial, associações, outras empresas e particulares; fiscalização dos portos e fronteiras, com o concurso das autoridades de saúde, polícia e alfândega, da entrada de estrangeiros no país; amparo e orientação das correntes migratórias; organização do escritório oficial de informações e colocação de trabalhadores e manutenção de agências públicas nos portos mais convenientes; fiscalização das agências de venda de passagem, de câmbio e de colocação, mantidas por companhias, empresas ou particulares.

Em 1938 nova alteração transformou o Departamento Nacional de Povoamento em Departamento Nacional de Imigração, mantendo inalterada sua competência. Entretanto, pouco tempo depois, em 1941, as atribuições relativas à fiscalização da entrada e permanência de imigrantes no país, inclusive os registros dos mesmos, passaram a competir à Delegacia de Estrangeiros, órgão subordinado à polícia civil do Distrito Federal, também responsável pela repressão e processamento de todos os crimes, contravenções e infrações previstas na legislação de entrada e permanência de estrangeiros; organização dos processos de expulsão; sindicâncias necessárias aos processos de naturalização; investigações em torno de atividades ilícitas de estrangeiros ou nacionais contra os interesses da polícia imigratória.

Em virtude da guerra, em junho do mesmo ano, foram acrescidas atribuições relativas a quaisquer atividades dos estrangeiros.

Mais tarde, em 1944, houve a transformação da polícia civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública, subordinando a Delegacia de Estrangeiros à Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, dentro da estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Sua competência resumia-se à execução, fiscalização e orientação dos serviços de polícia marítima, aérea, fluvial, portuária, imigratória e de fronteiras.

Finalmente, em 1970, a documentação da DPMF foi recolhida ao Arquivo Nacional, constituindo-se desde então num dos mais importantes fundos para a pesquisa sobre a entrada de estrangeiros no Brasil.

Para facilitar a compreensão do exposto, abaixo um quadro com as transformações institucionais dos órgãos de imigração no período:

DATAS	ORGÃOS
1850	Repartição Geral das Terras Públicas
1861	Diretoria de Terras Públicas e Colonização
1876	Inspetoria Geral de Terras e Colonização
1897	Diretoria Geral da Indústria
1906	Diretoria Geral de Agricultura Animal/ Diretoria Geral do Serviço de Povoamento
1909	Diretoria Geral do Povoamento do Solo
1918	Departamento Nacional de Trabalho
1931	Diretoria Geral do Povoamento
1938	Departamento Nacional de Imigração
1941	Delegacia de Estrangeiros
1944	Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras

Em face de tantas alterações, importa dizer que o conjunto da documentação produzida por inúmeros órgãos, que se sucederam no tempo, está dividido em vários fundos documentais, cabendo destacar o fundo do Departamento

Nacional de Povoamento, onde está contida a documentação relativa às hospedarias e à agência central de imigração³, e o fundo da Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteira, no qual se encontram as relações de vapores.

Finalmente, importa assinalar que, em virtude das constantes alterações da legislação, deu-se uma tal proliferação de documentos, que resultou em casos de duplos registros, situação onde um imigrante foi registrado em diversos órgãos, o que dificulta a produção e interpretação correta das estatísticas sobre a imigração no período.

2. AS RELAÇÕES DE VAPORES DO ARQUIVO NACIONAL: ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES

Uma relação de vapor é, de modo geral, uma listagem dos nomes dos passageiros da 3.^a classe dos vapores, escrita à mão pelo capitão do navio, que, muitas vezes, denomina esses passageiros de “emigrantes”.

As constantes alterações na legislação imigratória e nos órgãos de controle da imigração produziram um certo “descontrole” sobre o registro do imigrante no seu desembarque no Brasil. Assim, os dados contidos nestas listagens variam conforme os objetivos imediatos desses órgãos e principalmente, dos interesses do capitão e o seu grau de comprometimento com o negócio da contratação e transporte de imigrantes.

Dessa forma, as listagens de vapores contêm informações variadas, ora abundantes, ora escassas, mas quase sempre reveladoras do mundo particular em que se transformou o negócio da contratação e transporte de imigrantes no último quartel do oitocentos, e que demandam um exame criterioso para sua avaliação.

A fim de dar conta da complexidade dessa documentação, foi construída a amostra com quinze vapores, que se caracterizam por cumprir rotas diferenciadas, com destaque para os diferentes portos de procedência e por transportarem tanto imigrantes espontâneos, como carregamentos de contratados. Da mesma forma, transportavam simultaneamente imigrantes portugueses e de nacionalidades diversas.

Para tanto, foram selecionados quatro períodos diversos, que representam variadas conjunturas políticas, tanto no Brasil como na Europa – 1882-1892-1902-1912, o que vai implicar na maior ou menor entrada de imigrantes no Brasil, a saber:

- Vapor La Plata, not. 1789, de 30/10/1882, Lisboa-Pernambuco-Bahia-RJ (145 imigrantes).
- Vapor Senegal, not. 1723, de 11/7/1882, Bordeaux-Lisboa-Dacar-Pernambuco-Bahia-RJ (61 imigrantes)
- Vapor Copérnicus, not.1802, de 7/12/1882, Liverpool-Lisboa-Funchal-Bahia-RJ (38 imigrantes).

- Vapor Clyde, not. 4812, 20/07/1892, Southampton-Vigo-Lisboa-Bahia-RJ(105 imigrantes).
- Vapor Córdova, not. 4863, de 28/9/1892, Bordeaux-Vigo-Açores-Leixões-Lisboa-RJ (394 imigrantes)
- Vapor Malange, not.4903, de 10/11/1892, Ilha da Madeira-RJ (348 imigrantes).
- Vapor Tamar, not. 4905, 20/12/1892, Vigo-Leixões-Lisboa-RJ (375 imigrantes).
- Vapor Danube, not. 7880, 25/4/1902, Southampton-Chebourg-Vigo-Lisboa-RJ (218 imigrantes).
- Vapor Belgrano, not.8040, de 24/9/1902, Hamburgo-Porto-Lisboa-Açores-RJ (235 imigrantes).
- Vapor Atlantique, not.8121, de 1/12/1902, Bordeaux-Vigo-Lisboa-RJ (158 imigrantes).
- Vapor Nile, not 7962, de 21/7/1902, Chebourg-Lisboa-São Vicente-Bahia-RJ (95 imigrantes).
- Vapor Frísia, not.13172, de 20/2/1912, Amsterdan-Lisboa-RJ (245 imigrantes).
- Vapor Hamburgo, not. 13186, de 1/3/1912, Hamburgo-Boulogne-Lisboa-Madeira-Pernambuco-Bahia-RJ (700 imigrantes).
- Vapor Clyde, not. 13206, de 12/3/1912, Southampton-Chebourg-La Coruña-Leixões-Pernambuco-Bahia-Rio de Janeiro (512 imigrantes).
- Vapor Holanda, not. 13423, de 12/8/1912, Amsterdan-La Coruña-Vigo-Lisboa-RJ (392 imigrantes).

2.1. Das rotas e trajetos dos vapores

No que concerne às rotas, os vapores que transportavam portugueses – sejam eles engajados ou espontâneos –, seguiam os mais diversos trajetos, dos quais destacavam-se aqueles que tinham como ponto de partida os portos ingleses. Além dos portugueses, no último período, verifica-se, maior frequência de vapores partindo de portos como Amsterdã e Hamburgo, o que se justifica pelo fato do transporte de engajados se ter constituído num grande negócio, que envolvia uma gama variada de pessoas, desde os capitães de navios às empresas internacionais de contratação, que, muitas vezes, sublocavam os contratados a outras empresas, como, por exemplo, a Casa Orey e Antunes, de origem portuguesa, e a Companhia Metropolitana Nacional, no Brasil, além dos funcionários de consulados e serviços de imigração nas duas pontas do atlântico⁴.

Cabe chamar atenção para o fato de que imigrantes de diferentes nacionalidades constituíram conjuntamente uma experiência de embarcados ao longo da travessia marítima, no momento do trânsito entre dois mundos, aquele que deixaram com a emigração e o novo que pertencia ao futuro, nas sociedades de destino. A documentação não responde sobre as formas de sociabilidade desenvolvidas, apenas sugerem a sua reflexão.

2.2. Das listagens

As listagens de vapores não são documentos homogêneos, mas sim uma documentação que varia de tamanho e contém uma ou mais listagens sobre um determinado vapor. É possível cotejá-la com as informações constantes nos registros das hospedarias de imigrantes, documento menos completo que o inicialmente citado.

Segundo a amostra, é comum o documento conter uma única listagem, isto é, uma listagem feita e assinada pelo próprio capitão. No entanto, uma listagem pode vir sem assinatura, assim como pode vir assinada pelo comissário do porto ou algum oficial da imigração, como, por exemplo, o caso do vapor La Plata – de 30/10/1882, RV 1789, onde apenas se vê a rubrica do comissário (não se sabe se é da imigração ou do porto).

No caso de vapores que traziam contratados, além da listagem efetuada pelo capitão e por ele assinada, existem outras listagens anexadas, feitas pelas companhias de transporte e assinadas pelo intendente da imigração, pelo interprete e os responsáveis das companhias transportadoras e contratadoras dessa mão de obra. Nestes casos, sempre acompanhados do visto e carimbo do vice-consulado do local de procedência do vapor.

Exemplo disso é o vapor Hamburgo, 1/3/1912 – RV13186, e o vapor Holanda, de 12/8/1912, RV 13423. No caso destes vapores não foi observado o uso da expressão contratados ou engajados, apenas *emigrante* ou *ajuste* celebrado entre o governo e a firma “x”.

No caso do vapor Hamburgo, quatro listagens foram encontradas: a primeira, de autoria do capitão, escrita numa folha com o timbre da companhia marítima e que relaciona um total de 707 emigrantes, russos, noruegueses, austríacos, alemães e portugueses. A segunda refere-se a passageiros, especialmente chamados pelo Serviço de Povoamento, embarcados pela Internacionale See-transport-Compagnie por conta do governo do Brasil, perfazendo uma listagem de 14 nomes. Uma terceira listagem se junta às outras, com o mesmo cabeçalho da anterior, mas sem a referência ao Serviço de Povoamento. São listados 284 nomes de emigrantes, polacos russos, austríacos noruegueses e um alemão. Finalmente, uma quarta listagem relaciona os passageiros portugueses contratados pela firma Orey e Antunes e Cia., por conta do governo brasileiro. Ao todo, são 384 emigrantes portugueses subsidiados, e mais quatro chamados por “ofício especial” do Serviço de Povoamento.

No cômputo geral dos vapores são 614 subsidiados e 18 fora de “ajuste”, talvez espontâneos. Não há informações sobre os demais passageiros.

Há, ainda, uma declaração assinada pelo intendente da imigração, em que explica a situação do vapor e faz uma crítica, a única observada no conjunto analisado.

A documentação acima descrita também aponta para outro fato, a diferença de quantitativos entre as diversas listagens. Observe-se, mais uma vez, o caso do vapor Hamburgo. Entre a listagem do capitão e as demais informações cole-

tadas, apresenta-se uma diferença de 75 nomes, dos quais nada se sabe e que podem ser clandestinos ou espontâneos, pois a documentação não dá conta deles.

O mesmo acontece com a RV13423, vapor Holanda, que possui 5 listagens: a do capitão, com 390 passageiros. Uma listagem de contratados portugueses com 197 pessoas. Outra listagem de contratados de diversas nacionalidades, com 49 nomes. E duas listagens de bagagens, com 80 nomes de chefes de famílias portuguesas. A interpretação do documento levou à conclusão de que 290 passageiros eram portugueses, 197 contratados e 93 espontâneos. Sobre os demais 51 passageiros nenhuma palavra.

Há também o caso de uma única listagem conter determinado número de imigrantes e, ao final, antes da sua assinatura, o capitão informar outro quantitativo, caso do vapor Cordoba, 28/9/1992, RV 4863, procedente de Bordeaux. Nele, 394 passageiros são relacionados, mas, ao final, o capitão declara em francês: “*arrête la presente liste au nombre de 452 passagers*”.

O caso desse vapor, porém, complica quando se observa o número de ordem ao lado de cada nome. Um dos últimos passageiros é anotado com o número de ordem 910. Cabe supor, então, que se trata de um vapor com aproximadamente 1000 pessoas, que podem ou não estar distribuídas nas três classes, e que só desceram no porto do Rio de Janeiro, 394 passageiros. Sobre o destino dos outros passageiros nada se sabe.

A documentação, portanto, apresenta algumas lacunas que dificultam sua interpretação. No caso apontado anteriormente, uma solução possível seria o cotejamento dos dados existentes na RV, com a documentação dos outros portos fundeados pelo vapor.

Da mesma forma, a matemática observada nessas fontes contém somas duvidosas, que podem, num quantitativo maior de documentos, distorcer as estatísticas da imigração.

A imprecisão dos números permite enxergar, talvez a palavra seja especular, os espaços de negociação entre os agentes da emigração – capitães-contratadores-inspetores-emigrantes, oportunidade em que são embarcadas pessoas que não poderiam emigrar por força de legislação ou casos de clandestinos e situações similares.

Outro exemplo de diferentes listagens numa mesma documentação, é a do vapor de contratados, Malange, em 10 de novembro de 1892, RV 4963. São encontrados três diferentes listagens, duas preenchidas provavelmente pelo capitão e uma terceira pelo vice-consul da Ilha da Madeira. A primeira é relacionada como de “*emigrantes*”, envolvendo 150 passageiros; a segunda, é rubricada como 3^a. classe, e assinala 209 pessoas. Já a terceira é de *contratados* e cita 139 pessoas. Pode ser que a terceira listagem refira-se àquela primeira, do capitão, que traz um conjunto maior de informações que a primeira e a segunda listagem, que trata dos emigrantes espontâneos. É uma versão possível. Sobre a diferença quantitativa entre a primeira e a terceira listagem, porém, não existe informação.

De acordo com a amostra construída, não são comuns os casos em que o próprio capitão fornece os números exatos de forma tão clara quanto no vapor Clyde, de RV 13206, em que são listados os passageiros desembarcados das três classes e os em trânsito, o que fez tanto na folha inicial como na última folha da relação⁵.

Outro caso raro, foi a listagem de bagagens constante da documentação do vapor Holanda, not. 13423. São duas listagens que informam não apenas o quantitativo, mas o tipo de bagagem, a saber: nome do chefe/quantidade de volumes/número de ordem/marcas/espécies (caixas e caixões/malas e baús/amarrados e sacos/cestos e diversos).

De modo similar, apenas três relações indicaram o quantitativo de tripulação, casos do vapor *Córdova*, RV. 4863, com 421 passageiros em trânsito, dos quais 394 eram imigrantes portugueses, e que assinala apenas 50 homens de tripulação. Outro caso, é o do já conhecido vapor *Hamburgo*, onde 100 tripulantes trabalhavam para 707 passageiros. Já o vapor *Clyde*, RV. 13206 informa um efetivo de 166 membros. Vale lembrar que uma das formas usuais de pagamento da passagem era o engajamento de imigrantes no serviço de bordo⁶, o que nunca é esclarecido na documentação.

2.3. Dos aspectos materiais da documentação

Uma relação de vapor pode apresentar as formas mais diversas, não seguindo um padrão fixo. Apresentam diferenças quanto aos cabeçalhos, conteúdo das informações existentes, estado de conservação, etc. A fim de objetivar os resultados do estudo, foi organizada uma seleção dos problemas observados na documentação, que caracterizam a tipologia da fonte.

2.3.1. Da ausência de padrão: modelos de listagens

De acordo com os dados levantados, não havia um padrão oficial para os relatórios (listagens) dos vapores, nem mesmo um formulário a ser preenchido pelo serviço de imigração. Quase sempre eram subscritas em folhas com o timbre da Cia. de Navegação. Da mesma forma, os itens relacionados eram os mais variados possíveis e podiam ou não ser preenchidos. Assim, o relatório acabava por se transformar num documento muito pessoal do capitão, isto é, a quantidade de informações se condicionava a seu maior ou menor interesse.

No Vapor *La Plata*, de 30/10/1882, RV 1789, por exemplo, foi observado o tipo de listagem mais simples. Seu cabeçalho registrava apenas: “Relatório dos Passageiros a bordo do Real Paquete La Plata” e as informações existentes referiam-se ao nome, idade, profissão e estado (civil)⁷ do passageiro. Curiosamente não traz informações do porto de procedência, ainda que faça referência às famílias existentes no vapor.

Vapor La Plata, Not. 1789, 30/10/1882. Lisboa – Rio de Janeiro. f.1

OL. O. R.P.V. PRJ. 1789

ROYAL MAIL STEAM PACKET COMPANY.

Relatorio dos Passageiros a Bordo do Real Paquete. "LA PLATA"

Note.—The Names of Passengers to be copied from their Passports, and two Lists of all Passengers on board to be prepared on this Form, ready to be delivered to the Police Authorities at each of the Brazilian Ports touched at.

Nome(s) (Names)	Idade (Age)	Nação (Nation)	Profissão (Profession)	Estado (Married or Single)
1. Ludovic d' Almeida Mello	30	Portuguez	Comerciante	Solteiro
1. José de Freitas	45	"	"	Casado
1. José da Silva	30	"	Comerciante	"
1. Cândido José dos Santos	46	"	"	"
1. Amador dos Santos	46	"	Comerciante	"
1. Amador Pinto Carneiro	40	"	Religioso	"
1. António Joaquim Ribeiro de Souza	52	"	Escritor	"
1. Amador e Silva (Antônio)	10	"	"	Solteiro
1. Manuel Maria	28	"	Comerciante	Casado
1. Theodor de Oliveira	37	"	Escritor	"

É muito comum, como demonstrado no exemplo do *Vapor Senegal*, de 11/07/1882, RV 1723, que o relatório seja preenchido em outra língua. No caso citado, o cabeçalho está em francês, seguido por tradução: “Liste des passagers débarqués, a remettre dans les ports du Bresil a la Policie et a la Santé.” Traz informações sobre o nome, profissão, idade, naturalidade e procedência.

Outro exemplo de heterogeneidade e complexidade de informações contidas nessa documentação, está no caso do *Vapor Córdoba* de 28/09/1892, RV 4863. Das relações analisadas, é um dos poucos que faz referência à República⁸. Em seu cabeçalho, lê-se “Lista Geral de Passageiros. República dos Estados Unidos do Brazil”. Bastante detalhado, informa sobre a tripulação, o nome do oficial médico e a tonelagem do navio. Da mesma forma, apresenta um rol de 46 itens para serem preenchidos (pelo capitão), gerando uma massa enorme de informações, a saber: porto de embarque / n.º de ordem / n.º de passaporte / classe (1.ª / 2.ª / 3.ª emigrante), nome, sexo (f / m), idade (subdividido em 6 faixas), estado (casado / solteiro / viuvo), religião (católico / acatólico / diversos ou desconhecido), profissão (desconhecida / agricultor / artista), nacionalidade (segue uma lista com 15 países e um “diversos” para o caso da nação não ter sido qualificada anteriormente), nascidos, falecidos e observações gerais.

Vapor Cordovan, Not. 4863, 28/09/1892. Bordeaux – Rio de Janeiro. f.1

LISTA GERAL DE PASSAGEIROS
Republica dos Estados Unidos do Brazil

Nome do vapor	Companhia	Navegação	Presidência	Nome do Capitão	Agente de Navegação	Tombamento	Emprego	Numero de passageiros e tripulação	Quando se parte para o dia, mês e anno
<i>Cordovan</i>	<i>Comp. S. Paulo</i>	<i>Bordeaux</i>	<i>Bordeaux</i>	<i>S. M. S.</i>	<i>C. S.</i>	<i>4863</i>	<i>Capitão</i>	<i>120</i>	<i>28/09/1892</i>
Parte de embarque	Local de origem	Raça e cor	SEXO	IDADE	ESTADO	RELIGIÃO	PROFISSÃO	NACIONALIDADES	
			Masculino Feminino	Menor de 14 14 a 18 18 a 25 25 a 35 35 a 45 45 a 55 55 a 65 65 a 75 75 a 85 85 a 95 95 a 100	Solteiro Casado Viúvo Desempregado Retirado Pensionado Outro	Católica Protestante Espírita Sem religião Outra	Artesão Comerciante Fazendeiro Militar Médico Jurista Escrivão Professante Outro	Brasil Portugal França Inglaterra Espanha Italia Alemanha Suíça Países Baixos Outros	Quantidade Por nacionalidade

No Vapor *Malange*, de 10/11/1892, RV 4863, observou-se o caso dos vapores que tem mais de uma listagem. A que é visada pelo vice-consul possui cabeçalho especial: “*Lista dos emigrantes, que em 10 de novembro de 1892, seguem viagem da Ilha da Madeira para o Estado do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brazil, no vapor português Malange por conta do contracto celebrado pelo governo dos Estados Unidos do Brazil com a frota (ilegível) em 8 de outubro de 1890, transferido á companhia metropolitana e remetidos por José Antunes dos Santos, a saber...*”.

Vapor *Malange*, Not. 4903, 10/11/1892. Funchal – Rio de Janeiro. f.1

MALA REAL PORTUGUEZA
PARCERIA MARITIMA - RESPONSABILIDADE LIMITADA

Malange de Funchal para o Rio de Janeiro
Emigrantes

11 Vingem 1
9/11/92

Relação dos passageiros que o vapor português

Numero	NOMES	Nacionalidade	Profissão	Idade	Estado	Observações
1	<i>Francisco Luiz</i>			50		
2	<i>Henrique B. de S. Antunes</i>			47		

Vapor *Malange*, Not. 4903, 10/11/1892. Funchal – Rio de Janeiro. f.4

MALA REAL PORTUGUEZA
PARCERIA MARITIMA - RESPONSABILIDADE LIMITADA

Malange

11 Vingem 4

Relação dos passageiros que o vapor português

Numero	NOMES	Nacionalidade	Profissão	Idade	Estado	Observações
			<i>Encercia Classe</i>			

Vapor Malange, Not. 4903, 10/11/1892. Funchal – Rio de Janeiro. f.8

OL. O. RPV. PKJ. 4103

Lista dos emigrantes, que em 10 de Novembro de 1892, seguem viagem da Ilha da Madeira, para o Estado de Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brazil, no vapor "Portuguez Malange" por conta do contracto celebrado entre o Governo dos Estados Unidos do Brazil, com a Sociedade V.C. em 8 de Outubro de 1890, transferido a Comp. Metropolitana — e remetidos por José Antunes dos Santos & C.ª, a saber:

Numeros	Nomes	Naturalidade	Patrios	Estado	Profissão	Religião	Estatos	Passagens					Observações
								1	2	3	4	Total	

Um caso semelhante ao do vapor *Malange* é o *Frísia*, de 20/02/1912, RV 13172, que, por ser de contratados, fornece informações sobre a companhia contratadora, e possui itens acerca do parentesco com o chefe da família, números de pessoas da família e o número de bagagens por família.

Vapor Frísia, Not. 13172, 20/02/1912. Amsterdã – Rio de Janeiro. f.3, detalhe da f. 3

N.º 3

Lista dos passageiros embarcados por Orey, Antunes & C.ª por conta do Governo Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil a bordo do vapor Frísia, sahindo de Lisboa em 5 de Fevereiro de 1913

N.º	Numero de bilhete	Nomes e parentesco dos passageiros	Estado civil	Parentesco com o chefe da familia	Nacionalidade	Profissão	Idade	Passagens			Numero de pessoas por familia	Numero de valizes de bagagem por familia
								1.ª	2.ª	3.ª		
110		<i>Ernesto Silva</i>			<i>Portuguez</i>		30	1			98	
131	297	<i>Rosa Travesão</i>		<i>filha</i>			22	1				
132		<i>Rosa Travesão</i>		<i>filha</i>			20	1				
133		<i>Isabel</i>		<i>filha</i>			14		1			
134	298	<i>Luiz Travesão</i>		<i>filho</i>			15	1				
135	299	<i>Luiz Travesão</i>		<i>filho</i>			11		1		5	
136	300	<i>Francisco Travesão</i>		<i>filho</i>			11	1				
137		<i>Maria Travesão</i>		<i>filha</i>			8	1				
138		<i>Maria Travesão</i>		<i>filha</i>			14	1				
139		<i>Maria Travesão</i>		<i>filha</i>			11		1			
140		<i>Maria Travesão</i>		<i>filha</i>			8		1			
141		<i>Isabel</i>					3		1		6	

O grau de parentesco, no entanto, nem sempre é informado, assim como a naturalidade. O mais comum foi a confusão entre a nacionalidade e a naturalidade. O vapor *Malange*, mais uma vez é citado como exemplo. Nele, além de precisar a localidade da onde saiu o emigrante, o capitão identificava as relações familiares entre os passageiros.

Numeros		Nomes	Naturalidade	Parentesco	Estado	Profissão	Religião	Eidade	Passagens				Observações
Passeiro	Ordem								1	2	3	total	
752	1	Francisco de Souza	calheta		caso	Sacerde	Catholico	30	1				
	2	Maria Glij de Andrade		Mãe				1					
	3	Maria		f-				2		1	2		
753	4	Joa de Gouveia	S. Martins		solto	"	"	32	1				
	5	Antonio Fernandes	S. Lobo		solto	"	"	67	1				
754	6	Luiza						38	1				
	7	Maria						30	1				
	8	Francisco						8	1				
	9	Antonio						6		1			
	10	Maria						4		1		4	
			Nota: São suas filhas e Antonio 2.º e 3.º filho de João de Souza, casado com Maria de Souza, por via de direito a subido por si da cidade de Brazil										
744	11	Antonio de S. Carlos	Campania		solto	"	"	32	1				

Em outros casos, como assinalado no mencionado vapor *La Plata*, o capitão usava de um simples sinal para indicar as relações parentais.

Vapor La Plata, Not. 1789, 30/10/1882. Lisboa – Rio de Janeiro. f.1v

1	Sr. Martins d'Almeida	45	Portuguez	casado
	(Sra. Maria da Conceição, 2.ª filha)	46		casada
	(Paulina e Estima)			solteira
	(Antonio Augusto e 2.ª filha (Sr.ª Maria da Conceição))	47	Portuguez	casado
3	(Sr.ª Maria)			solteira

Foram encontrados casos também em que o relatório está envolto pela capa da hospedaria da Ilha das Flores, onde se lê informações sobre o nome do intérprete, vapor, procedência, saúde dos passageiros, mortalidade, nascimento e observações gerais. Como exemplo, citamos o *Vapor Danube*, de 25/04/1902, RV7880.

Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores

MOVIMENTO

PARTE

de Passageiros do Vapor Danube que chegou a esta Ilha, Danube

procedente de Hamburgo a recalar no dia 25 de Abril de 1902.

SALTE DOS PARANOMEOS

MORTALIDADE

NASCIMENTOS

OBSERVAÇÕES

Subscrito L. Lima com 40 passageiros de 5.ª classe

Hamburgo 1902

(No todo de passageiros)

De embarque

Vapor Danube, Not. 7880, 25/04/1902. f.1v

N.º	Nome e apelido	IDADE E SEXO			NACIONALIDADE	ESTADO			PROFESSÃO	ESTADO CIVIL	DESTINO	OBSERVAÇÕES
		ANOS	MESES	DIAS		GRADO	GRUPO	ESTADO				
1	Ant. Joaquim Braga	18			Portuguesa						Belém	
2	Ant. Joaquim Braga	15			Portuguesa						Belém	
3	Ant. Joaquim Braga	12			Portuguesa						Belém	
4	Ant. Joaquim Braga	9			Portuguesa						Belém	
5	Ant. Joaquim Braga	6			Portuguesa						Belém	
6	Ant. Joaquim Braga	3			Portuguesa						Belém	
7	Ant. Joaquim Braga	0			Portuguesa						Belém	

Enfim, são inúmeras as discrepâncias entre as relações de vapores, caracterizando uma diversidade enorme de tipos, o que, se por um lado, dificulta a consulta, por outro, a particulariza dentro do conjunto de fontes existentes neste fundo documental.

O fato de ser um documento de cunho pessoal do capitão, contendo suas preocupações e interesses, possibilita, no cotejamento com outras fontes como os relatórios ministeriais ou relatórios consulares, entrever as formas de burla da legislação e mesmo os interesses que estavam em jogo no negócio da e/imigração.

Importa dizer ainda que, na amostra construída, não foram verificadas observações sobre o estado de saúde dos passageiros ou ocorrências durante a viagem, nem mesmo nas relações em que há espaço para informações sobre esses pontos.

Chama atenção também a imprecisão das informações sobre o destino desses imigrantes, levando-se em consideração que o porto de desembarque nem sempre seria o destino final deles, da mesma forma que a análise dos portos de procedência denunciaria muitas vezes rotas ilegais de saída de emigrantes dos seus países de origem. No *vapor Danube*, são verificados esses dois problemas: por um lado, portugueses saindo de Portugal, por Vigo; de outro, algumas observações sobre o “destino” do imigrante.

Vapor Danube, Not. 7880, 25/04/1902. Southampton – Rio de Janeiro, f.2

Nome	Nº	Estado	Outros
21	Portuguez	trabalh	colônia
22	Jos. Pereira	25	
23	Antônio Lima	26	
24	Antônio Mendes de Almeida	27	
25	Miguel de Almeida	28	
26	Antônio de Almeida	29	
27	Antônio de Almeida	30	Banco
28	Antônio de Almeida	31	
29	Antônio de Almeida	32	
30	Antônio de Almeida	33	
31	Antônio de Almeida	34	
32	Antônio de Almeida	35	
33	Antônio de Almeida	36	Portuguez
34	Antônio de Almeida	37	Portuguez
35	Antônio de Almeida	38	Portuguez
36	Antônio de Almeida	39	Portuguez
37	Antônio de Almeida	40	Portuguez
38	Antônio de Almeida	41	Portuguez
39	Antônio de Almeida	42	Portuguez
40	Antônio de Almeida	43	Portuguez
41	Antônio de Almeida	44	Portuguez
42	Antônio de Almeida	45	Portuguez
43	Antônio de Almeida	46	Portuguez
44	Antônio de Almeida	47	Portuguez
45	Antônio de Almeida	48	Portuguez
46	Antônio de Almeida	49	Portuguez
47	Antônio de Almeida	50	Portuguez
48	Antônio de Almeida	51	Portuguez
49	Antônio de Almeida	52	Portuguez
50	Antônio de Almeida	53	Portuguez
51	Antônio de Almeida	54	Portuguez
52	Antônio de Almeida	55	Portuguez
53	Antônio de Almeida	56	Portuguez
54	Antônio de Almeida	57	Portuguez
55	Antônio de Almeida	58	Portuguez
56	Antônio de Almeida	59	Portuguez
57	Antônio de Almeida	60	Portuguez
58	Antônio de Almeida	61	Portuguez
59	Antônio de Almeida	62	Portuguez
60	Antônio de Almeida	63	Portuguez
61	Antônio de Almeida	64	Portuguez
62	Antônio de Almeida	65	Portuguez
63	Antônio de Almeida	66	Portuguez
64	Antônio de Almeida	67	Portuguez
65	Antônio de Almeida	68	Portuguez
66	Antônio de Almeida	69	Portuguez
67	Antônio de Almeida	70	Portuguez
68	Antônio de Almeida	71	Portuguez
69	Antônio de Almeida	72	Portuguez
70	Antônio de Almeida	73	Portuguez
71	Antônio de Almeida	74	Portuguez
72	Antônio de Almeida	75	Portuguez
73	Antônio de Almeida	76	Portuguez
74	Antônio de Almeida	77	Portuguez
75	Antônio de Almeida	78	Portuguez
76	Antônio de Almeida	79	Portuguez
77	Antônio de Almeida	80	Portuguez
78	Antônio de Almeida	81	Portuguez
79	Antônio de Almeida	82	Portuguez
80	Antônio de Almeida	83	Portuguez
81	Antônio de Almeida	84	Portuguez
82	Antônio de Almeida	85	Portuguez
83	Antônio de Almeida	86	Portuguez
84	Antônio de Almeida	87	Portuguez
85	Antônio de Almeida	88	Portuguez
86	Antônio de Almeida	89	Portuguez
87	Antônio de Almeida	90	Portuguez
88	Antônio de Almeida	91	Portuguez
89	Antônio de Almeida	92	Portuguez
90	Antônio de Almeida	93	Portuguez
91	Antônio de Almeida	94	Portuguez
92	Antônio de Almeida	95	Portuguez
93	Antônio de Almeida	96	Portuguez
94	Antônio de Almeida	97	Portuguez
95	Antônio de Almeida	98	Portuguez
96	Antônio de Almeida	99	Portuguez
97	Antônio de Almeida	100	Portuguez

2.3.2. Do estado de conservação

Uma relação pode apresentar sérios problemas quanto ao seu estado de conservação, que dificulte ou mesmo impeça o manuseio, como o caso do vapor *Tamar*, de 20/12/1892, RV 4905 (9 folhas), que apresenta cortes, rasgos, rabiscos e até mesmo a incompletude dos dados devido ao fato da folha 9 ter-se perdido (o que pode ter ocorrido devido ao próprio manuseio). Ou o vapor *Frísia*, (RV 13172) já citado, que apresenta 79 nomes riscados, sem nenhuma explicação para tal. Como interpretar esses sinais, que podem ser obra de algum funcionário do próprio porto, ou outro que riscou ao contar ou procurar nomes para emitir certidão, ou ainda, por conta de pagamento de passagens?⁹ A documentação exige reflexão apurada dessas questões.

Vapor Frísia, Not. 13172, 20/02/1912. Amsterdã – Rio de Janeiro, f.3

N.º 1 OL. O. RPY. PRJ. 13172 3

Lista dos passageiros embarcados por Orey, Antunes & C.ª por conta do Governo Federal da Republica dos Estados Unidos do Brasil a bordo do vapor Frísia, sahido de Lisboa em 5.º de Fevereiro de 1913

N.º	Nome e pronomes dos passageiros	Idade em annos	Preenchimento em a data	Nacionalidade	Profissão	Estado	Passagem				Numero de passos por familia	Numero de viagens de bagagem por familia
							Inicio	Fim	Tarifa	Outros		
100	Francisca	25	Brasileira	Portuguesa	Gravida	30	1	1	1	1	98	
101	Aluiz	11	Brasileiro			11	1					
102	Antonia	11	Brasileira			11	1					
103	Maria	11	Brasileira			11	1					
104	Francisca	11	Brasileira			11	1					
105	Francisca	11	Brasileira			11	1					
106	Francisca	11	Brasileira			11	1					
107	Francisca	11	Brasileira			11	1					
108	Francisca	11	Brasileira			11	1					
109	Francisca	11	Brasileira			11	1					
110	Francisca	11	Brasileira			11	1					
111	Francisca	11	Brasileira			11	1					
112	Francisca	11	Brasileira			11	1					
113	Francisca	11	Brasileira			11	1					
114	Francisca	11	Brasileira			11	1					
115	Francisca	11	Brasileira			11	1					
116	Francisca	11	Brasileira			11	1					
117	Francisca	11	Brasileira			11	1					
118	Francisca	11	Brasileira			11	1					
119	Francisca	11	Brasileira			11	1					
120	Francisca	11	Brasileira			11	1					
121	Francisca	11	Brasileira			11	1					
122	Francisca	11	Brasileira			11	1					
123	Francisca	11	Brasileira			11	1					
124	Francisca	11	Brasileira			11	1					
125	Francisca	11	Brasileira			11	1					
126	Francisca	11	Brasileira			11	1					
127	Francisca	11	Brasileira			11	1					
128	Francisca	11	Brasileira			11	1					
129	Francisca	11	Brasileira			11	1					
130	Francisca	11	Brasileira			11	1					
131	Francisca	11	Brasileira			11	1					
132	Francisca	11	Brasileira			11	1					
133	Francisca	11	Brasileira			11	1					
134	Francisca	11	Brasileira			11	1					
135	Francisca	11	Brasileira			11	1					
136	Francisca	11	Brasileira			11	1					
137	Francisca	11	Brasileira			11	1					
138	Francisca	11	Brasileira			11	1					
139	Francisca	11	Brasileira			11	1					
140	Francisca	11	Brasileira			11	1					
141	Francisca	11	Brasileira			11	1					
142	Francisca	11	Brasileira			11	1					
143	Francisca	11	Brasileira			11	1					
144	Francisca	11	Brasileira			11	1					
145	Francisca	11	Brasileira			11	1					
146	Francisca	11	Brasileira			11	1					
147	Francisca	11	Brasileira			11	1					

3. OUTRAS QUESTÕES

A importância das relações de vapores enquanto fonte, não se esgota na sua diversidade tipológica. Encontra-se, principalmente, na riqueza de questões que oferece à problematização do assunto.

Um desses temas, as particularidades que envolvem os carregamentos de imigrantes, podem ser vislumbrados sinuosamente na análise das fontes e que, ao extrapolar os dados numéricos obtidos, permite situar a questão numa perspectiva mais ampla, um contexto internacional de transferência dos capitais do tráfico de escravos africanos, desenvolvimento e expansão do capitalismo nas Américas.

De modo similar, é possível pensar no problema dos subsídios, uma vez que é comum a sinalização dos emigrantes que receberam esse auxílio.

As fontes acusam também o problema da re-emigração e falsificação de passaportes, visto o número relativamente alto de “brasileiros”, emigrando de Portugal, como identificado nos vapores Tamar, Danube, Belgrano e Clyde (RV 13206)¹⁰.

Outra questão interessante que o exame das fontes propicia diz respeito às formas de sociabilidade desenvolvidas por emigrantes de diferentes nacionalidades embarcados no mesmo vapor e a reflexão acerca dos momentos que antecederam à emigração, pois parece comum o caso de indivíduos e até mesmo famílias que, relacionadas nas listagens têm seus nomes precedidos da anotação “não embarcou”.

Ora, se é óbvio que não vão constar de nenhuma estatística emigratória, deixam no ar algumas perguntas. Esses dados, difusos nas fontes, abrem o campo da pesquisa para a especulação, apontando para outras histórias sobre a e/imigração – tentativas fracassadas, empecilhos legais de última hora, medo etc., coisas que certamente não podem ser quantificadas, mas permitem uma reflexão mais apurada e abrangente do processo emigratório.

É possível, ainda, refletir sobre o movimento frenético de pessoas que, com os objetivos mais variados, cruzaram o Atlântico num contexto histórico de profunda transformação – pessoas com mais de 60 anos, menores desacompanhados, mulheres em diversas situações, homens jovens no esplendor da idade. Enfim, seres humanos que, muitas vezes, em decisões desesperadas, ou crenças em futuro melhor num país distante, submetem-se à violenta dialética desenraizamento-enraizamento, que tão bem caracteriza o fenômeno emigratório, tema com o qual ainda nos identificamos e, por conseguinte, dos mais atuais na historiografia contemporânea.

FONTES

- AN/DPMAF – Notação 1789 (vapor *La Plata*).
 AN/DPMAF – Notação 1723 (vapor *Senegal*)
 AN/DPMAF – Notação 1802 (vapor *Copérnicus*)
 AN/DPMAF – Notação 4812 (vapor *Clyde*)
 AN/DPMAF – Notação 4863 (vapor *Cordovan*)
 AN/DPMAF – Notação 49/03 (vapor *Malange*)
 AN/DPMAF – Notação 4905 (vapor *Tamar*)
 AN/DPMAF – Notação 7880 (vapor *Danube*)
 AN/DPMAF – Notação 8040 (vapor *Belgrano*)
 AN/DPMAF – Notação 8121 (vapor *Atlantique*)
 AN/DPMAF – Notação 7962 (vapor *Nile*)
 AN/DPMAF – Notação 13172 (vapor *Frisia*)
 AN/DPMAF – Notação 13186 (vapor *Hamburgo*)
 AN/DPMAF – Notação 13206 (vapor *Clyde*)
 AN/DPMAF – Notação 13423 (vapor *Holandia*)

BIBLIOGRAFIA

- LOBO, Eulália (2001), *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
 PEREIRA, Miriam Halpern (2002), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru: EDUSC.

NOTAS

- ¹ Tal projeto prevê a criação de um portal autônomo na Internet, no qual constem as listagens dos imigrantes portugueses vindos para o Brasil a partir de 1822, cuja base de dados contemplará os seguintes itens: nome, idade, sexo, naturalidade, estado civil, nível de alfabetização, profissão, acompanhantes, destino no Brasil. No Brasil, em decorrência de um convênio firmado entre a FAPERJ e o CEPESE no ano de 2005, importantes historiadores brasileiros estão envolvidos nesse projeto. Destaque-se que do ponto de vista dos pesquisadores portugueses, o projeto pretende ampliar os conhecimentos sobre o volume dos efetivos migratórios de portugueses para o Brasil; o âmbito sócio-demográfico dos imigrantes portugueses de diferentes regiões de origem; a comparação dos ritmos imigratórios com as conjunturas sócio-econômicas; o impacto sócio-demográfico da imigração portuguesa no Brasil e o refluxo migratório; e, finalmente, a importância da emigração portuguesa para a formação do Brasil contemporâneo. Já do ponto de vista dos pesquisadores brasileiros, além das questões mencionadas, as ambições atingem outros níveis específicos, que também precisam de investigação, como a vida do imigrante, as relações com a sociedade envolvente, os laços com os estados brasileiros e português, a atuação no cenário nacional nas diversas instâncias ou a sua imagem na opinião pública do país.
- ² Devido ao elevado número de consultas por parte de pesquisadores, visando principalmente a emissão de certidões, esse conjunto documental perdeu sua organização original, necessitando urgente reorganização e reparos, pois, decorrência do grande manuseio, encontra-se em péssimo estado de conservação.
- ³ Aonde encontra-se a documentação relativa à Repartição Central, especialmente os dados sobre a movimentação do porto. Vale dizer que a administração do porto somente foi criada em 1896.
- ⁴ PEREIRA, 2002.
- ⁵ De acordo com o capitão F.M. Watson existiam 512 passageiros no vapor, dos quais 219 em trânsito, os demais 293 desembarcaram no porto do Rio, e desses muito provavelmente pelo indicado na Rv, 217 eram portugueses, conforme o quadro:

1.ª CLASSE	2.ª CLASSE	3.ª CLASSE	TOTAL
30	9	254	293
8	77	134	219
38	86	388	512

- ⁶ PEREIRA, 2002.
- ⁷ Dentro da amostra construída só foi verificado o uso da expressão estado civil em 1912. Anteriormente usava-se apenas “estado”.
- ⁸ Outro pacote do mesmo ano, o vapor *Clyde*, RV. 4812, traz no alto da folha o timbre da Cia. marítima de navegação “Royal Mail Steam Packet company”, sem nenhuma referência à nova situação política do país.
- ⁹ Folhas rasgadas e digitalização ruins também prejudicam a interpretação do documento. Estes casos foram verificados também nos vapores *Hamburgo*, not. 13186, e *Cordovan*, not. 4863.

- ¹⁰ No vapor *Tamar*, not. 4905, de 1892, Rufina Maria das Dores, 38 anos, viúva, e sua filha Adelaide, de 4 anos, ambas brasileiras, estão voltando para o Brasil. No vapor *Danube*, outro caso parecido: Albertina Pacheco Loureiro, 22 anos, portuguesa, casada, viajava acompanhada dos filhos Lucília, 2 anos, brasileira, e de Aurora, 1 ano, e portuguesa. Esse vapor registra ainda dois casos semelhantes ao de Albertina: José Gonçalves, 37 anos, português, agricultor e casado com Antônia Sardinha, 27 anos, viajavam com os filhos Maria Gonçalves, 8 anos e Joaquim, 4 anos e brasileiro; Já Joaquina Henriques Gentil, 27 anos, portuguesa, casada, estava emigrando para o Brasil em companhia de seus dois filhos brasileiros, de 5 e 4 anos respectivamente, e da filha portuguesa de dois anos. Outro vapor que registra casos semelhantes é o *Belgrano*, not. 8040, que traz muitos emigrantes açorianos, um dos casos é Francisco José de Faria, 37 anos, português, artista, casado com Maria Angela, 27 anos, portuguesa que viajavam acompanhados dos filhos Francisco, 10, Arnaldo, 9, Julieta, 8 e Judithe 1 ano, todos brasileiros. Caso semelhante também é registrado no vapor *Clyde*, not 13206, vejamos: (o casal) Abel Augusto Ramos, 31 anos, proprietário, casado com Augusta Ramos, doméstica, 31 anos e pais de Horácio e Clotilde, ambos brasileiros, de 3 e 2 anos respectivamente. Nesse mesmo vapor anotam-se dois outros casos de brasileiros retornando ao Brasil, como Francisco Soares Mesquita, 55 anos, comerciante ou comerciário, viuvo e seu filho Manoel, de 15 anos, ambos brasileiros. Este também foi o caso do rapaz José Maria, 16 anos, brasileiro.

TRAÇOS DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO ACERVO DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Beatriz Kushnir

NOTAS PRELIMINARES E PERFIL INSTITUCIONAL

O acervo do Arquivo da Cidade remonta a 1565, quando é criada a Câmara Municipal da Cidade. Surge como uma unidade administrativa independente em 1894. Em março de 1979, é construído um prédio para abrigar o acervo permanente do Município do Rio de Janeiro. Recebeu diferentes denominações e passou por inúmeras subordinações, até tornar-se atual Arquivo Geral da Cidade, em 1979.

Atualmente é vinculado ao Gabinete do Secretário Municipal das Culturas/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Caracteriza-se como um arquivo público permanente da esfera municipal. Recebe todos os tipos de usuários e as mais variadas espécies de demandas relacionadas à documentação sob sua guarda.

O presente conteúdo insere-se no Projeto "Emigração Portuguesa para o Brasil" promovido pela Universidade do Porto em convênio com a COLUSO/ CONARQ/UERJ, de forma a propiciar o desenvolvimento de novos estudos sobre o processo de chegada, adaptação e envolvimento de imigrantes portugueses com a Cidade do Rio de Janeiro.

OBJETIVOS

- Elaborar catálogo descritivo do material levantado.
- Dar tratamento informacional adequado aos conjuntos documentais pesquisados, tornando acessíveis às informações contidas nos documentos em acelerado estado de deterioração.
- Favorecer o desenvolvimento de pesquisas historiográficas voltadas para o tema central da presença portuguesa na Municipalidade Carioca".
- Reproduzir em microfilme e imagem digital a Série "Décima Urbana" – 1808 a 1938 (1536 livros), que se encontra sob risco iminente de destruição de seu conteúdo informacional por excesso de manipulação dos suportes para extração de informações voltadas para a comprovação de direitos da municipalidade e de terceiros

PRODUTOS ESPERADOS

a) Instrumentalização de estagiários: contato direto com acervos de diferentes períodos, procedências, espécies, tipos e assuntos.

- acesso ao vocabulário de épocas diversas (termos e expressões característicos de cada período);
- treinamento em caracterização de tipologia documental (alvarás, cartas régias, autos, etc.);
- treinamento em metodologia de pesquisa;
- aprendizado sobre normas e procedimentos para tratamento técnico de documentos e elaboração de instrumentos de pesquisa.

b) Identificação e descrição analítica de documentos.

c) Elaboração de publicações para a disseminação das informações levantadas e trabalhadas durante o projeto, contemplando as diversas vertentes integrantes do mesmo:

- Catálogo temático.
- Instrumentos auxiliares de pesquisa

d) Disponibilização de informações sobre a presença portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro no período de 1808 a 1945.

e) Preservação dos originais mediante sua reprodução.

O PROJETO

O Projeto de pesquisa do Arquivo Geral da Cidade visa identificar, mapear, registrar, descrever e reproduzir documentos que comprovem a presença e a participação de portugueses na vida da Cidade do Rio de Janeiro.

A base de desenvolvimento da pesquisa é o acervo produzido pela Câmara Municipal Carioca – 1808 a 1828 – e pela Prefeitura do Distrito Federal – 1929 a 1938.

Dentre as séries documentais produzidas no âmbito municipal entre 1808 a 1938, decidiu-se priorizar duas delas:

- a) “*Imigração Portuguesa*” – sob a forma de registros, pedidos e cartas de naturalização de cidadãos portugueses;
- b) “*Décima Urbana*” – primeiro conjunto de livros de registro de lançamento de imposto predial urbano do Brasil, criado por D. João VI em 1808, denominado “*Décima Urbana*” (1808 a 1938).

PRINCIPAIS MARCOS CRONOLÓGICOS

1565 – fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

1763 – elevação da Cidade à Capital do Vice-Reino.

1808 – chegada da Família Real.

1889 – proclamação da República. Passa a ser o Distrito Federal.

1960 – transferência da capital para Brasília. Passou a ser uma cidade-Estado: o Estado da Guanabara.

1975 – fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara. A cidade passou a ser, e ainda é, capital do estado do Rio de Janeiro.

PROJETO “A PRESENÇA PORTUGUESA NA MUNICIPALIDADE CARIOCA”

Série Imigração portuguesa. Caracterização Conjunto de documentos registrados na Câmara Municipal e na Prefeitura do Distrito Federal de pedidos de naturalização, juramento de imigrantes, pareceres sobre naturalização e registro de cartas emitidas

Datas-limite: 1826 a 1908

- N.º de códices: 24
- Dimensões médias: tamanho A4
- Frequência de consulta: eventual
- Uso do acervo: extração de informações para pedidos de dupla cidadania e pesquisas genealógicas
- Público-alvo: público em geral
- Consulta: disponível para consulta externa (público)
- Acesso: irrestrito
- Estado de conservação: regular a bom
- Reprodução: inexistente

Modelo de registro de coleta de dados

Termos de declaração de portugueses que pretendem se naturalizar.

Código 43-1-80

N.º CÓDICE	40-3-17	10-1-4	23-2-45
Página	25	79	45
Data	10/04/1884	27/12/1827	07/03/1902
Série	Funcionários	Aforamentos	Licença para comércio
Espécie	Certidão de óbito	Carta de ordem de sesmaria	Pedido de licença para abertura de armazém
Nome	José Alves de Carvalho	Maria Umbelina de Oliveira Lima	José Ribeiro de Sousa Carneiro
Procedência – cidade/vila/distr.	Lisboa	Porto	Coimbra

PG.	DATA	NOME COMPLETO
1	20/04/1846	Manoel José de Brito Valença
1v.	27/04/1846	João Nunes de Almeida
2v.	28/04/1846	Joaquim Luiz Machado
3	28/05/1846	Joaquim Alves da Silva
3v.	03/06/1846	Antônio Gomes Cabral Velho
4v.	16/06/1846	Padre João de Deos Neves
6	02/07/1846	João Luiz Pimenta
6v.	07/07/1846	Pe. Ignácio José da Fonseca Lemos
7	20/07/1846	Antônio Manoel Cardoso
7v.	21/07/1846	Patricio Muniz

Termos de naturalização de estrangeiros – Código 43.1.78

PG.	DATA	NOME COMPLETO	ORIGEM	PROFISSÃO
1v.	20/11/1833	Caetano Alberto Soares	Ilha da Madeira	Bacharel
8	10/11/1838	Cândido do Amor Divino	Ilha Terceira	Frei
17v.	18/01/1842	Joaquim Machado Freitas	Ilha Terceira	Caixeiro
18	18/01/1842	Luiz José de Victória	Portugal	Escriturário
18v.	09/02/1843	Manuel Antônio Cabral	Portugal	Eclesiástico
19v.	13/12/1843	José Antônio de Figueiredo Junior	Portugal	Negociante
37v.	01/03/1851	Antônio José de Araújo Pinheiro	Portugal	Procurador de Causas
39	22/03/1851	Manoel Ignácio da Silva	Portugal	Estudante

SÉRIE DÉCIMA URBANA

Primeiro conjunto de livros de registro de lançamento de imposto predial urbano do Brasil, criado por D. João VI em 1808, denominado "Décima Urbana" (1808 a 1938). A introdução deste tributo se deu gradativamente com a denominação de "décima urbana" em 1808, dando lugar ao "imposto sobre prédios" em 1873 e mais adiante ao "imposto predial", no ano de 1881.

Foi a partir destes conceitos que se fez recair a incidência de tal tributo sobre a propriedade que estivesse edificada ou inutilizada, com a designação de "Imposto Predial e Territorial Urbano". Esta intitulação veio persistir nas Constituições provenientes do período republicano, vindo a se manter na de 1988.

Tal imposto destaca-se ainda hoje como um dos tributos de maior importância no tocante à arrecadação de recursos junto ao ente municipal, de maneira a instrumentalizar uma política fiscal que permita contrabalançar os encargos provenientes dos dispêndios públicos capazes de gerir a máquina administrativa.

Datas-limite: 1808 a 1938

- N.º de códices: 1.536 unidades com 200 páginas, em média.
- Dimensões médias: 70cm x 1,20cm
- Frequência de consulta: Alta
- Uso do acervo: comprovação de direitos do Município e de terceiros (histórico predial e fiscal)
- Público-alvo: Poder Público Municipal, Estadual e Federal, contribuintes em geral, órgãos de preservação do patrimônio imobiliário, universidades e centros de pesquisa etc.
- Consulta: indisponível para consulta externa (público) por força do estado de conservação dos suportes.
- Acesso: restrito aos funcionários da instituição. O pesquisador pode ter acesso ao conteúdo informacional, mas não tem acesso direto aos originais.
- Estado de conservação: precário
- Reprodução: inexistente
- Questões críticas.
- Alta frequência de uso = desgaste dos originais

Os Livros de Lançamento de Imposto Predial (IPTU) são códices de grandes dimensões (70 cm X 1,20 cm), pesando, em média, cerca de 10 a 15 quilos cada um. O manuseio é difícil e necessita de pelo menos duas pessoas para retirá-los e devolvê-los às estantes. A manipulação dos livros é diária para a extração das informações solicitadas. Para cada pesquisa, dezenas de livros precisam ser consultados.

REGISTROS ÚNICOS

As informações contidas nos livros de registro são únicas, não existindo cópias no Arquivo da Cidade ou em outro órgão da municipalidade, tornando mais prementes e significativas as ações no sentido da preservação da série.

Por mais cuidado que os técnicos tenham, esses livros vêm se deteriorando gradativamente com o passar dos anos. Para garantir de permanência dessas informações é indispensável a microfilmagem e a restauração dos citados Livros.

A DÉCIMA EM PORTUGAL

A lei de 5 de setembro de 1641, criou o imposto da Décima – ou a *Décima Militar* – o qual consistia numa contribuição geral sobre a propriedade. O contexto da sua implementação mostra a necessidade de se angariar fundos para sustentar e ampliar o exército, em prol da defesa das fronteiras, fomento econômico e reorganização das finanças. Por mais de uma vez a taxação sofreu alterações, mas fixou-se novamente em 10% pelo alvará de 26 de setembro de 1762, substituindo a taxa de 4,5%.

A Décima era cobrada de todas as rendas, tratos, maneios e ordenados: “(...) paga cada pessoa a proporção do que tem de um/dez, e lhe ficam livre nove para se sustentar; ao mesmo tempo, em que nos outros Reinos da Europa estão atualmente pagando os vassallos o Quinto, o Quarto e Terço de todas as suas rendas (...)”

A DÉCIMA NO RIO DE JANEIRO

Em 1792 foi efetuada uma primeira tentativa de registro de imóveis construídos na Cidade, organizando-se as informações em ordem alfabética de logradouro, número dos prédios no logradouro e nome dos proprietários.

Mas foi apenas a partir da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808, que o controle efetivo dos imóveis construídos na Cidade foi implantado, com o objetivo de arrecadar recursos para atender aos gastos da nova sede da monarquia portuguesa.

À espelho de práticas realizadas em Portugal, o Alvará de 27 de junho de 1808 regulava o lançamento e cobrança da *Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos* ou *Décima Urbana*, de caráter restrito em relação à *Décima Militar* de Portugal, pois recaía sobre os imóveis urbanos.

Na Corte do Rio de Janeiro, a cobrança de imposto entrou em vigor de imediato (1808) e, nas demais capitânicas, no ano seguinte. O imposto à princípio recaiu apenas sobre os prédios das cidades e vilas situados à beira-mar, isentando-se aqueles pertencentes às Santas Casas da Misericórdia.

O Alvará de 03 de dezembro de 1810 reconhece que seria inviável a transposição para o Brasil da legislação portuguesa, em razão das diferenças entre ambos os contextos. Tal constatação exigiu adaptações. Em Portugal por exemplo:

- a Décima era cobrada sobre prédios urbanos (situados na cidade e destinados à habitação, comércio, indústria ou serviços) e prédios rústicos (situados no campo e destinados à agricultura);
- a cobrança da *Décima* ocorria semestralmente.

NO BRASIL

- decidiu-se isentar os imóveis associados à agricultura, para incentivar o seu crescimento;
- não se costumava alugar imóveis por menos de seis meses, por isso decidiu-se lançar a cobrança uma só vez, a cada ano.

A chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro alterou o cotidiano da cidade em todos os sentidos. Sob a perspectiva urbanística, foram promovidas alterações estruturais profundas, destinadas não somente adequar o espaço urbano, bem como de extrair desse espaço, os recursos destinados a cobrir as despesas da família real, da corte e financiar as ações externas da Coroa, mediante a criação de inúmeros impostos e taxas.

CRIAÇÃO DA DÉCIMA URBANA – ALVARÁ DE 27 DE JUNHO DE 1808 (p. 1)

“Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará com força de lei virem, Que tendo mostrado a experiência, e a constante pratica de Portugal, que o imposto da Décima nos Prédios tem a vantagem de ser o mais geral, e repartido com mais igualdade, pois que pagando-o por fim os inquilinos, que os alugam, por lho carregarem os donos no aluguel, e os proprietários pelos em que habitam, chega a todos os Meus fiéis Vassalos, que tem igual obrigação de concorrer para as despesas públicas. E Tendo consideração a que por este motivo, e por ser já, e de longo tempo conhecido e praticado, é preferível a qualquer outro, que não tenha estas conhecidas vantagens; e desejando nas atuais circunstâncias, em que é necessário e forçoso impor tributos para aumentar as rendas Públicas, elevando-as até bastarem para satisfazer as precisões e despesas do Estado, lançar mão daqueles que menos gravem os Meus fiéis Vassalos, e em cuja imposição e arrecadação haja a maior justiça, e igualdade, certeza, e comodidade no tempo do pagamento, e a menor vexação possível, e que pesem o menos que possa, a Agricultura, verdadeiro e o mais inesgotável manan-

cial da riqueza dos Estados. Considerando por uma parte, que os impostos nos bens de raiz são permanentes, e seguros, e que por meio deles se vem a taxar o proveito, e o trabalho muito mais geralmente, e por outra parte, que não devem ser taxados os de Lavoura, por estarem já onerados com o Dízimo, e porque esta deve ser antes animada e promovida para prosperar a riqueza nacional, e a população, que esta ainda muito no berço neste Estado. Tendo ouvido o parecer de pessoas mui doutas, e mui zelosas do Meu Serviço, Hei por bem determinar o seguinte:

- a) Os proprietários de todos os prédios urbanos, que estiverem em estado de serem habitados, desta Corte, e de todas as mais Cidades, Vilas, e Lugares notáveis situados à beira-mar neste Estado do Brasil, e de todos os Meus Domínios, menos os da Ásia, que pela decadência, em que se acham, merecem esta isenção, e os que pertencem às Santas Casas das Misericórdias, pela piedade do seu instituto, pagarão daqui em diante anualmente para a Minha Real Fazenda dez por cento do seu rendimento líquido.
- b) Os prédios urbanos serão reputados todos aqueles que, segundo as demarcações das Câmaras respectivas forem compreendidos nos limites das Cidades, Vilas e Lugares notáveis.
- c) Os mesmos dez por cento pagarão os senhores diretos pelos foros, que perceberem, instituídos nos referidos prédios urbanos acima designados.
- d) Em todas as Cidades e Vilas notáveis haverá uma Junta da Décima, composta das pessoas abaixo nomeadas para formarem, e dirigirem os Lançamentos. Nesta Corte haverão dois Superintendentes, que serão dois Juizes do Crime, que Hei de nomear para os dois Bairros, e cada um deles fará o lançamento da Décima (...).Finda a descrição no Caderno, que deve ficar no cartório de cada escrivão, se copiará ela para um Livro encadernado em pasta com seu termo de abertura e encerramento, rubricado por cada um dos Superintendentes, o qual há de servir para o Lançamento, e dele se fará outro traslado autêntico em igual Livro, de modo que sejam dois de igual forma para a Receita também rubricados, e encerrados, que terão menor número de folhas, por deverem conter menos escrituração.”

LIVRO DE LANÇAMENTO DE IMPOSTO PREDIAL URBANO – 1808 FREGUESIAS SÃO JOSÉ, SÉ E ENGENHO VELHO. TERMO DE ABERTURA

“Neste livro se copiará o lançamento da Décima do ano de 1808 pertencente às Freguesias de São José, Sé e parte do Engenho Velho compreendidas nos limites da cidade, vai numerado e rubricado com o meu apelido = Duque Estrada = e no fim leva o termo de encerramento. Rio 4 de Junho de 1809. Luis Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça. Cópia da provisão do Conselho da Fazenda e juramento dos oficiais da repartição da Décima das Freguesias de

São José e Sé. Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África etc., Senhor de Guiné = Faço saber a vós Juiz do Crime, Superintendente da Décima das Freguesias de São José e Sé desta cidade que sendo vista a Vossa Proposta de 15 de dezembro corrente com a nomeação dos oficiais que convosco hão de servir para o lançamento e cobrança da Décima das mesmas Freguesias a saber: João Pedro Carvalho de Moraes, Deputado Nobre; José Joaquim de Almeida, do Povo; João Inácio de Faria, Mestre pedreiro; Manoel Lopes Pereira, Francisco do Couto Landim, Carpinteiros; Basílio Ferreira Goulart, Fiscal; se vos aprova a mesma nomeação ficando vos na inteligência de que para o futuro deveis propor três pessoas para cada um dos cargos na forma de costume. O Príncipe Regente Nosso Senhor o mandou pelos ministros abaixo assinados do seu Conselho e do de Sua Real Fazenda. Manoel José de Sousa França a fez em o Rio de Janeiro, aos 22 de Dezembro de 1808.”“Luis Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça – superintendente da Décima da Freguesia do Rosário, São José e Engenho Velho desta corte, no ano de 1808. Pelo desconto dos 2% do total do lançamento da Décima emfr. Para o Superintendente da mesma pelo trabalho do lançamento, compra dos livros, conforme o Alvará da Décima de 27 de junho de 1808 – 617\$201. Pelo desconto dos 3% da quantia restante depois de abatidos os 2% para o superintendente, Oficiais e Cobradores da Décima – 951//386. Joaquim José Monteiro Diniz Escrivão do crime do bairro de São José e da Décima das Freguesias de São José e Sé. Certifico que o presente livro é verdadeira cópia do original do lançamento da Décima do ano de 1808 da Freguesia de São José, Sé e Engenho Velho que vai conferido por mim Escrivão com o próprio livro donde emanou o referido é verdade, e ao mesmo livro me reporto do dito lançamento. Rio de Janeiro, 08 de Fevereiro de 1809."

ALTERAÇÃO DA COBRANÇA DA DÉCIMA URBANA. ALVARÁ DE 03/12/1810 (p. 1)

“Eu o Príncipe Regente: Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem, Que tendo estabelecido providências no Alvará de três de junho do ano passado, que declarou algumas partes o de vinte e sete de junho de mil oitocentos e oito, a fim não só de estender a imposição da Décima a todos os Prédios Urbanos deste Estado e Domínios, situados nas Cidades, Vilas e Lugares notáveis, mas também de fazer mais fácil, pronta, e menos pesada aos Meus Fiéis Vassallos proprietários dos referidos prédios a percepção, e arrecadação; tem mostrado a experiência, que não foram bastante nesta parte, verificando-se mas atrasos, e embaraços no pagamento, de maneira que não tem podido entrar nos Meus Reais Cofres o produto deste imposto nos prazos determinados no sobredito Alvará de vinte e sete de junho de mil oitocentos e oito, sendo também uma das causas a dificuldade de se fazerem dois lançamentos em cada ano, aliás desnecessários, porque pagando o proprietário a coleta, não importa, que

se mudem os inquilinos, além de não ser costume no País alugarem-se as Casas por seis meses, o que fez preciso em Lisboa haver dois lançamentos, e de serem por via de regra poucas as mudanças de proprietários; e podendo este inconveniente prevenir-se, sendo obrigados os donos dos prédios a declarar as alheações que deles fizerem. E sendo mais útil, e justo em matéria de legislação sobre impostos ajuntar a certeza, exatidão, e prontidão do pagamento com a facilidade, a suavidade da arrecadação, para que não hajam extravios, e a diminuições no produto, nem se molestem os coletados com gravames desnecessários, nem faltem os pagamentos nos tempos aprazados (...).”

ISENÇÃO DE COBRANÇA DE DÉCIMA URBANA NA CIDADE NOVA DECRETO DE 26/04/1811

Após a chegada da Corte, foi necessário ampliar o termo da cidade e, lugares até então pouco habitados, tiveram sua ocupação iniciada e acelerada neste período. É o caso da Cidade Nova, área de terrenos pantanosos, não pertencente ao termo que, recebeu o benefício de isenção de pagamento da Décima por prazo de 10 anos.

“Crescendo de dia em dia a população desta Capital, e devendo-se aumentar-se cada vez mais à proporção do aumento do Comércio, estabelecimento das Artes, o progresso da Indústria, e de muitos outros motivos, que chamam e convidam às Cortes muitas pessoas, sendo por conseguinte muito poucas as casas para acomodação dos que já existem, e principalmente para a habitação dos que vierem a estabelecer-se levados do seu interesse, ou da necessidade do Meu Real Serviço, convindo que elas não faltem para que os Meus Fiéis Vasallos tenham aonde habitar comodamente, e por preços razoados, sem ser necessário recorrer-se a aposentadorias continuadas com muito incômodo dos que são em virtude delas despejados. Desejando remover estes inconvenientes, e pelo menos diminuí-los, facilitando o edificarem-se mais casas em terrenos, que estão desaproveitados, e ainda por aterrar, e enxugar, por meio da isenção do imposto da Décima, e do favor de conseguirem com mais facilidade materiais, e Oficiais, uma vez que as edifiquem, nos referidos lugares de Sobrados com melhor regularidade do que até aqui se tem edificado. Resultando destas providências haver maior número de pessoas, e famílias de mais posses, e tratamento, aformosear-se mais um bairro da Capital, e enxugarem-se terrenos alagadiços, e pantanosos com manifesta utilidade da saúde pública. Sou Servido enquanto não Estabeleço a Inspeção das Obras Públicas, e Dou mais amplas providências a este respeito, Ordenar que todos os que edificarem Casas de Sobrado nos terrenos situados na Cidade Nova desde a Ponte até o lugar marcado para a Caldeira, e em qualquer outro lugar pantanoso no termo de dois anos a contar da data deste, sejam isentas de pagar Décima por dez anos, sendo as Casas de um só sobrado, e de menos de cinco portas, ou janelas de frente, e por vinte, se forem de mais de um sobrado, ou de cinco, ou mais portas, ou

janelas de frente, edificando-as depois de proceder alinhamento, e divisões de Ruas aprovadas, e feitas por ordem do Intendente Geral da polícia, em quanto não houver Inspetor das Obras Públicas, e dele receberão todo o auxílio para conseguirem Oficiais, e materiais que não for danoso aos mais que edificam nesta Capital, e seus arredores. E Hei outrossim por bem que nos referidos terrenos da Cidade Nova acima apontados ninguém possa edificar Casas térreas. O Conde de Aguiar do meu Conselho de Estado, e Presidente do Meu Real Erário, o que tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Abril de mil oitocentos e onze.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N.S.”

PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – 1817

As informações contidas na Série Décima Urbana são de importância vital para o cidadão, que as busca para comprovação de direitos de propriedades, como também, para a própria administração pública municipal, que constantemente solicita pesquisas para tomada de decisões e para subsídio dos seus trabalhos.

Toda e qualquer pesquisa que envolva logradouros ou imóveis exige, antecedendo a sua realização, um levantamento exaustivo e detalhado de nomes antigos de logradouros, distritos, bairros etc., visando mapear, no espaço e no tempo, a sua transformação (terrenos, prédios, bairros, chácaras, acidentes geográficos, pontes, canais etc.) para, a partir daí, estabelecer uma relação com a nomenclatura atual.

Não há até o momento, nenhum cadastro municipal de logradouros que contemple a nomenclatura atual e a anterior e, sabendo que não há como recuar no tempo sem as indicações necessárias para dar continuidade ao trabalho de pesquisa, é preciso constantemente manusear este livros, em busca de informações sobre a cidade.

Através dos lançamentos da *Décima Urbana* obtemos as seguintes informações: localização dos imóveis, seus proprietários, inquilinos, classificação dos logradouros (ruas, becos, ladeiras, praças, praias), tipologia predial (casas térreas, sobrados, lojas), forma de exploração (uso próprio, aluguel), usos (residencial, comercial, misto) e valor, que nos permitem reconstituir hipoteticamente o velho tecido urbano da cidade. Analisando tais informações obtemos o crescimento da população; a sua renda; áreas de maior concentração; residentes estrangeiros; histórico das ruas da cidade etc.

Décima Urbana: possibilidades de pesquisa e de produção de conhecimento
Exemplos de informações extraídas da Série:

- número de logradouros: entre 1808 e 1810 a área urbana possuía 145 logradouros;

- classificação dos logradouros: ruas, becos, ladeiras, largos, praças, praias, morros etc.;
- tipos de construção: casas térreas, sobrados, ruínas;
- uso dos imóveis: casa de vivenda, loja, sobreloja, armazém, açougue, trapiche, cocheira, senzala, telheiro, casa de banho etc.;
- total de imóveis: 7 548

Tipologia predial	Uso do imóvel: comercial, residencial, misto	Terrenos ociosos/vagos	Prédios em construção
Prédios em ruínas	Genealogia: história de famílias	Nomenclatura e traçado de logradouros	Empresas e indústrias
Numeração de prédios	Sucessão de proprietários	Renda e distribuição – Áreas de maior concentração/densidade populacional	Profissões
Valor fiscal dos imóveis	Próprios municipais e nacionais	Ordens assistenciais	Templos e Ordens religiosas

DADOS LEVANTADOS RELATIVOS À RUA DA MISERICÓRDIA EM 1808, 1813, 1818, 1823

Para fins de ilustração da presente pesquisa, selecionou-se uma rua – Rua da Misericórdia – dentre as mais antigas da área comercial da cidade, e recolheu-se todos os dados relativos ao referido logradouro, em intervalos de 5 anos, a partir de 1808 até 1823, dados consolidados relativos à rua da Misericórdia em 1808, 1813, 1818, 1823*.

Em 1823, os imóveis da rua da Misericórdia passam a ser lançados, para fins de imposto predial, do número 15 em diante, daí o número aparentemente menor de prédios na rua.

Rua da Misericórdia – 1817
 Dados coletados – Rua da Misericórdia – 1808 a 1823

Livro de Lançamentos da Décima Urbana – 1823				Superintendente	
Distrito: São José				Logradouro: Rua da Misericórdia	
N.º	Pg.	Tipologia	Proprietários/ inquilinos	Valor aluguel (VAL) ou Valor arbitrado VAR)	Décima líquida
49	7	Térrea	Je Antº Esperª	VAR 61\$440	5\$529
50	7	Casa	Misericórdia	–	–
61	7	Térrea	Herdeiros do P.º Joaquim do Valle	VAL 153\$600	13\$824
62	7	Casa	Misericórdia	–	–
101	26	Sobrado	Convento da Ajuda	Loja arrendada a Agostinha Francisca por 76\$800 / sobrado a Thereza Angélica por 172\$800	11\$232
103	26	Sobrado	Irmandade da Cruz	Loja arrendada a Anna Vieira Xavier por 76\$800 / sobrado a Albino José Cabral por 115\$200	8\$640
104	26	–	Expostos	–	–

A PRESENÇA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS CENSOS DE 1872, 1890, 1906 E 1920: DOS NÚMEROS ÀS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Lená Medeiros de Menezes

Mais do que enunciar conclusões aprofundadas sobre o tema geral da imigração portuguesa, o objetivo do trabalho é apresentar os Censos – em particular os de 1872, 1890, 1906 e 1920 – como possibilidades de pesquisa para o estudo da presença portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, destacando, como exemplos paradigmáticos dos processos vividos, algumas trajetórias de imigrantes que viveram a virada do oitocentos para o novecentos.

Até a segunda metade do século XIX, a contagem da população no Brasil era feita através de listas locais enviadas aos governos das províncias. Eram estes os responsáveis pela aferição dos resultados, que poderiam ou não ser encaminhados ao governo central, com vistas a um mapeamento global. As estratégias até então adotadas foram abandonadas quando a necessidade do estabelecimento de bases mais confiáveis para os sistemas eleitorais firmou-se no horizonte político, resultado do aperfeiçoamento do funcionamento parlamentar ao longo do Segundo Reinado, iniciado em 1840.

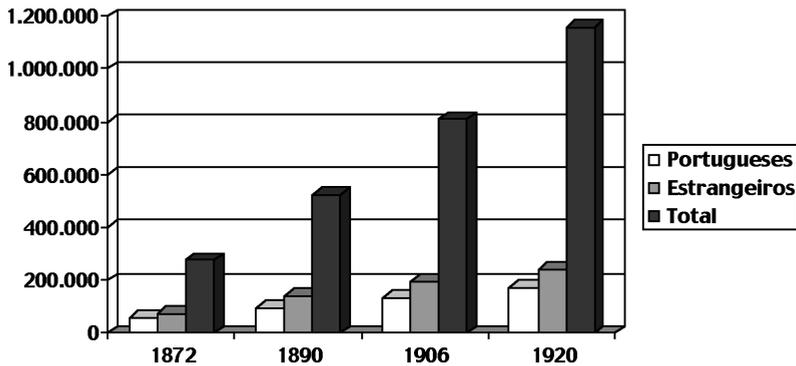
Através de decreto datado de dezembro de 1871, essas demandas receberam viabilização material e o primeiro recenseamento formal da população realizou-se no ano de 1872. Segundo os dados então obtidos, a população geral da cidade do Rio de Janeiro alcançava o total de 274 972 indivíduos (226 033 livres e 48 939 escravos)¹. Dentre os livres, 73 310 (cerca de 1/3 da população) eram estrangeiros, sendo 17 302 pertencentes ao sexo feminino. Os portugueses constituíam a maioria incontestável da população estrangeira radicada na cidade, totalizando 55 933 indivíduos, o que correspondia a 76,29% da colônia estrangeira e a 24,74% da população livre (Censo de 1872: 58 e seguintes).

Uma análise qualitativa do censo, entretanto, aponta para a continuidade de algumas distorções marcantes nos levantamentos feitos. Dentre elas contam-se alguns quesitos esquecidos ou mal registrados, importantes para medir, por exemplo, os graus de urbanização e modernização alcançados: caso do registro das profissões.

O Censo de 1872 inseria-se em uma conjuntura de desenvolvimento material urbano da capital brasileira. Desde o término do tráfico negreiro – e, principalmente, a partir dos anos 1870 – o processo imigratório viria a estabelecer

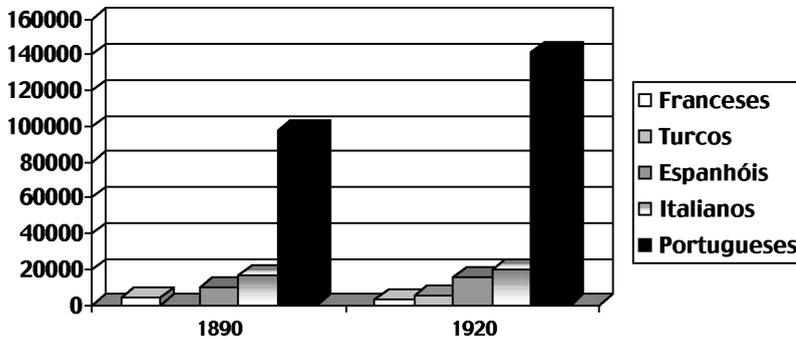
dialética profunda com o da abolição, tanto no campo quanto na cidade. Por conta disso, as décadas que correspondem ao último terço do oitocentos brasileiro foram marcadas por considerável aumento da população, fruto, principalmente, de processos internos de deslocamentos populacionais e da imigração européia, orientada no sentido da substituição do trabalho escravo na lavoura e nos ofícios urbanos².

Figura 1: População do Rio de Janeiro
(Censos de 1872, 1890, 1906 e 1920)



Com a proclamação da República em 1889 e a apologia do início de novos tempos, um novo decreto instituiu a obrigatoriedade da realização de censos periódicos, sendo o primeiro realizado em dezembro de 1890. Os números obtidos com relação ao Rio de Janeiro indicavam expressivo crescimento populacional, com a duplicação dos números registrados em 1872, inclusive com relação aos estrangeiros. Nesse momento, sua população alcançara o patamar de 522 651 indivíduos, no qual inseriam-se 155 202 estrangeiros³ (124 352 só no Distrito Federal)⁴, sendo 97 434 portugueses⁵. Dessa forma, os portugueses representavam 62,77% da população estrangeira e 18,64% da população total, em um mercado de trabalho no qual “os estrangeiros representavam cerca de 40% da força de trabalho do Rio de Janeiro”⁶.

Figura 2: Nacionalidades estrangeiras fixadas na Capital Brasileira
(Censos de 1890 e 1920)



Observe-se que embora haja registros de um processo crescente dos quantitativos migratórios, a barreira dos 5 000 estrangeiros só foi suplantada em 1880, atingindo índices mais significativos em 1888, ano da abolição. Ainda que os portugueses continuassem sendo a maioria esmagadora dos que chegavam e dos que estavam fixados na capital, a tendência que se firmou foi a do paulatino descenso percentual. Dentre os recenseados em 1872, os portugueses representavam 76,29% da população total estrangeira, índice que desceu a 62,77% em 1890, a 63,36% em 1906 e a 61,38% em 1920. A tendência da queda relativa era explicada pelo aumento do peso de outros povos ao tempo da chamada Grande Imigração (1890-1914), com destaque para os italianos e espanhóis. Os índices alcançados, entretanto, estiveram longe de ameaçar o inquestionável peso da imigração portuguesa frente a todas as outras nacionalidades estrangeiras fixadas na cidade do Rio de Janeiro.

O recenseamento realizado em 1906 viria a indicar nova expansão populacional, com os estrangeiros atingido a cifra de 210 515 pessoas, com um total de 58 348 mulheres. Nesses quantitativos, os portugueses colaboravam com 133 393 indivíduos. Ou seja, 63,36% do total de imigrantes, sendo 101.777 homens e 31 616 mulheres, correspondendo estas a 23,70% do total. (Censo de 1906: 126-389).

Com relação ao censo de 1906, deve ser destacado que ele não aferiu a população total do país, visto ter se restringido ao Rio de Janeiro. A decisão por um novo recenseamento impôs-se pela necessidade de corrigir algumas das distorções do Censo de 1890, principalmente no tocante à alfabetização e distribuição ocupacional, visto ter sido detectada a ocorrência de superdimensionamento nos itens relativos ao número de analfabetos e ao registro dos sem qualificação profissional.

O censo de 1910, previsto legalmente em virtude da obrigatoriedade do intervalo de 10 anos entre os recenseamentos, não foi realizado por questões de instabilidade política. Apenas 30 anos após o primeiro censo republicano realizar-se-ia um novo censo geral. Corria o ano de 1920. Com metodologia mais

apurada, o novo levantamento pôde corrigir algumas distorções, havendo, por exemplo, uma definição muito mais precisa da categoria profissão, como demonstração explícita de uma preocupação pontual com o problema da divisão social do trabalho.

Os números obtidos em setembro de 1920 demonstram que a população da cidade, em menos de 40 anos quadruplicara, subindo para o patamar de 1 157 873 indivíduos, das quais 239 129 permaneciam sendo estrangeiro(a)s, correspondendo a 20,65% do total. Nesse cômputo, haviam 146 779 português(a)s, o que apontava para o percentual de 61,38% no conjunto dos estrangeiros, sendo 43 586 mulheres (29,69% da referida nacionalidade).

Ao contrário dos censos anteriores, onde as profissões eram declaradas a partir de um quesito aberto, o esforço dos responsáveis pelo recenseamento orientou-se no sentido da classificação das profissões em grupos mais ou menos homogêneos. A construção de um quadro elaborado de divisões e subdivisões de atividades deixava transparecer a preocupação em compatibilizar os resultados gerais com os censos econômicos que eram realizados simultaneamente. Foram utilizadas centenas de ocupações distintas tendo como elementos gerais de classificação: “produção da matéria prima”, “transformação da matéria prima”, “administração e profissionais liberais” e um grande grupo de ocupações mal definidas ou o registro da ausência do trabalho.

Para citar um exemplo, o conjunto classificado como “transformação e emprego da matéria prima” admitia várias subdivisões. Em primeiro lugar estava a indústria, dividida, nos termos mais gerais, a partir de referências à natureza⁷ ou à aplicação da matéria prima⁸. Seguiam-se os transportes, subdivididos em marítimos e fluviais; terrestres e aéreos; correios, telégrafos e telefones. Finalmente, o comércio, admitindo como sub-classificações os bancos, o câmbio, o seguro, as comissões, o comércio propriamente dito e outras espécies de comércio.

No quadro das indústrias, estariam empregados, segundo os números censitários, 54 693 indivíduos, sendo “vestuário e toucador” os setores com maior número de profissionais: respectivamente, 19 110 e 10 153. O comércio englobava o trabalho de 47 952 indivíduos, estando, assim, pouco abaixo da indústria, entendida em seu sentido mais amplo. Por outro lado, na rubrica “comércio propriamente dito” concentravam-se 45 156 indivíduos, o que projetava o setor como aquele de maior concentração profissional à época.

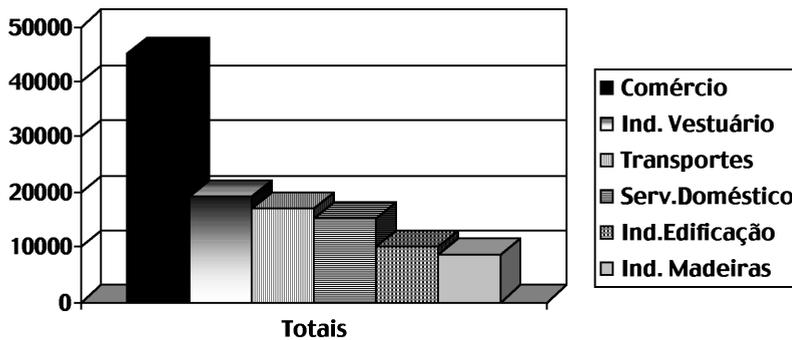
Com base nesses indícios, podemos dizer que, a partir de 1920, firmou-se a tendência do aprofundamento no registro das formas de inserção da população no processo produtivo, decorrência natural do avanço das atividades econômicas urbanas. Considerando-se outros tipos de fontes é possível dizer que, nesse universo, o imigrante português contribuía, decisivamente, na projeção de determinados totais no quadro geral traçado pelos levantamentos efetuados.

Ainda que não haja discriminação das nacionalidades representadas em cada um dos setores mapeados, é possível perceber que as ocupações de maior peso numérico continuavam a ser aquelas nas quais a presença portuguesa era, senão dominante, pelo menos expressiva.

Considerados os números apresentados, as diferentes ocupações posicionavam-se na seguinte ordenação. Em primeiro lugar, o comércio ‘propriamente dito’, concentrando 45 156 estrangeiros, seguindo-se a indústria de vestuário e toucador (19 110), o serviço doméstico (15 086), os transportes terrestres e aéreos (12 115) e a indústria de edificação (10 153).

Algumas observações adicionais devem ser feitas no tocante à distribuição ocupacional. A principal delas é o registro de que o número daqueles que aparecem com profissão não declarada ou sem profissão mantém-se extremamente elevado: 67 981 (52 593 dos quais com mais de 21 anos), aos quais se acrescentam 13 619 com profissões “mal definidas”. No pólo oposto, há o registro de apenas 1 838 estrangeiros vivendo de suas rendas, o que comprova que a existência do imigrante pobre permanecia fato marcante, cabendo sempre dizer que o peso dos portugueses mostrava-se esmagador com relação às demais nacionalidades.

Figura 3: Distribuição dos estrangeiros por profissões (Censos de 1920)

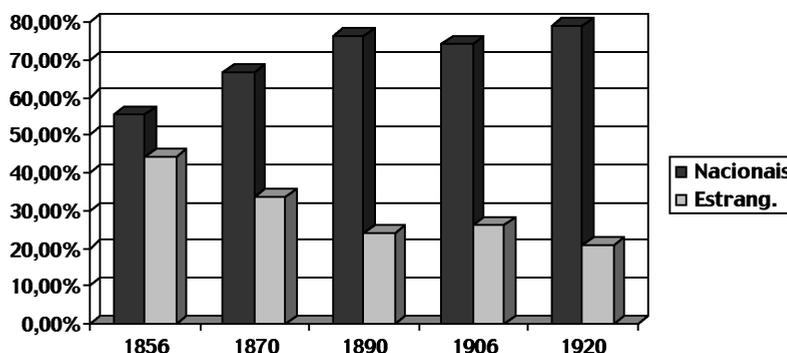


As atividades comerciais representavam, de forma incontestável, a maior concentração, com um registro total de 47 952 indivíduos. As indústrias, subdivididas segundo a natureza da matéria prima e a aplicação da matéria prima, incluíam atividades variadas. Os maiores quantitativos concentravam-se nos setores do vestuário e toucador (19 110 trabalhadores), edificação (10 153), madeiras (8 510), metalurgia (4 540) e têxteis (3 436). Na rubrica dos transportes concentravam-se 17 163 trabalhadores (4 839 nos transportes marítimos e terrestres, 12 115 nos transportes terrestres e aéreos e 209 nos correios, telégrafos e telefones).

No caso específico das mulheres, no serviço doméstico estavam 15 086; nas indústrias, 9 529, com predominância absoluta para as “indústrias” ligadas ao vestuário e toucador, onde se concentravam 8 199 trabalhadoras do sexo feminino. No comércio elas tinham presença mínima, sendo 1 385 em um universo total de 47 952 indivíduos.

A questão da composição demográfica da população, com o contraste entre brasileiros e portugueses ocupa todo o intróito da consolidação numérica publicada pela Diretoria de Estatística, com a demonstração dos avanços atingidos no tocante ao peso da população brasileira com relação à estrangeira. Expressão de uma época, os contrastes pontuados demonstravam a euforia nacionalista vivenciada por todo o mundo, com a imposição, por toda parte, de leis restritivas com relação à imigração⁹. Embora o Brasil só fosse adotar o regime de cotas nos anos trinta, dois decretos, ambos datados de 1921, estabeleciam restrições severas à imigração e norteavam, com rigor redobrado, a expulsão, principalmente a de anarquistas, considerados perigosas “aves de arribação”.

Figura 4: Nacionais e estrangeiros em resultados percentuais (Censos de 1920)



Ao longo de todo século XIX e até as leis restritivas da Era Vargas¹⁰, a população portuguesa representou, de forma absoluta, a maioria indiscutível dos estrangeiros fixados na capital (com cifras atingindo entre 61 e 76%). Desde muito cedo, portanto, “emigração portuguesa significou emigração para o Brasil”¹¹. Ao que acrescentaríamos: emigração para o Brasil significou, em destaque, imigração para o Rio de Janeiro.

Abandonando-se a análise dos números totais para enfatizar os números relativos aos diferentes distritos da cidade, podemos observar a participação portuguesa não apenas no processo de crescimento material da capital quanto sua inserção no processo de expansão da malha urbana, sendo possível acompanhar essa evolução tanto nos distritos urbanos, quanto nos suburbanos e nos marítimos.

Considerando-se os cinco distritos¹² da área urbana mais central com maior presença estrangeira, os números relativos ao ano de 1872 demonstram que esta concentração guarda vínculos estreitos com a presença portuguesa, ocorrendo apenas duas inversões, explicada por uma presença mais significativa de italianos na paróquia de Sant’Anna e de franceses na Glória, conforme podemos visualizar na tabela que se segue.

Tabela 1: Distribuição dos estrangeiros pelos distritos urbanos
(Censos de 1872)

DISTRITOS	TOTAL DE ESTRANGEIROS	TOTAL DE PORTUGUESES
Sant' Anna	12 311	8 010
Santíssimo Sacramento	11 961	8 064
Santa Rita	11 910	9 024
São José	8 223	5 084
Glória	7 097	4 337

O Censo de 1890 apresentaria algumas mudanças nesta distribuição, embora a paróquia de Sant'Anna permanecesse liderando os quantitativos relativos aos estrangeiros.

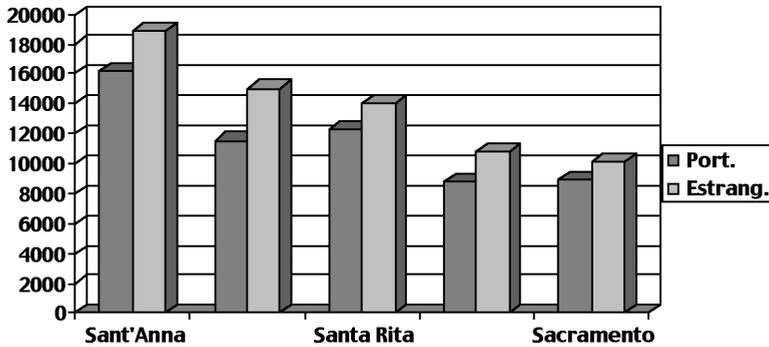
Tabela 2: Distribuição dos estrangeiros pelos distritos urbanos
(Censos de 1890)

DISTRITOS	TOTAL DE ESTRANGEIROS	TOTAL DE PORTUGUESES
Sant' Anna	18 880	16 173
São José	15 032	11 541
Santa Rita	14 033	12 315
Glória	10 800	8 825
Sacramento	10 111	8 873

Mais do que em 1872, os quantitativos relativos aos portugueses guardariam uma proximidade quase perfeita com os quantitativos relativos aos totais gerais, reproduzindo quase a mesma classificação decrescente, com descompassos que podem ser considerados insignificantes.

Tomando por base de análise os números relativos ao Censo de 1890, podemos verificar que os distritos de Sant'Anna, São José, Santa Rita, Glória e Sacramento eram aqueles que concentravam, com maior expressividade, os estrangeiros fixados na área central da cidade. Nesse conjunto, os portugueses eram presença esmagadora, como demonstra o gráfico que se segue.

Figura 5: Distritos centrais com maior concentração de estrangeiros
(Censos de 1890)



No caso específico dos distritos de São José e Sacramento, os índices de 1920 mostrariam que a imigração de sírios e libaneses e o conseqüente desenvolvimento comercial da região acarretariam acréscimos consideráveis com relação à proporcionalidade dos estrangeiros frente aos brasileiros. No Santíssimo Sacramento, inclusive, a população estrangeira viria a suplantar a população nacional (Censo de 1920: L-IV).

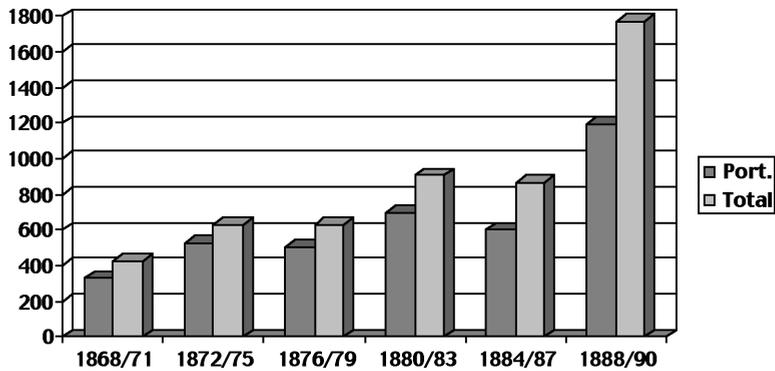
A expansão da malha urbana, como não poderia deixar de ser, acarretou importantes alterações na organização espacial da cidade, com a criação de novos distritos, surgidos por conta do avanço populacional sobre áreas vazias ou parcamente povoadas. Um processo que se apresentava como resultado da dilatação da fronteira agrícola, como fruto do avanço das vias férreas, como desdobramento da expansão da indústria pesqueira ou como conseqüência da concentração das fábricas têxteis em áreas providas dos recursos hídricos necessários.

Dessa forma, o Censo de 1890 apontava dois novos distritos: Gávea e Engenho Novo e o Censo de 1906, outros cinco: Santa Tereza, Gamboa, Andaraí, Tijuca e Méier¹³.

Enquanto os distritos da Gávea, Andaraí e Tijuca tiveram suas origens ligadas ao desenvolvimento da indústria têxtil, o Méier ganhou independência do Engenho Novo graças ao avanço dos trilhos. No caso do distrito da Gamboa, este deveu sua criação à construção do novo porto do Rio de Janeiro.

Considerando-se o espraiamento da população na direção sul da cidade, o exemplo de crescimento dado pelo distrito da Lagoa, área fabril por excelência na virada do novecentos, onde a fábrica Corcovado dominava a paisagem, é significativo. Segundo o Censo de 1920, junto aos distritos da Gávea e de Copacabana, a lagoa chegou a concentrar mais estrangeiros do que nacionais, sendo determinante para isso a presença portuguesa.

Figura 6: Entrada de estrangeiros no distrito da Lagoa
(Censos de 1890)



No eixo de expansão norte, a participação portuguesa ganha visibilidade quando analisamos o distrito do Engenho Velho, a partir do qual seriam criados, posteriormente, os distritos da Tijuca e do Andaraí, áreas fabris favorecidas pelos cursos de água que desciam da Floresta da Tijuca. Na área localizaram-se fábricas de grande porte como a Covilhã, a Confiança, imortalizada por sambistas como Noel Rosa e a América Fabril, que tinha empresários portugueses como sócios.

Figura 7: Entrada de estrangeiros no distrito do Engenho Velho – 1868/1890
(Censos de 1890)

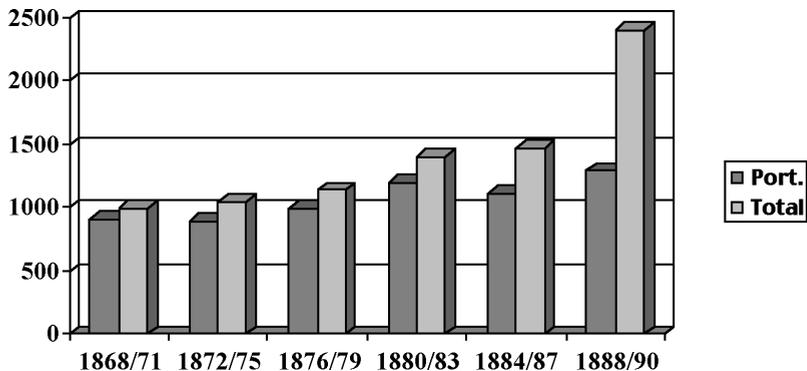
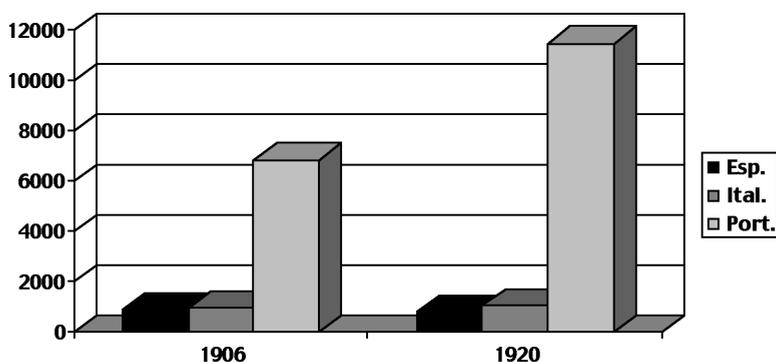
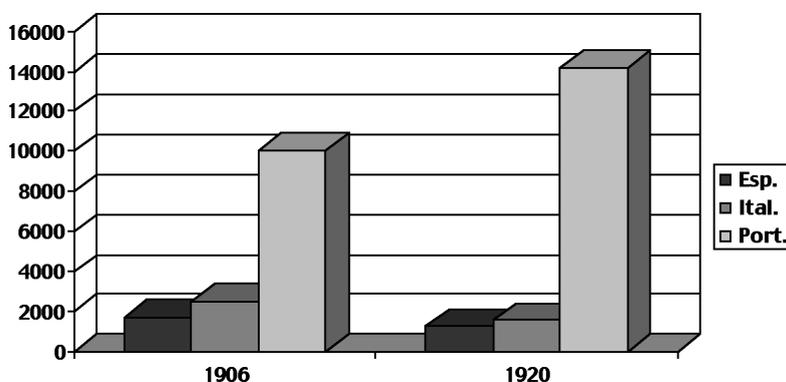


Figura 8: Presença estrangeira no distrito do Andaraí
(Censos de 1906 e 1920)



Além dos exemplos oferecidos pelas áreas fabris, onde era possível encontrar portugueses e portuguesas trabalhando nas fábricas ou como proprietário(a)s ou empregado(a)s no comércio localizado em seu entorno, a participação portuguesa no processo de expansão da malha urbana tem inúmeros outros exemplo. Um deles nos é fornecido pelo distrito da Gamboa, formado como resultado da construção do novo porto da cidade.

Figura 9: Estrangeiros no distrito da Gamboa
(Censos de 1906 e 1920)

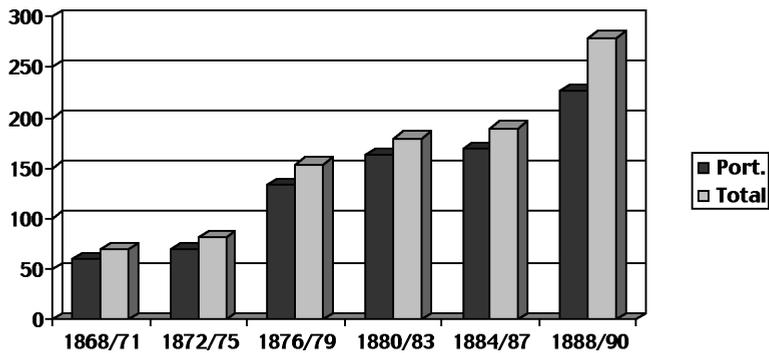


Para além do contexto urbano e sub-urbano, alguns distritos caracterizaram-se como áreas de expansão da fronteira agrícola ou da pesca. Apesar da baixa concentração populacional nessas regiões, a presença portuguesa, mesmo assim, tinha destaque.

O gráfico que se segue, reunindo os dados de 1890 relativos ao distrito de Campo Grande pode servir de exemplo do grande espriamento da população

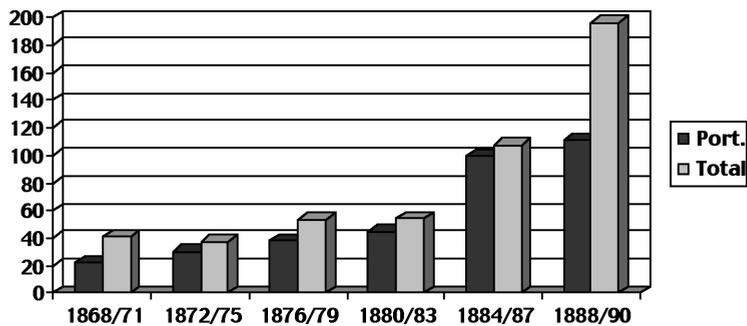
portuguesa pela cidade. Situado na zona rural – situação que mantida até os anos 1970 – o distrito, depois bairro de Campo Grande, da mesma forma que o distrito de Santa Cruz, era responsável pelo abastecimento da área urbana. Hoje, o antigo distrito situa-se na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, distante cerca de uma hora da área central da urbe.

Figura 10: Entrada de estrangeiros na paróquia (distrito) de Campo Grande – 1868 a 1890 (Censos de 1890)



Por último, cabe dar destaque aos chamados distritos marítimos, ilhas localizadas no interior da baía de Guanabara, zonas de pesca por excelência. O peso indiscutível da presença portuguesa no universo dos estrangeiros reproduz-se mais uma vez, como serve de exemplo o distrito da Ilha do Governador.

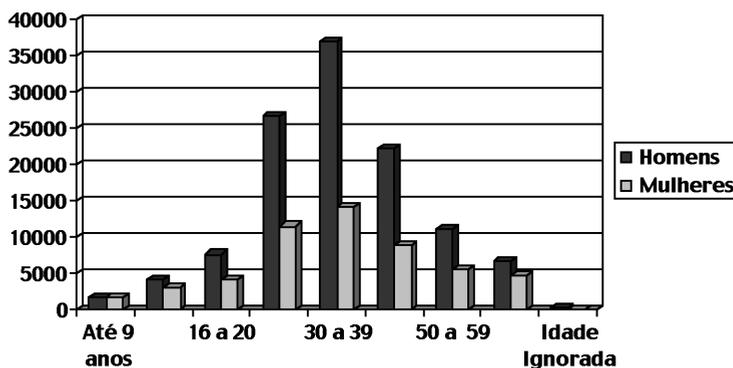
Figura 11: Entrada de estrangeiros na paróquia (distrito) da Ilha do Governador – 1868 a 1890 (Censos de 1890)



Considerados os totais registrados por paróquias (distritos) nos números relativos aos estrangeiros, os portugueses mostraram-se eram majoritários em todos os distritos urbanos, não importando se estes fossem urbanos, sub-urbanos, rurais ou marítimos. Nos totais os homens foram sempre a maioria incon-

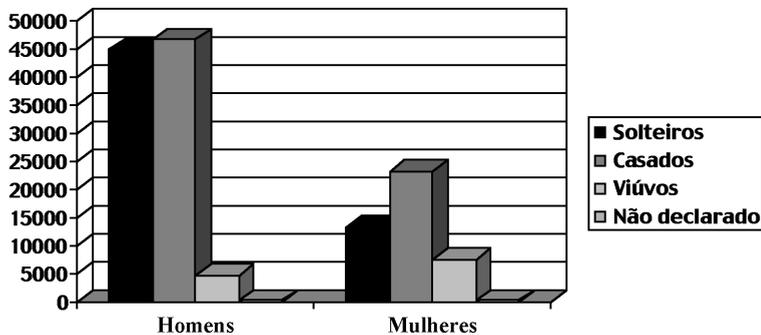
testável. Como nos diz a análise da população por nacionalidades que serve de introdução ao Censo de 1920, as mulheres representavam “pouco mais de 35% em 1920, contra mais de 28% em 1906”, ao contrário do que indicavam os números concernentes à população nacional, onde “as mulheres figura[va]m, proporcionalmente, com cerca de 52% no total de habitantes” (Censo de 1920: L-V).

Figura 12: Distribuição dos estrangeiros por faixa etária e sexo (Censos de 1920)



Ainda que os números relativos a homens e mulheres estejam concentrados igualmente nas faixas etárias intermediárias (21 a 45 anos), algumas questões relativas a gênero merecem destaque. Em primeiro lugar, o fato de, até os nove anos, os quantitativos relativos a meninos e meninas serem, praticamente iguais, fruto da imigração familiar, com a desproporção aumentando paulatinamente. Em segundo lugar o fato dos homens, nas faixas intermediárias alcançarem, praticamente, o dobro dos números relativos às mulheres, demonstrando o peso dos homens solteiros ou sós no conjunto, caminhando para uma maior equidade nas faixas de idade mais avançada, quando os casais tornam-se mais presentes. Dessa forma, o gráfico é quase um retrato das tendências gerais da imigração portuguesa para a cidade, marcada pela expressiva chegada de meninos-homem para as casas comerciais.

Figura 13: Distribuição dos portugueses por sexo e estado civil (Censos de 1920)



Algumas das questões levantadas acima ficam mais visíveis quando cruzamos sexo e estado civil e podemos perceber os resultados de um processo de enraizamento dos portugueses chegados ao tempo da Grande Imigração, ao que se acrescenta a tendência de crescimento da imigração familiar. Podemos observar, por exemplo, no tocante aos homens, um dado que contradiz a memória que temos acerca da imigração portuguesa: o número dos homens casados mostra-se superior ao dos solteiros.

Por outro lado, no tocante às mulheres, não sujeitas às mesmas práticas e(i)migratórias, as casadas têm ampla vantagem. Quanto aos viúvos, como tende a acontecer normalmente quando os sexos são comparados, as mulheres são mais numerosas do que os homens. Tal fato acaba por se refletir na participação de viúvas no mapeamento das lojas comerciais da cidade, que tende a crescer pelo final do século XIX, visto elas assumirem tanto a responsabilidade familiar quanto a empresarial com a morte de seus maridos (Laemmert, 1844-1890).

Com relação aos homens solteiros, principalmente os mais jovens, muitos deles tendiam a desempenhar tarefas que não exigiam grandes qualificações, ocorrendo, muitas vezes, a troca de trabalho por casa e comida; caso daqueles que se situavam na base na hierarquia da profissão de caixeiros¹⁴. Segundo os números apresentados por John Luccock, para cada quarenta negociantes regulares estabelecidos na praça do Rio, havia dois mil retalhistas e cem vendeiros. No caso dos caixeiros, aprendizes e criados de lojas, o número alcançaria o total de quatro mil¹⁵.

Quanto aos que sobreviviam à margem do comércio, muitos abraçavam trabalhos temporários ou empregavam-se no setor dos carretos, obras públicas, docas e pedreiras. Qualquer que fosse a ocupação, eram mal remunerados e sujeitos a trabalhos árduos e de pouco reconhecimento.

O trabalho pesado, entretanto, não impediu que muitos portugueses – e portuguesas – realizassem seus sonhos e utopias em terras brasileiras. É certo que alguns chegaram pobres e pobres permaneceram ao longo de suas vidas, regre-

dindo inclusive ao nível da miséria, como podem atestar alguns dos processos de expulsão¹⁶. Vários outros, vitoriosos ou não, retornaram a Portugal. A maior parte, porém, constituiu família no Brasil e no Brasil nasceram seus filhos e netos. Alguns, mais privilegiados, abnegados, abençoados pela sorte ou recompensados por um trabalho árduo desenvolvido, conseguiram reunir recursos suficientes para abrir seus próprios negócios. Houve, dessa forma, não só histórias de sacrifícios, tristezas e fracassos, mas também de realizações e sucessos, quase todas elas, porém, escritas no masculino.

Utilizando depoimentos de descendentes, foi possível ultrapassar a frieza dos números censitários para trazer à luz as histórias de vida de Manoel Antonio Sendas e Matheus Lourenço de Menezes, ambos já fixados no Brasil, em 1920, portanto, contabilizados nos números censitários por nós analisados. Suas trajetórias são exemplos paradigmáticas de determinados processos coletivos vividos.

O primeiro conheceu, em vida, o tão sonhado sucesso, enquanto o segundo não viveu para ver a tão sonhada ascensão social, alcançada, em parte, apenas na terceira geração.

Nascido em Cardanha, Trás-os-Montes, no ano de 1899, Manuel Sendas era ainda menino quando começou a trabalhar na lavoura. Em 1914, com 15 anos, deixou atrás de si tudo que conhecia e partiu para o Brasil na companhia de um tio. A partida da aldeia ficou marcada pela travessia, em lombo de cavalo, da “pontezinha de Moncorvo”, a mesma ponte que, anos mais tarde, seria cruzada, em sentido contrário, nos “trezentos cavalos de uma Mercedes 300”¹⁷.

No Brasil, a trajetória de Manuel Sendas foi marcada por um trabalho árduo na loja do tio e muita economia, até que o sonho do negócio próprio fosse realizado. Isto ocorreu no ano de 1924, quando um primeiro armazém foi aberto na periferia da cidade. Chamava-se *Transmontano*, em homenagem à terra natal. Casado, teve na esposa uma companheira de vida e trabalho. Para além das lides femininas, ela ajudava o marido na venda, acomodando as crianças “nos sacos do armazém” ou “embaixo do balcão”.

No ano de 1932 a família decidiu voltar para Portugal. A permanência, porém, foi curta, pois tanto o país quanto a pequena Cardana continuavam a enfrentar dificuldades econômicas muito semelhantes às da partida. Tão pobre como antes, a aldeia não apresentava possibilidades de melhoria, motivo pelo qual o casal retornou ao Brasil três anos depois. Um novo armazém – a *Casa do Povo* – foi aberto. Prosperando rapidamente, o estabelecimento possibilitou a abertura de filiais nas redondezas, dando início a uma trajetória de sucesso que nunca mais sofreria interrupções e possibilitaria a criação de uma organização que se tornaria referência obrigatória no ramo dos supermercados.

A segunda trajetória tem por protagonista Matheus Lourenço de Menezes, cuja história de vida no Brasil apresenta as lacunas presentes com relação aos que têm pouco ou nenhum interesse em revivificar o passado. Foi impossível saber, por exemplo, em que ano Matheus chegou ao Brasil, qual era sua aldeia

natal, quantos anos tinha no momento da chegada ou qual foi seu primeiro emprego. O que sabemos é que nasceu em 1869 e que casou em 1911, já no Brasil, tendo o primeiro filho em 1912. Ao contrário dos tios e primos, estabelecidos no comércio de atacado da rua do Acre¹⁸, que haviam servido de incentivo para a opção imigratória, o sucesso não correu ao encontro de Matheus¹⁹.

Após alguns anos trabalhando no *Jornal do Brasil*, Matheus abriu o tão sonhado negócio: uma sapataria situada no centro da cidade (rua Larga, hoje Marechal Floriano). Esta, porém, não foi uma empreitada de sucesso, pois a falência não demorou, possivelmente por Matheus não dominar os meandros do comércio de sapatos. A falência acarretou sérias dificuldades para toda a família, a ponto do casal precisar viver dos favores de primos mais afortunados, que acolheram alguns de seus filhos.

Empregando-se novamente no ramo que mais conhecia, tornou-se tipógrafo do *Jornal do Commercio*, logrando reunir novamente a família em residência situada em um subúrbio da cidade, onde viveu até seus últimos dias, aposentado e em uma cadeira de rodas, sem ter podido voltar a ver Portugal.

Matheus teve cinco filhos, mas apenas três sobreviveram à infância e à juventude. Como o pai, estes começaram a trabalhar ainda imberbes (registro na carteira profissional de Octacilio Ayran de Menezes, empregado, aos 14 anos em loja de tecidos). Todos só fizeram o curso primário e descreveram trajetórias marcadas pela vida nos subúrbios e contínuas dificuldades.

A instrução dos filhos tornou-se o horizonte a ser perseguido pelos filhos de Matheus. Todos os netos cursaram o segundo grau e três deles o curso superior. As mulheres tornaram-se professoras primárias e duas delas, pós-graduadas, tornaram-se professoras de curso superior. Dos cinco homens, um tornou-se arquiteto, um oficial do exército, dois contadores e um industriário. Matheus Lourenço de Menezes, entretanto, não viveu para ver as vitórias conquistadas pelos netos, pois morreu quando estes eram muito pequenos, alguns nem nascidos.

Conforme demonstram as trajetórias descritas, muitos foram os(as) portugueses(as) que sustentaram suas famílias com o trabalho nos balcões dos bares, armazéns, sapatarias, quitandas, padarias, alfaiatarias, lavanderias e açougues da cidade, espaços nos quais sua determinação venceu obstáculos e garantiu para filhos e netos um lugar ao sol. Muitos colheram em vida os frutos de seu esforço; outros deixaram a colheita para a posteridade. De qualquer forma, a maioria deles transformou o desafio do começo de uma nova vida em solo estrangeiro em exemplo de trabalho, coragem e tenacidade.

FONTES

BRASIL. Arquivo Histórico Do Itamarati. Diretoria Geral de Estatística – *Censos de 1872, 1890, 1906 e 1920*.

BRASIL. Arquivo Nacional – *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1844-1890.

BIBLIOGRAFIA

- BRETTEL, Caroline (1991), *Homens que partem, mulheres que esperam. Conseqüências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa: Dom Quixote.
- HERCULANO, Alexandre (1977), “A emigração para o Brasil”, *Diário do Governo*, n.º 12, de 13.01.1838.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
- LUCCOCK, John (1975), *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia.
- MENEZES, Lená Medeiros de (1996), *Os Indesejáveis. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal*, Rio de Janeiro: EDUERJ.
- SENDAS, Márcia Maria (1994), *Meu avô, comendador Manuel Antonio Sendas. Origens da família Sendas no Brasil*, Rio de Janeiro: Four Print.

NOTAS

- 1 Observe-se que, embora o tráfico já estivesse extinto, apenas a chamada Lei do Ventre Livre, que garantia a liberdade aos nascituros, fora aprovada (1871), o que explica a existência de uma população ainda escrava. A chamada Lei dos Sexagenários dataria de 1885 e a Lei Áurea, que pôs fim à escravidão no Brasil, seria aprovada em 1888, um ano e meio antes da Proclamação da República..
- 2 Observe-se, ainda, que, em termos internacionais, este período corresponde à chamada Terceira Onda dos processos migratórios, caracterizada por uma emigração de massa que teve por foco de irradiação principal a Europa mediterrânica, atingida por efeitos perversos dos avanços capitalistas.
- 3 Nesse total, 4 109 foram considerados flutuantes e 151 093 fixos.
- 4 Importante ressaltar que a publicação dos números censitários traz a informação de que haviam sido computados como estrangeiros todos os “indivíduos nascidos fora do Brasil”, ressalva necessária tendo em vista a chamada Grande Naturalização, decretada no mesmo ano.
- 5 Recenseamento de 1890: 180-231.
- 6 LOBO, 2001: 41.
- 7 Subdividia-se em têxteis, couros e peles, madeiras, metalurgia e, por último, cerâmica.
- 8 Subdividia-se em produtos químicos e análogos, alimentação, vestuário e toucador, mobiliário, edificação, aparelhos de transportes, produção e transmissão de forças físicas, indústrias relativas às ciências, letras e artes e, finalmente, indústrias de luxo.
- 9 A publicação dos resultados traz uma introdução cuidadosa, na qual estão inseridos quadros comparativos contrastando os números referentes a brasileiros e estrangeiros desde 1856, contemplando tanto a população urbana quanto a suburbana e a marítima, subdivisões que norteavam a classificação das paróquias (distritos).
- 10 O decreto n.º 19 482 de 19 de dezembro de 1930 estabeleceu a proibição da entrada de passageiros de terceira classe, estabelecendo um processo seletivo baseado em condições econômicas. Deve ser lembrado, também, que a restrição da entrada de mendigos, aleijados e portadores de enfermidade já estava estabelecida desde o decreto-lei n.º 1 641 de 7 de Janeiro de 1907. Finalmente, as restrições tornar-se-iam mais rigorosas com a entrada em vigor da nova constituição, datada de 16 de julho de 1934 que, em seu parágrafo 6.º, artigo 121 consagrou o regime de cotas.
- 11 HERCULANO, 1977: 41.
- 12 Por uma questão de uniformização no texto, utilizaremos a denominação geral de distrito, embora a denominação utilizada nos censos de 1872 e 1890 fosse paróquia.

- 13 A denominação variou conforme os anos. Em 1872 e 1890 a denominação é a de paróquia. Em 1906 e 1920, a de distrito.
- 14 Segundo o jornal *O Caixeiro*, quatro estágios principais compunham a hierarquia no interior da profissão. Na base, havia o caixeiro das entregas ou do balcão. Para além destes, o caixeiro de fora (ou de porta-fora), encarregado de cobranças e de vendas externas e o caixeiro de escritório, encarregado da correspondência, faturas e compras. No topo encontrava-se o guarda-livros, ou primeiro caixeiro, encarregado da escrituração e do trabalho de caixa (RJ. *O Caixeiro*, n.º 2, 26 de Outubro de 1873).
- 15 LUCOCK, 1975: 72.
- 16 A necessidade de processos administrativos com vistas à expulsão foi estabelecido pelo decreto n.º 1 641 de 07 de Janeiro de 1907, em atendimento às indicações do Direito Internacional. Para aprofundamento do tema, ver MENEZES, 1996.
- 17 Sua trajetória foi registrada pela neta e encontra-se publicada (SENDAS, 1994).
- 18 Sua história comprova que o ato de emigrar devia-se, principalmente, à “ambição de adquirir fortuna fomentada e desenvolvida pelo exemplo dos que regressavam com boas fortunas e em relação aos quais não serve de obstáculo a idéia de que a maioria dos emigrantes que permanece lá fora é vítima da miséria e da falta de saúde” (Anônimo, 1873, citado por BRETTEL, 1991: 96).
- 19 Trajetória descrita a partir dos depoimentos prestados por uma sobrinha e uma de suas netas, além de alguns documentos que nos passaram pelas mãos, como sua carteira profissional.

O IMIGRANTE E A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO ACERVO DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (1890-1930)¹

Gladys Sabina Ribeiro

Em finais do século XIX e início do XX, o Brasil foi pólo de atração de imigrantes. Em especial, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro acolheram estas levas de estrangeiros pela riqueza de suas vidas política, cultural, social e econômica. As diferentes correntes migratórias de São Paulo atraíram estudiosos, mas poucos se interessaram pela pesquisa sobre imigração para o Rio de Janeiro, sobretudo porque a maior leva migratória foi de lusitanos, cuja presença foi naturalizada pela nossa colonização. Nos limites deste artigo, mostraremos como aspectos da vida do imigrante português podem ser abordados a partir dos processos que dispomos no Arquivo da Justiça Federal – 2.^a Seção, situado no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro (Brasil)².

A massa documental que foi lida ajuda-nos a entender os processos migratórios e o mundo das ruas nas grandes cidades onde os imigrados desembarcaram. Nela estão registrados os interesses governamentais e as ações dos que saíam de suas terras em busca de novas oportunidades de vida e de emprego. No Arquivo de São Cristóvão existem "Ações Ordinárias" que dão conta da viagem de futuros colonos, de imigrantes de diferentes procedências e de ações estatais em vários estados e portos do Brasil. Geralmente, essas ações dizem respeito aos vinte primeiros anos do Brasil republicano.

De 1890, por exemplo, temos uma "Ação Ordinária" movida por Palmeira Fontana Aquino e Companhia contra a Fazenda Nacional. Esta companhia pedia ressarcimento por perdas e danos no valor de um mil e quinhentos contos de réis, além de juros cessantes e mora. Tinha arcado com os custos e encargos da viagem de 3 000 famílias de imigrantes que vinham como colonos, cabendo-lhe localizá-los em três núcleos coloniais situados no município de São Gabriel, no estado do Rio Grande do Sul. Alegava, na sua argumentação, que naquele período era grande o fluxo de imigrantes para o país devido ao fim da escravidão e à expansão da lavoura cafeeira³.

Ainda a título de exemplo do interesse do governo e das suas ações em prol da imigração, temos outras duas "Ações Ordinárias", uma de 1898 e outra de 1907. Na primeira, a Companhia de Navegação Italiana Stefano Repetto requeria o recebimento de um prêmio que a União Federal concedia, no valor de cem mil francos, às companhias de navegação que transportassem durante o

ano pelo menos dez mil imigrantes que viessem espontaneamente, sem o regime de contratos. O autor havia entrado com a ação no Juízo Seccional do Distrito Federal. A União alegou incompetência de jurisdição, pois os imigrantes tinham aportado em Santos, estado de São Paulo. Dizia ainda que o Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1895, que estabelecia a premiação, havia sido revogado pela Lei n.º 960 de 1895, ano no qual chegaram os imigrantes. Além disso, mencionava o contexto da Lei de Orçamento n.º 360 de 1895, que previa se ter que comprovar a espontaneidade da imigração.

Gio Batta Antônio, mais conhecido como Stefano Repetto, natural de Gênova, Itália, resolveu apelar e apresentou procuração dando poderes para representá-lo à empresa A. Fiorita e Companhia, como sede no Rio de Janeiro. Nos autos houve juntada de caso semelhante, de outra companhia de navegação que havia trazido 73 757 imigrantes. A defesa de Gio Batta afirmava que a revogação do Decreto teria se dado apenas no dia 30 de Dezembro de 1895, quatro dias após a chegada dos imigrantes. Afirmou ainda que a lei não mencionava a diferença entre os contratados e os espontâneos⁴.

A segunda "Ação Ordinária" é de execução de sentença, datada de 1907. A Companhia Colonização e Indústria de Santa Catharina obteve ganho de causa contra a União Federal, obrigando-a a pagar uma quantia por quebra de contrato, pois havia se comprometido a instalar núcleos coloniais em Santa Catarina com o objetivo de povoar um "burgo agrícola" (sic). O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o Acórdão anterior, contra o governo, e citou os Decretos n.º 3 376, n.º 3 422 de 1899, n.º 4 027 de 1900, a Lei n.º 689 de 1900, além do artigo 131 do Código Comercial⁵.

A partir deste material não é nosso objetivo, portanto, fazer um estudo da Justiça, do entendimento de práticas jurídicas, da atuação de advogados e/ou juízes, da interpretação das leis, ou mesmo, da criminalidade no período, embora tudo isto fosse possível pela diversidade do acervo. Tampouco quisemos estudar os crimes em si ou as matérias tratadas no âmbito da Justiça Federal e que se referem a infrações da Constituição.

O que nos interessa é mostrar a riqueza dos autos existentes no acervo em tela para a história da imigração, para a história do imigrante português, para a compreensão das vivências desses homens do início deste século XX. Lembremos que este período foi fortemente marcado pelo antilusitanismo e que a recriação do preconceito contra o português se deu de forma paralela à recriação do preconceito racial contra os pardos e os negros na antiga capital federal do Brasil⁶.

Alguns números podem nos fazer compreender a presença lusitana na cidade e podem lançar luzes sobre aspectos da vida destes imigrantes e desta imigração que aparecem nos processos, e que comentarei abaixo.

O recenseamento geral de 1890 fornece dados preciosos sobre estrangeiros no Brasil e no Rio de Janeiro. A população total da cidade cresceu de 274 972 habitantes, em 1872, para 522 651 pessoas, em 1890. O censo também nos indica o número de estrangeiros nesses anos, assim como a divisão por sexo.

Desta forma, no ano de 1872 havia 190 689 brasileiros e 84 283 estrangeiros. Destes, 158 766 eram homens e 116 206 eram mulheres. Para a percentagem de 69% de brasileiros, tínhamos 31% de estrangeiros. Havia 58% de homens e 42% de mulheres. Já em 1890, a cifra de brasileiros subiu para 367 449 e de estrangeiros para 155 202 habitantes. A população masculina era de 293 657 pessoas e a feminina de 228 994. Isto correspondia a 70% de brasileiros para 30% de estrangeiros e 56% de homens para 44% de mulheres.

Podemos tirar algumas conclusões sobre os números expostos. Apesar da proporcionalidade de homens e mulheres e de brasileiros e estrangeiros permanecer relativamente constante, a população da cidade cresceu em ritmo acelerado. Esse crescimento se deu não só pelo fluxo migratório interno, mas igualmente pelo aumento das cifras de imigrantes que entraram no país a partir de 1866. Deste ano até 1890, o censo apresenta uma tabela dos estrangeiros que entraram no país e os anos de sua permanência. De 1890 em diante o número cresceu; de 1889 para 1890, o aumento é de dobro (9 216 e 18 655, respectivamente).

As três "Ações Ordinárias" acima descritas apontam para o sentido das atuações governamentais e a importância que se dava aos estrangeiros na virada do século XX. A presença de estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro era significativa. Dentre estes, os portugueses eram bastante numerosos. Em 1890, havia 106.461 lusitanos, sendo 77 954 homens e 28 507 mulheres. Os homens correspondiam a 50% da população estrangeira e as mulheres a 18%. Homens e mulheres somavam um total de 68% dos estrangeiros.

Este censo ainda revela a percentagem de portugueses que adotaram a nacionalidade brasileira, 18% (14% homens; 4% mulheres), e os brasileiros de origem lusa: 120 983 habitantes filhos de pai e mãe portugueses; 2 895 habitantes filhos de pai brasileiro e mãe portuguesa e 37 325 habitantes filhos de mãe brasileira e pai luso.

Assim, se considerarmos o número bruto de habitantes lusitanos na capital, em 1890, estes eram 1/5 da população. Se a estas cifras acrescentarmos os filhos de portugueses, a população de origem lusitana mais direta cresce para 267 664 pessoas, o que em si já justificaria um estudo sobre o imigrante português e o antilusitanismo. Porém, mais do que um percentual elevado no conjunto de estrangeiros, os portugueses eram uma presença no mercado de trabalho e no número de proprietários. Em geral, vinham para o Brasil na faixa dos 15 aos 30 anos de idade. Por serem, na sua maioria, solteiros, competiam com os brasileiros na busca de oportunidades de trabalho e nas questões gerais ligadas à sobrevivência, incluindo aí as disputas amorosas, uma vez que o número de mulheres lusitanas era bem inferior ao de homens.

Contudo, a imigração portuguesa não parou de crescer a partir de 1890. Justamente entre esta data e 1930, houve o maior fluxo migratório de portugueses para o Brasil. Entravam majoritariamente pelo porto do Rio de Janeiro. Esta imigração em massa se deu até 1930. A partir desta data, a imigração lusitana decresceu rapidamente:

Tabela 1: Imigração Portuguesa para o Brasil em n.ºs absolutos
1820-1945⁷

ANOS	N.ºs ABSOLUTOS DE PORUGUESES
1820-1883	221 536
1884-1890	91 489
1891-1900	202 429
1901-1910	218 193
1911-1920	311 507
1921-1930	286 772
1931-1940	95 740
1941-1945	9 073

Os dados referentes ao censo do Distrito Federal, de 1906, e do recenseamento geral de 1920 apresentam a mesma tendência. Em 1906, o Rio de Janeiro tinha 811 443 habitantes, sendo 463 453 homens e 347 990 mulheres. O total de brasileiros era de 600 928 e de estrangeiros, 210 515. Dentre esses últimos, havia 133 393 lusitanos. O número de solteiros continuava bem superior ao de casados: 527 675 (314 378 homens e 213 297 mulheres) para 214 730 (124 904 homens e 89 826 mulheres). A disputa entre os brasileiros solteiros e portugueses em igual condição persistia: dos 193 948 brasileiros solteiros, 111 215 eram homens e 82 733 eram mulheres; dos 76 496 estrangeiros solteiros, 64 931 eram homens, sendo 51 756 portugueses, e 11 565 eram mulheres, sendo 9 007 portuguesas. Dentre a população lusitana, a maioria ainda se concentrava entre os 15 e os 50 anos. Assim, havia 80 805 homens e 22 346 mulheres nesta faixa.

De acordo com o recenseamento geral do Brasil de 1920, a população do Rio de Janeiro na época era de 1 157 873 habitantes, sendo 598 307 homens e 559 566 mulheres. Havia 917 481 (79,2%) brasileiros e 239 129 (20,8%) estrangeiros. A percentagem de estrangeiros na cidade diminuiu um pouco, em comparação com os outros censos. O número e o percentual de lusos na cidade também decresceram: 172 338, equivalente a aproximadamente 14% da população total. Destes, 117 604 eram homens e 54 734 eram mulheres.

O número de solteiros, entretanto, continuava maior do que o de casados no geral: 404 176 homens e 340 287 mulheres, solteiros, para 171 575 homens e 153 351 mulheres, casados, e para 18 316 viúvos e 64 539 viúvas. No seio da comunidade lusitana, o número de homens casados tornou-se um pouco mais equilibrado: 52 987 solteiros para 58 687 casados. Porém, o número de mulheres casadas era bem maior do que o de solteiras, respectivamente, 29 001 e 16 434. Sem dúvida, este fato deve ter gerado o mesmo tipo de problemática apontada por Sidney Chalhoub⁸ para anos anteriores, e por mim e por Martha Abreu para o período da República Velha como um todo: a disputa entre brasileiros e portugueses por mulheres, mais especificamente, neste período, por brasileiras.

A respeito da concentração por idade, mais uma vez, relativamente, os dados não sofrem grande alteração. O censo escolheu como referência um total de 1 000 homens e mulheres portugueses e encontrou os seguintes números comparativos entre 1905 e 1920:

Tabela 2: Em 1 000 homens, em 1 000 mulheres e em 1 000 habitantes brasileiros ou estrangeiros, quantos de cada grupo de idade

	1906	1906	1906	1906	1906	1920	1920	1920	1920	1920
População/ idade	0 a 4	15a 49	50 a 69	70 e +	idad ig*	0 a 14	15 a 49	50 a 69	70 e +	idad ig*
Brasileiros										
Homens	414	518	56	7	5	404	529	52	7	8
Mulheres	393	515	74	14	4	376	531	75	16	2
Total	404	517	64	11	4	390	530	64	11	5
Portugueses										
Homens	51	794	134	12	9	44	802	136	15	3
Mulheres	91	707	173	24	5	80	726	162	30	2
Total	60	773	144	15	8	55	778	144	20	3

* Sendo “idad. ig”, idade ignorada.

A conclusão é bastante simples: em 1920, a faixa entre 15 e 49 anos concentra o maior número de portugueses que habitavam na cidade do Rio de Janeiro.

Estes dados todos não foram citados gratuitamente. O imigrante lusitano, na sua maioria homem, solteiro e em idade considerada produtiva, era um concorrente em potencial do brasileiro em um mercado de trabalho com oportunidades escassas. A capital do país contava com uma “população em proporção superior às limitadas necessidades do seu setor industrial e de serviços”⁹, logo, a oferta de força de trabalho era superior às possíveis colocações, o que resultava conseqüentemente no desemprego e na dificuldade de obtenção de postos de trabalho. Os estudos existentes apontam custos de alimentação altos, queixa contra a carestia de vida e insatisfações salariais¹⁰.

As rivalidades entre brasileiros e portugueses tinham nesta problemática uma das suas origens. Os lusitanos eram considerados “exploradores” pelos populares, pois concorriam com brasileiros na sua terra natal. Eram tidos por “usurpadores” e “aproveitadores”, que não reconheciam a benevolência e o acolhimento do povo brasileiro. Transformavam-se em “irmãos ursos”. Deste modo, os portugueses desordenariam a vida dos brasileiros e eram percebidos como uma ameaça por estes últimos.

Todavia, a imagem e o sentimento relativos aos portugueses eram ambíguos. Eram considerados ao mesmo tempo modelo do bom trabalhador, sujeitos pacatos, morigerados e esforçados, verdadeiros “burros-de-carga”. Mais especificamente, eram os “burros sem rabo”, alusão feita ao transporte em carrinhos de duas rodas, setor dominado pelos imigrantes portugueses. Podemos especular se esta adoção de uma ideologia do bem trabalhar não teria sido uma

estratégia que teriam usado para viverem e sobreviverem em terra estrangeira. Vindos de regiões agrícolas e pobres de Portugal¹¹, talvez não fossem portadores de uma disciplina férrea do trabalho, nem tivessem incorporado esta ideologia. Tendo que construir a vida em uma região estranha e distante – “fazer a América”, ou, falando de outra maneira, “construir o Brasil”, precisavam adaptar-se às novas condições; reconstruir uma nova cultura que propiciasse sua inserção na nova sociedade¹².

Justamente por isso, a atuação dos portugueses na cidade não era sempre homogênea. Eram muitas vezes denominados de “galegos”, em alusão aos pesados trabalhos que estes últimos aceitavam em Portugal. Em um processo crime do ano de 1915¹³, José Martins, português, casado, analfabeto, morador da rua Victor Meireles, foi preso como “espanhol” por ter comprado hortaliças com uma nota falsa. O inquérito foi arquivado por falta de provas contra a ilicitude do seu ato, porém, para os historiadores a confusão ao redor da nacionalidade de José é reveladora da visão que brasileiros, e até mesmo portugueses, tinham sobre os lusitanos que viviam em solo carioca.

Lembremos que a República naturalizou por meio de decreto quem não se manifestou contra tal medida legal. Em uma “Justificação” que começou a correr na Justiça em 1907, a portuguesa Clara Lasrger afirmou ter se tornado brasileira pela lei de naturalização exarada pelo governo provisório da República. Dizia ser residente há mais de vinte e quatro anos no Brasil e não exercer o comércio de lenocínio, conforme se suspeitava¹⁴.

Esta mesma questão da nacionalidade aparece no processo de Ernesto Corrêa da Silva. Neste “Sumário Crime”, Ernesto, que havia cometido crime de falsificação, alegava ser brasileiro e estar sendo julgado como português. É assim que fichas do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal¹⁵ aparecem em vários tipos de processos, desde “Hábeas Corpus”, para evitar expulsão de estrangeiros, até processos de “Homologação de Sentença Estrangeira”, “Crimes por notas ou moedas falsas”, Sumários Crimes” por motivos variados, “Ação Civil Ordinária” cobrando valores ao governo por transporte de imigrantes dentro da lei, entre outros.

**Sumário Crime de 1920. Autor: Justiça Federal, Réu:
Ernesto Corrêa da Silva. Arquivo da Justiça Federal, São Cristóvão, RJ.**

Passaporte de Ernesto Corrêa da Silva

Documentação do Gabinete de Documentação e Estatística de Ernesto Corrêa da Silva

Já mencionámos como era expressivo o número de portugueses homens e o desequilíbrio numérico entre homens e mulheres expresso nos dados acima apresentados e como isto se refletia não só nas disputas por mercado de traba-

lho, mas, igualmente nos conflitos amorosos ou em questões relativas às uniões que envolviam brasileiros(as) e portugueses(as). Jovens e solteiros, usurpadores ou ordeiros, encontramos muitos portugueses pobres trabalhando em casas comerciais, em estabelecimentos que vendiam alimentos ou refeições. Compartilhavam igualmente moradias coletivas na cidade.

Em um processo de nota falsa, de 1923, uma mulher portuguesa fez uma compra na casa de móveis de Manoel Costa Reis, no Catete, e pediu para entregar a mercadoria na Rua Benjamim Constant. O balconista, Domingos Rodrigues da Silva, também português, achou a mulher muito bem vestida e nada estranhou ao receber uma cédula falsa de 5000\$000¹⁶. Quando foi entregar a mercadoria, não encontrou a referida senhora no endereço. Constatando-se, posteriormente, ser a nota falsificada, o inquérito foi iniciado na Segunda Delegacia Auxiliar de Polícia do Distrito Federal. Nele depuseram outros trabalhadores portugueses da firma acima, além de muitos vizinhos, todos lusitanos. Domingos não foi indiciado porque era *honesto e trabalhador*. Neste auto, além da qualificação dos depoentes, temos também uma ficha do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, tal qual aquela mostrada acima.

Em uma “Vistoria de avaria grossa”¹⁷, cujo réu era a Companhia Aliança Marítima Portuense, encontramos uma firma portuguesa, trabalhadores portugueses e condições de trabalho na estiva do Rio de Janeiro. O porto do Distrito Federal abrigava muitos lusitanos e foi palco de intensas disputas raciais atestadas por vários trabalhos historiográficos, tais como o de Sheldon Maram¹⁸, Sidney Chalhoub¹⁹ e o meu próprio²⁰. Em processos como este, se houvesse danificação de cargas e irregularidades no pagamentos de soldadas, ainda encontraríamos apensados contratos de transporte e de fretamento, contratos de seguros e resseguros entre firmas e solicitação de pagamentos do pessoal dos navios e dos trabalhadores do porto próximo de onde se deu o problema, ou da região ou do porto próximos ao local do acidente acontecido com a embarcação. Nos pedidos de soldadas há com frequência listagem da tripulação com idade, endereço, o tempo de trabalho, o valor da jornada, o que foi transportado, e um campo com o registro de outras observações.

Uma “Notificação”²¹ mostra claramente como portugueses menores de idade vinham trabalhar no Brasil, com consentimento dos pais e conhecimento das autoridades lusitanas. Revela as condições precárias de trabalho as quais se submetiam. Foi assim que um menor lusitano, assistido por seu tutor, Eduardo Joaquim de Lima, expunha a sua situação. Havia sido autorizado pelo Ministro da Marinha Portuguesa a exercer o cargo de piloto da barca portuguesa *Emília*, comandada pelo réu, mas havia sofrido maus tratos pela péssima educação de Francisco dos Santos Lê, e ficou impossibilitado de servir como oficial. Nesta “Notificação” foi citado o artigo 517 do Código Comercial Português. O processo foi julgado *perempto* em 1931, por não ter havido o pagamento da taxa judiciária de acordo com o prazo estabelecido pelo Decreto 19 910 de 23/04/1931, prorrogado pelo Decreto 20 032 de 25/05/1931 e pelo Decreto 20 105 de 13/06/1931.

Da mesma forma, a participação dos imigrantes portugueses nos movimentos operários da cidade pode ser tema de estudo neste acervo. Nele existem vários processos de “Hábeas Corpus” que solicitavam a soltura de estrangeiros que teriam sido presos arbitrariamente e sem mandados, nem qualquer tipo de prova. Dentre os estrangeiros, destacamos uma quantidade razoável de portugueses. Citemos, então, o “Hábeas Corpus” que foi impetrado a favor de Adolpho Pereira da Silva, português, 41 anos, casado com uma brasileira, operário da fábrica Andarahy e ameaçado de deportação.

Leiamos parte da petição do advogado abaixo:

“(…) que se acha preso ilegalmente (...) na Casa de Detenção a ordem do sr. dr. chefe de Polícia, por infundada suspeita de ser perigoso à ordem pública e assim ameaçado de ser expulso do território nacional, como fazer certo reiteradas e públicas declarações do mesmo dr. chefe de Polícia. A ilegalidade da prisão do paciente não encontra justificativa plausível por parte da autoridade detentora que a cerca de um mês o mantém incomunicável sem poder falar nem entender-se com sua família, além de estar submetido a um regime de perversidades e do sofrimento de espancamentos constantes (...)”²²

O advogado falava da Lei Gordo, do Decreto n.º 2 741 de 1913, que revogava o artigo da Lei de 1907, criando para o estrangeiro um desacordo com o artigo 72 da Constituição, além de referir-se ao Acórdão de 14 de Janeiro de 1914, que considerava fora de disposição. Lembrava que o inquérito policial não era o meio legal de verificar o delito e que pelo Acórdão de 19/08/1914, o Supremo Tribunal Federal atribuía ao Juiz a “verificação e apuração um (sic) processo regular de procedência ou não acusação”, e a faculdade de prender e processar estava restrita ao termo da Lei.

O português residia no Brasil há 12 anos, era casado com brasileira e tinha emprego fixo, mas, como estrangeiro, foi preso como portador de idéias consideradas subversivas e nocivas à manutenção da ordem pública. As medidas de expulsão eram consideradas “antídotos” contra essa ameaça vinda de fora. Os portugueses eram nocivos e deveriam ser perseguidos e expulsos quando se julgava que eram desordenadores da vida social e política do país.

Além da tenra idade com que embarcavam para tentar a vida no Brasil, a vinda de homens lusitanos casados e os desequilíbrios numéricos entre homens e mulheres lusitanos podem ser vistos em “Cartas Rogatórias” e “Ações Ordinárias” que falam de divórcio. Em 1913, o Tribunal Judicial da 5.ª Vara Civil da Comarca de Lisboa solicitou que fosse cumprida uma “Carta Rogatória” para inquirição de testemunhas em uma ação de divórcio entre uma mulher portuguesa, suplicante, e o seu marido, Vital de Barros Bittencourt, que vivia no Rio de Janeiro²³. Em uma “Ação Ordinária”, Isolina da Silva Carvalho Pinto Leite entrou com pedido de divórcio contra Licínio Teixeira Pinto Leite²⁴. Ela havia casado com o suplicado na cidade do Porto, Portugal, em comunhão de bens. Comprovara este ato com a respectiva certidão. Mas, o seu marido havia

abandonado o lar por mais de três anos consecutivos. A ação foi julgada procedente com base no artigo quatro, parágrafo cinco, da lei de divórcio portuguesa de 1910. O juiz decretou o divórcio dos litigantes e o réu foi condenado às custas. Por fim, para atestar mais uma vez a diferença entre homens e mulheres portugueses, encontramos uma “Ação Ordinária” de 1911. Nela o português Manoel José Fernandes²⁵, casado em comunhão de bens com a portuguesa Emília Cardoso Guimarães, solicitou o divórcio por ela ter abandonado o lar e dois filhos, Antônio e Maria, para viver com Luiz Leopoldo, brasileiro. No processo constava que o casal não possuía bens.

São muitos os processos que falam sobre a vida da mulher portuguesa no Brasil. Citemos exemplos para darmos algumas possibilidades de análise. É possível vermos quem eram, como atuavam e como se portavam as lusitanas que viviam ou que tinham relações de parentesco e de amizade em solo brasileiro.

Em uma “Ação Sumária especial”, de 1907, a Saúde Pública intimou Estephania Mendes dos Reis, portuguesa, divorciada. Solicitava a evacuação do prédio situado à Rua do Sacramento, Rio de Janeiro, caso não efetuasse as obras solicitadas pela vistoria sanitária realizada em seu imóvel. A autora evocou o direito constitucional de propriedade através de seu advogado, que elencou em sua defesa Marguery – *Droit de Propriété* – e os Acórdãos do Tribunal Federal de 13/10/1900 e de 08/04/1905, que firmavam doutrina pela qual os prejudicados com as exigências da autoridade sanitária deveriam entrar com ação com base no artigo 13 da Lei 221 de 20/09/1894²⁶.

Em uma “Notificação” de 1910, Camilla Ferreira Lima, portuguesa, separada, afirmou que foi trancada pelo marido em um manicômio por cinco anos. Era casada com Napoleão Ferreira da Silva Lima, português e sócio da Cervejaria Santa Maria. O casal possuía prédios na Rua da Carioca números 76 e 78. Ele havia pedido a sua interdição. Ela contratou o advogado Cláudio Luiz Maria de Oliveira Filho, que pediu novos exames médicos e interpôs embargos na solicitação de Napoleão, com base no Código Civil Português.

A presença da mulher em diferentes tipos de negócios, e com plena consciência de haveres e dos seus poderes, igualmente pode ser atestada em um “Alvará” de 1913. Nele, Virgílio Affonso Rodrigues requeria para uma mulher lusitana a supressão do termo “menor”, pois a mesma acabara de atingir a maioridade e precisava eliminar esta condição de sua situação legal, para que pudesse receber três apólices gerais da dívida pública no valor de 1 000\$000 cada uma, duas no valor nominal de 200\$000, oito no valor de 1 000\$000 cada uma delas, mais 7/40 de ações do Banco do Brasil e oito ações do Banco do Comércio²⁷.

Em dois “Requerimentos avulsos” encontramos mulheres com posição financeira ativa nos seus respectivos casamentos. Pelos documentos existentes no processo podemos entrever costumes existentes no início do século XX. No primeiro, datado de 1910, Maria Laurentina de Carvalho Ramos, casada com Antônio Alexandre de Souto em regime dotal e tendo como procurador o

London & Brazilian Bank Ltd, requereu resgatar as duas apólices do Empréstimo Nacional de 1899, no valor nominal de 1 000\$000 cada uma, a fim de aplicar o produto líquido na compra de apólices uniformizadas com a mesma cláusula de dotais. Também solicitou a expedição de alvará para o recebimento, no Tesouro Federal, e para averbação, na Caixa de Amortização, das apólices requeridas²⁸. O segundo “Requerimento” é datado de 1914. Uma mulher portuguesa, residente em Cabo Verde, se casou com João Baptista da Silva Mattos e estabeleceu escritura antenupcial na qual ficou estipulado tomarem a natureza de todos os seus bens possuídos no momento do casamento, bem como os que viessem a possuir por qualquer título gratuito, fazendo averbar, em seu nome de casada e com a cláusula de bens dotais, os títulos de sua propriedade averbados em seu nome de solteira e depositados no Banco Comercial do Rio de Janeiro. Requeria, então, que fossem expedidos os seguintes alvarás: para a Companhia de Ferro Carril do Jardim Botânico, por seu procurador o Banco Comercial do Rio de Janeiro, fazendo averbar no seu nome de casada, gravando-as com a cláusula de bens dotais dez ações desta companhia constantes na cautela e que estavam com seu nome de solteira; para o Banco do Brasil, por seu procurador, fazendo igualmente constar que eram bens dotais cinco ações desse banco no valor nominal de 200\$000, numeração 8 357 a 8 361, e a ação 8 362, no mesmo valor nominal citado, que possuía em comum com sua irmã, Hortência Lopes.

Podemos ainda localizar mulheres deixando bens e solicitando bens deixados por parentes. Em uma “Carta Precatória” de 1910²⁹, Alzira dos Santos Pereira pediu “Alvará” para Adrelina Santos Moreira de Moraes Carvalho – que era portuguesa e esposa do conselheiro Alberto Antônio Moraes Carvalho, residente em Salvador, Bahia – e para Alzira dos Santos Pereira, para que pudessem transferir, após o pagamento dos devidos impostos, as cento e vinte e sete ações do Banco do Brasil que eram de sua mãe, Adrelina Gomes dos Santos. Esta última era portuguesa e havia falecido em Lisboa sem deixar testamento. A partilha foi julgada procedente e confirmada pelo Acórdão do Supremo Tribunal Federal n.º 591 de 24/01/1910.

Diferente da “Carta Precatória” que fazia cumprir alguma determinação legal, vislumbramos informações importantes sobre o imigrante português nas “Cartas Rogatórias”. Estas eram pedidos que usavam a via diplomática. Temos muitos casos de reconhecimento de bens inventariados no Brasil ou em Portugal. Normalmente, citava-se o Decreto n.º 855, de 8 de novembro de 1851³⁰. Este regulava as isenções e atribuições dos agentes consulares estrangeiros no Império, bem como o modo como se dava a arrecadação e a administração das heranças de súditos de suas Nações. Baseava-se no artigo 102.º § 12 da Constituição e no artigo 46 da Lei de 28 de Outubro de 1848.

No Decreto n.º 855, o artigo primeiro estipulava que os agentes consulares deveriam favorecer e promover a navegação e comércio legal dos seus nacionais; protegê-los contra medidas ilegais; assisti-los em suas pretensões justas perante autoridades locais; representá-los em medidas que afetassem o comér-

cio e a navegação; deveriam receber declarações, protestos, termos que lhe apresentassem os capitães de navios; poderiam legalizá-los; passar escritura, fazer contratos marítimos e casamentos, entre outras medidas administrativas. Os demais artigos referiam-se a bens deixados pelos nacionais do seu país.

O artigo 2.º afirmava que se o estrangeiro morresse sem deixar herdeiros (intestado) nem cônjuge, ou se fossem ausentes os herdeiros ou testamenteiros, a guarda dos bens ficaria com o agente consular que arrecadaria a herança e abriria o testamento. Isto somente não se daria se houvesse um herdeiro brasileiro. O artigo 3.º dizia que no momento da arrecadação o agente teria que fazer circular a notícia em jornais, para ver se apareceria algum credor. Quando o inventário tivesse concluído, antes de dispor dos bens ou entregá-los aos legítimos herdeiros, deveria pagar os direitos segundo as Leis do Império. Neste artigo, recomendava-se que "os documentos deveriam ser suficientes e devidamente legalizados" para se verificar qual o grau de parentesco entre o falecido e o(s) seu(s) herdeiro(s). Decorrido um ano, não havendo questão jurídica sobre os bens, e pagos os direitos fiscais, o agente poderia dispor da herança ou remeter o seu produto a quem fosse de direito.

No caso do falecimento de estrangeiro onde não existisse agente consular, o artigo 6.º afirmava que a arrecadação da herança e o inventário seriam feitos pelo juiz de defuntos e ausentes. Isto deveria ser realizado em presença de duas testemunhas fidedignas da nacionalidade do finado e, na falta delas, em presença de dois negociantes ou proprietários de confiança, sendo as testemunhas ou os negociantes os administradores e os que deveriam liquidar a herança. Neste último caso, o juiz deveria remeter a certidão de óbito do falecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros no prazo de 15 dias, informando a idade, a residência, o local do nascimento, a profissão e o que constasse dos bens e dos parentes do falecido. Este procedimento deveria ser feito para que o Ministro se entendesse com o agente consular a respeito do destino líquido da herança. Previa também que quando o estrangeiro fosse sócio de algum comércio ou tivesse como credores comerciantes a quem devesse altas quantias, na forma dos artigos 309.º e 310.º do Código Comercial, devia o agente consular somente arrecadar a cota líquida que ficasse pertencendo à herança. Porém, não poderia pagar dívidas sem a devida autorização do juiz. Igualmente do Decreto constava uma compensação para os que ficassem como administradores de heranças, uma porcentagem a qual teriam direito os curadores, segundo as leis do Império brasileiro. Da mesma forma, mencionava a atuação dos agentes consulares para que tentassem salvar mercadorias de navios naufragados, bem como dava-lhes o direito de arbitrar tudo o que dissesse respeito aos salários das tripulações. Além de tudo isso, podiam julgar causas entre os Capitães e os seus concidadãos, quando estes não preferissem recorrer às autoridades do Império.

É dentro do previsto neste Decreto n.º 855 que encontramos algumas "Cartas Rogatórias"; pedidos de "Alvarás"; alguns "Testamentos" e "Ações Ordinárias para Homologação de Sentenças Estrangeiras". Se, como vimos, a população imigrante no Rio de Janeiro era composta majoritariamente de portugueses, são

muitas as ações dos tipos listados que envolveram migrantes lusos, e que deixaram transparecer as problemáticas dos que viviam aqui e herdavam bens dos trânsitos Atlânticos constantes, sobretudo daquele movimento que se fazia no sentido Portugal/Brasil.

Nestas ações, mais uma vez constatamos o quanto as mulheres portuguesas eram conscientes dos seus direitos. Existiam aquelas mulheres que deixavam bens herdados de maridos ausentes ou haveres amealhados com o fruto do seu trabalho no Brasil. Em 1898, em uma "Ação Ordinária de Homologação de Sentença Estrangeira", Clotilde Maria Pereira requereu parte da herança de sua mãe, Maria da Glória de Souza Pereira, falecida em 1887, em Lisboa³¹. Já em outra ação deste tipo, Hemetério Borges de Almeida herdou de sua mãe, portuguesa, vinte apólices da dívida pública do Brasil sob o valor nominal de um conto de réis, duas de seiscentos mil réis, uma de quatrocentos mil réis e uma ação do Banco do Brasil. Pediu, então, ao governo brasileiro, para pagar os impostos a fim de arrecadar as apólices. A sentença havia sido dada pela 2.^a Vara Civil do Porto³².

A documentação deste acervo ajuda-nos a perceber com igual clareza como se davam relações de parentesco, de amizade, como eram as relações amorosas, como eram as emigrações, como se entendia o papel dos maridos que partiam, como eram as relações entre os irmãos, de onde vinham as pessoas e quais aquelas que eram escolhidas para os Conselhos de Família que existiam nas partilhas que vinham de Portugal.

Muitos documentos interessantes estão anexados aos processos, tais como certidões de casamento, de batismo, de óbito, testemunhos de abandono de lar, listas de bens móveis e imóveis – com suas condições materiais e físicas –, contas correntes, e outros. São verdadeiros vestígios de vidas familiares ou da presença de amigos e parentes que migravam juntos e serviam de testemunhos nas ações propostas pela vida e acolhidas na letra de lei pelos tribunais. Por estes documentos, podemos até mesmo reconstruir cadeias sucessórias relativas às propriedades no Brasil e em Portugal.

Buscando alguns exemplos de "Cartas Rogatórias", encontramos uma de 1910, onde o viúvo pelo seu segundo casamento de Emília Ferreira de Souza Ramos, morador da Junqueira, Vila do Conde, solicitou em favor dos filhos da falecida que se nomeasse curador no Rio de Janeiro para proceder a avaliação dos bens imobiliários que esta havia deixado, parece que fruto de outras heranças. Estes consistiam de metade de um prédio de casas situado na Rua Teófilo Otoni n.º 19; da nona parte do prédio n.º 140 da casa da Rua General Câmara n.º 137 – que o filho dela havia herdado e que fazia parte da legítima paterna do mesmo –; de 22 ações do Banco do Brasil e de toda uma lista de bens que foram devidamente avaliados. Além das quantias, o processo traz também uma descrição das casas, do mobiliário e do estado no qual se encontravam. Emília não havia vindo ao Brasil. O seu primeiro marido viera só ao Rio de Janeiro. Já havia falecido, deixando-lhe herança na cidade e bens para seus filhos, como a nona do prédio na Rua General Câmara³³.

Um "Testamento" e dois "Alvarás" encontrados revelam a mesma realidade de homens que partiram sozinhos, largando suas mulheres em terras lusitanas. No primeiro processo em questão, Júlio Rodrigues de Azevedo requeria o depósito do testamento da falecida Amélia Augusta de Souza, que havia morrido em Lisboa. Ao que parece, Júlio era viúvo de Amélia e requereu os seus direitos através da Secretaria das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro³⁴.

Vejamos agora o que diziam os "Alvarás" que mencionamos. Em um "Alvará" de 1909, Izabel Paes Costa, residente na Comarca de Viseu e viúva, pediu autorização para o recebimento de uma indenização referente ao seguro de vida do falecido Antônio Paes da Costa. Este, apesar de ter falecido em Abravezes, Portugal, havia vivido em Santos, estado de São Paulo – Brasil. Ali tinha feito uma apólice de seguro na firma New York Life Insurance Company. Izabel fazia o pedido em nome dos filhos, que eram menores³⁵. Em 1926, Carolina Rosa de Souza requereu expedição de alvará à Caixa de Amortização, no Brasil, porque depois de realizada a partilha dos bens do seu marido, Manoel José Fernandes Pinto, pedia a transferência para o nome dos herdeiros, seus filhos, das 51 apólices da dívida pública brasileira no valor de 1 000\$000 réis cada³⁶.

Esta realidade se reflete da mesma forma nos processos de "Homologação de Sentença Estrangeira" e em muitos outros "Alvarás" que encontramos. Em 1907, a portuguesa Margarida Rosa de Jesus, inventariante de seu marido, José da Costa Neves, queria a transferência para o seu nome do produto de trinta e três apólices da dívida pública, dois debêntures da Companhia Carris Urbanos (no valor de 200\$00 réis cada uma), duzentas e sessenta letras do Banco de Crédito Rural do Brasil (no valor de 40\$000 réis), entre outros bens³⁷. Neste processo, por exemplo, encontramos procurações variadas, com reconhecimentos de assinaturas feitas em Portugal e no Brasil pelos agentes consulares, pois o finado havia deixado testamento. Havia filhos menores, em Portugal, e filhos maiores, no Brasil. O documento mostra a situação de cada um, quem estava em Outeiro, Freguesia de Malta, e quem estava no Rio de Janeiro. Descortina também quem casou com quem e quais os filhos que teve. No final, há a instituição de um Conselho Familiar e a partilha dos bens, que foram descritos em detalhes.

O acúmulo de pecúlio daqueles que vinham, mesmo que não fossem ricos, e a transmissão de patrimônio, gerando circulação de capitais e de riquezas, bem como a forma como se davam as relações entre Brasil e Portugal, através de ações consulares e de procedimentos jurídicos, podem ser estudados nestes processos de "Homologação de Sentença Estrangeira" que dizem respeito aos inventários e às partilhas. Podem ser detectados igualmente nas "Arrecadações", nas "Cartas Rogatórias" citadas, nas "Execuções fiscais"³⁸ de dívidas – muito comum em prestação de serviços como penas de água e pagamento de imposto predial –, nas "Ações Ordinárias" e em processos de todo tipo onde encontramos muitos portugueses.

Explicamos que as "Cartas Rogatórias" eram pedidos feitos pela via diplomática e davam conta de como as ações propostas eram vistas e tratadas em

cada um dos lados do Atlântico. Retratabam da mesma maneira o que estava em questão e era solicitado pelos i(e)migrantes. Em uma “Carta Rogatória” de 1915³⁹, Eugênia Ribeiro pedia, na qualidade de inventariante do espólio de Adelaide da Silva Ribeiro, que através de um “Alvará” se vendesse as apólices da dívida pública que valiam 1 000\$000 réis, recebendo juros vencidos. O Banco Comercial do Rio de Janeiro era seu procurador no Brasil, tal como previa o Decreto citado acima. Apensado ao processo temos uma longa ata de uma reunião do Conselho de Família. Nela descobrimos que Adelaide havia falecido na freguesia de São Mamede, deixando muitos herdeiros, e que a suplicante era casada com Avelino Barrote, ele também um herdeiro deste espólio. Encontramos muitas certidões de casamento e de óbito, de tal forma que podemos mapear quem casou com quem, quem veio e quem ficou no Brasil, com os seus respectivos direitos sobre a herança e sobre capitais existentes em ambos os países.

Uma outra “Carta Rogatória”, de 1924⁴⁰, traz um longo arrolamento de bens situados na cidade do Rio de Janeiro. Com base no artigo 12.º, parágrafo 4, da Lei 221 de 20/11/1894, Silvio e Manoela Torres pediam que se vendesse esses bens, que pertenciam a Adriano Ribeiro Cardozo e a sua esposa, enviando-se o produto da venda para Portugal. O casal tinha morado no Rio de Janeiro, contudo havia retornado a Portugal e falecera em Lisboa. Em 1927 temos um caso curioso. Joaquim de Souza Ramos havia feito um empréstimo a Maria Rodrigues da Silva, quando ainda morava em Portugal, na Comarca de Santo Cristo. Mas, solteiro, resolveu como tantos outros tentar a vida no Brasil. Ao obter a quantia para saldar a dívida, Maria Silva requereu ao Tribunal da Comarca que se expedisse uma “Carta Rogatória” para que se fizesse a citação do suplicado em ação proposta para o pagamento de 2 625\$000 réis, como consignação em forma de depósito⁴¹.

Pagamentos de dívidas são temas comuns nos processos que envolvem portugueses emprestando ou tomando empréstimos. Por estas cobranças vê-se também a circulação de capitais e de pessoas. Para sairmos do eixo Portugal – Brasil, citemos o exemplo do português Antônio Ferreira Neves, que morava em Paris, França, e que através de uma “Ação de Execução” cobrava a Raphael de Oliveira, no Brasil, o pagamento de duas promissórias, no valor total de 8 739\$000⁴².

As “Arrecadações” feitas pelo agente consular ou pelo juiz, como previsto pelo Decreto 855 e pela lei 221, mostram esta mesma circulação de bens e de pessoas. Mas, da mesma forma que os Inventários, “Testamentos”, “Avaliações”, “Cartas Precatórias” e “Cartas Rogatórias” podem revelar a riqueza ou a pobreza dos portugueses que vieram para o Brasil. Muitos deles contêm uma descrição dos bens adquiridos, trazem notas fiscais, lista de credores, rol de devedores, além das muitas informações sobre a família do falecido. Vejamos alguns casos.

Manuel Martins de Souza faleceu sem deixar herdeiros. O Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro, ao arrecadar os seus bens para o governo portu-

guês, quantia de um conto nove mil e setecentos e vinte e seis réis, depositados na Caixa Econômica, fez os cálculos e os pagamentos devidos, inclusive custas, o que deixou o espólio reduzido a setecentos e noventa e nove mil e cento e vinte réis⁴³. Um outro falecido sem herdeiros no Brasil teve seus bens arrecadados pelo Consulado. O espólio foi entregue, posteriormente, a herdeiros habilitados. Neste caso, o procedimento foi seguido de publicação no Jornal do Comércio, com data de 01/10/1899, e as procurações foram emitidas pelo Cônsul Geral em favor de Joaquim Teixeira de Carvalho e de Bernardo Teixeira da Costa. O processo foi encerrado com recibos de transmissão de propriedade e com o demonstrativo de conta corrente do espólio do falecido⁴⁴.

Encontramos também casos de falecidos que fizeram declaração de nacionalidade portuguesa, negando a grande naturalização do início da República. Este documento também consta do processo. Era muito importante porque dava a base legal para o Consulado proceder a "Arrecadação". Este foi o caso do falecido Alfredo Cezar Guimarães da Silva, que tinha muitos bens e prédio na Rua Gonçalves Dias. Este processo se arrastou no tempo, sendo julgado perempto apenas em 1931, em função dos Decretos 19 910 de 23/04/1931; 20 032 de 25/05/1931 e 20 105 de 13/06/1931⁴⁵.

Em uma "Arrecadação" de 1903, o Consulado Geral de Portugal pediu a arrecadação do espólio de Anna Roza de Oliveira, portuguesa e viúva, que falecera *ab intestato*, deixando bens na Ladeira de São Bento, Rio de Janeiro. Além desses bens, o seu espólio era constituído por alguns objetos de uso pessoal, móveis velhos e a quantia em dinheiro de 39\$000 réis⁴⁶.

Em 1905, de acordo com o mesmo diploma legal citado acima, o Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro pediu a arrecadação de bens de Leonilda Balbina de Moraes, também falecida *ab intestato* e sem herdeiros. Pediu, através de um "Alvará", para receber da Caixa de Amortização os juros vencidos e a vencer de 4 apólices da dívida pública de números 265, 266, 267 e 333, no valor nominal de 1 000\$000, pertencentes à finada⁴⁷. Já em 1906, o Consulado Geral de Portugal queria arrecadar bens deixados no Brasil pela portuguesa viúva Izabel Jacintha Maia. Enviou, então, procurações para Portugal e ofício emitido pelo Supremo Tribunal Federal, ambos deste mesmo ano⁴⁸.

Relações de solidariedade e de associativismo podem ser constatadas nestes processos. Antônio Pinto de Moura deixou bens e era sócio da Beneficência Portuguesa, de acordo com Diploma desta instituição de 25/02/1905 e que estava nos autos⁴⁹. Neste mesmo ano, o inventariante do lusitano Cesário Pinto de Magalhães pagou imposto de transmissão de propriedade no valor de 2 306\$000 réis por parte do legado que o finado havia deixado para a Sociedade Beneficência Portuguesa⁵⁰.

Apesar de os processos acima revelarem a face do lusitano proprietário ou poupador, há outro lado do imigrante português que este acervo revela: o que era considerado usurpador dos nacionais, como mencionamos antes, e que é retratado com mais freqüência nos sumários crimes relativos a moedas ou cédulas falsas. Nestes processos aparece o imigrante tanto como depoente quanto

como trabalhador, proprietário e/ou detentor de estabelecimentos tais como bares, botequins, tabernas, confeitarias, frege-moscas e outros locais destinados à alimentação e moradia. Estes autos eram estruturados da seguinte forma:

Sumário Crime de Nota ou Moeda Falsa

Autuação – delegacia – auto de apreensão.

Auto de declaração do réu.

Auto de apreensão da nota ou moeda falsa.

Auto de declarações das testemunhas.

Auto de exame, precedido ofício enviado à Caixa de Amortização com notificação aos conferentes desta instituição. Pode ou não ter quesitos impressos. Via de regra, neste tipo de processo há um formulário onde o delegado, juntamente com testemunhas abaixo-assinadas, solicita aos peritos a promessa de “bem e fielmente, sem dolo, nem malícia”, desempenharem a missão, de proceder ao exame e de responder a quesitos (pré-estabelecidos ou não).

Restituição da nota falsa pela Caixa de Amortização em formulário próprio ou não.

Termo de exame, que constata a falsidade da cédula ou moeda.

Documento do Laboratório Químico, quando é moeda.

Auto de perguntas feitas ao réu.

Auto de perguntas feitas às testemunhas.

Inspetoria do Corpo de Investigação e Segurança Pública do DF (sobre quem passou a nota).

Conclusão do processo. Arquivado ou sentença.

Arquivo da Justiça Federal. Processo de nota falsa. Réu: José Pereira de Souza, 1892

Através desses processos podemos estudar os vários grupos sociais, étnicos, nacionais, categorias profissionais, redes de solidariedade e de vizinhança, flagrantes da vida das cidades, da memória e da história do Brasil. Ao serem arrolados como réus – porque receberam ou passaram nota ou moeda falsa – ou como testemunhas, falam das suas vidas, das suas práticas econômicas, relatam relações com nacionais e com outros estrangeiros e não raro expressam opiniões, que muitas vezes são preconceituosas quando se referem aos nacionais ou a mulheres trabalhadoras.

Em um “Sumário Crime” datado de 1909, Clotilde foi indiciada por ter passado nota falsa de 200\$000 em uma confeitaria da Praça de República, que pertencia a uma portuguesa de nome Maria José. Chamada a depor, a proprietária da confeitaria forneceu dados sobre as relações entre brasileiros e portugueses,

mostrando aspectos do cotidiano da cidade e revelando redes de solidariedade entre os depoentes, que se alinharam, por nacionalidade, a favor ou contra a acusada. Um dos depoentes, por exemplo, era um negociante lusitano dono de botequim. Chamado a testemunhar, afirmou categoricamente que Clotilde não era inocente, sim reincidente porque havia tomado uma genebra em seu estabelecimento, e lá havia tentado passar a tal cédula falsa. Além disso, Maria José misturou o objeto do seu depoimento, sobre a falsidade do dinheiro, com um pré-julgamento que havia formado sobre a ré, que também era sua inquilina. Mencionou achar que Clotilde era prostituta⁵¹.

Os conflitos entre Clotilde e sua senhoria já vinham de longe. Em 1907, encontramos outro Sumário Crime envolvendo as duas. Neste, Clotilde foi também acusada de passar nota falsa com igual valor, mas havia incriminado Maria José, ao dizer que recebera dela a cédula falsa. Para se defender, a confeitadeira fez as mesmas acusações que repetiu dois anos depois. Neste caso, investigadas, o procurador resolveu não efetuar a pronúncia, com base no artigo 13 da lei 2110⁵².

Os autos encontrados nos dão boa base para percebermos a Lei e a Justiça como espaços de negociação e prolongamento das experiências do cotidiano⁵³. Juristas, promotores e procuradores serviam de mediadores de conflitos pela sobrevivência. Nos dois processos, a troca de acusações aponta problemas relativos à moradia, à moralidade da mulher acusada e à honestidade da comerciante, que não teve a sua declaração contestada. Os costumes duvidosos da ré foram mencionados por outras testemunhas lusitanas em ambos os processos. Mas, no primeiro processo, tanto no inquérito policial como na frente do juiz, Clotilde se declarou costureira e se disse inocente, ao afirmar nada saber sobre a falsidade da nota. Apesar de ter sido pronunciada pelo Procurador em 30/09/1909, com base no mesmo diploma legal citado acima, acabou sendo absolvida pelo juiz, que determinou o arquivamento do processo pela impossibilidade de se definir a procedência da nota falsa.

Em outro “Sumário Crime”, iniciado em 1908, abriu-se um inquérito policial, investigado pela 1.^a Delegacia Auxiliar de Polícia do Distrito Federal, devido à emissão de nota falsa que teria sido feita pela portuguesa Joanna Maria Ferreira Lopez. A acusada tinha 66 anos, era viúva e negociante. Neste caso, o processo foi arquivado porque a acusada alegou ter recebido a cédula falsa como troco de compra efetuada na firma Souza & Torres. Tinha a seu favor o depoimento de vários conhecidos seus e vizinhos – uma boa parte deles lusitanos –, que endossavam os bons costumes da comerciante⁵⁴.

Para concluir, podemos dizer que os “Sumários Crimes”, em geral, e especificamente os de moeda ou cédula falsa, dão-nos um panorama claro dos imigrantes portugueses. Ao fornecer dados tais como a cor, a nacionalidade, e por vezes, a naturalidade, a idade, o estado civil, o grau de instrução, a profissão e o endereço, ajudam-nos a situar socialmente as testemunhas, os acusados e ofendidos, bem como a entender e reconstruir o dia a dia da população, das suas lutas, tensões, conflitos e, também, as suas solidariedades e costumes.

Revelam igualmente qual a visão da Justiça e das autoridades sobre os lusos. Através das práticas discursivas podemos analisar quais as imagens que circulavam sobre o português, quais as visões que estes imigrantes tinham sobre si mesmos e sobre os nacionais. Vimos como poderiam ser tidos como “bons trabalhadores” e como poderiam representar justamente a ordem através da propriedade de estabelecimentos comerciais e de fábricas, da posse de moradias. Muitos tornaram-se proprietários. E a propriedade sempre foi basilar na concepção do Direito e de direitos coevos, no Brasil.

As relações de solidariedade dentro da chamada comunidade portuguesa também podem ser estudadas. É interessante vermos procuradores, com posição de destaque em diretoria de bancos, ser designados curadores em processos de "Homologação de Sentença Estrangeira" que diziam respeito a inventários, ou quando associações comunitárias e beneficentes eram citadas.

Nos “Alvarás”, nas “Cartas Precatórias”, nas “Cartas Rogatórias” e nos “Processos de Arrecadação” podemos mostrar não somente a circulação de capitais e de pessoas, mas explicitar uma face da i(e)migração que dizia respeito aos que acumulavam pecúlio e aos que eram mais abastados. Vimos alguns exemplos acima. Em vários casos, constatamos quem era proprietário em um e outro lado do Atlântico, como fortunas ou pequenas somas se comunicavam e passavam de pais para filhos ou parentes. Podemos analisar como circulavam as finanças, os bens materiais e até mesmo o patrimônio imaterial.

Além disso, é possível depreender dos autos as imagens que se tinha dos lusos nas esferas das delegacias, das pretorias e do júri. Há também a força o posicionamento de autoridades como agentes consulares, procuradores, juízes e relatores do Supremo Tribunal Federal. Revelam-nos muitas possibilidades para o estudo da imigração portuguesa. Os documentos anexados aos autos são preciosidades para o estudo das imigrações para o país, sobretudo da imigração portuguesa, que foi impar em números absolutos e relativos. Neles temos relações de bens, certidões de casamento, de óbito, de nascimento, partilhas com relação de bens (incluindo ativos e passivos financeiros), e até mesmo listagens de dívidas, com recibos comprobatórios e impostos devidos.

Verificamos, pois, que sobre o imigrante português não havia uma única percepção ou uma só imagem na cidade. Ele poderia constituir-se em “bom” ou “mau” elemento. Sobre estes indivíduos há ainda muito que pesquisar. Traçamos, então, brevemente um quadro das possibilidades de estudo sobre a i(e) migração lusitana a partir de alguns tipos de processos e de temas que consideramos importantes para entendermos a relação entre brasileiros e portugueses, e entre Brasil – Portugal, tomando documentos o acervo da Justiça Federal, situado no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro. Mostramos como este arquivo pode servir para analisar a aventura dos imigrantes no Brasil, especialmente na capital da República. Ao lidar com esta massa documental não resta qualquer dúvida: o estudo da presença lusitana ajuda-nos a lançar luzes sobre a construção de costumes, das relações de trabalho na cidade e da conformação de uma determinada identidade nacional, que foi reconstruída no momento de fundação da República brasileira.

FONTES

- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Suplicante: Maria Rodrigues da Silva. Suplicado: Joaquim de Souza Ramos. Rogante: Justiça de Portugal. Rogado: Juízo da Primeira Vara do Distrito Federal, n.º documento 7 257, 1927.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Requerimento de Alvará*. Suplicante: Carolina Rosa de Souza. Falecido: Manoel José Fernandes Pinto, n.º documento 7 338, 1926.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Rogados: Silvio Torres e Manoela Torres, n.º documento 6 875, 1924.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Sumário Crime*. Autor: Justiça Federal, n.º documento 6 707, 1923-1925.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Fazenda Nacional. Réu: Beneficência Portuguesa, n.º documento 8 101, 1919.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Petição do processo de Hábeas Corpus*. Impetrante: António Pádua da Cunha Vasconcelos. Paciente: Adolfo Pereira da Silva, 1918.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Carta Rogatória*. Autor: Isolina as Silva Carvalho Pinto Leite. Réu: Licínio Teixeira Pinto Leite, n.º documento 13 655, 1917-1918.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Eugénia Ribeiro, n.º documento 3 244, 1915.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Sumário Crime*. Autor: Ministério Público. Réu: Luciano de tal, n.º documento 2 918, 1915.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Alvará*. Autor: Virgílio Affonso Rodrigues, n.º documento 1 124, 1913-1931.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Carta Rogatória*. Rogante: Tribunal Judicial da 5.ª Vara Civil da Comarca de Lisboa, República Portuguesa. Rogado: Juízo Federal da 2.ª Vara do Distrito Federal, n.º documento 1 219, 1913.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Notificação*. Autor: Cândido de Oliveira Guininha. Réu: Francisco dos Santos Lé, n.º documento 102, 1912.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Ação Ordinária*. Autor: José Manoel Fernandes. Ré: Emília Cardoso Guimarães, n.º documento 6 518, 1911-1931.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Testamento*. Falecido: Amélia Augusta de Souza, n.º documento 17 776, 1911.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Carta Precatória*. Autora: Alzira dos Santos Pereira, n.º documento 842, 1910.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: António Ferreira Neves. Réu: Rafael de Oliveira, n.º documento 6 466, 1910.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Carta Rogatória*, n.º documento 649, 1910.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Carta Precatória*, n.º documento 1 042, 1910.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Requerimento Avulso*. Suplicante: Maria Laurentina de Carvalho, n.º documento 3 355, 1910.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Sumário Crime*. Autor: Ministério Público. Réu: Clotilde, n.º documento 13 501, 1909.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Isabel Paes Costa, n.º documento 2 045, 1909.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Sumário Crime*. Autor: Justiça. Réu: Joanna Maria Ferreira Lopez, n.º documento 4 329, 1908-1913.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Ação Sumária Especial*. Autor: Estefânia Mendes dos Reis. Réu: União Federal, n.º documento 6 469, 1907-1908.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autora: Clara Lasger, n.º documento n.º 17 671, 1907.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Homologação de Sentença Estrangeira*. Autor: Margarida Rosa de Jesus, n.º documento 4 606, 1907.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Sumário Crime*. Autor: Ministério Público. Réu: Clotilde, n.º documento 4 774, 1907.

- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Ação Ordinária*. Autor: Companhia Colonização e Indústria de Santa Catarina. Réu: União Federal, n.º documento 17 634, 1907.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Consulado Geral de Portugal, n.º documento 17 745, 1906.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Consulado Geral de Portugal, n.º documento 4 956, 1905.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Consulado Geral de Portugal, n.º documento 691, 1905.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Consulado Geral de Portugal, n.º documento 317, 1905.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Consulado Geral de Portugal, n.º documento 2 800, 1903.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Consulado Geral de Portugal, n.º documento 5 780, 1901.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Consulado Geral de Portugal, n.º documento 5 768, 1899.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Ação Ordinária*. Autor: Companhia de Navegação Italiana Steffano Repetto. Réu: União Federal, n.º documento 1 027, 1898.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Ação Ordinária de Homologação de Sentença Estrangeira*, n.º documento 974, 1898.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Carta de Homologação de Sentença Estrangeira*. Autor: Hemetério Borges de Almeida, n.º documento 2 587, 1897.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – Autor: Consulado Geral de Portugal, n.º documento 2 536, 1896.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Vistoria de avaria grossa*. Réu: Companhia Aliança Marítima Portuense, n.º documento 933, 1891.
- AJF – Arquivo da Justiça Federal – *Ação Ordinária de ressarcimento por perdas e danos*. Autor: Palmeira Fontana Aquino e Companhia. Réu: Fazenda Nacional, n.º documento 962, 1890.
- B.N. – Biblioteca Nacional – *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Ano de 1851, 2.ª Parte, 1851.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Aroldo (1970), *Brasil, a terra e o homem*, São Paulo: Editora Nacional.
- CHALHOUB, Sidney (1986), *Trabalho, lar e botequim*, São Paulo: Brasiliense.
- FAUSTO, Boris (1977) *Trabalho urbano e conflito social*, Rio de Janeiro: Difel.
- LAHMEYER, Eulália Maria (1980), “La revolución industrial y la vivienda popular en Rio de Janeiro (1880-1920)”. *Revista de Índias*, Madrid.
- LAHMEYER, Eulália Maria (1978), *História do Rio de Janeiro. (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, Rio de Janeiro: IBMEC.
- MARAM, Sheldom (1979), *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MINTZ, Sidney; PRICE, Richard (1976), *An anthropological approach to the afro-american past: a caribbean perspective*, Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2002), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru: EDUSC.
- PESCATELLO, Ann Marie (1970), *Both ends of the journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (1990), *Mata Galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha* (colecção Tudo é História), n.º 129, São Paulo: Brasiliense.

- RIBEIRO, Gladys Sabina; ESTEVES, Martha de Abreu (1989), “Cenas de Amor Entre Nacionais e Imigrantes”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo.
- THOMPSON, E. P. (1987), *Senhores e caçadores: A origem da Lei Negra*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, E. P. (2001), *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*, São Paulo: Editora Unicamp.

NOTAS

- ¹ Este artigo é fruto do trabalho que venho desenvolvendo, como coordenadora acadêmica da área de História, no projeto intitulado “Organização do acervo arquivístico da Justiça Federal – 2.^a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, coordenação geral de Maria da Penha Franco Sampaio, Diretora do Núcleo de Documentação da UFF.
- ² Até o momento da escrita deste artigo, tínhamos 6 000 registros na base de dados, disponibilizada na web (www.ndc.uff.br). Os tipos de ação serão citados sempre entre aspas.
- ³ AJF – *Ação Ordinária de ressarcimento por perdas e danos*, n.º documento 962, 1890.
- ⁴ AJF – *Ação Ordinária*, n.º documento 1 027, 1898.
- ⁵ AJF – *Ação Ordinária*, n.º documento 17 634, 1907.
- ⁶ RIBEIRO, 1990.
- ⁷ AZEVEDO, 1970. As fontes utilizadas pelo autor para a confecção da tabela em questão foram: *Quadros estatísticos*. Rio de Janeiro, Diretoria Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, 1968 e *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE – Conselho Nacional de Estatística, de 1947 a 1962. Em relação à imigração portuguesa para o Brasil (PEREIRA, 2002 e PESCATELLO, 1970).
- ⁸ As disputas amorosas na cidade foram abordadas por CHALHOUB, 1986: 113-164. Ver também: RIBEIRO e ESTEVES, 1989: 217-235.
- ⁹ FAUSTO, 1977: 25.
- ¹⁰ Conferir contra LAHMEYER, 1978: 301-305 e LAHMEYER, 1980: 445-552.
- ¹¹ PESCATELLO, 1970.
- ¹² Compartilhamos com a visão recriação de uma determinada cultura, defendida pelos antropólogos Mintz e Price (MINTZ e PRICE, 1976). No Brasil, os portugueses construíram uma nova visão do mundo, que obviamente não era monolítica nem homogênea. Era dinâmica. Teria se formado a partir das experiências vividas no contexto brasileiro. Esta nova cultura seria algo diferente e novo. As sobrevivências e retenções, evidentemente, existiram, contudo, não eram intactas e não raro revestiam-se de novos conteúdos e significados. Para esta visão sobre a classe e a luta de classe, com base na experiência, consultar: THOMPSON, 1987; THOMPSON, 2001.
- ¹³ AJF – *Sumário Crime*, n.º documento 2 918, 1915.
- ¹⁴ AJF, n.º documento 17 671, 1907.
- ¹⁵ No caso de estrangeiros, estas fichas podem ser comparadas com os passaportes.
- ¹⁶ AJF – *Sumário Crime*, n.º documento 6 707, 1923-1925.
- ¹⁷ AJF – *Vistoria de avaria grossa*, n.º documento 933, 1891.
- ¹⁸ MARAM, 1979.
- ¹⁹ CHALHOUB, 1986.
- ²⁰ RIBEIRO, 1990.
- ²¹ AJF – *Notificação*, n.º documento 102, 1912.
- ²² AJF – *Petição do processo de Hábeas Corpus*, 1918.
- ²³ AJF – *Carta Rogatória*, n.º documento 1 219, 1913.
- ²⁴ AJF – *Carta Rogatória*, n.º documento 13 655, 1917-1918.
- ²⁵ AJF – *Ação Ordinária*, n.º documento 6 518, 1911-1931.

- 26 AJF – *Ação Sumária Especial*, n.º documento 6 469, 1907-1908.
- 27 AJF – *Alvará*, n.º documento 1 124, 1913-1931.
- 28 AJF – *Requerimento Avulso*, n.º documento 3 355, 1910.
- 29 AJF – *Carta Precatória*, n.º documento 842. Sobre este mesmo caso, há também outra *Carta Precatória*, igualmente de 1910, n.º documento 1 042, 1910.
- 30 B.N. – *Colecção das leis do Império dfo Brasil*, 1851: 343-346.
- 31 AJF – *Ação Ordinária de Homologação de Sentença Estrangeira*, n.º documento 974, 1898.
- 32 AJF – *Carta de Homologação de Sentença Estrangeira*, n.º documento 2 587, 1897.
- 33 AJF – *Carta Rogatória*, n.º documento 649, 1910.
- 34 AJF – *Testamento*, n.º documento 17 776, 1911.
- 35 AJF, n.º documento 2 045, 1909.
- 36 AJF – *Requerimento de Alvará*, n.º documento 7 338, 1926.
- 37 AJF – *Homologação de Sentença Estrangeira*, n.º documento 4 606, 1907.
- 38 AJF, n.º documento 8 101, 1919.
- 39 AJF, n.º documento 3 244, 1915.
- 40 AJF, n.º documento 6 875, 1924.
- 41 AJF, n.º documento 7 257, 1927.
- 42 AJF, n.º documento 6 466, 1910.
- 43 AJF, n.º documento 2 536, 1896.
- 44 AJF, n.º documento 5 768, 1899.
- 45 AJF, n.º documento 5 780, 1901.
- 46 AJF, n.º documento 2 800, 1903.
- 47 AJF, n.º documento 691, 1905.
- 48 AJF, n.º documento 17 745, 1906.
- 49 AJF, n.º documento 4 956, 1905.
- 50 AJF, n.º documento 317, 1905.
- 51 AJF – *Sumário Crime*, n.º documento 13 501, 1909.
- 52 AJF – *Sumário Crime*, n.º documento 4 774, 1907.
- 53 THOMPSON, 1987.
- 54 AJF – *Sumário Crime*, n.º documento 4 329, 1908-1913.

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E CONFLITO URBANO: PORTUGUESES DETIDOS NA CASA DE DETENÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1880-1930)

*Charleston José de Sousa Assis
Leila Menezes Duarte*

INTRODUÇÃO

Milhões de europeus cruzaram o Atlântico nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. O Rio de Janeiro, então capital do Brasil, está entre as cidades que mais se destacaram como destino daqueles que deixavam sua terra natal em busca de uma vida melhor naqueles anos. Dentre os milhares de estrangeiros que aportavam todos os anos naquela cidade, os portugueses eram, sem nenhuma dúvida, o grupo majoritário.

A presença de estrangeiros no conjunto da população carioca é extremamente significativa. Para se ter uma idéia de sua importância, em 1906 os estrangeiros eram 25% dos habitantes da cidade – 210 515 indivíduos (dentre os quais 133 393 portugueses, isto é 63,4%), contra um conjunto de 600 928 brasileiros, em um total de 811 443 habitantes¹.

Lená Medeiros de Menezes chama atenção para o fato de que em 1872 os portugueses constituíam 76,3% dos estrangeiros residentes na capital do Império. De 63,4% em 1906, saltaram para 72,1% em 1920, donde se conclui que, em média, representavam ? do número total de imigrantes no Rio de Janeiro².

O exame de outros resultados de recenseamentos realizados no Brasil revela números surpreendentes. De acordo com Eulália Lobo, o censo de 1890 aponta um número de 120 983 cariocas filhos de pai e mãe portugueses, 2 895 filhos de pai brasileiro e mãe portuguesa e 37 325 de mãe brasileira e pai português. Imigrantes e descendentes diretos constituíam o impressionante número de 267 664 indivíduos, em uma população de 522 651 habitantes³.

Tão intensa presença de portugueses no Rio de Janeiro deixou marcas indeléveis em áreas tão díspares quanto a arquitetura, os costumes, a culinária e mesmo o sotaque dos cariocas, apenas para citar alguns exemplos. É de se esperar, igualmente, que tenham tido sua presença registrada em documentos produzidos pelo Estado, que hoje se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), detentor de um acervo que contém, entre outros,

importantes documentos que tratam da imigração portuguesa, e das condições de vida e trabalho de portugueses e seus descendentes tanto na cidade quanto no estado do Rio de Janeiro.

A vinda de estrangeiros para o Brasil – ressalte-se, num contexto internacional extremamente favorável – deve ser entendida como uma política do Estado brasileiro que visava, entre outras coisas, o fornecimento de mão-de-obra principalmente para a lavoura, e mesmo o embranquecimento da população – com o que se esperava remover os obstáculos que atavam o país ao atraso que lhe fora legado pela miscigenação, de acordo com os pressupostos racistas da época.

A princípio, a tarefa de incentivar a imigração foi assumida pelo poder central do recém-criado Império brasileiro, cujo imperador era o português D. Pedro I (ou Pedro IV, entre os lusos). Entretanto, o papel de gestor do projeto de imigração foi atribuído às Províncias do Império pelo Ato Adicional de 1834 e, depois da instalação da República, em 1889, aos Estados (o que não quer dizer que o poder central tenha se eximido do assunto). Isto explica o grande volume de documentos que se encontra sob a custódia do APERJ, um órgão do Estado do Rio de Janeiro.

O ACERVO DO APERJ E AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Detentor de um grande acervo proveniente de diversos órgãos públicos da província e do antigo estado do Rio de Janeiro, e do estado da Guanabara, o Arquivo Público guarda a memória político-administrativa e a memória social do Rio de Janeiro. A instituição custodia conjuntos documentais que datam do século XVIII aos nossos dias, com mais de 3 mil metros lineares, reunindo documentos textuais, mapas, plantas, fotografias, filmes, fitas de áudio, fitas de vídeo e microfílm.

Sobre o movimento de imigração portuguesa no Brasil, o acervo que se encontra no APERJ oferece inúmeras possibilidades de pesquisa. Para uma identificação prévia desse material passamos a listar e caracterizar brevemente os fundos nos quais os documentos sobre a imigração portuguesa estão reunidos.

O mais antigo é o Fundo Presidência da Província do Rio de Janeiro, compreendido entre 1756 e 1889, que reúne 90 metros lineares de documentos manuscritos de diversos órgãos administrativos da Província, entre códices e documentos esparsos, fotografias, plantas e mapas e registros de terras. Seus proprietários e os limites territoriais nas freguesias e municípios da Província, em meados do século XIX. Além do tema imigração, vale destacar que tais documentos fornecem informações sobre escravidão, questões agrárias, obras públicas, finanças, instrução pública, paróquias, irmandades, polícia, Poder Judiciário e Poder Legislativo municipal e provincial, que evidenciam, em muitos casos, notáveis semelhanças com os costumes, as instituições e o direito portugueses. Outro importante fundo é o da Presidência do Estado do Rio de

Janeiro, que abriga documentos produzidos entre 1889 e 1951, reúne 150 metros lineares de documentos manuscritos e datilografados de diversos órgãos estaduais, além de documentos cartográficos, dos mais variados assuntos.

Podemos destacar também o Fundo Instituto Médico Legal e o Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. O primeiro, compreendido entre 1907 e 1960, reúne cerca de 60 000 laudos referentes a Exames Cadavéricos (mortos) e 180 000 laudos de Exame de Corpo de Delito (vivos), num total de 350 metros lineares, contendo informações pessoais e sócio-profissionais dos periciados, incluindo os estrangeiros. O último, por sua vez, guarda documentos produzidos entre 1918 e 1983 e é composto de aproximadamente 2 milhões e 500 mil fichas de identificação de atividades políticas; 750 metros lineares de documentos produzidos pela polícia política, e documentos e objetos apreendidos nas diligências policiais, além de 50 mil fotos, discos, fitas audiomagnéticas, filmes e microfilmes. Ressalte-se o registro de atividades políticas de portugueses pela polícia política brasileira.

Para esse trabalho, optamos por apresentar um de nossos fundos, o Fundo Casa de Detenção da Corte e do Distrito Federal, que tem sido utilizado como importante fonte para a história social das classes subalternas, inclusive de escravos.

Nas palavras de Carlos Eugênio Líbano Soares, historiador brasileiro autor de alguns livros sobre escravidão, tais livros de registros de presos e outros que compõem o fundo são, *possivelmente, o maior repositório de informações pessoais sobre indivíduos das classes populares no Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX*. O autor lembra que praticamente todos os temas de história social são encontrados nessas fontes⁴. Diante dessa constatação, pretendemos dar destaque a esse conjunto documental, haja vista ainda não termos tido registro de pesquisadores que recorreram a ele para pesquisas sobre estrangeiros no Rio de Janeiro.

FUNDO CASA DE DETENÇÃO: HISTÓRIA E ARQUIVO

A Casa de Detenção foi criada pelo decreto n.º 1774, de 02 de Julho de 1856⁵, e instalada nas dependências da Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro, que atualmente recebe o nome de Penitenciária Lemos de Brito. Ela fazia parte do complexo penitenciário onde se encontravam também o Calabouço e a Casa de Correção, e foi criada para substituir o Aljube, uma antiga masmorra eclesiástica desativada por não atender mais as necessidades da Justiça⁶. Embora também pudesse abrigar presos condenados, sua principal função era manter detidos aqueles que ainda não tinham sido condenados ou tivessem cometido pequenos delitos sem pena⁷. A Casa de Detenção, hoje Presídio Milton Dias Moreira, era, portanto, utilizada primordialmente para detenções de curta duração.

De sua criação até 1889 esteve sob as ordens do Ministro da Justiça do Império. Com o advento da República passou a ser subordinada ao governo federal

até 1960, quando o Rio de Janeiro deixou de ser capital do Brasil. A partir daí pertenceu ao recém-criado estado da Guanabara até 1974, quando se deu a fusão com o estado do Rio de Janeiro, ao qual pertence até hoje.

Em 1990 o Presídio Milton Dias Moreira transferiu os livros da Casa de Detenção para o APERJ. Lamentavelmente, a documentação encontrava-se em péssimas condições de armazenamento e acondicionamento na penitenciária, sofrendo a ação de água, insetos e microorganismos com danos para o acervo. De lá para cá, o APERJ se esforça por, pelo menos, impedir que o material continue o processo de destruição que experimentava antes da transferência, tarefa dificultada pela falta de recursos públicos ou privados para a restauração e conservação do acervo, que vêm sendo realizadas muito lentamente, devido ao exposto.

Compreendendo os anos de 1860 a 1969, o fundo reúne 523 livros e cerca de 40 metros lineares de documentação avulsa. Compõe-se de livros de matrículas de homens e mulheres adultos, menores, pessoas livres e escravos, contendo as seguintes informações: nome, número de entrada, nacionalidade, filiação, cor da pele, razão da prisão, sinais característicos e descrição da vestimenta ao ser preso, entre outras. 445 livros registram a entrada e saída de detentos escravos, livres e libertos, 20 livros trazem os registros de mulheres, 30 de menores de 21 anos e 6 de presos políticos.

METODOLOGIA

Talvez pela complexidade do tema e do período em questão, bem como da própria amplitude das fontes, sugerir possibilidades de pesquisa se constitui uma difícil tarefa. Cientes, contudo, da riqueza do material que está sob nossa guarda, optamos por apontar alguns possíveis caminhos, ainda que corramos o risco de um equívoco ou outro. Todavia, julgamos que o risco seja aceitável, na medida em que tal apresentação seja capaz de chamar a atenção dos historiadores que se preocupam especialmente com o fenômeno da emigração portuguesa para o Brasil.

Selecionamos os 275 livros de registros de presos compreendidos entre os anos de 1880 e 1930, por terem sido anos de intensa emigração de portugueses para o Brasil. Desse total, 42 livros pertenceram à Casa de Detenção da Corte, e 233 eram da Casa de Detenção do Distrito Federal – os primeiros do período imperial, os últimos do republicano. Entretanto 45 livros não tiveram o seu manuseio recomendado em virtude de seu péssimo estado de conservação. Portanto, foram pesquisados efetivamente 230 livros, que cobrem um período de 50 anos.

Foram realizados dois tipos de pesquisa: uma quantitativa e uma qualitativa. A primeira consistiu no exame de todos os 230 livros que se acham em bom estado de conservação e dizem respeito ao período de 1880 a 1930. A pesquisa computou todos os portugueses maiores de 21 anos, de cor branca, e do sexo masculino. A opção por excluir as mulheres e os menores se deveu ao fato de ser aquele o grupo majoritário de portugueses que emigraram para o Brasil.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, foi realizada somente com os livros correspondentes aos anos de 1880, 1883 e 1885. Para tanto, foram criadas fichas que permitissem o recolhimento dos seguintes dados: idade, estado civil, instrução, origem, ocupação, delito e período de encarceramento. Acreditamos que tais dados podem auxiliar o pesquisador a encontrar respostas acerca da origem dos emigrantes arrolados nos livros, das suas condições materiais de subsistência, das relações sociais nas quais se inseriram, e mesmo do próprio universo cultural em que estavam imersos os portugueses no Rio de Janeiro, entre outras.

A escolha desses anos deveu-se à impossibilidade de pesquisarmos períodos mais extensos e por ser um período em que o sentimento antilusitano está em alta, alimentando conflitos que muitas vezes levavam tanto portugueses quanto brasileiros à prisão.

Foram 1 511 prisões de portugueses ao longo desses anos, incluindo algumas reincidências. Destes, 1 178 eram solteiros, 242 casados, 77 viúvos e 14 declararam outras situações, o que comprova a afirmação de Menezes de que *a imigração para o Rio de Janeiro, majoritariamente portuguesa, caracterizou-se pela grande presença de homens sós*⁸. Ribeiro também destaca o fato, apontando ainda para a juventude dos que emigravam⁹. De fato, 685 dos presos tinham idade entre 18 e 29 anos; entre 30 e 39 anos havia 445 presos; entre 40 e 49 anos havia 283 presos e entre 50 e 89 anos havia apenas 98 presos. Deve-se lembrar ainda que menores de 21 não foram computados, o que aumentaria enormemente os números a favor dos jovens.

Tabela 1

TABELA DE ESTADO CIVIL	
Solteiro	1 178
Casado	242
Viúvo	77
Outros	14
TOTAL	1 511

Tabela 2

TABELA DE IDADES	
18-29	685
30-39	445
40-49	283
50-59	79
60-69	18
70-79	0
80-89	1
TOTAL	1 511

Estes dois aspectos se relacionam com alguns dos problemas enfrentados pelos emigrantes, tais como a falta de mulheres portuguesas e a conseqüente disputa das mesmas com os brasileiros, fonte permanente de conflitos, *uma vez que a relação era de 319 imigrantes portuguesas para cada 100 portuguesas que aqui chegavam*, segundo Marco Pamplona¹⁰.

A origem dos emigrantes é também um dado que chama a atenção, e que também confirma o resultado de pesquisas realizadas. Eulália Lobo, por exemplo, revela que *o perfil do emigrante português era o do camponês das aldeias do norte sobretudo das regiões de Aveiro, Braga, Porto, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu (Minho, Douro, Beira Alta, Beira Litoral)*¹¹.

Lená Menezes é outra pesquisadora que aponta para o fato de que a maioria é oriunda do Norte de Portugal, ao mesmo tempo em que lembra haver portuguesas, nos processos criminais que investigou, que não sabiam *indicar, com precisão, seus locais de nascimento, evidenciando a existência de relações profundas entre origem rural, pobreza e marginalidade*¹². Por essa razão, muitos dos presos se identificam como originários de um distrito, outras vezes de uma cidade ou aldeia, outras ainda de uma circunscrição menor. Por isso optamos por reunir as localidades citadas por distritos, o que fica mais representativo das regiões de onde esses imigrantes se originavam. Assim observa-se que os destaques são: o distrito do Porto, de onde provêm 511 emigrantes, e Braga, com 363. Em seguida temos Viseu, com 75 imigrantes e Aveiro, com 60. As Ilhas dos Açores também aparecem com um alto quantitativo: 133 imigrantes. Foram declaradas 116 localidades de origem pelos detentos da Casa de Detenção no período observado.

Tabela 3

DISTRITOS	DESIGNAÇÕES GENÉRICAS	TOTAL PARCIAL
?	Aguardo	1
?	Aleamo	1
?	Algarve	3
?	Almada	1
?	Barreiros	9
?	Barros	1
?	Beira	1
?	Beira Alta	4
?	Caldas	1
?	Canção	2
?	Douro	5
?	Ferreira	1
?	Ferreiros	1

Cont.

DISTRITOS	DESIGNAÇÕES GENÉRICAS	TOTAL PARCIAL
?	Fondemar	1
?	Granja Nova	1
?	Lourenço	1
?	Louro	1
?	Mocau	1
?	Minho	35
?	Moinho	1
?	Mondego	1
?	Não consta	54
?	Palmeiras	1
?	Parada do Norte	1
?	Portela	1
?	Remalta	1
?	S.Bartolomeu da Esperança	1
?	São Cosme	3
?	São João Batista	2
?	São Miguel	43
?	São Pedro da Torre	1
?	São Romão	1
?	Tisco	1
?	Trás dos Montes	8
?	Travessa do Costa	1
Aveiro	Arouca	1
Aveiro	Aveiro	50
Aveiro	Conselho da Feira	1
Aveiro	Feira	1
Aveiro	Oliveira do Bairro	1
Aveiro	Castelo de Paiva	2
Aveiro	Vila da Feira	4
Bragança	Mirandela	2
Bragança	Bragança	1
Braga	Amares	1
Braga	Arcos de Valdevez	1
Braga	Barcelos	9
Braga	Bastos	27
Braga	Braga	234

Cont.

DISTRITOS	DESIGNAÇÕES GENÉRICAS	TOTAL PARCIAL
Braga	Caldas de Vizela	8
Braga	Canedo	1
Braga	Conselho Vieira	2
Braga	Fafe	3
Braga	Famalição	20
Braga	Guimarães	47
Braga	Lanhoso	1
Braga	Póvoa de Lanhoso	2
Braga	Vieira (do Minho)	5
Braga	Vizela	2
Coimbra	Cantanhede	1
Coimbra	Coimbra	20
Coimbra	Figueira	4
Faro	Faro	1
Leiria	Alcobaça	2
Leiria	Alcobaça	1
Lisboa	Ericeira	4
Lisboa	Lisboa	48
Lisboa	Penha Longa	1
Lisboa	Torre Vedras	2
Porto	Amarante	10
Porto	Avintes	2
Porto	Cedofeita	1
Porto	Lousada	2
Porto	Maia	1
Porto	Matosinhos	2
Porto	Paredes	5
Porto	Penafiel	11
Porto	Porto	449
Porto	Porto (Algores?)	1
Porto	(Vila N.de Gaia) Serra do Pilar	1
Porto	Póvoa de Varzim	1
Porto	Santo Tirso	6
Porto	Vila do Conde-Tougues	1
Porto	Valongo	4
Porto	Vila de Gaia	7

Cont.

DISTRITOS	DESIGNAÇÕES GENÉRICAS	TOTAL PARCIAL
Porto	Vila do Conde	6
Porto	Vila do Conde	1
Santarém	Santarém	3
V. do Castelo	Caminha	3
V. do Castelo	Coura	1
V. do Castelo	Monção	1
V. do Castelo	Monção	1
V. do Castelo	Ponte de Lima	7
V. do Castelo	Viana do Castelo	17
Vila Real	Chaves	11
Vila Real	Peso da Régua	1
Vila Real	Régua	1
Vila Real	Vila Real	12
Viseu	Lamego	25
Viseu	Rezende	1
Viseu	(Tabuaço)Távora	1
Viseu	Tondela	1
Viseu	Viseu	47
TOTAL		1 346

ILHAS	TOTAL PARCIAL
Ilha de São Miguel	27
Ilha do Faial	6
Ilha de Sá	1
Ilha de Santa Maria	1
Ilha de São Jorge	3
Ilha do Pico	8
Ilha Ferreira	4
Ilha Graciosa	1
Ilha Terceira	68
Açores	8
Faial	6
Ilha da Madeira (Funchal)	2
Ilha da Madeira	30

DISTRITOS	TOTAL PARCIAL
Não identicado	192
Aveiro	60
Bragança	3
Braga	363
Coimbra	25
Faro	1
Leiria	3
Lisboa	55
Porto	511
Santarém	3
Viana do Castelo	30
Vila Real	25
Viseu	75
Ilhas dos Açores	133
Ilha da Madeira	32
TOTAL GLOBAL	1 511

Outro aspecto que chama a atenção na pesquisa são as ocupações declaradas pelos detentos. Menezes afirma que *os portugueses pobres tiveram papel expressivo no mercado de trabalho do Rio de Janeiro, explicando por que no período de afirmação nacional, os ódios se voltaram para eles, principais concorrentes no comércio, na construção civil, nos transportes e na estiva*¹³, com o que concorda Pamplona ao declarar que *eles eram de longe o maior número dentre os 58% de estrangeiros no comércio, ? dos trabalhadores registrados no sindicato dos Estivadores entre 1903 e 1905, 57% entre os motorneiros de bondes entre 1880 e 1902, 53% dos empregados na construção civil, 78% dos trabalhadores nas pedreiras, 62% dos inscritos no setor de transportes terrestres e 52% dos empregados nas indústrias de alimentos*¹⁴.

Na pesquisa constatou-se que a maioria dos presos possuía profissões que exigiam pouca ou nenhuma qualificação, como carregadores (118), carroceiros (97), caixeiros (100), cocheiros (79) e curiosa categoria de trabalhador (353), a campeã das ocupações, que parece indicar algum tipo de trabalhador braçal e, talvez operário de fábrica ou mesmo trabalhador temporário, engajado em uma espécie qualquer de serviço urbano. Note-se que apenas estas cinco ocupações – de um total de 118 declaradas – somadas aos 35 detentos que disseram não possuir ocupação alguma, perfazem um total de 747 indivíduos, o que vem a ser quase metade do total de presos com ocupações de baixa remuneração. Se a essas se somarem outras profissões de baixa remuneração que ocupavam os imigrantes portugueses, chega-se facilmente às conclusões expostas pelos historiadores citados acima.

Tabela 4

TABELA DE OCUPAÇÃO	
Açougueiro	2
Adrecista	1
Aguadeiro	3
Ajudante de cocheiro	2
Ajudante de cozinha	3
Ajudante de ferrador	1
Ajudante de fundição	1
Alfaiate	27
Artista	1
Bahuleiro	1
Barbeiro	6
Bombeiro	6
Cachoeiro	0
Cafeteiro	4
Caixeiro	100
Caixoteiro	4
Calceteiro	1
Caldeireiro em cobre	1
Cambista	3
Canteiro	14
Capoeiro	1
Capoeiro	1
Capoteiro	1
Carista	1
Carniceiro	1
Carpinteiro	43
Carpinteiro/marceneiro	1
Carregador	118
Carregador de bóias	1
Carroceiro	97
Carteiro	5
Carvoeiro	4
Catraeiro	16
Cavouqueiro	1
Chacareiro	3

Cont.

TABELA DE OCUPAÇÃO	
Chapeleiro	6
Charuteiro	25
Cigarreiro	21
Cobrador	2
Cocheiro	79
Comerciante	4
Condutor	13
Condutor de bonde	1
Confeiteiro	3
Construtor	2
Copeiro	9
Corneiro	1
Correio	1
Correio	1
Costureiro	1
Cozinheiro	67
Criado	2
Curador	1
Doceiro	1
Empalhador	2
Empregado	1
Encadernador	2
Engenheiro	1
Estivador	12
Estocador	1
Ferrador	2
Ferreiro	31
Florista	1
Foguista	4
Forneiro	4
Fotógrafo	3
Fundidor	4
Funileiro	2
Ganhador	13
Ganho	2
Guardador de Livros	1

Cont.

TABELA DE OCUPAÇÃO	
instrumentista	1
Jardineiro	10
Lavrador	2
Limador	2
Litógrafo	2
Lustrador	1
Mahador de ferreiro	4
Malhador	2
Maquinista	1
Marceneiro	14
Marinheiro	7
Marítimo	47
Mergulhador	1
Negociante	14
Negoeiro	1
Oleiro	2
Ourives	3
Padeiro	49
pedrador	1
Pedreiro	22
Peixeiro	1
Pescador	14
Pintor	27
porteiro	1
Professor	1
Quitandeiro	13
remador	2
Sapateiro	43
Semente de cavalaria	1
Serrador	3
Serralheiro	4
Servente	3
Servente de hospital militar	1
Servente de pedreiro	1
Serviço-doméstico	1
soeteiro	1

Cont.

TABELA DE OCUPAÇÃO	
Tanoeiro	7
Tecelão	2
Tintureiro	1
Trabalhador	353
Vaqueiro	3
Vendedor de folhas	1
Vendedor de frutas	1
Vendedor de leite	1
Vendedor de livros	1
Vendedor de pão	1
Vidraceiro	1
Não possui	35
TOTAL	1 511

É bem provável que esta constatação corrobore a associação que Menezes evocou acima entre origem rural, pobreza e marginalidade no contexto específico da cidade do Rio de Janeiro no período em questão. Ela destaca que o baixo grau de instrução, a ausência de uma profissão, e ocupações ruins impediam a ascensão social dos emigrantes¹⁵. Cabe destacar que nem autora nem nós mesmos acreditamos numa associação automática entre pobreza e marginalidade. O caso do Rio de Janeiro é, entretanto, representativo de um quadro em que diversos fatores concorrem para lançar as pessoas na marginalidade. Inferno social foi a expressão utilizada por Nicolau Sevcenko para descrever a cidade na virada do século¹⁶.

Menezes, em seu estudo sobre os integrantes das classes populares socialmente excluídos, levanta a hipótese de que os roubos, a vadiagem e a mendicância são devidos a dois problemas principais: a abolição e a grande imigração, pois fizeram aumentar a procura por trabalho. Ainda destaca que os estrangeiros estavam ligados a crimes que têm maior relação com a pobreza e o desemprego, com destaque para a vadiagem e a mendicância¹⁷. De fato, num universo de 145 tipos de crimes descritos pelos administradores ou seus ajudantes, responsáveis pelo registro de entrada e saída dos presos, aqueles relacionados como “vagabundagem” foram os maiores, com 608 ocorrências. Se somarmos a essa rubrica a de “embriaguez” teremos mais 258 imigrantes, o que confirma o que Lená Menezes já tinha observado em suas pesquisas,

na virada republicana e nas primeiras décadas do novo regime, portanto, um grande contingente de estrangeiros fixados na cidade estava constituído por imigrantes que chegavam pobres e permaneceram pobres. A maior parte

*deles tinha sérias dificuldades de sobrevivência, devido à sua baixa ou nenhuma qualificação profissional. Esta situação os sujeitava aos serviços mais pesados e de mais baixa remuneração, nos quais a concorrência era intensa e o desemprego e/ou a marginalidade constituíam possibilidades sempre presentes*¹⁸.

Bem de acordo com as necessidades do capitalismo em implantação na capital do Brasil, houve por bem ao Estado tomar medidas para controlar a classe trabalhadora. Nesse sentido, o Código Penal de 1890 tipifica a vadiagem como crime nos seguintes termos:

*Deixar de exercer profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes*¹⁹.

Isto explica as prisões por vadiagem no período pesquisado, que se apresentam como um produto direto de situações como a experimentada pelos tecelões, que recebiam em 1890 entre 1\$500 e 1\$700, quando oito anos antes recebiam entre 2\$000 a 4\$000²⁰.

Tabela 5

MOTIVOS DE PRISÃO	
acusação de ferimentos	1
agressão	7
agressão a escravo com faca	1
agressão armada de navalha	2
agressão e espancamento	1
ameaças	4
apitar sem motivo	1
bater nas portas	1
capoeira	3
curandeirismo	1
dano	3
dar fuga a um preto	1
desobediência à autoridade	3
desordem	224
desordem com assinatura de termo	6
desordem e capoeira	3
desordem e desobediência à autoridade	1

Cont.

MOTIVOS DE PRISÃO	
desordem e embriaguez habitual	1
desordem e palavras obscenas	4
desordem e tumulto	1
desordem e uso de armas	5
desordem habitual	2
desordem e agressão	2
desordem e ameaças	1
desordem e ferimentos	3
desordem e injúrias	1
desordem e insultos	2
desordem e resistência	1
desrespeito à patrulha	6
desrespeito e desordem	1
desrespeito aos andantes	1
dormir na rua	6
em juízo de modo inconveniente	1
embriaguez	49
embriaguez e não ter licença para ganho	1
embriaguez e obscenidades	1
embriaguez e mendicância	1
embriaguez e furto	1
embriaguez habitual	21
embriaguez habitual e desordem	2
embriaguez habitual e vagabundagem	6
embriaguez, desordem	1
embriaguez e agressão	1
embriaguez e desordem	160
embriaguez e ferimentos	1
embriaguez e insultos	2
embriaguez e obscenidades	4
embriaguez e quebra de termo	1
embriaguez e saltar em quintal	1
embriaguez e tumulto	2
embriaguez em flagrante	1
embriaguez, desordem e uso de armas	1

Cont.

MOTIVOS DE PRISÃO	
embriaguez, vagabundagem e furto	1
escapamento e desordem	1
estelionato e furto em flagrante	1
estelionato vagabundagem	1
estelionato em flagrante	1
evasão e regresso de deportação	1
falta de conversão de fiança provisória	4
falta de pagamento de multas	1
falta de respeito ao rondante	2
falta de respeito a comandante	2
falta de respeito a autoridade	1
<i>Ferimentos</i>	18
freqüentador de casa de jogos	1
fuga do trabalho	1
<i>Furto</i>	77
furto e estar respondendo processo	1
furto em flagrante	3
furto e tentativa de roubo	1
ganho sem licença	3
guardar objeto furtado	1
<i>Homicídio</i>	2
homicídio em flagrante	3
infração do termo	23
infrações de posturas municipais	4
injúrias e ameaças	1
injúrias e palavras obscenas	1
<i>Insultos</i>	6
insultos a um oficial	1
insultos e desordem	1
invasão à casa alheia	5
<i>Jogador</i>	3
luta corporal	7
oculto em um carregador	1
oculto em uma casa	1
ofensa a guarda	1

Cont.

MOTIVOS DE PRISÃO	
ofensa a juiz	1
ofensa moral	3
ofensas físicas	38
ofensas físicas em flagrante	15
oposição à prisão de um indivíduo	3
oposição a um juiz	1
palavras obscenas e atos imorais	8
prática de atos imorais	5
prisão para assinar termo	8
prisão para averiguação	1
prisão para processo	3
prisão para tratamento	1
prisão por ser de condição duvidosa	1
querer iludir um indivíduo	1
resistência em flagrante	6
<i>Roubo</i>	5
roubo em flagrante	1
sem domicílio	2
sem documento de trabalho	3
sofrer de alienação mental	1
suspeita de diversos crimes	1
suspeita de roubo	1
suspeita de furto	6
tentativa de furto	1
tentativa de homicídio	3
tentativa de homicídio em flagrante	1
tentativa de roubo	2
ter pisado com o bonde que conduzia	1
<i>Tumulto</i>	2
uso de armas	8
uso de armas e embriaguez	1
uso de armas	1
uso de armas e resistência	1
uso de nome suposto	1
<i>Vagabundagem</i>	354

Cont.

MOTIVOS DE PRISÃO	
vagabundagem e jogatina	9
vagabundagem e uso de armas	3
vagabundagem e acusação de furto	1
vagabundagem/ assinatura de termo	1
vagabundagem e capoeira	4
vagabundagem/ jogo	2
vagabundagem e desordem	85
vagabundagem e embriaguez	45
vagabundagem e furto	64
vagabundagem incomunicável	2
vagabundagem e insulto à autoridade	1
vagabundagem e obscenidades	3
vagabundagem/trabalho sem licença	3
vagabundagem/prática de atos imorais	3
vagabundagem e sem domicílio	4
vagabundagem e suspeita de furto	4
vagabundagem e tumulto	3
vagabundagem indiciado	1
vagabundagem/embriaguez/desordem	11
vagabundagem/palavras obscenas	1
vagabundagem, embriaguez e tumulto	1
vagabundagem/furto/quebra de termo	3
venda de armas proibidas	1
não consta	25
TOTAL	1 511

Em verdade, o que as fontes evidenciam é o gigantesco abismo social existente no Rio de Janeiro, responsável por lançar na pobreza extrema e na marginalidade um enorme contingente tanto de nacionais quanto de estrangeiros. Menezes sintetiza muito adequadamente o quadro social ao afirmar que os

“estrangeiros despossuídos partilhavam, com nacionais negros e mulatos, formas materiais de existência muito próximas, marcadas pela pobreza e por dificuldades de toda ordem, onde a miséria e o crime estabeleciam uma dialética perversa. A tudo isto acrescentou-se o difícil papel de serem hóspedes numa terra que não lhes pertencia²¹”.

Ao descrever o cotidiano dos caixeiros, a autora lembra que eles chegaram pobres e ignorantes em sua maioria, e assim permaneceram, *sendo muitos dos jovens jogados à rua em virtude de desentendimentos com o patrão, graças a acidentes de trabalho que interditavam sua volta ao mercado formal, ou como fruto de total abandono e despreparo*²². Aliás, acerca dos caixeiros, é de estarrecer o que revela Ribeiro: tinham direito a apenas duas tardes livres por ano [!] – o dia de N. S. da Glória (15 de Agosto) e o Natal²³.

No censo de 1890, apenas 0,7% se declararam capitalistas, enquanto 0,75% disseram o mesmo em 1920, portanto, três décadas depois. Isso vai frontalmente contra a noção de senso comum existente no Brasil de que todos os portugueses que para lá emigraram se tornaram ricos.

A pesquisa quantitativa encontrou um total de 19 082 portugueses detidos entre 1880 e 1930. Sua utilidade está em poder confirmar ou não as análises dos autores que trabalharam outros tipos fontes. Nossa proposta metodológica para este tipo de pesquisa foi a de acompanhar o aumento ou diminuição das detenções de acordo com acontecimentos do cotidiano e a conjuntura socioeconômica e política.

Eulália Lobo identificou 15 greves entre os anos de 1890 e 1893: carroceiros, estivadores, alfaiates, carpinteiros, navais, ferroviários e outros. Todos com contingente elevado de trabalhadores portugueses. Picos grevistas também foram encontrados nos anos 1903, 1911-13 e 1917-20²⁴. A eficácia deste método só será possível mediante a combinação deste tipo de fator – no caso, a greve – a outros. Um exame da questão da carestia que, segundo Menezes, a partir de 1905 manteve-se como um dado permanente, com significativas altas nos anos de 1906, 1913, 1916 e 1919, pode ser um exemplo. E também com o custo dos transportes para os trabalhadores, cujos preços foram estáveis até 1905, para depois aumentarem continuamente ao longo do período, segundo a autora. O problema dos aluguéis e da falta de moradia em geral, o arrocho salarial e as idéias anarquistas presentes no movimento sindical também devem merecer análise, entre outros fatores, incluindo-se aí os políticos e a Primeira Guerra Mundial. Um bom exemplo disto é o ano de 1916 e início de 1917, quando se verificou a detenção de 801 portugueses. Trata-se, evidentemente, de sugestões que devem ser melhor elaboradas e serem transformadas em hipóteses. É importante também que se leve em conta os livros em péssimo estado de conservação, pois impedem um exame completo dos períodos, uma vez que alguns anos têm dois ou três livros, ao passo que outros apresentam até nove livros.

Tabela 6
 Imigração Portuguesa – Planilha Quantitativa (Livros da Casa de Detenção)

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
05/12/1879 a 02/01/1880	175	518
30/05 a 08/08/1880	183	
08/08 a 08/10/1880	160	
15/02 a 29/03/1881	182	942
12/03 a 29/04/1881	147	
23/05 a 08/07/1881	153	
29/07/1881 a 30/09/1881	248	
24/11/1881 a 19/01/1882	212	
06/06 a 27/04/1882	175	528
03/05 a 04/07/1882	158	
05/09 a 06/11/1882	195	
15/01 a 28/02/1883	140	871
28/02 a 21/04/1883	205	
26/04 a 25/06/1883	147	
26/06 a 29/08/1883	172	
28/10 a 08/12/1883	207	
22/04 a a21/06 1884	203	797
21/06 a 19/08/1884	214	
21/08 a 01/10/1884	193	
26/11/1884 a 07/02/1885	187	
09/02 a a06/04/1885	189	841
06/04 a a29/05/1885	202	
02/06 a a21/07/1885	129	
21/07 a 19/09/1885	155	
21/12/1885 a 27/01/1886	166	
17/03 a 01/04/1886	200	928
01/05 a 14/06/1886	191	
14/06 a 01/08/1886	168	
01/08 a 09/09/1886	179	
09/09 a 29/10/1886	190	
10/06 a 25/06/1887	164	
12/06 a 21/06/1887	135	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
22/08 a 29/09/1887	155	961
15/02 a 23/03/1887	189	
30/05 a 11/05/1887	155	
23/04/1887 a 07/02/1888	163	
23/01 a 26/02/1888	165	721
26/02 a 28/04/1888	180	
28/04 a 01/08/1888	193	
01/08 a 26/10/1888	183	
12/07 a 08/08/1889	72	243
13/11/1889 a 13/01/1890	171	
01/03 a 30/04/1890	151	938
30/04 a 30/06/1890	157	
04/06 a 06/09/1890	158	
08/09 a 04/11/1890	146	
05/11/ a 13/12/ 1890	160	
13/12/1890 a 25/01/1891	166	
25/ 01 a 05/03/1891	188	
23/05 a 08/07 1891	106	635
19/08 a 26/09/1891	163	
26/09 a 28/10/1891	178	
26/ 02 a 02/04/1892	168	
20/05 a 28/06/1891	132	586
06/ 09 a 11/10/1892	137	
22/11 a 31/12/1892	149	
09/09 a 25/10/1893	104	
21/12/1893 a 13/02/1894	206	310
18/06 a 20/09/1894	175	304
29/09 a 28/11/1894	129	
19/04 a 21/06/1895	109	224
29/11/1895 a 19/01/1896	115	
19/01 a 10/03/1896	130	
13/03 a 02/5/1896	160	
02 a 06/05/1896	9	
26/06 a 10/08/1896	149	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
10/08 a 28/09/1896	118	717
11/11/1896 a 09/01/1897	151	
26/04 a 21/06/1897	191	167
09/06/ a 15/07/1897	155	
? /12/1901 a ?/ 12/1923	12	
02/02 a 10/03/1902	118	458
10/03 a 28/04/1902	134	
17/06 a 30/07/1902	108	
30/07 a 20/09/1902	98	
22/01 a 27/02/1903	96	484
31/03 a 03/05/1903	109	
03/05 a 16/06/1903	131	
31/07 a 27/09/1903	148	
27/01 a 27/02/1904	174	296
25/07 a 20/10/1904	122	
11/10/1905 a 21/02/1905	139	288
21/02 a 04/07/1905	149	
10/06 a 22/08/1908	95	187
10/10 a 27/11/1908	92	
29/03 a 19/05/1909	73	373
14/05 a 20/07/1909	93	
20/07 a 14/09/1909	80	
28/07 a 18/09/1909	55	
28/11 a 20/12/1909	72	
09/11/1910 a 06/03/1911	89	429
06/05 a 21/06/1911	71	
16/07 a 28/08/1911	65	
08/08 a 26/09/1911	80	
14/08 a 23/11/1911	54	
29/09 a 26/10/1911; 11 a 14/09/1911	70	
08/05 a 15/06/1912	49	114
15/06 a 27/07/1912	65	
16/01; 17/01 a 11/03/1913	51	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
02/05 a 09/07/1913	63	279
10/07 a 04/09/1913	74	
02 a 09/08/1913; 08/09/1913 a 14/03/1914	24	
15/09 a 15/11/1913	67	
11/10/1913 a 30/04/1914	24	524
17/11/1913 a 20/01/1914	64	
06/12/1913 a 22/01/1914	30	
28/01 a 10/03/1914	38	
02/05 a 03/10/1914; 28/10/1914	32	
27/06 a 21/09/1914	64	
09/09 a 09/12/1914	145	
24/09 a 05/12/1914	69	
20/03/1914 a 10/02/1915	48	
26/12/1915 a 05/01/1915	10	
02/05 a 10/07/1915	59	
19/05 a 02/07/1915	48	
11/07/1915 a 03/01/1916; 03 a 04/01/1916	58	
15/09 a 13/11/1915	65	
08/01 a 01/04/1916	75	801
31/01 a 28/04/1916	66	
01/04 a 05/07/1916	81	
29/04 a 26/07/1916	53	
05/07 a 22/08/1916	51	
28/07 a 09/09/1916	68	
22/08 a 13/10/1916	84	
14/09 a 04/11/1916	97	
13/10 a 30/11/1916	74	
30/11/1916 a 22/01/1917	78	
26/12/1916 a 14/02/1916; 14/02 a 15/02/1917	74	
22/01 a 03/04/1917	73	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
26/02 a 12/05/1917	75	562
04/04 a 13/06/1917	73	
14/05 a 27/07/1917	68	
13/06 a 29/08/1917	76	
27/07 a 22/09/1917	61	
29/08 a 18/10/1917	63	
22/09 a 26/11/1917	73	
12/1917 a 15/03/1918	86	308
20/03 a 10/06/1918	70	
18/05 a 02/10/1918	65	
10/10/1918 a 15/12/1919	87	
21/02 a 05/04/1919	48	380
21/01 a 15/03/1920	66	
15 a 25/03/1920	133	
25/03 a 24/05/1920	66	
01/ a 07/06/1920; 10/06 a 05/08/1920; 09/08/1920	49	
23/08 a 01/11/1920	66	380
01/05;17 a 19/05;20 a 23/05; 25/05 a 15/07;27/07 a 02/08/1921	29	112
10/07 a ?/11/1921	7	
05/08 a 07/11/1921	76	
~/11/1921 a ~/02/1922	74	309
12/04 a 25/06/1922	89	
25/07 a 10/11/1922	71	
10/11/1922 a 08/02/1922	75	
08/02 a 25/05/1923	60	358
20/04/1924 a 27/02/1925	214	
28/02/1925 a 23/02/1926	120	
12/03 a 23/10/1926	122	
23/10/1926 a 29/03/1927	116	
29/03 a 02/06/1927	44	358
28/09 a 30/11/1927	52	

Cont.

PERÍODO	PORTUGUESES MAIORES DE 21 ANOS, BRANCOS, DO SEXO MASCULINO	TOTAIS PARCIAIS
30/11/1927 a 25/01/1928	41	137
26/01 a 23/03/1928	53	212
03/07 a 30/09/1928	56	
03/09 a 14/11/1928	51	
14/11/1928 a 16/01/1929	52	
16/01 a 25/03/1929	52	
25/03 a 04/06/1929	33	199
12/08 a 27/09/1929	32	
27/09 a 18/11/1929	32	
18/11 a 23/12/1929	26	
23/12/1929 a 24/01/1930	24	
24/01 a 28/02/1930	39	
28/02 a 04/04/1930	39	
04/04 a 07/05/1930	33	298
07/05 a 05/06/1930	39	
05/06 a 01/07/1930	31	
01/07 a 01/08/1930	36	
01/08 a 05/09/1930	27	
05/09 a 06/11/1930	33	
12/11/1930 a 05/01/1931	21	
TOTAL		

CONCLUSÃO

Qualquer conclusão deve começar pela constatação de que os imigrantes portugueses foram vítimas da sociedade brasileira, como os demais estrangeiros e brasileiros pobres. Moradores da *pobre, insalubre, desprovida de pavimentação e infra-estrutura, habitada por trabalhadores humildes e pobres, parceiros de um mesmo universo de dificuldades, igualmente excluídos dos benefícios trazidos pelo poder e pelo progresso*²⁵.

Três exemplos de pessoas acidentadas no trabalho apontados por Menezes são emblemáticos, porque os três referem-se a portugueses, num livro que não se ocupa especificamente deles. Ao mesmo tempo que mostra um importante aspecto do cotidiano das classes populares no Rio de Janeiro, chama atenção para a relevância dos portugueses entre os operários da construção civil. Um chamava-se Alípio Lopes, acidentado no Moinho Inglês, 40 anos, viúvo;

outro era o Manoel Maia, 28, solteiro, que caiu do andaime; Constantino Corrêa, pedreiro, 17, solteiro, acidentou-se pela queda de parede.

Pessoas como esses trabalhadores se tornavam alvo da polícia tanto ao se tornarem indigentes devido a um acidente de trabalho que os impossibilitasse de trabalhar, quanto ao protestarem através dos sindicatos ou de outras formas de ação política contra as condições injustas as quais eram submetidos pelos seus patrões e pelo próprio governo, que sequer aos brasileiros menos afortunados defendia. Se se entregassem, seriam presos; se não aceitassem a humilhação da fome, também. Era dura a vida no Brasil, para os imigrantes e pobres em geral. Tão dura que muitos se entregaram ao alcoolismo e mesmo ao crime como forma de escapar da perversidade de seu cotidiano, que parecia impor aos integrantes das classes populares o trabalho de Sísifo.

BIBLIOGRAFIA

- ADDOR, Carlos Augusto (1986), *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Dois Pontos.
- BRASIL, (1857), *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- BRETAS, Marcos Luiz (1997), *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, Rio de Janeiro: Rocco.
- HOLLOWAY, Thomas H. (1997), *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
- MENEZES, Lená Medeiros de (1992), *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- MENEZES, Lená Medeiros de (1996), *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- PAMPLONA, Marco Antônio (2003), *Revoltas, repúblicas e cidadania*, Rio de Janeiro: Record.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (1990), *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, São Paulo: Brasiliense.
- SEVCENKO, Nicolau (1993), *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*, São Paulo: Scipione.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano (1998), "A capoeira escrava no Rio de Janeiro", in *Escravidão: ofícios e liberdade*, org. Jorge Prata de Sousa, Rio de Janeiro: APERJ.

NOTAS

- 1 MENEZES, 1996: 73.
- 2 MENEZES, 1996: 42-63.
- 3 LOBO, 2001: 42.
- 4 SOARES, 1998: 137.
- 5 BRASIL (*Coleção das Leis*), 1857: 294-301.
- 6 HOLLOWAY, 1997: 189.
- 7 SOARES, 1998: 136.
- 8 MENEZES, 1992: 25.

- 9 RIBEIRO, 1990: 8.
10 PAMPLONA, 2003: 58.
11 LOBO, 2001: 21.
12 MENEZES, 1996: 71-74.
13 MENEZES, 1996: 71.
14 PAMPLONA, 2003: 58.
15 MENEZES, 1996: 147.
16 SEVCENKO, 1993: 39.
17 MENEZES, 1996: 131-132.
18 MENEZES, 1996: 67-68.
19 MENEZES, 1996: 132.
20 LOBO, 2001: 25.
21 LOBO, 2001: 85-86.
22 LOBO, 2001: 83.
23 RIBEIRO, 1990: 39.
24 LOBO, 2001: 52-53.
25 MENEZES, 1996: 39.

TRAÇOS DA COMUNIDADE PORTUGUESA EM PELOTAS

*Jorge Carvalho Arroiteia
Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss*

1. SOBRE A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

1.1. Evolução

A análise da evolução da emigração portuguesa desde o início do século XV, data da descoberta das Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira, à actualidade marcada pela adesão de Portugal à União Europeia, testemunha as vicissitudes porque tem passado este fenómeno realçando, uma vez mais na sua história, a relação destas saídas com o estado de desenvolvimento de Portugal e com a evolução do mercado de mão-de-obra internacional.

Como etapas mais significativas deste movimento destacamos a intensa fase de colonização que se seguiu aos descobrimentos portugueses e à enorme saída da população do Reino de Portugal para África e para as Índias Orientais e Ocidentais, desde o início do século XVI, provocada pela colonização destas paragens.

Em relação ao Brasil este fenómeno atravessou várias fases relacionadas com o crescimento económico deste território e a exploração do “pau Brasil” (séc. XVI); a cultura da cana do açúcar (sécs. XVI, XVII e XVIII), a exploração mineral (sécs. XVII e XVIII) e a cultura do café (séc. XIX).

Uma estimativa destas saídas durante este período permite destacar:

- a saída de cerca de 2400 portugueses para o Brasil durante as primeiras décadas do século XVI;
- o acréscimo deste movimento – cerca de 8000 saídas anuais por volta
- de 1620 – valor que decaiu depois da Restauração (1640), aproximando-se no final do século XVII das 2000 saídas anuais;
- a saída de 8000 a 10000 portugueses com destino ao Brasil durante o século XVIII, movimento causado pela descoberta do ouro.

Note-se que este fenómeno durante o século XIX foi condicionado por diversos acontecimentos registados no seio da sociedade portuguesa tais como a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e a saída de muitos fidalgos que a acompanharam, em 1807; as invasões francesas em Portugal, entre 1807

e 1811 e a guerra civil, entre os liberais e os absolutistas, que alastrou no país entre 1828 e 1834.

De realçar o aumento crescente da emigração portuguesa para este país durante a segunda metade do século XIX em virtude da supressão da escravatura (em 1888) e da intensificação dos transportes marítimos e do movimento comercial entre os dois países.

A este respeito Serrão assinala a saída de cerca de uma dezena de milhar de portuguesas apenas no período de 1855 a 1865, oriundos sobretudo das ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira mas também das regiões do norte e centro de Portugal¹. Outra estimativa relativa às saídas registadas durante a última década do século XIX indica que num total de quase 220 milhares de emigrantes saídos de Portugal entre 1890 e 1900, cerca de 94% encaminharam-se para as terras de Vera Cruz.

Em relação à evolução deste movimento durante a primeira metade do século XX, estes valores mantiveram-se elevados no período que antecedeu a primeira grande guerra mundial estimando-se que cerca de 80% dos cerca de 450 milhares de emigrantes saídos de Portugal neste período se tenham dirigido para este país da América do Sul.

No termo do 1.º conflito armado verificou-se uma quebra acentuada que se prolongou pelos anos seguintes em consequência da crise económica dos anos trinta e da segunda guerra mundial. Assim registaram-se cerca de 9,2 milhares de saídas anuais entre 1939 e 1945 e 26 milhares de saídas anuais entre 1946 e 1955.

Nos períodos mais recentes destaca-se a emigração, entre 1955 a 1974, de mais de 1,6 milhões de portugueses ou seja uma média de 82 000 emigrantes /anuais.

Isoladamente, destacamos a saída de 34 113 emigrantes legais em média, entre 1950 e 1960, e de 68 100 entre esta data e o início da década de setenta, contra menos de 8200 emigrantes entre 1940 e 1950. Já em relação a datas mais recentes é de salientar que entre 1974 e 1988, somente 23 0000 emigrantes saíram oficialmente do país reduzindo aquele valor para cerca de 15 000 saídas anuais.

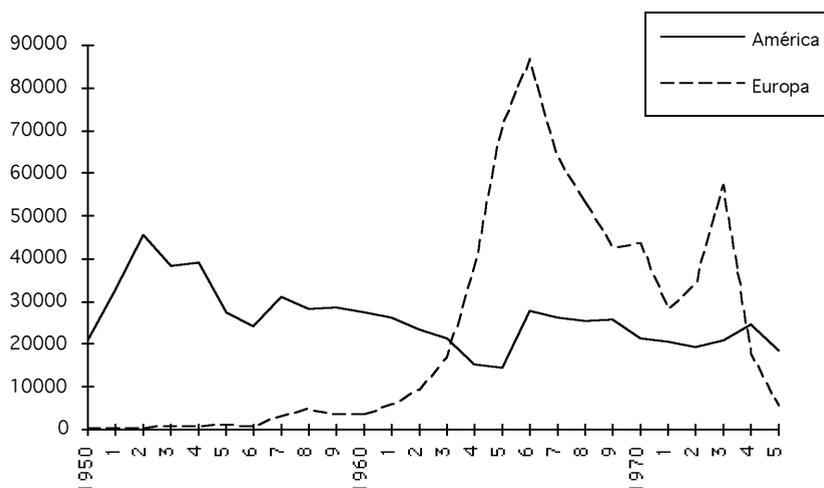
Se tivermos em consideração a evolução deste movimento no decurso do século XX verificamos, portanto, que este movimento sofreu alterações muito significativas em relação ao seu volume e destinos, à sua evolução e composição, às suas causas e reflexos sobre a sociedade de origem. Tal facto foi sobretudo evidente após a adesão de Portugal à União Européia quando as saídas de portugueses para a Europa, embora mantendo-se significativas, passaram a ser consideradas no contexto da mobilidade de mão-de-obra comunitária deixando assim de ser devidamente quantificadas pelas estatísticas da emigração.

Note-se que a intensificação deste movimento durante a segunda metade do século XX foi acompanhado por uma preferência cada vez maior pelas saídas para a Europa, em particular para a França – 985 emigrantes em 1955; 3 593 em 1960; 32 641 em 1964 e 27 234 em 1969 – em detrimento da corrente tra-

dicional, com destino ao Brasil: 18 486 emigrantes em 1955; 12 451 emigrantes em 1960; 4 929 emigrantes em 1964 e apenas 2 537 emigrantes em 1969.

Estes valores realçam a quebra do movimento transoceânico e a sua substituição pela emigração intra-europeia (Figura 1). Daí resultou uma segunda alteração que se verificou com o incremento das saídas clandestinas em relação às saídas oficiais. De facto os dados disponíveis sobre este fenómeno indicam que o movimento clandestino terá superado, nos finais da década de sessenta, o movimento de saídas legais.

Figura 1: Destinos da emigração portuguesa (emig. transoceânica e intra-europeia)



1.2. Causas e efeitos

A importância crescente da emigração portuguesa para o Brasil justificada sobretudo por razões de natureza económica decorrentes da “míngua dos meios de subsistência” e da “desordem contínua da economia social em Portugal”² parece justificar a enorme dimensão do “mito da fortuna” e do “mito do regresso”³ que andam associados à tradicional emigração portuguesa para este território. Recorde-se a importância dos “brasileiros” e dos “mineiros”, sobretudo nas regiões norte e centro de Portugal, expressa em diversos testemunhos materiais para reconhecermos a importância deste fenómeno na antiga sociedade portuguesa.

Com efeito a importância da emigração par as terras de “Vera Cruz” ou o Brasil, “o Eldorado, onde para achar ouro não há mais que tocar naquelas praias abençoadas”, como descreveu Alexandre de Herculano⁴, realçam a importância deste destino que só veio a perder gradualmente essa importância depois do primeiro conflito armado (1914-18) e da crise económica que durante a década de trinta atingiu a economia mundial.

Em data mais recente notamos que o incremento dos movimentos da população no continente europeu, sobretudo no período posterior à segunda guerra mundial, foi um dos sintomas do processo de desenvolvimento e de mudança social que experimentou o velho continente no período de reconstrução e de expansão económica que se seguiu àquele conflito armado. Assinala, por outro lado, a persistência deste fenómeno pondo a descoberto os desequilíbrios existentes entre as diferentes regiões europeias e a tradicional “divisão norte-sul” marcada pela dependência dos países da periferia, em particular dos países mediterrânicos, face ao poder económico dos países mais industrializados do ocidente europeu.

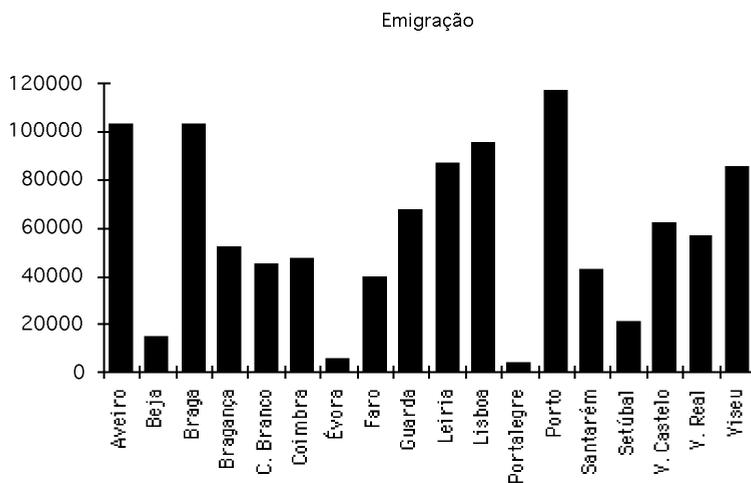
Como causas dominantes deste fenómeno indicamos as razões de natureza económica, o fraco nível de vida e de oportunidades de emprego, sobretudo nas regiões rurais. Esta situação comprova ainda a incapacidade do tecido produtivo industrial absorver os contingentes de assalariados e de trabalhadores não especializados libertos das actividades agrícolas e de subsistência registada em Portugal no decurso da segunda metade do século XX.

Para além destas razões também as causas de natureza política contribuíram para acelerar este movimento. Assim aconteceu com as pressões políticas impostas pelo regime Salazarista e pela guerra em África; a falta de liberdade de expressão e as práticas que levaram à fuga de muitos jovens, antes ou durante o cumprimento do serviço militar, e que conduziram à saída da população jovem para a Europa no decurso dos anos sessenta, até 1974.

Quanto à sua extensão verificamos o grande incremento e expansão deste movimento em todas as regiões do território português em particular nas regiões densamente povoadas do norte e do centro do país, assim como nas Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira.

Este fenómeno afectou particularmente as regiões do Minho, de Trás-os-Montes e da Beira-Alta, de onde partiram os maiores contingentes de emigrantes não só em direcção ao Brasil mas também, já durante a segunda metade do século XX, para os países industrializados da Europa Ocidental: França, Alemanha; Luxemburgo e mais recentemente para a Suíça.

Figura 2: Emigração portuguesa por distritos de origem (1955-1974)



A importância da emigração portuguesa em todo o território nacional é comprovada pelas cerca de um milhão de saídas oficiais registadas no período compreendido entre meados dos anos cinquenta e os finais dos anos oitenta do século XX. Estas foram oriundas dos distritos de Lisboa, do Porto, de Setúbal, de Braga, de Aveiro, de Viseu e de Leiria.

A dimensão deste fenómeno em todas as regiões do país, afectando sobretudo os jovens e os adultos de todas as idades, reforça a imagem de que a emigração se trata de uma “constante estrutural” da sociedade portuguesa. Em data mais recente a emigração anda associada ao declínio da antiga civilização agrária e rural na qual assentou, durante séculos, o desenvolvimento da sociedade portuguesa, bem como ao aparecimento de diversos “Eldorados” que surgiram no Brasil, nos EUA e mais tarde na Europa e levaram à fuga de muitos emigrantes.

Globalmente entre os reflexos deste fenómeno contamos com as perdas de população registadas em todo o país, sobretudo durante a segunda metade do século XX e a intensificação do processo de crescimento urbano e industrial sobretudo na faixa centro e norte litoral do território. Em simultâneo com as perdas demográficas para o estrangeiro notamos ainda os processos de envelhecimento demográfico e de desertificação do interior causados fundamentalmente pelas saídas da população jovem.

Para além destes aspectos e em resultado do movimento de transferência de divisas alimentado pela população emigrante, registamos que a emigração foi globalmente responsável pela animação dos circuitos económicos regionais, o que levou ao aumento do comércio e das actividades terciárias em particular na periferia dos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto.

No seu conjunto estas transformações contribuíram para gerar novas oportunidades de emprego, para o aumento do P.N.B. do país e para uma melhoria

significativa do nível de vida de sua população. Contudo não bastaram para estancar o fenómeno emigratório português que registou, sobretudo durante o terceiro quartel do século XX, uma das fases de maior expansão com destino quer à Europa quer mesmo ao continente americano.

2. A “DIÁSPORA” PORTUGUESA

Seguindo ritmos distintos de emigração legal e clandestina e mostrando preferências diversificadas consoante a antiguidade e a tradição emigratória, as características sociais e as oportunidades de emprego no exterior, a emigração deu origem à formação de diversas comunidades de portugueses hoje dispersas pelo mundo. No seu conjunto estas têm contribuído para o crescimento económico dos países de acolhimento e para o reforço das sociedades multiculturais onde residem.

Quanto aos valores de natureza estatística referentes à população de origem nacional residente em países estrangeiros nos finais da década de noventa (século XX), é de notar que a dimensão da “Diáspora Portuguesa” na actualidade ultrapassa os 4,6 milhões de cidadãos, residentes nos cinco continentes, assim distribuídos:

Europa:	1 336 700
África:	540 391
América Norte:	1 015 300
América Sul:	1 617 837
América Central:	6 523
Ásia:	29 271
Oceânia:	55 459

Uma análise mais pormenorizada realça a distribuição destes indivíduos por 28 países na Europa; 39 países em África; 32 países na América; 22 países na Ásia e 2 países na Oceânia, de que se destacam os mais importantes:

União Europeia:	1 201 163
Brasil:	1 200 000
Angola:	20 000
Moçambique:	11 668
Guiné-Bissau:	800
Cabo Verde:	500
S. Tomé e Príncipe:	451

Desta distribuição ressaltam aspectos relacionados com a antiguidade deste fenómeno e com as suas características recentes. Assim, em relação à emigração “transoceânica”, entre os destinos referidos o Brasil continua a ser o país onde a presença portuguesa é mais relevante e onde os laços de consanguinidade com a sociedade portuguesa oriunda do continente, dos Açores e da Madeira, se faz sentir com maior intensidade.

Como exemplo mais relevante da “emigração intra-europeia” destaca-se a emigração para França, país onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior na actualidade a um milhão, representa o destino mais procurado na história contemporânea da emigração portuguesa.

Além deste país também a Alemanha, o Reino Unido, o Luxemburgo, a Suíça e a vizinha Espanha têm sido os destinos preferidos da emigração portuguesa na Europa.

Tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional, cerca de dez milhões de habitantes, os valores acima indicados de quase cinco milhões de portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro atestam a dimensão nacional deste fenómeno. Estes dados são relevantes não só para entender as raízes e a evolução recente da emigração portuguesa mas ainda para realçar a importância dos estudos relacionados com as raízes e os traços culturais das comunidades de nacionais que habitam fora do país.

Repare-se que o conhecimento dos traços fundamentais das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, conhecida em muitos casos através de estudos monográficos especializados, nem sempre permite uma visão sistemática e global deste fenómeno em virtude quer das suas diferenças metodológicas quer dos contextos em que os mesmos se inscrevem e das datas da sua realização.

Confrontados com esta realidade iniciámos em 2001 um projecto de investigação-participada, via Web, com o título: *Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania*. Este projecto destina-se essencialmente a conhecer a situação dos emigrantes portugueses e/ou, descendentes de emigrantes portugueses residentes em países de imigração. Inclui a recolha de elementos referentes à experiência imigratória, à participação cívica e à integração dos luso-descendentes nas sociedades de origem e/ou de acolhimento, estejam a residir fora ou que já tenham já regressado a Portugal.

Os dados actuais foram obtidos através do recurso a um questionário disponível em site na Internet: <http://sweet.ua.pt/~arroteia/diaspora>.

A metodologia seguida, apresentada noutra trabalho⁵, teve em conta os trabalhos de pesquisa anteriormente realizados em contextos distintos, sobretudo em França, no Luxemburgo e em Espanha⁶. Procurámos ainda aprofundar a metodologia desenvolvida por Doudin⁷ relacionada com o estudo da população portuguesa na Suíça.

Nestas circunstâncias foi nossa intenção recolher indicadores relacionados com a identidade desta ‘nova geração’ de emigrantes, identificando por isso “um conjunto de variáveis relacionadas com o modo de vida desta população,

com os símbolos de Portugal e o desejo de regressarem a este país, com a participação em actividades promovidas por associações de emigrantes ou outras. Pareceu-nos que a intensidade destas experiências reforça a “identidade” desta população e o seu modo de ser quotidiano. Como traços fundamentais da cidadania, procurámos conhecer a participação na vida desta população nos países de acolhimento e o seu envolvimento em actividades culturais e políticas desenvolvidas no país de residência”⁸.

Estas preocupações foram parcialmente respondidas nos inquéritos que nos chegaram nos anos de 2001 e 2002. Sugeriram, no entanto, estudos pontuais mais detalhados sobre as características das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Foi essa a razão que em contacto com a Professora Regina Sá Britto Fiss solicitámos o seu empenho na aplicação de alguns questionários junto dos portugueses e luso-descendentes residentes em Pelotas.

Note-se que o interesse e a defesa na realização de estudos desta natureza segue as preocupações da autora, que juntamente com Carmen Pombo, levou a cabo um estudo que serviu de base à geminação das cidades de Aveiro e de Pelotas⁹. Neste trabalho as autoras defendem também o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre o património cultural comum luso-brasileiro de forma a garantir a sua preservação, defesa, valorização e dinamização: “Brasileiros e portugueses precisamos de conhecer com perfeição cada vez maior o grande espaço cultural que nos é comum, o espaço da cultura luso-brasileira, com seus valores básicos e padrões de acção, os seus costumes e ritos; as formas artísticas e trabalhos de investigação científica que nele se desenvolveram e estão se desenvolvendo”.

Apontam ainda a realização de estudos pioneiros que “já estão a abrir caminhos nesse sentido, seja no âmbito genérico da imigração lusa no município, através do estudo de Pombo¹⁰; como no aspecto associativo, no trabalho de Branco¹¹ ou, então, enfatizando-se aspectos económicos, na monografia de Sá Britto Fiss¹²; quer, ainda, no campo arquitetónico, através da investigação de Branco Fiss”¹³.

A propósito da oportunidade destes trabalhos, referem que “esses estudos buscam explorar o aspecto da formação de Pelotas sob o ponto de vista da etnia”, sendo que “os tipos étnicos predominantes em Pelotas são os de origem portuguesa e alemã, conforme se pode constatar facilmente, através de observação directa, e também de acordo com os resultados de uma sondagem realizada nas escolas no ano de 1984”.

Quanto à importância da emigração portuguesa nesta região assinalam as autoras: “é sabido que, desde os primeiros tempos da história do município, o elemento de origem portuguesa se concentra na cidade, dedicando-se, principalmente, a actividades comerciais, enquanto que o de origem alemã caracteriza a zona rural, onde pratica a policultura em pequenas propriedades”.

Referem ainda, a propósito, que: “Na mencionada sondagem foi levantada a origem de 39 000 habitantes, tendo se destacado as seguintes etnias (%)”¹⁴.

– portuguesa	42.1
– alemã	20.0
– negra	9.8
– mulata	7.8
– italiana	7.4
– espanhola	7.0
– francesa	1.7
– cabocla	1.2
– polonesa	0.8
– libanesa	0.5

A importância da emigração portuguesa nesta cidade permitiu-lhes afirmar que Pelotas viu “em seu nascedouro, a actuação incansável de povoadores portugueses, que desde épocas mais distantes já criaram um clima de desenvolvimento com uma febril atividade sócio-cultural, atividades filantrópicas e uma economia baseada na indústria agropecuária e comércio de exportação. Tal facto justifica ser natural “que a cidade continuasse a ser pólo de atração para novos imigrantes e que os mesmos entrassem no ramo das atividades comerciais, principalmente”¹⁵.

3. ASPECTOS DA VIDA E CIDADANIA DA POPULAÇÃO DE ORIGEM PORTUGUESA

Como já foi notado dada a antiguidade e o significado histórico na evolução da própria sociedade portuguesa, o Brasil é um país que durante séculos esteve sempre presente na memória e no imaginário do emigrante português. Esta a razão que justifica, conjuntamente com dos dados recolhidos por Fiss e Pombo¹⁶, o texto que elaborámos relacionado com a “identidade e cidadania” dos emigrantes portugueses em Pelotas, região brasileira que acolheu um número considerável de portugueses oriundos sobretudo da região aveirense.

Pareceu-nos importante associar os resultados do questionário ora realizado com os elementos recolhidos por Fiss e Pombo¹⁷ que tão bem caracterizaram o contexto físico, histórico, sócio-económico e cultural das cidades de Aveiro e de Pelotas.

De acordo com as autoras¹⁸ o Rio Grande do Sul, trata-se de um imenso território com 282 184 km², “conquistado de forma dramática, escrevendo sua história com muita luta, suor e sangue”. De facto, pertencendo originariamente a Espanha (pelo Tratado de Tordesilhas) o solo riograndense foi tardiamente incorporado na Coroa Lusitana. Mais ainda, sendo este território “contíguo ao estratégico estuário do Prata, Portugal tratou logo de buscar uma fronteira natural, fundando em frente a Buenos Aires, a chamada Colônia do Santíssimo Sacramento tendo por Governador da região, D. Manuel Lobo. A povoação e fortaleza são erguidas em Janeiro de 1680, denominada, primeiramente de “Lusitâ-

nia”. Sofrendo a acção repulsiva dos espanhóis de Buenos Aires, Portugal luta para manter esta importantíssima e estratégica localidade, muitas vezes destruída e outras tantas reerguida”.

Prosseguem as autoras assinalando que: “Muito antes do ano de 1680, fixaram-se como agricultores os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Paulistas, mineiros e colonos portugueses da Laguna foram os primeiros povoadores”.

Mais ainda, sobre a formação da população pelotense, afirmam¹⁹: “O convívio do português, no recanto de Pelotas, evidencia-se, pela íntima adaptação à nossa vida, pelo mesmo princípio colectivo de trabalho, pelo mesmo ideal de raça e pelo mesmo sentimento que nos irmana, ao italiano, ao francez, ao sul-americano, em menores massas”. De facto, como vemos nas questões do nosso questionário, o português mantém fidelidade às suas origens e valores culturais, bem como aos padrões de comportamento tradicionais, integrando-se, ao mesmo tempo, nas sociedades de acolhimento.

Curiosamente assinalam: “talvez, devido a essa capacidade de integração com a comunidade de acolhimento fez com que o elemento luso nunca se apresentasse como ser xenófobo, ou estranho ao ambiente novo e, assim, também ficasse mais despercebido em termos de ser sujeito de estudos. Exemplo vivo é o da comunidade pelotense, de nascimento e formação lusitanas e que somente em épocas mais recentes, viu despertado o interesse em estudá-lo, sob forma científica: São bastante atuais os trabalhos de investigação referentes aos portugueses. Mais remotos e comuns são aqueles dedicados a alemães, italianos, franceses, etnias também existentes no município”²⁰.

Tal facto, podemos comprovar, através das respostas obtidas junto da comunidade portuguesa e luso-descendente aqui residente que apontam para a sua integração plena na sociedade pelotense.

Importante é observação sobre a naturalidade da população estrangeira: “Os imigrantes portugueses em Pelotas, na sua grande maioria são provenientes do distrito de Aveiro e sua presença é vislumbrada também pela cultura, onde a ‘cidade dos doces’ possui como característica marcante destes, à base de ovos, influência presumível da doçaria de Aveiro, com seus famosos ‘ovos moles’”. Tal influência estende-se pelo nome dos estabelecimentos comerciais e nomes de ruas com motivos aveirenses)²¹.

Referem-se, a título elucidativo, nome de ruas, estabelecimentos comerciais e edifícios que na cidade de Pelotas lembram Portugal:

- Panificadora e Lancheria Aveiro
- Agência de Bicicletas Águeda
- Edifício Vila Nova de Gáia
- Edifício Mondego
- Edifício Coimbra
- Bairro com o nome de ‘Recanto de Portugal’ onde está localizada a sede campestre do Centro Português e onde todas as ruas possuem nomes de concelhos de Portugal.

Prosseguem as autoras: “Muitos são os relatos de imigrantes que justificam suas preferências pelo sul do Brasil e por Pelotas, não só devido a grande concentração de aveirenses, como pelos próprios aspectos geográficos dessa cidade traduzidos sobretudo em idêntica história geológica, dominada por um sistema lagunar onde se inscrevem a “ria de Aveiro” bem como a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim”²².

A proximidade dos contextos geográfico e sócio-económico foi reconhecida pelas autoras defendendo por isso a geminação das cidades de Aveiro e de Pelotas, como na verdade se veio a concretizar. Nestas circunstâncias prosseguem afirmando: “não são vãs as palavras de emigrantes aveirenses, que afirmam que as semelhanças geográficas entre as comunidades são expressivas, razão porque escolheram o Município de Pelotas para fixar residência”²³.

O desenvolvimento deste estudo refere, a concluir, um conjunto de traços comuns a estas duas comunidades que sucintamente transcrevemos: “Sobre a situação e traços físicos tem-se que ambas estão localizadas em áreas planas e junto à encosta de zonas mais altas... Localizam-se junto a regiões lagunares...sofrendo, também influências climáticas (clima húmido), pela proximidade da água. Ambas as comunidades estão em uma faixa litoral apresentando formações arenosas e dunas costeiras, com clima subtropical e, portanto, com uma vegetação que se assemelha”²⁴.

Do ponto vista histórico, “cada comunidade possui aspectos tão próprios que não são comparáveis. Aveiro é milenar e Pelotas centenária... ambas tiveram sempre ideais de liberdade e foram pioneiras no republicanismo”.

Estes e outros traços comuns prosseguem em relação aos aspectos comuns: económicos, sociais e culturais, que unem as duas cidades. Por isso, concluem as autoras: “convém salientar que a distância que as separam – localização em continentes diferentes – colabora para que se afrouxem os laços existentes, embora os vínculos culturais criados pela imigração. Nesse contexto, essa ligação tende a perder-se, caso não sejam tomadas providências no sentido de evitar que isso aconteça”²⁵, observação que remata com a proposta de geminação entre as cidades de Aveiro e de Pelotas.

4. A LEITURA DO QUESTIONÁRIO

Os dados acima referidos ajudam-nos a compreender o significado de algumas das respostas obtidas (entre Janeiro de 2001 e Junho de 2002) relacionadas com a presença portuguesa na cidade de Pelotas.

O total de respostas obtidas foi de 40, sendo 19 do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

Quanto à idade dos inquiridos, a grande maioria pertencia ao grupo funcional dos adultos, com mais de 25 anos de idade, assim distribuídos:

< 20 anos	1 indivíduo(s)
21-24 anos	6 indivíduo(s)
25-29 anos	4 indivíduo(s)
30-34 anos	6 indivíduo(s)
35-45 anos	1 indivíduo(s)
> 45 anos	13 indivíduo(s)

Sobre a nacionalidade dos inquiridos, 26 tinham a nacionalidade brasileira, 13 a nacionalidade portuguesa e apenas um inquirido era de nacionalidade angolana. Estes dados indicam a par da emigração mais antiga para o Brasil a existência de uma segunda vaga de emigração registada com maior intensidade no período decorrente à revolução de 25 de Abril de 1974 e ao acolhimento de grande número de retornados portugueses oriundos das ex-colónias de Angola e de Moçambique.

Interessante é de assinalar que esta população registava na sua grande maioria uma formação académica de tipo universitário: 24 inquiridos; a par de outra formação secundária e profissional: 12 respostas. Os restantes 4 inquiridos haviam realizado outro tipo de formação, particularmente de nível secundário. Tal facto abona a favor da antiguidade deste movimento para o Brasil e das perspectivas de mobilidade social alcançadas por esta população através do desenvolvimento de estudos de nível médio e superior.

Tal como verificámos noutros trabalhos, sobretudo os relacionados com a população portuguesa na Suíça, a “procura social” da educação por parte da população jovem constitui-se como uma das vias de melhor integração nas sociedades de acolhimento, facto que parece ser comprovado pelos resultados relativos à população de ascendência portuguesa residente em Pelotas.

Estes aspectos podem ser globalmente comprovados pelo tipo de profissões exercidas pela população inquirida, como se vê no quadro abaixo que denota a importância das actividades relacionadas com as actividades terciárias que carecem de uma formação médio-superior.

Estudantes	5
Empresários:	6
Industriais:	2
Activid. ligadas ao comércio, bancos e seguros:	10
Advogados e Promotores de Justiça:	6
Profissões ligadas à saúde:	5
Profissões ligadas ao ensino e investigação:	3
Aposentados:	3

Não obstante a integração desta população na sociedade de origem, nomeadamente através do exercício de actividades profissionais socialmente reconhecidas, mantém-se o interesse em relação às suas raízes familiares. No entanto, inquiridos se desejavam mudar para Portugal, apenas 5 das respostas foram nesse sentido. A recusa em mudar de país compreende-se pelo facto dos inquiridos terem a sua vida estabilizada no Brasil.

De igual modo o interesse pelo regresso a Portugal pode ser justificado por razões pessoais e familiares decorrentes de se tratar do país de origem ou da naturalidade dos familiares.

Dos que desejariam regressar a Portugal destacam-se emigrantes aposentados ou então ainda estudantes. Como razões para esta mudança indica-se a boa imagem de Portugal, como “um país em constante desenvolvimento”; a existência de “mais segurança e maiores chances profissionais” ou o prosseguimento de estudos.

É de destacar a “boa” imagem de Portugal junto desta comunidade imigrante e o interesse em relação ao seu país de origem traduzindo assim as raízes inerentes a uma certa “portugalidade” que parece persistir pelo menos junto de uma parte significativa da nossa amostra.

Não obstante as actividades desenvolvidas pela sociedade local relacionadas com a população nascida no estrangeiro é de notar que apenas 8 dos inquiridos não participam em actividades associativas. A falta de disponibilidade parece ser a causa mais importante para esta atitude. Dos que podem participar em actividades associativas, destaca-se a actividade no clube “Centro Português 1.º de Dezembro”.

Para os portugueses e luso-descendentes aqui residentes a participação na vida cívica, quer junto das comunidades de emigrantes quer na sociedade de acolhimento, é uma afirmação do seu estatuto como cidadãos empenhados na participação cívica e política das sociedades onde residem.

5. A COMUNIDADE PORTUGUESA E SUAS ASSOCIAÇÕES EM PELOTAS

A região sul do Brasil, como já mencionado neste artigo, teve na sua ocupação territorial uma forte influência lusitana. Dessa trajectória resulta, também, uma população diferenciada daquela existente no restante do país, ocasionada pela mescla das diferentes etnias que na última metade do século XIX emigraram para o estado do Rio Grande do Sul. Características físicas e comportamentais juntam-se a factos históricos e dão ao povo gaúcho, além de alguma semelhança com o povo uruguaio e argentino, alguma resistência na manutenção e continuidade das tradições lusitanas.

No entanto, Pelotas, como outras cidades do litoral e interior do estado, mostra através do seu casario, dos costumes, da gastronomia, da religiosidade, e outros aspectos, uma expressiva ligação com Portugal.

Muitos hábitos ainda mantidos entre as famílias de imigrantes ou descendentes portugueses, de várias gerações, podem ser observados no dia a dia das famílias oriundas do continente ou das ilhas.

Assim, como ocorre a manutenção da cultura lusitana numa terra tão distante? “No Brasil, a exemplo de outras comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, o desejo de manter as tradições, o sentimento de solidariedade e a saudade, colaboraram para o aparecimento de diversas instituições, quer assistenciais, culturais, econômicas e recreativas (...).

A partir da independência do Brasil, os portugueses aqui radicados passaram a sentir a diferença de estar em uma terra não mais pertencente a Portugal, ou seja, na qualidade de imigrantes”²⁶.

No decorrer destes dois séculos o número de associações existente no Brasil atinge as 180, segundo informação da Embaixada de Portugal no Brasil, no ano 2000. No estado Rio Grande do Sul, de acordo com a mesma fonte, encontram-se 12 grupos associativos como resposta ao desejo da manutenção das raízes lusitanas em solo gaúcho²⁷.

Em Pelotas as duas associações representativas da comunidade portuguesa são a “Sociedade Portuguesa de Beneficência” e o “Centro Português 1.º de Dezembro”.

A primeira, fundada em 28 de junho de 1858, já com 350 sócios, sendo uma associação que surgia por desligamento daquela existente em Porto Alegre, ou seja, a uma distância de 250 km de Pelotas e que conseqüentemente ocasionava dificuldades.

Hoje a Beneficência é uma casa de saúde que funciona como qualquer outro hospital mas sempre ligado à comunidade portuguesa de onde são escolhidos seus dirigentes e dada como preferência, pela mesma comunidade, quando da necessidade de hospitalização. “Possui 254 sócios ativos (sócios com título e pagamentos mensais), 1 708 sócios remidos (sócios com título de pagamento integral), banco de sangue e o plano de Saúde Maior. Este último é oferecido e garantido pela própria Beneficência com um total de 11 500 pessoas, destes são 1 por cento de portugueses natos e 60 por cento são de descendentes”²⁸.

A segunda associação, recreativa e cultural – “Centro Português 1.º de Dezembro” – é onde se observa com mais objectividade o interesse pelo resgate e preservação das origens lusitanas.

Fundado em 26 de Janeiro de 1926 como resultado da fusão de dois grupos: o “Congresso Português 1.º de Dezembro” e do “Grêmio Republicano Português”, ambos com idéias divergentes mas que suplantadas as divergências políticas, acabam por unir esforços e fundar o “Centro Português 1.º de Dezembro”.

Conta com duas sedes sociais, uma instalada no centro da cidade construída em estilo Manuelino (inaugurada em 24.01.1930) onde se encontram salão de honra, secretaria, biblioteca, sala de jogos, sauna e salão de festas.

A segunda sede teve início no ano de 1966 com a compra de 75 ha. para a construção da sede campestre e tendo as suas dependências concluídas em

1983. Está localizada às margens do arroio Pelotas, no bairro Recanto de Portugal, possuindo além do esplendoroso edifício, um museu, sala de honra, salão principal, salão auxiliar, sala do rancho folclórico, bar, cozinha, uma extensa área de lazer com 2 piscinas, várias churrasqueiras, canchas de esporte, etc.

É, portanto, no Centro Português que vamos encontrar, com mais expressão a manutenção dos valores da cultura portuguesa e, conseqüentemente, a mescla com outras etnias. É aí que vemos as festas religiosas, as procissões em honra de nossa senhora, as festas envolvendo a gastronomia como o festival do bacalhau onde este é confeccionado e apresentado em pratos diversos.

É também aí que se encontra o rancho folclórico onde quase todos os filhos e descendentes mais distantes dos portugueses aprendem a reconhecer as diversas danças regionais, os trajes, o que existe em cada região de Portugal. A maioria dos que participam ou já participaram do rancho dançando desde o Algarve ao Minho, incluindo ainda os Açores, reconhece a importância da manutenção da identidade cultural de seus antepassados através das associações, embora se sintam perfeitamente integrados na sociedade de acolhimento.

Importante também é a assinatura de diversos jornais portugueses e que estão à disposição dos associados, principalmente daqueles que têm interesse em saber as notícias da sua terra.

Do artigo sobre “As associações de imigrantes e a manutenção da identidade lusitana”, escolhemos aleatoriamente alguns depoimentos onde esperamos contribuir com uma pequena mostra do significado das associações para cada pessoa:

“O clube é como se fosse a nossa casa, se faz tudo com amor, com carinho por que é a continuação da nossa vida...” (esta frase é de um português já reformado e que durante a tarde vai ao clube – sede centro – para o jogo da sueca com outros compatriotas):

“... gosto do ambiente... estou no Rancho desde os 5 anos de idade” (a depoente é uma jovem universitária).

“Sinto orgulho de ser português... é importante que a comunidade saiba quem foram os portugueses, que conheçam a cultura, a gastronomia...” (este entrevistado é sócio-proprietário de uma das maiores agências de viagens da região e já teve, durante longo período, participação activa no clube).

“O pai sempre fazia comentários sobre a sua região em Portugal e sempre nos levava para o clube... mantive mais as tradições portuguesas do que pomeranas” (esta descendente, como tantos outros, é filha de pai português com mãe de outra etnia – mãe e filha integram o coral, sendo que a mãe é a atual diretora do Coral).

“Admiro muito os portugueses mais antigos... o jogo da sueca, a actividade mais tradicional” (este depoimento é de um jovem advogado que desde a infância participou do rancho e hoje, junto com seu pai, é responsável pelos campeonatos do jogo da sueca).

“... estar no Centro Português é manter viva as raízes dos avós, dos pais, do marido, das pessoas que nos antecederam... faço isso com muito orgulho” (esta

frase é de uma neta e esposa de português, com filhos nascidos no Brasil, actualmente responsável pelo rancho).

A espontaneidade dos depoimentos mostra que estar no clube, participar das actividades que lembram a terra natal dos pais ou mesmo dos avós, aprender a perceber os valores da cultura portuguesa, é algo importante.

Observando o que diz um dos entrevistados quanto ao jogo da sueca, convém salientar que este jogo é um elo muito forte entre o imigrante de primeira geração e que também originou o “Encontro das Comunidades do Cone Sul” que acontece anualmente, sendo que a cada ano em uma das cidades: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina). No ano de 2002 o encontro aconteceu em Montevideu com a participação, também, das cidades de Montenegro e Ijuí através de seus grupos folclóricos. O “Centro Português 1.º de Dezembro” sagrou-se campeão no jogo da sueca com a premiação do 1.º, 2.º e 3.º lugar.

Quanto à afirmativa de que “sente orgulho em ser português” vale fazer referência sobre o que é ser português numa sociedade que embora os acolha bem, ainda aponta para uma discriminação diante de factos históricos como, por exemplo, a escravidão. Isto quer dizer que filhos de portugueses, em escolas brasileiras, às vezes não se sentem totalmente a vontade ao revelarem a sua origem. Porquê? Porque ainda existe, em alguns meios académicos, a identificação do português como colonizador e explorador da terra que descobriu, a dominação sobre a mão-de-obra escrava, a figura das anedotas, levando o adolescente ao constrangimento.

O Centro Português mantém um grupo de associados de 2 500 sócios, com cerca de 350 a 400 portugueses e descendentes de segunda e terceira geração.

A grande maioria dos associados são descendentes mais distantes ou pertencem a outras etnias, ou melhor, a uma mescla de etnias. O que isso quer dizer? Muitos portugueses acabaram por casar com pessoas de outras etnias, criando um círculo de amizades diferente e obviamente os filhos recebendo influência de outras culturas na sua educação. Factos dessa natureza resultam num interesse natural de que os filhos participem na vida do clube e que vivenciem aquelas actividades deixadas além-mar mas que a saudade trás ao presente (exemplo da filha que a mãe é pomerana entre tantos outros que poderiam ser registados).

Convém registar que na maioria dos casos os filhos acompanham os pais nas actividades do clube até à juventude, tanto no rancho, como nos jogos, no coral (com repertório de músicas do folclore português) e nas diversas representações. Quando é altura de ingresso na Faculdade e o início de uma carreira, permanecem afastados durante alguns anos, mas quando casam e vêm os filhos retornam ao clube para que estes conheçam as origens dos seus antepassados.

Como salienta a “Associação de Imigrantes” – Câmara Municipal de Loures, “(...) estas Associações têm duas principais funções, por um lado a conservação e a transmissão da sua cultura de origem por forma a manterem a sua identidade social e cultural, e por outro lado, a promoção da sua integração social e a participação cívica na sociedade civil”²⁹.

Os inúmeros projectos desenvolvidos pelo Centro Português, enquanto instituição, têm contribuído para além de matar a saudade de seus imigrantes e descendentes, também dado a conhecer às demais etnias o que é ser português, qual a sua identidade cultural. Sem esquecer o forte entrelaçamento entre os outros povos que ocuparam o sul do Brasil e, ainda, que a administração do Clube, no período 2002/2004, não está a cargo de imigrantes de primeira geração ou descendentes de segunda geração, mas de brasileiros (descendentes mais distantes com mescla de várias etnias).

Quando se fala em mescla observa-se a perda da “identidade pura”, pois o processo de ‘aculturamento’ é uma constante como acontece por ocasião das festas de carnaval através das fantasias das diversas tituladas que representam o clube. No entanto, é importante ressaltar, que essas fantasias utilizadas para as festas do carnaval (festa tipicamente brasileira) recebem uma conotação muito especial quando as tituladas (rainha, princesa, garota lusitana) escolhem, como motivo, algo representativo da cultura portuguesa, não só para homenagear seus antepassados como numa prova de ligação com as origens lusitanas.

Como exemplo podemos citar as “garotas lusitanas” conforme segue:

- Bruna Rajão Frio (1998/1999) usou a fantasia “Com Certeza uma Casa Portuguesa”, mostrando a casa com o São José de Azulejo, as vinhas, as flores, além da música Casa Portuguesa;
- Jéssica Oliveira Tomberg (1999/2000) com a fantasia “Portus Cale, a Viagem do Coração”, representando os barcos chamados “Rabelos” que transportam o vinho do Porto das encostas do rio Douro para as caves do Porto;
- Vanessa Machado da Luz João (2000/2001) apresentou a fantasia “Madeira, Jóia e Jardim do Atlântico” com uma fantasia com muitas flores e o traje típico do arquipélago;
- Victoria Hoffmann Moreira (2001/2002) com a fantasia “Rainha Isabel – Vitória e Milagres do Amor”, que ao som da Canção do Mar, apresentou a todos a maravilhosa história do milagre das rosas.
- Louise Gadret Fernandes (2002/2003) com a fantasia “Vestida de Sol, as Jóias da Coroa”, mostrando as riquezas e obras de arte que contam grande parte da história lusa e, principalmente, enfatizando, na sua homenagem, a habilidade e criatividade dos famosos joalheiros portugueses, em Pelotas.

Dentro do Centro Português e incentivadas por seus pais, as garotas lusitanas realizaram uma homenagem aos seus avós com representações de algo tradicionalmente português, embora que dentro de uma actividade tipicamente brasileira como é o carnaval.

A rainha Rita de Cássia Costa Ribeiro de Almeida (1999/2000) com a fantasia “Brasil 500 anos, Terra de Samba e Pandeiro” prestou uma homenagem a Portugal no que refere aos descobrimentos, através de Carmem Miranda (portuguesa que se tornou um símbolo do samba no Brasil).

Ainda, Aline André Rodrigues, rainha 2000/2001, ao som da música “Lisboa Antiga” gravada por Tânia Ramos (directora do Rancho), encantou a todos com a fantasia “Saudades de Lisboa”, contando a história do período quinhentista quando do porto de Lisboa, centenas de naus com a bandeira de Portugal, foram ao encontro de novos mundos.

Também Karina Macedo Fernandes, rainha 2002/2003, foi destaque com a sua fantasia “A Bela das Belas – Uma História de Amor” referindo a época em que um grupo de jovens se une ao Mestre de Avis com o objectivo de combater Castela e manter a independência de Portugal. Durante o conflito, Rui de Vasconcelos conhece a bela Madalena Mendonça que passa a ser chamada a Bela das Belas, Rainha da Ala dos Namorados.

O carnaval em um clube originalmente português, apresentando uma identificação com a cultura portuguesa através de algumas fantasias, mostra que as identidades estão em mutação e sugere que o tema “o que é ser português em terra estrangeira” continua a ser um interessante objecto de estudo.

6. CONCLUSÃO

Como referimos em estudo anterior³⁰, os resultados obtidos através do desenvolvimento deste projecto permitiram-nos conhecer melhor alguns aspectos relativos à vida da comunidade portuguesa residente em Pelotas. Neste caso, a antiguidade do fenómeno emigratório português para o Brasil está patente no elevado número de inquiridos de nacionalidade brasileira e na identificação de uma parte significativa desta população com este país. Destaca-se, no entanto, a existência de uma nova vaga de emigração para este país registada no decurso da década de setenta após a revolução de 25 de Abril de 1974 e o processo de descolonização dos territórios africanos sob jurisdição portuguesa.

De destacar que parte significativa da população de Pelotas é de origem portuguesa e da região de Aveiro. Estes aspectos foram considerados na gemação entre as duas cidades. De facto, sendo o distrito de Aveiro conhecido de entre os demais distritos do continente pelo seu dinamismo económico e social, tem sido igualmente notado pela importância dos seus movimentos migratórios. Emigração e imigração cruzam-se neste cenário ribeirinho, outrora dominado pela forte emigração transoceânica que teve primeiramente no Brasil o principal porto de destino do emigrante português.

Razões históricas e culturais justificam a forte emigração portuguesa para este país antes de se terem encontrado novas alternativas à emigração transoceânica que desde o início do nosso século diversificou as saídas para outros países do continente sul americano e, especialmente, para a América do Norte. Pescadores e agricultores, letrados ou simples analfabetos oriundos das terras da “ria” ou das áreas montanhosas limítrofes, daqui saíram em períodos marcantes da emigração portuguesa dando origem a fortes comunidades hoje radicadas em diversos centros urbanos: nos E.U.A., no Canadá, no

Brasil, na Venezuela e mesmo na Argentina, destinos bem conhecidos do emigrante aveirense.

O incremento da emigração para a Europa, conhecida no decurso dos anos sessenta e setenta (séc. XX), embora contribuindo para enfraquecer aquele movimento transoceânico acompanhou a tendência global da emigração portuguesa na sua vertente intra-europeia. Daí a formação de novas comunidades portuguesas na Alemanha, em França, no Luxemburgo e modernamente na Suíça, países igualmente procurados por muitos cidadãos oriundos desta região ribeirinha.

Razões várias justificam a evolução deste fenómeno, dos tempos mais remotos à actualidade. Discuti-las não cabe no âmbito desta notícia. Contudo importa assinalar que sendo Aveiro uma terra marcada pelo desenvolvimento das suas actividades económicas, sofreu da mesma forma os efeitos da "míngua dos meios de subsistência" que conduziram ao "êxodo" de emigrantes isolados e de famílias inteiras, hoje radicadas em diversos países de imigração.

Reconhecer a sua existência e aprofundar os laços que os prendem ao seu país natal é uma responsabilidade actual. Diversos meios são utilizados para este fim. A divulgação da cultura portuguesas e o incremento da participação cívica podem favorecer a aproximação dos "cidadãos da diáspora" à "sociedade materna". E Aveiro, cidade reconhecida pelas suas tradições democráticas e liberais, tem uma responsabilidade acrescida em fomentar essa aproximação entre os que sentem o quotidiano da "bruma" que envolve o "pólipo" lagunar aveirense e os que, embora longe, não esquecem a luminosidade e a transparência das terras alagadas que identificam a paisagem da "ria de Aveiro". Paisagem que muitos aveirenses radicados em Pelotas procuram lembrar através do convívio promovido pelas associações, principalmente o "Centro Português 1.º de Dezembro". Esta instituição, além de representar com dignidade a terra portuguesa, é o centro principal para a manutenção dos valores culturais na cidade de Pelotas.

Mesmo distantes da sua terra, os portugueses procuram manter os hábitos e costumes na intenção de mostrar aos descendentes, e também à comunidade de acolhimento, que a cultura portuguesa não está sendo deixada para trás mas lembrada e valorizada apesar da saudade.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Maria Manuela (1987), *Política de emigração e comunidades portuguesas*, Porto: Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1982), *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985), *Atlas da emigração portuguesa*, Porto: Secretaria de Estado da Emigração – Centro de Estudos.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985), *Portugal: Perfil Geográfico e Social*, Lisboa: Livros Horizonte.

- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1986), *A emigração portuguesa no G. D. do Luxemburg*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1990), "L'émigration portugaise vue du Portugal: bilan des recherches" – "Immigration et enseignement du Portugais en Aquitaine", in *Les portugais en Aquitaine*, Bordeaux: CENPA-CESURB/Maison des Sciences de l'Homme de l'Aquitaine.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho; DOUDIN, P. A. (1998), *Trajectórias sociais e culturais e culturais de jovens portuguesas na Europa: questões multiculturais e de integração*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (2003), "Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania", in *População e Sociedade*, Porto: CEPESE-Centro de Estudos da População Economia e Sociedade (em publicação).
- BRANCO, Estelita de Aguiar (1991), *A Grande Tarefa: Processo e estratégias do imigrante português, estabelecido em Pelotas RS, na manutenção de sua identidade*, Porto Alegre: UFRGS (policopiado).
- Câmara Municipal de Loures (2002), *Associações de Imigrantes* [on line] www.cm-loures.pt/d, acesso em 03 de Fevereiro de 2002.
- FISS, Maria da Conceição Branco (1990), *A Influência Lusitana nos Prédios de Pelotas*, Pelotas (policopiado).
- FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto (1988), *Aspectos Gerais e História das Empresas de Pessoas de Origem Portuguesa, em Pelotas, na Década de 1980*, Pelotas (policopiado).
- FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto (2003), *A Imigração Portuguesa e as Associações como forma de Manutenção da Identidade Lusitana – Sul do Brasil*, in <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-27.htm>, acesso em 2003.
- FISS, Regina Lúcia R. S. Britto; POMBO, Carmen Regina Silva Matos (1999), "Aveiro – Pelotas: geminação e repercussões em estudo". *Boletim Municipal de Cultura*, XVI, n.º 34, Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- MARTINS, Oliveira (1956), "A emigração portuguesa", in *Fomento rural e emigração*, Lisboa: Guimarães e C^a. Editores.
- OSÓRIO, Fernando (1922), *A Cidade de Pelotas: Corpo, Coração e Razão*, Pelotas: Diário Popular.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- POMBO, Carmen Regina da Silva Matos (1986), *A Imigração Portuguesa em Pelotas no Século XX*, Pelotas (policopiado).
- POMBO, Carmen Regina da Silva Matos (1990), *Confeitaria Nogueira, uma doce lembrança*, Pelotas: Diário Popular Ed. Centenária.
- ROSA, Mário (1985), *Geografia de Pelotas*, Pelotas: Ed. da UFPEL.
- SERRÃO, J. (1976), *Testemunhos da emigração portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, J. (1977), *A emigração portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte.

NOTAS

- 1 SERRÃO, 1977.
- 2 MARTINS, 1956.
- 3 PEREIRA, 1981: 29.
- 4 SERRÃO, 1976: 94.
- 5 ARROTEIA, 2003.
- 6 ARROTEIA, 1986; ARROTEIA, 1990: 137-163; 165-181.
- 7 ARROTEIA e DOUDIN, 1998.
- 8 ARROTEIA, 2003.

- 9 FISS e POMBO, 1999: 1-110.
10 POMBO, 1986; POMBO, 1990.
11 BRANCO, 1991.
12 FISS, 1988.
13 FISS, 1990.
14 ROSA, 1985: 192.
15 POMBO, 1986: 24.
16 FISS e POMBO, 1999.
17 FISS e POMBO, 1999.
18 FISS e POMBO, 1999: 12.
19 OSÓRIO, 1922: 161.
20 OSÓRIO, 1922: 161.
21 FISS, 1988: 44-71.
22 FISS e POMBO, 1999.
23 POMBO, 1986: 41.
24 FISS e POMBO, 1999: 90.
25 FISS e POMBO, 1999: 92.
26 FISS, 2003.
27 Habitante do Rio Grande do Sul, dedicado à vida pastoril e perfeito conhecedor das lides campeiras. Inicialmente homem sem domicílio certo, que andava de estância em estância, trabalhando em serviços que fossem executados a cavalo. (Existem centenas de hipóteses a respeito da origem da palavra gaúcho, que, apesar dos esforços dos pesquisadores, continua envolta em denso mistério).
28 FISS, 2003.
29 Câmara Municipal de Loures, 2002.
30 ARROTEIA, 2003.

PELOS LOGRADOUROS CARIOCAS: UMA PERSPECTIVA DA IMIGRAÇÃO GALEGA NO RIO DE JANEIRO

Érica Sarmiento da Silva

DE NORTE A SUL: ESPANHÓIS E GALEGOS NO BRASIL

Entre os anos de 1880 e 1930 chegaram ao Brasil mais de 500 mil emigrantes espanhóis. O período coincide com a emigração subvencionada no Estado de São Paulo, quando os grandes fazendeiros necessitavam de braços para trabalhar nas lavouras de café. Apesar de a emigração dirigida ser a de maior peso, a chegada de milhares de galegos que emigraram por conta própria também teve um peso significativo em várias cidades brasileiras, como Santos (São Paulo), Salvador (Bahia) e Rio de Janeiro. A chamada emigração espontânea coincidiu com a emigração dirigida, já que a maior concentração de galegos chegou ao Brasil no final do século XIX e começo do século XX (não podemos esquecer que além dos motivos de atração pelos países americanos, também existiram fatores que provocaram a saída do país de origem). Segundo os dados extraídos da *Revista de Imigração e Colonização*, do período que abrange desde o ano de 1884 a 1939, havia o seguinte número de espanhóis no Brasil:

Tabela 1: Ano de chegada e número de espanhóis no Brasil

ANO DE CHEGADA	NÚMERO DE ESPANHÓIS
1884-1893	103 116
1894-1903	102 142
1904-1913	224 672
1914-1923	94 779
1924-1933	52 405
1934-1939	4 604
Total	581 718

Fonte: *Revista de Imigração e Colonização*, ano V, n.º 3, Setembro de 1944.

Os anos de maior registro foram entre 1904 e 1913, períodos auge das plantações de café em São Paulo. Décadas mais tarde, com a queda desse produto e com o panorama internacional envolvido pela Grande Guerra e a crise de

1929, o contingente espanhol que engrossava os dados estatísticos reduziu significativamente. Era o fim da emigração subvencionada. Quem quisesse emigrar teria que custear do próprio bolso. Isso significava que aqueles emigrantes (uma grande parte jornalheiros andaluzes) que viam no pagamento da passagem pelo Governo brasileiro a única oportunidade para sair do seu país, teria que abdicar desse objetivo, caso não tivesse condições de pagar os gastos mínimos de uma viagem. Só a emigração espontânea poderia seguir o caminho rumo ao Brasil. Diferentes oportunidades apareciam além dos trabalhos nas zonas agrícolas. Foi então que outros emigrantes preferiram arriscar as suas economias, arrendar suas terras e buscar trabalho nos centros urbanos em expansão. Dentro do esquema da emigração espontânea, partiram muitos galegos, optando pelas cidades, por um novo cenário completamente distinto das pequenas aldeias. Para eles, a vida rural não se repetiria, o futuro promissor estava na cidade.

Assim sucedeu não só com os galegos que foram para o Rio de Janeiro, mas também com aqueles que escolheram outros destinos como Salvador, Belém (Pará), Santos ou a cidade de São Paulo. Na Bahia, os galegos, a maioria procedente de municípios pontevedreses de Pontecaldelas, Fornelos de Montes e A Lama, predominaram nos setores do comércio de alimentos e bebidas, os chamados secos e molhados, substituindo os portugueses, que até o século XIX eram predominantes neste ramo comercial. A comunidade galega em Salvador criou um modelo de trabalho, onde o clientelismo fez submergir a condição de classe e para participar desse modelo era preciso reconhecer-se de forma definida como membro do grupo e criar as bases para a ascensão da sociedade galega¹. Os vínculos de dependência entre o emigrante recém-chegado e o já estabelecido encontram-se tanto nas relações de trabalho como nas pessoais. O patrão – o galego que empregava, dependia do seu patrício, o galego que trabalhava – e essa dependência criava uma troca de favores que vinha misturada com um clima de afetividade, de família, mas ao mesmo tempo de exploração do recém-chegado, que sem conhecer ninguém, confiava no *paisano* que lhe oferecia um trabalho e os primeiros apoios.

A corrente imigratória espanhola que chegou a Belém e Manaus, no norte do Brasil, foi quase toda formada por galegos. O trajeto Vigo-Belém-Manaus foi percorrido por milhares de pessoas que se empregaram na construção da linha de trem Madeira-Marmoré, nos centros urbanos ou nas colônias. O governo brasileiro, nos primeiros anos do século XX, recrutou, de forma espontânea, trabalhadores para a construção de uma linha ferroviária que unisse as povoações de Madeira e Marmoré (fazia parte de um acordo com a Bolívia para permitir que esse país pudesse ter uma saída para o mar). Devido às condições precárias dos acampamentos, à falta de apoio do Governo aos trabalhadores e às doenças tropicais muitos emigrantes morreram e outros se dirigiram às cidades. Mais uma vez o Governo não cumpriu suas promessas para com os emigrantes.

Na capital do Estado do Pará, Belém, existiu um importante núcleo de galegos, a maioria procedente de Ourense. A princípio haviam emigrado com o intuito de trabalhar nas áreas agrícolas, fazendo parte de um plano de coloni-

zação do governo. Fracassado o plano, esses galegos decidem abandonar a zona rural e se deslocam para a cidade. Os setores profissionais em que mais atuaram esses emigrantes foram os de bares e hotéis, também se dedicando uma parcela menor a indústrias de calçado, comércios de padaria e casas de comida².

O Estado de São Paulo foi o que mais recebeu espanhol e conseqüentemente galego. Nos bairros da Mooca, Brás e Belenzinho (cidade de São Paulo) estava concentrada uma grande parte do contingente imigratório. No mercado de trabalho atuaram principalmente como canteiros, padeiros, sapateiros, empregados domésticos, vendedores ambulantes, entre outros ofícios. Também estiveram presentes no setor terciário, como ocorreu nas outras cidades brasileiras, no pequeno comércio, cafés, bares e hotéis³. A imagem do espanhol em São Paulo também vem associada aos movimentos operários, às greves e às expulsões. Não é à toa que em uma parte dos processos de expulsão analisados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 42% era de espanhóis/ galegos que viviam no Estado de São Paulo. Aí estiveram também os italianos, uma comunidade muito representativa no que diz respeito aos movimentos operários nesse Estado. Um caso de expulsão na cidade de Santos por anarquismo foi o do galego, natural de Ourense, Miguel Garrido. Quando expulso, Miguel já tinha 39 anos e trabalhava como pedreiro. No seu depoimento se declarou “*um anarquista convicto e militante, não tendo constrangimento em confessá-lo*”. O “não constrangimento”, segundo as palavras do acusado, em admitir ser anarquista funciona como uma reafirmação e um desafio frente a um sistema político altamente repressivo, que castigava qualquer emigrante que se manifestasse politicamente ou simplesmente que aparecesse em greves e manifestações operárias. Miguel Garrido não só liderava comícios em praças públicas, como também participava de um jornal revolucionário, publicado em São Paulo capital, chamado *A Plebe*. As testemunhas do processo, 4 brasileiros e 1 português, dono de um comércio, fizeram questão de frisar que Miguel era um “elemento perigoso”, que pregava a violência contras as classes conservadoras. O medo que esses estrangeiros provocavam na burguesia, por incitarem os trabalhadores a reivindicar seus direitos, transformava-os em elementos perigosos, que ofendiam a moral e os bons costumes do povo brasileiro. Eram tempos em que os operários e os trabalhadores em geral não tinham nenhum direito, viviam baixo as condições dos patrões e sem nenhuma proteção do governo⁴.

A partir de 1934 a situação tornou-se desfavorável para aqueles estrangeiros que viam no Brasil o início da sua prosperidade. Neste mesmo ano, o Governo Getúlio Vargas (ainda não estava constituída a ditadura, o que seria o Estado Novo) criou o regime de cotas, ou seja, só podia entrar no país o equivalente a 2% de cada nacionalidade já estabelecida no Brasil. O decreto de 12 de Dezembro de 1930 limitava a entrada de emigrantes (somente aqueles de terceira classe) e os estrangeiros eram vistos como uma ameaça pelos nacionais, devido ao panorama de desemprego e crise que atravessava o país. Aliás, desde que o Brasil passou a ter um regime republicano vários foram os incentivos a entrada de emigrantes, mas também muitos foram os discursos racistas

e o veto a vários “tipos” de estrangeiros que não se encaixavam no perfil adotado pelo Estado. A própria revista de Imigração e Colonização, na década de 40, está repleta de artigos preconceituosos que colocam o estrangeiro na categoria de um simples braço. Nesse período havia uma imagem do emigrante ideal, que era o agricultor, o operário ou o técnico qualificado.

“Constatamos através do discurso oficial (...) um processo de desumanização do imigrante, tratado como um objeto, um elemento portador de características que podem ou não interessar ao país receptor. Esta desumanização torna-se evidente quando percebemos os termos acionados constantemente para designar o imigrante: alienígena; bom ou mau elemento; desejável ou indesejável; reprodutor”⁵.

O governo de Getúlio Vargas via as minorias étnicas como algo extremamente perigoso para o Brasil e por isso implantou políticas de assimilação para os emigrantes, principalmente para as colônias alemãs do sul do país. Acreditavam que aqueles emigrantes que preservavam sua cultura através de associações ou de escolas deveriam ser rapidamente assimilados e nacionalizados para que não impusessem aos brasileiros seus hábitos e sua cultura.

“O presidente Getúlio Vargas, mostrando a importância da política sistemática de nacionalização, que seu governo adotou: entre as medidas de efeito imediato, e mais relevante refere-se à obra de nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões, onde o fluxo de colonização estrangeira poderia criar, no curso do tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos, tradições e modo de ser peculiares a outras raças”⁶.

Necessitava-se da presença do emigrante, não só como mão-de-obra, mas também para uma política de branqueamento que sempre esteve mascarada por detrás do discurso de que no Brasil se convivem cordialmente todas as raças. Um país feito só de negros não podia evoluir, era necessário subir os escalões da civilização e atrair emigrantes brancos que pudessem contribuir para que população fosse “clareando” gradativamente a cor de pele com a miscigenação. Assim pensava a elite, acompanhando as teorias evolucionistas da época, querendo importar idéias que não condiziam com a realidade brasileira. Sem querer entrar mais a fundo na questão do racismo, é verdade que alguns emigrantes podiam ser mais bem-vindos que outros, segundo o discurso da intelectualidade da época e segundo o momento político em que vivia o país. Segundo Elena Pájaro Peres, no seu já citado artigo, “na década de 30 e 40 se condenou a imigração de judeus e de japoneses considerados como elementos inassimiláveis e perigosos para a segurança nacional. Dava-se preferência aos imigrantes de origem latina: portugueses, italianos e espanhóis, por serem vistos como os mais próximos culturalmente, além de mais assimiláveis. Recusava-se o negro e, muitas vezes, o alemão”⁷. Contraditoriamente, os portugueses viveram

um período de rejeição pela sociedade brasileira, quando no começo da República eram acusados de monárquicos, de exploradores e simbolizavam todo o mal que representou a colonização.

RIO DE JANEIRO: A OUTRA CARA DA “CIDADE MARAVILHOSA”

O Rio de Janeiro, durante a primeira década Republicana (a partir de 1889), viveu uma fase radical de profundas transformações de natureza econômica, social, política e ideológica. Todas essas transformações estão estreitamente ligadas à migração de escravos libertos da zona rural para urbana, a intensificação da imigração e as melhorias nas condições de saneamento⁸. Com a Abolição da Escravidão (1888), milhares de negros foram “jogados” nos centros urbanos, sem nenhuma política educativa que pudesse integrá-los à sociedade. Essa massa despreparada juntou-se ao contingente de subempregados e desempregados, engrossando as fileiras de pessoas com ocupações mal-remuneradas.

A cidade começou a crescer de forma contínua. Suas ruas e avenidas despontavam em um rápido ritmo, surgiam os novos transportes como o bonde e o automóvel, apareciam os bancos e as indústrias. A demografia carioca também apresenta importantes transformações em sua estrutura populacional, com a chegada de centenas de migrantes rurais e o aumento da imigração. A população do Rio, em 1870, se limitava a 235 381 pessoas, já em 1890 contava com 522 651 e 15 anos depois em 1906 eram 811 443 os que habitavam a “cidade maravilhosa”. A população continuou aumentando desenfreadamente e em 1920 a cifra chega a 1 157 873⁹. Junto com esse crescimento aparecem as epidemias de varíola, peste e febre amarela. As enfermidades contaminam as zonas mais pobres da cidade, onde se aglomeram os prostíbulos e os cortiços. São as duas caras de um Rio de Janeiro que se desenvolvia ignorando as classes populares. Era necessário reformular a cidade, modernizá-la, segundo os conceitos e as reformas vista por uma elite, por uma burguesia que só favorecia a sua própria classe e ignorava as camadas sociais que faziam parte desse entorno. Dentro desse contexto, a imigração se intensifica, acompanhando a transição para uma ordem capitalista de uma sociedade constituída por uma massa de ex-escravos analfabetos e despreparados. O aumento do custo de vida era agravado pela chegada dos estrangeiros. Ampliava-se a oferta de mão-de-obra e a luta pelos escassos empregos disponíveis¹⁰.

Nos primeiros anos do século XX, no governo do prefeito Pereira Passos houve uma reestruturação da cidade do Rio de Janeiro, em todos os sentidos. Era necessário modernizar o país, começando pela capital. Fazer das suas ruas um espaço digno de se viver, seguindo os padrões europeus. Remodelar a cidade significava destruir o que não fizesse parte esteticamente do cenário de beleza que a elite desejava criar para o convívio, supostamente, de todos. As camadas populares que habitavam as áreas centrais da cidade, onde estava localizado o comércio e a maioria dos empregos foram as primeiras a serem afeta-

das com todas as mudanças. O conceito de civilização incluía todos os habitantes e era necessário seguir os padrões estabelecidos pela modernidade. Para isso, foram destruídos os cortiços, as estalagens, todas as moradias baratas que “entupiam” as ruas, enfeavam o cenário e que não combinavam com o planejamento urbano idealizado pelos engenheiros e políticos da época. A população de baixa renda foi a mais afetada, tendo que se deslocar para a periferia, criando novos bairros, ou permanecendo nas pensões ou cortiços que resistiam às reformas urbanísticas.

Os emigrantes não estavam livres de serem excluídos da sociedade carioca. Na nova ideologia do trabalho os estrangeiros não poderiam ser esquecidos, já que constituíam, neste momento mais de 20% da população carioca. Na constituição Republicana de 1891, foram mencionados casos de expulsão a qualquer estrangeiro que ameaçasse a segurança nacional, como, por exemplo, através da manifestação na imprensa e o direito de representação de livre associação. Aqueles que estivessem participando em jornais anarquistas e em movimentos ou associações operárias seriam expulsos do país. Em 1907, a lei de expulsão de estrangeiros, conhecida também como “a lei dos indesejáveis” concretizou este quadro com a obrigatoriedade de deportar todos os indivíduos improdutivos (vagabundos bêbados, desempregados) e também os que exerciam atividades ilícitas (cáfens e ladrões comuns)¹¹.

Manoel Sánchez foi um desses emigrantes que retomaram o caminho da casa da forma menos desejada. Expulso em 1907, a bordo do vapor “Brasileño” com destino a Barcelona, esse emigrante da província de A Coruña foi acusado por dois funcionários públicos de ser “um vagabundo incorrigível”¹². Segundo os depoimentos das testemunhas, o emigrante não tinha domicílio certo e vivia alcoolizado pelas ruas da cidade “provocando desordem”. Conclusão: Manoel Sánchez era um mendigo, não tinha nem onde morar, nem onde trabalhar. Dormia ao relento ou nas casas em construção. Aos 45 anos de idade, Sánchez se vê obrigado a voltar para a Galiza, com uma idade já avançada, com uma família a sua espera (era casado) e na condição de criminoso. O crime desse emigrante para as autoridades da época era o fato de não ter casa e perambular pelas ruas embriagado. Sánchez não teve defesa, ninguém se importou com a sua condição e a palavra final do processo ficou gravada autoritariamente: expulsão. Sem dúvida um triste retorno que demonstra umas das muitas caras da imigração.

Imigrantes criminosos também existiam e expulsões justas também, mas sobram casos como o de Manoel Sanchez que, saindo da sua terra, como tantos outros, possivelmente não buscava mendigar pelas ruas do Rio de Janeiro, mas acabou caindo na marginalidade, no alcoolismo e no grupo dos “indesejáveis” do Rio do começo do século XX.

Não ausente de tudo o que estava acontecendo, a imprensa carioca denunciou a situação daqueles emigrantes que não pertenciam a esse novo conceito de cidade moderna e civilizada:

“A travessa do comércio ostentou ontem à noite o mesmo triste espetáculo (...) Dezenas de imigrantes espanhóis e italianos ali procuravam abrigar-se e passar a noite em promiscuidade e abandono que quaisquer que sejam as causas é deprimente para a administração pública. Acreditemos que eles não têm direito ao acolhimento nas hospedarias do Estado, nem razão justificada para se queixarem da falta de ocupação, mas a sua vagabundagem e a sua miséria, ainda que merecida, não podem continuar daquele modo sem grave responsabilidade dos poderes públicos. Dêem-se lhes agasalhos, ou permita-se-lhes que voltem aos países de onde vieram ainda mesmo com o sacrifício do Estado. Os interesses da boa imigração são muito mais importantes do que os motivos regulamentares que possam explicar e até justificar o abandono daquela gente”¹³.

Notemos que ao mesmo tempo em que o jornal pede que as autoridades se responsabilizem por esse emigrantes, julga-os como mercedores da sua situação de vagabundagem e de miséria. Dentro da emigração não só de espanhóis, mas de um modo geral, o emigrante deixava a sua família, a sua pátria na intenção de progredir, de buscar melhorar a sua condição sócio-econômica. A imagem do emigrante como um trabalhador, fazendo parte do mercado brasileiro, está muito mais vinculada à realidade, aos objetivos da emigração, do que, como queriam alegar as autoridades brasileiras ou alguns meios de comunicação da época, a livre escolha do estrangeiro pela mendicância e pela miséria. O mais lógico é pensar que alguém que deixa a sua pátria e a sua família, seja por motivos políticos ou econômicos, não escolheria por vontade própria estar vivendo pelas ruas de um país estrangeiro. O mais provável é que fatores externos, como o custo de vida, a falta de oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a falta de apoio das autoridades brasileiras levassem esses estrangeiros a caírem na marginalidade. O Rio de Janeiro, que tanto acolheu os emigrantes, também viveu seu momento de desconfiança dos estrangeiros e nesse período vários galegos acabaram sendo obrigados a cruzar o oceano, expulsos ou repatriados, sendo culpados por não ter nem onde dormir nem onde trabalhar.

Não trabalhar, numa ex-sociedade de escravos era crime de expulsão. O português João Galego¹⁴ foi expulso devido a sua condição de *vagabundo*. As autoridades brasileiras o mandaram direto para Lisboa no vapor “Nile” no dia 25/06/1907. Como tantos outros processos de expulsão, esse foi mais um que apresentou duas faces: ao mesmo tempo que ofereceu dados acerca da imigração, também mostrou a obscura cara do cenário das ruas do Rio. Se por um lado, conseguimos desvelar uma parte da vida dos emigrantes galegos e portugueses indesejáveis do Rio de Janeiro, por outro percebemos que esses personagens não se manifestavam, não tinham voz e nenhum direito à defesa. Curiosamente, João Galego, ao ser “um vagabundo incorrigível”, não ter uma profissão ou ofício com que ganhasse a vida honestamente, não teve direito sequer a declarar, nem ter um advogado. Só conseguimos saber que era um emigrante jovem de 24 anos, trabalhava como pedreiro e era casado (a esposa devia estar em Portugal). As demais informações recolhidas foram fornecidas pelas únicas testemunhas do processo: dois funcionários públicos que incriminavam o por-

tuguês acusando-o de vagabundo e também de tentativa de assassinato. Outro dado curioso dos depoimentos: ambos declararam que o português se relacionava com uma mulata, inclusive sublinham com caneta vermelha a palavra mulata. Porquê? Em que podia interferir a relação do português com uma mulata brasileira com a sua condição de criminoso? Está claro que as acusações morais também estavam a ordem do dia. Não queremos e não pretendemos, através de adivinhações ou interpretações mal-sucedidas, falsear os depoimentos do processo, mas sim perceber o que pode haver detrás das suas entrelinhas. Estamos diante de um processo sem defesa, sem declaração do próprio acusado e com observações pessoais que não se relacionavam com o seu crime ou suposto crime.

Já vimos que há diversas opiniões em diferentes momentos quanto à entrada dos estrangeiros no Brasil. Independente das teorias prós ou contra a emigração, os emigrantes entraram no porto carioca. A população da cidade ia se formando por ex-escravos, por migrantes de outras zonas do Brasil e por estrangeiros. Em 1920, mais de 20% da sociedade carioca era estrangeira. No censo de 1906, dos 210 515 imigrantes, 133 mil eram portugueses, 25 557 italianos e mais de 20 mil eram espanhóis. No censo de 1920 o quadro se repete com os espanhóis mantendo o terceiro lugar como contingente imigratório no Rio¹⁵.

GALEGOS PORTUGUESES OU PORTUGUESES GALEGOS?

“Meu caro amigo, pergunta-me v. o que pensam os jacobinos da Galiza espanhola e dos gallegos quando chamam os portugueses de gallegos. (...) A Galiza é uma terra rude e forte de Espanha, que dado homens de alta inteligência à política e à literatura, ao demais, qual espantosa de capacidade de trabalho em comparação com as outras províncias do reino de Alfonso XIII...”¹⁶.

No ano de 1921, um dos mais importantes jornalistas da sociedade carioca do começo do século XX, João do Rio, demonstrava conhecer perfeitamente as diferenças entre os imigrantes galegos e os portugueses. Na seção *Bilhete*, do jornal *A Pátria* do dia 15 de Fevereiro de 1921, expressava a sua indignação por confundirem os portugueses com os galegos. A carta, endereçada a um tal A. Martínez, galego da cidade de Tui, localizada na província de Pontevedra, estava cheia de enfados em relação aos brasileiros, acusados pelo escritor de serem “*uma pilhéria de almofadinhas, que querem humilhar o trabalho dos outros*”. O jacobinismo, movimento antilusitano, era contestado pelo jornalista, que defendia a imagem do português – e de quebra a do galego – como símbolo da honestidade e do trabalho. Ambos emigrantes eram dignos de admiração pelas suas qualidades de descobridores, colonizadores e, principalmente, o que se via no dia-a-dia nas ruas do Rio de Janeiro: o esforçado e honrado trabalhador, que não renuncia a horas de trabalho árduo para conseguir seus objetivos:

“Quando os jacobinos chamam os portugueses de gallegos, ofensivamente devem partir primeiramente da idéia de que é humilhante trocar a pátria de alguém. Se chamarem a um brasileiro de argentino, ele não fica contente, apesar da Argentina ser uma grande nação sul-americana. Se chamarem V. de turco. V. Martínez de Tuy, V. fica furioso”.

Parece ser que essa imagem positiva que quis passar o autor não tinha muito a ver com a realidade das ruas cariocas. A palavra “galego”, dirigida aos emigrantes portugueses não era nada agradável. A nobreza do trabalho árduo, do esforço máximo para economizar cada níquel ganho no país emigrado, era substituída pelas classes populares com adjetivos como “galego sujo”, sem escrúpulos, mesquinho, burro-de-carga ou avarento. O “galego” era aquele emigrante, normalmente o português dono de botequim ou de pensão, que estava em contato direto com as classes mais baixas da população e que para conseguir ascender economicamente não poupava meios, roubando a clientela, vendendo produtos de pior qualidade ou vivendo em condições precárias para juntar a sua sonhada fortuna.

O pequeno comércio se tornou alvo de pressão das camadas populares. A população passou a reclamar mais dos comerciantes e de suas práticas fraudulentas e da qualidade dos alimentos. Por outro lado, os comerciantes passaram a exigir um melhor serviço de infra-estrutura urbana, principalmente água e luz, e mais respeito e eficácia nas ações policiais contra àqueles que agrediam seus negócios, enquanto os empregados de comércio pediam a mediação do Estado nos conflitos trabalhistas com seus patrões que envolviam o não pagamento de salários, maus tratos e demissões injustificáveis¹⁷. Cada um se defendia como podia, o consumidor era vítima do alto custo de vida e culpava os pequenos comerciantes pelas subidas de preço, esses para atingir seus lucros se defendiam à base de fraudes, descontando em cima da população; e os empregados não contavam com leis trabalhistas que o defendessem dos abusos dos patrões. Um panorama caótico, onde o Estado ficava de fora, observando de longe como o povo, sem meios educacionais e sem perspectivas de melhoras, se engalfinhava e cobrava seus direitos na mercearia ou no botequim do português.

Recorrendo à literatura, dessa vez com Aluísio de Azevedo, no romance *O Cortiço*, encontramos a figura de João Romão, o dono do cortiço, o estereótipo do português, ignorante, sempre com seus inseparáveis tamancos, cujo único objetivo é conseguir, ademais de acumular riqueza à custa dos moradores do cortiço, de ser reconhecido socialmente. Num episódio do romance, onde uma brasileira e uma portuguesa travam uma luta corporal pelo amor de um mesmo homem – outro português chamado Jerônimo – aparece mais uma vez a palavra galego como marca da emigração lusitana:

“Dois partidos todavia se formavam em torno das levantadoras; quase todos os brasileiros eram por Rita e quase todos os portugueses pela outra (...)

E as palavras *galego* e *cabra* cruzaram-se de todos os pontos, como bofetadas (...) Ouviram-se num clamor de pragas e gemidos, vivas a Portugal e vivas ao Brasil”¹⁸.

O termo *galego* acabou chegando ao Brasil pela boca dos próprios portugueses. Parece que o feitiço virou contra o feiticeiro e os galegos, desta vez os originários da Galiza e não os “galegos do Minho”, involuntariamente “cederam” a sua identidade para que os portugueses fossem insultados pelos brasileiros. Os galegos, antes de emigrarem para o Brasil de forma massiva, já conheciam os domínios lusitanos. Dirigiam-se, principalmente, para as cidades de Lisboa e Porto, exercendo ofícios de carregadores ou ambulantes ou trabalhando nos serviços domésticos e nos pequenos comércios. O país vizinho não representava só uma oportunidade de trabalho, mas também posteriormente, uma saída para o mar, cobiçada pelos que viajavam clandestinamente, fugindo das obrigações militares. Os portos portugueses presenciaram a despedida de milhares de emigrantes galegos. A emigração era conhecida pelas autoridades galegas, que se preocupavam com a escapada em massa da população masculina. Em 1838, o Governador da província de Pontevedra, fronteira com Portugal, informou ao capitão geral da Galiza que *“las relaciones de los naturales de la provincia de Pontevedra con sus vecinos del Reino de Portugal son comparativamente mayores que las de ninguna otra provincia limítrofe, hasta el punto de que se puede asegurar sin exageración que de alguno de los partidos de esta provincia apenas quedan jóvenes que no vayan a ganar la vida a Portugal”*¹⁹. A pressão fiscal numa sociedade baseada no minifúndio, os sistemas hereditários que parcelavam as pequenas propriedades, a falta de perspectiva de trabalho, unidos a um recrutamento militar severo, obrigavam os jovens galegos a emigrarem para Portugal já antes de traçarem seus destinos para o Brasil.

No Jacobinismo²⁰, o movimento antilusitano estreitamente vinculado à recém-consolidada República brasileira e formado por grupos republicanos que pertenciam às camadas médias urbanas emergentes, utilizava-se a expressão *“galego vai para tua terra!”*, como uma forma de rechaço à população portuguesa que, além de ter a sua postura política associada ao monarquismo, também provocava a inimizade dos nativos devido ao monopólio de muitos setores do pequeno comércio da sociedade carioca, estreitamente ligados às classes baixas, como pensões, bares e botequins ou padarias. Está claro que a palavra “galego”, nesse contexto, nem se relacionava aos indivíduos originários da Galiza, nem tinha uma conotação positiva.

Segundo o artigo de Jorge Fernandes Alves²¹, a semelhança lingüística e comportamental entre os galegos e os portugueses do Norte, deram a estes últimos o apelido de “Galegos do Minho”. O perfil social dos dois emigrantes (de diferentes países, mas a fronteira, nesse caso, parece estabelecer unicamente uma diferença política e não cultural) está vinculado à imagem de trabalhador, daquele que se dedica aos ofícios mais brutos e desprezados pela sociedade, o

burro-de-carga, o que economiza qualquer níquel para voltar para sua terrinha ou para abrir um pequeno negócio, um armazém, uma padaria ou um botequim, onde pudesse ascender social e economicamente.

A organização do mercado de trabalho nas principais cidades portuguesas no século XVIII, formada pela emigração galega não esteve no ponto de mira de cronistas e viajantes que estiveram no Brasil no mesmo período. Uma curiosa comparação entre os galegos e os trabalhadores negros transportadores de café do porto do Rio de Janeiro ficou registrada nos escritos de viagem de Sir. Henry Chamberlain, no começo do século XX:

“Os negros carregadores do Rio, entretanto, ou não são tão fortes, ou não são tão desejosos de usar a sua força, tal como os trabalhadores *galegos em Lisboa*, dos quais não encontram dificuldades para carregar uma pipa de vinho, enquanto menos de oito dos primeiros não tentarão suspender uma”²².

As semelhanças entre portugueses e galegos também foram registradas em outros estados brasileiros, como Pará e Bahia. Na Bahia, os galegos que emigraram no final do século XIX trabalharam nos pequenos comércios, nos chamados armazéns de secos e molhados, que antes eram ocupados pelos portugueses. A população baiana, que anteriormente estava contra os portugueses, passa a ver os galegos como uma concorrência no mercado de trabalho, ocupando lugares que deveriam ser da população nativa²³.

No caso do Pará, nas últimas décadas do século XIX, os portugueses também atuavam majoritariamente no setor do comércio e indústria, principalmente no comércio retalhista. Os brasileiros, neste Estado, também viam os portugueses como concorrentes em um mercado de trabalho que oferecia poucas oportunidades. As rixas chegaram a tal ponto que os nativos questionaram a validade da livre concorrência, exigindo a nacionalização do comércio de retalhos, controlado em grande parte pelos portugueses. A alta classe mercantil paraense utilizava os veículos de comunicação para fazer voz de seus argumentos antilusitanos e utilizar de calúnias e afrontas verbais que reclamavam contra “*os galegos infames que chegando aqui sem vintém, sem ofício nem benefício, compram logo fiado uma taberna, assinam muitas vezes letras, sem saberem o que assinam, e depois para pagarem, andam roubando aqui e acolá*”²⁴. Os portugueses no Pará também recebiam a denominação de galegos.

No Rio de Janeiro, como já foi explicado nos parágrafos anteriores, o sentimento antilusitano foi acentuado com o início da República, com a imagem de uma cidade em expansão e ávida pelos símbolos da modernidade, que queria se livrar da imagem da monarquia portuguesa e que passava por transformações urbanísticas que atingiram negativamente as camadas mais baixas da população, entre elas muitos emigrantes europeus. No setor industrial carioca do começo do século XX, 50% do proletariado era constantemente alimentado pela imigração, proveniente principalmente de Portugal. Segundo o censo de 1890, 30% da população da cidade era composta por estrangeiros. Destes

estrangeiros, 70%, ou seja, 106 461 eram portugueses, que atuavam fortemente em alguns setores da população, como o artesanato (representavam 40%), empregados de comércio (51%) e empregados dos transportes (53%). O anti-lusitanismo português no Rio de Janeiro, como no caso do estado do Pará, remonta desde a época da Independência (1822), quando a população nativa já se queixava do controle do comércio pelos portugueses²⁵. A população carioca sentindo-se marginalizada pelo sistema político e invadida por um contingente estrangeiro que fazia concorrência frente a um incipiente mercado de trabalho, culpava os emigrantes pela carestia e pelas más condições de vida.

Para o caso dos galegos na Argentina, o sentido pejorativo utilizado pela população nativa em relação ao uso da palavra galego parece remontar desde os períodos coloniais, quando a imagem do emigrante já era depreciada nas novelas, literatura e nos teatros castelhanos. No século XX, os estereótipos dos emigrantes galegos foram reforçados. O termo “galego” estava associado a indivíduo preguiçoso, sujo e de inteligência tosca. Mesmo ocupando posições econômicas importantes na sociedade ou ascendendo economicamente através do próprio esforço, os estereótipos do galego bruto e sem cultura já estavam enraizados na sociedade argentina²⁶. A imagem é, em certa medida, parecida a dos galegos no Brasil; diferencia-se no fato de que a emigração majoritária dos oriundos da Galiza sobre a espanhola na sociedade argentina foi criando um estereótipo que alcançou a todos os espanhóis e no Brasil houve uma troca de nacionalidade, os portugueses – que eram os emigrantes majoritários – é que são os galegos. Além disso, o português não era visto como preguiçoso. O conceito de trabalhador podia ter duas interpretações, a positiva – o imigrante símbolo do esforço – e a negativa – o imigrante que se aproveita dos nativos e que faz do trabalho desonesto um meio para alcançar sua ascensão socioeconômica.

Após confirmarmos, a partir de várias fontes bibliográficas, literárias e jornais da época, que os galegos no cenário carioca eram os portugueses, perguntamos: até que ponto isso tornaria a comunidade galega invisível perante a sociedade carioca ou perante a mirada dos historiadores da emigração?

Analisando desde a perspectiva do mercado profissional e do contingente migratório que habitava o Rio de Janeiro do final do século XIX/comoço do século XX encontramos os portugueses ocupando majoritariamente o ramo do pequeno comércio e de hotelaria e sendo o grupo de emigrante mais numeroso da sociedade carioca. Os portugueses residentes na capital distribuíam-se pelas paróquias de São José, Santa Rita e Santana, além da Candelária e os espanhóis/galegos também se espalhavam pelas áreas mais centrais destacando-se nas freguesias de São José, Santa Rita e Santo Antonio. Ambos emigrantes se concentravam nas zonas das habitações coletivas, convivendo diretamente com as classes nacionais mais pobres, formadas por libertos e migrantes de outras regiões brasileiras. Isso significa que em muitos aspectos do cotidiano carioca, onde já estavam estabelecidos os portugueses, se aglomeraram também os galegos, e perante os olhos dos nacionais de alguma maneira esse fator deve ter influenciado.

Devemos pensar que os portugueses, para os primeiros galegos que chegaram no Rio de Janeiro, podia ser um ponto de apoio, não só devido à semelhança lingüística e cultural que os uniam (nos referimos aos portugueses do Norte) como ao fato dos lusos já estarem estabelecidos e adaptados no Brasil muito antes que outros emigrantes. Daí a possibilidade dos galegos terem frequentado associações recreativas portuguesas, trabalhado de caixeiros nas vendas dos lusos e também compartilhado sociedade com eles. Nas entrevistas realizadas com emigrantes que saíram da Galiza antes de 1940, as relações com os portugueses atingiam tanto o nível profissional como o afetivo. O emigrante Francisco López Landeira teve diversas experiências com os portugueses, quando em 1934 chegou no Rio de Janeiro, aos 17 anos, deixando seu pequeno natal, Santa Comba²⁷ (A Coruña):

“Eu participava nas associações portuguesas (...) era sócio do Orfeão Português, da Banda Portugal na Praça Onze. Eu era sócio dos portugueses porque naquele tempo não havia nenhuma sociedade Espanhola no Brasil. O Centro Galego acabou por causa da Segunda Guerra²⁸. Quando me casei já não fui sócio, deixei de frequentar todas as associações, tanto portuguesas como espanholas.”

Aqui, o emigrante deixa registrado que o seu ambiente de sociabilidade na sua época de solteiro era junto com os portugueses. Nessas associações se divertia, teve a sua primeira namorada e desfrutava do pouco tempo livre que sobrava nas jornadas de trabalho como lavador de pratos e garçom. Sem ter nenhum centro recreativo espanhol ou galego que suprisse seus momentos de ócio escolheu a companhia dos portugueses, com quem se sentia, segundo suas próprias palavras, muito bem.

“Tinha mais amigos portugueses que espanhóis. Andávamos por aqueles clubes e eles me davam convites. Os portugueses trabalhavam na mesma coisa que os galegos, porque no ramo de restaurantes e hotéis eram muito portugueses, mais que espanhóis. Há bastante galegos, mas a maioria foi para a Argentina e Montevidéu “²⁹.

Outro emigrante, dessa vez do município de A Lama (Pontevedra), Manoel Moreira Barros, desembarcado no ano de 1935, manteve contatos profissionais e amistosos com os portugueses:

“Quando cheguei no Brasil me relacionei primeiro com portugueses e brasileiros. Meu primeiro trabalho foi um negócio, que era armazém e açougue, em sociedade com um português. Mas não deu certo e vendi a minha parte. Eu sempre convivi muito com portugueses e também com brasileiros”³⁰.

No incipiente setor terciário que ia se definindo pela paisagem urbana carioca, os grupos de emigrantes buscavam e definiam seu espaço, remarcando as ruas e seu meio de vida. As redes de solidariedade surgidas posteriormente

nasceriam desses pioneiros que ocuparam determinados setores do mercado de trabalho carioca, garantindo um emprego para os posteriores emigrantes em áreas já monopolizadas por eles. Podemos destacar diversos casos de grupos de estrangeiros no Rio de Janeiro que dominaram um ramo do setor terciário, como, por exemplo, os italianos, com a venda de jornais, como engraxates ou ambulantes no final do século XIX; ou os sírio-libaneses, que também no final do século XIX se estabeleceram numa área central do Rio de Janeiro, conhecida como “rua dos turcos” ou “bairro árabe”, iniciando-se como vendedores ambulantes de artigos de armarinho e roupas de cama. O mesmo aconteceu com os portugueses e galegos que se especializaram no ramo do pequeno comércio e hotelaria.

Talvez devêssemos pensar na emigração galega e na dos portugueses do Norte como uma corrente única, que posteriormente pode ter se dividido com a chegada massiva de ambos os grupos e com as redes familiares já constituídas em um sólido apoio sócio-econômico para os recém-chegados. Afinal, que diferença podia notar o brasileiro entre um emigrante galego e um português quando entrava num armazém e se deparava com o jovem caixeiro de pouco mais de 15 anos limpando a loja do patrão ou o dono do hotelzinho da esquina que alugava quarto para encontros amorosos? Quem era? O galego que acabava de chegar ou o português de sempre?

Numas das muitas entrevistas realizadas no ano de 2000, quando perguntei a um emigrante sobre as melhorias econômicas proporcionadas pela emigração, ele prontamente respondeu: “*A emigração favoreceu a situação econômica da Galiza. O galego como o português é muito patriota, sabes? Nós sempre procuramos mandar um dinheirinho que sobra para ajudar a família que ficou do outro lado*”³¹.

Nem sempre as características da emigração estão rigidamente demarcadas pelas fronteiras. Regiões limites entre dois países podem apresentar mais semelhanças comportamentais e culturais entre seus habitantes que províncias pertencentes a um mesmo país.

FONTES

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Processos de expulsão, IJJ7, 143, 145, 158.

(O) Paiz, 8 de Fevereiro de 1889.

(A) Pátria, 15 de Fevereiro de 1921.

Revista de Imigração e Colonização, ano V, n.º 3, Setembro de 1944.

FONTES ORAIS

Francisco López Landeira, entrevistado no dia 10 de Setembro de 2003, em Santa Comba, A Coruña.

Manuel Moreira Barros, entrevistado no dia 26 de Setembro de 2000, no Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Renato (1943), “O folclore como elemento nacionalizador dos colonos estrangeiros”. *Revista de Imigração e Colonização*, n.º 2, ano 3, Rio de Janeiro.
- ALVES, Jorge Fernandes (1997), “Peregrinos do trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto”. *Estudios Migratorios*, n.º 4, Santiago de Compostela.
- AZEVEDO, Aluísio de (1994), *Casa de Pensão*, 7.ª ed., Rio de Janeiro: Ática.
- BACELAR, Jefferson (1994), *Galegos no paraíso racial*, Salvador: Ianamá.
- CARVALHO, José Murilo de (1987), *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo: Scwarcz.
- CHALOUB, Sidnei (1984), *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco (2000), “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930”, in *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-orientais, Salvador-Bahia: FFCH/UFBA.
- MACIEL, Laura Antunes; ANTONACCI, Maria Antonieta Martínez (1997), “Os espanhóis em São Paulo: cultura, cotián e experiencias de vida”. *Estudios Migratorios*, n.º 3, Santiago de Compostela.
- MARTÍNEZ, Elda E. González (1990), “El aporte gallego al proceso inmigratorio brasileiro: 1890-1950”, in *X Xornadas de Historia de Galicia*, dir. Jesús de Juana e Xavier Castro, Ourense: Deputación de Ourense.
- MENEZES, Wagner Chagas de – *Costurando retalhos: configuração e cotidiano do pequeno comércio do espaço central da Cidade do Rio de Janeiro, 1899-1903*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.
- MOTTA, Mary Hesler de Mendonça (1982), *Imigração e trabalho industrial – Rio de Janeiro (1889-1930)*, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- PERES, Elena Pájaro (1997), “Proverbial Hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)”. *Revista Acervo. Imigração*, vol. 10, n.º 2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (2002), *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- SEIXAS, Xosé Manoel Núñez (1999), “Algunas notas sobre la imagen social de los inmigrantes gallegos en la Argentina”, in *Galicia nos contextos históricos*, dir. Pilar Cagiao Vila, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- TABOADA, José Antonio López (1994), “Emigración gallega a Portugal en la primera mitad del siglo XIX”, in *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*, dirs. Eiras Roel e Ofelia Rey Castelão, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- VAQUINHAS, Irene Maria (1998), “Fora galego (Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX)”, in *Os “brasileiros” da emigração*, dir. Jorge Fernandes Alves, Vila Nova de Famalicão: Câmara de Vila Nova de Famalicão.

NOTAS

- 1 BACELAR, 1994: 179.
- 2 MARTÍNEZ, 1990: 257-260.
- 3 MACIEL e ANTONACCI, 1997: 65-111.
- 4 ANRJ – *Processos de expulsão*, IJ7 145.
- 5 PERES, 1997: 56.
- 6 ALMEIDA, 1943: 40.

- 7 PERES, 1997: 58.
- 8 CHALOUB, 1984: 22.
- 9 MOTTA, 1982: 141. A autora alerta a imprecisão dos dados dos censos do Rio de Janeiro dos anos de 1906 e 1920, alegando que entre os dois censos, para o mesmo ano, os resultados não correspondem. Por exemplo, a população do Rio para o ano de 1872 está registrada nos dois censos com diferentes resultados. As estatísticas oficiais sempre contém uma percentagem de erros.
- 10 CARVALHO, 1987: 21.
- 11 MOTTA, 1982: 301.
- 12 ANRJ – *Processos de expulsão*, IJ7, 143.
- 13 *O Paiz*, 8 de Fevereiro de 1889.
- 14 ANRJ – *Processos de expulsão de estrangeiros*, IJ7 158. Esse sobrenome possivelmente é um apelido, já que muitos emigrantes davam nomes falsos nos processos judiciais. A palavra “galego” tinha uma conotação negativa na sociedade carioca e era utilizada para se referir aos portugueses. No seguinte item “galegos portugueses ou portugueses galegos?” explicamos a utilização do termo galego.
- 15 MOTTA, 1982: 141.
- 16 *A Pátria*, 15 de Fevereiro de 1921.
- 17 MENEZES, 1998: 188-189.
- 18 AZEVEDO, 1992: 237-238.
- 19 TABOADA, 1994: 420.
- 20 O tema da emigração portuguesa e do jacobinismo está bem desenvolvido no livro de RIBEIRO, 2002.
- 21 ALVES, 1997: 69-71.
- 22 Sir Henry Chamberlain, *Views and costumes of the city and Neighbourhood of Rio de Janeiro, from drawings taken by Lieutenant Chamberlain of the Royal Artillery during the years 1819 and 1820 with descriptive explanations*, Londres, Howllet and Brimmer Columbian Press, 1822. Citação extraída do artigo de CRUZ, 2000: 257 (ênfase da autora).
- 23 BACELAR, 1994.
- 24 VAQUINHAS, 1998: 81-82.
- 25 CARVALHO, 1987: 77-79.
- 26 SEIXAS, 1999: 70-80.
- 27 Entrevista a Francisco López Landeira no dia 10 de Setembro de 2003 (Santa Comba – A Coruña).
- 28 Na década de 40, o Centro Galego foi fechado pela ditadura de Vargas que nacionalizou as instituições.
- 29 Entrevista a Francisco López Landeira no dia 10 de Setembro de 2003 (Santa Comba – A Coruña).
- 30 Entrevista a Manoel Moreira Barros no dia 26 de Setembro de 2000 (Rio de Janeiro).
- 31 Entrevista a Manoel Moreira Barros no dia 26 de Setembro de 2000 (Rio de Janeiro).

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL ATRAVÉS DOS LIVROS DE REGISTO DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DO PORTO (1880-1890)

*Maria José Ferraria
Paulo Amorim*

INTRODUÇÃO

A presente comunicação intitulada *A emigração para o Brasil através dos livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1890)*, pretende ser um contributo para a história da emigração portuguesa para o Brasil e insere-se no projecto *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil* coordenado pelo Professor Doutor Fernando de Sousa e do qual fazemos parte.

Utilizando como fontes os *livros de registo de passaportes* do Governo Civil do Porto, que actualmente se encontram depositados no Arquivo Distrital do Porto¹, procurámos analisar as características da emigração do Norte de Portugal para o Brasil, dando conta do volume dos efectivos migratórios que saíram do Porto para esse país, entre 1880 e 1890; da sua distribuição por sexos, por estado civil, por grupos etários; pela sua naturalidade; a classificação socioprofissional e a respectiva entrada no Brasil pelos diferentes portos.

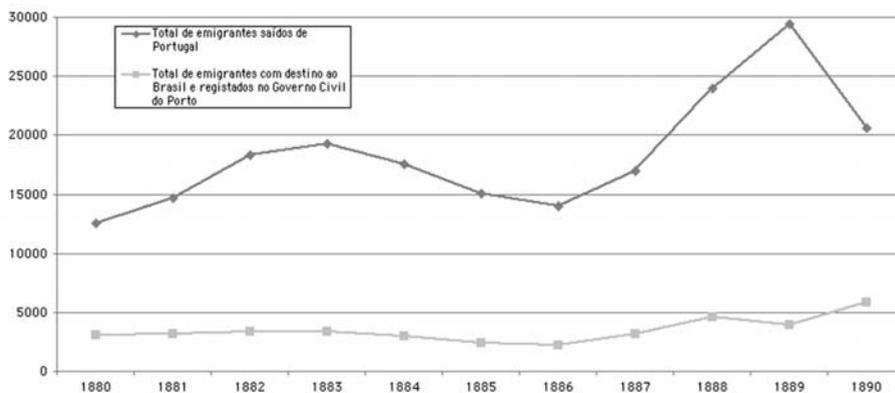
VOLUME DOS EMIGRANTES

Entre 1880-1890, foram registados pelo Governo Civil do Porto 38 038 emigrantes com destino para o Brasil. Se procurarmos comparar estes efectivos migratórios com os valores globais da emigração portuguesa no mesmo período, apresentados por Joel Serrão, podemos concluir que os emigrantes saídos pelo Porto representaram 18,8% do total da emigração portuguesa.

Tabela 1: Comparação dos dados relativos à emigração total de Portugal com os emigrantes que requereram o seu passaporte no Governo Civil do Porto (1880-1890)

ANOS	N.º TOTAL DE EMIGRANTES SAÍDOS DE PORTUGAL	N.º TOTAL DE EMIGRANTES COM DESTINO AO BRASIL E REGISTADOS NO GOVERNO CIVIL DO PORTO	%
1880	12 596	3 061	24.3
1881	14 635	3 158	21.6
1882	18 272	3 374	18.5
1883	19 251	3 354	17.4
1884	17 518	2 956	16.9
1885	15 004	2 399	16.0
1886	13 998	2 226	16.0
1887	16 932	3 199	18.9
1888	23 981	4 583	19.1
1889	29 421	3 918	13.3
1890	20 614	5 810	28.2
Total	202 322	38 038	18.8

Figura 1: Comparação dos dados relativos dos emigrantes que requereram o seu passaporte ao Governo Civil do Porto com a emigração total de Portugal (1880-1890)



O estudo dos *Livros de registo de passaportes* existentes no acervo documental do Arquivo Distrital do Porto, entre 1880 e 1890, permite-nos identificar 30 375 de indivíduos titulares de passaportes com destino ao Brasil. Destes, a grande maioria (26 307) parte sozinha, normalmente porque não é casado, e apenas cerca de 4 068 partem acompanhados, regra geral com os seus familiares directos (cônjuges e filhos menores).

Se acrescentarmos ao número de passaportes registados (30 375) o número de acompanhantes (7 663), podemos obter o universo real dos emigrantes que partiram para o Brasil, através do Porto, o que perfaz um total de 38 038.

A observação dos dados recolhidos revela-nos um ténue crescimento da emigração portuguesa para o Brasil no período já estudado, destacando-se o ano de 1890 como tendo sido o que regista um aumento significativo dos efectivos migratórios para o Brasil.

Tabela 2: Número de titulares de passaportes e acompanhantes (1880-1890)

Emigrantes Portadores de Passaporte Nominal	30 375	80%
Número de Acompanhantes	7 663	20%
Total	38 038	100%

Figura 2: Comparação do número de titulares e de acompanhantes

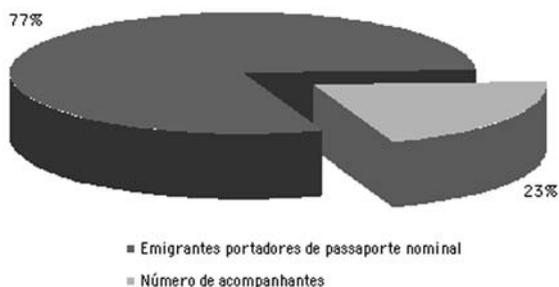
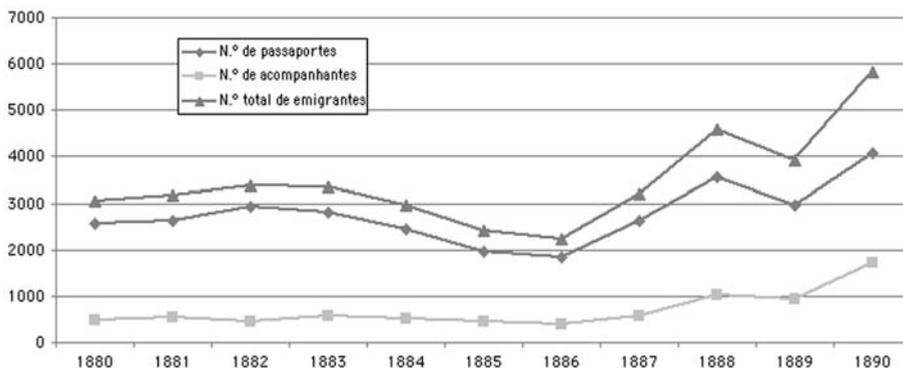


Tabela 3: Número total de emigrantes (1880-1890)

ANO	NÚMERO DE PASSAPORTES	NÚMERO DE ACOMPANHANTES	NÚMERO TOTAL DE EMIGRANTES
1880	2 575	486	3 061
1881	2 625	533	3 158
1882	2 915	459	3 374
1883	2 792	562	3 354
1884	2 447	509	2 956
1885	1 951	448	2 399
1886	1 832	394	2 226
1887	2 632	567	3 199
1888	3 561	1 022	4 583
1889	2 969	949	3 918
1890	4 076	1 734	5 810
Total	30 375	7 663	38 038

Figura 3: Número total de emigrantes (1880-1890)



DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR SEXOS

Do universo de passaportes passados em nome individual, isto é, dos titulares dos mesmos, verificamos que 27 785 (91%) são do sexo masculino, enquanto apenas 2 590 (9%) são mulheres, normalmente casadas, levando em sua companhia os filhos, provavelmente para depois se reunirem com os maridos já estabelecidos no Brasil.

Tabela 4: Distribuição por sexos (1880-1890)

SEXO	N.º DE EMIGRANTES	%
Feminino	2 590	9.0
Masculino	27 785	91.0
Total	30 375	100.0

Figura 4: Distribuição por sexos (1880-1890)



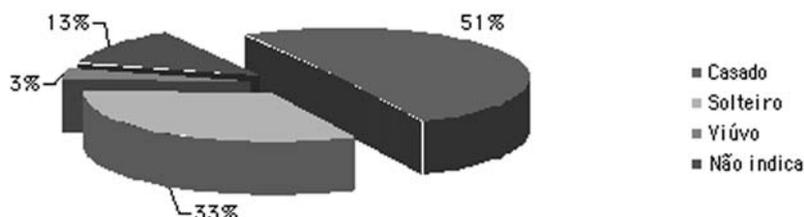
DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR ESTADO CIVIL

No que diz respeito ao estado civil dos titulares, verificamos que 15 563 são casados, o que representa 51% do total; 9 889 são solteiros (33%), incluindo-se neste grupo os menores de 20 anos e cuja identificação do estado civil não vem discriminada no respectivo registo. Surge-nos um número significativo de viúvos (1 039) que equivale a cerca de 3%. Não pudemos apurar o estado civil de 3 884 emigrantes, o que corresponde a 13% do total dos mesmos.

Tabela 5: Distribuição por estado civil (1880-1890)

ESTADO CIVIL	N.º DE EMIGRANTES	%
Casado	15 563	51
Solteiro	9 889	33
Viúvo	1 039	3
Não indica	3 884	13
Total	30 375	100.0

Figura 5: Distribuição por estado civil (1880-1890)



DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES TITULARES DE PASSAPORTE POR GRUPOS ETÁRIOS

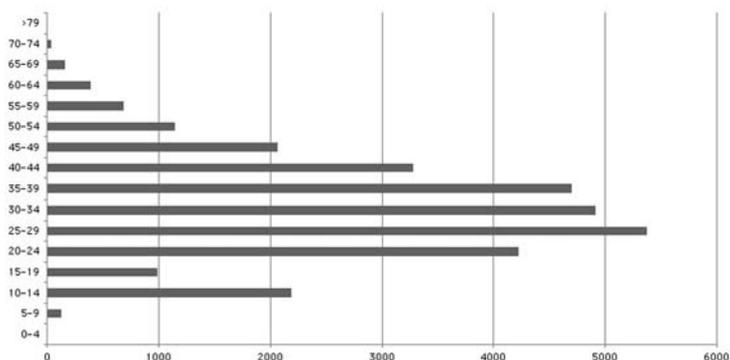
Estabelecendo a distribuição dos emigrantes titulares de passaportes por grupos etários verificamos que neste caso, o grupo mais representativo encontra-se entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 29 anos, logo seguido pelo grupo etário compreendido entre os 30 e os 34 anos, perfazendo estes dois grupos 34% do total dos titulares de passaportes.

A percentagem dos menores de 15 anos revela-se inferior a 8% e os emigrantes com idade superior aos 55 anos representa apenas 4,3%, o que revela uma emigração jovem correspondendo, aliás, ao que é sabido.

Tabela 6: Distribuição por idade (1880-1890)

IDADE	N.º DE EMIGRANTES	%
0-4	12	0.04
5-9	132	0.43
10-14	2 191	7.22
15-19	997	3.29
20-24	4 227	13.92
25-29	5 377	17.70
30-34	4 919	16.20
35-39	4 702	15.47
40-44	3 283	10.80
45-49	2 065	6.79
50-54	1 153	3.79
55-59	690	2.27
60-64	397	1.30
65-69	162	0.53
70-74	39	0.12
≥ 79	11	0.03
Total	30 375	100

Figura 6: Distribuição por idade (1880-1890)



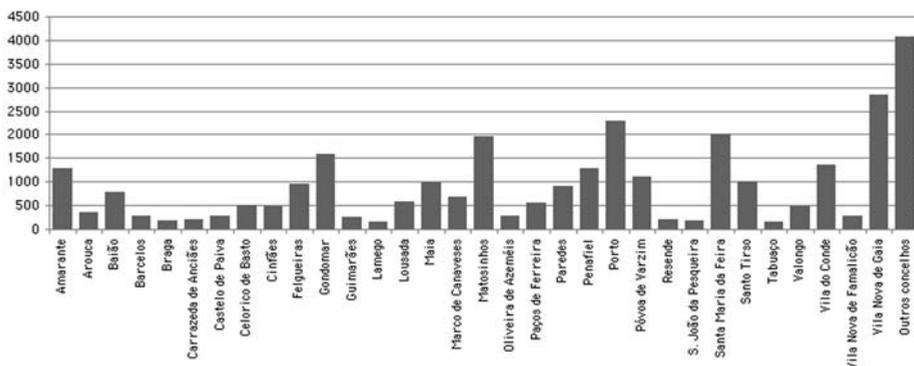
DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR NATURALIDADE

Dos 30 375 registos levantados não foi possível identificar a naturalidade de 11 titulares de passaportes, o que equivale a 0.1% do total. Depois de analisados os restantes 99% verificamos que o concelho de Vila Nova de Gaia se destaca como o maior “exportador” de mão-de-obra para o Brasil, seguindo-se os concelhos de Porto, Santa Maria da Feira, Matosinhos e Gondomar. Estes cinco concelhos são responsáveis por 35% dos emigrantes que partiram para o Brasil.

Tabela 7: Distribuição dos emigrantes por naturalidade (1880-1890)

CONCELHO	N.º DE EMIGRANTES	%
Amarante	1 272	4.2
Arouca	340	1.1
Baião	768	2.5
Barcelos	268	0.9
Braga	179	0.7
Carraceda de Ancilões	191	0.7
Castelo de Paiva	285	0.9
Celorico de Basto	499	1.6
Cinfães	487	1.6
Felgueiras	947	3.1
Gondomar	1 582	5.2
Guimarães	240	0.8
Lamego	160	0.5
Lousada	585	1.9
Maia	976	3.2
Marco de Canaveses	683	2.2
Matosinhos	1 952	6.4
Oliveira de Azeméis	289	1.0
Paços de Ferreira	561	1.8
Paredes	904	3.0
Penafiel	1 278	4.2
Porto	2 280	7.5
Póvoa de Varzim	1 103	3.6
Resende	191	0,7
S. João da Pesqueira	171	0,6
Santa Maria da Feira	2 022	6,7
Santo Tirso	1 001	3.3
Tabuaço	156	0.5
Valongo	467	1.5
Vila do Conde	1 349	4.4
Vila Nova de Famalicão	285	0.9
Vila Nova de Gaia	2 829	9.3
Outros concelhos	4 064	13.4
Não indica	11	0.1
Total	30 375	100

Figura 7: Distribuição dos emigrantes por naturalidade (1880-1890)



DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR PROFISSÃO

Relativamente à categoria socioprofissional dos emigrantes podemos ver “trabalhadores”, com 8 475 registos, representando 27.8% do total dos emigrantes. Pensamos tratar-se de uma designação corrente para aqueles que não têm uma profissão bem definida, que tanto pode abranger trabalhadores agrícolas como operários ou emigrantes indiferenciados profissionalmente.

Se observarmos as diferentes profissões mencionadas, verificamos que o sector que mais contribuiu com mão-de-obra activa para o Brasil foi o sector terciário, representando os negociantes e comerciantes cerca de 14.1% do total.

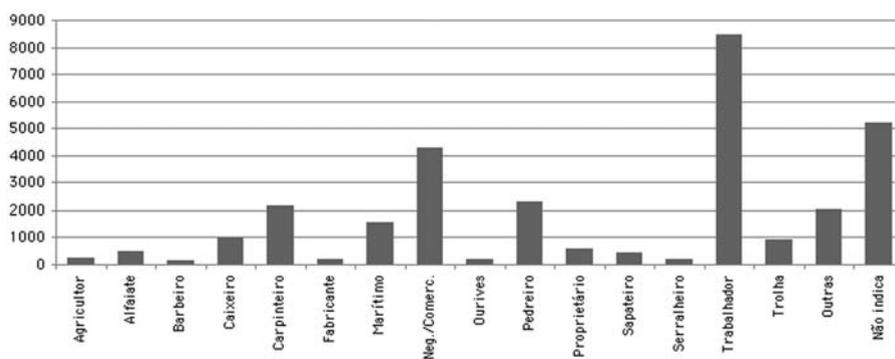
Como no sector primário registamos apenas 0.9% do total de emigrantes colocou-se a hipótese de aqueles que aparecem como trabalhadores serem afinal indivíduos ligados à terra, o que daria assim, no sector primário um total de 28.7% dos emigrantes, valor que já se aproximaria um pouco mais da estrutura socioprofissional da sociedade portuguesa de então.

Saliente-se que no universo dos emigrantes que não registam a profissão encontram-se os indivíduos menores de 15 anos e as mulheres que não são registadas, regra geral, com qualquer actividade profissional.

Tabela 8: Distribuição dos emigrantes por profissão (1880-1890)

PROFISSÃO	VALOR	%
Agricultor	265	0.9
Alfaiate	487	1.6
Barbeiro	126	0.4
Caixeiro	970	3.2
Carpinteiro	2 154	7.1
Fabricante	182	0.6
Marítimo	1 574	5.2
Neg./Comerc.	4 290	14.1
Ourives	184	0.6
Pedreiro	2 298	7.6
Proprietário	584	1.9
Sapateiro	443	1.5
Serralheiro	174	0.6
Trabalhador	8 475	27.8
Trolha	933	3.1
Outras	2 045	6.7
Não indica	5 191	17.1
Total	30 375	100

Figura 8: Distribuição dos emigrantes por profissão (1880-1890)



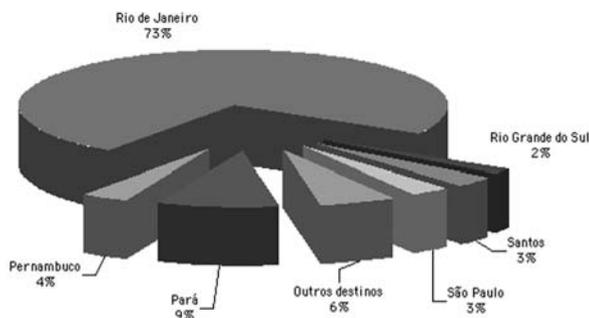
DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR PORTO DE CHEGADA AO BRASIL

Quanto ao destino, de acordo com a indicação registada nos passaportes, o Rio de Janeiro constitui a preferência dos emigrantes, contando-se com 22 229 (73%) pedidos de passaporte para esse Estado.

Tabela 9: Distribuição dos emigrantes por porto de chegada ao Brasil (1880-1890)

PORTOS DE CHEGADA	N.º DE EMIGRANTES	%
Pará	2 761	9
Pernambuco	1 162	4
Rio de Janeiro	22 229	73
Rio Grande do Sul	630	2
Santos	920	3
São Paulo	885	3
Outros destinos	1 788	6
Total	30 375	100

Figura 9: Distribuição dos emigrantes por porto de chegada ao Brasil (1880-1890)



CONCLUSÃO

Esta comunicação pretende dar um contributo original para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil no século XIX, ao apresentar, através do levantamento sistemático dos dados dos *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto* existentes no Arquivo Distrital do Porto, a estatística do fluxo de emigrantes legais que requereram o passaporte no Governo Civil do Porto, permitindo-nos assim, conhecer com profundidade este fenómeno no período referido.

Ao analisarmos o volume total dos emigrantes titulares de passaportes e seus acompanhantes, bem como a sua distribuição pela naturalidade, pelo sexo, pelo estado civil, pela idade, pela naturalidade, pela profissão e pelos portos de chegada, podemos, assim, estabelecer uma visão mais segura, quer a nível quantitativo quer a nível qualitativo, do perfil do emigrante do Norte de Portugal para o Brasil em finais do século XIX.

Isto é, os emigrantes que saíram através da barra do Douro e do porto de Leixões para o Brasil, são, na sua maioria, homens, casados, com idades com-

preendidas entre os 25 e os 34 anos, oriundos fundamentalmente dos concelhos de Vila Nova de Gaia e Porto, e maioritariamente com a profissão de "trabalhador", designação genérica que inclui os operários rurais e outras profissões ligadas ao sector primário, uma vez que os emigrantes com alguma especialização profissional aparecem referenciados enquanto tal, nomeadamente os dos sectores secundário e terciário onde prevalecem os que se encontram ligados aos negócios e ao comércio, os célebres "caixeiros" referenciados na literatura tradicional da emigração portuguesa para o Brasil.

O estudo apresentado constitui uma parte de uma investigação mais abrangente que procura apresentar as características da emigração do norte de Portugal para o Brasil entre 1880 a 1910.

FONTES

Manuscritas

ADP – *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*, livros 3315 a 3345 (1880-1893), 30 volumes.

Impressas

- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística, 1891 – *Movimento da população. Estado civil. Emigração – Anos de 1887, 1888, 1889, 1890*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria. Repartição de Estatística, 1886 – *Anuário Estatístico de Portugal. 1884*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria. Repartição de Estatística, 1887 – *Anuário Estatístico de Portugal. 1885*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria. Repartição de Estatística, 1890 – *Anuário Estatístico de Portugal. 1886*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, 1899 – *Anuário Estatístico de Portugal. 1892*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, 1907 – *Anuário Estatístico de Portugal. 1900*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- SOUSA, Fernando; et al., 1988 – *Arquivo Distrital do Porto*. Porto, ed. Governo Civil.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: ed. de autor.
- FERRARIA, Maria José (2006), “A emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1880-1882)”, in MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando (Orgs.) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando (Orgs.) (2006), *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1961), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo.

- SERRÃO, Joel (1982), *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*. 4.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, Fernando; CIRNE, Teresa (2006), “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil”, in MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando (Orgs.) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.

NOTAS

- ¹ SOUSA, 1988.

A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DO PORTO PARA O BRASIL NO ANO DE 1947

Joaquim Loureiro dos Santos

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta pretende mostrar algumas particularidades da emigração portuguesa do norte de Portugal para o Brasil, no ano de 1947, tendo por base os livros de registo da emissão de passaportes emanados pelo Governo Civil do Porto e que fazem parte do espólio do Arquivo Distrital do Porto.

Deste modo, começaremos por realizar uma breve incursão pelo exame do enquadramento legislativo que esteve na base da suspensão da emigração legal portuguesa no ano de 1947. Depois de efectuada a análise crítica das fontes, interpretaremos o volume de deslocações mensais para, de seguida, darmos a conhecer particularidades próprias dos emigrantes nacionais que, no século XX, demandavam o Brasil, tendo em conta a sua distribuição por profissão, grupos etários, sexo, estado civil, acompanhantes, familiares, destinos, origem e regressos. Na conclusão procuramos traçar o perfil do emigrante português nortenho de meados do século XX e demonstrar como o Decreto-Lei n.º 36 199, de 29 de Março de 1947 (que suspendeu a emigração portuguesa), condicionou o fluxo emigratório desse ano.

OS NORMATIVOS LEGAIS

Em 1947 os fluxos emigratórios portugueses foram condicionados pela publicação do Decreto-Lei n.º 36 199, de 29 de Março, pelo qual, no 1.º parágrafo, ficava suspensa a emigração, exceptuando quando “feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino”.

No 2.º parágrafo determina que o Governo, através do Ministério do Interior, “definirá os princípios e as disposições relativos à protecção do emigrante e ao condicionamento da emigração autorizada”, e até essa data, caberia ao ministro do Interior a faculdade de autorizar, por despacho, a saída do País aos indivíduos que tivessem já obtido passaporte de emigrante à data da publicação daquele decreto-lei.

No seu pequeno relatório preambular, o diploma legal dá a conhecer as razões que estavam subjacentes a esta suspensão, as quais assentavam na necessidade

de regulamentar a emigração portuguesa “tendo em conta a protecção devida aos emigrantes, os interesses económicos do País e a valorização dos territórios do ultramar pelo aumento da população branca”, bem como “assegurar mão-de-obra para a realização dos trabalhos públicos em curso” além da que viesse a ser absorvida por efeito da colonização interna. Aliás, Oliveira Marques dá conta da intensificação “sobretudo desde o fim da Segunda Guerra, da emigração de Portugal, com o resultado de que milhares de famílias passaram a transferir pessoas e bens para Angola e Moçambique, ano após ano”¹.

Sete meses depois, em 28 de Outubro, é publicado o Decreto-Lei n.º 36 558 que cria a Junta da Emigração como “um departamento especial, centralizador” que “chamará a si todas as diligências e formalidades preparatórias do embarque de qualquer emigrante e da formação do seu processo” tendo em conta a análise do conhecimento e das bases em que deveriam assentar os acordos internacionais e contratos de trabalho.

A protecção ao emigrante começaria, assim, logo no seu próprio país, “libertando-o de empregadores e intermediários interesseiros”, podendo ver “o seu caso resolvido sem trabalhos, nem desperdício dos seus magros recursos” bastando, para tal, manifestar a sua pretensão no município a que pertencesse e, depois, munido de toda a documentação em ordem, poderia embarcar para o seu destino “com o mínimo de dispêndio e de canseiras, guiado e amparado desde o início, gratuitamente, pelos serviços da Junta [da Emigração]”.

No mesmo diploma eram também definidas as condições pelas quais as empresas de navegação poderiam transportar emigrantes portugueses garantindo o mínimo de conforto nesse transporte.

À Junta da Emigração incumbia o conhecimento de todos os assuntos referentes à emigração portuguesa, nomeadamente a definição das bases dos contratos de trabalho (como a duração do contrato, a repatriação, previdência, indemnização por acidente de trabalho e doença) mas, igualmente, “garantir a remessa pelos emigrantes, ou o pagamento em Portugal, de parte dos seus salários”, além de propor não só os contingentes de emigrantes autorizados a sair para cada país mas também, para cada região e cada profissão, o número de trabalhadores a emigrar.

Esta Junta da Emigração era presidida por um presidente de “livre nomeação do Ministro do Interior” além de mais oito vogais designados pelos ministros do Interior, Marinha, Negócios Estrangeiros, Obras Públicas, Colónias e Economia, pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e (claro está!) pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Era um organismo, portanto, da inteira confiança do ministro do Interior não só porque detinha a competência de nomear o presidente da Junta da Emigração como este, nos seus impedimentos ou ausências, era substituído pelo delegado do Ministério do Interior.

Entre outras funções, o presidente da Junta orientava e dirigia “superiormente todos os serviços referentes à emigração portuguesa” competindo-lhe, nomeadamente, “conceder a cada emigrante a respectiva licença de emigração

e emitir os correspondentes passaportes” substituindo, deste modo, a competência que, até essa data, pertencia aos governos civis da naturalidade ou da residência dos candidatos a emigrantes, como preconizava o Decreto n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919.

Aliás o Decreto-Lei n.º 36 558 (que cria a Junta da Emigração) não introduz grandes alterações e remete mesmo para a aplicabilidade do estipulado naquele decreto de 1919 (que inscreve disposições várias acerca da emigração, estabelece medidas de carácter tutelar, reprime a emigração clandestina e ilegal e regulamenta as agências de emigração e os passaportes), mas também para o Decreto-Lei n.º 13 213, de 4 de Março de 1927 (que regula a assistência médica e protecção aos emigrantes) e para o Decreto n.º 19 029, de 13 de Novembro de 1930 (que regulamenta os serviços de assistência aos emigrantes a bordo de navios nacionais ou estrangeiros e redefine o conceito de emigrante fixado no diploma de 1919).

Pensamos, assim, poder entender a preocupação de regulamentar a emigração não só pelas razões económicas expressas nos diplomas (nomeadamente o que respeitava às remessas dos salários), mas também como uma forma de o Estado Novo poder controlar mais eficazmente o seu movimento numa época de pós-guerra em que a oposição interna, mas também internacional, ao regime era cada vez maior.

ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES

Os registos de passaportes com destino ao Brasil, no ano de 1947, emitidos pelo Governo Civil do Porto distribuem-se por 3 livros integrados na rubrica “Emigração e Passaportes – Registo de Passaportes de Emigrantes”, com as cotas 3 514, 3 515 e 3 516.

Todos os livros estão em bom estado de conservação, apesar de os dois primeiros apresentarem várias fotografias descoladas, com algumas fora das páginas em que deveriam estar, constituindo, por isso, um entrave ao rigoroso levantamento do número e sexo dos acompanhantes. Todos estão encadernados e são constituídos por 200 folhas numeradas.

O livro 3 514 partilha também o registo de passaportes do ano de 1946 (desde o número 2 291, de 9 de Novembro, até ao número 3 063, registado na folha 130 verso). Os registos referentes a 1947 distribuem-se entre o segundo registo da folha 131 (com o número 1) e a folha 198 verso (com o registo do passaporte número 408). Apresenta um termo de abertura e outro de encerramento, datados ambos, de 9 de Novembro de 1946 e subscritos pelo secretário do Governo Civil.

O livro 3 515 engloba os registos dos passaportes número 409 (na folha 2) até ao 1 590 (na folha 198 verso).

O livro 3 516 encerra o registo dos passaportes desde o número 1 591 a 2 270, registados entre a folha 2 e a 115. Na folha 115 verso, manuscrita pelo secretário do Governo Civil, está registada o seguinte:

«Nota: Pelo Dect.º-Lei n.º 36 199, de 29 de Março de 1947, foi suspensa a emigração permitindo-se excepções no seu artº-1º. – A partir daquela data todos os passaportes de emigrantes foram previamente autorizados por despacho de Sua Ex.ª o Ministro do Interior. Mas o Dect.º-Lei n.º 36 558, de 28 de Outubro de 1947, criou a Junta da Emigração e no seu artº-4º., alínea c), transferiu para o seu Presidente a competência para emitir os passaportes. Logo que essa Junta da Emigração foi instalada, deixou este Governo Civil de conceder tais passaportes, motivo porque este livro fica trancado nesta data.

Porto, 2 de Janeiro de 1948

O Secretário do Governo Civil
Manuel Lopes Dias»

Em todos os livros, os registos são efectuados em folhas impressas com espaços em branco para depois serem preenchidos de forma manuscrita pelos escrevões com o nome do titular, naturalidade, filiação, estado civil, data, destino, número de passaporte, profissão. Sob o lado esquerdo existem oito itens para preenchimento referentes a sinais particulares e constituídos por idade, estatura, rosto, cabelos, olhos, nariz, boca e cor. Porém, destes, só são sistematicamente preenchidos os dados relativos à idade, estatura e cor dos olhos.

Apesar de preenchidos por vários escrevões (se bem que um o tenha feito durante mais tempo do que os restantes) a caligrafia é suficientemente legível.

VOLUME DE PASSAPORTES

O ano de 1947, que constitui o alvo do nosso estudo, apresenta um volume total de 2 070 registos de passaportes rumo ao Brasil, emanados pelo Governo Civil do Porto, num total anual de 2 270 passaportes onde estão incluídos outros passaportes com destino a outros países da América (do Norte e do Sul), África e Europa.

Estes registos oscilam entre o número mais baixo mensal em Abril, com apenas 9 passaportes, e o número mais elevado de 668 no mês de Janeiro, numa média mensal de 172,5.

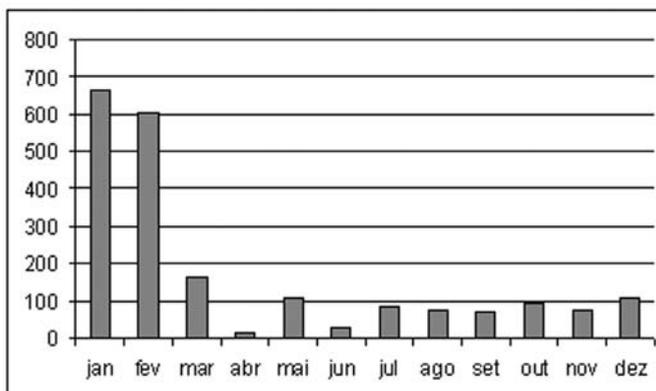
Se a década de 20 do século passado foi, do ponto de vista demográfico, uma época de abrandamento provocado não só pelas epidemias de 1918 e 1919 mas também pelas baixas resultantes da Grande Guerra, “na década de 1930, a sociedade portuguesa conhecia um dos períodos de maior pujança demográfica”² do século. Foi de cerca de 1,7 milhões de pessoas o aumento populacional entre 1920 e 1940 e, na década de 1920 a 1930, a taxa de crescimento anual médio natural (isto é, o saldo entre o total de nascimentos e o de óbitos) foi de 1,26, a maior do século. Para esta conjuntura contribuíram, de forma benéfica, a crise económica de 1929-1931 “porque reteve em Portugal, tal como a guerra e entrada de alguns refugiados no país, jovens que, de outro modo, teriam ido engrossar as fileiras emigratórias”³.

Deste modo, o estudo do fluxo emigratório português com destino ao Brasil, em 1947, deverá ser analisado à luz da reabertura da válvula de escape em que a emigração se transformou após o final da II Guerra Mundial, capaz de absorver o crescimento da população activa agrícola verificado nos anos 30 (e que em 1940 era ainda da ordem dos 51%) que se ficara a dever ao “crescimento populacional sem emigração, o relativamente moderado poder de atracção dos centros urbanos e das indústrias e o lançamento de políticas de fomento de certas culturas extensivas (como a campanha do trigo, iniciada em 1929)”⁴. A atracção populacional, em saldos líquidos a nível de distrito, no que ao Porto diz respeito, baixou 25 867 entre 1931 e 1940 para os 2 811 na década seguinte, segundo Alberto Alarcão.

Estas asserções ajudarão, cuidamos nós, a compreender a razão do ainda elevado número de agricultores titulares de passaportes registados em 1947.

Este volume de passaportes insere-se no segundo quantitativo percentual global mais elevado do século em percentagem relativa ao total. Na verdade, só na 1.^a década do séc. XX é que a emigração para o Brasil constituiu 92,8% do total; baixou nas décadas seguintes devido à Grande Guerra e à crise de 1929 (tendo atingido o ponto mais baixo em 1930, com 66,9%), subiu nos anos 30 para cerca de 74% e ultrapassou os 79% do total da emigração portuguesa entre 1941 e 1950, para voltar, depois, a baixar até atingir o limite de apenas cerca de 20% na década de 60⁵.

Figura 1: Distribuição mensal do número de emigrantes



Uma observação mais atenta mostra-nos que só nos três primeiros meses do ano foram emitidos 1 432 passaportes equivalentes a mais de 2/3 dos emigrantes (69% do total), enquanto que os restantes 638 passaportes foram registados ao longo dos 2.º, 3.º e 4.º trimestres do ano.

Esta tão desigual distribuição mensal fica a dever-se à publicação do referido Decreto-Lei n.º 36 199, de 29 de Março de 1947 que suspendeu a emigra-

ção. Como vimos anteriormente, este diploma legal previa, no seu articulado, a existência de excepções à suspensão da emigração então definida. Em Abril, talvez porque ainda poucas pessoas tivessem conhecimento dessas excepções, apenas se registou um quantitativo de 9 passaportes.

Deste modo, e possivelmente porque os candidatos à emigração tivessem tido conhecimento antecipadamente que a emigração legal iria ser suspensa, tivemos como que “uma corrida” à autorização para a saída do País em Janeiro e Fevereiro (com 668 e 602 registos, respectivamente) e mesmo em Março (com 162).

Assim se constata, também, que, enquanto a média mensal ao longo do 1.º trimestre do ano ronda os 477 passaportes, nos restantes trimestres esse número baixa para menos de 71 passaportes por mês.

Por isso, quase somos levados a concluir que, como o fluxo de emigrantes para o Brasil ao longo do ano de 1947 se desenrolou de forma tão diferenciada entre o 1.º trimestre e a restante parte do ano, podemos analisar a problemática da emigração como se de dois anos distintos se tratassem.

PROFISSÕES

No domínio das profissões por que se distribuem os titulares de passaportes de emigrantes nacionais para o Brasil no ano de 1947 não nos podem passar despercebidos, primordialmente, dois factores: o número total de agricultores (584) por um lado, e o de domésticas (505), por outro, que constituem, respectivamente, 28,2% e 24,4% do total, e os dois, em conjunto, totalizam mais de metade (52,6%) do total das profissões catalogadas.

No mesmo domínio, este ano de 1947, no que à distribuição por profissões diz respeito dos titulares de passaportes para o Brasil, não se afasta muito dos dados fornecidos por João Evangelista⁶ ao constatar-se algumas alterações entre a 2.ª década do século e os anos 40. Assim, enquanto que entre 1912 e 1920 a repartição profissional dos emigrantes era da ordem dos 34%, dos 26% e dos 15% para os sectores da agricultura, das profissões desconhecidas e das ocupações domésticas respectivamente, entre 1941 e 1950 aqueles dados alteraram-se para os cerca de 18% da agricultura, apenas 4% nas profissões desconhecidas, mas 32% nas domésticas, evidenciando, deste modo, o gradual crescimento da emigração feminina que, na sua maior parte, se vai juntar aos maridos já expatriados, acabando por alterar a tradicional emigração predominantemente masculina por outra já de tipo familiar.

Tabela 1

PROFISSÕES/OCUPAÇÕES	VALOR	%
Agricultores	584	28,2
Domésticas	505	24,4
Carpinteiros	276	13,4
Pedreiros	113	5,5
Comerciantes	65	3,1
Empregados comerciais	46	2,2
Marceneiros	46	2,2
Costureiras	39	1,9
Estucadores	39	1,9
Estudantes	39	1,9
Serralheiros	34	1,6
Alfaiates	20	1,0

No quantitativo final dos agricultores estão incluídos os profissionais que os escritórios também designaram por lavradores. Apesar de termos tentado compreender qual a razão, ou razões, que sustentassem tal distinção, não o conseguimos alcançar e todas as hipóteses previamente colocadas esfumaram-se por completo quando, por exemplo, num conjunto de cinco registos de passaportes o escritório registava os três primeiros como agricultores, o quarto como lavrador e o quinto, finalmente, como agricultor quando entre eles nem a idade nem o estado civil, por exemplo, constituíam factor de distinção. Neste cômputo fizemos também recair os registos de mais nove jornaleiros e de dois seareiros porque, por um lado, apesar da especificidade própria da sua ocupação e dada a similitude de funções com o agricultor e, por outro, o seu reduzido quantitativo, optámos por os considerar como trabalhadores do sector agrícola. Fazem, igualmente, parte integrante deste quantitativo 21 mulheres agricultoras, dez das quais especificamente identificadas como agricultoras, 4 jornaleiras, outras tantas rústicas e 3 lavradeiras. De todos estes agricultores parece-nos digno de nota o facto de 92,2% terem embarcado no 1.º trimestre.

Relativamente às mulheres domésticas, o seu total (505) representa 80,6% do total das 627 mulheres embarcadas e, se a elas adicionarmos as costureiras (39), obteremos 86,8% do total do contingente feminino emigrante. Por isso, mais de 90% das mulheres que emigraram para o Brasil, em 1947, eram domésticas (a maioria esmagadora), ou costureiras ou trabalhadoras agrárias. Em relação ao total das costureiras não podemos deixar de referenciar que estão aí incluídas as modistas, aprendizas de modista e também uma cerzideira.

Do mesmo modo, entre os carpinteiros incluímos não só os aprendizes mas igualmente os ajudantes e oficiais do mesmo ofício, bem como, entre os marceneiros contabilizamos os aprendizes e, entre os pedreiros, acrescentamos um canteiro. Pensamos não poder deixar passar despercebido o facto de ser também

relevante o número de carpinteiros entrados no Brasil – 276 que equivalem a 13,4% do total.

Atentando também nos quantitativos dos pedreiros e dos estucadores que demandaram os portos brasileiros e, sabendo que os emigrantes viam, habitualmente, a sua deslocação autorizada em função da prévia celebração de contratos de trabalho, poderemos aventar a hipótese de ser possível averiguar a existência de trabalhos e construções, principalmente no Rio de Janeiro (para onde se dirigia a maioria dos emigrantes), que exigissem a prestação do trabalho destes profissionais.

Relativamente aos quantitativos dos fluxos analisados por profissão e sua distribuição ao longo do ano, quase somos levados a considerar que este ano em apreço apresenta-se como que constituindo dois anos num só, duas conjunturas diferentes num mesmo ano: uma durante o 1.º trimestre e outra nos restantes meses do ano. Na verdade, e para nos determos apenas em alguns exemplos, só durante o 1.º trimestre saíram para o Brasil mais de 90% dos agricultores, dos carpinteiros (95,3%), dos pedreiros (93,8%), dos estucadores (97,4%) e mais de 80% dos marceneiros (82,6%) mas, por outro lado, apenas saíram 29,7% das domésticas, já que a maior parte destas (70,3%) rumou ao longo do restante tempo do ano, isto é, uma emigração de pendor fortemente feminino.

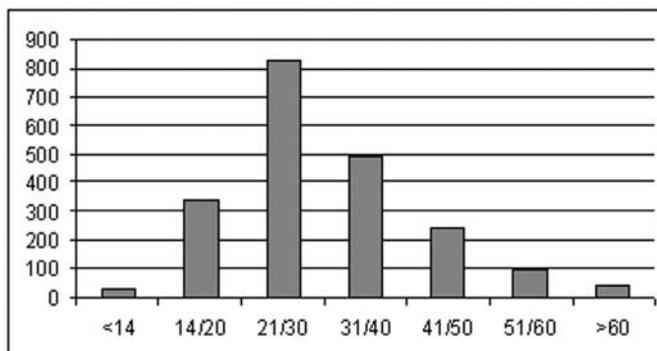
DISTRIBUIÇÃO POR IDADE

Definimos um 1.º grupo etário abrangendo os titulares de passaportes com idade inferior aos 14 anos não só porque esse grupo era constituído por todos aqueles que, apesar de menor idade, viajavam muitas vezes sozinhos mas também porque, por essa razão, constituíam um pequeno grupo, mesmo o mais pequeno, apenas 1,4% do total (28 emigrantes). Quase todos eles eram identificados, no campo profissional, ou por estudantes ou por “familiares” apesar de, na maior parte das situações, não embarcarem acompanhados por nenhuma pessoa de família a fazer fé quer nos nomes quer nos locais de naturalidade – seriam, por isso, familiares (talvez filhos) de emigrantes já radicados no Brasil e que realizariam a viagem sozinhos ou, talvez, acompanhados de amigos ou vizinhos. Só o prosseguimento da investigação com o posterior cruzamento de dados relativos à filiação e naturalidade, mas também aos locais de destino e fixação de residência poderá ajudar a confirmar esta asserção.

O segundo grupo etário foi fixado entre os 14 e 20 anos para que, deste modo, pudesse englobar um espaço de 7 anos, não muito diferente dos restantes grupos constituídos por espaços de 10 anos, até aos 60. Estes dois grupos etários totalizam 17,9%.

Fixamos o último escalão etário para os emigrantes com idade superior aos 60 anos, o que constitui igualmente um pequeno grupo no cômputo geral, equivalente a 2,0% do total (42 pessoas).

Figura 2: Distribuição dos emigrantes por idades



Observando-se os dados totais relativos às idades dos titulares de passaportes, de forma simples se constata que a maior parte tinha entre 21 e 30 anos de idade (826 no total, equivalentes a 39,9%), mas não podem passar despercebidos os perto de meio milhar de emigrantes (mais correctamente, 494, referentes a 23,9% do total) que apresentavam idades entre os 31 e os 40 anos. Aliás, estes dois grupos de idades acabam, em conjunto, por abranger 1320 emigrantes e fazem com que possamos considerar que quase 2/3 do total (63,8%) dos emigrantes para o Brasil, no ano de 1947, se fixassem entre os 21 e os 40 anos.

O Brasil parecia ser, assim, um bom pretexto para melhorar as condições de vida no começo da vida adulta e no auge da idade activa, depois de cumpridas as formalidades da vida militar, e a tempo de, por vezes, valer ainda a pena o regresso ao torrão natal. Por outro lado, esse mesmo Brasil parecia já não ser um destino tão aliciante para os mais velhos já que, a partir dos 41 anos, só 18,2% dos portugueses procuravam emigrar.

“Pode, portanto, concluir-se que a emigração incide sobretudo nas camadas mais jovens da população, com força e ânimo ainda para tentarem esquivar-se à sorte mofina dos que aceitaram como uma fatalidade a miséria”⁷.

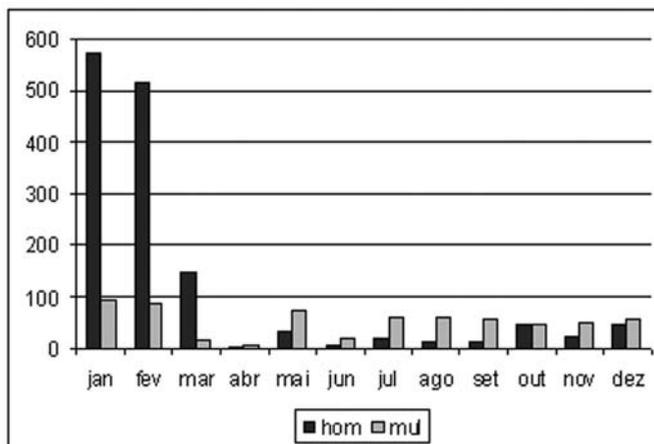
O mesmo reduzido número (16,6%) de pessoas emigrantes constituía o grupo etário dos 14 aos 20 anos formado, muitas vezes, por estudantes e familiares de emigrantes, na maior parte das vezes, já radicados em terras de Vera Cruz.

Os quantitativos respeitantes aos grupos de idades levantados neste ano de 1947 enquadram-se também, sem grandes desfasamentos, nos valores que João Evangelista apresentara já e que não se afastavam dos 22% para o grupo dos 14 aos 21 anos, dos 37% e dos 26% para os grupos dos 22 aos 29 anos e dos 30 aos 39, respectivamente, e dos 11% para os emigrantes com idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos⁸.

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO

No quadro específico do quantitativo global dos titulares de passaportes de emigrante analisado por sexo facilmente se constata que a maior parte, mais de 2/3 (69,7%), é constituída por homens e, conseqüentemente, menos de 1/3 (30,3%) por mulheres.

Figura 3: Distribuição mensal dos emigrantes por sexo



Mas esta situação apresenta modificações quando estudada a partir da distribuição mensal. Deste modo, no 1.º trimestre de 1947 foram emitidos 1 432 passaportes, dos quais 1 236 a homens (86,3%, portanto), ao passo que nos restantes meses, do total de 638 passaportes, 431 (isto é, 67,6%) foram registados em nome de mulheres.

Como pelo disposto no Decreto-Lei n.º 36 199, de 29 de Março de 1947, que suspendia a emigração legal portuguesa, transitava para a competência do ministro do Interior, a faculdade de autorizar a saída do País a indivíduos que já tinham obtido passaporte de emigrante à data daquele diploma legal, concluímos, por isso, que a maior parte destas mulheres emigrantes teriam já encetado a requisição de passaporte em data anterior a 29 de Março.

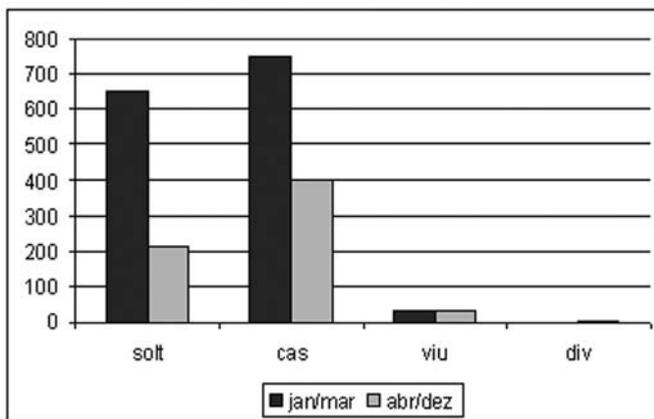
Sendo a maioria destas mulheres casadas e domésticas, pressupomos que estariam, assim, na disposição de se juntarem aos maridos que previamente tinham abalado.

Por isso, ainda neste domínio, é notória a influência que a publicação do referido decreto teve, não só no volume de saídas, mas também na composição da distribuição por sexo dos emigrantes. Possivelmente (mas só a continuidade da investigação poderá confirmar) será a composição do 1.º trimestre a mais vulgar, uma vez que a composição dos restantes meses deste ano de 1947 deverá contemplar uma situação de carácter excepcional, primordialmente feminina, criada pelo referido Decreto-Lei.

ESTADO CIVIL

Dos 2 070 emigrantes titulares de passaportes nacionais que, em 1947, demandaram o Brasil, pouco mais de metade (1 148, 55,5% do total) eram casados e ao número de solteiros (862) correspondiam 41,6% dos emigrantes. Os viúvos constituíam 2,8% (58) e dos divorciados contabilizámos apenas 3.

Figura 4: Distribuição dos emigrantes por estado civil



Entrando em linha de conta com a especificidade própria dos dados emigratórios ocorridos neste ano de 1947 resultantes da publicação do Decreto-Lei que suspendeu a emigração podemos, também neste domínio, avaliar as situações características resultantes do 1.º trimestre em comparação com o resto do ano.

Assim, ao longo dos primeiros três meses saíram, rumo aos portos brasileiros, 750 emigrantes titulares de passaportes casados (que representam 52,4% do total) e 652 solteiros (45,5%). Sabendo que foram, de forma maioritariamente evidente, os homens que saíram do País (cerca de 86%) podemos concluir que, entre os homens, não era grande a distinção dos que emigravam casados ou solteiros, apesar de se notar uma ligeira superioridade para os casados. No entanto, de Abril a Dezembro, foram principalmente emigrantes casados os que partiram (398, que perfazem 62,4%) face aos pouco mais de 210 solteiros (32,9%). Como, neste período, mais de 2/3 dos emigrantes são mulheres, concluímos que, fundamentalmente, eram na sua maioria mulheres casadas que deixavam o nosso país para, possivelmente, se irem juntar aos maridos que haviam já partido, o que faz elevar a diferença dos casados para os solteiros em cerca de 30% para os menos de 7% verificados no 1.º trimestre.

Também o número de viúvos, sobretudo mulheres, é maior (4,4%) no período de tempo de Abril a Dezembro do que no 1.º trimestre do ano (2,0%). Relativamente aos divorciados, e porque constituíam uma excepção – apenas três no universo de 2 070 –, a sua caracterização sumária é a seguinte: dois são homens

(um barbeiro de 50 anos, natural de Baião, e o outro ourives joalheiro, de Gondomar, que na época tinha 44 anos); o terceiro emigrante divorciado é uma mulher, doméstica, de 43 anos, natural do Porto, da freguesia da Sé.

ACOMPANHANTES

O tratamento dos dados relativos a este assunto não poderá ser totalmente fidedigno porque ele baseia-se apenas no facto do levantamento da existência (ou inexistência) de fotografias coladas junto do registo da emissão dos passaportes.

Recenseámos como acompanhantes dos titulares de passaporte 655 pessoas e, destas, apenas 48 (isto é, 7,3%) o escrivão anotou, à parte, a sua existência através da referência ao grau de parentesco (esposa, filhos, habitualmente) e à idade, e somente até ao dia 21 de Janeiro, data em que ocorreu a mudança de escrivão identificada pela diferente caligrafia usada.

Se adicionarmos este quantitativo ao dos titulares de passaportes solicitados para o Brasil, em 1947, obteremos um total de 2 725 emigrantes.

A partir desta data o levantamento dos dados foi efectuado tendo somente em linha de conta a observação das fotografias coladas. No entanto, num dos livros de registo (no 3 515) a maior parte das fotografias encontravam-se descoladas. Os serviços do Arquivo Distrital do Porto procederam à sua recolagem, mas não de uma forma totalmente criteriosa porque, embora esporadicamente, aparecem fotografias de menores (quase sempre filhos) acompanhando mulheres solteiras ou homens registados como solteiros acompanhados de mulheres e filhos, o que contraria a normalidade dos registos.

Neste domínio o número de acompanhantes registados apenas no 1.º trimestre (322) é sensivelmente igual ao da restante parte do ano (333, correspondentes a 50,8%) o que perfaz uma média bastante mais elevada no 1.º trimestre (107) do que nos restantes (37).

No cômputo geral, do número de 655 acompanhantes que constituem o número total levantado, 427 são do sexo feminino, o que equivale a 65,2% (quase o dobro dos acompanhantes do sexo masculino), porque neste número está englobado grande número de mulheres que, ao longo do 1.º trimestre, acompanharam os seus maridos e, por isso, a percentagem dos acompanhantes femininos de Janeiro a Março é de perto de 74% do total.

Portanto, também neste domínio, a dicotomia observada entre o 1.º e os restantes trimestres do ano se verifica: um maior número de mulheres acompanhantes dos seus maridos entre Janeiro e Março contrasta com o número de registos por sexo onde é maior o número de mulheres que, individualmente, solicitaram passaporte no período do ano que medeia entre Abril e Dezembro.

Eram considerados acompanhantes os que obtinham permissão de viajar integrados no passaporte de um titular, geralmente a sua mulher e/ou os seus filhos até aos 14 anos.

FAMILIARES

O apuramento do grau de familiaridade entre os emigrantes só é possível através da análise mais atenta da filiação e da naturalidade dos impetrantes que, posteriormente, é confirmado pelo local de destino que é, regra geral, o mesmo para todas as pessoas da mesma família.

Também aqui, a distinção entre o fluxo respeitante aos três primeiros meses e a parte restante do ano é evidente: o número de familiares emigrantes é, em média, inferior a 10% do número total de passaportes no 1.º trimestre enquanto que nos restantes essa média ascende aos 32,1%. Assim se constata que de Janeiro a Março são fundamentalmente os homens casados que emigram individualmente, ao passo que de Abril a Dezembro cerca de um terço dos emigrantes são familiares dos impetrantes, maioritariamente mulheres casadas, acompanhadas dos filhos, o que indicia que são membros da família que pretendiam juntar-se aos emigrantes que haviam abalado antes – é a vontade de unir e manter unida a estrutura familiar básica mesmo longe da terra natal.

Estas conclusões são confirmadas não só pelo que expusemos já no domínio da distribuição por sexo, mas também, no dos acompanhantes.

Eram referenciados nos registos como familiares também os menores sem profissão que viajassem acompanhados de seus irmãos.

DESTINOS

No tocante aos destinos, ressalta a percentagem de 65,7% de titulares de passaportes (relativa a 1 359 registos) que, no ano de 1947, demandaram o estado do Rio de Janeiro. Mas este número poderá na prática ser eventualmente maior, porque, além deste destino, temos mais perto de 15% de passaportes emitidos para o destino genericamente designado por *Brasil* (onde incluímos também os referenciados como para os Estados Unidos do Brasil) e, deste total (de 306), não podemos determinar com rigor, para já, quantos se terão fixado no Rio de Janeiro.

S. Paulo com centena e meia de chegadas (7,2%) e Santos (com 157 equivalentes a 7,6%) constituem os locais de desembarque preferidos imediatamente a seguir à capital da República

Pará, Pernambuco, Manaus e Rio Grande do Sul, foram destinos procurados por apenas cerca de 1% dos emigrantes.

Por vezes, os escrivães registaram os destinos de alguns (poucos, apenas 18) passaportes como “Rio de Janeiro – Santos”, “Rio de Janeiro – S. Paulo”, “Santos – S. Paulo” ou “S. Paulo – Santos”. Nestes casos, utilizamos como critério fazer a identificação destes locais através da sua última denominação, por nos parecer ser ela o destino final do emigrante.

Digno de destaque, parece-nos o facto do elevado número de registos efectuados com destino apenas para Brasil (cerca de 60%) ocorridos durante os meses de Agosto e Setembro.

ORIGEM

Por manifesta falta de tempo útil não nos é possível apresentar dados rigorosos relativamente aos concelhos de naturalidade dos emigrantes que, em 1947, se dirigiram para o Brasil. Sabendo que maioritariamente todos eles eram originários da região norte do País, naturais ou residentes no Porto, pareceu-nos que a falta destes dados constituiriam aqueles que menor importância desempenham no presente estudo.

Este levantamento vai exigir um tipo de análise mais aprofundada também devido ao facto de só até ao dia 25 de Janeiro os escritvães terem sistematicamente completado, nos registos, os campos relativos à freguesia e ao concelho de naturalidade.

Porém, com quantitativos significativos e superiores à meia centena de registos, apuramos os concelhos de Baião, Barcelos, Cinfães, Feira, Gondomar, Porto, Póvoa de Varzim, Resende, Vila Nova de Gaia e Vila Real.

Por razões que se alicerçam nas nossas origens familiares resolvemos realisar a caracterização mais pormenorizada dos emigrantes naturais do concelho de Baião, que é o mais interior do distrito do Porto e que confina, na Serra do Marão, com o distrito transmontano de Vila Real.

Deste modo apurámos que, em 1947, deixaram Baião, com destino ao Brasil, 67 titulares de passaportes distribuídas por 43 homens e 24 mulheres.

Tratando-se, ainda hoje, de um concelho predominantemente rural, curioso se torna constatar que o maior número de impetrantes eram carpinteiros (15 – 34,9%), seguidos dos agricultores (11 – 26,6%) e dos pedreiros (6 – 13,9%) e, quase todas as mulheres (20 – 83,4%) eram domésticas, se bem que, neste caso, muitas vezes a mulher identifica a sua ocupação como doméstica mas, na região em apreço, ela ocupa a maior parte do seu tempo diário e desenvolve, no campo, todas as tarefas necessárias ao trabalho agrário, ajudando o marido ou desenvolvendo-as de forma autónoma.

No que ao estado civil respeita, verificamos que a maior parte dos emigrantes são casados (55,8% entre os homens e 58,3% nas mulheres) e, entre os viúvos é maior a incidência entre as mulheres (8,4%) do que entre os homens (2,3%), aqui também semelhantemente ao que sucede entre a globalidade dos emigrantes deste ano de 1947.

Em consonância com os dados recolhidos e trabalhados nos restantes capítulos também aqui se avalia facilmente a diferenciação de resultados durante o 1.º trimestre e a parte restante do ano. Deste modo, verificámos que, só entre Janeiro e Março emigraram 50 pessoas, das quais 39 são homens (e que constituem 78% do total) e 11 são mulheres, ao passo que nos restantes trimestres partiram 13 mulheres (76,5%) e apenas 4 homens.

Também merecedor de registo nos parece o facto de não ser insignificante a deslocação, em conjunto, de familiares: duas mães que acompanham duas filhas, um pai viúvo e uma filha, outro pai e um filho, além de outro pai juntamente com duas filhas, três grupos de dois irmãos e outro composto por três irmãos.

OS REGRESSOS

Catalogámos como regressos os movimentos emigratórios de Portugal para o Brasil dos imigrantes que encetaram essa viagem na qualidade de naturais brasileiros.

No cômputo geral, em 1947, são poucos – apenas 32, o que perfaz uns escassos 1,5% do total.

Este grupo era constituído por 20 homens e 12 mulheres, todas domésticas. Relativamente às profissões/ocupações dos homens, 6 eram estudantes, 4 agricultores, 3 empregados comerciais, 2 comerciantes, outros 2 pedreiros e ainda outros 2 carpinteiros, além de um picheleiro.

O que demais significativo parece ressaltar deste grupo é que, apesar de numericamente pequeno, destes movimentos catalogados como regressos, 7 deles acabaram por provocar a partida de 7 novos emigrantes, seus familiares.

CONCLUSÃO

O Decreto n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919, considerava, no seu art.º 2.º, como emigrantes, e conseqüentemente sujeitos à apresentação de passaportes, os nacionais que com passagem de 3.ª classe embarcassem para portos estrangeiros, ou os que, apesar de embarcarem em 1.ª, 2.ª ou classes intermédias, tivessem o propósito de fixar residência no estrangeiro, as mulheres casadas desacompanhadas dos maridos (salvo se separadas de pessoa e bens), os menores desacompanhados dos pais e as pessoas com menos de 45 anos sujeitos ao serviço militar.

No art.º 3.º estipula que o passaporte será sempre individual e fixa a taxa a pagar por cada cidadão masculino maior de 14 anos e taxa mais elevada por cada mulher ou indivíduo masculino menor de 14 anos. Os passaportes seriam conferidos pelos governos civis da naturalidade ou residência dos impetrantes e deveriam mencionar se o emigrante partia contratado ou, espontaneamente, sem vínculo de trabalho. Para a sua concessão, era exigido, para além do documento de identificação, o certificado do registo criminal, certidão de idade e, aos menores de 21 anos, autorização dos pais e, no caso das mulheres casadas, autorização do marido. Os maiores de 14 anos e menores de 45 só poderiam obter passaporte mediante licença das autoridades militares competentes.

No art.º 13.º são enumeradas as situações em que a emigração é proibida, como os casos dos maiores de 60 anos sem vínculo de trabalho, as mulheres solteiras menores de 25 anos desacompanhadas de seus pais, e menores de 14 anos desacompanhados dos pais, excepto se o fizessem por pessoas respeitáveis que provassem ter a sua subsistência assegurada no lugar de destino.

Pelos dados recolhidos pudemos, na verdade, constatar que os registos de passaporte eram feitos em nome individual e que, como acompanhantes de maior idade apenas aparecem as esposas, e os menores de 14 anos.

Tentámos demonstrar como a publicação do Decreto-Lei n.º 36 199, de 27 de Março de 1947, condicionou todo o movimento emigratório provocando duas situações díspares no mesmo ano: uma no 1º trimestre e outra de Abril a Dezembro e, por isso, de Janeiro a Março a maior parte dos emigrantes são homens, casados ou solteiros, mas, na restante parte do ano partiram, principalmente, as mulheres, domésticas, casadas.

Na referência aos bilhetes de identidade dos impetrantes, algumas vezes os escrivães registavam a data da sua emissão, que frequentemente era muito próxima da do registo (por vezes pouco mais do que um mês) o que indicia que a decisão de emigrar não era preparada com antecedência, era muitas vezes realizada por imitação (são frequentes os grupos, pequenos, de pessoas da mesma região, ou com a mesma profissão encetarem a viagem em conjunto, para o mesmo local de destino) por influência de vizinhos ou familiares até, porque, como vimos, alguns regressados promoviam e acompanhavam novos emigrantes. Este facto é demonstrativo também de como grande parte de cidadãos nacionais, mesmo em meados do séc. XX, não eram portadores de documento identificativo da sua identidade.

Como curiosidade final, gostaríamos de acrescentar que cerca de 92% dos emigrantes tinham olhos castanhos, apenas 6,6% olhos azuis e somente 1,1% olhos verdes ou garços, e apenas 15,1% dos homens usavam bigode.

BIBLIOGRAFIA

- EVANGELISTA, João (1971), *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa: INE, Centro de Estudos Demográficos.
- MARQUES, A H. de Oliveira (1973), *História de Portugal*, Lisboa: Palas Editores.
- ROSAS, Fernando (1994), “Condições Geográficas e Demografia”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. VII, “O Estado Novo (1926-1974)”, Lisboa: Ed. Estampa.
- SERRÃO, Joel (1974), *A Emigração Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- VEIGA, Teresa Rodrigues (2005), “A Transição Demográfica”, in *História Económica de Portugal (1700-2000)*, orgs. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. III, “O Século XX”, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

NOTAS

- 1 MARQUES, 1973.
- 2 ROSAS, 1994: 21.
- 3 VEIGA, 2005: 41.
- 4 ROSAS, 1994: 24.
- 5 SERRÃO, 1974: 43.
- 6 EVANGELISTA, 1971: 131.
- 7 SERRÃO, 1974: 127.
- 8 EVANGELISTA, 1971: 128.

A EMIGRAÇÃO DE ELITES DO NOROESTE DE PORTUGAL NO SÉCULO XIX

Henrique Rodrigues

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos o fenómeno migratório, a partir da mobilidade com um único passaporte, excluindo desta abordagem os indivíduos com dois ou mais embarques documentados, obtivemos um volume superior a duas dezenas de milhares de pessoas do sexo masculino¹. Perante este quadro, faremos uma análise aos fluxos que se inserem na estrutura superior da pirâmide social, considerando que estamos perante evasões de elites sócio-profissionais².

Neste texto, não incluímos a abordagem aos estudantes e caixeiros³, por se tratar de jovens sem definição das actividades que virão a assumir da pirâmide profissional. Por não ser representativa a análise separada de cada um dos mes-teres, devido aos volumes, organizámos duas partes diferentes: as elites constituídas por negociantes, comerciantes, capitalistas, empreiteiros, industriais, armadores, ourives e relojoeiros, todos num grupo; o segundo conjunto, a que convencionámos atribuir a classificação de quadros superiores, devido à formação académica de tais indivíduos, está representado por sacerdotes, escreventes, farmacêuticos, engenheiros, bacharéis, guarda-livros e médicos; o terceiro agregado⁴ corresponde aos proprietários⁵.

Tais surtos de emigrantes do sexo masculino, posicionados no topo da pirâmide sócio-profissional e cultural, correspondem a um quantitativo de 774 movimentos documentados durante o período indicado e representam perto de quatro em cada cem movimentos⁶ com uma saída licenciada em Viana do Castelo.

OPÇÕES SAZONAIS DAS ELITES

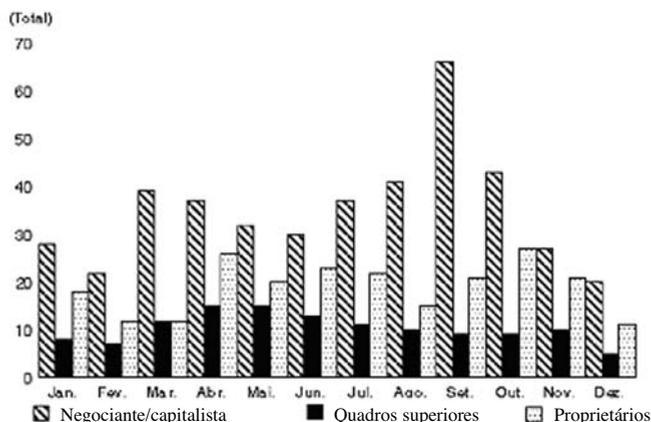
Os proprietários, homens possuidores de bens imóveis, como casas e propriedades fundiárias e outros haveres, distinguem-se dos lavradores pelo estatuto cultural⁷. Entre os proprietários, 3,9% não tinham aprendido a escrever o nome, o que nos permite inserir⁸ este grupo no topo da pirâmide social.

Para observarmos os comportamentos de tais indivíduos, face ao momento em que concretizaram oficialmente a obtenção da licença de viagem, organizámos os embarques por grupos, no quadro 1, de maneira a podermos compará-

los e descobrir se apresentam perfis coincidentes no tocante ao mês de aquisição de passaporte.

Os homens do negócio, incluídos no grupo 1, manifestam pouca vontade de atravessar o Atlântico no Inverno, embora de Março a Junho o caudal desenhe uma curva descendente. Dezembro e Fevereiro correspondem aos períodos de menor volume, todavia, o mês de Setembro lidera os quantitativos, seguido pelos de Outubro e de Agosto. Podemos afirmar que estes comerciantes e outros profissionais do ramo, de Outubro até Março, não arriscavam a partida com tanta frequência, ao contrário do fluxo do início da Primavera ou no fim do Verão, como, pela figura 1, se evidencia.

Figura 1: Movimento sazonal do escol sócio-profissional com um passaporte entre 1835-1900



A mobilidade é muito irregular e estes portadores de licenças elegem os meses de Fevereiro, Março e Dezembro como menos apropriados. Tais opções são pouco comuns a outros êxodos, especialmente face aos caudais do início da Primavera. Estes embarques exibem uma lógica orientada por trimestres, onde Abril e Setembro emergem como os tempos mais indicados para os proprietários obterem o bilhete da viagem. Também os meses de Junho e Julho eram dos mais requisitados por estes “emigrantes”.

Os quadros superiores, onde se encontram os detentores de habilitações académicas elevadas, com destaque para clérigos, engenheiros, médicos, farmacêuticos, entre outros, ostentam uma distribuição mais regular e compacta, embora a curva sazonal seja muito diferente da que os outros colegas desenharam ao longo dos tempos. O Natal e o Carnaval actuaram sobre estas largadas, como noutros casos, todavia o período da Páscoa e o mês de Maio intervêm como as fases mais agendadas. A seguir, os embarques decaem até Outubro. Desta constatação inferimos que tais fugas não estavam adstritas a lógicas pré-determinadas, como acontece relativamente aos homens do campo, indivíduos comprometidos com o calendário das colheitas. Importa sublinhar que estamos

perante um pequeno agregado de ausências, as quais, quando analisadas com os restantes elementos da elite sócio-cultural, não definem uma estacionalidade com as características evidenciadas por outros profissionais.

No conjunto, e retomando os elementos do gráfico 1, estes grupos arquitectam um quadro onde as vazantes revelam uma tendência de crescimento entre Janeiro a Abril, embora o mês de Fevereiro corresponda ao segundo momento de maior contracção. De Maio a Agosto, as travessias mantêm-se estáveis. Definimos o início do Outono como a fase mais procurada por quem desejava tomar o vapor. A partir deste período, o êxodo entra em fase de contracção até às festas da Natividade, mostrando uma lógica semelhante à de outros segmentos migratórios, porque as lógicas familiares continuam a exercer pressão e controlo sobre quem parte, sendo responsáveis pela sazonalidade da mobilidade demográfica.

MOVIMENTO ANUAL E ALFABETIZAÇÃO

Se o fluxo corresponde a um volume quantitativo pouco relevante, os indicadores de cultura letrada atingem valores bem expressivos. Este cenário justifica a elaboração de uma tabela com a distribuição por anos de saída, de forma a vermos se as ausências arquitectam tendências idênticas às de outros fluxos por nós examinados, já que a sazonalidade revela variações bem demarcadas.

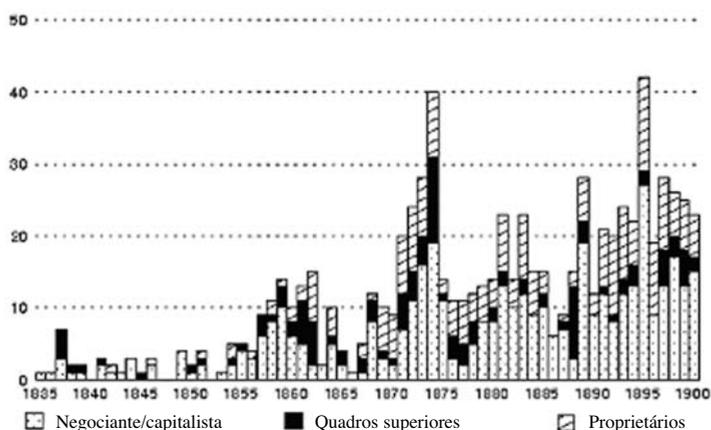
O quadro 2, onde separamos os escolarizados dos remanescentes, mostra os negociantes, os capitalistas e os proprietários com maiores levas em 1895. No final da centúria, temos os maiores caudais destas saídas. A distribuição anual é diferente dos restantes colegas aqui analisados, os detentores de formação académica superior.

Ao observarmos cada um destes pequenos conjuntos, os comerciantes e outros agentes desta área marcam presença em quase todos os anos, contudo, constroem ciclos concentrados à volta de 1859, 1874, 1881/83. Os últimos anos de Oitocentos acusam a pressão destes movimentos, sendo bem significativo o corrimento de meados dos anos noventa.

A representação gráfica com o número dois, onde estão distribuídos os totais de cada grupo por ano, permite-nos ver os proprietários cartografados com uma curva idêntica ao que acabamos de retratar, todavia, a obtenção de passaporte antes de 1870 apresenta-se escassa. Estes emigrantes marcam o ano de 1875 como um dos menos procurados, se considerarmos a presença de dois registos. Os momentos com maiores números de licenças requeridas situam-se na última década de oitocentos.

O escol com formação académica superior emerge com mais relevo nos dois primeiros anos de sessenta e rubrica uma presença assinalável em 1874 e em 1888, o que revela a existência de um fluxo anual diferente de outros grupos.

Figura 2: Distribuição anual de elites sócio-profissionais com um passaporte emitido entre 1835-1900



A imagem, com todas as variáveis, mostra a fuga mais intensa desta nata em 1874 e em 1895, assim como o movimento também é mais activo nos primeiros anos da década de setenta. O ritmo não é sustentado e provoca uma quebra acentuada nos fluxos, sendo recuperado em 1882-1883, para, de novo, se retraírem as requisições de licenças até 1889. Nesta data, voltamos a observar outro estímulo nos embarques, cujo caudal se prolonga pelos últimos anos da centúria. Assim, a distribuição anual deste escol apresenta algum paralelismo com a tendência e com os ciclos do fenómeno migratório do noroeste com o primeiro passaporte.

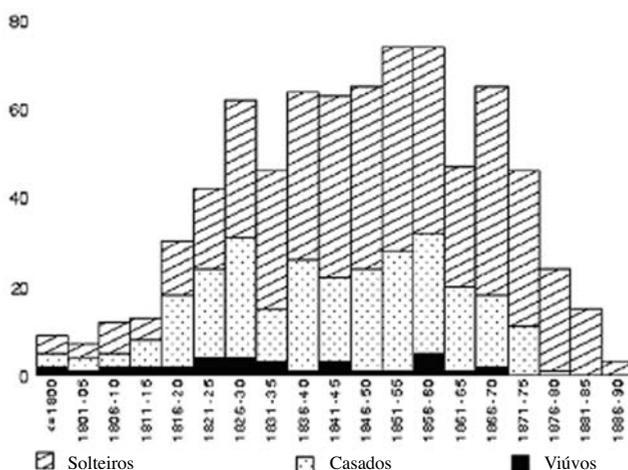
MOVIMENTO DE GERAÇÕES

Ao constatarmos a existência de algumas diferenças nas opções sazonais e nos momentos de obtenção das licenças, cujas alterações são mais notadas entre os do segundo grupo, (negociantes, comerciantes, capitalistas, empreiteiros, industriais, armadores, ourives e relojoeiros) importa saber se as gerações de celibatários e casados anunciam dissemelhanças, especialmente para os impactos observados em determinados anos. O quadro 3 e a figura correspondente permitem ver os quinquênios de nascimento destes indivíduos e os indicadores de instrução expressos através das assinaturas firmadas nos documentos e registos de passaportes.

Os jovens, varões sem compromissos conjugais, são dominados pelas gerações baptizadas desde 1841 a 1870, entre os quais se distinguem os do último quinquénio, embora no lustro anterior (1861-1865) seja visível uma contracção, não tendo estes acompanhado os ritmos dos colegas nascidos no período precedente. A nota dominante vai para os celibatários com um movimento pau-

tado pela regularidade entre os procriados desde 1826 até aos inícios da década de oitenta, contudo, observa-se o fosso provocado pelos nados entre 1861-1865, como referimos. Pelo facto de se tratar de homens sem as responsabilidades conferidas pelo matrimónio, surpreendem-nos os reduzidos números de passaportes impetrados pelos jovens gerados no período de 1886 a 1890, mas esta participação reduzida pode dever-se, em parte, às actividades profissionais decorrentes da formação académica exigida para o desempenho de tais funções, por isso seria inibidora dos embarques de adolescentes com o estatuto profissional e cultural indicado.

Figura 3: Gerações de elites sócio-profissionais por estado civil com um passaporte emitido entre 1835-1900

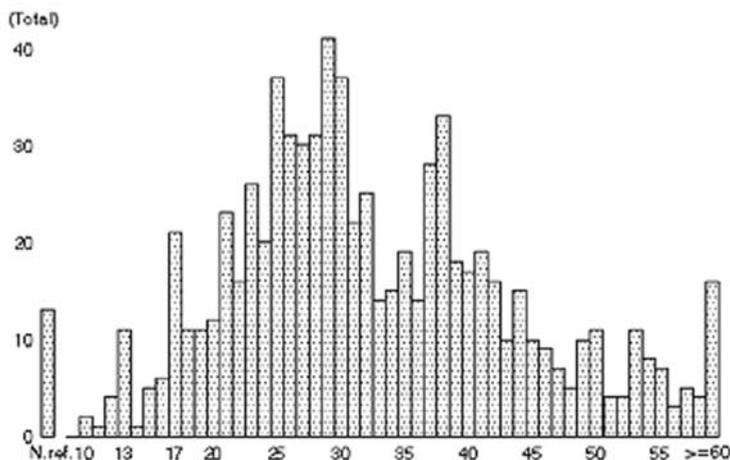


Se os viúvos representam os mais idosos, todos eles concebidos antes da década de setenta, também a expressão numérica destas saídas é insignificante, pois andam pelas quatro dezenas de indivíduos, onde incluímos os sem identificação do respectivo estado civil. De forma idêntica a estes, os que tinham contraído núpcias e ainda continuavam com o núcleo familiar completo, apresentam mais uma estirpe de emigrantes, os registados no lustro de 1871-1875, lógica esta reveladora de um grupo ligeiramente mais novo do que os outros colegas sem cónjuge, os viúvos.

Os consorciados ostentam volumes mais equilibrados entre as várias gerações e são sustentados pelos varões vindos ao mundo entre 1815 e 1875. A partir desta última data, não figuram, no seio destas evasões, homens casados das elites sócio-profissionais. A nossa atenção vai para a presença de movimentos menos intensos de quem viu a luz do dia no período politicamente conturbado, a guerra civil dos anos trinta, pois o primeiro quinquénio não foi favorável a este grupo formado por depositários de responsabilidades conjugais. Importa sublinhar que, a par dos concebidos na década de cinquenta, temos as saídas

protagonizadas pelos registados nos assentos de baptismo na parte final dos anos vinte.

Figura 4: Elites sócio-profissionais por anos de idade com passaporte emitido entre 1835-1900



Ao observarmos a distribuição do quadro 3, descobrimos que os indicadores de instrução atingem cotas máximas entre os emigrantes vindos ao mundo nos períodos seguintes: de 1806 a 1815, na década de sessenta e nos anos oitenta, contudo, a presença dos analfabetos é, como apontámos, irrelevante, por isso classificámo-los como provenientes de um escalão muito próximo do topo da pirâmide. A imagem gráfica desenhada com percentagens permite-nos apurar uma relação de viúvos mais intensa entre os nascidos ao início do século. Também os solteiros vão, progressivamente, aumentando o caudal, de forma a termos fluxos constituídos por celibatários procriados depois de 1875, fenómeno bem visível no gráfico 3, além de não encontrarmos fugas de indivíduos baptizados depois de 1891, embora haja treze casos cuja idade não foi possível apurar.

Estes contingentes apresentam uma tendência de envelhecimento do caudal, pois a moda fica nos vinte e nove anos, como se nota através da figura 4. Vejamos, entretanto, a distribuição destes fluxos, de acordo com a idade, à data da obtenção dos documentos de travessia do Atlântico.

O leque etário é vasto e está balizado pelos dez e os setenta anos, para os quais temos, somente, três passaportes identificados. Até aos vinte, a presença é pouco significativa, embora se destaquem os jovens de dezassete, rapazes evadidos antes de atingirem os dezoito anos porque até 1859 era exigido o pagamento de uma fiança militar depois desta idade. O volume relativo a estes mancebos corresponde a onze por cento do êxodo, contudo sobressaem os adultos menores de trinta anos, os quais rubricam 37,7% dos quantitativos.

Passada a fasquia dos trinta, assistimos a uma quebra nestas fugas, embora os adultos de trinta e sete e trinta e oito apareçam com alguma evidência e ajudem a fixar os trintões nos 26,5%, cota bastante elevada por corresponder a mais de um quarto do caudal. Depois de atingirem os quarenta, a pirâmide afunila e faz corresponder este grupo etário a pouco mais de catorze pontos percentuais.

Se estamos perante a diáspora de elites sócio-culturais, também emergem com altos níveis etários, onde os maiores de quarenta correspondem a vinte e três casos em cada cem, sendo o fenómeno dominado por adultos entre os vinte e um e os quarenta de idade, com 64,2% de elementos neste quadro. Assim, temos os de vinte e cinco, os de vinte e nove e os de trinta anos na liderança destes grupos etários.

ORIGEM CONCELHIA E ALFABETIZAÇÃO

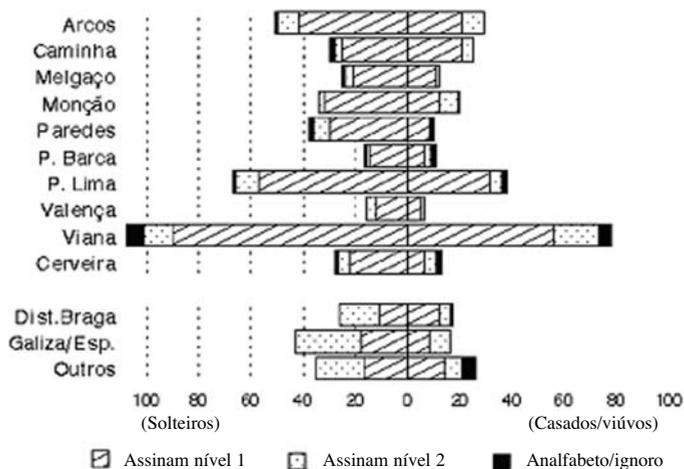
Estas evasões ocorrem a partir de todas as áreas concelhias do Noroeste de Portugal. Entre eles, também estão cento e dezasseis indivíduos oriundos de várias localidades não pertencentes a esta área distrital, como acontece relativamente a galegos, aos provenientes da zona de Braga, além de outras terras. Reunimos, no quadro 4, estes últimos num conjunto identificado por “vários”. Assim, faremos uma análise às variáveis da proveniência geográfica por estado civil e indicadores de alfabetização.

A distribuição de tais elementos permite-nos, através do gráfico 4, comparar o movimento e analisar o contributo de cada espaço municipal. No concernente a solteiros inseridos no mais elevado nível de instrução, o Alto-Minho é responsável por 75,9% destes quadros, embora haja cerca de onze por cento a firmar com uma letra de nível menos apurado. Os omissos, sem marcas pessoais de conhecimento do abecedário, juntos aos declarados analfabetos, correspondem, entre os celibatários, a menos de quatro por cada cem movimentos.

As autarquias de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez emergem entre as que participaram com maiores volumes desta nata, enquanto que os naturais da Galiza não exibem tão elevado quilate, se considerarmos a presença de indivíduos com assinatura de nível 2 de ambos os estados civis. Apurámos, ainda, que estes emigrantes posicionados no topo da pirâmide sócio-cultural, são liderados pelos homens de Viana do Castelo. Deste espaço geográfico, partiram 26,1% de varões habilitados para gizarem o nome com muita perícia. Os provenientes de Valença e Ponte da Barca ostentam contributos mais modestos, relativamente aos solteiros de todo o Alto-Minho.

A presença de homens comprometidos conjugalmente e escolarizados com os saberes da caligrafia diminui entre os de Viana, a favor dos que grafaram de forma menos apurada, os de nível 2, cujos quantitativos são iguais aos dos colegas sem contratos nupciais. Dos restantes varões casados, os provenientes de Braga superiorizam-se aos mancebos; por sua vez, os galegos solteiros têm uma presença mais relevante do que os colegas consorciados e com responsabilidades nos lares.

Figura 5: Elites sócio-profissionais por concelhos, estado civil e níveis de alfabetização, saídos entre 1835-1900

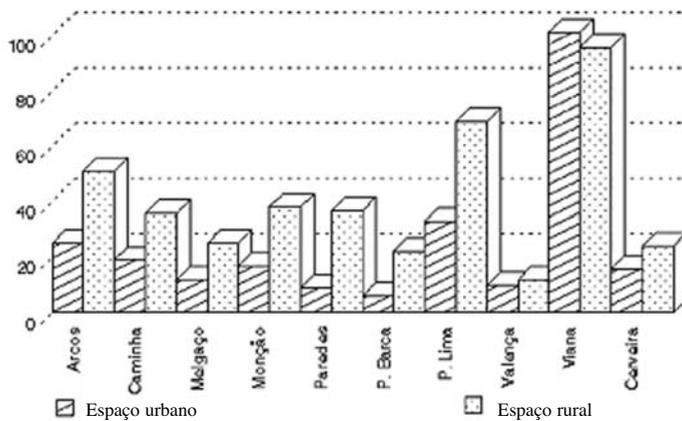


A comparação destes quantitativos, relativamente à contribuição de cada área, por estado civil, permite-nos asseverar que os celibatários detêm maior cota relativamente aos êxodos de Paredes de Coura e Valença, embora os totais desta última autarquia não atinjam a meia centena de homens. Nos municípios de Caminha e de Viana do Castelo, os casados e viúvos imperam sobre os colegas sem compromissos maritais, com mais de quarenta por cento dos respectivos embarques, quando a média do distrito exhibe uma cota próxima dos trinta e sete pontos, contra os restantes sessenta e três por cento de celibatários.

ELITES RURAIS E URBANAS

Dissemos que os embarques eram compostos por indivíduos oriundos de várias edilidades, algumas das quais não são pertencentes ao Alto-Minho, todavia, 84,8% das licenças emitidas foram para esta região. Face a tais cálculos, interrogamo-nos sobre a proveniência do mundo rural e urbano, ou seja, que comunidades contribuem para estas fugas e que terras se destacam nestes cenários? Para análise das duas variáveis, elaborámos o gráfico 5, onde os valores estão distribuídos pelos dois grupos: os das urbes e os dos espaços rurais. O mundo urbano tem um destaque quantitativo menos assinalável do que o campestre, fenómeno que não é de estranhar, considerando o total de aldeias de cada concelho. Mas a imagem referida mostra-nos, em Viana do Castelo, a inversão desta lógica, sendo a dianteira tomada pelos nascidos na própria cidade, relegando para segundo plano os naturais das restantes freguesias do município, embora estes emigrantes ostentem números muito realçados quando comparados com os colegas das outras áreas.

Figura 6: Distribuição de elites sócio-profissionais do Alto Minho por espaços urbanos, saídos entre 1835-1900



A figura anterior também permite constatar a existência de uma distribuição entre as comunidades rurais e urbanas com equilíbrio em Viana do Castelo e Valença, enquanto que Paredes de Coura e Ponte da Barca têm uma representação dominada pelas elites saídas das aldeias, além de estarmos perante contributos de pouca monta neste último município e no de Valença.

A cartografia destes êxodos, representados no mapa 1, permite-nos uma imagem diferente da dicotomia rural/urbano, pois conseguimos descobrir as paróquias de maior impacto e as manchas mais densas ou os lugares sem qualquer contributo deste escol sócio-cultural e profissional.

O concelho de Arcos de Valdevez aparece pouco povoado, onde vinte e três aldeias não figuram nesta carta, além de mais duas dezenas terem sido representadas por um ou dois elementos. Todavia, destacamos Sabadim e Prozelos com sete e doze varões, respectivamente. Ao contrário de outros grupos, nesta área, observa-se um “deserto” a Norte do centro administrativo, tendo a vila deixado escapar vinte e cinco membros das elites.

O município de Ponte da Barca, excluiu deste cenário, onze sítios. A própria sede autárquica só cooperou com seis emigrantes deste quilate, mas, ao longo do rio Lima, emerge uma implantação mais composta, com destaque para as aldeias Bravães, Touvedo e Vila Nova de Muía, com três homens cada. O contributo deste espaço geográfico continua a ser parcimonioso e aglomera-se numa zona próxima do centro administrativo, o que origina várias falhas na área de divisão com Ponte de Lima e com o distrito de Braga.

A edilidade de Ponte de Lima, à semelhança de Arcos de Valdevez, conta com vinte e três povoados sem representação desta nata e com trinta e três membros da elite sócio-cultural na respectiva urbe. A dispersão destes indivíduos é bem visível e apresenta maior implantação a Sul, em redor das terras de São Julião de Freixo e da Correlhã, onde as evasões compreendem seis e sete

peessoas. De Arcozelo fugiu o segundo maior volume, com nove indivíduos. Sublinhe-se o facto de haver nove paróquias, ao longo do curso fluvial, de onde se evadiram estes profissionais, assim como em Ponte da Barca há sete localidades e na área de Arcos de Valdevez cinco, todos provenientes de locais distendidos ao longo do curso fluvial.

Em Viana do Castelo ocorre a concentração de maior impacto destes varões, de onde embarcaram cento e um homens de estatuto social demarcado. Entre eles, quarenta e cinco fazem referência ao nascimento na urbe; trinta e sete anotaram o baptismo na paróquia de Santa Maria Maior, tendo os restantes dado a freguesia Monserrate como local de naturalidade. As povoações dispostas ao longo do vale do rio Lima, curso fluvial que atravessa este concelho, formam um grupo de dez. Entre elas sobressaem Portuzelo com nove elementos, Darque com dez emigrantes e nove naturais de Barrocelas, vila situada na margem do rio Neiva. O impacto é mais notado, nesta área, devido à existência de seis aldeias a Norte do Lima sem qualquer contributo, embora tenhamos mais quatro terras em branco na margem Sul.

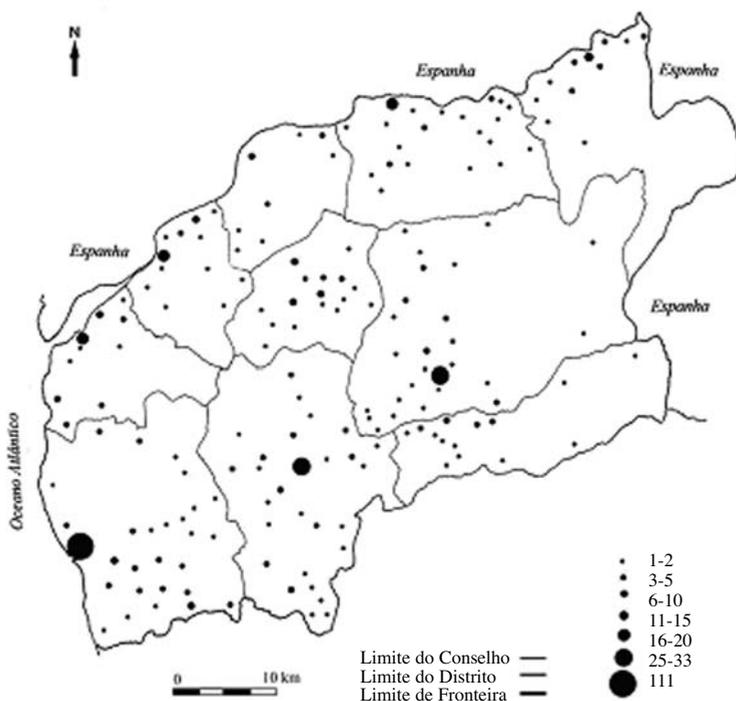
A imagem a reter sobre os que deixaram o coração do Alto-Minho, o município de Paredes de Coura, é diferente de outras autarquias. Só quatro paróquias não contribuíram com membros desta elite sócio-profissional. As terras mais próximas do centro emergem deste representação e a vila de Paredes de Coura, com nove homens, pouco se destaca das freguesias de Ferreira e Infesta com seis indivíduos cada. Sublinhamos, ainda, o contributo de Formariz e Padornelo com cinco evasões deste escol proveniente do mundo rural.

Ao longo do rio Minho, continuamos a observar uma malha sem uniformidade na distribuição. Caminha limitou-se a ver partir homens de dez povoações, das quais se destacam a própria sede com dezanove embarques, Seixas e Vila Praia de Âncora com dez, seguindo-se a freguesia de Âncora com cinco emigrantes. Não há registos na zona serrana, como aconteceu a outras autarquias. A distribuição apresenta mais indivíduos desta nata profissional, ao longo das margens do rio Âncora.

Vila Nova de Cerveira assoma como uma excepção, se considerarmos que só três localidades não intervieram nestes cenários e entre elas a aldeia de Covas, terra com bastante impacto na emigração de lavradores e agricultores. Se a área urbana contribuiu com dezasseis elementos, a paróquia de Campos aparece na segunda posição, com nove membros. As restantes, além de Reboreda com três, limitam-se a contribuir com uma ou dois homens deste estatuto.

Neste contexto, o concelho de Valença do Minho é dos mais estéreis. Dos vinte e dois casos, distribuídos por metade das povoações, cabem dez aos nascidos na vila; três a Cerdal e outros tantos a Friestas; dois a Gondomil, e os restantes aqui cartografados ficam representados pelo número mínimo.

Mapa 1: Elites sócio-profissionais do Alto Minho por paróquias saídas com uma licença entre 1835-1900



A cobertura está bem distribuída por toda a área do município de Monção, embora não corresponda à autarquia com melhor contributo, pois a maior parte das terras só permitiu a saída de um ou dois homens. Os espaços geográficos sem figuração nesta cartografia são dez. Cabem dezassete indivíduos do topo da pirâmide social à vila, enquanto que as aldeias de Moreira e a de Longos Vales detêm, respectivamente, quatro e cinco membros cada.

Melgaço, a edilidade mais a Norte, mostra-nos uma imagem diferente da zona anterior. Aqui, as localidades distendidas ao longo do rio Minho contribuem com mais saídas deste escol. Se da própria sede municipal embarcaram doze homens, as aldeias de Cristóval e Chaviães, no extremo fronteiro, concorreram com um total de dez membros. Também sublinhamos o contributo da freguesia de Prado por aparecer com quatro membros da elite nascida na periferia. Sete povoações arraigadas à serra figuram sem qualquer registo de ausências destes quadros superiores.

Estes movimentos exibem um indelével carácter urbano, pois os dez centros concelhios são responsáveis por 248 embarques destes varões, o correspondente a 37,8% de indivíduos com formação superior, sendo os restantes provenientes do mundo rural do Alto-Minho. Raramente as aldeias surgem com um número destacável desta nata, contudo as terras de Darque (Viana), Vila Praia

de Âncora e Seixas (concelho de Caminha) conseguiram rubricar uma dezena de êxodos cada. Também encontramos nove pessoas nas paróquias seguintes: Campos, (Cerveira) Correlhã (P. de Lima), Barroselas e Portuzelo (ambas de Viana). A cobertura, como apontámos, deixou algumas áreas desertas, com cento e dez povoados sem intervenção nestes movimentos, de um universo correspondente a 288 freguesias existentes no século XIX, donde resulta uma distribuição correspondente a cerca de sessenta e dois por cento das localidades do Alto-Minho aqui representadas com os melhores quadros deste grupo sócio-profissional.

ÁREAS DE DESTINO

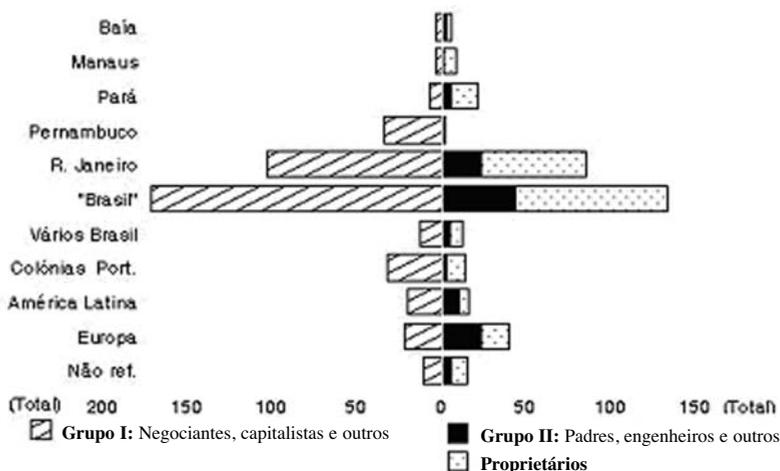
Uma questão que se levanta sobre estes emigrantes provenientes de estratos sociais elevados tem a ver com a direcção para onde seguiram, pois nem sempre devem ter deixado a terra para assumirem um estatuto de “emigrante”, embora tenham saído com passaporte. Alguns indivíduos viajaram para a Europa, outros seguiram para as colónias portuguesas, mas a maior parte atravessou o Atlântico, rumo à América Latina.

As indicações relativas ao destino destes movimentos estão sintetizadas no quadro 5, onde aparecem arrolados 78% de movimentos rumo ao Brasil. Para a Europa, dirigiram-se oito por cento. As colónias portuguesas aparecem com uma cotação próxima dos seis pontos percentuais.

Se alguns casos mencionam, com rigor, terras como: Ceará, Campos, Carril, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santos, São Paulo e Vitória, agrupadas por nós em “vários Brasil”, outras foram averbados separadamente, como a Baía, Manaus, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Os do grupo 1, composto por negociantes, comerciantes, capitalistas, empreiteiros, industriais, armadores, ourives e relojoeiros, registaram como locais para o negócio, além da capital do Império, Pernambuco e as colónias portuguesas. Também encontrámos pequenos fluxos em direcção à Europa e Argentina. Os que caminharam para terras de Vera Cruz e não anotaram o local específico aparecem com uma cota de instruídos mais baixa do que a média, ao contrário dos que tinham indicado a cidade ou estado com rigor, como Baía, Manaus, Pará, Pernambuco e outros locais. Estes são todos homens estudados, pois só um não tem elementos sobre o grau de habilitações. Tal cenário tem paralelo com os que seguiram viagem para as colónias portuguesas e para a Argentina, todos eles demonstraram indicadores de escolarização.

Figura 7: Áreas de destino do escol sócio-profissional e cultural saído com um passaporte, entre 1835-1900



O conjunto composto por padres, escreventes, farmacêuticos, engenheiros, bacharéis, guarda-livros e médicos (grupo 2), como era de conjecturar, não apresenta qualquer elemento desprovido de cultura letrada, bem pelo contrário, são profissionais provenientes do mais elevado patamar da pirâmide sócio-cultural. Quase todos, além de poderem ser rotulados como líderes de opinião, tiveram uma formação acadêmica superior ou mesmo universitária. As áreas de destino escolhidas por tais homens continuam a ser as que registámos no quadro anterior, onde o Pará assoma meia dúzia destes membros, mas a ex-colônia portuguesa recebe pouco mais de sessenta e seis por cento deste conjunto. A Europa rivaliza de perto com o Rio de Janeiro e a Argentina também aparece com um dezena de membros deste grupo. Dos que impetraram passaporte para o espaço europeu, dois registos não contêm sinais de literacia, todavia, parece improvável que esses emigrantes estivessem desprovidos de competências da arte da escrita.

Os arrolados como proprietários detêm um peso assinalável, com perto de trinta varões em cada cem ausências, e dão preferência ao Rio de Janeiro e ao Pará, ao contrário dos colegas do primeiro, que anotaram o embarque para Pernambuco. Sublinhe-se, também, a existência de proprietários que seguiram para as colônias de África, embora o número seja inferior aos que designaram a Europa ou o Pará. Note-se, ainda, entre estes profissionais encaminhados para o Brasil, a presença de mais de cinco por cento de elementos sem marcas de cultura letrada ou mesmo desprovidos de tais competências.

Em conclusão, assiste-nos sublinhar que a Baía e Manaus, além das terras incluídas em “vários”, correspondem a opções cujas cotas são muito reduzidas, porque não eram as preferências destes homens de nível superior. Os destinos do grupo 1 são específicos. Além do Rio de Janeiro, Pernambuco emerge entre

as áreas mais procuradas. Se os proprietários anunciam preferencialmente o Pará, os do grupo 2 assestam a Europa. A macrocefalia do Rio de Janeiro revela-se na escolha da maioria destes homens, sendo o mais preferido pelos do agrupamento 1. As parcelas totais mostram-nos que as intenções de evasão, depois dos que indicaram somente o Brasil, recaem na capital da ex-colônia do século XIX, como se ilustra através da figura 6. De imediato temos as deslocamentos pela a Europa, seguidas pelos embarcados para terras de África. Pernambuco rivaliza com outros destinos como a América Latina, locais que acolheram três dúzias de varões da elite sócio-cultural.

Ao compararmos os do primeiro agrupamento com os restantes, os números exibem algum paralelismo, todavia, os proprietários e os do grupo 2 dominam entre os requerentes de licença para a Europa e o Pará, enquanto que África e Pernambuco têm mais peso para os do conjunto 1. As grandes opções são sempre o “Brasil” e Rio de Janeiro.

Tabela 1: Movimento sazonal de elites sócio-profissionais com passaporte emitido em Viana do Castelo entre 1835-1900

MESES	GRUPO 1*			GRUPO 2**			PROPRIETÁRIOS			TOTAL MOVIMENTO		
	Ass.	Ana/ign	Total	Ass.	Ignora	Total	Ass.	Ana/ign	Total	Ass.	Ana/ign	Total
Janeiro	26	2	28	8	0	8	16	2	18	50	4	54
Fevereiro	22	0	22	7	0	7	12	0	12	41	0	41
Março	38	1	39	12	0	12	12	0	12	62	1	63
Abril	34	3	37	15	0	15	25	1	26	74	4	78
Mai	29	3	32	14	1	15	19	1	20	62	5	67
Junho	26	4	30	13	0	13	23	0	23	62	4	66
Julho	34	3	37	10	1	11	21	1	22	65	5	70
Agosto	38	3	41	10	0	10	14	1	15	62	4	66
Setembro	65	1	66	9	0	9	20	1	21	94	2	96
Outubro	42	1	43	9	0	9	26	1	27	77	2	79
Novembro	27	0	27	10	0	10	19	2	21	56	2	58
Dezembro	19	1	20	5	0	5	9	2	11	33	3	36
Totais	400	22	422	122	2	124	216	12	228	738	36	774

(*) negociantes, comerciantes, capitalistas, empreiteiros, industriais, armadores, ourives, relojoeiros.

(**) padres, escreventes, farmacêuticos, engenheiros, bacharéis, guarda-livros, médicos.

Tabela 2: Movimento anual de elites sócio-profissionais com um passaporte emitido entre 1835-1900

ANO DE EMISSÃO	GRUPO 1*			GRUPO 2**			PROPRIETÁRIOS			TOTAL MOVIMENTO		
	Assi	Rest.	Total	Ass.	Rest.	Total	Ass.	Rest.	Total	Ass.	Rest.	Total
1835	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
1836	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
1837	2	1	3	3	1	4	0	0	0	5	2	7
1838	1	0	1	1	0	1	0	0	0	2	0	2
1839	1	0	1	1	0	1	0	0	0	2	0	2
1840	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1841	2	0	2	1	0	1	0	0	0	3	0	3
1842	1	0	1	0	0	0	1	0	1	2	0	2
1843	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
1844	3	0	3	0	0	0	0	0	0	3	0	3
1845	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1
1846	2	0	2	0	0	0	1	0	1	3	0	3
1847	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1848	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1849	4	0	4	0	0	0	0	0	0	4	0	4
1850	1	0	1	1	0	1	0	0	0	2	0	2
1851	1	1	2	1	0	1	1	0	1	3	1	4
1852	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1853	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
1854	2	0	2	1	0	1	2	0	2	5	0	5
1855	4	0	4	1	0	1	0	0	0	5	0	5
1856	3	0	3	0	0	0	1	0	1	4	0	4
1857	5	1	6	3	0	3	0	0	0	8	1	9
1858	7	1	8	1	0	1	2	0	2	10	1	11
1859	8	2	10	3	0	3	1	0	1	12	2	14
1860	6	0	6	2	0	2	2	0	2	10	0	10
1861	5	0	5	6	0	6	2	0	2	13	0	13
1862	2	0	2	6	0	6	7	0	7	15	0	15
1863	2	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	2
1864	5	0	5	1	0	1	4	0	4	10	0	10
1865	1	1	2	2	0	2	0	0	0	3	1	4
1866	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
1867	1	0	1	2	0	2	2	0	2	5	0	5
1868	8	0	8	3	0	3	1	0	1	12	0	12
1869	3	0	3	1	0	1	5	1	6	9	1	10
1870	2	0	2	1	0	1	5	1	6	8	1	9

Cont.

ANO DE EMISSÃO	GRUPO 1*			GRUPO 2**			PROPRIETÁRIOS			TOTAL MOVIMENTO		
	Ass.	Rest.	Total	Ass.	Rest.	Total	Ass.	Rest.	Total	Ass.	Rest.	Total
1871	7	0	7	5	0	5	8	0	8	20	0	20
1872	11	0	11	4	0	4	9	0	9	24	0	24
1873	15	1	16	4	0	4	8	0	8	27	1	28
1874	14	5	19	12	0	12	6	3	9	32	8	40
1875	10	1	11	1	0	1	2	0	2	13	1	14
1876	3	0	3	3	0	3	4	1	5	10	1	11
1877	2	0	2	3	0	3	6	0	6	11	0	11
1878	8	0	8	3	0	3	4	0	4	15	0	15
1879	6	0	6	0	0	0	5	0	5	11	0	11
1880	8	0	8	2	0	2	4	0	4	14	0	14
1881	11	2	13	2	0	2	7	1	8	20	3	23
1882	9	1	10	0	0	0	4	0	4	13	1	14
1883	12	0	12	2	0	2	9	0	9	23	0	23
1884	8	1	9	0	0	0	6	0	6	14	1	15
1885	10	0	10	2	0	2	3	0	3	15	0	15
1886	6	0	6	0	0	0	0	0	0	6	0	6
1887	7	0	7	1	0	1	1	0	1	9	0	9
1888	3	0	3	10	0	10	2	0	2	15	0	15
1889	18	1	19	3	0	3	6	0	6	27	1	28
1890	9	0	9	0	0	0	3	0	3	12	0	12
1891	12	0	12	1	0	1	8	0	8	21	0	21
1892	8	0	8	1	0	1	11	0	11	20	0	20
1893	11	1	12	1	1	2	9	1	10	21	3	24
1894	13	0	13	3	0	3	6	0	6	22	0	22
1895	27	0	27	2	0	2	12	1	13	41	1	42
1896	8	1	9	0	0	0	10	0	10	18	1	19
1897	13	0	13	5	0	5	9	1	10	27	1	28
1898	17	0	17	3	0	3	6	0	6	26	0	26
1899	13	0	13	5	0	5	6	1	7	24	1	25
1900	15	0	15	2	0	2	5	1	6	22	1	23
Totais	400	22	422	122	2	124	216	12	228	738	36	774

(*) Negociantes, comerciantes, capitalistas, empreiteiros, industriais, armadores, ourives, relojoeiros.

(**) Padres escreventes, farmacêuticos, engenheiros, bacharéis, guarda-livros, médicos.

Tabela 3: Grupos etários de elites profissionais por estado civil e instrução saídos com um passaporte entre 1835-1900

ANOS DE NASCI-MENTO	SOLTEIROS				CASADOS				VIÚVOS E DESCONHECIDOS			
	Ass.	Analf	Ign.	Total	Ass.	Analf	Ign.	Total	Ass.	Analf	Ign.	Total
<=1800	4	0	0	4	2	1	0	3	1	1	0	2
1801-1805	3	0	0	3	3	0	0	3	0	0	1	1
1806-1810	7	0	0	7	3	0	0	3	2	0	0	2
1811-1815	5	0	0	5	6	0	0	6	2	0	0	2
1816-1820	11	1	0	12	15	1	0	16	2	0	0	2
1821-1825	16	2	0	18	19	0	1	20	4	0	0	4
1826-1830	29	2	0	31	25	1	1	27	4	0	0	4
1831-1835	30	1	0	31	10	2	0	12	3	0	0	3
1836-1840	37	1	0	38	23	2	0	25	1	0	0	1
1841-1845	39	0	2	41	17	2	0	19	3	0	0	3
1846-1850	41	0	0	41	22	1	0	23	1	0	0	1
1851-1855	44	2	0	46	27	0	0	27	1	0	0	1
1856-1860	41	0	1	42	25	0	2	27	5	0	0	5
1861-1865	27	0	0	27	19	0	0	19	1	0	0	1
1866-1870	47	0	0	47	16	0	0	16	2	0	0	2
1871-1875	34	0	1	35	10	0	1	11	0	0	0	0
1876-1880	21	1	1	23	1	0	0	1	0	0	0	0
1881-1885	15	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0
1886-1890	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
1891-1895	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1895-1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
[Omisso]	2	0	2	4	2	0	0	2	5	0	2	7
Total	456	10	7	473	245	10	5	260	37	1	3	41

Tabela 4: Distribuição das saídas de elites sócio-profissionais por estado civil, alfabetização e origem concelhia, entre 1835-1900

CONSELHOS DE ORIGEM	SOLTEIROS				CASADOS, VIÚVOS E DESCONHECIDOS			
	Níveis de ass.	Analf.	Ignora	Total	Níveis de ass.	Analf.	Ignora	Total
Arcos	42	8	1	51	21	8	0	29
Caminha	25	3	2	30	21	4	0	25
Melgaço	21	3	1	25	11	1	0	12
Monção	32	2	0	34	12	7	1	20
Paredes	30	6	2	38	8	1	1	10
P. Barca	15	1	1	17	6	3	2	11
Ponte Lima	57	9	1	67	31	5	2	38
Valença	12	4	0	16	5	1	0	6
Viana	90	11	7	108	56	17	5	78
Cerveira	22	5	1	28	6	5	2	13
Alto Minho	346	52	16	414	177	52	13	242
Baixo Minho	11	4	0	15	12	4	1	17
Espanha	18	7	1	26	8	8	0	16
Vários	17	1	0	18	14	7	5	26
Total	392	64	17	473	211	71	19	301

Tabela 5: Áreas de destino e alfabetização de elites sócio-profissionais com um passaporte emitido entre 1835-1900

ÁREAS DE DESTINO	GRUPO 1			GRUPO 2			PROPRIETÁRIOS			TOTAL MOVIMENTO			
	Ass.	Ana/ign	Total	Ass.	Ignora	Total	Ass.	Ana/ign	Total	Ass.	Ana/ign	Total	%
Baía	4	0	4	3	0	3	3	0	3	10	0	10	1,3
Manaus	4	0	4	1	0	1	6	1	7	11	1	12	1,5
Pará	7	0	7	6	0	6	15	0	15	28	0	28	3,6
Pernambuco	33	1	34	1	0	1	1	0	1	35	1	36	4,7
Rio de Janeiro	99	4	103	23	0	23	58	4	62	180	8	188	24,3
“Brasil”	161	11	172	43	0	43	85	5	90	289	16	305	39,4
Vários Brasil (*)	13	0	13	5	0	5	7	0	7	25	0	25	3,2
Colónias portug.	32	0	32	3	0	3	10	1	11	45	1	46	5,9
América Latina	20	0	20	10	0	10	6	0	6	36	0	36	4,7
Europa	17	5	22	21	2	23	16	1	17	54	8	62	8,0
Não referido	10	1	11	6	0	6	9	0	9	25	1	26	3,4
Totais	400	22	422	122	2	124	216	12	228	738	36	774	100

(*) Ceará, Campos, Carril, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santos, São Paulo e Vitória.

FONTES

Relatórios sobre o estado da administração pública nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

BIBLIOGRAFIA

- MADUREIRA, Nuno Luís (coord.) (2002), *História do Trabalho e das Ocupações*, III Volume, Lisboa: Celta Editora.
- MARTINS, Oliveira (1956), *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa: Guimarães Editores.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes (2003), *Alto-Minho no Século XIX, contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*, Porto: Faculdade de Letras.
- SILVA, Fernando Emygdio (1917), *Emigração portuguesa*, Coimbra: França e Arménio Livreros Editores.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1992), *A Alfabetização em Arouca nos meados do século XIX (alguns dados)*. Separata de *Poligrafia 1*, [s.l.], Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.

NOTAS

- 1 RODRIGUES, 2003: 223-590, trabalho disponível na Universidade do Porto e na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Sobre a problemática das fontes e da numerosa bibliografia consultada, remetemos, por questões de espaço, para este nosso trabalho.
- 2 Tivemos em consideração, além do perfil ocupacional, elementos de alfabetização, construindo, desta forma, um agregado pautado por elevados índices de literacia, como veremos.
- 3 Para uma visão mais alargada sobre este segmento sócio-profissional, ver *Embriões de elites pela via da emigração no século XIX*, comunicação apresentada por nós no Congresso Internacional, Braga, 2005, que se encontra no prelo.
- 4 Para 1906 e 1913, a organização apresentada por Emygdio da Silva associa proprietários a capitalistas, todavia, nós optámos por tratar os proprietários separadamente, considerando o número de movimentos existentes (SILVA, 1917: 163). Também Oliveira Martins separou os proprietários dos restantes emigrantes, que representavam, em 1887, 4% dos êxodos (MARTINS, 1956).
- 5 A classificação de proprietário raramente se aplica antes da implantação do Liberalismo e está quase sempre associada à posse de ofícios, mas estes indivíduos emergem da nova ordem sócio-política e aparecem nas listas de recenseamento eleitoral. É o paradigma do estatuto social notável que foi gerado com o Liberalismo (MADUREIRA, 2002: 4).
- 6 Embora Oliveira Martins tenha sublinhado que «*as informações de que dispomos referem-se exclusivamente ao ano de 1887 e são extremamente incompletas*», registou um total de 654 proprietários, o equivalente a 4%, valor que não está muito afastado das “elites” que temos para Viana do Castelo com um só passaporte, contudo, o total de proprietários com uma ou várias licenças é superior a sete centenas de movimentos, o que equivale a pouco mais de 2,1% da totalidade de emissões, onde se incluem os refluxos, como veremos ao tratar deste segmento migratório (MARTINS, 1956: 230).
- 7 Ribeiro da Silva, ao analisar um universo profissional cerrado «*típico de uma sociedade rural*», estuda uma listagem respeitante aos cidadãos votantes para eleição de Deputados. Aqui, num total de 53 proprietários, 77,4% eram homens com capacidades intelectuais e competentes para a leitura de um texto, todavia estes indicadores eram mais baixos entre os casados, com uma cota situada ligeiramente acima dos 67,9%, enquanto que os viúvos registados neste universo eram poucos, mas esta meia dúzia sabia ler. Os celibatários aproximam-se dos oitenta e dois pontos percentuais (SILVA, 1992: 21-37). Os valores exibidos foram calculados por nós, a partir de uma breve análise à lista nominativa, onde constam variáveis geográficas, etárias, estado civil, entre outras, como a capacidade para a leitura e a décima paga por cada indivíduo, além da profissão. É uma fonte que «*provavelmente silencia os mais desfavorecidos economicamente que seriam presumivelmente também os mais iletrados*», opina Francisco Ribeiro da Silva (p. 23), todavia, é um trabalho muito meritório por facultar o cruzamento de múltiplas variáveis e por trazer à luz do dia uma nova fonte para o estudo da alfabetização no século XIX.
- 8 Para o Alto-Minho, sobre a estrutura das «*artes e ofícios*», que aparecem separados das «*artes liberais*» e do «*pessoal commerciante*» veja-se *Relatorios sobre o estado da administração publica....*, 1865: 18-20.

A EMIGRAÇÃO DO NORDESTE TRASMONTANO PARA O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Maria da Graça Lopes Fernandes Martins

1. DADOS QUANTITATIVOS DE PORTUGAL CONTINENTAL E DO DISTRITO DE BRAGANÇA FACE AO BRASIL COMO DESTINO DA EMIGRAÇÃO

As trajectórias dos emigrantes nordestinos não diferem muito em relação às preferências dos emigrantes de Portugal continental, apesar de apresentarem aspectos de conteúdo específicos. A América é o continente que absorve o maior número de emigrantes, cerca de 564 333 indivíduos, 93,27% de um total de 605 034. Dentro deste continente destaca-se o Brasil (tabela n.º 1) que, só por si, absorve 519 989 emigrantes (85,28% do total), apresentando para estes dois decénios valores consideráveis no continente e perante outros continentes. Joel Serrão retrata bem este movimento: “*chusmas de indivíduos ansiosos por melhor sorte demandam na longa travessia do Atlântico, (...) aos portos do Novo Mundo, donde a esperança lhes acenava*”¹.

Tabela 1: Emigração com destino ao Brasil a partir de Portugal Continental e distrito de Bragança (1901-1920)

ANOS	PORTUGAL CONTINENTAL			DISTRITO DE BRAGANÇA			PESO REALATIVO
	Total de Emigrantes	Emigração para o Brasil	%	Total de Emigrantes	Emigração para o Brasil	%	
1901	15 264	13 245	86,77%	764	702	91,88%	5,30%
1902	15 012	13 232	88,14%	550	502	91,27%	3,79%
1903	15 634	13 783	88,16%	394	339	86,04%	2,46%
1904	22 234	20 161	90,68%	1 767	1 710	96,77%	8,48%
1905	25 193	22 943	91,07%	1 252	1 166	93,13%	5,08%
1906	26 989	24 416	90,47%	980	879	89,69%	3,60%
1907	31 206	29 919	95,88%	1 417	1 369	96,61%	4,58%
1908	35 689	34 820	97,57%	3 202	3 159	98,66%	9,07%
1909	30 286	29 145	96,23%	1 675	1 514	90,39%	5,19%

Cont.

ANOS	PORTUGAL CONTINENTAL			DISTRITO DE BRAGANÇA			PESO REALATIVO
	Total de Emigrantes	Emigração para o Brasil	%	Total de Emigrantes	Emigração para o Brasil	%	
1910	31 799	29 760	93,59%	1 633	1 502	91,98%	5,05%
1911	49 560	45 762	92,34%	6 476	5 951	91,89%	13,00%
1912	77 745	72 245	92,93%	11 532	11 151	96,70%	15,43%
1913	67 821	62 459	92,09%	8 619	8 423	97,73%	13,49%
1914	20 918	18 886	90,29%	1 411	1 380	97,80%	7,31%
1915	14 089	11 289	80,13%	953	868	91,08%	7,69%
1916	17 362	9 883	56,92%	1 211	939	77,54%	9,50%
1917	13 062	6 899	52,82%	851	676	79,44%	9,80%
1918	11 321	6 077	53,68%	766	600	78,33%	9,87%
1919	33 709	20 425	60,59%	1 355	1 103	81,40%	5,40%
1920	50 141	30 640	61,11%	1 352	1 138	84,17%	3,71%
Total	605 034	515 989	85,28%	48 160	45 071	93,59%	8,73%

* Percentagem dos emigrantes do distrito de Bragança relativamente ao total da emigração portuguesa

Comparando a emigração com destino ao Brasil de Portugal continental e do Distrito de Bragança, podemos concluir que os valores absolutos e percentuais de ambas as regiões são significativos. Nos dois primeiros decénios do século XX, a percentagem do distrito foi superior, já que, num universo de 48 160 emigrantes, 93,59% (45 071 indivíduos) se deslocaram para aquele país. O valor percentual é notório: 93,58%, atendendo à escala e dimensão demográfica do distrito (população de facto), calculada segundo os censos da população para 1900 com 185 162 indivíduos, para 1911 em 192 024 e em 1920 com um decréscimo para 170 302.

Os valores relativos à TBE (Taxa Bruta de Emigração) distrital e continental são também dignos de menção, respectivamente para 1901-1911, 9,69‰ e 5,14‰; para 1912-1920, 17,20‰ e 6,09‰.

As TBE do Distrito de Bragança apresentam valores, em permilagem, superiores aos de Portugal continental, ilustrando, pois, a saída em massa de muitos nordestinos.

No conjunto da comunidade emigrante portuguesa do Brasil, no período 1901-1920, 8,73% é ocupada pelos emigrantes nordestinos. O ano de 1912 é decisivo em termos de valores absolutos para Portugal continental e Distrito de Bragança, tanto para o total dos destinos, 77 745 indivíduos e 11 532 respectivamente, bem como para o caso concreto do Brasil, 72 245 e 11 151 emigrantes, respectivamente. Em termos percentuais, o ano de 1908 é marcante tanto para o Continente como para o Distrito de Bragança. A percentagem dos que se deslocam para o Brasil corresponde, respectivamente, a 97,57% e 98,66% dos emigrantes.

No conjunto da comunidade portuguesa no Brasil, o ano de 1912 absorve 15,43% de emigrantes nordestinos, valor máximo, seguido de 13,49% para 1913. Apenas os anos de 1903, 1906, 1909, 1910 e 1911 se apresentam, para o Distrito de Bragança, com valores percentuais inferiores aos do continente, no tocante ao volume de emigrantes que se deslocam para o Brasil. Curioso também verificar que a partir de 1916 até 1920 a diferença ultrapassa os 20%. A 2ª década do século concentrou a maior percentagem, na qual o ano de 1912 “recolheu os louros” com 11 532 emigrantes. As expectativas que a 1.ª República alimentara traduziram-se, inversamente, num volume considerável de emigrantes, que alheios a pressões políticas, porque “massa anónima”, abandonaram a terra natal. Apenas a insegurança do período bélico de 1914-1918 contrariou, temporariamente, este fluxo já que, logo a seguir, se transformou num verdadeiro factor de angariação de emigrantes.

2. DESTINOS DOS EMIGRANTES TRANSMONTANOS

Sem dúvida, a concluir pelos números apresentados nas estatísticas oficiais, nos Livros de Registos de Passaportes e pela informação colhida nos periódicos regionalistas do distrito de Bragança, nas duas primeiras décadas do século XX, especialmente no pico do fluxo emigratório: 1911, 1912, 1913, a análise dos pólos de atracção geográfica dos emigrantes deixa transparecer uma preferência indiscutível pelos destinos intercontinentais (gráfico n.º 1), mais concretamente os transoceânicos, privilegiando o continente americano.

Vejamos os valores absolutos e percentuais dos emigrantes, que o quadro n.º 2 nos transmite: os 48 160 emigrantes são distribuídos da seguinte forma: América 47 133 (97,87%); África 564 (1,17%); Europa 287 (0,60%); Oceânia (Ilhas de Sandwiche/Hawai) 159 (0,33%); Ásia (Índia Inglesa, Polinésia – serviços militares) 17 (0,04%).

A América é o continente que sobressai. Os restantes continentes apresentaram valores que não atingiram os 2%.

Tabela 2: Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920)
Distribuição por destinos

ANOS	EUROPA		ÁSIA		ÁFRICA				AMÉRICA					OCEÂNIA			
	Total	%	Total	%	Ocidental Portug.	Oriental Portug.	Outros países	Total Emig.	%	Brasil	Outros países	América do Sul	América Norte	Total Emig.	%	Total	%
1901	764	0	0,00%	0,00%	55	7		62	8,12%	702				702	91,88%		0,00%
1902	550	2	0,36%	0,00%	43	2		45	8,18%	502	1			503	91,45%		0,00%
1903	394	0	0,00%	0,51%	43	9		52	13,20%	339			1	340	86,29%		0,00%
1904	1 767	7	0,40%	0,11%	40	2		42	2,38%	1 710	1		5	1 716	97,11%		0,00%
1905	1 252	1	0,08%	0,08%	78	5		83	6,63%	1 166			1	1 167	93,21%		0,00%
1906	980	5	0,51%	0,00%	79	8	1	88	8,98%	879	7		1	887	90,51%		0,00%
1907	1 417	1	0,07%	0,64%	29	2		31	2,19%	1 369	4		2	1 375	97,04%	1	0,07%
1908	3 202		0,03%	-	1				0,00%	3 159	33		9	3 201	99,97%		0,00%
1909	1 675		0,00%	-					0,00%	1 514	152		8	1 674	99,94%		0,00%
1910	1 633		0,00%	0,00%					0,00%	1 502	71		22	1 595	97,67%	38	2,33%
1911	6 476	1	0,02%	0,00%					0,00%	5 951	12		446	6 409	98,97%	66	1,02%
1912	11 532	6	0,05%	0,00%					0,00%	11 151	62		289	11 502	99,74%	24	0,21%
1913	8 619	1	0,01%	0,00%					0,00%	8 423	46		120	8 589	99,65%	29	0,34%
1914	1 411		0,00%	0,00%					0,00%	1 380	11		20	1 411	100,0%		0,00%
1915	953	1	0,10%	0,00%				1	0,10%	868	14		69	951	99,79%		0,00%
1916	1 211	25	2,06%	0,00%				18	1,49%	939	7		221	1 167	96,37%	1	0,08%
1917	851	35	4,11%	0,12%				14	1,65%	676	21		104	801	94,12%		0,00%
1918	766	41	5,35%	0,13%				39	5,09%	600	22		63	685	89,43%		0,00%
1919	1 355	100	7,38%	0,00%				60	4,43%	1 103	23		69	1 195	88,19%		0,00%
1920	1 352	60	4,44%	0,00%				29	2,14%	1 138	6		119	1 263	93,42%		0,00%
Total	48 160	287	0,60%	0,04%	367	35	1	564	1,17%	45 071	493	1 569	47 133	97,87%	159	0,33%	

Todos os anos apresentam registos de emigrantes. Apenas os anos de 1901, 1902, 1903, 1906, 1915, 1917 e 1918 não atingem valores iguais ou superiores a 1 000 emigrantes. O ano mais representativo é o de 1912 com 11 502, (99,74% dos 11 532 emigrantes desse ano). Entre 1907 e 1914 registam-se os valores mais elevados. Curioso referir que para o ano de 1914, emigraram para a América 1 411 indivíduos, correspondente a 100% dos emigrantes desse ano. Os anos de 1908, 1909, 1912, 1913 e 1915 ultrapassam valores percentuais de 99%. Os Livros de Registos de Passaportes apresentam muitas vezes a designação “América” sem especificar países. Os E.U.A. confundem-se com a designação América do Norte. E o Brasil também aparece designado como Estados Unidos do Brasil.

A América do Norte concentrou 1 569 emigrantes, 3% dos emigrantes do Distrito de Bragança, entre 1901-1920. Os E.U.A. apresentam-se como um país atractivo, junto da população emigrante, especialmente pelas ofertas de trabalho remunerado. No entanto, as políticas de recepção de emigrantes, pautaram-se por restrições quantitativas e qualitativas. O desenvolvimento deste país passava pela selecção de mão-de-obra válida, saudável, alfabetizada, pondo de parte velhos, doentes ou portadores de condutas moralmente contestadas. Empregar e albergar esta mão-de-obra emigrante implicava custos que os governos pretendiam minimizar.

A América do Sul aparece-nos subdividida nas estatísticas oficiais entre “outros países da América do Sul” e “Brasil” e reúne, nestes dois espaços, um contingente de 45 564 indivíduos, respectivamente, 493 e 45 071 emigrantes. O peso, em termos absolutos e percentuais, exercido pelo Brasil, depreende-se logo à partida. Destacam-se ainda países como o Chile, Uruguai (Montevideu), Panamá e Argentina (Buenos Aires). O fluxo, para estes países, passava pelas ligações via Brasil.

Para a Argentina, regista-se maior incidência entre os anos de 1907 a 1919. Associava-se a um país jovem, com capacidade de absorção da população, com recursos naturais e mercado de trabalho propício, principalmente no sector agrícola, mas onde se efectuava o controlo dos clandestinos. O Chile é também um país que só é referido para os anos de 1909 e 1910, onde atraíam as actividades agrícolas vinícolas que os emigrantes transmontanos conheciam. Outros países como o Uruguai, são referidos para os anos de 1907, 1911, 1912 e 1916 e o Panamá é mencionado em 1909.

O continente africano – mais concretamente as zonas sobre as quais incidia a colonização portuguesa: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, associadas ao Zaire e Congo – revelou-se um destino competitivo e propagandeado, mas ignorado pela massa populacional emigrante, já que África simbolizava aventura e a necessidade de construir e dinamizar a partir do “nada”; a este destino associavam-se ainda políticas e projectos de fomento colonial pouco atractivos, um clima rigoroso e um estatuto de “colono” que não agradava a quem via na emigração um sinal de rápida prosperidade económica. Esta emigração “organizada”, “orientada” e de tipo “colonial”, promovida pelos

governos, não se viu traduzida em contingentes numéricos significativos, entre 1901-1920. Para aqui não convergiram as ambições que os governos pretendiam reflectir nos habitantes.

A Europa redescobriu-se a partir de 1916 e marcou posição após o confronto bélico de 1914-1918. A inversão do quadro geográfico revelou a faceta intercontinental do fenómeno emigratório regional, atendendo à urgência da reconstrução das economias, do reerguer dos espaços urbanos e redinamização das explorações mineiras e agrícolas. O país de maior incidência emigratória, neste período, foi a França, seguida da Alemanha, Bélgica e Espanha. A 1.^a Grande Guerra travou, pela insegurança que transmitia, a saída de contingentes emigrantes para a América, mas dinamizou, imediatamente, a mobilidade destes indivíduos para o novo pólo geográfico, focalizando na Europa as suas atenções. Neste cenário, as possibilidades de trabalho remunerado estavam bem mais perto e ao alcance de um maior número de braços, disponibilizados pela crise brasileira e pelo apertado filtro dos E.U.A.

3. PERFIL DOS EMIGRANTES NORDESTINOS

Numa breve alusão ao perfil que as estatísticas nos indicam, podemos afirmar que os emigrantes deslocavam-se individualmente ou em grupos, os quais podiam ser constituídos por 5, 10, 15 indivíduos ou mais, caso fosse para um contrato de trabalho. No entanto, grande parte dos grupos era composta por unidades familiares rurais, da montanha e do interior desfavorecido, acrescidas de parentes ou amigos próximos.

A percentagem masculina, no conjunto dos emigrantes nordestinos, cerca de 48 160, é de 25 880 indivíduos (53,74%) e a feminina de 22 280 (46,26%). Entre 1914-1919, os contingentes femininos são superiores aos masculinos ultrapassando os 50%. A percentagem de mulheres emigrantes do Distrito é superior à percentagem de mulheres emigrantes de Portugal continental, respectivamente 46% e 25%, perante o total de cada zona.

A mulher era considerada, dentro do processo emigratório, como facilmente exposta a convivências, condutas sociais menos dignas e comportamentos de marginalidade. Mas a mulher emigrante está também associada à família que emigra, ou que lá fora se chega a constituir.

O alerta para a emigração de mulheres jovens e solteiras pautava-se por conhecer melhor os seus destinos e ocupações, muitas vezes desprotegidas, enganadas ou aliciadas, desde o país de origem até ao país que as acolhia e, onde nem sempre eram propiciadas as condições materiais e morais de existência. As redes de prostituição e o tráfico de mulheres eram amplamente denunciados.

É o elemento masculino que parte para, previamente, criar condições básicas que lhe permitiriam reunir a família, em forma de emigração livre, sem contratos prévios e destinada, normalmente, aos mercados de trabalho urbanos.

As saídas femininas estiveram durante muito tempo pouco evidenciadas, atendendo à forma como os passaportes eram emitidos, apenas em nome do titular, normalmente um elemento do sexo masculino, acompanhado pela mulher, filhos ou parentes próximos. A verdade é que as mulheres engrassavam as fileiras da emigração, e através delas, fomentou-se a emigração de tipo familiar. Famílias inteiras abandonam as suas terras tornando a corrente emigratória um aspecto de verdadeira calamidade.

A tendência para a subida da emigração feminina permite-nos constatar que a mulher emigra acompanhando o marido com os filhos pequenos, ou acompanhada apenas pelos filhos para se reunir ao marido.

A emigração desta mulher casada comprova uma reintegração ou reencontro do grupo familiar de origem nas “cartas de chamada” que o cônjuge enviava e que passaram a ser, a partir da 1.^a Grande Guerra, prova deste procedimento. A mulher é pois, directamente, um importante ponto de referência na conservação de valores e no equilíbrio familiar, atribuindo-se-lhe também um papel elogioso e digno.

Ninguém duvida das potenciais e preciosas energias de que o país fica desprovido quando os agrupamentos familiares se desintegram na sua unidade ou se dispersam, geograficamente, bem como os efeitos negativos da sua deslocação em bloco. No entanto, a importância da mulher no quotidiano familiar emigrante revela-se essencial por apelar para o trabalho efectivo que desempenhavam, conjuntamente com os outros membros da família, na realização das ocupações domésticas tradicionais e pelo “companheirismo” diário, demonstrado em relação aos membros da família, como sublinhou Maria Isilda Matos².

A distribuição dos emigrantes por estado civil privilegiou, no período em causa e para o Distrito de Bragança os solteiros que ocupam 60,96% do universo emigrante. Seguem-se os casados, viúvos e divorciados. Facto curioso é que emigraram mais mulheres viúvas e divorciadas do que homens.

Assinalamos que o Distrito de Bragança registou um maior volume de emigrantes (h/m) com mais de 14 anos de idade, 32 340 (67,15% dos emigrantes). Os valores percentuais do distrito de Bragança excedem os valores de Portugal continental perante os menores de 14 anos (para os jovens era a idade de apresentação para serviço militar rigoroso).

Em termos de profissões é fácil observar que o sector extractivo ocupa posição de destaque no grupo emigrante do Distrito, 47,84%, (correspondente a 21 281 indivíduos de um universo calculado em 44 481 emigrantes); seguido dos “sem profissão” (45,88%); do sector transformador (tarefas manuais ou manufactureiras; ex: sapateiro, alfaiate, carpinteiro, pedreiro), (2,71%); do grupo “sem profissão específica” (2,03%) e, finalmente, os oriundos do sector dos serviços (1,53%) e também as “ocupações domésticas”.

O “recrutamento” que a emigração efectuou nas várias “camadas” profissionais de então, incide nos mais desprotegidos e o tipo de distribuição dos emigrantes, em função das profissões, é também ritmado pelas trajectórias geográficas que então se operaram. Procurava-se um país onde o “ofício” se pudesse desenvolver.

Os níveis de instrução, tanto dos emigrantes de Portugal continental como do Distrito de Bragança, eram muito baixos. Os valores são chocantes.

Os protagonistas da emigração deste período são analfabetos. No entanto, também a população distrital, em termos de analfabetismo, ultrapassava os 80%. A emigração encontrava aqui verdadeira “matéria-prima” e uma autêntica “legião de explorados” que vergam à prepotência dos engajadores e contratadores. Deparamos no grupo emigrante com cerca de 86% de analfabetos, enquanto os “alfabetizados” (saber ler e escrever) rondavam apenas os 14%. Saliente-se que o grupo das mulheres é o mais desprotegido neste domínio. Das mulheres que emigraram, cerca de 96% eram analfabetas. Os valores distritais neste capítulo ultrapassam os níveis continentais.

Da colheita estatística efectuada, apurou-se que os nordestinos emigraram, essencialmente, para procurar trabalho e com ele dinheiro para sustentar a família, que na maior parte dos casos, partia em bloco. Cerca de 83% dos emigrantes do distrito e 85% dos do continente procuravam “melhorar fortuna”.

A expressão pode ter várias interpretações: angariar capital já que partiam pobres ou descapitalizados, procurar novo rumo para a vida, que passaria também por uma melhoria das condições financeiras e do bem estar dos descendentes e/ou dependentes.

A “opção” de emigrar foi determinada pela “necessidade”, transformada em situação de recurso para “exercer a profissão”, ou conseguir trabalho para obter dinheiro, ainda que nem sempre no sector de actividade de origem, respectivamente, 58% dos emigrantes, ou “viver com a família” – 28% dos emigrantes do distrito.

Numa breve alusão diríamos que foram homens e mulheres de aparência descuidada, trabalhadores braçais válidos, analfabetos, desiludidos, inconformados, humildes mas corajosos e com grande vitalidade interior. Emigram os mais enérgicos, firmes, decididos, fugindo ao sofrimento e escoando-se para o exterior em verdadeiras vagas humanas.

Vejam alguns excertos de textos de periódicos que nos transmitem retratos comoventes:

“Não vai com a visão na riqueza, para além-mar, o que se expatria; deixa a pátria fundido em lágrimas, dilacera-se-lhe o coração ao abandonar tudo o que amava, a aldeia, a choupana, amigos, parentes, aquela que havia compartilhado da sua felicidade conjugal. Mas vai! não há lar sem pão, sem lume; não há família sem agasalho ou conforto (...). O operário camponês emigra por indigência e os que levam a família não vai confortada”³.

“Na sua maioria eram trabalhadores rurais, gente bronca e sem as menores luzes do mundo. Analfabetos, eram como que rebanhos guiados pelo pastor, que os ia levar à administração do concelho para lhe tirar os passaportes (...). A maioria dos nossos emigrantes são simples trabalhadores rurais que só no serviço braçal podem ser empregados. Vão para a América fazer o serviço de pretos e empregados, com desvantagem, nos trabalhos agrícolas, por não estarem preparados para novas culturas”⁴.

“Pareceu-nos de grande alcance, entrevistar um dos muitos emigrantes que, em cata de trabalho, partem da Pátria, talvez para não mais voltar. (...) Fomos buscar ao seio do povo que sofre a fome e as intempéries, verdades amargas e dolorosas (...) de desgraçados (...) nesse vasto mar de desventuras. (...) Na minha aldeia há anos que vimos atravessando uma vida cheia de privações. As colheitas cada vez mais escassas e sempre a esperança enganadora a impelir-nos para o trabalho. Não sabemos, é certo cultivar a terra, mas contra os maus anos não há ciência que valhe e desconfiarmos das técnicas quando as não vemos confirmadas pela prática. Há ainda outros motivos que me decidiram a emigrar (...) e vou-lhe referir um que desgostou o povo da minha aldeia (...): perdemos a esperança nos homens influentes da política e até padres em quem tínhamos uma cega confiança que nos levaram a actos de hostilidade contra a república, iludindo-nos (...). Perdemos também a confiança no pão, que de balde, temos tentado arrancar ao solo dos nossos campos. Vamos pois para outra terra em cata de solos mais férteis e de homens de mais são carácter, onde possamos encontrar a confiança e o bem-estar que inútil e infelizmente procurámos durante longos anos de privações e de decepções amargas”⁵.

“Simplórios, analfabetos, sem prática, muitas vezes de qualquer mister, lá partem, à mercê da sorte com raras probabilidades de êxito. (...) Tendo de competir com o inglês monopolista, com o esperto italiano e com o francês sagaz, preparados para o “struggle for life” depressa são esmagados pela roda da fortuna, que era o seu ideal, provando uma vez mais que não é pelo acaso que o triunfo se consegue, mas pelo emprego simultâneo da inteligência e do trabalho (...). Sem inquirir o motivo de retumbantes triunfos, cuidam os simples que a todos é dado consegui-los, muitos embora se vá desprovido da mais rudimentar ilustração e apenas se saiba e possa manejar o alvião e a enxada”⁶.

“Já não é o jornaleiro sem pousada ou o artífice mal remunerado, que procura solucionar a vida mediante o expediente transitório de uma ida até ao Brasil. É o chefe de família, remediado e cheio de filhos, que mal barateando as economias por mais de comissários e engajadores sem consciência, (...) atendido e estonteado pela quimera ridente de um futuro de prosperidades fora da Pátria (...) vende a vil preços a choupana e a horta para enrourpar (...) meia dúzia de crianças que criou para, abandonando de vez a sua terra, ir a caminho do Eldorado apossar-se do ouro que se apanha às mãos ambas e bem estar que se alcança com o simples assentar de arraiais em terras de pretos!! Misérrima alucinação”⁷.

4. PORQUÊ O BRASIL COMO PAÍS ELEITO?

Sem dúvida, o Brasil surge como destino preferencial e com cariz maioritário nesta análise numérica. O destino da miragem, da fortuna, do conforto, da familiaridade. O destino que passa de “boca em boca”, que não necessitava de ser publicitado e que criava fáceis identificações. Houve aldeias que emigraram, desta forma, quase em bloco: uns iam, chamavam e levavam outros.

O Brasil apresenta as mais profundas contradições quanto ao incentivo dado aos emigrantes, permitindo colocar variadas interrogações sobre esta opção dos nordestinos que se revela multissecular. José Mattoso interroga-se acerca do Brasil como “*super-Portugal*” ou “*anti-Portugal*”. Convém não esquecer que o Brasil representou, no entender de muitos autores, um país “*sagrado*”, uma conquista para a nossa raça e língua, considerada a prova de um “*Portugal maior*”. No entanto, os portugueses emigrantes no Brasil, que davam bons exemplos de trabalho e civismo, nem sempre gozaram da receptividade desejada. Considerados por muitos elementos de elite e da classe trabalhadora brasileira como “*importunos*” e “*galegos*” sofreram da parte dos “*nativistas brasileiros*” o reflexo dos ressentimentos e da “*lusofobia*” a que a imprensa se associou.

Curiosamente, em Portugal, “*o Brasil suscitava sentimentos contraditórios*”⁸ e também aqui se desencadearam alguns movimentos anti-brasileiros. Mattoso refere mesmo que, em 1913, os jornais lisboetas referiam as “*injúrias dos nativistas brasileiros*”, “*descendentes da macacaria das selvas*”. A verdade é, no entanto, reafirmada na frase de Mattoso a propósito da emigração para o Brasil: “*Embora os brasileiros não quisessem ser «portugueses», havia de qualquer maneira um Portugal no Brasil, formado pelos emigrantes*”⁹.

No conjunto destas duas décadas, o Brasil monopolizou, estatisticamente falando, os registos de emigrantes: “*Coube ao Brasil o maior quinhão dos nossos emigrantes (...) soberano da emigração portuguesa para o continente americano*”¹⁰. Dos 48 160 emigrantes do distrito, 45 071 concentraram-se no Brasil. O valor percentual é notório: 93,59%. Procurava-se um destino inviável no «*pátrio chão*»¹¹. “*Navegava-se para o Brasil no fito do enriquecimento, na ânsia de negócios chorudos e rápidos, impossíveis nos acanhados horizontes económicos da metrópole*”¹².

O Brasil tem a distribuição anual mais forte e uniforme, sem quebras muito relevantes. Qualquer dos anos, entre 1901 e 1920, apresentam valores superiores a 500 emigrantes. A distribuição anual não apresenta falhas. Apenas os anos de 1901, 1902, 1903, 1906, 1915, 1916, 1917 e 1918, apresentam valores inferiores a 1000 emigrantes. O valor mais elevado está associado ao ano de 1912, o ano mais forte na corrente emigratória distrital e também naquela que se direccionou para o destino brasileiro. Dos 11 532 emigrantes desse ano, 11 151 foram para aquele país, cerca de 96,69%. O ano de 1904 revela-se como o ano em que se inicia um volume crescente de emigrantes que engrossa, significativamente, entre 1911 e 1913, mas se reduz a partir de 1915, apesar da retoma ligeira em 1919.

Os Livros de Registos de Passaportes, todos os anos, mencionam registos de emigrantes, individuais e em grupo, com destino ao Brasil, incluindo impresso no formulário o próprio nome do país. Desfolham-se dezenas de páginas em que este destino é comum. Os emigrantes, que saíram em grupo, também demonstraram essa preferência. Do total recenseado de 7 208 grupos, calculado em 27 726 emigrantes, 6 894 dirigiram-se para o Brasil, cerca de 95,64%. (Devemos

considerar 20 564 registos de passaportes, equivalentes a um total individual e em grupo de 41 082 emigrantes. Apenas 13 356 o fazem em nome individual, dado que existiam livros de registos extraviados para alguns anos; daí a diferença com o número global das estatísticas oficiais).

Os anos de 1911, 1912 e 1913 são os mais representativos. No entanto, os anos de 1902, 1903, 1907 e 1914, apresentam, no conjunto destes grupos de emigrantes, percentagens que atingem os 100%, ou seja, todos os grupos desses anos se concentraram com destino ao Brasil. O oceano tornou-se um “*charco fácil de atravessar*” no dizer de Jorge Alves.

Nesta distribuição anual, muitos outros anos apresentam valores percentuais superiores a 90% (1906, 1908, 1915, 1919, 1920), comprovando o predomínio esmagador da emigração com orientação brasileira. A ligação ao Brasil, como refere Jorge Alves, “*resultou na sua natureza quase umbilical, em que a corrente humana e comercial emerge como o traço mais relevante, criando a longa e duradoura teia de relações que assegurou a sua persistência durante longos anos*”¹³.

Concretizando, através dos Livros de Registos de Passaportes, verifica-se que São Paulo, Rio de Janeiro e Santos catalisam o maior volume de grupos de emigrantes nordestinos, respectivamente, 203, 130 e 101. São Paulo apresenta valores superiores em 1907 e 1912, respectivamente, 51 e 22 grupos de emigrantes. A emigração estrangeira ocupava-se, principalmente, na construção de infra-estruturas várias que muito se desenvolveram neste período. O mesmo se passa com o Rio de Janeiro que, em 1906 e 1907, concentrou, respectivamente, 33 e 32 grupos de emigrantes.

Emygdio da Silva salientou que as regiões do sul eram as que apresentavam melhores condições de fixação atendendo também à vantagem do clima, mas, os emigrantes orientavam também as suas trajetórias para o norte e nordeste do Brasil. “*A causa evidente deste facto está em que, por um lado as tradições a acorrentam ao destino do Norte e do Centro-Litoral e em que, por outro lado, no Sul a nossa emigração de analfabetos dificilmente competiria com o emigrante em média mais instruído das outras nações e especialmente da Alemanha. O cônsul de Portugal em Porto Alegre, sr. Manuel de Araújo Bruno da Silva, no seu relatório de 30 de Abril de 1913, desenvolve a tese de que a emigração portuguesa para o Norte do Brasil se desnacionalisa mais dificilmente do que a emigração para o Sul: o clima inóspito do Norte repele-o e a facilidade de viagem directa igualmente concorre para que a sua fortuna se não funda com a da família brasileira, ao contrário do que acontece no Sul onde a desnacionalização é quase completa*”¹⁴.

Sabe-se também que os emigrantes nem sempre desempenhavam aqui as profissões de origem, vendo transformadas e desvirtuadas as suas tarefas habituais. “*As condições de perfeita loteria em que se realiza a nossa emigração em que além de tudo o mais, do cavador se faz marçano e do agricultor se faz caixeiro, no desvio da profissão, de que se foge, como da pátria que se abandona...*”¹⁵.

Outras zonas brasileiras referidas nos Livros de Registos de Passaportes não apresentam concentrações relevantes como são os casos de: Baía, Manaus, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul. A emigração concentrava-se em cidades portuárias. As zonas costeiras eram de mais fácil acesso e também nestas zonas as possibilidades de fazer fortuna no comércio era explorada, para além do desempenho de tarefas ligadas à agricultura. Santos tinha boa posição geográfica, onde o “artífice” obtinha colocação em fábrica de curtumes, construção civil, serrações. Em Manaus explorava-se borracha.

Se atendermos à distribuição mensal dos emigrantes do Distrito para o Brasil entre 1901-1920, deparamos com o mês de Outubro como o mais representativo e que concentra o contingente mais significativo. Atendendo a valores absolutos e percentuais relativamente ao total de emigrantes para o Brasil, obtemos, por ordem decrescente os seguintes valores:

– Outubro	(7 573 – 16,80%)
– Setembro	(6 987 – 15,50%)
– Novembro	(5 699 – 12,64%)
– Março	(3 792 – 8,41%)
– Dezembro	(3 440 – 7,63%)
– Fevereiro	(3 433 – 7,62%)
– Janeiro	(3 269 – 7,25%)
– Agosto	(3 197 – 7,09%)
– Abril	(3 141 – 7,97%)
– Maio	(2 145 – 4,76%)
– Junho	(1 331 – 2,95%)
– Julho	(1 064 – 2,36%)

A lógica do calendário agrícola pode também aplicar-se a este caso, retratando a sazonalidade do movimento emigratório regional, especialmente do grupo feminino. O Verão apresenta menor número de saídas, atendendo à oferta de trabalho. O período de Inverno é mais propício para a emigração e para uma zona onde a actividade agrícola poderia ser exercida ou era divulgada com apêndice para tal.

Atendendo aos dados que nos apresentam as fontes estatísticas oficiais, apenas para o período entre 1914 e 1920 podemos constatar que do Distrito de Bragança o contingente feminino ultrapassou o masculino com destino ao Brasil e também relativamente a outros países da América do Sul; o mesmo não se verificando para outras zonas. Num universo de 6 704 emigrantes, 3 945 são mulheres, ou seja, 58,84%, perante apenas 2 759 homens (41,15%). As mulheres que emigraram para o Brasil representam, no conjunto dos emigrantes destes seis anos, 49,94% e os homens apenas 34,92%. Podemos ser levados a concluir que o período da 1.^a Grande Guerra tenha tido influência na redução dos contingentes masculinos.

Exploremos algumas das causas que estão na base da atracção exercida pelo Brasil junto dos emigrantes de Portugal continental e também do Distrito de

Bragança. Associada à precariedade das condições de vida e aos poucos incentivos internos oferecidos à população, o Brasil protagonizou um cenário aliciante para os emigrantes, resolvendo, ao mesmo tempo, algumas situações mais delicadas do seu contexto sócio-económico. A atracção brasileira contrariava em muito a repulsa exercida pela região transmontana. No entanto, nem sempre as expectativas dos emigrantes foram satisfeitas e o acolhimento prometido se efectivou.

Vejamos alguns desses incentivos:

1.º – Grande oferta de trabalho atendendo à abolição da escravatura no final do século XIX. O emigrante português substituiu o escravo negro e o europeu (especialmente alemão) que rejeita as condições de vida e trabalho que eram oferecidas a troco da força braçal utilizada nas grandes plantações de café. Sobre este produto girava a economia brasileira, como refere Carvalho Arroteia: *“Em plena fase de expansão económica, assente quer na cultura do café quer mesmo na do algodão, e perante as restrições impostas pela Alemanha (em 1859) à emigração de cidadãos seus para este país da América do Sul (devido ao tratamento de escravos a que eram sujeitos), o Brasil, que havia abolido a escravatura em 1888, mais do que nunca vai precisar de mão-de-obra estrangeira. Deste modo, a lacuna deixada pelos escravos, será em larga medida preenchida pelos portugueses, que entretanto continuavam a emigrar em grande número”*¹⁶. A emigração para o Brasil condicionou e monopolizou, em determinados anos, as saídas dos nordestinos e a totalidade de emigrantes de alguns concelhos.

2.º – Atenda-se também a uma política de verdadeira captação de mão-de-obra, pouco especializada e qualificada mas em grande abundância e promovida por agentes subtis. Carvalho Arroteia afirma: *“A situação económica do país mas, sobretudo, nas promessas e na intensa propaganda de angariadores e do próprio governo brasileiro no sentido de fazer recrutar emigrantes (não só portugueses, mas igualmente espanhóis e italianos), necessários para assegurar o expansionismo do «ciclo do café» então em curso. (...) fortemente impulsionado por agentes ávidos em manter a incauta clientela, única matéria-prima da sua lucrativa indústria”*¹⁷.

3.º – O continente americano, e concretamente o Brasil, oferecia possibilidade de ocupação e exploração de grandes espaços, implicando a concentração de população, no dizer de Carvalho Arroteia, para a *“construção de infra-estruturas: portos, vias de circulação, estradas, pontes, etc. – e de exploração mineira local – que estiveram na base dos grandes movimentos transoceânicos do séc. XIX até ao começo da 1.ª Grande Guerra”*¹⁸. Este quadro condicionou, sem dúvida, o volume de saída de mão-de-obra, válida e disponível, do nosso país e do Distrito de Bragança. *“Embora sujeito às oscilações da procura de mão-de-obra, nos mercados internacionais e aos fortes condicionalismos internos, que têm jogado como fac-*

*tores determinantes do desenrolar do processo emigratório, a saída de mão-de-obra portuguesa tem sido, uma constante*¹⁹.

4.º – Identidades e afinidades históricas, culturais e linguísticas propiciaram bom acolhimento, para além do aliciante salarial. Aos factores económicos e financeiros, associa-se a similitude da língua e cultura: “*Isto para não falar da identidade de tradições e de língua que espiritualmente servem e podem mais para reunir dois povos do que a separação marcada pela sua geografia física e pela sua história política*”²⁰, no dizer de Emygdio da Silva. Os factores culturais são, muitas vezes, chamariz e forma de encobrir o lado delicado que a emigração brasileira revelava, tal como afirma Miriam Halpern Pereira: “*Os portugueses continuaram a mostrar preferência acentuada pelo Brasil onde, apesar da completa alteração do estatuto social do português, a língua comum e a ilusão de uma civilização idêntica apareciam facilitando a integração*”²¹.

5.º – As condições oferecidas pelo país com solo fértil, grandeza de território, riqueza hidrológica e do subsolo são ofertas que o braço e ambição do emigrante não pode desprezar. “*Não podem ser postas em dúvida as condições gerais do Brasil na susceptibilidade da valorização incomparável das suas riquezas inexploradas e na realidade das aclimações da raça branca a extensíssimas e numerosíssimas zonas do seu solo*”²². A riqueza do Brasil passava pois pela produtividade existente e pela que seria possível explorar ou rentabilizar.

A emigração nordestina concentrou-se em zonas onde a produção agrícola se destaca: café (S. Paulo e Rio de Janeiro, entre outras zonas), a borracha (Manaus, Pará), cacau (Baía), açúcar (Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro), algodão (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro). A riqueza florestal associa-se a esta lista de culturas tropicais, desenvolvidas nas “fazendas”. O arroz, o trigo, a fruta, a pecuária, foram outros tantos exemplos de uma produtividade em potência. Na área industrial, a exploração dos recursos do subsolo era considerável: minas de carvão (Rio Grande do Sul, São Paulo), bem como a indústria algodoeira. Acrescenta-se uma balança comercial em progressão. Daí também o interesse de grande número de emigrantes pelo sector comercial. Emygdio da Silva apresenta, na sua obra, algumas tabelas estatísticas referentes ao comércio brasileiro para o ano de 1912 (ano forte de emigração portuguesa para o Brasil), mencionando um total de 74 647 865 libras para as exportações, perante 63 373 971 libras para as importações. Entre 1901 e 1914 as exportações excederam sempre 30 000 000 de libras e o aumento foi quase ininterrupto.

O Brasil começa, no entanto, no final do 2.º decénio do século, a restringir a entrada de emigrantes estrangeiros atendendo também a alguns problemas sentidos na sua conjuntura económica. No *Boletim de Emigração*, n.º 5 de 1920, refere-se que o governo do Brasil elabora uma lei para todos os que desembarquem nos seus portos, impedindo a entrada no seu território de estrangeiros, mutilados, aleijados, cegos, loucos ou mendigos, ou portador de qualquer outra

doença, e dos que têm mais de 60 anos, tendo de provar que podem arcar com custos. Poderia mesmo ser expulso qualquer indivíduo de conduta duvidosa, evadido, condenado por crimes ou actos de violência. A permanência só era garantida se residisse 5 anos, ininterruptos, em território brasileiro.

Tal situação permitiu que muitos emigrantes se deslocassem para a Europa que, depois da 1ª Grande Guerra, passou a ser um polo de atracção. O cônsul de Portugal em Santos escreveu ao Comissário Geral dos Serviços de Emigração, em 5 de Novembro de 1919, aconselhando o desvio de emigrantes para as nossas colónias africanas: “*Não existem infelizmente instituições que queiram tomar o patriótico encargo de tutelamento a emigrantes. Por este motivo e ainda pelas dificuldades em obter-lhes colocação é aconselhável a sua emigração de preferência para as colónias portuguesas, além de que as autoridades brasileiras, estão dificultando a entrada aos emigrantes que não satisfazam determinadas exigências, documentárias, físicas e cívicas*”²³.

Também no *Boletim de Emigração* é notória a preocupação pela forma como vivem os nossos emigrantes e encontramos várias referências a situações em que é visível a falta de protecção. A correspondência dos vários consulados aponta para situações de apoio deficitárias. Manaus não tem estabelecimentos tutelares para emigrantes. Pará não oferece mercado de trabalho suficientemente amplo, absorve apenas alguns que se destinam ao comércio. A indústria encontrava-se em fase inicial e a agricultura não era a actividade forte deste estado. A assistência a emigrantes é quase inexistente. Há muitos indigentes e o Cônsul aconselhava mesmo impedir o embarque: “*Os últimos emigrantes que aqui têm chegado estão arrependidos de haver partido; a cidade está repleta de trabalhadores e não há trabalho para todos. O melhor serviço que o Governo lhes poderia fazer era não os deixar embarcar para cá*”²⁴.

Baía era considerado o estado mais atrasado do Brasil, onde rareavam instituições para colocar, orientar ou proteger emigrantes e diariamente morriam muitos deles. As cidades mais desenvolvidas, como São Paulo e Santos começaram também no final da 2.ª década do século XX a sentir problemas semelhantes. Muitos dos portugueses aí residentes recorrem aos consulados para serem repatriados por falta de saúde e recursos materiais.

Nos maiores centros brasileiros o auxílio aos emigrantes era urgente e as manifestações de regresso a Portugal avolumavam-se mas nem sempre os consulados dispunham de meios para acudir, atempadamente, a todos os casos. O consulado de Santos retrata, em 20 de Novembro de 1919, a situação precária dos emigrantes deste estado, atendendo à volumosa colónia domiciliada na zona: “*Infelizmente existem bastantes indivíduos necessitando o seu repatriamento por não terem recursos próprios, nem aptidões para o trabalho, uns por se acharem em precário estado de saúde e outros por serem de avançada idade. Calculo, no entanto, que, pelo menos, existem cerca de 50 indivíduos nestas condições e que estão mal vivendo à custa da caridade pública; alguns dos quais frequentemente recorrem a este consulado para obterem qualquer quantia para mitigarem a fome. Também muitos compatriotas têm recorrido ao*

consulado pedindo informações sobre a possibilidade de serem repatriados para as colônias portuguesas, por não desejarem continuar a residir no Brasil, receando perseguições injustas em face do rigor com que agem certas autoridades quando há greves, e por já haverem exemplos de expulsão de indivíduos, entre eles alguns portugueses considerados indesejáveis”²⁵.

Em 1920, continua a assistir-se a esta tendência de desvio da corrente da emigração do Brasil, preferencialmente a favor do Portugal ultramarino, explorando-se hipóteses e sugestões de académicos e ilustres coloniais convidados a publicar no *Boletim de Emigração* artigos onde manifestam a sua opinião neste sentido, atendendo à grande dificuldade de colocação de emigrantes no Brasil e às circunstâncias angustiosas em que vivem e trabalham. Discutiu-se a forma prática de levar a efeito esta inflexão que, no entender do Comissariado dos Serviços de Emigração, se impunha “urgentemente”.

Apelava-se para acudir, segura e prontamente, às necessidades de emigrantes que eram obrigados a pedir exílio e repatriamento. Os estados brasileiros não tinham instituições para proteger os incautos, porque o país atravessava uma crise de emprego que destituía os desejos de fortuna e êxito de quem lá se refugiava, fazendo-os sofrer as maiores privações. O cônsul de Portugal em Santos, em relatório de 8/1/1921, refere mesmo que é grande o número de emigrantes portugueses nesta zona, especialmente homens, mas enfrentam grandes dificuldades em encontrar trabalho devido à crise comercial e à carestia de vida, geradores de salários reduzidos e despedimentos: “*Diariamente se apresentam centenas de portugueses pedindo repatriação para as colônias e continente e ao mesmo tempo socorros para se sustentarem a si e às suas famílias, sendo a maior parte desembarcados recentemente, isto é devido não só pela crise de trabalho em virtude da campanha nativista contra a colônia portuguesa domiciliada nesta cidade, como também pela aspereza do clima e do duro ofício industrial que arruína a saúde dos emigrantes*”²⁶.

Nesta década, assistimos pois a um aumento crescente destes factores repulsivos. Paralelamente, avoluma-se o número de pessoas que manifestam desejo de regressar a Portugal, ainda que grande parte não tenha recursos para efectuar a viagem de regresso e os organismos consulares não tenham meios capazes de responder a todas as solicitações.

No *Boletim de Emigração* é notória a ideia de que o Brasil, como região para explorar, poderia permitir uma vida onde a riqueza surgisse com espontaneidade, como país receptor de emigrantes, de onde poucos saíam para ganhar a vida. Por tal, deveria exigir-se a este país a oferta de condições para receber os emigrantes e também contrapartidas para os países que para lá vêm dirigir os seus habitantes. “*Portugal é um país de emigração; o Brasil não o é. Carece o Brasil, para a cultura do seu solo, para o seu povoamento e para o desenvolvimento das suas indústrias, da emigração europeia, porque a asiática e africana são impróprias. E a emigração europeia que mais convém ao Brasil, mais do que italiana ou alemã é a portuguesa, porque foi o génio lusitano que inspirou e formou o Brasil. Colonizar é mais do que enriquecer o*

mundo de mercadorias; é exaltar a terra pela impregnação dum grande e elevado valor moral”²⁷.

Os emigrantes portugueses levaram pois, atrás de si, valiosos elementos económicos e étnicos dos quais se deveria obter a respectiva compensação. Segundo o mesmo *Boletim de Emigração*, passaria por facilidades para a colónia portuguesa: direitos civis, sociais e administrativos; condições de trabalho remunerado, livre e assistido onde mulheres e menores não fossem vítimas de trabalho impróprio e extenuante; condições de educação e instrução. Garantir estes e outros benefícios era uma forma de reconhecer o contributo de muitos portugueses que valorizavam o território brasileiro. Convém não esquecer que a vigilância sobre “saídas” era importante porque o êxodo de famílias completas, que se estabeleceram no Brasil e outros territórios, não acautelava os interesses económicos de Portugal e penalizava-o na “mais-valia” que poderia usufruir das gerações vindouras. Incomportável aquilatar o sacrifício emigrante com as compensações oferecidas pelo Brasil, com a obra de valorização interna, mais necessária, que podia partir da fixação da população ao solo.

Sem dúvida, o Brasil representou um destino contraditório. A miragem proporcionava um cenário de beleza longínqua, a realidade permite observar, de mais perto, o desencanto. A atracção brasileira e os seus “desaires” está bem retratada no *Boletim de Emigração*, num relatório elaborado por Carlos Pimentel aquando de um estudo para montar um serviço de protecção aos portugueses no Brasil, e que se transcreve pelo valor de conteúdo que encerra:

“O desejo de uma melhor situação económica e, sobretudo, o espírito de aventura que em todos os tempos tem sido a nota característica dos portugueses, são o principal motivo da nossa emigração. Porque escolhem o Brasil de preferência a qualquer outro país? Porque ali se fala o mesmo idioma, porque sabem antecipadamente encontrar patrícios que eles, erradamente, julgam poderem vir a ser seus grandes auxiliares e ainda por ingenuamente acreditarem na existência do longínquo Eldorado onde, sem esforço nem cansa, em pouco tempo adquiririam fortuna. Nada menos certo do que a frase de Herculano: «... o Brasil é a nossa melhor colónia desde que deixou de ser colónia nossa». Muitos, senão uma grande parte, dos portugueses que ali vão em busca de fortuna levam uma vida penosa, sofrendo as maiores agruras, arruinando a saúde.

Há no Brasil um grande número de portugueses que por virtude da sua inaptidão para o trabalho, por falta de competência profissional ou de robustez física, representa um «peso morto», e que em Portugal, onde a falta de braços se ressentia dia a dia, podiam ser úteis a si próprios e à economia nacional. Muitos deles, quando já desesperançados de auferirem, não a fortuna que lhes é adversa, mas o indispensável para o seu sustento, mendigam pelas ruas ou procuram as autoridades diplomáticas ou consulares para conseguirem o repatriamento à custa do Estado que raras vezes pode ocorrer a essas despesas.

(...) O Brasil, exuberante de vitalidade, abre os braços a toda a colonização porque não a pode dispensar, e os portugueses, a quem o espírito de aventura levou a deixar a Pátria, para lá vão engrandecê-lo sem que tenham muitas

vezes a simpatia que lhes é devida. Muitos, senão o maior número deles, para conseguirem a verba indispensável ao custo da passagem despem-se dos poucos bens que possuem na terra que lhes foi berço. Uma vez no Brasil, fixam residência, constituem família e ali ficam para todo o sempre, desnacionalizando-se, raros sendo aqueles que voltam à pátria ou convertem em escudos os haveres que conseguiram obter.

Coarctar o direito de emigrar é um ataque aos direitos individuais e por isso, verificada a preferência dos portugueses em procurar acolhimento na república irmã, é necessário que a emigração seja feita regularmente e com todas as preocupações”²⁸.

As realidades numéricas apontam sempre para desembarques em massa no Brasil, apesar de todas as contradições que se evidenciavam no seu seio. “Assim a maioria esmagadora dos emigrantes dirigem-se para as terras de Santa Cruz, aonde além da língua comum, esperam encontrar parentes e amigos, sulcando a rota há muito trilhada por milhares de conterrâneos, perseguindo o sonho de ser brasileiro”²⁹. O adido comercial de Portugal no Brasil afirma que este país é tentacular e só o Estado e a instrução farão reduzir os contingentes de emigrantes. “O Brasil absorve, nacionaliza, funde cada vez mais o português, principalmente o de tenra idade, e o homem do campo que vem analfabeto e se destina aqui à agricultura das terras do interior. Há que ir ao encontro deste mal, procurando por todos os modos solidarizar o nosso emigrante com a Pátria e evitando quanto possível que ele se desnacionalize. O que não é possível conseguir pela incompreensão natural da gente inculta, deve disputar-se pelos meios imediatamente ao alcance do Estado”³⁰.

Associado à emigração portuguesa e nordestina, encontra-se o peso da tradição histórica no tocante às trajetórias geográficas. O raciocínio que Jorge Alves manifesta no estudo sobre a emigração portuense, pode pois transpor-se para o nordeste transmontano: é determinante “a causa histórica que pesa sobre os destinos da emigração (...) mesmo quando começavam a surgir alternativas”³¹. Quando o Brasil começa a rejeitar, formalmente, emigrantes, por falta de condições, os transmontanos continuavam a ir e a não querer ver, por exemplo, a Europa.

Para finalizar, fazendo homenagem à imprensa regional e aos emigrantes nordestinos, não poderíamos deixar de transcrever uma, das muitas cartas que os jornais do concelho de bragança publicaram, entre muitas notícias de verdadeira cruzada anti-emigratória, e que constituem documentos dignos de serem divulgados.

Esta carta, publicada no jornal “Notícias de Bragança” retrata bem a crise brasileira:

“Rio de Janeiro, 12-1914 – Sr. Redactor do «Século» – Saudando-o e desejando-lhe muitas prosperidades, destas longínquas paragens, onde me encontro, venho, em nome de milhares de compatriotas nossos, dirigir-lhe um apelo. Este apelo consiste em pedir a V. Exa. a fineza da publicação destas linhas, para evitar o mal de muitos.

Escrevo-lhe do Rio de Janeiro, onde milhares de portugueses vivem na maior miséria, por falta de trabalho. E não é só na capital federal que a crise de trabalho se manifesta, com carácter assustador; em todos os Estados da República do Brasil existe essa crise medonha que estabelece a fome no lar do proletariado e dificulta a vida comercial.

Aqui, no Rio de Janeiro, multidões de desgraçados dormem nas ruas, nos matos e nos bancos dos jardins, rotos, esfarrapados, sujos, famintos, até que a polícia os conduz para a colónia correcional.

No meio desta multidão de infelizes, que luta com a miséria, existe uma grande parte de portugueses, a maioria dos quais recentemente chegados aqui. Iludidos com a fama da riqueza do Brasil, esses infelizes abandonaram a pátria que lhes foi berço, os seus campos, a sua casa, sem pão, sem trabalho!

É um quadro desolador, Sr. Redactor; é um quadro que causa dó, que comove mesmo as almas refractárias à piedade.

Muitos anseiam por voltar à Pátria; mas como? Pois se eles nem dinheiro têm para comer, passando dias e dias sem se alimentarem!

E todos os dias os vapores despejam na cais de desembarque desta cidade novas multidões, que vêm engrossar a legião de infortunados.

É uma obra de caridade, Sr. Redator, evitar os sofrimentos dos nossos compatriotas, procurando a forma mais razoável e mais racional de pôr um dique a essa torrente emigratória.

Se aos que aqui se encontram em más condições não nos é possível acudir com o remédio do regresso à Pátria – o que, aliás, seria de um resultado benéfico, pois que a sua volta levaria a desilusão aos que tencionassem vir para aqui – pelo menos façamos ver, por meio de conceituado periódico que V. Exa. com tanta proficiência dirige, aos que ainda gozam as delícias dos seus campos e as carícias da sua família, que não lhes vale a pena abandonar o lar, onde existe o pão, para vir tão longe encontrar a miséria.

Pela publicação destas linhas, que num impulso de humanidade, escrevo em favor de milhares de infelizes, muito grato lhe fica de V. Exa, José Carlos da Silva”³².

5. O BRASIL NOS 12 CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

O capítulo dos destinos não ficaria completo se não tivéssemos em linha de conta as opções de destino dos emigrantes dos 12 concelhos componentes do distrito em estudo. Em termos quantitativos, a emigração para o Brasil tem um carácter de quase exclusividade. As fontes estatísticas designam-no, autonomamente, como “Brasil” e utiliza-se a expressão “Outros países da América do Sul” para identificar outras zonas geográficas da parte sul deste continente. As tendências concelhias acompanham a tendência distrital em termos de trajectórias geográficas: transoceânica e americana. “*Ainda que extensivas a todo o território as saídas para o Brasil foram relevantes nas regiões centro e norte do país (...) particularmente no nordeste transmuntano onde se situam os maiores valores (...)*”³³.

Vejamos valores específicos para o período entre 1901-1920:

Alfândega da Fé

Dos 2 454 emigrantes para o período estudado, a América destaca-se nas trajectórias geográficas e muito concretamente o Brasil, com cerca de 85,33% (2 094 emigrantes).

Também 1912 registou para o Brasil 642 dos 799 emigrantes (80,35%) para esse ano, correspondendo a 26,16% do total de emigrantes alfandegueses. Os anos de 1901, 1908, 1914, 1915 concentraram no Brasil o total de emigrantes do concelho.

Bragança

O mesmo cenário pode ajustar-se à realidade do concelho de Bragança. A América absorve 6 059 (98,40%) dos 6 157 emigrantes. Dentro deste contexto, o Brasil concentra 5 876 (95,43%) dos mesmos.

O Brasil apresenta o volume máximo em 1912 com 1 499 emigrantes (97,27%) do total para o mesmo ano e catalisa o total de emigrantes do concelho em 1907.

Carrazeda de Ansiães

Num universo de 3 608 emigrantes e dentro do grande continente americano, também os emigrantes deste concelho preferiram o Brasil. Dos 3 469 indivíduos que se deslocaram para este continente, 3 365 foram para o Brasil (97,00%), o país que concentrou o total de emigrantes do concelho em 1914 e 1915.

O ano de 1912 é o mais representativo nesta zona (19,56% do total do concelho). No tocante ao destino brasileiro, dos 706 emigrantes para esse ano, 701 (99,29%) optaram por aquele país.

Freixo de Espada-à-Cinta

Num total de 2 031 emigrantes para o período estudado, continua a destacar-se o continente americano com 1 951 emigrantes (96,06%). O Brasil ocupa um lugar de destaque com a cifra de 1 837 (90,44%).

O Brasil apresenta o pico em 1912 com 329 emigrantes (95,36%) num universo de 345 para esse ano, o qual se destaca nestes dois decénios, pois abrange 16,98% do total de emigrantes freixenenses.

Macedo de Cavaleiros

Registou entre 1901 e 1920 um total de 5 858 emigrantes. A América também é o continente de destaque neste concelho, absorveu cerca de 5 736 indivíduos, correspondendo a 97,91% dos emigrantes macedenses.

Todo o protagonismo americano se centraliza no Brasil. Para aqui se dirigiram 93,82% dos emigrantes de Macedo (5 496 no total), destacando-se o ano de 1912; cerca de 1 765 (96,87%) dos 1 822 emigrantes segue rumo a este país que monopoliza o total dos emigrantes macedenses para os anos de 1908 e 1914.

Miranda do Douro

Num concelho que apresenta apenas 527 emigrantes, a América concentra 519, ou seja 98,48%. O Brasil mantém o seu peso numérico com 451 dos 527 emigrantes (85,57%). O Brasil catalisa 100% dos emigrantes registados para os anos de 1901, 1902, 1904, 1906, 1911.

Também em 1913 se apresentam os valores superiores: 72 emigrantes de um total de 78 (92,30% desse ano). O ano de 1913 é o mais significativo, catalisa 14,80% dos emigrantes deste concelho.

Mirandela

Num universo de 5 144 emigrantes, a América está representada com 4 981 (96,83%). O Brasil tem o peso mais considerável neste continente: 4 932 indivíduos (95,87%).

O ano de 1912 é o que apresenta maior contingente emigratório: 1 359 num universo de 5 144 emigrantes (26,41%), dos quais 1 325 emigrantes (97,49%) foram para o Brasil. O Brasil absorve 100% dos emigrantes do ano de 1914.

Mogadouro

O concelho que apresenta maior número de emigrantes nos dois primeiros decénios do século XX. À semelhança dos outros concelhos do Distrito, é para a América que se destina o maior número de indivíduos. Num total de 6 720, cerca de 6 659 rumaram para este continente, ou seja cerca de 99,09%.

A zona mais privilegiada foi o Brasil que concentrou 97,41% dos emigrantes mogadourenses, ou seja, 6 546 indivíduos. O Brasil revela em 1912 o volume mais considerável: 1 536 (99,48% dos 1 544 para esse ano). Os volumes anuais de emigrantes para este país são consideráveis. Em 1914 concentrou 100% dos emigrantes concelhios.

Torre de Moncorvo

O panorama deste concelho não foge à regra. A América concentrou 4 652 dos 4 812 emigrantes (96,67%). O Brasil foi, sem dúvida, o grande catalisador dos emigrantes deste município (82,35%).

Sem dúvida, o ano de 1912 é também determinante no concelho, absorvendo 19,51% dos emigrantes moncorvenses e o Brasil com 914 emigrantes (97,33%). O Brasil concentra 100% dos emigrantes moncorvenses de 1908 num total de 234.

Vila Flor

Entre 1901 e 1920, este concelho registou 2 459 emigrantes, 2 390 concentraram-se na América (97,19%). Neste continente o Brasil também se destaca com 2 373 emigrantes (96,50%).

O ano de 1912 é o mais significativo em volume de emigrantes: 25,41% do total. O Brasil absorveu todos os emigrantes de Vila Flor de 1908, 1909, 1910, 1913 e 1914.

Vimioso

Registaram-se para este concelho 2 443 emigrantes; destes, 99,50% refugiaram-se no grande continente americano (2 431 emigrantes) com destaque para o Brasil que atingiu a cifra de 2 348 (96,11%).

O ano de 1912 é o mais representativo pelo volume de emigrantes: 38,27% do total, e o Brasil revela também, neste ano, o seu valor mais elevado, 916 de 935 emigrantes (97,96%), tendo atraído o total de emigrantes dos anos de 1901, 1902, 1903, 1907 e 1919.

Vinhais

É um dos concelhos que registou maior número de emigrantes. Num universo de 5 947, o continente americano foi destino para 5 905 (99,29%), salientando-se o Brasil com 5 790 (97,36%).

Vinhais é um concelho que apresenta valores elevados e muito extremados no tocante aos destinos. Os valores numéricos concentram-se no continente americano e só o Brasil absorve 100% dos emigrantes vinhaenses dos anos de 1908, 1909 e 1910.

O ano 1913 é o que regista mais emigrantes deste concelho: 14,71% do total; para o Brasil dirigiram-se 873, (99,77% do total anual). A distribuição anual para este destino é constante e somente nos anos de 1903, 1917 e 1918 não regista valores superiores a 100 emigrantes.

Concretizando a distribuição de emigrantes dos vários concelhos com destino ao Brasil, e relativamente ao total de emigrantes do distrito, constatamos que os três concelhos que apresentam maior número de emigrantes para este país são os que também registam valores superiores quanto aos totais de emigrantes (gráficos n.º 1 e 2).

Gráfico 1: Destinos dos emigrantes do Distrito de Bragança (1901-1920)

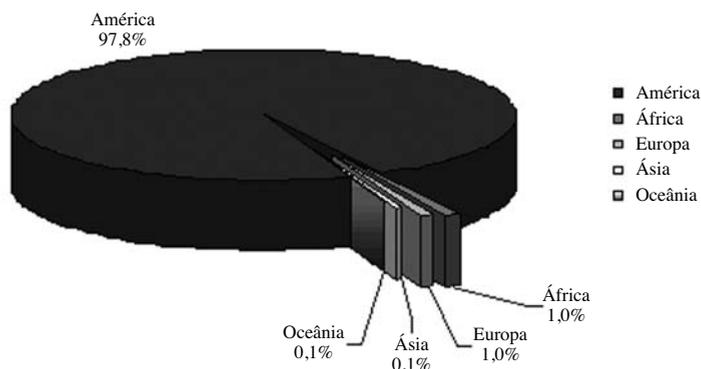
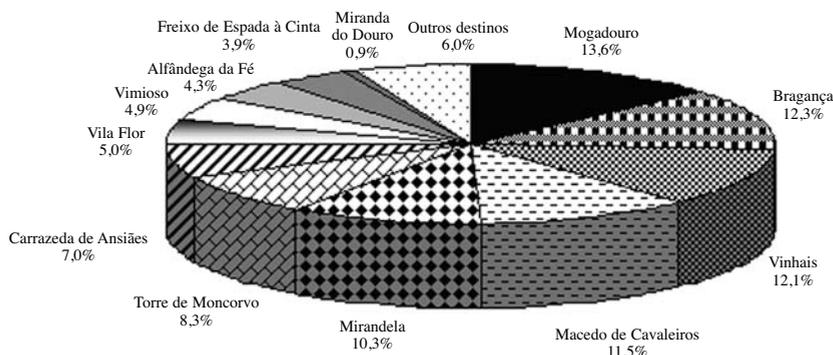


Gráfico 2: Distribuição Concelhia dos Emigrantes com destino ao Brasil (1901-1920)



Todos os concelhos registam fortes concentrações de emigrantes no Brasil, mas Mogadouro lidera os contingentes, tal como se pode observar no quadro percentual que se segue:

Tabela 3

CONCELHOS	%
Mogadouro	13,59%
Bragança	12,20%
Vinhais	12,02%
Macedo de Cavaleiros	11,41%
Mirandela	10,24%
Torre de Moncorvo	8,23%
Carrazeda de Ansiães	6,99%
Vila Flor	4,93%
Vimioso	4,88%
Alfândega da Fé	4,33%
Freixo de Espada à Cinta	3,82%
Miranda do Douro	0,94%

CONCLUSÃO

O Brasil foi o país soberano do grande continente americano em termos de emigração nordestina. Concentrou perto de 94% do total de emigrantes do Nordeste Transmontano. No fluxo emigrante português para o Brasil, entre 1901-1920, estimado em 51 598 indivíduos, os emigrantes do Distrito de Bragança atingiram 9%, direccionados, essencialmente, para São Paulo e Rio de Janeiro.

O Brasil simbolizou, sem dúvida, o destino da “contradição”, da “miragem”, onde se concentraram mais de 50% das mulheres emigrantes do Distrito de Bragança, entre 1914-1920. Anos houve em que conseguiu atrair 100% dos emigrantes de alguns concelhos. Mogadouro, Bragança e Vinhais destacam-se no volume de emigrantes que rumaram para o Brasil. Este país representou uma opção multiseccular, ao atrair emigrantes portugueses com afinidades culturais e linguísticas, ao exercer sobre eles o grande fascínio da prosperidade, ainda que nem sempre concretizada na prática, deixando muitos emigrantes apenas no patamar dos sonhos e dos mitos.

O Brasil atraiu, essencialmente, os emigrantes do Nordeste Transmontano, pela conjugação de conjunturas desfavoráveis que a região reflectia no início do século, e pelas necessidades de mão-de-obra de que carecia o grande território brasileiro para revitalizar a economia. A produção cafeeira, entre outras explorações agrícolas (ex: borracha, algodão), dificilmente sobreviveriam sem o braço escravo, abolido em finais do século XIX; rapidamente, as autoridades brasileiras promoveram, subtilmente, a captação de braços alternativos e aliantes salariais. Os trabalhadores emigrantes, pouco qualificados, albergados sem condições, ficavam expostos às maiores vicissitudes contratuais, tanto nas explorações agrícolas, como mineiras, passando pelas actividades comerciais, portuárias ou na construção de vias de comunicação.

Contraditória e tentacularmente, o Brasil, o grande “cruzeiro do sul”, simbolizava a terra da promessa, da segurança monetária, do sucesso tão desejado nos grupos emigrantes, mas também da desilusão, da difícil ou impossível riqueza. Por isso se retratam as terras de Santa Cruz como “açougue humano”³⁴; “Terra brasileira” que “socorre pela caridade”; “Brasil do ouro” e “Suspirado terreno americano”.

FONTES

- Boletim de Emigração*, 1925, n.ºs 1-4.
Boletim de Emigração, 1922, n.ºs 1 e 2.
Boletim de Emigração, 1921, n.º 1.
Boletim de Emigração, 1920, n.º 5.
Boletim de Emigração, 1919, n.º 1.
Gazeta de Bragança, n.º 660, 08/01/1905.
Notícias de Bragança, n.º 105 de 19.02.1914.
Notícias de Bragança, n.º 22, 18.07.1912.
 (A) *Pátria Nova*, n.º 209, 03.11.1912.
 (A) *Pátria Nova*, n.º 127, 25.03.1911.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os Brasileiros/Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.

- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983), *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição*, 1.^a ed., vol. 79, série História, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação.
- MATOS, Maria Isilda Santos de (1993), “Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, S. Paulo, 1890-1930”, in *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al., Algés: Fragmentos.
- MATTOSO, José (1993), *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa: Editorial Estampa
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- SERRÃO, Joel (1974), *A Emigração Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Fernando Emygdio da (1917), *A Emigração Portuguesa*, Coimbra: França & Arménio Livres Editores.

NOTAS

- 1 SERRÃO, 1974: 113.
- 2 MATOS, 1993: 231.
- 3 *A Pátria Nova*, n.º 127, 25/03/1911.
- 4 *A Pátria Nova*, n.º 209, 03/11/1912.
- 5 *A Pátria Nova*, n.º 222, 02/02/1913.
- 6 *Notícias de Bragança*, n.º 22, 18/07/1912.
- 7 *Notícias de Bragança*, n.º 7, 04/04/1912.
- 8 MATTOSO, 1993: 588.
- 9 MATTOSO, 1993: 588.
- 10 SERRÃO, 1974: 75-76.
- 11 SERRÃO, 1974: 77.
- 12 SERRÃO, 1974: 108-109.
- 13 ALVES, 1994: 349.
- 14 SILVA, 1917: 269.
- 15 SILVA, 1917: 271.
- 16 ARROTEIA, 1983: 18.
- 17 ARROTEIA, 1983: 23-24.
- 18 ARROTEIA, 1983: 53.
- 19 ARROTEIA, 1983: 73
- 20 SILVA, 1917: 254.
- 21 PEREIRA, 1981: 15.
- 22 SILVA, 1917: 257.
- 23 *Boletim de Emigração*, 1919: 9, n.º 1.
- 24 *Boletim de Emigração*, 1919: 10, n.º 1.
- 25 *Boletim de Emigração*, 1919: 11, n.º 1.
- 26 *Boletim de Emigração*, 1921: 25, n.º 1.
- 27 *Boletim de Emigração*, 1922: 4, n.ºs 1 e 2.
- 28 *Boletim de Emigração*, 1925: 6-9, n.ºs 1-4.
- 29 ALVES, 1994: 177.
- 30 PEREIRA, 1981: 257.
- 31 ALVES, 1994: 176.
- 32 *Notícias de Bragança*, n.º 105 de 19/02/1914.
- 33 ARROTEIA, 1983: 25-26.
- 34 *Gazeta de Bragança*, n.º 660, 08/01/1905.

FONTES PARA O ESTUDO DA PRESENÇA PORTUGUESA EM SANTOS

*Maria Aparecida Franco Pereira
Maria Suzel Gil Frutuoso*

O presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento de fontes documentais sobre a presença portuguesa em Santos. É importante ressaltar, entretanto, que os portugueses encontram-se distribuídos por toda a Baixada Santista, região hoje composta por nove municípios.

No caso da Grande Emigração da segunda metade do século XIX e início do XX, principalmente da Europa para a América, condições econômicas e sociais foram fatores importantes que impulsionaram a vinda de outros povos. Além claro, do fascínio que o continente americano exercia sobre o europeu, como terra de todas as possibilidades.

Sendo assim, o Brasil encontra-se no horizonte de grande parte dessa emigração. São Paulo é a terra do café e Santos seu porto exportador, e, um grande espaço de trabalho se abre na região, atraindo os imigrantes, principalmente portugueses.

SANTOS: POSIÇÃO GEOGRÁFICA E IMPORTÂNCIA ECONÓMICA

Cidade portuária e essencialmente comercial, localizada na Ilha de São Vicente, Santos é, a partir da segunda metade do século XIX, reflexo da riqueza do café, uma economia agro-exportadora. É ligação umbilical entre o litoral e o interior do Estado de São Paulo, um dos mais prósperos no sudeste do Brasil.

Santos é hoje um pólo metropolitano de outros municípios como: São Vicente (primeira vila colonial brasileira), Praia Grande e Guarujá (estâncias turísticas), Cubatão (pólo industrial) e regiões do litoral norte e sul paulista.

Nos anos que margeiam a passagem do século XIX para o XX, Santos sofreu grandes transformações, ligadas à revolução técnica e ao desenvolvimento do capitalismo: inauguração da ferrovia (1867); início da modernização do porto (1890); o saneamento, vencendo as terríveis epidemias; a urbanização com o alargamento da cidade, dando-lhe uma nova configuração.

A população santista aumenta como um reflexo do próprio crescimento econômico da cidade. Assim, nos anos de 1886, era de 15.605 habitantes; cresce vertiginosamente em 1900 para 50.389. O Censo de 1913 revela uma população de 88.967 habitantes dos quais 39.802 são imigrantes (44%

da população); destes, 23.055 são portugueses, seguindo-se 8.343 espanhóis e 3.554 italianos.

Já em 1892, há registro da chegada em Santos de 500 lusos com experiência na construção de portos. É, sobretudo, em fins do século XIX até a década de 1930 que Santos atrai esse maior número de portugueses.

Os censos gerais de 1920 e 1940 ainda mostram a forte presença lusitana na população santista e os lusos continuam sendo a corrente imigratória mais importante da cidade. Santos torna-se uma cidade portuguesa, considerando-se também os descendentes.

Embora a corrente imigratória diminua no período da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a imigração para esta cidade continua até a década de 1950. A partir de 1960 ela foi decrescendo e hoje quase se extinguiu.

A ORIGEM DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Os dados compulsados demonstram que a imigração para São Paulo e Santos vem durante muito tempo, principalmente das Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Beira Litoral e, em particular, dos Distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro, além de outras regiões. Saem, sobretudo, pelo porto de Leixões no Norte, seguido pelo de Lisboa e do Funchal na Ilha da Madeira.

As estatísticas da imigração mostram uma grande corrente portuguesa entrando pelo porto de Santos, porém, não identificam os que ficam na cidade.

A maioria dos imigrantes pertencia ao setor primário, mas a partir da década de 1940 aumenta o número dos oriundos dos setores secundário e terciário. No censo de 1913 os portugueses são operários braçais, trabalhando no porto e na ferrovia (10 118), em atividades industriais (976). Em setores mais abonados são: 119 capitalistas e proprietários, 920 negociantes (nos ramos de secos e molhados etc).

No início, parte dos portugueses se dirigia às fazendas de café e parte ficava nas cidades; ou migrava das fazendas para as cidades; ou de cidade para cidade, atrás de melhores condições de trabalho e de salário; onde houvesse algum comércio ou em outras atividades urbanas. Inicialmente, em Santos, também vieram para trabalhar nas obras da ferrovia e do porto. Sendo o maior grupo imigratório, representam também o maior contingente de trabalhadores urbanos de uma única nacionalidade.

A IMPORTÂNCIA DAS FONTES

A relevância deste levantamento de fontes está fundamentada nos princípios elementares da ciência história.

É premissa indiscutível, na tarefa do historiador, a assertiva “a história não se faz sem documento”.

O documento, que tinha o significado de prova, passa, pelo trabalho do historiador, a ser considerado monumento, isto é, perpetua ou evoca o passado, segundo Le Goff.

As fontes armazenadas nos arquivos são as mais tradicionais. Textos geralmente escritos (manuscritos ou impressos).

O arquivo das instituições, quando bem estruturado, é importante como local de referência, pois registram os passos de sua vida, os atos oficiais, as suas cerimônias e festividades, os dados de identidade de seus sócios etc.

Entretanto, desde os *Annales*, amplia-se a noção de documento (antes somente os escritos): os iconográficos, os sonoros, os objetos da memória, ou seja, todo o vestígio da ação humana, tudo que revela o passado do homem.

Embora já exista a dissertação de mestrado – *Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil. O caso de Santos: 1850 a 1950*; de Maria Suzel Gil Frutuoso, defendida em 1990, na USP, sobre imigração lusa em Santos – e alguns estudos sobre as associações lusitanas na cidade (Clotilde Paul, Jorge Guerreiro e Jaime Franco), nosso interesse centra-se primeiramente num levantamento de fontes mais amplo para o estudo da presença portuguesa em Santos. Não tentamos, neste momento, uma análise mais detalhada das mesmas, mas sim mostrar as possibilidades que essa documentação oferece para pesquisas mais aprofundadas que nos permitam uma visão mais ampla da participação dos lusitanos, na região, no período entre 1890 e década de 1960. Portanto, o atual estágio da pesquisa não encerra a questão, mas vislumbra a necessidade de novas visitas e de identificação de outras fontes para a história da imigração portuguesa em Santos.

ACERVOS DOCUMENTAIS

As instituições que empregavam portugueses possuem acervos importantes para a recuperação do passado em Santos. Procuramos agrupá-las para dar uma melhor idéia do tipo de fontes existentes nas mesmas.

A antiga *City of Santos Improvements Company Limited*, responsável pelos serviços de água, iluminação, gás e transportes desde 1881.

No arquivo da *Eletropaulo*, em São Paulo, encontram-se também documentos da empresa inglesa.

A *Companhia Docas de Santos*, responsável pela construção do porto, cuja expansão ocorre na década de 1890. O aumento do movimento portuário foi de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade, atraindo milhares de imigrantes.

Ambas as empresas possuem um precioso acervo documental.

Este acervo é composto no caso do arquivo da Eletropaulo de Boletins Históricos e outros Documentos que trazem informações sobre seus empregados: fichas e livros com registros sobre os trabalhadores, dados pessoais e profissionais, atividades exercidas, depoimentos e fotografias.

A documentação do Museu do Porto possui também importantes referências dos imigrantes, ainda pouco exploradas pela historiografia.

Inaugurado em 1999, abriga algum material da Companhia Docas de Santos, cujo convênio com o Governo Federal durou de 1890 a 1980. Há pouca documentação escrita, a maior parte catalogada e não seqüente. São livros e registros de funcionários, de pagamento, de ponto e de freqüência, relatórios das diretorias e 31 caixas de correspondência de 1888 a 1966. Possuindo cerca de 300 negativos em suporte de vidro e 5.000 fotografias da evolução do porto e das atividades portuárias. Essa documentação precisa ser mais bem pesquisada.

A documentação dos Sindicatos e Associações de Classe oferece outra possibilidade na reconstituição da vida dos trabalhadores portugueses na cidade, operários do porto, de ferrovias, da construção civil etc. Chamamos a atenção também para a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, fundada em 1879.

Os Boletins de Emigração e do Serviço de Imigração, Colonização, Indústria e Comércio de São Paulo, mostram, embora com muitas lacunas e diferenças, dados, tais como, origem dos emigrantes, nível de instrução, estado civil, idade, gênero, profissão e do país para onde se dirigiam. No Brasil, podemos verificar o destino de muitos imigrantes (fazendas de café, núcleos coloniais) e sobre as atividades na indústria e comércio.

Os Recenseamentos da Província de São Paulo, depois Estado de São Paulo, e os municipais (Santos), além de gerais, trazem informações sobre a participação lusa na composição da população.

Os Anuários, Indicadores e Revistas Comerciais, com o nome de firmas, proprietários e profissões atestam a participação dos portugueses nas atividades comerciais.

Igualmente de interesse são jornais de Santos, em especial *A Tribuna*, que registram fatos sobre a colônia portuguesa. Em fins da década de 1980, a jornalista Beth Capelache escreveu alguns artigos sobre imigrantes em Santos, inclusive sobre portugueses, baseando-se principalmente em entrevistas.

A preocupação em registrar atividades e anseios levou à criação de revistas, jornais e anuários, publicados pela colônia lusitana. Mostram aspectos de sua vida ativa, pessoas ilustres, festas e comemorações, firmas comerciais ou fundadas pelos portugueses, além de acontecimentos de interesse da comunidade. Podemos destacar os jornais *Bandeira Portuguesa*, *A Vanguarda*, *Anuário da Comunidade Portuguesa* e as revistas: *A Tradição Portuguesa* e a *Revista do Centro Português*, além de outras não pesquisadas, produzidas por instituições portuguesas.

Na documentação cartorial, informações relevantes também podem ser colhidas sobre as composições matrimoniais, registros de nascimento de filhos de portugueses, espólios, óbitos e heranças.

Outra possibilidade é a documentação das paróquias. Trazem contribuições no que tange a registros de casamento e batismo. Precisa ser mais pesquisada.

Há ainda a documentação das escolas de Santos. Os registros de matrículas dos alunos mostram a sua origem e a dos pais, apresentam dados para o estudo dos portugueses. A própria Escola Portuguesa, fundada em 1921, é um marco dessa presença.

As documentações consulares, em especial, os Relatórios Consulares, trazem diversas informações sobre a comunidade local, importância da região e das oportunidades de trabalho, assim como dos problemas e dos acontecimentos que envolvem portugueses. Há também fichas dos inscritos, contendo dados pessoais (nome, residência, grau de instrução, estado civil, profissão) e registro de casamentos, óbitos, heranças, repatriamentos e localização de pessoas.

A documentação das Associações Portuguesas é variada e traz informações importantes. São livros de atas, estatutos, correspondência em geral, fichas de sócios, convites de solenidades e festas, que oferecem um panorama sobre a vida dessas instituições e de seus associados. Nas fichas encontram-se dados sobre gênero, estado civil, profissão, endereço. A preocupação mutualista, de instrução e de lazer são sua principal característica. Urgem estudos mais aprofundados.

Ao lado de toda essa documentação citada, duas outras fontes para o estudo da imigração são também as fotografias e a arquitetura. As imagens retratam os prédios das associações e seus associados, diretores, festas e comemorações, entre outras. A sede de algumas delas mostra edificações suntuosas com elementos da arte de Portugal, como por exemplo, o Centro Português fundado em 1895. O edifício, de estilo manuelino, possui janelas e portas em arcos redondos, estrelas, cordas, cruces, esferas armilares, escudos reais e um salão nobre decorado com cânticos dos Lusíadas, como um culto aos heróis lusitanos.

O patrimônio material e não-material apresenta-se também nas tradições portuguesas, como as danças e os cantores dos Ranchos Folclóricos. O artesanato madeirense, com os bordados da Ilha da Madeira, foi de tamanha importância que levou à criação da Associação das Bordadeiras do Morro de São Bento, responsável pela preservação desses bordados (motivos e técnicas), até hoje.

AS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE SANTOS

Durante décadas, Santos contou com diversas associações portuguesas que marcaram a vida da comunidade lusa. Fundadas a partir da segunda metade do século XIX, algumas já foram desativadas; outras permanecem em plena atividade.

A maioria delas foi criada com objetivos de socorrer seus concidadãos, na saúde, no desemprego ou em problemas financeiros, uma vez que Santos era conhecida por suas epidemias e não havia garantias no emprego para aqueles que adoeciam.

Tais associações não tinham apenas um cunho de socorrer em casos de doenças e desemprego; havia aquelas responsáveis pelo lazer, como música e

dança e voltadas para a instrução; e ainda as que se ocupavam da instrução e lazer, além de caráter esportivo.

O lazer foi juntamente com a saúde uma das maiores preocupações da comunidade. Foram importantes para congregar os portugueses que sentiam a necessidade de se reunir para comemorações e festejos, bailes e apresentações teatrais.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 21 de Agosto de 1859, foi criada para socorrer compatriotas desvalidos e atacados pelas doenças, o que hoje ainda é uma realidade, agora não só para os portugueses, mas também para outros cidadãos santistas. Esta associação é até o momento a mais antiga de que temos registro.

O Real Centro Português de Santos, depois com a proclamação da República em Portugal, apenas Centro Português de Santos, é fundado em 3 de Novembro de 1895, com objetivos mutualistas, de instrução e lazer. Participaram de sua criação pessoas ilustres da colônia portuguesa santista, muitos deles homens de negócios e intelectuais lusos, além de pessoas mais humildes. Sua função era congregar os portugueses, estava voltado para vasto programa de assistência pecuniária e de saúde dos sócios, diversão e instrução, com escola, biblioteca e gabinete de leitura.

A Sociedade Musical União Portuguesa é criada em 16 de Outubro de 1913, dedicada inicialmente à música, a reuniões dançantes e, mais tarde, na década de 1920, assume um caráter mutualista, mantendo ainda o lazer.

A Escola Portuguesa de Santos, fundada em 24 de Julho de 1921, com a finalidade de difundir a instrução, divulgar os conhecimentos do Brasil e Portugal e combater o analfabetismo.

O Centro Beneficente Madeirense é fundado em 15 de Abril de 1934, com objetivo mutualista e de lazer. É criada uma caixa para socorrer sócios necessitados, sobretudo, aqueles privados do trabalho por doenças ou acidentes, dar assistência jurídica, apoio moral, além do lazer. Depois de passar por um período de dificuldades o Centro Beneficente Madeirense deixou de existir, sendo incorporado pela Casa da Madeira, criada em 15 de Abril de 1954, tinha finalidade recreativa, educativa e de auxílio aos sócios (pecuniário, de saúde, documental) e de localização de pessoas oriundas da Ilha da Madeira e cujos parentes buscavam informações e ainda o lazer.

O Clube de Regatas Vasco da Gama, com fundação em 12 de Fevereiro de 1911, é uma das agremiações náuticas mais prestigiosas da cidade.

A Associação Atlética Portuguesa fundada em 20 de Outubro de 1917 é um clube de futebol, hoje conhecida como Portuguesa Santista.

O Elos Clube de Santos foi criado em 8 de Agosto de 1959, para salvaguardar a cultura portuguesa e pregar a fraternidade universal. O organismo catalisador é o Elos Internacional da Comunidade Lusíada.

Outras instituições ativas buscam manter a tradição lusa: Rancho Folclórico Tricanas de Coimbra, criado em 1961; Rancho Folclórico do Morro de São Bento, em 1976; Banda Musical “A Tocata”, no Morro de São Bento, 1976.

FUNDADAS POR PORTUGUESES E EM ATIVIDADE

Há, ainda, outras instituições que têm portugueses entre os fundadores: Racionalismo Cristão, criado em 1910 por dois portugueses abastados, Luiz José Mattos (cidade de Concelho de Chaves) e Luiz Alves Thomaz (Moita, Concelho de Castanheira de Pêra).

Em 1937, a atriz portuguesa Maria Máximo funda o Centro Espírita Ismênia de Jesus, com a finalidade de atender as crianças desamparadas.

Em 1966 surge a Fundação Lusíada, hoje mantenedora do Centro Universitário Lusíada de Santos, que teve início com a Faculdade de Medicina.

DESATIVADAS OU EXTINTAS

Sociedade Musical Luso-Brasileira criada em 07 de Setembro de 1863, com o objetivo de amenizar choques oriundos da Independência brasileira;

Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos D. Pedro I, de 9 de Abril de 1902, mutualismo;

Centro Republicano Português de Santos, fundado em 14 de Julho de 1909, por dissidentes do Centro Português, mutualista, de instrução e lazer;

Registramos ainda a existência do Clube Recreativo “A Severa” e do Centro Recreativo “Luis de Camões”, pela documentação de outras associações, quando do envio de convites para festas e comemorações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de fontes documentais sobre a presença portuguesa em Santos revelou um grande número de documentos de importância variada para a reconstrução da história.

Se a quantidade de fontes é extensa, embora com muitas lacunas na sua seriação e nas temáticas, há muito ainda o que buscar e a necessidade de revisitação de fontes já utilizadas.

Falta-nos uma classificação dessas fontes organizadas, segundo as técnicas arquivísticas. Os arquivos históricos das instituições deixam a desejar, por ausência, inclusive, de pessoal especializado; são quando muito, depósitos de fontes. Entretanto, acolhem com solicitude os pesquisadores.

Novos tipos de fontes podem ser utilizados. Destacamos o uso da história oral, segundo as regras científicas. Muitas pessoas devem ser ouvidas; muitas histórias devem ser contadas; muitos aspectos da vida cotidiana dos portugueses e seus descendentes precisam ser registrados.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, M.; REGINA G.; GUERREIRO, Jorge (1971), *Presença Portuguesa no Brasil*, Enciclopédia Lusíada, I Volume, Santos.
- FRANCO, Jaime (1951), *A Beneficência*, Santos, s/ed.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil (1990), *Emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850 a 1950)*, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil (1995), “O café e a imigração em Santos”, in *Santos, Café e História*, org. Maria Aparecida Franco Pereira, Santos: Leopoldianum.
- LE GOFF, Jacques (1996), *História e memória*, 4.^a ed., Campinas: Editora da Unicamp.
- PAUL, Clotilde (s/d), *As associações portuguesas em Santos*, Santos: s/ed.

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

Maria Izilda Santos de Matos

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas
mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Fernando Pessoa

BRAÇOS PARA A LAVOURA PAULISTA

A expansão da economia cafeeira pela Província/Estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de braços para a lavoura que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava, gerando a questão do trabalho.

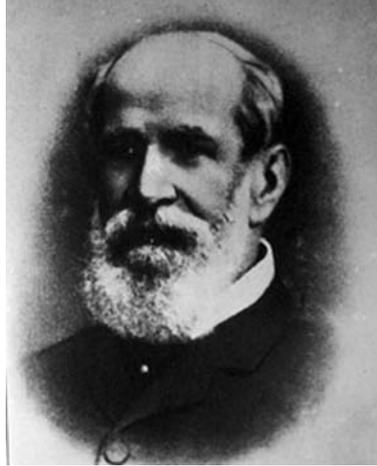
A luta pela imigração em São Paulo se iniciou antes do final da escravidão, desde 1871 que o Governo Provincial paulista empreendeu esforços para formar a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, tendo por finalidade facilitar aos cafeicultores o acesso aos trabalhadores imigrantes.

As pressões da elite paulista tornaram-se crescentes, na Assembléia Provincial projetos relacionados com a questão do trabalho eram propostos e discutidos, dando origem a todo um conjunto de leis provinciais que propunha implementar a ajuda financeira aos fazendeiros que buscassem atrair imigrantes, auxiliando-os nas despesas de viagem (1884); assim, abriram-se as portas para Imigração Subvencionada.

Em 1886, sob os auspícios do então Presidente da Província João Alfredo, fundou-se a Sociedade Promotora da Imigração, encabeçada por Martinho da Silva Prado Junior, Nicolau de Sousa Queirós e Rafael Aguiar Pais de Barros. A essa Sociedade cabia difundir, propagandear, atrair e recrutar trabalhadores na Europa, estabelecendo contratos e racionalizando os custos de tal empreitada.

As ações da Sociedade foram iniciadas pelas atividades de divulgação, editando folhetos (oitenta mil, em português, italiano e alemão) que difundiam as vantagens de emigrar para o Brasil. Nos folhetos eram apregoadas as facilida-

des da imigração para São Paulo, com destaque para o transporte ferroviário, hospedagem, alimentação e tratamento médico gratuito. Além do empenho na divulgação, a Sociedade se responsabilizou pela administração efetiva de todo um programa de imigração (estabelecido por lei de 3/2/1887).



Martinho Prado

Em 1887, Martinho Prado viajou para a Europa buscando estabelecer contatos para viabilizar as propostas criando um escritório em Gênova, que deveria fazer a propaganda e selecionar os imigrantes, já com subsídios do governo, que aprovou fundos para essas ações.

“A Promotora fazia o contrato com o governo para trazer os trabalhadores. Desta maneira, os fundos públicos eram canalizados quer para companhias de navegação, quer individualmente para imigrantes, visando pagar os custos do transporte”¹.

Com a divulgação pelos recrutadores do programa de transporte gratuito pelo governo paulista, a atração de imigrantes foi grande, conseguindo arregimentar muitos estrangeiros, geralmente os que tinham menos recursos. Para receber a passagem subsidiada, o pretendente tinha que satisfazer certos critérios definidos como idade, sexo, estrutura familiar e ocupação. Não poderiam ser financiados imigrantes solteiros ou os que declarassem intenção de se estabelecer em outro estado, também os que já anteriormente tivessem recebido passagem paga para o Brasil e depois retornado a sua terra².

Apesar do advento da República em 1889, as ações da Sociedade mantiveram continuidade. A constituição republicana deu autonomia aos estados, incluindo entre as várias atividades da recém-criada Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas – o serviço de imigração.

“Em 1894, a Secretaria de Agricultura de São Paulo concluiu o primeiro de muitos contratos diretos com Companhias de navegação. Em 1895, a Sociedade Promotora recebeu os últimos grupos de europeus, e a Secretaria de Agricultura. Tomou a si uma parte maior do programa. Completada a transição administrativa, alcançados seus propósitos, a Promotora se desfez no curso de 1895”³.

Gradativamente, a política de subvenção foi ampliada, incluindo hospedagem e transporte dos imigrantes para as fazendas. Todos esses subsídios propiciaram ao Estado um controle sobre as ocupações, atividades e destino dos imigrantes chegados a São Paulo. Destacando que entre 1908 e 1921, dos imigrantes subsidiados que entraram pelo porto de Santos, 98% passaram pela hospedaria, dos não subsidiados, só de 23% se encontra o registro nos livros da Hospedaria, isso quer dizer que a maioria deles atuou autonomamente.

Os defensores da política imigrantista consideravam esse meio o ideal para o abastecimento de trabalhadores nas fazendas de café. A cafeicultura paulista foi efetivando seu projeto de uma política imigrantista, nesse processo percebe-se a passagem de ações e interesses do grupo para uma política do Estado⁴, inicialmente provincial e depois pelo governo federal, através de uma política imigrantista. Dessa forma, a elite agrária conseguiu impor sua proposta para a questão da mão-de-obra – uma política imigrantista em massa, contínua⁵ e subvencionada pelo governo⁶.

O sistema implantado optou preferencialmente pela introdução de europeus⁷ e em unidades familiares, o que permitiu aos cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho.

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira é descrita nos relatórios da época, que estão repletos de denúncias: os baixos salários eram reduzidos pelas multas lançadas; a impontualidade e as fraudes nos pagamentos, confiscos, pesos e medidas ilegais, os endividamentos nos armazéns das fazendas somavam-se à disciplina coercitiva e à violência física contra os colonos.

HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES

Em finais de 1881, a Assembléia Provincial de São Paulo organizou um comitê (encabeçado por Nicolau de Sousa Queirós) para estudar a recepção dos imigrantes e planejar uma hospedaria. Em 1882, foi adquirido para tal fim um prédio no bairro do Bom Retiro, apesar das ações de remodelação, tinha como limite a acomodação de 500 pessoas. Essa primeira hospedaria era pequena, com graves problemas de epidemias e localização incômoda distante das ferrovias existentes.



Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Não tardaria (Março de 1885) a Assembléia autorizou a construção de uma nova hospedaria. A Comissão encarregada escolheu como lugar para a construção, um ponto de junção das linhas ferroviárias que conectavam a capital paulista a Santos e Rio de Janeiro.

A construção da nova hospedaria foi iniciada em 1886 e já em 1887, ainda em obras, recebeu os primeiros imigrantes. Pronta em 1888, a hospedaria tinha a capacidade para 4 000 pessoas, tornando o prédio ponto central do programa de imigração paulista, nos seus dez primeiros anos de funcionamento foi coordenada pela Sociedade Promotora da Imigração. Em certos momentos chegou a abrigar cerca de 10 000, suas condições de alimentação e higiene tornavam-se precárias.



Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

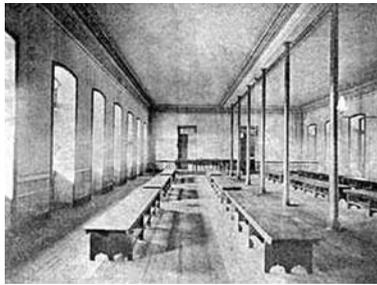
Depois da viagem transoceânica de 3 a 5 semanas, em porões úmidos e mal ventilados, a chegada dos imigrantes ocorria no porto de Santos, aonde se tomava o trem até a cidade de São Paulo, desembarcando na própria hospedaria. Aos recém chegados era permitido permanecer na hospedaria por 4 a 8 dias, tendo um lugar para dormir, duas refeições diárias e tratamento médico.

O prédio era uma construção ampla, ocupando quase um quarteirão, possuía um desvio ferroviário com plataforma própria para a chegada dos trens⁸.



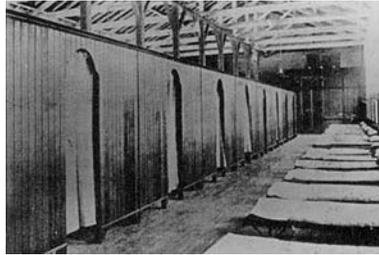
Estação de trem da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Num andar térreo localizavam-se os escritórios, casa de cambio, setor médico, cozinhas, refeitórios e estoques.



Dependências internas da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

No andar superior localizavam-se os dormitórios. Numa construção à parte, no próprio terreno, encontrava-se instalado o setor aonde os imigrantes se encontravam com os cafeicultores para estabelecer o contrato. Assinado o contrato, o imigrante tomava um trem para o interior.



Dormitórios da Hospedaria

Havia controle de vigias nos prédios dia e noite, buscava-se evitar roubos, mas também os aliciadores que poderiam desviar os braços ou iludir os recém-chegados.

De 1892 a 1905, a Hospedaria esteve vinculada à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, passando para a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração em 1905-11 que, em 1906, reformou as instalações, buscando melhorias nas áreas sanitárias, cozinha, refeitórios e dormitórios. Também os contratos foram reajustados para evitar fraudes e abusos.

A partir de 1911, a instituição esteve sob a gerencia do Departamento Estadual do Trabalho, retornando para o Serviço de Imigração e Colonização, em 1939. Recebeu o último grupo de imigrantes em 1978. Calcula-se que chegou a hospedar 3 milhões de imigrantes, de mais de 70 nacionalidades.



Memorial do Imigrante

Em torno da Hospedaria dos Imigrantes gravitaram outros Departamentos e organismos envolvidos nas questões e serviços da imigração, também da colonização e terras, com destaque para: Agência Oficial de Imigração do porto de Santos, Hospedaria de Campinas, Agência Oficial de Imigração de Cachoeira Paulista e a Hospedaria Provisória de São Bernardo.

No início da República, a Hospedaria esteve vinculada à Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração (ITCI) da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas (1892-1905)⁹.

Já em 1905, a Hospedaria passou à subordinação da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração (DTCI – 1905-11) que gestava as questões relativas à terra, núcleos coloniais, imigração, fiscalização do trabalho de colonização e também a Inspetoria de Imigração do Porto de Santos (IIPS criada em 1907).

Criado em 1911 (até 1930), o Departamento Estadual do Trabalho (DET) passou a subordinar a Hospedaria, a Inspetoria de Imigração do Porto de Santos (a partir de 1924) e a Diretoria de Terras, Minas e Colonização (1926-1935 órgão criado em substituição da DTCI)¹⁰.

Em 1935, foi recriada a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração (DTCI – 1935-39) que incorporou a Hospedaria. Posteriormente, com a reorganização da Secretaria de Agricultura foi estabelecido o Serviço de Imigração e Colonização (SIC – 1939-46) estando a Hospedaria e a Inspetoria de Santos subordinadas a ele.

Durante a Segunda Grande Guerra (1943-45), a Hospedaria manteve sob-guarda imigrantes japoneses e alemães enviados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), por serem considerados de alta periculosidade.

Num quadro de amplas mudanças políticas, em 1946, a nova Secretaria dos Negócios da Agricultura criou o Departamento de Imigração e Colonização (DIC), que funcionou até 1968; quando os Serviços de Imigração e Recepção de Estrangeiros (SIE) e Migrantes (DM) foram incorporados na Secretaria de Estado da Promoção Social.

Em 1967, a maioria dos abrigados chegava do próprio país, eram trabalhadores do Norte e Nordeste brasileiro que vinham tentar a vida na grande capital, assim, a Hospedaria tornou-se dos Migrantes.

O conjunto arquitetônico da Hospedaria dos Imigrantes foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1982. O Centro Histórico do Imigrante (1986) e o Museu da Imigração (1993) foram transformados em Memorial do Imigrante (1998), que tem como objetivos: resgatar, registrar e preservar a memória da imigração.

O Memorial inclui:

- Centro de pesquisa e documentação;
- Museu da imigração;
- Núcleo Histórico dos transportes;
- Núcleo de estudos e tradições;
- Hospedaria dos Imigrantes.

HOSPEDARIA DE IMIGRANTES: PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A memória construída pelos sujeitos históricos e pelos grupos, deve ser observada como um campo complexo de disputas e instrumentos de poder. Nesse sentido, o conceito de patrimônio encontra-se atrelado às questões de

identidade-memória, gerando preocupações e cuidados: com a preservação e com o direito à memória.

Cabe destacar que o patrimônio cultural inclui os vestígios e documentos de um grupo, que ancoram suas memórias e envolve suas questões simbólicas e valores afetivos. Sendo necessário reconhecer e afirmar o significado desse patrimônio histórico, e assim preservar, identificar, e conservar os documentos como bens culturais de inegável valor histórico.

Dessa forma, no Memorial do Imigrante pode-se encontrar vasta documentação sobre a Política de Terras e Colonização e Política de Mão de Obra, recepção e encaminhamento de trabalhadores imigrantes e migrantes.

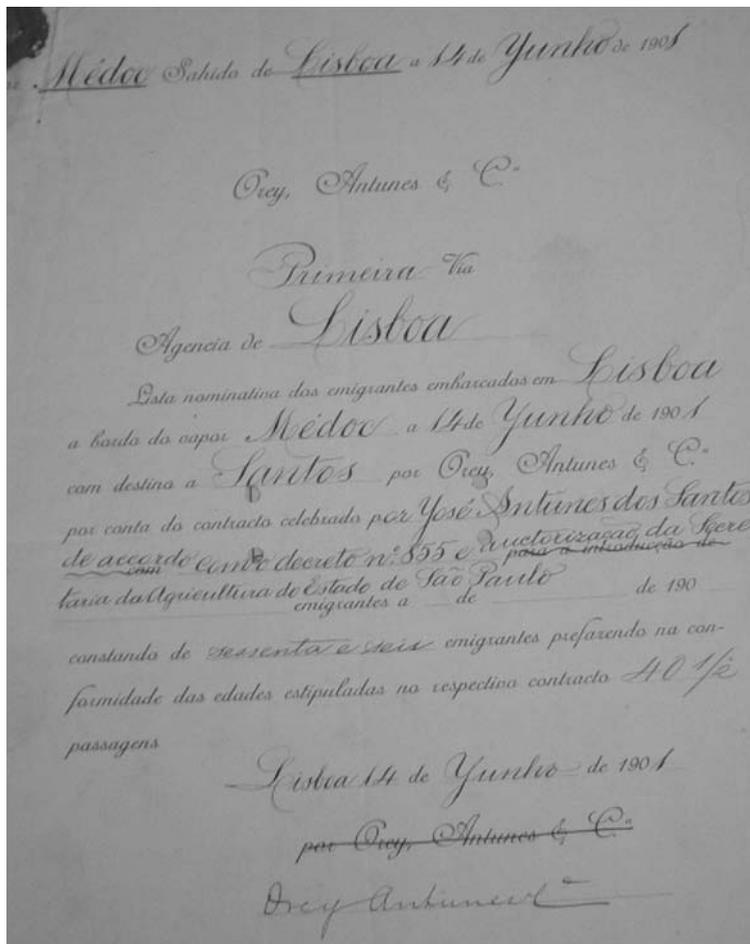
Esses documentos encontram-se reunidos em vários fundos documentais, além dos da Hospedaria do Bom Retiro e Hospedaria do Brás, também das várias Secretarias, Departamentos, Inspetorias e Serviços do Estado de São Paulo que estiveram relacionados ou mantiveram relações com a Hospedaria, como:

Secretaria dos Negócios do Governo;
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas;
Departamento de Terras, Colonização e Imigração;
Departamento Estadual do Trabalho;
Departamento de Imigração e Colonização;
Departamento de Amparo a Integração Social;
Diretoria de Terras, Colonização e Imigração;
Instituto Nacional de Imigração e Colonização;
Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração;
Inspetoria de Imigração do Porto de Santos;
Terras Imigração e Colonização;
Serviço de Imigração e Colonização.

Dois fundos merecem destaque:

- documentação da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos e os documentos produzidos pelas Companhias Armadoras, como as listas de bordo de Navios que aportaram em Santos.
- livros de registro de imigrantes e migrantes alojados nas Hospedarias do Bom Retiro e do Brás.

LISTAS DE BORDO



Lista Geral de Passageiros

Listas de Bordo, em grande parte, se encontram micro filmadas, podendo-se identificar os imigrantes entrados (1888-1978), com séries completas entre 1908-1978, período em que a Inspeção de Santos esteve subordinada à Hospedaria. As listas dos imigrantes saídos vão de 1900-1950.

Nome da Companhia *Companhia Real Inglesa*

LISTA GERAL DE PASSEGEIROS.

NOME DO CAPITÃO.	NOME DO MEDICO.					CAPACIDADE EM TONELADAS.	FORÇA EM CAVALLOS.	VELOCIDADE MEDIA.	TRIPULAÇÃO.	Número de Passageiros em bordo.			Ordem de viagem.	
	J. P. B. Snell									15	200	113		58
Parentesco com o chefe da família.	IDADE.	SEXO.			ESTADO.	NACIONALIDADE.	PROFISSÃO.	RELIGIÃO.	INSTRUÇÃO.		SUA ÚLTIMA RESIDÊNCIA.		País.	Localidade.
		Masculino.	Feminino.	Boletado.					Quadril.	Viuvo.	Letras.	sem Letras.		
						Portugal	Artilheiro	Catolico	Sim				Portugal	
	39					Mexico								
	17					Portugal								
	17					"								
	17					"	Artilheiro							
	40					"	Carreiro							Madara
	40					"	Sapateiro							
	53					"	Agente							
	40					"	"							
	40					"	"							
	2					"	"							
43 20 47 43 3														

Lista geral de passageiros

Por essas listas de bordo recuperam-se as seguintes informações: Identificação do vapor, Porto de embarque, Número de ordem, Classe, Nome, Parentesco com o chefe da família, Sexo, Estado civil, Nacionalidade, Profissão, Religião, Instrução, Última residência (país e localidade), Destino, Bagagem (volumes).

LIVROS DE MATRÍCULA DOS IMIGRANTES ENTRADOS NA HOSPEDARIA

Registro de imigrantes da Hospedaria de São Paulo

Os registros de imigrantes e migrantes alojados na Hospedaria do Bom Retiro e na Hospedaria do Brás totalizam 109 livros (1882-1930), aproximadamente 2 milhões e 500 mil registros de imigrantes, entre: espontâneos ou subsidiados, com ou sem contrato, além de conter anotações sobre o cotidiano da hospedaria.

Esses livros de matrícula têm no seu conteúdo as seguintes informações: número de ordem, nome, idade, filiação, nacionalidade, sexo, estado civil, família e número de membros, profissões, instrução, religião, parentesco, última residência, porto de embarque/vapor/data da saída, porto de desembarque/vapor/data da chegada, data da entrada na hospedaria, se já esteve no Brasil, volumes de bagagens, destino (estação, Município, fazendeiro, núcleos coloniais, outros estados), repatriados/rejeitados, falecidos e outras observações.

OUTROS DOCUMENTOS



Passaporte de imigrante portuguesa

No patrimônio documental do Memorial dos Imigrantes podem ser encontrados: Processos Administrativos da Secretaria de Agricultura, Processos do Serviço de Registro de Estrangeiros, Fichas de registro de Imigrantes e Migrantes. Além de documentos pessoais: Passaportes, Cartas de Chamada, Carteiras de Trabalho, Correspondência Pessoal, Periódicos, Fotografias, Mapas e Plantas. Um banco de entrevistas e vídeos está sendo constituído.

IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO

Apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, alguns vieram diretamente para a cidade de São Paulo e outros (subsidiados ou não) após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas. Grande parte da entrada desses portugueses poderá ser localizada na documentação disponível nos arquivos do Memorial do Imigrante.



Imigrantes portugueses na Hospedaria de São Paulo

A emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, mas o contingente feminino cresceu gradativamente, verifica-se um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com a política imigrantista paulista. Assim, a imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, tornou-se tendencialmente familiar e permanente.

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas.

A imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, diferentes levas, alguns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns que chegaram no início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a Primeira Grande Guerra e também os que vieram durante o governo de Salazar.

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

A historiografia contemporânea tem trazido à luz uma diversidade de documentos, um mosaico de pequenas referências esparsas, a dificuldade do historiador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito e o oculto, para descortinar o objeto.

Assim, o acervo do Memorial dos Imigrantes apresenta amplo manancial de possibilidades para os estudos sobre a Imigração portuguesa para São Paulo. Com a incorporação de evidências históricas orais, visuais e textuais poder-se-á, mais amplamente, revelar as experiências de sujeitos de diferentes tempos, espaços, relações sociais e culturais.

Lidar com essa diversidade de fontes, cruzando-as continuamente, é captar os sinais que dela se emitem, é, portanto, estabelecer com elas uma relação dialógica. Travar esse diálogo com o que propositadamente se ausenta das fontes, formular hipóteses e problematizações é primordial, cabendo examinar exaustivamente essa documentação, ampliando-a e interpretando-a, na expectativa de que os sujeitos sociais envolvidos nessas tramas possam ser resgatados¹¹.

FONTES

Introdução à História da Hospedaria de imigrantes em seus aspectos institucionais, 2000, série resumos 6, Memorial do Imigrante, São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Ecléa (1987), *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*, São Paulo: T. A. Queiroz-Edusp.
- FEBVRE, Lucien (1985), “Viver a história”, in *Combates pela História*, Lisboa: Presença.
- HOLLOWAY, Thomas H. (1984), *Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo (1886-1934)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOBO, Eulália Maria L. (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
- MATOS, M. Izilda S. de (2002), *Cotidiano e Cultura*, Bauru: EDUSC.
- PEREIRA, M. Halpern (2002), *A política portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Bauru: EDUSC.
- SALLES, Iraci G. (1986), *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*, São Paulo: Hucitec.
- SAYAD, A. (2000), “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”, in *Travessia, Revista do Migrante*, vol. 13, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios.
- STOLCKE, Verena (1986), *Cafecultura – Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*, São Paulo: Brasiliense.

NOTAS

- 1 HOLLOWAY, 1984: 66.
- 2 HOLLOWAY, 1984: 82.
- 3 HOLLOWAY, 1984: 67.
- 4 SALLES, 1986: 110.
- 5 A imigração contínua visava manter braços disponíveis frente a alta rotatividade dessa mão-de-obra, ao final dos contratos grande parte não permanecia nas propriedades, havendo uma contínua necessidade de braços.
- 6 A partir de 1914, a política de subsídio à imigração declinou, sendo finalmente encerrada em 1927 quando do governo de Júlio Prestes.
- 7 Esperava-se que o trabalhador imigrante reabilitasse o ato de trabalhar e que sua atividade não só regenerasse, mas que imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho, ocupação enobrecedora e pressuposto para o progresso. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização (SALLES, 1986).
- 8 Os hóspedes podem ser agrupados em três grandes categorias: recém-chegados subsidiados e não subsidiados, estrangeiros e nacionais que vinham de outros estados.
- 9 *Introdução à História da Hospedaria...*, 2000, série resumos 6, Memorial do Imigrante.
- 10 O DET foi inicialmente extinto em 1930, mas reativado entre 1933-35.
- 11 FEBVRE, 1985.

CARTAS DE CHAMADA: A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL, NO CONCELHO DE SERNANCELHE (1900-1920)

Brasilina Assunção Pereira da Silva

É no concelho beirão de Sernancelhe onde, no quadro de uma peculiar investigação, se situam os episódios de emigração para o Brasil que, entre 1900 e 1920, produziram esses impressionantes testemunhos de sociabilidade que são as cartas de chamada. Os 90 documentos de que extraímos hoje, decerto, uma parcelar lição acerca da compreensão, ao tempo, da família nuclear, carece, para entendimento daquilo que pretendemos aduzir, de duas breves notas que caracterizem, em simultâneo, a sua geografia física e humana.

Orlando Ribeiro situa a maior parte do seu actual território nesse quadro físico que ele designa «Beira Transmontana». O centeio, alternando com o pousio, a cultura mais recente da batata emparceirada com manchas de extensos soutos e alguns frutos hortícolas, a coincidente criação de gado bovino, lanígero e suíno e o exercício de alguns ofícios de apoio à actividade agropastoril, constituíam o suporte de uma economia pouco aberta. Se a isto juntarmos um território de escasso povoamento, organizado em aldeias presas de tradições comunitárias, encontramos na emigração o suplemento dos recursos em falta.

O resto do território dobra-se para o mais fecundo vale do rio Vouga, mas as terras altas a que, historicamente, ficou confinada esta parte do concelho, designou-as Aquilino Ribeiro como Terras do Demo, somente porque se tornava duro viver numa terra agra de penedais, onde apenas vingava centeio e algum gado.

Os forais antigos, os do séc. XII, os da fundação do espaço administrativo e o foral de Sernancelhe de 1514, estabelecem apenas foros e rendas a pagar em cereal e caça, algum vinho produzido nas encostas do rio Távora, cujo vale não quebrou suficientemente o altiplano que corre sobre o Nordeste. No séc. XV, algumas das terras do actual concelho pagavam rendas de pão à Comenda de Malta e, nesse mesmo século, a Universidade de Coimbra recebia também rendas de pão que ampliou ao séc. XVI. Fidalgos de Província garantiram a sua suficiência de viver com o pão dos seus rendeiros.

Este é ainda o retrato que se pode colher nas informações dos párocos que em 1758 geraram as Memórias Paroquiais e que não se alterou ao longo do séc. XIX e do princípio do séc. XX, a não ser por uma mais extensa partilha, ainda que discutível, das terras que haviam sido senhorio de nobres e de igreja.

Os dados fornecidos nas duas primeiras décadas do séc. XX pelos *Boletins Mensais Agrícolas* da Administração do Concelho e os mapas elaborados pelas *Estatísticas Agrícolas* da Repartição da Estatística Agrícola testemunham a persistência de quadros económicos assentes numa agricultura rotineira, pouco produtiva, talhada sobre um regime de pequena propriedade que se tornava incapaz de sustentar a população, mesmo de lento crescimento.

As migrações internas e sazonais para o Douro, quer fossem para as ceifas da Terra Quente, quer fossem para as vindimas e a apanha da azeitona nas Quintas que ficavam entre a Régua e o Pinhão colmatavam, por algum tempo, uma carência de pão da gente mais necessitada. Mas, foi a emigração, realizada quase totalmente para o Brasil durante as duas décadas referidas, que se ofereceu àquela gente como a mais eficaz tentativa de escapar a horizontes de mediania.

Os dados por mim recolhidos no concelho de Sernancelhe referem uma relativa equivalência de saídas de solteiros e casados, uma percentagem equivalente de homens e mulheres solteiros que se alterna no tocante aos casados, onde os homens representam uma percentagem bem superior a 50%. Se considerássemos os que, em termos de profissão, se referenciam como ligados à terra (lavradores, agricultores, jornaleiros...) ou domésticas, teríamos uma percentagem próxima dos 70%, o que traduz a especificidade de uma cultura de matriz camponesa com características próprias, forçosamente reflectida nas cartas de chamada que são o objecto mais directo da presente comunicação.

As cartas ditas de chamada, constituídas inicialmente como cartas privadas, eram o mais eficaz instrumento de comunicação que havia entre quem partia e quem ficava. Ganhavam posteriormente o valor de documento oficial requerido para a obtenção de passaporte, particularmente de mulheres e de crianças.

É enquanto documento privado que nos interessa aqui a sua análise. Elas são, no dizer de René Salinas Meza e Igor Goicovic Donoso, autores da entrada “Cartas Privadas”, no pequeno e excelente *Diccionario de Fuente para la Historia de la Familia*, a fonte qualitativa mais importante para o estudo da família.

Nelas se justificam atitudes e comportamentos, nelas se equacionam as relações entre o homem e a mulher (o casal), entre pais e filhos e entre membros da família com mais lato parentesco.

As cartas de chamada traduzem também relações de compadrio ou meros laços de amizade com pessoas fora do sangue de quem as escreveu. Reflectem os conflitos no interior da família ou da comunidade, registam sentimentos, valoram positiva ou negativa a intervenção cívica, expressam a marca da religiosidade que atravessa profundamente a alma camponesa.

Das 90 cartas de chamada que se reservam entre a documentação que integra o pedido de passaporte de mais de 2000 emigrantes, 63 são dirigidas pelo marido à sua mulher e é o discurso intimista, às vezes inocente, aquele que melhor expressa a identidade de um viver familiar. Por sua vez, esse viver familiar espelha ou faz eco do viver da comunidade aldeã mais alargada e até das relações desta com comunidades vizinhas onde se estabelecem laços por casamento ou outros, por exemplo, de crédito financeiro.

Rasteando esse universo extenso de elementos que estruturam o conteúdo mais genérico das cartas salienta-se, de imediato, o domínio da afectividade, o qual se oferece aqui de uma forma mais liberta e explícita do que habitualmente se revela no quotidiano do viver na aldeia, onde os gestos e as palavras de carinho raramente ultrapassam a porta do quarto de casal.

É na expressão mais habitual da “invocação” – *minha querida mulher* – e no “formulário de saudação” ao encerrar a missiva, o encontro de expressões como esta: *e tu, minha querida esposa, recebe um saudoso, apertado abraço e um beijo deste teu querido esposo que dá a vida por ti*. É num e noutro lado que na recorrência destas formas de dizer se encontra a substância da relação amorosa que se revela também de outro modo nos mais extensos textos de algumas cartas. Às vezes apenas convocam uma esposa porque se tornara impossível a solidão ou, como diz um, mais pragmático: *um em uma parte, um em outra, isto não dá certo*.

Outro aspecto que parece revelar-se com algum vigor é o de um autoritarismo masculino manifesto que talvez possa ser considerado mais aparente do que real. É que o marido que emigra ou que emigra primeiro que a sua esposa, transporta para o lugar de destino o estigma da autoridade patriarcal que assume na aldeia de origem.

A forma como se dirige à mulher parece ser um discurso revelador de um comportamento, se não despótico, pelo menos autoritário. Vários são os exemplos: *Saberás que estou resolvido a mandar-te vir*; ou: *porque eu quero que tu aqui estejas*; ou ainda, no que toca às mútuas relações com os filhos: *Traz a nossa menina (...) que se me vieres cá sem ela tornas pelo mesmo caminho*; ou neste outro: *Mas quero que os meus filhos mais novos fiquem com a avó*; e por fim, agora referido ao governo doméstico: *Alexandrina, vende tudo quanto é nosso*.

Todavia, não era assim que acontecia na aldeia, onde a voz pública censurava comportamentos opressores. E isso era quanto bastava, não raro, para alterar comportamentos eventualmente menos correctos. A frase da carta que a seguir transcrevemos, indiciadora desse papel integrador que a voz do povo representa e que transporta para o espaço da comunidade emigrante, é exemplo curioso! Diz: *Assim que esta recebas [quero] que venhas, porque aqui é tudo cheio que eu não me dava contigo. Pois eu nunca te tratei mal*.

Aliás, muitas cartas de chamada revelam a parceria na resolução dos negócios familiares, toquem eles acertos quanto a viagens, relação com as terras, destino dos filhos, etc. E casos há, em que a atitude da mulher se torna preva-lente sobre o registo supostamente autoritário do marido, como pode ver-se neste caso: *Eu pensei que devias estar aí mais um ano, mas visto ao que tu me dizias na tua carta que queres vir e queres vir, pois vem*.

No dizer das cartas reserva-se à mulher, enquanto permanece na aldeia, um substancial papel no quadro da vida doméstica, o qual tem a ver com os cuidados da casa, da educação dos filhos e dessa vigilância apertada sobre a manutenção do património familiar que se obtivera fruto da herança ou através de compra.

Reconhece-se-lhe, normalmente, a ausência de escolaridade e muitas vezes a incapacidade para o movimento de assuntos burocráticos, como a obtenção de passaporte, onde deverá ser ajudada pelo pai, sogro ou compadre. É claro o seguinte exemplo a este respeito, que poderia multiplicar-se: *pede ao teu pai que te acompanhe até embarcares e que te ajude a arranjar os papéis para vires mais depressa.*

Esta *sui generis* interiorização de supremacia masculina toma bastas vezes as características do conselho no que toca à preparação da mala de viagem e à forma como proceder durante a travessia e até no desembarque.

E, uma vez junto do marido, a mulher cumprirá funções domésticas no espaço do lar ou terá como destino, se entrar no mercado de trabalho, o exercício de idênticas tarefas, só que exercidas em casa de outrem.

A relação entre pais e filhos que, no tradicional quadro de viver aldeão, se caracteriza pela ausência de particulares manifestações de carinho, encontra nas cartas que o marido dirige à esposa ecos de insuspeita ternura. A maior parte das vezes requerem os filhos por razões de saudade, mas também para poderem dar-lhes a sua educação. Quanto aos mais velhos, requerem-nos para os ajudar a encontrar o seu trabalho. Quando são deixados com a mãe (se esta nunca parte) ou com os avós ou padrinhos é porque a vida *lá longe* não está ainda a correr bem.

Há filhos que reclamam velhos pais para junto de si; outros, a maior parte, que pensa um dia regressar, confia-os a irmãos que não partiram e enviam, quando podem, dinheiros para a ajuda do sustento.

As relações de compadrio passam, vigorosas, nas cartas de chamada. Há maridos que confiam aos compadres as casas e as terras que deixaram para venda ou aluguer; confiam-lhes o abono da passagem para a mulher ou as voltas para com elas tratar do passaporte e da viagem no vapor. Confiam-lhes, às vezes, a educação dos afilhados. Os exemplos são significativos, como os que se seguem: *E o compadre que te escolha um vapor que seja bom!* Ou estes: *Mas quero que os meus filhos fiquem (...) a mais velha se a quiser a madrinha! (...) Deixa as terras ao padrinho por causa dos pequenos.* E estas figuras de parentesco de natureza espiritual quase sempre são lembradas no formulário de saudações ao encerrar das cartas: *Lembranças a meus compadres! Faz muitas lembranças a (...) não esquecendo as nossas comadres.*

Na família nuclear ou nessa família alargada que é a comunidade aldeã, propícia à solidariedade, geram-se muitas vezes conflitos, a maior parte por razões de amor, de águas e de partilhas. Nas cartas de chamada que analisámos temos exemplos de um filho descontente com o aparente esquecimento do pai, um homem que não confia no seu cunhado, notícia de ódios antigos e promessas de vingança.

Com Deus, estes homens e mulheres que escrevem, parecem estar sempre de boa relação.

Trazem da aldeia sentimentos de profunda religiosidade, mesmo que nem sempre ponham em acto as velhas práticas da antiga catequese. Mas na “aber-

tura” das suas cartas eles mencionam de forma recorrente o nome de Deus como agente tutelar. Exemplo: *Estimo que ao receber desta minha carta estejam gozando de perfeita saúde pois a minha e de nossos filhos é boa, graças a Deus para sempre.*

Nas cartas lembram o Natal, a Páscoa e as festas dos oragos. Mandam fazer o pagamento dos seus votos – *Peço-te que dês quinhentos réis ao sagrado coração de Jesus* – recomenda um homem a sua mulher, agradecendo a cura de qualquer doença. Da precariedade da saúde vão também as cartas noticiando. Os exemplos são vários. Dá-se um: *Desculpa em te não ter escrito (sic)* – diz para a mulher certo marido – *porque tem sido a minha pouca sorte, têm sido doenças, nem te digo nada.*

Referimo-nos ao longo deste texto aos conteúdos das cartas de chamada enviadas pelos maridos a suas mulheres, o que perfaz 70% das cartas do *corpus* por nós investigado. As restantes, escritas por mães a suas filhas que ficaram, por irmãos e cunhados aos irmãos e demais familiares que não partiram, ou dirigidas a amigos e compadres, desenham, como as primeiras, sem a natural intimidade daquelas, a teia complexa das relações destes quadros de família mais extensa. É o mando, a saudade, a solidariedade, o conflito, a saúde e a doença, os outros homens, Deus e os respectivos lugares que ocupam na dimensão familiar que as cartas de chamada testemunham com uma tão fantástica verdade.

IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO (A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL) NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX

Zeila de Brito Fabri Demartini

Sempre que se faz referências à Primeira República (1889-1930), e especialmente à cidade de São Paulo, a presença de estrangeiros é mencionada e a incorporação dos mesmos como objeto de reflexão é importante para a compreensão dos problemas abordados neste período. Entretanto, é preciso anotar que os imigrantes portugueses praticamente são ignorados enquanto estrangeiros, surgem como um grupo quase “invisível” que se agrega à população, embora tivessem entrado no estado de São Paulo em número relativamente elevado (362 156), chegando a superar outras correntes fortes de imigração como as dos italianos, espanhóis e japoneses se considerarmos o período de 1910 a 1929¹.

Sabe-se que a maior parte daqueles que para cá vieram neste período estavam em difícil situação econômica em Portugal, que passava neste período por graves crises que atingiam fortemente as populações rurais². Este fluxo atendia tanto aos interesses econômicos portugueses³, como aos interesses paulistas, em especial às demandas do setor agrário⁴. Entretanto, não foram só as fazendas do interior que atraíram os imigrantes portugueses: a cidade de São Paulo exercia, por seu desenvolvimento perceptível, forte atração sobre os imigrantes de vários grupos, como já se constatou em vários estudos⁵. Em São Paulo podiam contar com um mercado de trabalho mais diversificado e usufruir serviços que naquele período eram extremamente precários no interior (educação, saúde etc.), especialmente para populações rurais⁶. Aos olhos do imigrante português, São Paulo poderia ser um bom “espaço” de destino. É preciso lembrar que segundo alguns autores, para estes imigrantes que vinham para o Brasil,

“a cidade, e não o campo, parecia capaz de realizar os seus desejos de autonomia e enriquecimento. Expulsos do campo e vindos de regiões pauperizadas, como bem demonstrou Ann Marie Pescatello, na sua tese de doutoramento intitulada: *Both ends of the journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. (Universidade da Califórnia, 1970), a busca da autonomia guiava os seus atos”⁷.

Já chamamos a atenção em outros estudos para a complexidade das relações entre os vários grupos sociais que se estabeleceram na sociedade paulis-

tana neste período⁸; em pesquisa atual⁹, focalizamos nossa atenção na imigração portuguesa, ainda pouco estudada neste contexto metropolitano, visando apreender as representações de integrantes de famílias de imigrantes sobre seus cotidianos, as vivências e estratégias que desenvolveram no contexto da pluralidade de grupos sociais e das transformações ocorrentes neste espaço, assim como conhecer as instituições ligadas aos mesmos, seu funcionamento e estruturação neste período. Ao mesmo tempo, verificar o processo de construção de novas identidades de portugueses e seus descendentes que vieram para a região metropolitana de São Paulo nas primeiras décadas deste século, trabalhando aqui em atividades industriais, agrárias, comerciais e em serviços em geral.

A partir desta problemática ampla, julgamos importante destacar alguns aspectos das relações entre a imigração portuguesa e o campo educacional, em virtude das especificidades que apresentam.

Dada a escassez de estudos sobre a educação entre estes imigrantes em São Paulo, trataremos aqui de algumas observações que a pesquisa, recorrendo a fontes diferenciadas, tem permitido aventar. Constituem portanto uma primeira aproximação a este tema que se tem configurado para nós, como uma problemática instigante; pretendemos evidenciar como as relações estabelecidas pelos imigrantes portugueses e suas famílias em São Paulo não parecem se assemelhar, em grande parte, ao que já constatamos entre outros grupos de imigrantes, especialmente os japoneses, neste mesmo contexto¹⁰. Para discutir algumas destas especificidades, pautamo-nos na análise de publicações do próprio grupo, em documentos oficiais sobre a imigração e também em material por nós coletado junto a famílias de imigrantes portugueses que chegaram a São Paulo durante este período.

No tocante às publicações, estas nos pareceram fundamentais para a compreensão do campo educacional, ao evidenciarem a forma como estes imigrantes se referiam ao novo contexto e às relações, sentimentos e representações com relação a Portugal¹¹. Verificamos que todas elas se iniciaram em São Paulo no período analisado, que pareceu assim propício à proliferação de publicações de imigrantes portugueses, com diferentes vinculações políticas e interesses: enquanto a *Revista Portugal e Brasil* declarava-se como “Órgão do Centro Republicano Português”, totalmente contrária à monarquia portuguesa, as demais não pareciam querer assumir declaradamente o apoio à Monarquia, embora este possa ser percebido nas entrelinhas, especialmente em *A Bandeira Portuguesa*. Sabemos que neste período considerado a situação política no Brasil passava por grandes mudanças e tensões, a nova experiência republicana colocava aos cidadãos novas demandas, especialmente em um país também recém-saído da escravidão. Entretanto, nenhuma das publicações analisadas faz qualquer referência ao Estado brasileiro, suas especificidades e problemas enfrentados neste período de forte nacionalismo; todos se referem à Pátria Portuguesa, “a nossa pátria”, criticando os atos do governo monárquico, propondo medidas que poderiam fortalecê-lo, ou, ao contrário, propondo sua extinção. Para os que escreviam, o fato de estarem no Brasil não os diferenciava da popu-

lação residente em Portugal quanto aos interesses pelos destinos deste último país, único a lhes preocupar.

A imagem do Brasil nestes órgãos da “colônia” portuguesa era a do “outro” com o qual esta não se identificava, era o “povo irmão”, o “país grande” que os acolheu e no qual podiam melhorar de vida, mas não “sua pátria” (grifo nosso). Os imigrantes portugueses se relacionavam com Portugal enquanto “cidadãos portugueses” e o ressentimento por não serem sempre entendidos e aceitos como cidadãos portugueses que lutam pela pátria também é expresso em várias publicações. Em nome da colônia portuguesa residente em São Paulo, considerada por muitos como “não ilustrada”, os jornalistas demandavam assim atenção do governo português, que, como eles próprios assinalavam, não estava conseguindo resolver os problemas em seu próprio país. Entretanto, mais que aguardar um apoio do governo português, para ajudá-los no Brasil, os imigrantes, ao contrário, tentavam auxiliar o país de origem e a população lá residente. Assim é que no campo educacional, criticavam o sistema educacional português e propunham medidas para melhorá-lo, tanto republicanos como monarquistas. O Órgão do Centro Republicano Português criticava o salário dos professores:

“A ignorância de Portugal, caros compatriotas, é uma vergonha. Com o fim de a exterminar, a monarchia paga apenas 300 e 400 reais diarios aos professores primarios. (...) É assim que os reaes mandões querem que Portugal siga a marcha civilisadora das nações cultas!” (*Revista Portugal e Brasil*, n.º 7, 1908, p. 103).

A *Revista Portuguesa* noticiava e destacava em 1929, quando a colônia aqui já era numerosa, a criação de uma associação para cuidar da educação em Portugal:

“Aos cinco dias do mês de Janeiro de 1925 fundou-se na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo a Liga Propulsora da Instrução em Portugal. Beneficente lhe tem chamado uns. Altruísta lhe tem chamado todos. Fonte de vida lhe chamaremos nós (...). A Liga Propulsora da Instrução em Portugal, que muito deve ao poder criador, ao esforço orientado, à visão clara e à lúcida inteligência de Antônio da Silva Parada, é uma grande obra”. (1929, p. 234) (grifo nosso)

Para entender este fato, é preciso também observar que grande parte dos imigrantes, quando para cá vieram, não romperam os fortes vínculos familiares. As estatísticas oficiais mostram que a maioria eram homens e vinham sozinhos, deixando mulheres e filhos em Portugal. A preocupação com o país de origem não tinha assim só razões de fundo patriótico-nacionalista, mas concretas na medida em que os familiares lá continuavam morando em situação geralmente precária, necessitando do apoio dos que imigravam. Como já foi muito bem analisado por Monteiro¹², a vontade de retornar (o “mito do retorno”),

especialmente no caso da imigração portuguesa, era estimulada pelo próprio governo como forma de garantir o envio dos recursos obtidos pelos imigrantes para suas famílias. Acompanhando este fato de que muitos vieram “avulsos” (53% dos que vieram entre 1908 e 1936), a distribuição dos imigrantes por idade evidencia que a maior parte tinha mais de 12 anos de idade. Era portanto, uma imigração de mão-de-obra em faixa produtiva e daqueles que já deveriam ter tido acesso à escolarização básica em Portugal, em grande parte. Quanto à instrução, a distribuição era mais equilibrada: 57,48% eram analfabetos e 42,52% alfabetizados, indicando que não eram só portugueses sem instrução que entravam no território paulista, mas também que havia muitos analfabetos em Portugal¹³. Levando em conta estes aspectos, é possível compreender a especificidade de algumas medidas tomadas pela “colônia” portuguesa em São Paulo, como a criação, em Janeiro de 1925, desta citada Liga Propulsora da Instrução em Portugal, cujos objetivos eram bem claros:

“A Liga Propulsora da Instrução em Portugal tem como seus fins principais: cooperar, em nome do princípio da igualdade para pôr ao alcance de todos a instrução primária em Portugal; dotar as aldeias, vilas e cidades do país, começando pelas mais afastadas dos centros principais e pelas menos beneficiadas em relação àquele ensino, com edifícios escolares higiênicos e modernos”. (*Revista Portuguesa*, 1929, p. 341) (grifo nosso)

Esta tinha certamente sua razão de ser para os que vieram para o Brasil e já tinham conseguido certos recursos, mas que continuavam estreitamente ligados ao país de origem e preocupados com o sistema educacional precário que atingia grande parte dos imigrantes e seus familiares.

Segundo informações de outra fonte, a Liga construiu “cinco belos edifícios escolares” em Portugal, pretendendo construir outros mais. Para tanto, contou com donativos da colônia portuguesa de São Paulo, que totalizaram em 1925 o montante de seis mil e quinhentos contos de réis, “uma grande fortuna nesse tempo”. Não há, infelizmente, qualquer informação sobre em que aldeias ou vilas foram erguidas¹⁴. A Liga publicava nas revistas da época apelos para conseguir a contribuição dos compatriotas; na *Revista Portuguesa* de 1930, por exemplo:

“Quereis concorrer para a educação do vosso conterrâneo? De vosso irmão? De vosso filho? Quereis dotar a vossa aldeia, a vossa terra querida, de um grande e real melhoramento? Quereis colaborar eficazmente na obra de engrandecimento de Portugal? Quereis provar por actos incontestáveis que sabeis ser um cidadão útil à Pátria? Quereis mostrar o amor que tendes à vossa terra, mostrando também a grandeza do vosso coração? Inscrevei-vos, hoje mesmo, na Liga Propulsora da Instrução em Portugal cuja caderneta patriótica é o mais belo atestado de civismo”. (*80 Anos*, 1992, p. 103).

Se as grandes propostas eram voltadas para Portugal, encontramos também iniciativas mais pontuais voltadas para as famílias portuguesas residentes em

São Paulo. Pudemos constatar que algumas associações criaram escolas, alguns professores mantinham escolas particulares, assim como havia uma atividade cultural em diferenciadas instituições. Não conseguimos até o momento informações detalhadas sobre as mesmas, mas arrolamos aqui alguns aspectos que julgamos importantes para indicar que a “colônia” portuguesa em São Paulo procurava ampliar sua participação no campo educacional e cultural¹⁵.

Ainda em 1912, quando da criação da Câmara Portuguesa do Comércio, há menção à necessidade de se promover aulas para instrução de empregados comerciais e à criação da Escola de Cultura Portuguesa agregada a esta Câmara¹⁶. Parece que esta iniciativa não foi avante.

Quanto a escolas portuguesas reconhecidas oficialmente com esta marca étnica, só encontramos menção nos documentos oficiais do governo estadual a quatro escolas portuguesas no Anuário do Ensino de 1917, mas sem que houvesse especificação de sua localização, características, etc. O quadro abaixo, mostra que as escolas portuguesas eram em número muito inferior ao número de escolas de várias outras colônias da cidade, contando com apenas 304 alunos.

Tabela 1: Escolas não-brasileiras na cidade de São Paulo – 1917

ESCOLAS NÃO-BRASILEIRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE ALUNOS
Escolas italianas	49	6 882
Escolas alemãs	37	3 387
Escolas norte-americanas	6	1 676
Escolas portuguesas	4	304
Escolas suíças	2	62
Escolas francesas	2	399
Escolas inglesas	1	185

Fonte: *Anuário do Ensino* de 1917, in DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989: 981-995.

Há nos jornais já citados algumas indicações de professores e de escolas que publicavam anúncios voltados para os leitores “portugueses”. Assim, no *Echo Portugues*, em 1897: “Esplicador de mathematica, phisica e chimica. Prepara para o curso anexo e para o curso preliminar da Polytechnica. Informa-se nesta redacção”¹⁷.

Na *Revista Portugal e Brasil*, em 1908:

“Cursos diurnos e nocturnos. Dirigidos por Ferreira de Carvalho (Professor no Gymnasio Sylvio de Almeida e Collegio João de Deus). Habilitação para exames de todas as materias de instrucção secundaria, admissão aos Gymnasios, Escola Normal e Escola de Commercio. Cursos theoreticos e praticos de calligraphia, escripturação e contabilidade comercial. Cursos especiaes de desenho e musica. Rua Riachuelo, n.º 59 (p. 103)”.

De qualquer modo, no campo da educação escolar voltada especificamente para os imigrantes portugueses e seus descendentes em São Paulo, os dados parecem indicar que esta recebia menor atenção que a que encontramos entre outros grupos de imigrantes e que aquela manifestada com relação ao sistema educacional para os que estavam na “pátria” (Portugal). Em grande parte, como já vimos, este fato parecia se dever a que os imigrantes deixavam lá seus filhos em idade escolar, em muitos casos. Além disso, quando residentes em áreas urbanas como São Paulo, podiam enviar seus filhos para as escolas públicas, estas já em expansão neste período¹⁸ e também para as escolas católicas das várias ordens religiosas, que atendiam a meninos e meninas, pois o problema da língua não se colocava para as crianças, no Brasil. Em pesquisa realizada com professores que se formaram durante o período considerado, também pudemos constatar que alguns deles eram filhos de imigrantes portugueses que se inseriram no magistério público oficial; suas biografias não indicam qualquer vinculação ou preocupação com a numerosa “colônia” portuguesa existente em São Paulo¹⁹.

Uma análise sobre as escolas freqüentadas pelas crianças de famílias portuguesas que aqui chegaram ainda durante a 1.^a República, por nós entrevistadas, indicou-nos que muito poucas passaram por escolas particulares “portuguesas”, freqüentando geralmente escolas particulares religiosas ou grupos escolares públicos, na cidade de São Paulo; observamos que muitos descendentes da segunda geração já conseguiram concluir o ensino superior em escolas paulistas.

Por outro lado, pudemos verificar que alguns imigrantes que tinham uma formação superior obtida em Portugal, desempenharam aqui atividades como professores e responsáveis pela manutenção de escolas particulares, procuradas tanto por portugueses como pela população local, evidenciando uma forte inserção no campo educacional paulistano. Um caso exemplar é o do professor José Marques da Cruz, que tendo se formado em direito pela Universidade de Coimbra, em 1912, dedicou-se em São Paulo quase exclusivamente ao magistério, tanto público como particular²⁰. Também Ricardo Severo, imigrante português com grande influência na colônia paulista, foi não só um dos maiores incentivadores da Liga Propulsora da Educação em Portugal, como também atuante junto ao ensino profissionalizante em São Paulo (Liceu de Artes e Ofícios). Ainda participou de associações ligadas à questões educacionais, durante a década de 1920 (foi membro da Associação Brasileira de Educação).

O que se pode verificar é que, durante o período considerado, se havia uma preocupação dos imigrantes portugueses em melhorar a educação em Portugal, havia também alguns destes imigrantes inseridos na constituição do campo educacional paulista, criando escolas, exercendo o magistério e participando de associações educacionais. Aprofundar estas questões sobre as várias facetas das relações imigração-educação parece-nos fundamental (apoio do CNPq).

FONTES

- 80 Anos Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, 1912/1992, São Paulo, Gráfica Brasiliense.
- Echo Portuguez: *Semanario Portuguez*, 1897, São Paulo, ano 1, n.º 11 (27 de Junho de 1897).
- I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937, São Paulo Departamento de Imigração e Colonização/Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.
- Revista Portugal e Brasil*, 1908, S. I., Órgão do Centro Republicano Portuguez, n.º 6/7 (Outubro de 1908).
- Revista Portuguesa*, 1929, S.I., s.ed. (data provável).

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, José F. de (1952), *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*, São Paulo: FFCL/USP.
- CRUZ, Sérgio M. da (1988), *José Marques da Cruz, o meu pai*, São Paulo: s.ed.
- DEMARTINI, Zeila de B. F. (1997), *Viagens vividas, viagens sonhadas: japoneses em São Paulo na primeira metade deste século*, São Paulo: Humanitas, Coleção Textos, série 2; n.º 7.
- DEMARTINI, Zeila de B. F.; ANTUNES, M. de Fátima (1991), *Magistério primário no contexto da Primeira República*, São Paulo: CERU/ Fundação Carlos Chagas.
- DEMARTINI, Zeila de B. F.; ESPÓSITO, Yara L. (1989), “São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas”. *Ciência e Cultura*, vol. 41, n.º 10, Campinas: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
- FAUSTO, Boris (1976), *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo: Difel, Coleção Corpo e Alma do Brasil.
- FAUSTO, Boris (1991), *Historiografia da imigração para São Paulo*, São Paulo: Sumaré/FAPESP, série Imigração.
- LOBO, Eulalia M. L. (1994), *Portugueses em Brasil en el Siglo XX*, Madrid: Mapfre.
- MILLIET, Sergio (1982), *O roteiro do café e outros ensaios*, São Paulo: Hucitec/INL-Fundação Pró-Memória.
- MONTEIRO, Paulo. F. (1994), *Emigração: o eterno mito do retorno*, Oeiras: Celta Editora.
- NASCIMENTO, Terezinha A. Q. R. do; et al. (1999), *Memórias da educação campineira (1850-1960)*, Campinas: CMU/UNICAMP.
- PETRONE, M. Teresa S. (1967), “Imigração assalariada”, in *História geral da civilização brasileira*, dir. Sérgio B. de Holanda, II Volume, n.º 3.
- RIBEIRO, Gladys S. (1990), *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, n.º 129.
- SOUZA, R. F. (1998), *Templos de civilização a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*, São Paulo: Editora da UNESP.

NOTAS

- 1 I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937.
- 2 LOBO, 1994.
- 3 MONTEIRO, 1994.
- 4 MILLIET, 1982; CAMARGO, 1952; PETRONE, 1967: 274-296, 285-286.
- 5 DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989: 981-995; FAUSTO, 1991; FAUSTO, 1976.
- 6 DEMARTINI e ANTUNES, 1991.
- 7 RIBEIRO, 1990.

- ⁸ DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989.
- ⁹ Sub-projeto: *Famílias portuguesas na metrópole de São Paulo (1890-1930)*.
- ¹⁰ DEMARTINI, 1997: 77-95.
- ¹¹ Não foram muitas as localizadas, embora se saiba que outras tivessem existido. Assim, conseguimos alguns raros exemplares de: *Echo Portuguez* (1897), *O Gaiato* (1905), *A Bandeira Portuguesa* (1908), *Revista Portugal e Brasil* (1908) e *Revista Portuguesa* (1929).
- ¹² MONTEIRO, 1994.
- ¹³ I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937.
- ¹⁴ *80 Anos...*, 1992: 103.
- ¹⁵ As Sociedades Portuguesas de caráter econômico, beneficente e artístico existentes no distrito consular de São Paulo em 1929 eram já numerosas, várias delas realizando atividades culturais: Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, Sociedade Portuguesa Vasco da Gama, Caixa Portuguesa de Repatriação, Sociedade protetora dos Portugueses Desvalidos, Liga Propulsora da Instrução em Portugal, Associação Socorros Mútuos Sacadora Cabral Gago Coutinho, Portugal Clube, Clube Português, Centro Republicano Português, Liga Monárquica Dom Manoel II, Grêmio Português de Beneficência, Sociedade Portuguesa de Beneficência, Sociedade Portuguesa Beneficente, Sociedade Beneficente Portuguesa, Caridade Portuguesa Maria Pia, Sociedade Portuguesa de Beneficência Campinas (*Revista Portuguesa*, 1929, p. 319).
- ¹⁶ *80 Anos...*, 1992: 50.
- ¹⁷ *Echo Portuguez*, 1897: 2.
- ¹⁸ SOUZA, 1998; NASCIMENTO, 1999.
- ¹⁹ DEMARTINI e ANTUNES, 1991.
- ²⁰ Anti-monarquista, chegou ao Brasil logo depois de formar-se, ainda no final de 1912, com intenções de praticar a advocacia. Não lhe sendo permitido legalmente, começou a lecionar no “Ginásio Macedo Soares” e depois em muitos outros: “Colégio Stafford” (1914 a 1948); “Instituto Mackenzie” (1915 a 1918); “Instituto Ciências e Letras”; “Escola Técnica de Comércio Álvares Penteado” (1919 a 1912); “Escolas da Colônia Portuguesa de São Paulo (onde ensinava gratuitamente), de 1931 a 1936; “Ginásio Oswaldo Cruz” (de que, com os consagrados mestres Colombo de Almeida e Aldelino Leal, foi diretor e fundador, em 1915); “Colégio Pindorama” (1916); “Ginásio Renascença”, que também fundou, e “Liceu Rio Branco” (1941). Ver CRUZ, 1988: 32. Também no período de 1921 a 1926 criou um colégio com seu nome, o “Externato Marques da Cruz”, por onde passaram paulistas famosos. Consta que, quando lhe sobravam algumas horas de trabalho diário, à noite, tributava-as às “Escolas da Colônia Portuguesa” junto ao Clube Republicano Português, na rua Quintino Bocaiuva. Dava, ainda, aulas particulares a filhos das mais tradicionais famílias paulistas. Lecionando português, latim, história geral, história do Brasil e francês, além de poeta, lançou também vários livros, que tiveram várias edições, já a partir de 1914. Ver CRUZ, 1988: 33-34.

A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VISEU PARA O BRASIL ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS (1918-1940)

*Paula Marques dos Santos
Jenifer Ferreira*

INTRODUÇÃO

O distrito de Viseu, situado entre a região norte e centro do país, é actualmente o distrito nacional português com maior área territorial, ocupando 5 007 km², fazendo fronteiras com outros distritos tão importantes nos movimentos migratórios para o Brasil dos dois séculos passados, como são o caso do Porto, de Aveiro, de Vila Real e de Bragança.

O seu desenvolvimento e crescimento socioeconómico na primeira metade do século XX ressentia-se das dificuldades económicas e políticas generalizadas nessa época, sentidas não só pelas regiões interiores mas também em todo o país, com maior ou menor intensidade, devido às profundas transformações do sistema internacional e dos parâmetros políticos e económicos que moldavam a sociedade portuguesa. A uma fase de rápido crescimento demográfico que verificamos no distrito desde meados do século XV, acompanhado por um grande desenvolvimento das actividades agrícolas e comerciais, segue-se uma fase de moderação a partir da segunda metade do século XIX, resultado quer do rápido crescimento dessa primeira fase, quer de crises agrícolas¹, quer ainda da consequente instabilidade sócioeconómica que assola grande parte da população do distrito (falta de trabalho, falta de liquidez, fome e endividamento) e que passa a ser uma constante no desenvolvimento da região.

É perante esta conjuntura de grande insegurança económica e política que se inicia, então, o século XX no distrito e que transcorre toda a primeira metade dessa centúria, período esse que fica marcado ainda pela eclosão de duas guerras mundiais e pelas graves consequências que ambas têm para a sociedade mundial, em geral, e para o distrito de Viseu, em particular, agravando as condições socioeconómicas, já bastante fragilizadas, de grande parte da sua população.

O crescimento demográfico e económico da região retrai-se fortemente, conduzindo grande parte da população a grandes dificuldades económicas, por falta de empregabilidade². Todavia, apesar da falta de condições e da escassez de emprego, o número de cidadãos do distrito que consegue obter autorização

para poder emigrar e tentar a sua sorte no estrangeiro diminui também de forma significativa no período entre as duas guerras mundiais. A falta de meios para garantir o êxito de tal empreendimento (compra do passaporte e das passagens, bem como a subsistência no país de destino nos primeiros tempos), a diminuição da população activa, bem como as tentativas governativas de controlar, dentro do possível, as vagas emigratórias, quantitativa e qualitativamente, concedendo apenas subvenções àqueles que se destinavam às colónias ultramarinas portuguesas, constituirão algumas das principais condicionantes para tal decréscimo e comprovam as dificuldades que se sentiam globalmente nos contactos intercontinentais e que afectam consequentemente o relacionamento luso-brasileiro a esse nível.

É a caracterização dessas vagas migratórias com origem no distrito de Viseu que mantém, apesar das contrariedades, uma relativa regularidade, que procuramos identificar neste trabalho, tentando demonstrar a influência dos regimes políticos português e brasileiro da época e da conjuntura internacional nesse movimento humano, bem como traçar as linhas sociais, culturais e económicas gerais que caracterizam os indivíduos que engrossam as fileiras de emigrantes. Esta caracterização genérica traduz-se numa primeira abordagem ao tema da emigração portuguesa para o Brasil, do distrito de Viseu, e que será alvo de posteriores investigações.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL

As décadas de 1920 e 1930 constituem um dos períodos mais conturbados do sistema internacional, conduzindo a um cenário profundamente alterado no final da primeira metade do século XX, no qual às consequências directas da reformulação da política e da economia de muitos Estados, essencialmente do mundo ocidental, se aliam as pesadas heranças de duas guerras mundiais que dificultam ainda mais a capacidade de reestruturação de cada sociedade nacional e do próprio sistema internacional.

Em termos sociais e económicos a guerra deixou um rasto de destruição e, em termos ideológicos, as forças conservadoras saíram vencidas a todos os níveis, sendo culpadas do conflito e dando lugar a sentimentos de igualdade que irão ser traduzidos na Sociedade das Nações (SDN). Parecia, nesta primeira fase, que os regimes “democráticos” haviam vencido os regimes “fortes”, conduzindo a uma nova era de cooperação e concertação internacionais, baseada nos princípios da lei, da ética e da segurança colectiva.

Contudo, as esperanças cedo se esbaterão, tornando-se o período posterior à crise económico-financeira de 1929 novamente mais favorável aos regimes “fortes”.

Uma das grandes consequências da crise de 1929 (e que terá grande influências nas experiências governativas portuguesa e brasileira nos anos de 1930) refere-se à inflexão quanto ao liberalismo económico, através da adop-

ção de medidas conducentes a uma maior intervenção governamental na economia, ao aumento do protecçãoismo aduaneiro (e.g. tarifas e direitos aduaneiros), ao questionamento da livre iniciativa e do respeito pela concorrência e pelas leis de mercado, procurando muitos Estados estabelecer parâmetros da auto-suficiência (autarcia) em vez de permitirem que as leis de mercado resolvessem por si só a grave depressão económico-financeira existente.

As transformações profundas deste período não se verificam, no entanto, apenas na esfera da economia e da finança. De facto, muitos Estados, além do combate às dificuldades socioeconómicas, deparam-se ainda com a necessidade de encontrar alternativas governativas e políticas que conseguissem responder positivamente à depressão e à ausência de respostas eficientes por parte dos regimes políticos vigentes, muitos deles completamente esgotados e descredibilizados. A incapacidade e inoperância governativa tornam-se numa constante durante os anos de 1920³ e provocará novamente o declínio democrático na década de 1930, opondo-se-lhes os resultados positivos alcançados por muitos regimes autoritários face à crise da economia e da finança mundial. Será com base no sucesso de alguns desses regimes autoritários que o sistema internacional é novamente conduzido a um novo conflito generalizado e de contornos inovadores, com a utilização do poder nuclear para fins militares. O colapso do sistema de segurança colectiva esboçado em 1919 conduz a uma nova instabilidade e a retraimentos ainda maiores no que toca aos contactos transcontinentais.

Todos estes caracteres de retracção permitem-nos vislumbrar, à partida, dificuldades acrescidas para o relacionamento bilateral luso-brasileiro e com grande influência no caso específico dos movimentos migratórios de Portugal em direcção ao Brasil. De facto, todas estas condicionantes repercutem-se na regularidade e na qualidade das comunicações entre estes dois países. Todavia, como veremos, não conseguirão eliminar o Brasil do primeiro lugar do *ranking* dos destinos de eleição do povo português e, embora as vagas de emigrantes diminuam quanto ao volume de efectivos, elas manter-se-ão durante todo o período entre as duas guerras mundiais e ocupam um lugar de destaque nos contactos entre os dois Estados.

Além dos impedimentos de carácter global, a emigração portuguesa para o Brasil nas décadas de 1920 e de 1930 terá ainda de enfrentar questões que derivam da própria situação interna portuguesa e brasileira, ou seja, a situação de instabilidade deste período e as características governativas dos regimes que serão adoptados, bem como a legislação publicada de cariz protecçãoista e nacionalista (no caso brasileiro). Estes aspectos serão, como veremos, obstáculos acrescidos para a manutenção da ida da população activa lusa para terras brasileiras e alvo de constante acção diplomática para a atenuação dos efeitos nefastos sentidos pela comunidade portuguesa.

A SITUAÇÃO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Se o Sistema Internacional das décadas de 1920 e 1930 do século passado é marcada por uma grave crise generalizada, Portugal e o Brasil não são exceção e enquadram-se também nessa conjuntura de instabilidade e de reformulação política, institucional, económica, social após a observação e comprovação do esgotamento dos regimes e dos valores vigentes no contexto nacional de cada um dos países.

Após a conclusão da I Guerra Mundial, os princípios republicanos, tão aclamados em Portugal nos primeiros anos do século, depressa demonstram a sua incapacidade para resolver os grandes problemas sócioeconómicos do país, ao passo que no Brasil a decadência do rotativismo político bipartidário⁴ demonstrava a premência de uma reformulação profunda dos valores subjacentes à vida em sociedade e do próprio regime político de cada país.

Perante o esgotamento dos modelos republicanos, Portugal e o Brasil vão enveredar por um processo progressivo de construção de modelos autoritários, onde a resolução dos problemas financeiros e económicos da gestão pública ganha grande centralidade. A par da questão do défice público, a reorganização do aparelho de Estado e das forças económicas nacionais, bem como o controlo social, ideológico e cultural das comunidades nacionais tornam-se em princípios basilares que servirão de alicerces à consolidação dos dois regimes autoritários que se implantam e consolidam ao longo da década de 1930 no Brasil e em Portugal e que adoptam a mesma denominação – Estado Novo.

Os movimentos migratórios deste período (1920-1940) reflectem, por isso, todos esses elementos adversos e conjunturais em que o relacionamento bilateral luso-brasileiro se desenvolve. No entanto, como veremos, a saída de emigrantes para o Brasil permanecerá uma constante (o Brasil manter-se-á como principal destino para os emigrantes portugueses) e conduzirá mesmo à obtenção de determinados privilégios para a comunidade portuguesa nesse território relativamente aos outros estrangeiros extra-americanos.

A recepção de estrangeiros, que ainda durante o período da I República no Brasil é feita de maneira desordenada e aleatória e sem qualquer tipo de restrição, passa a ser confrontada essencialmente a partir da década de 1930 com um forte nacionalismo brasileiro, plasmado numa malha apertada de leis e decretos que procura refrear as vagas de novos imigrantes e/ou expurgar o país de todos aqueles indivíduos que fossem considerados já excedentários e que contribuíssem, de alguma forma, no entender das autoridades brasileiras, não só para o recrudescimento da instabilidade e incapacidade económicas e comerciais do país (adiando continuamente a instalação no terreno do tão aclamado desenvolvimento económico interno sustentado), bem como para o crescimento da instabilidade social, originada pelo desemprego e pelo consequente agravamento das condições de vida da maioria da população⁵ e pelo crescimento do fosso sócioeconómico entre ricos (minoría) e pobres (maioría)⁶.

De toda a legislação publicada durante o período ditatorial getulista no Brasil, realçamos aqui o Decreto n.º 19 482 de 12 de Dezembro de 1930⁷ que limitava a entrada em território brasileiro de estrangeiros “*vindos em 3.ª classe, e portanto considerados imigrantes*”⁸ e estabelecia a localização e amparo a fornecer aos trabalhadores nacionais, ou seja, estabelecia-se a primeira grande directriz de nacionalização do trabalho, que ficaria conhecida como a “*lei dos dois terços*” (art. 3.º do decreto acima referido) e que definia a obrigatoriedade da “*percentagem de dois terços de empregados brasileiros contra um terço de empregados estrangeiros em todos os ramos de actividades comercial e industrial*” para todas as empresas com mais de cinco trabalhadores.

Tal situação, além de oficializar as medidas do regime brasileiro para restringir a entrada e permanência de estrangeiros no seu território⁹, criará novos problemas aos emigrantes em geral e aos portugueses, em particular. Quer dizer, para aqueles que já se encontravam em território brasileiro, a perda do emprego e o agravamento das condições de vida obriga à repatriação em massa de cidadãos que não têm possibilidades financeiras de regressar à pátria¹⁰ (e consequentemente a necessidade de conseguir a sua reintegração e um trabalho para todos esses cidadãos repatriados, em território português), enquanto que para aqueles que pretendiam emigrar para o Brasil, pela primeira vez, se tornava cada vez mais difícil assegurar a sua viagem e devida autorização para entrada e permanência no território (a legislação brasileira procura, neste período, apenas fomentar a entrada de agricultores que aceitassem a sua colocação nas grandes plantações agrícolas do interior do país).

Outra grande consequência para Portugal que deriva indirectamente da legislação restritiva brasileira, será a consciencialização por parte do Governo português¹¹ de que era necessário controlar as vagas migratórias lusas, aplicando e/ou actualizando verdadeiramente a legislação existente, de forma a existir uma selecção quantitativa e qualitativa dos indivíduos a quem era concedido o passaporte.

Um segundo problema para as comunidades estrangeiras no Brasil deriva da situação anterior e das imposições que passam a vigorar no país com a adopção de novas políticas imigratórias e relativas à permanência de estrangeiros, fomentando cada vez mais a sua naturalização e aquisição da nacionalidade brasileira. Para esta situação de desnacionalização das colónias estrangeiras também muito contribuirá a conjuntura de guerra em finais dos anos de 1930 e que percorre todo o primeiro lustro da década de quarenta, pois acelera o processo de pedidos de naturalizações, vistos como meio de fuga à crise europeia e aos problemas económicos e sociais (e militares) que daí poderiam derivar para os cidadãos europeus, mesmo que se encontrassem a residir permanentemente num país terceiro.

Será em torno destas questões que as relações político-diplomáticas entre os dois regimes estado-novistas se debruçarão e procurarão resolver, favorecendo as raízes históricas e rácicas comuns, em detrimento de todas as outras influências presentes no Brasil. Com efeito, com a excepção dos privilégios

concedidos aos Estados e cidadãos americanos¹², os cidadãos portugueses serão aqueles a quem são dadas maiores benesses, apesar dos constrangimentos a que se vêm sujeitos no início da década de trinta.

Esta beneficiação dos laços luso-brasileiros terão especial incidência durante a década de 1940, onde, e como consequência dos esforços envidados durante a década anterior, se conseguem situações de excepção para os cidadãos portugueses, em detrimento dos estrangeiros de outras proveniências¹³. Mas ainda durante os anos de 1930 surgem já algumas benesses, tais como as previstas no Decreto-Lei n.º 406 de 1938¹⁴ ou na Resolução n.º 34 de 22 de Abril de 1939, pela qual se define que a imigração portuguesa deixaria de estar sujeita a quotas, justificando-se tal medida pela importância de tal elemento humano na consolidação nacional.

Quer dizer, o êxito completo das diligências praticadas pelo representante diplomático máximo português no Brasil, e que permitiram exceptuar os portugueses de todas as restrições aplicadas à imigração extra-americana no Brasil, comprovavam uma fase de relacionamento político-diplomático bilateral auspiciosa e constituía uma reafirmação prática e oficial por parte do Governo brasileiro da vontade de reforçar a política de amizade com Portugal de entre todos os seus relacionamentos externos.

Esse sucesso deve ser, no entanto, compreendido à luz da conjuntura nacional brasileira e mundial do momento. Ou seja, perante o conflito mundial onde o Brasil se vê directamente envolvido a partir de 1942, era necessário garantir a fidelidade e a manutenção de relações estáveis e permanentes com aqueles *pares* que significassem alguma espécie de apoio para o Estado brasileiro e que ainda restavam depois da declaração de beligerância e da participação directa no conflito; e, por isso, podemos afirmar que “*a excepção em favor dos portugueses, entre todos os demais estrangeiros não americanos, corresponde evidentemente ao interesse brasileiro do presente momento*”¹⁵ e não a uma inflexão significativa do fio condutor da política externa brasileira que, aliás, se mantém submissa aos interesses norte-americanos.

Para além disso, este aparente êxito da diplomacia portuguesa tinha também outra limitação que não deve ser descurada e que ganha nova centralidade no âmbito de toda a conjuntura. Isto é, embora os portugueses tivessem sido equiparados aos americanos em termos de entrada e permanência no Brasil pelo decreto de Abril de 1941, era preciso também ter em conta que após a entrada no país, eles passavam a estar sujeitos às mesmas regras gerais a que qualquer outro cidadão estrangeiro estava subordinado, nomeadamente no que se refere às condições de acesso ao trabalho e à possibilidade de deterem bens, empresas e/ou capitais (onde apenas eram previstas excepções para os cidadãos americanos).

A MIGRAÇÃO VISEENSE ENTRE AS DUAS GUERRAS PARA O BRASIL

Todas as transformações a que assistimos em ambos os países terão grande impacto, não só na quantidade de cidadãos que conseguem emigrar efectivamente para o Brasil, mas também nas características que as próprias vagas dessas duas décadas passam a deter. Ou seja, neste período, o movimento migratório português continua a ser essencialmente feito em direcção ao Brasil.

Enquadrado neste contexto, e como já afirmámos, o destino de eleição dos cidadãos viseenses, até finais da década de 1930, continuará a ser o Brasil (registando-se raros casos de emigração para outros países), apesar das dificuldades crescentes em atingir esse território no período em análise, as quais resultam das diversas situações analisadas, e que sintetizamos em três grandes áreas, de acordo com o exposto *supra*:

- as novas políticas de entrada de estrangeiros e de autorização de permanência em território nacional, adoptadas pelo Brasil essencialmente a partir de 1930, como tentativa de resolução do problema da empregabilidade dos nacionais brasileiros e da crise sócio-económica que assola o país;
- a definição e concretização (possível) de uma política e medidas legislativas consentâneas, por parte do Governo português, com o objectivo de conter a saída da população activa do país, além de procurar estabelecer mecanismos selectivos e qualificativos para a nossa emigração, além de procurarem aumentar a percentagem de sucesso dessa mesma emigração e de promover instrumentos de apoio aos nacionais repatriados;
- e as crescentes dificuldades operacionais para o transporte de cidadãos europeus para o continente americano, que dimanam do recrudescimento da economia particular, nacional e mundial e da crescente instabilidade política internacional.

Estas três grandes razões levam a uma grande diminuição das vagas migratórias, no sentido da Europa para a América, em geral, e de Portugal para o Brasil, em particular, já que a falta de meios para emigrar impelia muitos indivíduos a permanecer nas suas terras, apesar das grandes dificuldades sócioeconómicas a que pareciam condenados.

Mas, para além dessa redução drástica do número de efectivos que compunham as vagas migratórias, a crise profunda vivida durante os anos de 1920 e 1930, terá outro efeito nefasto, a médio prazo, para esse mesmo movimento migratório dos cidadãos portugueses, ou seja, enquanto que durante a segunda metade do século XIX e até aos anos quarenta do século XX, o Brasil era o destino preferencial, e quase exclusivo, dos portugueses que decidiam emigrar, as constantes e crescentes dificuldades em atingir esse território obrigarão

a uma mudança das correntes migratórias com origem em Portugal e, especificamente, em Viseu.

De facto, a partir do ano de 1940, a emigração viseense deixa de ser quase unidireccionada e diversifica-se em relação aos seus destinos, passando a contemplar diversos países de vários continentes. Quer dizer, além dos cidadãos que se dirigem para as colónias portuguesas africanas (destinos para os quais foram sempre concedidas grandes vantagens, subvenções e favorecimentos por parte das autoridades portuguesas), os cidadãos começam a ter em conta outras alternativas e opções, tais como os EUA, a Venezuela, a França, a Espanha ou mesmo o Congo Belga. Perante estas novas alternativas (que sempre haviam existido, mas que haviam sido preteridas até ao momento, quando comparadas com o *eldorado* brasileiro), os cidadãos do distrito de Viseu alteram também o destino de emigração pretendido, chegando mesmo a assistir-se na década de 1960 a um *boom* migratório dos viseenses para a Europa, essencialmente para a França (destino para o qual comunidades/aldeias quase inteiras se dirigiram).

Embora os registos de passaportes colhidos entre 1918 e 1940, referentes ao distrito de Viseu, e com destino ao Brasil, totalizem 29 483 registos, acreditamos que na realidade esses registos terão atingido (ou mesmo suplantado) as 40 000 autorizações oficiais para emigrar (das quais cerca de 95% se destinariam ao território brasileiro). Essa discrepância de registos levantados resulta do desaparecimento dos livros de registos referentes aos anos entre 1919 e 1922 e entre 1924 e 1927 (mais precisamente entre 21/12/1919 até 03/01/1922 e entre 13/04/1924 até 01/11/1927). Consideramos que ambos os períodos referidos tenham registado um grande número de pedidos de emigração e de passagem dos respectivos passaportes, pois inserem-se numa conjuntura ascendente de concessão de passaportes pelo Governo Civil de Viseu, como podemos observar na tabela 1. Esses dados poderão apenas ser confirmados após um estudo posterior aprofundado através dos processos individuais dos candidatos a emigração do distrito.

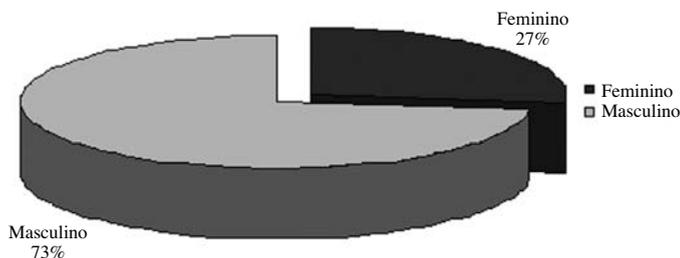
Tabela 1: Distribuição anual de passaportes

ANO	TOTAL
1918	480
1919	2 659
1920	0
1921	0
1922	4 885
1923	3 718
1924	1 066
1925	0
1926	2
1927	808
1928	4 132
1929	3 951
1930	1 716
1931	211
1932	370
1933	871
1934	630
1935	842
1936	887
1937	940
1938	387
1939	779
1940	149

Podemos, então, estabelecer como caracterização geral do movimento migratório distrital para o Brasil os seguintes elementos que passamos a indicar.

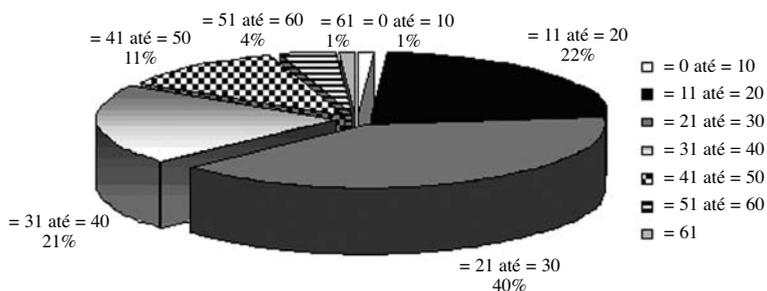
Em primeiro lugar, a maioria dos indivíduos que compõe a emigração continua, à semelhança das épocas anteriores, a ser do sexo masculino (gráfico 1). Neste aspecto existe uma continuidade, embora o elemento feminino ganhe maior expressão, já que nesta época muitas são as mulheres que, juntamente com os seus filhos, se dirigem para o Brasil para se reunirem aos seus maridos, os quais haviam emigrados previamente, procurando encontrar uma situação mais estável para a sua família. Outras mulheres, ainda, viajam solteiras, na companhia da restante família.

Gráfico 1: Distribuição por sexo



Confirmando a tese de que a emigração provoca a perda de grande parte da mão-de-obra no distrito de Viseu, fica comprovado que a maioria dos emigrantes está em plena idade activa, enquadrando-se na faixa etária entre os 21 anos e 30 anos de idade (gráfico 2). Tal situação deriva daquilo que referimos anteriormente, ou seja, o declínio das condições de vida e de empregabilidade força muitos cidadãos a optarem pela emigração (temporária, cíclica ou permanente) com o objectivo de resolverem os seus problemas financeiros (dívidas, falta de trabalho, fome, entre outros).

Gráfico 2: Distribuição etária



Apesar da inexistência na maioria dos registos da indicação do estado civil dos indivíduos (essa indicação era opcional nos livros adoptados na época e apenas os escrivães que registam os passaportes dos primeiros anos da década de 1920 têm esse cuidado), podemos verificar que existe uma equivalência entre o número de cidadãos casados e cidadãos solteiros.

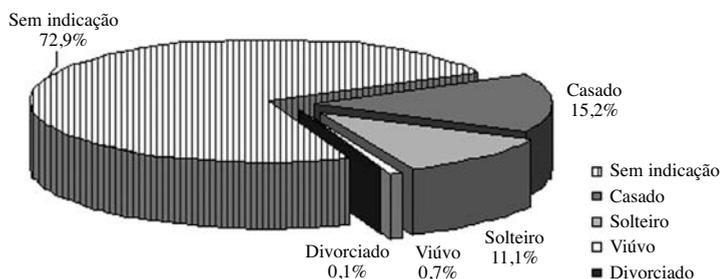
Podemos ainda acrescentar que a maioria das mulheres que emigrava era já casada e, na maioria dos casos, ia ao encontro dos seus maridos, já estabelecidos no Brasil, sendo muitas vezes acompanhadas pelos seus filhos (ou outros familiares).

O estabelecimento de parentesco entre os emigrantes torna-se muitas vezes difícil de efectivar, pois não existe qualquer indicação nos registos de passa-

porte. Esse trabalho só é possível através de uma análise dedutiva e em registos que se sucedem cronologicamente (no livro de registos). Apenas através da indicação da filiação dos emigrantes se consegue verificar os parentescos directos entre os mesmos indivíduos (ascendência e descendência).

Enquanto que durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX verificamos a existência de “um passaporte, uma família”, tal situação é radicalmente alterada entre 1920 e 1940, resultante da legislação portuguesa que a partir dos finais da década de 1910 impõe o fim dos passaportes conjuntos e a emissão de passaportes individuais (o reaparecimento de passaportes conjuntos surge apenas a partir de 1946).

Gráfico 3: Distribuição por estado civil



Existe ainda nos livros de registo um especial cuidado em identificar com precisão ou o local de entrada no Brasil de cada emigrante, ou, sempre que possível (sendo, no entanto, mais difícil e menos recorrente), o local para onde o cidadão se deve dirigir para se estabelecer, residir e trabalhar. O principal destino indicado é, também, à semelhança de outros períodos temporais, o Rio de Janeiro, seguindo-se como pontos de entrada S. Paulo e Santos.

A indicação do Rio de Janeiro como ponto privilegiado de entrada no Brasil é compreensível, dado que era muito difícil saber, na maioria dos casos, onde os novos emigrantes se poderiam estabelecer efectivamente. Mesmo que se pretendesse trabalhar, por exemplo, no Estado de S. Paulo, nada assegurava que o cidadão conseguisse estabelecer-se aí. Não se pretende, por isso, com a apresentação dos dados estatísticos (tabela 2), afirmar que 80% dos emigrantes ficaram efectivamente no Rio de Janeiro. Pelo contrário, concordamos que o Rio de Janeiro era apenas o principal porto de recepção dos novos imigrantes no Brasil, sendo, por isso, para muitos um ponto de passagem.

Tabela 2: Principais destinos no Brasil

DESTINO	VALOR
BAÍA	116
BELO HORIZONTE	16
BRASIL	126
ESPÍRITO SANTO	23
GOIÁS	9
JUIZ DE FORA	4
MANAUS	419
MINAS GERAIS	13
NITEROI	2
NOVO REDONDO	1
PARÁ	389
PARANÁ	2
PAUL	1
PELOTAS	5
PERNAMBUCO	44
PORTO ALEGRE	6
RIO DE JANEIRO	22 665
RIO DE JANEIRO OU S. PAULO	2
RIO GRANDE	1
RIO GRANDE DO SUL	66
S. FRANCISCO DO SUL	4
S. PAULO	2 508
SANTOS	3 059
VITÓRIA	2
TOTAL	29 483

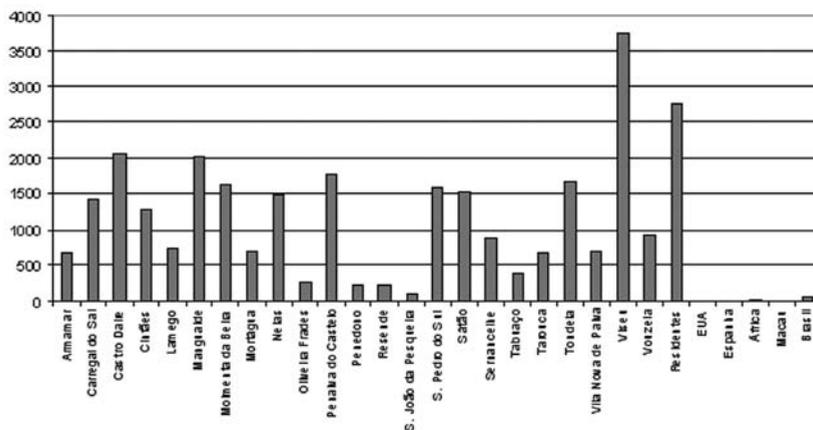
Contrariando a ideia de que emigrariam em maior número os cidadãos dos concelhos mais afastados do centro do distrito e com maiores dificuldade de empregabilidade e de liquidez financeira, verificamos que é o próprio concelho de Viseu (capital e centro do distrito beirão) que regista uma maior saída de indivíduos, em idade activa (3 751 indivíduos). A segunda maior percentagem de emigrantes reparte-se por todos os concelhos do distrito e resulta de um grande número de indivíduos que, sendo naturais de outros distritos do país (limítrofes ou distantes), haviam estabelecido a sua residência nos diversos concelhos pertencentes a Viseu (2 755 indivíduos), por diversos motivos, como por exemplo, por motivos de parentesco, casamento, raízes familiares ou trabalho, entre outros.

Há ainda a assinalar a existência de outros indivíduos que, residentes no distrito, detêm outras nacionalidades, donde destacamos 58 cidadãos de nacio-

nalidade brasileira, o que comprova que muitos dos indivíduos que emigravam realizavam uma emigração cíclica, ou seja, permaneciam no Brasil durante alguns anos (para ganhar dinheiro para poder melhorar as condições de vida da sua família, para pagamento de dívidas contraídas, etc.), e regressavam ao seu país quando atingiam os seus objectivos, voltando a emigrar sempre que necessário ou para tratar de assuntos e interesses que entretanto haviam deixado em território brasileiro (família, investimentos, etc.). Para além disso, a emigração de retorno, provoca ainda outro fenómeno: o regresso ao Brasil dos descendentes de portugueses retornados e que haviam nascido em território brasileiro.

A indicação dessas situações também não pode ser analisada acuradamente a partir da informação dos livros de registo, ou da base de dados construída, devido à inexistência de dados sobre este aspecto.

Gráfico 4: Distribuição por naturalidade



Finalmente, podemos ainda indicar uma outra informação, a qual é referida nos registos de passaporte até 1920, altura em que deixa de ser mencionada devido ao seu carácter opcional no mesmo assento. Entre 1920 e 1940, raramente o escrivão tem a preocupação de identificar a profissão com que o emigrante ia para o Brasil. Dos dois anos em que podemos observar esse registo, são as actividades agrícolas indiferenciadas que predominam na concessão dos passaportes (tabela 3).

Pela legislação que entra em vigor no Brasil (essencialmente na década de 1930), na qual se procurava privilegiar a angariação de mão-de-obra para as grandes plantações e para o interior do território brasileiro (como referimos anteriormente), julgamos que essa tendência se mantém durante todo o período em análise, pois serão os trabalhadores agrícolas que encontrarão maiores facilidades para conseguir um trabalho permanente no Brasil. Todas as actividades relacionadas com a marinha mercante e actividades portuárias serão as que mais sofrerão com as sucessivas restrições impostas pelo getulismo aos imigrantes.

Tabela 3: Profissões dos migrantes

PROFISSÃO	INDIFERENCIADO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
(ilegível)		1		1
não indicado	26 396			26 396
sem profissão		56		56
agricultor(a)		1 459	126	1 585
alfaiate		19		19
barbeiro		23		23
carpinteiro		72		72
comerciante		35		35
costureira			56	56
cozinheiro(a)		1	15	16
doméstica			658	658
empregado de comércio		101		101
estudante		45		45
lavrador		10		10
motorista		12		12
operário		34		34
operário(a) agrícola		11	2	13
padeiro		12		12
pedreiro		41		41
proprietário(a)		197	2	199
outras profissões		91	7	98

CONCLUSÃO

A emigração do distrito de Viseu para o Brasil, entre 1920 e 1940, está então condicionada, quer pelas circunstâncias da conjuntura regional e nacional portuguesas, quer pelas características inerentes à situação interna do Brasil e à própria conjuntura internacional. Estes três vectores influenciam directamente, como vimos, o número de indivíduos que consegue sair de Portugal para o Brasil, bem como as tipologias gerais dessas vagas humanas. Ou seja, o enquadramento conjuntural, ao nível interno e externo, molda o movimento migratório, ora introduzindo novos aspectos, ora alterando outros já existentes em épocas anteriores (anulando-os ou transformando a sua relevância).

Embora se mantenha, como vimos, uma predominância do elemento masculino nesses movimentos migratórios, a percentagem de mulheres que saem de Portugal em direcção ao Brasil começa a ganhar maior importância relativamente a períodos anteriores.

Outra consequência directa da conjuntura nacional portuguesa é a saída de indivíduos jovens, em plena idade activa, que vêm a emigração como resposta

às suas dificuldades económicas. Saem, por isso, ou em busca de fortuna rápida para poderem constituir família, ou para resolver os problemas económicos que as suas famílias sentem em Portugal. A ausência de dados, em grande parte do período estudado, referente ao estado civil dos emigrantes, impede-nos de traçar, com exactidão, a tendência predominante neste aspecto. Acreditamos, contudo, que mesmo existindo uma superioridade de indivíduos solteiros, exista simultaneamente uma percentagem considerável de cidadãos que emigravam já casados.

Relativamente à ocupação profissional com que os indivíduos emigram, também este aspecto está estritamente relacionado com as condições existentes em território brasileiro, onde se direcciona o trabalho estrangeiro para o sector primário, deixando os secundário e terciários mais livres para os nacionais brasileiros (procurando diminuir dessa forma o desemprego nos grandes centros urbanos).

Em suma, a emigração viseense para o Brasil reflecte genericamente as condições em que a população do distrito vive nestes vinte anos, demonstrando as dificuldades económicas de um distrito do interior, agravadas pela situação de crise que o comércio passa a verificar. Ou seja, não eram apenas os agricultores e os indivíduos das zonas rurais que sentem a necessidade de emigrar. Todos aqueles que vivem nas zonas urbanas e não conseguem resolver os seus problemas económicos vêem na saída do país uma alternativa plausível. Embora exista uma percentagem de indivíduos com posses que solicitam o passaporte para o Brasil com objectivos diferentes (visita, negociantes, industriais), a maior parte da emigração viseense é constituída por indivíduos assalariados que buscam trabalho e estabilidade económica em território brasileiro. E quando não têm dinheiro para pagar os trâmites para a sua emigração, não hesitam em contrair empréstimos com esse fim (ou então tentam chegar ao Brasil clandestinamente, correndo o risco de serem repatriados de imediato).

A dificuldade em estabelecer, com exactidão, o número de pessoas que saem do nosso país resulta desse mesmo fenómeno da emigração clandestina, muitas vezes facilitada pelos engajadores, que no intuito do lucro fácil, iludiam muitos homens a ir para o Brasil sem que tivessem trabalho assegurado ou mesmo as condições mínimas para sobreviver.

A presente abordagem aos livros de passaporte permite-nos apenas uma primeira aproximação à problemática da saída de cidadãos viseenses para o Brasil, tornando-se num ponto de partida para um conhecimento profundo do que eram esses homens e mulheres que viam no Brasil a única saída para os seus problemas. Talvez o conhecimento de alguém que havia feito fortuna rapidamente tenha iludido grande parte dessas pessoas a ir para o Brasil num período marcado por grandes dificuldades socioeconómicas nesse território, à semelhança do que se passava em Portugal. O que é certo é que, como demonstrámos, o Brasil mantém-se como um destino envolto no mito do *eldorado* para onde os portugueses preferem ir do que aceitar as facilidades que o governo português lhes concedia para povoarem e aculturarem as colónias africanas.

FONTES

Arquivo Distrital de Viseu – Livros de Registo de Passaporte, 1919-1941.
 Legislação brasileira diversa sobre a entrada e permanência de estrangeiros em território brasileiro (Ofício n.º 9-B de 02.03.1931 do Embaixador no Rio de Janeiro; Ofício n.º 47 de 25.04.1941; Relatório Anual de Actividades, de 1930, Anexo C).

BIBLIOGRAFIA

- DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony (1991), *História do Século XX*, 2 Volumes, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LEITE, Joaquim da Costa (1987), "Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)". *Análise Social*, n.º 97, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- LEITE, Joaquim da Costa – *Mitos e realidades da emigração Portuguesa, 1851-1973*, in <http://www.museu-emigrantes.org>.
- LOBO, Eulália M. L. (2001), *Migração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Editora Hucitec.
- RENOUVIN, Pierre (1994), *Histoire des Relations Internationales de 1871 à 1945*, III Volume, Paris: Hachette.
- SANTOS, Paula Marques dos (2005), *As Relações Luso-Brasileiras (1930-1945)*, Porto tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOUSA, Fernando (dir.) (2005), *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto: CEPES/Afrontamento.

NOTAS

- 1 Neste período, surgem diversas crises agrícolas, como são os casos da epidemia da filoxera, que a partir de 1872 destrói grande número de vinhedos, ou o desaparecimento da criação do bicho da seda, “uma boa fonte de riqueza que findou”, como escreve um abade do norte do distrito, sob o duplo efeito da orientação dos mercados consumidores da seda para regiões extra-europeias e da doença.
- 2 A fragilidade dos laços contratuais ou mesmo a escassez de trabalho provocará, por sua vez, o endividamento e a fome de muitas famílias. Muitas pessoas, principalmente homens, chegam mesmo a contrair empréstimos para conseguir emigrar e procurar trabalho no estrangeiro, essencialmente no Brasil.
- 3 As décadas de 1910 e 1920 demonstram, quer no caso português, quer no caso brasileiro, a ineficácia dos modelos governativos vigentes para responder à crise socioeconómica que afecta as suas sociedades. A predominância dos interesses de uma classe em detrimento da restante sociedade, o rotativismo viciado na direcção do país e a falta de representatividade de grupos sociais economicamente importantes (como é o caso da burguesia), no caso brasileiro, e a instabilidade endémica dos governos da I República, em Portugal, que rapidamente são substituídos no poder, incapacitando a aplicação continuada das medidas preconizadas, conduzem a um espiral depressiva e ao agravamento da situação interna. Apenas com a alteração dos valores sociais e políticos se conseguirá uma relativa estabilidade e um relativo crescimento durante os anos de 1930.
- 4 Este rotativismo governativo ficará conhecido como a “*política de café com leite*”, a qual dividia a governação federal entre paulistas e mineiros e afastava das principais decisões políticas federais todos os outros Estados e todas as outras classes sociais, apesar da sua importância económica.

- ⁵ O agravamento das condições de vida verifica-se essencialmente nos grandes centros urbanos, como é o caso do Rio de Janeiro. O decréscimo dos lugares de trabalho para os estrangeiros nas actividades comerciais e nos serviços conduz grande parte das comunidades de imigrantes ao desemprego e mesmo à miséria (fome e falta de alojamento). Todavia, a maioria desses indivíduos preferia permanecer nas cidades do que aceitar a sua recolocação nos centros agrícolas do interior.
- ⁶ Sobre a questão da emigração de Portugal para o Brasil neste período, vide análise detalhada in SANTOS, 2005: 259-290.
- ⁷ O texto do Decreto foi analisado a partir do Relatório anual do M.R.E. (*Relatório Anual de Actividade*, 1930: 361-363). Logo após a revolução de Outubro de 1930 e a instalação do Governo provisório, liderado por Getúlio Vargas, são adoptadas as primeiras medidas restritivas em relação à entrada de novos imigrantes no Brasil, procurando defender os interesses dos nacionais brasileiros e assegurando, na medida do possível, a sua empregabilidade.
- ⁸ Ofício n.º 9-B, 02.03.1931: 1. De acordo com o decreto só seriam admitidos “*os de retorno e aqueles cuja entrada seja solicitada, quer oficialmente, quer em virtude de certos bilhetes [cartas] de chamada*”.
- ⁹ Todas as medidas legislativas restritivas vão ter continuidade quer durante o período constitucional varguista, quer no período ditatorial pós 1937, plasmando-se nas diversas constituições aprovadas e em decretos e regulamentos avulsos a manutenção das restrições e a preservação do emprego para os nacionais brasileiros (SANTOS, 2005: 275-281).
- ¹⁰ Essas repatriações serão financiadas quer pelos dinheiros públicos, quer pela beneficência privada lusa (maioritariamente por esta).
- ¹¹ Tal consciencialização deriva da diminuição drástica das remessas de divisas dos emigrantes para o país (originando maiores dificuldades para as suas famílias e para as próprias finanças públicas) e dos gastos extraordinários que derivam das repatriações em massa para Portugal, bem como da criação de grandes obras públicas que permitissem empregar todos esses indivíduos.
- ¹² O Governo varguista dará especial primazia às relações intra-continentais, de acordo com o princípio do pan-americanismo.
- ¹³ Como exemplo, podemos referir o Decreto-Lei n.º 3.175 de 07 de Abril de 1941, onde se prevê “*com força de lei (...) [a exclusão] da permanência todos europeus excepto os portugueses*” de território brasileiro.
- ¹⁴ Por este decreto definia-se que em nenhum núcleo populacional era permitido uma concentração superior a 25% de estrangeiros da mesma nacionalidade, contra os quais deveriam existir uma percentagem de brasileiros natos de 30%, salvaguardando-se que, no caso de não ser possível satisfazer o número necessário de nacionais brasileiros, esse, “*mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses*”³³⁷. Era o reconhecimento oficial da relevância das raízes lusas na construção nacional brasileira.
- ¹⁵ Ofício, n.º 47, 25.04.1941: 2.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL. FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE GAIA (1834-1900)

Teresa Cirne

INTRODUÇÃO

A emigração portuguesa oitocentista constitui um problema social de enorme importância na própria história nacional, tendo estado na base de uma forte e continuada discussão e de diferentes tomadas de posição políticas ao longo daquela centúria. Este período, ainda assente numa conceptualização organicista da sociedade, associava o fluxo emigratório a uma espécie de “sangria”, contribuindo para o enfraquecimento do País. Neste sentido, cabia ao Estado, numa função socializadora recém-desenhada, gerir a mobilidade geográfica dos indivíduos em função dos interesses económicos, políticos e militares, situados num patamar supraindividual.

Desde sempre o Estado consagrou e distinguiu implicitamente uma emigração legal e uma emigração clandestina: a primeira enquanto direito, dentro de determinados requisitos e procedimentos, a segunda enquanto desvio à lei.

A emigração legal ocorre mediante a obtenção de um instrumento de legalidade, o passaporte, desde que devidamente autenticado. Por outro lado, todo este processo burocrático resulta na produção documental de diferentes tipologias, nomeadamente o processo de obtenção de passaporte, e os diversos registos de controlo, vistos e referendas. Convém sublinhar que estas tipologias documentais estão intimamente relacionadas com o quadro legal que as contextualiza e as condiciona em termos de produção e/ou tramitação administrativa. Daqui se inferirá a maior ou menor capacidade representativa do próprio passaporte enquanto elemento institucional que reflecte e representa a efectiva emigração legal de um determinado período histórico em análise.

O aparecimento do passaporte, enquanto instrumento institucional, é indissociável do progressivo movimento centralizador do Estado, ocorrido sobretudo a partir do século XVII, por imperativos de natureza militar. No entanto, e em virtude das doutrinas populacionistas, o passaporte, mesmo em tempos de paz, vê a sua imprescindibilidade justificada pela necessidade de obstar ao êxodo demográfico para o exterior, o qual, aliás, era entendido como uma das causas principais do enfraquecimento económico da nação.

Data de 1645, em plena Guerra da Restauração, o primeiro diploma legal que proíbe a saída do Reino sem autorização prévia, prevendo pesadas sanções para os infractores e agentes envolvidos. Nesta altura, o Brasil era, sem dúvida,

um destino ainda muito pouco cobiçado. No entanto, esta situação alterou-se totalmente com o aparecimento dos primeiros indícios de ouro e diamantes, tendo gerado sucessivas levas de gente para as Terras de Vera Cruz. Face à situação, D. João V, em 1709, terá decretado a necessidade de passaporte para embarcar para aquele território. E legislação sucessiva veio contribuir para dificultar a saída de indivíduos para o Brasil. Estes obstáculos crescentes terão, eles próprios, gerado diversos expedientes no sentido de os contornar, favorecendo o engajamento ilegal e as práticas associadas à emigração clandestina.

No período pombalino a mobilidade geográfica dos indivíduos foi altamente coarctada, mesmo a interna, passando a ser exigido passaporte para o interior do Reino. Na verdade, pela Lei de 25 de Junho de 1760, é transferida para a então recém-criada Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino uma ampla jurisdição nesta matéria. Determina ainda a rigorosa observância da Lei de 6 de Dezembro de 1660, pese embora se tenha descentralizado a emissão dos passaportes, a qual passa a estar sob a responsabilidade da Intendência Geral, bem como das diversas Secretarias de Estado e, nas províncias, dos respectivos comissários de polícia.

Durante o reinado de D. Maria I, voltou a evocar-se os diplomas legais seiscentistas relativos à saída para o estrangeiro sem passaporte, mediante a promulgação do alvará de 9 de Janeiro de 1792, no qual se passa a considerar que a “alta traição” apenas ocorre em tempo de guerra. No entanto, a verdade é que o tumulto causado pelas invasões francesas fez renascer as antigas leis no seu integral espírito, prevendo-se a desnaturalização, perda de bens e honras, multas para capitães de navios e galés para barqueiros coniventes.

Pode-se afirmar que não há uma acção coordenada e una no que respeita ao controlo administrativo da mobilidade geográfica, resultando que a obtenção de autorização para sair do Reino era mais fácil a um indivíduo que residisse longe do epicentro do poder (Lisboa), não havendo critérios imparciais na concessão do passaporte.

É de salientar a emergência de diversos tipos de passaporte, os quais podem ser mencionados por ordem cronológica:

- 1645 – Passaporte para o estrangeiro
- 1709 – Passaporte para o Brasil
- 1760 – Passaporte para o interior do Reino

Com o advento do constitucionalismo e a definitiva instauração do liberalismo, os cidadãos vêem reconhecido o direito à liberdade de movimentos e de residência, consagrado na Carta Constitucional de 1826:

"Qualquer pode conservar-se, ou sahir do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens; guardados os regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiros" (título VIII, art. 145, § 5).

Esta comunicação baseia-se no estudo detalhado do movimento emigratório legal ocorrido entre 1834 e 1900, relativamente ao concelho de Vila Nova de Gaia. Desta forma, procurou-se apurar não a totalidade dos titulares de passaporte que embarcaram pela barra do Douro, mas o conjunto dos naturais ou domiciliados naquele espaço concelhio que obtiveram passaporte no Governo Civil do Porto, quer saíssem pela barra desta cidade, quer por outro lugar.

A principal fonte utilizada consistiu nos *Livros de Registo de Passaportes do Fundo do Governo Civil do Porto*, existente no Arquivo Distrital do Porto. O âmbito cronológico dos dados recolhidos situa-se entre 1834 e 1900, num total de 67 anos. O ano de 1834 reporta-se ao primeiro livro de registo de passaportes, no seguimento ou na execução das competências administrativas conferidas aos Governos Civis, dentro do novo figurino liberal entretanto inaugurado.

A recolha dos dados nos *Livros de Registo de Passaportes*, operou-se em dois momentos e contextos de trabalho distintos:

- Em 1999: no âmbito do planeamento da comemoração dos quinhentos anos da descoberta do Brasil (1500-2000), por parte do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia. Tal pretensão levou à recolha dos dados reportados ao período compreendido entre 1850-1900, inclusive.
- Em 2006: no âmbito da nossa participação de investigação no projecto elaborado pelo CEPESE. Desta forma, foram recolhidos e adicionados aos anteriores, os dados reportados ao período compreendido entre 1834-1849, inclusive.

Os dados informacionais extraídos naquela série arquivística permitiram a constituição de uma base de dados nominativa sólida e documentalmente segura, a qual funciona como uma plataforma rigorosa no desenvolvimento de trabalhos nesta área de estudo. Essa base traduz, de imediato, o quantitativo de licenças de passaporte solicitadas pelos gaienses ao longo daqueles 67 anos, permitindo, na prática, contabilizar os efectivos relacionados com a emigração legal neste concelho e, por outro, analisar o movimento evolutivo desse fenómeno, ao nível local.

Mas outras fontes arquivísticas foram consultadas e analisadas, nomeadamente ao nível do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, na senda do espírito que norteou a primeira fase de recolha de dados. Essas fontes configuram-se em diversas séries arquivísticas relativas ao fundo municipal, a saber:

- *Alvarás de remissão de foros;*
- *Livros de nota privativa;*
- *Obras municipais;*
- *Processos de alienação e cedências a qualquer título;*
- *Processos de aquisição e expropriação de terrenos;*
- *Processos de compra, doação e escrituras de prédios;*
- *Processos de concessão de servidões;*

- *Processos de notariado;*
- *Processos de obras particulares;*
- *Requerimentos de obras particulares.*

Por outro lado, afigurou-se de extrema importância alguma documentação relativa ao fundo da Administração do Concelho de Vila Nova de Gaia, nomeadamente:

- *Autos de abertura de testamentos;*
- *Processos de legados pios;*
- *Registo de legados pios;*
- *Registo de testamentos;*
- *Registo dos processos de tomadas de conta dos legados pios;*
- *Termos de desistência de testamenteiros e abstenção de heranças;*
- *Termos de entrega de testamentos;*
- *Testamentos não procurados pelos interessados.*

Trata-se de fontes que foram compulsadas numa fase posterior à recolha dos dados nos *Livros de Registo de Passaportes*, em virtude da metodologia predefinida. Pretendeu-se, dessa forma, pesquisar os actos administrativos levados a efeito pelos brasileiros retornados a Gaia, na sua relação com o poder local. Neste sentido, é possível rastrear e reconstituir com elevada segurança parte dos movimentos daqueles indivíduos no concelho, compreendendo não só o modelo de constituição, distribuição ou redistribuição dos bens materiais, como também aceder às estruturas mentais dos mesmos.

Para além das fontes arquivísticas acima mencionadas, cabe ainda referir um vasto conjunto de fontes hemerográficas de dimensão local, absolutamente indispensáveis num trabalho desta natureza:

- *O Concelho de Gaia, Periódico Político, Literário e Noticioso (1873-1875);*
- *O Grilo de Gaia (1888-1894 e 1897-1899);*
- *O Jornal dos Carvalhos (1889-1891);*
- *O Comércio de Gaia (1897);*
- *A Mocidade (1897-1898);*
- *A Voz de Gaia (1910-1918);*
- *O Marroquino (1913-1918);*
- *O Grito de Gaia (1923);*
- *A Terra de Gaia (1927-1928).*

CONTEXTUALIZAÇÃO

Características físicas de Vila Nova de Gaia

O Concelho de Vila Nova de Gaia, pertencente ao distrito do Porto, localiza-se na Região Norte e subregião do Grande Porto, na margem sul da foz do rio Douro e é sede de um município com 170,82 km² de área e 288 749 habitantes (2001), estando actualmente subdividido em 24 freguesias. Este município, integrado na Área Metropolitana do Porto, é limitado a norte pelo Concelho do Porto, a nordeste por Gondomar, a sul por Santa Maria da Feira e Espinho e a oeste pelo oceano Atlântico.

Evolução histórica recente

Diacronicamente é de salientar que, apesar da inegável marca de ruralidade que Vila Nova de Gaia, no seu conjunto, manteve até finais de Setecentos, essa centúria assinalou uma forte expansão comercial e oficial. No entanto, em função da situação política nacional e até europeia (Guerra Peninsular e Invasões Francesas), esse mesmo desenvolvimento vai ser travado e interrompido nas primeiras décadas do séc. XIX¹.

Figura 1: Paisagem rural (Mafamude) no início do séc. XX



Apesar de possuir “algumas famílias de conhecida nobreza; outras que vivem de suas rendas, e da cultura das suas terras; outras que exercitam o comercio; e outras em fim, que se empregam nas diferentes artes, e occupaens fabris...”², a verdade é que o concelho possuía uma marca de ruralidade bastante acentuada e notória, sobretudo nas freguesias mais interiores. Essa rurali-

dade vai sendo contrariada, num movimento inconstante, ao longo de Oitocentos, sobretudo a partir da primeira década fontista.

Sem dúvida que a débil situação económica de muitos gaienses e a perspectiva do Brasil enquanto alternativa viável para obstar e ultrapassar essa dificuldade, foram factores que estiveram na base da emigração de muitos habitantes de Gaia para as Terras de Vera Cruz, à semelhança do que se passava um pouco por todo o país, sobretudo na região norte. Apesar do crescimento demográfico verificado ao longo do século XIX, quase todos os autores da altura comungaram da preocupação relativamente ao êxodo rural, apelidando de excessiva a massa humana que, de Portugal, emigrava para o outro lado do Atlântico. Já em finais da década de 1830, Alexandre Herculano afirmava-se preocupado com o enorme êxodo emigratório rumo ao Brasil. Este sentimento foi sendo partilhado pelo governo português, materializando-se em alguns alertas contra as actividades ilícitas de alguns engajadores e numa legislação que, procurando restringir a liberdade do movimento emigratório para o Brasil, o tentava desviar para as colónias africanas. Apesar destes receios relativos a uma “sangria humana”, Vila Nova de Gaia assistiu a um crescimento demográfico de significativo valor, já que a população praticamente triplica ao longo do séc. XIX. Com efeito, cifrando-se em 24 675 indivíduos no início daquele século (1801), passou para cerca de 43 454 indivíduos em meados do séc. XIX (1849) e para 74 072 pessoas exactamente em 1900.

Apresentação dos dados

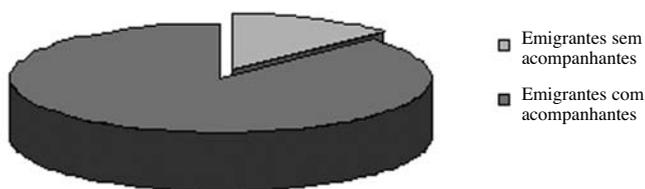
O levantamento exaustivo dos dados informacionais contidos nos *Livros de Registo de Passaportes*, do Fundo do Governo Civil do Porto, relativamente aos emigrantes naturais e/ou residentes no concelho de Vila Nova de Gaia, ao longo dos 67 anos que medeiam o período compreendido entre 1834-1900, implicou a análise detalhada de 123 livros e gerou a informatização efectiva de 17 294 registos.

Cada um desses registos informatizados contém vários dados relativamente ao titular do passaporte, a saber: Nome; Idade; Data de Emissão; Naturalidade (freguesia); Estado Civil; Género; Acompanhantes (graus de parentesco, nome e idade); Destino (Estado/cidade no Brasil).

Podemos afirmar que entre 1834 e 1900 foram emitidos relativamente a indivíduos naturais e/ou residentes no espaço concelhio de Vila Nova de Gaia, cerca de 17 294 passaportes para o Brasil, os quais correspondem, teoricamente, a igual número de viagens.

Convém referir que muitas foram os casos em que esses mesmos titulares de passaporte se fizeram acompanhar por outros indivíduos, em maior ou menor dependência económica e/ou familiar. Com efeito, tratava-se, na generalidade das situações, de levar os filhos menores, a esposa, a irmã ou o irmão desamparado, a mãe viúva, os sobrinhos órfãos, entre outras situações de menor ocorrência.

Gráfico 1: Percentagem de titulares de passaporte relativamente a acompanhantes integrados (1834-1900)



A totalidade de indivíduos que acompanham os titulares de passaporte cifra-se em 3 813. Deste modo, contabilizamos um total de 21 107 indivíduos registados que, entre 1834 e 1900, terão obtido licença para partir para o Brasil. Podemos concluir que houve cerca de 1 955 (ou 13,3%) titulares de passaporte que levaram acompanhantes. Por outro lado, cerca de 18% da totalidade dos indivíduos referenciados nos registos de passaporte eram acompanhantes.

PERCURSOS FAMILIARES

A interpretação e análise sistemática dos dados obtidos, permitiu a reconstituição de algumas das estruturas familiares associadas ao fenómeno da emigração para o Brasil, configurando uma situação de tradição mais ou menos localizável por freguesia. Numa abordagem toponímica e onomástica, procurou-se apresentar todos os elementos das diversas famílias mais significativas que, entre 1834 e 1900, requereram passaporte para o Brasil, registando nós a freguesia de Vila Nova de Gaia a que pertenciam os emigrantes e a respectiva família.

ARCOZELO – Família Teixeira Vale					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Abel Domingues Teixeira Vale	1862	Solteiro	1879-04-22	Estudante	Rio de Janeiro
Alfredo Domingues Teixeira Vale	1863	Solteiro Solteiro	1879-04-22 1886-11-18	Estudante Caixeiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
António Domingues Teixeira Vale	1855	Solteiro Solteiro	1868-11-21 1890-02-17	– Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Joaquim Teixeira Vale	1820	Solteiro Solteiro	1875-05-25 1882-04-08	Proprietário Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
José Domingues Teixeira Vale	1850	Solteiro Solteiro Solteiro Solteiro Solteiro	1868-02-11 1883-11-19 1891-08-04 1891-11-02 1896-10-13	– Negociante Pedreiro Negociante Capitalista	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Manuel Teixeira Vale	1817	Solteiro	1868-08-14	–	Rio de Janeiro

AVINTES – Família Silva Viana					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio Fernandes da Silva Viana	1849	Solteiro Casado	1863-04-07 1890-08-18	– Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Francisco Fernandes da Silva Viana	1851	Solteiro Solteiro Casado Casado Casado	1864-09-13 1878-02-11 1887-06-16 1889-05-31 1893-08-05 1898-07-23	– Negociante Negociante Negociante Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
João Fernandes da Silva Viana	1862	Solteiro Solteiro	1878-02-11 1891-09-01	Marceneiro Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Joaquim Fernandes da Silva Viana	1856	Casado	1881-07-12	Marceneiro	Rio de Janeiro

CANIDELo – Família Marques Gomes					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Albino Marques Gomes	1845	Casado Casado	1869-07-06 1872-03-27	– –	Rio Grande do Sul Rio de Janeiro
Manuel Marques Gomes	1866	Casado	1894-11-19	Negociante	Pará

GRIJÓ – Família Pereira de Amorim					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Domingos Pereira de Amorim	1844	Solteiro	1865-04-07	–	Rio de Janeiro
Guilherme Pereira de Amorim	1865	Solteiro	1882-07-20	Caixeiro	Rio de Janeiro
Joaquim Pereira de Amorim	1854	Solteiro	1871-02-17	–	Rio de Janeiro
Júlio Pereira de Amorim	1867	Solteiro	1882-07-20	Caixeiro	Rio de Janeiro
Serafim Pereira de Amorim	1847	Casado	1871-05-17	–	Rio de Janeiro

GULPILHARES – Família Castro Chaves					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio de Castro Chaves	1859	Solteiro	1870-08-01	–	Rio de Janeiro
Bernardino de Castro Chaves	1834	Solteiro	1850-11-06 1861-03-05	– Negociante	Pará Pará
José de Castro Chaves	1856	Solteiro	1867-06-12	–	Pará
Manuel Joaquim de Castro Chaves	1832	Solteiro	1877-09-03	Negociante	Pará

GULPILHARES – Família Silva Saldanha					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Inácio da Silva Saldanha	1852	Solteiro	1874-05-03	–	Rio de Janeiro
Joaquim da Silva Saldanha	1837	Solteiro Solteiro Casado Casado	1854-07-10 1860-08-14 1866-11-06 1874-04-08	– – – Lavrador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
José da Silva Saldanha	1812	Casado Casado Casado Casado Casado	1854-02-01 1855-10-27 1858-02-13 1862-08-16 1866-11-06	– – – – Lavrador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
José da Silva Saldanha	1846	Solteiro	1862-10-10	–	Rio de Janeiro

MADALENA – Família Pereira Mateus					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Joaquim Pereira Mateus	1854	Casado	1885-02-05	Pintor	Pará
Joaquim Pereira Mateus	1884	Solteiro	1896-10-15	–	Pará
Manuel Pereira Mateus	1851	Solteiro Casado Casado	1871-12-30 1878-05-07 1884-08-04	– Trolha Trolha	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Manuel Pereira Mateus	1884	Solteiro	1896-10-15	–	Pará

MAFAMUDE – Família Pinto Mourão					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
José Pinto Mourão	1847	Solteiro Casado	1872-03-15 1878-10-08	– Sapateiro	Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul
Manuel Pinto Mourão	1842	Solteiro Solteiro	1868-01-25 1874-02-26	– Negociante	Rio de Janeiro Rio Grande do Sul
Pedro Pinto Mourão	1838	Solteiro	1870-01-08	–	Rio Grande do Sul

OLIVEIRA DO DOURO – Família Silva Manáu					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Aires da Silva Manáu	1882	Solteiro	1893-11-15	–	Baía
Francisco da Silva Manáu Júnior	1846	Casado Casado Casado Casado Casado Casado Casado	1870-09-20 1873-08-02 1878-03-22 1882-08-29 1885-07-04 1888-07-04 1891-07-07	– – Trolha Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Francisco da Silva Manáu Júnior	1870	Casado	1891-07-07	–	Rio de Janeiro
Francisco da Silva Manáu Júnior	1870	Solteiro	1893-06-10	–	São Paulo
Simplicio da Silva Manáu	1877	Solteiro	1888-11-16	–	Baía

PEDROSO – Família Sousa Maravilha					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Clemente de Sousa Maravilha	1837	Solteiro	1855-03-07	–	Rio de Janeiro
Manuel de Sousa Maravilha	1828	Casado Casado	1873-01-16 1882-03-10	– Trabalhador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Serafim de Sousa Maravilha	1858	Solteiro	1874-04-13 1881-10-20	Lavrador Trabalhador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro

VALADARES – Família Castro Portugal					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Gonçalves de Castro Portugal	1891-06-01	Casado	1891-06-01	Negociante	Rio de Janeiro
António Monteiro de Castro Portugal	1859	Solteiro	1877-09-26 1897-06-03	Estudante Negociante	Pará Rio de Janeiro

VILAR DO PARAÍSO – Família Santos Frango					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António dos Santos Frango	1850	Casado	1889-02-06	Trabalhador	Rio de Janeiro
António José dos Santos Frango	1862	Solteiro Casado	1879-02-08 1892-10-04	Carpinteiro Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Ermelinda Frango	1871	Solteira	1898-08-25	–	Rio de Janeiro
José dos Santos Frango	1859	Casado	1889-02-06	Lavrador	Rio de Janeiro

AVINTES – Família Pereira Pegas					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Pereira Pegas	1845	Solteiro Casado Casado	1855-11-15 1875-10-06 1900-09-06	– Negociante Negociante	Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul
Francisco Pereira Pegas	1834	Casado	1871-03-08	–	Pará
Joaquim Pereira Pegas	1826	Casado	1851-08-19	Pedreiro	Rio de Janeiro
Vitorino Pereira Pegas	1850	Casado Casado	1874-04-24 1878-04-27	Trolha Trolha	Rio de Janeiro Rio de Janeiro

GRIJÓ – Família Domingues Quintas					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
David Domingues Quintas	1855	Casado	1876-01-11	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1889-07-16	Carpinteiro	Rio de Janeiro
João Domingues Quintas	1857	Solteiro	1894-04-17	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1900-09-14	Carpinteiro	Rio de Janeiro
Joaquim Domingues Quintas	1838	Casado	1879-09-13	Lavrador	Rio de Janeiro
Joaquim Domingues Quintas	1877	Casado	1900-07-09	Pedreiro	Pará
José Domingues Quintas	1829	Solteiro	1850-04-18	–	Rio de Janeiro
		Solteiro	1858-03-17	–	Rio de Janeiro
		Solteiro	1866-02-09	–	Rio de Janeiro
Luís Domingues Quintas	1827	Solteiro	1851-10-02	Canteiro	Rio de Janeiro
		Solteiro	1879-11-11	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Solteiro	1887-11-29	Pedreiro	Rio de Janeiro
Manuel Domingues Quintas	1853	Solteiro	1866-05-01	–	Rio de Janeiro
		Casado	1885-04-02	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1888-05-29	Negociante	Rio de Janeiro

GULPILHARES – Família Coelho de Resende					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Eduardo Coelho de Resende	1855	Solteiro	1868-11-05	–	Baía
		Casado	1887-10-29	Negociante	Baía
Francisco Coelho de Resende	1858	Solteiro	1877-08-28	Lavrador	Baía
		Solteiro	1884-09-18	Negociante	Baía
Joaquim Coelho de Resende	1859	Solteiro	1877-08-28	–	Baía
		Solteiro	1896-11-14	Caixeiro	Baía
José Coelho de Resende	1851	Solteiro	1868-11-05	–	Baía

MAFAMUDE – Família Leite de Barredo					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio Júlio Pereira de Brito Leite de Barredo	1851	Solteiro	1863-04-09	–	Maranhão
		Solteiro	1867-10-04	–	Maranhão
		Casado	1881-11-26	Negociante	Maranhão
Joaquim Pereira de Brito Leite de Barredo	1836	Solteiro	1853-12-26	–	Rio de Janeiro
José Pereira de Brito Leite de Barredo	1837	Solteiro	1863-04-28	–	Maranhão
		Solteiro	1863-04-28	–	Maranhão

MAFAMUDE – Família Pinto Querido					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Pinto Querido	1840	Solteiro	1854-02-07	–	Maranhão
Joaquim Pinto Querido	1853	Casado	1883-01-13	Fabricante	Baía
Manuel Pinto Querido	1860	Solteiro	1873-10-20	–	Rio de Janeiro

OLIVEIRA DO DOURO – Família Silva Manáu					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Domingues Fita	1831	Casado	1874-10-03	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1879-10-03	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1890-06-17	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1895-03-07	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1899-05-09	Carpinteiro	Rio de Janeiro
António Domingues Fita	1877	Solteiro	1890-07-29	–	Rio de Janeiro
Bernardino Domingues Fita	1824	Solteiro	1861-08-22	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Solteiro	1866-03-20	–	Rio de Janeiro
Jacinto Domingues Fita	1852	Solteiro	1870-12-21	–	Rio de Janeiro
José Domingues Fita	1827	Casado	1855-06-18	–	Rio de Janeiro

PEROSINHO – Família Domingues Bica					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
José Domingues Bica	1844	Casado	1867-02-01	–	Rio de Janeiro
		Casado	1869-10-20	–	Rio de Janeiro
		Casado	1876-10-20	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Casado	1884-01-08	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Casado	1888-05-11	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Casado	1890-01-30	Pedreiro	Rio de Janeiro

VALADARES – Família Coelho de Castro					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio Coelho de Castro Sobrinho	1867	Solteiro	1879-10-14	–	Pará
		Solteiro	1895-09-11	Negociante	Pará
		Solteiro	1898-10-12	Negociante	Pará
Bernardino Coelho de Castro	1853	Solteiro	1881-12-31	Tanoeiro	Pará
		Solteiro	1892-12-06	Tanoeiro	Pará
		Solteiro	1897-12-07	Tanoeiro	Pará
Francisco Coelho de Castro	1885	Solteiro	1897-06-01	–	Pará
Joaquim Coelho de Castro Sobrinho	1870	Solteiro	1896-01-04	Trabalhador	Pará
Manuel Coelho de Castro Sobrinho	1853	Solteiro	1868-11-16	–	Pará
		Solteiro	1880-11-13	Negociante	Pará
		Solteiro	1884-01-29	Negociante	Pará

VILAR DO PARAÍSO – Família Velhote					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Ana Gomes Velhote	1862	Casada	1890-10-21	–	Rio de Janeiro
Antônio Joaquim Velhote	1826	Casado	1860-03-22	Trolha	Rio de Janeiro
		Casado	1867-12-09	Trolha	Rio de Janeiro
		Casado	1875-01-25	Trolha	Rio de Janeiro
Antônio Joaquim Velhote	1863	Solteiro	1887-03-28	Trolha	Pará
		Solteiro	1895-05-10	Trolha	Pará
		Casado	1897-12-02	Trolha	Pará
Antônio Pinto Velhote	1869	Casado	1894-10-27	Carpinteiro	Pará
Antônio Velhote	1851	Casado	1873-06-19	–	Rio de Janeiro
		Casado	1874-07-27	Trolha	Rio de Janeiro
		Casado	1876-11-02	Trolha	Rio de Janeiro
		Casado	1880-02-05	Trolha	Rio de Janeiro
		Casado	1882-09-22	Trolha	Rio de Janeiro
Armando Antônio Velhote	1869	Solteiro	1885-09-02	–	Pará
			1894-10-25	Negociante	Pará
Augusto Velhote	1864	Casado	1897-11-30	Trolha	Pará
			1900-02-01	Trolha	Rio de Janeiro
Camilo Antônio Velhote	1861	Solteiro	1880-07-03	Caixeiro	Pará
		Solteiro	1884-12-16	Caixeiro	Pará
		Solteiro	1893-02-13	Negociante	Pará
		Solteiro	1897-02-04	Negociante	Pará
Clemente Antônio Velhote	1858	Solteiro	1872-08-30	–	Rio de Janeiro
		Casado	1891-01-29	Trolha	Rio de Janeiro
		Casado	1893-02-07	Trolha	Rio de Janeiro
		Viúvo	1896-04-09	Trolha	Rio de Janeiro
João Antônio Velhote	1830	Casado	1867-08-02	–	Rio de Janeiro

Cont.

Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Joaquim António Velhote	1859	Casado	1887-02-25	Trolha	Pará
Joaquim António Velhote	1868	Solteiro Solteiro	1893-01-16 1897-11-30	Trolha Trolha	Rio de Janeiro Pará
Júlio António Velhote	1874	Solteiro Solteiro	1893-11-20 1895-10-11	Caixeiro Caixeiro	Pará Pará
Manuel António Velhote Júnior	1861	Solteiro	1893-11-20	Caixeiro	Pará
Manuel António Velhote	1877	Solteiro	1893-02-24	–	Pará
Manuel António Velhote	1885	Solteiro	1897-07-30	–	Rio de Janeiro
Manuel Velhote	1880	Solteiro	1900-01-31	Trolha	Pará

AVINTES – Família Silva Viana					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Fernandes da Silva Viana	1849	Solteiro Casado	1863-04-07 1890-08-18	– Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Francisco Fernandes da Silva Viana	1851	Solteiro Solteiro Casado Casado Casado	1864-09-13 1878-02-11 1887-06-16 1889-05-31 1893-08-05 1898-07-23	– Negociante Negociante Negociante Negociante Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
João Fernandes da Silva Viana	1862	Solteiro Solteiro	1878-02-11 1891-09-01	Marceneiro Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Joaquim Fernandes da Silva Viana	1856	Casado	1881-07-12	Marceneiro	Rio de Janeiro

GULPILHARES – Família Silva Saldanha					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Inácio da Silva Saldanha	1852	Solteiro	1874-05-03	–	Rio de Janeiro
Joaquim da Silva Saldanha	1837	Solteiro	1854-07-10	–	Rio de Janeiro
		Solteiro	1860-08-14	–	Rio de Janeiro
		Casado	1866-11-06	–	Rio de Janeiro
		Casado	1874-04-08	Lavrador	Rio de Janeiro
José da Silva Saldanha	1812	Casado	1854-02-01	–	Rio de Janeiro
		Casado	1855-10-27	–	Rio de Janeiro
		Casado	1858-02-13	–	Rio de Janeiro
		Casado	1862-08-16	–	Rio de Janeiro
		Casado	1866-11-06	Lavrador	Rio de Janeiro
José da Silva Saldanha	1846	Solteiro	1862-10-10	–	Rio de Janeiro

MAFAMUDE – Família Pereira Ataíde					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Domingues Pereira Ataíde	1842	Casado	1869-07-03	–	Rio de Janeiro
João Pereira Ataíde	1854	Casado	1875-11-06	Serralheiro	Rio de Janeiro

MAFAMUDE – Família Rocha Romariz					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio da Rocha Romariz	1855	Solteiro	1872-04-01	–	Pará
		Solteiro	1878-11-25	Negociante	Pará
		Solteiro	1881-03-17	Negociante	Pará
		Solteiro	1887-03-18	Negociante	Pará
		Solteiro	1893-01-16	Negociante	Pará
		Solteiro	1898-03-10	Capitalista	Pará
Augusto da Rocha Romariz	1849	Casado	1872-10-18	–	Rio de Janeiro
		Casado	1876-08-05	Negociante	Rio de Janeiro
		Casado	1895-02-06	Capitalista	Pará
		Casado	1899-02-09	Negociante	Rio de Janeiro
Augusto da Rocha Romariz	1874	Solteiro	1897-02-24	Negociante	Pará
Claudino da Rocha Romariz	1865	Solteiro	1881-08-20	Caixeiro	Pará
		Solteiro	1885-09-09	Caixeiro	Pará
		Casado	1900-01-27	Negociante	Pará

Cont.

Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Domingos da Rocha Romariz	1859	Casado	1883-09-07	Negociante	Pará
		Casado	1888-08-04	Negociante	Rio de Janeiro
		Casado	1889-01-30	Negociante	Rio de Janeiro
		Casado	1899-02-16	Negociante	Pará
Francisco da Rocha Romariz	1857	Casado	1877-01-09	Negociante	Rio de Janeiro
João da Rocha Romariz	1851	Solteiro	1871-09-19	–	Rio de Janeiro
João da Rocha Romariz	1860	Solteiro	1873-10-22	–	Rio de Janeiro
		Solteiro	1879-01-14	Caixeiro	Rio de Janeiro
		Solteiro	1881-11-17	Negociante	Pará
José da Rocha Romariz	1852	Solteiro	1874-09-17	Negociante	Rio de Janeiro
Manuel da Rocha Romariz	1823	Casado	1872-03-07	–	Rio de Janeiro
Manuel da Rocha Romariz	1845	Solteiro	1858-01-29	–	Pará

PEDROSO – Família Ferreira Pitança					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio Ferreira Pitança	1842	Solteiro	1857-01-27	–	Rio de Janeiro
Francisco Ferreira Pitança	1836	Casado	1864-06-20	Trolha	Rio de Janeiro

SERZEDO – Família Marques Moreira					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio Marques Moreira	1851	Solteiro	1879-07-11	Tanoeiro	Rio de Janeiro
Joaquim Marques Moreira	1840	Solteiro	1864-03-01	–	Rio de Janeiro
Joaquim Marques Moreira	1855	Solteiro	1876-06-21	Tanoeiro	Rio de Janeiro
Manuel Marques Moreira	1843	Solteiro	1867-08-09	–	Rio de Janeiro

VALADARES – Família Gonçalves dos Reis					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Francisco Gonçalves dos Reis	1830	Casado	1867-08-05	–	Maranhão
Francisco Gonçalves dos Reis	1830	Casado	1876-11-04	Negociante	Maranhão
Joaquim Gonçalves dos Reis	1845	Solteiro Solteiro Solteiro	1873-01-14 1875-11-02 1880-05-18	– Negociante Trabalhador	Maranhão Pará Maranhão
José Gonçalves dos Reis	1833	Solteiro	1865-11-20	–	Maranhão

CANIDELO – Família Filipe da Costa					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Francisco Filipe da Costa	1825	Viúvo Viúvo Viúvo	1862-09-26 1878-10-03 1893-09-08	Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro	Porto Alegre Rio de Janeiro Pará
José Filipe da Costa	1839	Solteiro	1855-01-31	–	Rio de Janeiro

GUETIM – Família Rocha Guimbra					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Ana Pereira da Rocha Guimbra	1853	Casada	1882-11-21	–	Rio de Janeiro
José Pereira da Rocha Guimbra	1853	Solteiro	1883-08-18	–	Rio de Janeiro
Manuel da Rocha Guimbra	1848	Solteiro Casado	1870-01-23	–	Rio de Janeiro

MADALENA – Família Ferreira de Castro					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Ferreira de Castro	1810	Casado Casado	1868-12-29 1871-09-14	– –	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
António Ferreira de Castro	1833	Solteiro	1854-01-13	Pedreiro	Rio de Janeiro
António Ferreira de Castro	1848	Solteiro Solteiro	1877-10-10 1900-04-14	Tanoeiro –	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
António Ferreira de Castro	1851	Solteiro	1874-06-27	Tanoeiro	Rio de Janeiro
António Ferreira de Castro	1854	Casado	1881-06-17	Pedreiro	Rio de Janeiro
Claudino Ferreira de Castro	1869	Casado	1893-03-11	Trabalhador	São Paulo
Joaquim Ferreira de Castro	1836	Casado	1873-09-17	–	Rio de Janeiro
Joaquim Ferreira de Castro	1856	Casado	1896-03-24	Trolha	Minas Gerais
José Ferreira de Castro	1855	Casado Casado Casado	1881-03-05 1886-12-04 1896-08-29	Pintor Pintor Pintor	Rio de Janeiro São Paulo Rio de Janeiro
Manuel Ferreira de Castro	1853	Casado Casado Casado	1879-03-22 1893-07-06 1896-08-21	Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Manuel Ferreira de Castro Júnior	1861	Casado	1891-03-02	Tanoeiro	Rio de Janeiro
Manuel Ferreira de Castro	1875	Solteiro	1900-07-09	Carpinteiro	Pará

MAFAMUDE – Família Pinto Carracena					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Alfredo da Cunha Pinto Carracena	1864	Solteiro	1877-04-05	–	Rio de Janeiro
Joaquim da Cunha Pinto Carracena	1857	Solteiro	1870-07-01	–	Rio Grande do Sul

MAFAMUDE – Família Sousa Bandeira					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Belmiro Sousa Bandeira	1824	Casado	1855-09-26	–	Rio Grande do Sul
		Casado	1861-10-28	Sapateiro	Rio Grande do Sul
José de Sousa Bandeira	1837	Solteiro	1855-08-08	–	Rio de Janeiro
Clemente de Sousa Bandeira	1826	Casado	1855-08-08	–	Rio de Janeiro

PEDROSO – Família Pereira Fula					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Alberto Pereira Fula	1882	Solteiro	1895-01-26	–	São Paulo
Antônio Pereira Fula	1884	Solteiro	1896-05-12	–	São Paulo
Francisco Pereira Fula	1878	Solteiro	1891-10-24	–	São Paulo
Joaquim Pereira Fula	1831	Casado	1864-08-12	Negociante	Rio de Janeiro
		Casado	1878-02-16	Negociante	Rio de Janeiro
		Casado	1880-04-15	Proprietário	Rio de Janeiro
		Casado	1896-05-12	Capitalista	Rio de Janeiro

SERZEDO – Família Vinagre					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
João Alves Vinagre	1836	Casado	1867-06-17	–	Rio de Janeiro
		Casado	1875-06-25	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Casado	1883-03-29	Pedreiro	Rio de Janeiro
Manuel Alves Vinagre	1857	Solteiro	1878-06-07	Tanoeiro	Rio de Janeiro
		Solteiro	1882-03-11	Tanoeiro	Rio de Janeiro
		Casado	1891-08-25	Tanoeiro	Pernambuco

VALADARES – Família Silva Marelete					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Francisco da Silva Marelete	1846	Solteiro	1870-02-23	–	Rio de Janeiro
		Solteiro	1875-10-06	Pedreiro	Rio de Janeiro
Manuel da Silva Marelete	1846	Solteiro	1867-06-12	–	Rio de Janeiro
		Casado	1887-11-30	Negociante	Rio de Janeiro

CONCLUSÃO

O trabalho que aqui se apresenta constitui uma primeira abordagem que, longe de esgotar a interpretação dos dados recolhidos, vem demonstrar a pertinência do estudo da temática sob o prisma da História Local. Abriu-se a porta e vislumbrou-se um vasto manancial de informação por tratar, cruzar e, acima de tudo, por problematizar e compreender numa perspectiva mais alargada, onde se conjuguem os particularismos e as tendências detectadas num panorama de cariz nacional.

Os dados recolhidos metódica e exaustivamente deverão ser enquadrados e inseridos numa análise multidireccional, nomeadamente social e familiar (política das relações pessoais, alianças matrimoniais, amizades); comercial (redes de negócios); sociológica e antropológica (estudo dos testamentos e dos legados pios); política (percursos partidários, cargos políticos e administrativos, bem como o papel desempenhado na vida local) e até mesmo a análise arquitectónica e artística (casas de habitação, jazigos, estabelecimentos fabris e comerciais, obras de mecenato).

Trata-se de um conjunto de vertentes de estudo, convergentes e conducentes a uma compreensão do fenómeno na sua totalidade e numa escala local. Todas estas vertentes constituem um conjunto coerente, todas elas comunicam e materializam no espírito e, em alguns casos, na paisagem, a importância da figura do “Brasileiro” na vida de Vila Nova de Gaia durante a segunda metade de Oitocentos e a primeira de Novecentos, à semelhança, por certo, do que se passava no resto do país, sobretudo na região norte.

Fica, pois, aqui o nosso contributo para o estudo da emigração saída de Vila Nova de Gaia para o Brasil, na certeza de que este tema exige uma equipa que possa estudar com carácter definitivo uma das componentes mais importantes da História Social deste Município na época contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

GUIMARÃES, Gonçalves (1997), *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia*, Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia.

NOTAS

¹ GUIMARÃES, 1997: 45.

² GUIMARÃES, 1997: 45.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO SUBSIDIADA PARA O BRASIL

Andréa Telo da Corte

Em 20 de Fevereiro de 1912 o *vapor Frísia* atracou no porto do Rio de Janeiro com 245 emigrantes portugueses a bordo. Pouco tempo depois, no dia 1 de Março, aportou na capital da República, o *vapor Hamburgo*, a bordo do qual 700 passageiros aguardavam ansiosos a hora do desembarque. Dentre eles inúmeras famílias de russos, polacos, austríacos, e 414 portugueses.

Em 12 de Agosto do mesmo ano, outros 392 passageiros desembarcaram na cidade, desta feita provenientes do *vapor Holanda*. Nele, 285 portugueses cumpriam a rotina comum a gerações de portugueses: emigrar¹.

Se entre esses emigrantes existia uma história comum de esperança alimentada pelo mito da fortuna e do regresso glorioso à freguesia natal, suas esperanças nasciam comprometidas pelos contratos de locação de serviços que assinavam ainda em Portugal, e ao embarcarem em vapores especializados na travessia de contratados sujeitavam-se às arbitrariedades dos capitães dos navios.

Ora, os vapores *Frísia*, *Hamburgo* e *Holandia* narram em sua documentação histórias de contratação, assinalando a estreita relação existente entre engajadores, capitães e contratadores de mão-de-obra no Brasil.

O trabalho pioneiro de Miriam Halpern Pereira² levanta uma série de questões sobre o papel dos engajadores e capitães de navios na condução de uma política de imigração paralela àquela praticada por Portugal e Brasil no período, além de problematizar a qualidade das estatísticas sobre essa emigração.

Para a autora o fracasso da ação repressiva portuguesa no combate ao engajamento deveu-se ao desencontro da política emigratória portuguesa com a política imigratória praticada pelo Brasil no mesmo período, fato que possibilitou a criação de um quadro contínuo de saídas de emigrantes portugueses para a antiga colônia, e para o que corroborou também a inexistência de acordos bilaterais entre os dois países com a finalidade de regular a emigração e garantir a proteção dos súditos portugueses no império do Brasil.

Considera ainda que o mecanismo que propiciava o fluxo contínuo da imigração transatlântica era uma ação informalmente organizada, utilizada ora pelas grandes casas de contratação de mão de obra, ora pelos candidatos espontâneos à emigração, que envolvia diferentes personagens, uma rede de engajadores locais que atuavam nas aldeias, funcionários do governo civil dos distri-

tos portugueses que garantiam documentos, agentes consulares brasileiros que emitiam passaportes falsos, e os capitães de navio, *verdadeiros banqueiros do mar*, que abriam crédito aos emigrantes³. Finalmente, a rede de engajadores locais que no Brasil invadiam os vapores logo após a atracação para contratar a mão-de-obra, numa ação que muito lembrava a compra e venda de escravos no mercado do *Valonguinho*.

Observe-se que as estatísticas normalmente apresentadas em trabalhos sobre o tema da emigração portuguesa para o Brasil, não problematizam este tipo de emigração, tomando o processo emigratório como um todo indiferenciado, tanto no que se refere a espontâneos, contratados e clandestinos como à da entrada de ilhéus no país. Assim como não abordam o caso dos que retornavam por desistência nos primeiros anos ou para re-emigrarem posteriormente⁴.

Igualmente, não existem estudos aprofundados no Brasil sobre a complexa trama que envolvia recrutadores de mão-de-obra em Portugal, as casas de contratação, capitães de navios e o mercado brasileiro de contratação, que é em última instância quem alimenta essa atividade⁵. Dessa forma o trabalho que ora apresento pretende contribuir na sistematização das possibilidades de pesquisa sobre a entrada de engajados portugueses no Brasil no período relativo à grande imigração – 1880-1930 –, e dialogar com as questões levantadas por Miriam Halpern, a partir da análise de algumas Relações de Vapores pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional-RJ.

O EXAME DA DOCUMENTAÇÃO

Este estudo foi elaborado a partir de uma mostra⁶ construída com a documentação de 15 navios selecionados a partir de suas rotas nas décadas de 1880, 1890, 1900 e 1910, período que contempla conjunturas sócio, político e econômicas distintas tanto no Brasil como em Portugal. Da referida mostra foram selecionados os navios que caracterizaram explicitamente o transporte de engajados, quer por declaração do capitão, quer por documentação contígua à listagem fornecida por este e devidamente assinada pelos vice-cônsules dos portos de embarque, e pelo intendente da imigração no porto do Rio de Janeiro. A análise da documentação dos demais vapores ensejou a massa crítica para respaldar as conclusões a que chegamos.

Entretanto, antes do exame detalhado da documentação é preciso fazer algumas considerações prévias.

Em 1.º lugar, embora carregamentos de engajados tenham sido observados na rota regular dos navios de carreira, alguns vapores chamaram atenção pela rota que percorreram. Esses foram os casos dos referidos vapores *Frísia*, *Hamburgo* e *Holandia*.

O *Frísia* e o *Holandia* partiram de Amsterdã, onde embarcaram engajados russos, polacos, austríacos e até noruegueses, e rumaram para Portugal, onde emigrantes portugueses seguiram viagem. Já o *Hamburgo*, partiu do porto do

mesmo nome na Alemanha com direção a Portugal, onde embarcou centenas de portugueses para o Brasil. Ora, este fato aponta em 1.º lugar, para a atuação simultânea das empresas de contratação arregimentando mão-de-obra, em diversas regiões da Europa, depois distribuída pelos portos brasileiros. Este é o caso provavelmente da *Companhia Internazionale See Transport*, e da *Casa Orey Antunes e Cia*, de origem portuguesa.

Da mesma forma, além das Casas de Contratação, haviam empresas de navegação especializadas nesse tipo de transporte, ou então que conjugavam a navegação de carreira com a de engajados, pelo menos é isso que se depreende de alguns cabeçalhos de relações vapores⁷.

Em 2.º lugar, para além das companhias internacionais citadas anteriormente, diversas companhias brasileiras ligadas ao Estado ou à particulares atuavam nesse mercado, arregimentando mão de obra diretamente ou negociando entre si para obter trabalhadores, como a *Associação Central de Colonização*, a *Sociedade Anônima Martineli* ou a *Companhia Metropolitana*⁸. Note-se que esse é um comércio intenso e sobre o qual pode-se até supor que os capitais usados anteriormente no comércio de escravos tenham se transferido para o negócio da contratação/engajamento de imigrantes.

Em 3.º lugar, é importante mencionar que o relatório do vapor é sobretudo um documento pessoal do capitão à medida que os órgãos responsáveis pela imigração no Brasil⁹ não determinaram uma padronização das informações a serem obtidas do vapor que atracava no porto, o que permite um largo espaço de manobra para os capitães interessados em esconder a emigração clandestina ou a alta lucratividade da venda das passagens.

Posto isso, vejamos a documentação dos referidos vapores.

a) Vapor Hamburgo, notação 13186, 01.03.1912

Traz um conjunto de 4 listagens, compondo um total de 40 folhas manuscritas. A 1.ª listagem é a do capitão, e está escrita numa folha com o timbre da cia. marítima e que relaciona um total de 707 emigrantes, dos quais há russos, noruegueses, austríacos, alemães e portugueses. A 2.ª listagem refere-se a passageiros que foram especialmente chamados pelo Serviço de Povoamento e descreve: “*Lista dos passageiros embarcados pela Internazionale See-transport-Compagnie por conta do Governo Federal dos Estados Unidos do Brazil, em virtude do ajuste celebrado em 12 de Janeiro de 1912 pelo vapor alemão Hamburgo sahido do porto de Hamburgo em 7 de Fevereiro de 1912 para o Rio de Janeiro.*” Segue-se uma listagem de 14 nomes, divididos em 3 famílias, sendo 10 passagens inteiras, 3 quartas e 1 gratuita.

Uma 3.ª listagem de passageiros contratados pela *Internazionale See Transport* junta-se às outras, com o mesmo cabeçalho da anterior mas sem a referência ao Serviço de Povoamento, daí são listados 284 nomes de emigrantes, polacos russos, austríacos noruegueses e 1 alemão. São 49 famílias, num total de 171 passagens inteiras, 44 meias, 38 quartas e 31 grátis, seguindo declaração

do intérprete Arthur H. Ferreira de que 284 passageiros declararam não terem pago as passagens.

Finalmente uma 4.^a listagem relaciona portugueses embarcados no porto de Leixões, e contratados pela firma *Orey e Antunes e Cia.*, por conta do governo brasileiro. Ao todo são 384 passageiros engajados, e mais 4 chamados por ofício do Serviço de Povoamento, num quadro total de 89 famílias. Segue-se um atestado do mesmo Arthur Ferreira declarando que dos 384 passageiros, 330 não pagaram suas passagens, sendo que no computo final aponta para 256 inteiras, 44 meias, 29 quartas e 51 grátis.

A relação conta ainda com uma declaração assinada pelo intendente da imigração apontando para o total de 614 subsidiados, e 18 fora de ajuste. Não há informações sobre os demais passageiros. Ainda, além de explicar a situação do vapor, faz uma crítica, a única observada no conjunto analisado (folhas 39/40). Trata-se de crítica às casas de contratação por incluírem entre seus relacionados pessoas que não podem receber o subsídio e por formarem famílias falsas que se dispersam ao chegar ao porto.

b) Vapor *Holandia*, notação 13423, 12.08.1912

Possui 5 listagens, ao longo de 24 folhas manuscritas, contendo um total de 390 passageiros dos quais 144 são espontâneos e 246 são engajados. Dos engajados, 197 são portugueses e 49 de nacionalidades diversas. Dos espontâneos, 88 são portugueses e 56 vem de diferentes regiões da Europa.

A 1.^a listagem assinada pelo capitão aponta um total de 390 passageiros¹⁰. Em seu cabeçalho no entanto, ele informa que os passageiros transportados pelo vapor eram consignados à Sociedade Anônima Martinelli¹¹.

A 2.^a listagem é de contratados portugueses da Casa Orey e Antunes e Cia. e diz “*Lista dos passageiros embarcados por Orey, Antunes e Cia. por conta do governo dos Estados Unidos do Brazil a bordo do vapor Holanda sahido de Lisboa em 29 de junho de 1912*” perfazendo um total de 197 pessoas e 49 famílias. Destes é possível apurar pelo controle de passagem que 122 passagens eram inteiras, 31 meias, 23 quartas e 23 grátis. Sendo que deste número que perfaz 199 pessoas, apenas 2 pagaram suas passagens conforme explica a declaração do interprete Arthur H. Ferreira: “*atesto que os imigrantes contantes da presente lista de 197 cento e noventa e sete passageiros vieram no vapor hollandez ‘Hollandia’ entrado neste porto em 11 do corrente e declararam não terem pago as suas passagens*”.

A 3.^a listagem é do Loyde Holandês, “*Lista dos passageiros embarcados pelo Loyde Real Holandês por conta do Governo Federal dos Estados Unidos do Brazil, de acordo com o ajuste (a palavra contrato vem riscada) de 13 do 6 de 1912 no vapor holandês Holanda, sahido de Amsterdã em 24 do 7 de 1912*”, contendo contratados alemães, austríacos e holandeses, num total de 49 nomes, distribuídos em 8 famílias. Destes, 21 passagens são inteiras, 10 meias, 5 quartas e 1 grátis. Não há declarações sobre o pagamento ou não de passa-

gens. Seguem-se duas listagens de bagagens abrangendo um total de 80 nomes de chefes de famílias portugueses, especificando caixas, malotes, sacos e baús, algo inédito na amostra analisada. Diga-se que as duas são de responsabilidade de Antunes e Cia.

c) Vapor *Frísia*, notação 13172, 20.02.1912

Nesta relação, composta apenas por 6 folhas manuscritas, não encontramos traços do capitão, nem seu nome¹². Apresenta duas listagens, a 1.^a refere-se aos embarcados pela Casa Orey, Antunes e Cia. por conta do governo brasileiro. Essa listagem diferente das outras analisadas, não vem com assinatura do capitão nem foi visada pelo consulado local. Traz um total de 245 portugueses, 128 homens, 112 mulheres, 104 crianças divididos em 65 famílias. Sobre as passagens relatam que se tratam de 154 inteiras, 30 meias, 29 quartos e 33 gratuitas, dando a conta redonda de 245 passageiros. Não há nenhuma informação sobre o pagamento delas.

Segue uma 2.^a listagem, com o nome de 2 holandeses, e as assinaturas do vice-consul de Amsterdã, e um cabeçalho informando tratar-se de “*lista de passageiros embarcados pelo Loyde Real holandes por conta do Governo Federal da República dos Estados Unidos do Brasil em virtude do ajuste celebrado em 14 de novembro de 1910 pelo vapor Frísia sahído do porto de Amsterdã no dia 31 de janeiro de 1912 para o RJ.*” Ao final dessa listagem apresentam-se as assinaturas e a informação de que são passageiros chamados pelo Serviço de Povoamento.

Como é fácil perceber, do exame da documentação depreende-se imediatamente problemas quanto ao quantitativo embarcado, ao total de subsidiados, ao pagamento das passagens e ainda à questão referente à imigração familiar.

Há uma complicada “matemática de bordo” que faz com que os números quase nunca coincidam. No caso do vapor Hamburgo, dos 707 emigrantes relatados pelo capitão, 668 são contratados e 18 de responsabilidade do Serviço de Povoamento, o que nos faz crer que o pagamento de sua passagem seja por conta do governo. O intendente da imigração no porto do Rio de Janeiro declara que são apenas 614 subsidiados, número que bate com o total declarado pelas casas de contratação de passageiros que não pagaram suas passagens, e 18 fora do ajuste combinado com a frota que faz o transporte. O problema é saber que entre o total de engajados e o de subsidiados há uma diferença de 54 nomes dos quais nada se sabe e que estão arrolados nessas famílias que podem ser espontâneos que pagaram suas passagens ou não, mas sobre os quais o capitão silencia.

Outro problema verificado é que entre os 614 subsidiados, mais os 18 que estavam por conta do Serviço de Povoamento e o total de 707 passageiros relatados pelo capitão percebe-se uma diferença de 75 pessoas. Portanto há uma diferença de quantitativo acobertada por essas listagens que pode sugerir uma série de hipóteses inclusive clandestinos, que devem sua vida e presença no Brasil unicamente à convivência dos capitães com os agentes brasileiros e portugueses da imigração.

É preciso informar também que a maneira como a listagem é feita permite manipulação. No caso em tela, o capitão apresenta uma relação de emigrantes que começa na folha 1 com o número 1, e termina na folha 10 com o número 288. Já na folha 11 recomeça a listagem pelo número 105 vai até o 110 e recomeça em 289, sem nenhuma explicação para tal.

Também no caso do *vapor Holanda* encontramos este tipo de problema. Foram relatados 390 passageiros, consignados à Sociedade Anônima Martinelli assim que chegaram ao porto. Desses, 246 constam das listagens de contratados da Casa Orey e Antunes em Portugal e do Loyd Real Holandez. Em ambas, os passageiros estão por conta do governo brasileiro, do que se deduz que as passagens deveriam ser pagas por este governo. O que é confirmado pelas informações prestadas pelo capitão: o governo brasileiro pagava a passagem dessas pessoas e entregava-as para serem negociadas pela tal Sociedade Martinelli, da qual nada se sabe. Ainda, de acordo com o capitão, os contratos ou acertos firmados em Portugal e Holanda foram automaticamente repassados para a Sociedade Anônima Martinelli, não ficando claro qual o papel do governo brasileiro nessa transação. Ou seja, verifica-se uma relação comercial que envolve várias empresas e o próprio governo, e da qual pouco sabemos. Todo mundo ganha dinheiro e o governo brasileiro paga.

Em relação aos 144 emigrantes espontâneos nenhuma informação sobre a forma como se deu o pagamento das suas passagens.

De toda forma fica caracterizado como a importação de mão-de-obra européia virou um comércio intenso, e é bom recordar que estes são apenas 2 vapores, que entre tantos, aportaram no RJ no ano de 1912, 24 anos depois da escravidão.

Em relação ao quantitativo, também percebemos uma situação estranha. Pela listagem do Loyde Holandês, são 49 contratados com passagem a pagar, mas na coluna que se refere às passagens, os contratadores informam que são 21 passagens inteiras, 10 meias, 5 quartas e apenas 1 grátis, num total de 37 passagens. Portanto 12 passageiros foram omitidos dessa listagem. Por quê? A documentação silencia sobre eles.

Quanto ao *vapor Frísia*, este escapa do descalabro numérico, porém é de estranhar o fato da listagem de engajados não ter sido visada.

O fato é que essas múltiplas listagens acabam confundindo o pesquisador e quem sabe confundiam o próprio intendente. Pode ser que sejam uma exigência da legislação para evitar fraudes. De toda forma traduzem uma matemática complicada que acaba se prestando ao encobrimento de clandestinos ou então a fazer o governo pagar mais passagens do que deveria. Assim é necessário aprofundar os estudos sobre o funcionamento interno dos órgãos que fiscalizavam a entrada de emigrantes para que se possa compreender plenamente a documentação.

Outro ponto importante suscitado pela investigação é o considerável número de idosos subsidiados. Deve-se dizer a emigração de idosos não é privilégio dos vapores que transportam mão-de-obra arregimentada pelas casas de contrata-

ção, mas nota-se uma concentração maior deles nesses vapores. Vejamos alguns exemplos.

No vapor *Hamburgo* vários casos podem ser arrolados, como Joaquim Henrique Paes, 67 anos e sua mulher Ana Machado de 56 anos viajando acompanhados pela filha Maria, de 15 anos; ou Bernardo José Teixeira, 67 anos e sua mulher Maria do Nascimento, de 57 anos, e o filho do casal Constantino de 41 anos; ou ainda o ancião Antônio Alves, 83 anos, casado e que aparentemente viajava sozinho. Neste vapor também encontra-se o caso contrário, um enorme número de crianças.

Da mesma forma, o vapor *Holandia* registra um número enorme de pessoas com idade superior a 50 anos emigrando como o casal Cesar Augusto e Anna, 52 e 51 anos respectivamente, jornaleiros, viajando com os filhos Maria 20 anos, José 16 anos, e Francisco 11 anos; ou Francisco Soares Faces, de 62 anos e sua companheira Maria de Jesus, 52 anos, mais os filhos Lucrecia, 23 anos, Maria 15 anos, Rosa 12 anos e Manuel, 11 anos. Acrescente-se também os casos de José Joaquim Almeida, 54 anos, casado com Emília de Jesus, 52 anos, seus filhos ou netos Augustino, 13 anos e Antônio Augusto, 8 anos; Eduardo Costa, 52 anos, casado com Ana Costa, 53 anos viajando com os filhos Teresa 18, Manoel 12, João 10 e Eduardo, de 7 anos. Registre-se também os casos de Rachel do Amaral, 50 anos, solteira, trabalhadora, José Coelho, 60 anos, trabalhador, e Manoel Antônio Pacheco, 58 anos, solteiro, os três desacompanhados.

Outra questão que afeta aos subsidiados é o elevado número de famílias. Tanto os vapores *Hamburgo*, como *Holandia* e o *Frísia* trazem predominantemente famílias. Cabe então algumas perguntas: idosos poderiam ser subsidiados? Compensava financeiramente a emigração de pessoas de idade elevada?

Sabemos que em Portugal do período, a emigração familiar era desencorajada pelas autoridades civis a fim de garantir a dispersão familiar e por conseguinte a continuidade das remessas, que como afirma Miriam Halpern, era “*suporte decisivo para o Estado e fator moderador das tensões sociais*”¹³.

Parece-me, pois, que há um número excessivo de subsídios e de famílias, o que é confirmado pelo intendente da imigração, Alfredo P. da Silva, que fiscalizou o vapor *Hamburgo*.

Em documentação contígua às listagens contidas neste vapor, o intendente declara:

“Cumpre-me declarar que os introdutores continuam a conceder passagens a pessoas que não podem ser aqui aceitas como imigrantes subsidiados, chegando a reunir homens e mulheres, completamente estranhos entre si, para formar uma e mais famílias, que neste porto se dispersam logo que desembarcam”.

Ora, Miriam H. Pereira, aborda insistentemente o desencontro entre as políticas emigratória/imigratórias de Brasil e Portugal como responsáveis pelo fluxo contínuo de saída de emigrantes portugueses para o Brasil. Do lado por-

tuguês uma legislação de repressão à emigração intercalada por práticas de tolerância a este movimento¹⁴. Do lado brasileiro, além da ausência de acordos bilaterais, podemos acreditar, se consideramos a declaração do intendente, que uma política indiscriminada de subvenções e burlas facilitou, de modo geral, a vinda de emigrantes para o Brasil.

Sabe-se que a partir da Proclamação da República, por força da pressão dos cafeicultores paulistas, vários decretos com intuito de estimular a imigração, como a naturalização maciça de estrangeiros declarada pelo governo provisório em 1890, a passagem das terras devolutas para as mãos dos Estados, determinada pela constituição de 1891 e a lei orçamentária de 1894, consubstanciaram a descentralização dos assuntos relativos à imigração e colonização, que passaram assim às mãos dos Estados¹⁵.

No caso específico de São Paulo, a riqueza gerada pelo café garantiu a prática generalizada da subvenção, tanto da parte do estado como pela ação da iniciativa privada. Entre 1890 e 1930, dos 2.384.257 imigrantes chegados, 1 128 500 foram subsidiados e 1 227 661 são espontâneos. De modo que a subvenção teve um papel central para o sucesso da política imigratória paulista¹⁶.

Vale lembrar que em São Paulo o subsídio consistia no pagamento da viagem ao emigrante e suas famílias, no transporte do porto de Santos para a cidade de São Paulo e finalmente na hospedagem por certo período na hospedaria dos imigrantes.

Nos outros estados da federação, entretanto, a retirada do governo central do controle dos assuntos de imigração e colonização produziram o efeito contrário dada a falta de recursos. Somente em 1907, houve a retomada de uma política imigratória controlada pela União¹⁷, com a definição através de decretos e regulamentos de quem é o emigrante, sobre seu transporte, a regulamentação dos contratos e a concessão de subsídios à empresas de navegação e companhias introdutoras de imigrantes, houve uma elevação da emigração que atingiu seu pico em 1913¹⁸.

Contudo os contornos dessa política não estão bem definidos demandando estudos mais profundos sobre a legislação imperial, republicana e provincial do período, sobretudo para o Rio de Janeiro.

Paralelo ao problema das subvenções, é facilmente perceptível que a arregimentação de idosos e a manipulação dos arranjos familiares, mesmo que elas não sejam a tendência predominante da emigração do período, eram formas das companhias contratadoras de mão-de-obra e dos capitães auferirem lucros extras.

De outro modo, é possível que, à semelhança da economia escravista, a entrada maciça e indiscriminada de emigrantes seja uma garantia de salários baixos e alta lucratividade dos fazendeiros, traduzindo-se, pois, numa política consciente¹⁹.

Ainda sobre os subsídios. Na documentação analisada do vapor *Hamburgo*, o intendente declara que 18 emigrantes estão fora do *ajuste*²⁰, que é a forma como as companhias de contratação falam da relação comercial com o governo federal. Todavia não esclarece porquê. Porém, a comparação desse fato com a

massa crítica gerada pelo conjunto da amostra pode trazer alguma luz sobre a questão. Vejamos um caso.

O vapor *Malange*, notação 4903, que aportou no RJ em 10/11/1892, proveniente da Ilha da Madeira, trouxe 359 passageiros, dos quais 134 foram engajados por José Antunes dos Santos e Cia. e transferidos à Companhia Metropolitana no Rio Janeiro.

Dentre os passageiros analisados nesse vapor identificamos 6 casos de famílias que viajavam por conta do contrato e que tinham algum dos seus membros impedidos de receber subvenção. Este são os casos de Maria Augusta de Freitas, natural da freguesia de Câmara de Lobos, casada e lavradora, “*vai em companhia do marido Manuel Glicério cujo pagou sua passagem por não dar direito a subsídio por já ter estado no Brasil*”; Justina Pereira Braz, 37 anos, natural da Calheta, casada, lavradora, viajando com a filha Maria de 3 anos e a sobrinha Luíza, de 14 anos “*vão em companhia de seu marido, pai, e tio José Gomes de Castro cujo pagou a sua passagem por não ter direito a subsídio por já ter estado no Brasil*”; ou ainda, Ana, 35 anos, viajando com o filho Antônio de 12 anos, a cunhada Antônia de 19 anos, “*vão em companhia de seu pai, avô e sogro Manuel Nunes cujo pagou a sua passagem por não ter direito a subsídio por já ter estado no Brasil. A nora Antônia vai por carta de chamada de seu marido José Nunes Vianna que se acha no Estado do Rio de Janeiro*”.

A partir do exposto, uma interpretação plausível para os 18 casos citados pelo intendente, seja de pessoas que não poderiam receber subsídio por já terem estado no Brasil, e isso aponta outra questão, que é a da re-imigração e sobre a qual não existem estatísticas prontas.

A questão do subsídio suscita ainda outro problema. Da mesma forma que alguns vêm por contrato com alguma companhia, outros emigrantes vêm por ofício especial do Serviço de Povoamento, como é o caso de Inácia Roza, ofício 1229, de 1/8/1911; Anna da Silva, 20 anos, Bernardino, 2 anos, João, 4 meses, também chamados pelo ofício 1229. Essa também é a situação de Ligia Simões de Jesus, 24 anos e seus filhos José, 4 anos, e Joaquim, 2 anos “ofício 666, de 15-4-1912” (vapor *Hamburgo*; vapor *Holandia*, respectivamente). Trata-se de saber se esses imigrantes eram destinados a núcleos de povoamento em regiões de fronteiras ou para substituição da mão-de-obra como os demais emigrantes. A resposta a essa questão é importante para se verificar possíveis ambigüidades da política imigratória brasileira.

Essa questão assinala outro problema da documentação, qual seja, o silêncio que existe nas relações sobre o destino desses emigrantes. Em pouquíssimos casos existem anotações acerca do lugar para onde se dirigiram após o desembarque. No caso do vapor *Holandia*, dos 390 emigrantes desembarcados sabemos o destino final de apenas 20 pessoas, a saber, das famílias de José da Costa (4 pessoas), de Alberto Marques (2 pessoas), de José Joaquim de Almeida (4 pessoas), Eduardo de Castro (6 pessoas) e Manuel dos Santos (4 pessoas). Em todos esses casos segue anotação “*na capital*”. Sobre os demais nenhuma referência.

Sabemos por intermédio de documentação do consulado português no Rio de Janeiro que a seguir ao desembarque ocorria um verdadeiro leilão de pessoas, quando engajadores locais invadiam os navios e contratavam emigrantes que poderiam ser empregados no comércio local ou enviados para alguma fazenda da região²¹. Há também aqueles que migram para outras regiões do país.

Sabe-se também que ao menos no Rio de Janeiro e São Paulo, boa parcela dos portugueses, em que pese o fato de serem agricultores, empregaram-se no comércio transformando a experiência da emigração numa oportunidade de urbanização e por conseguinte, modernização das suas vidas²². Importa saber o destino final desses emigrantes tanto para efeito da sua atuação no mercado de trabalho urbano e fixação na cidade, como no desenvolvimento da agricultura do período, assim como das formas de migração dessa mão de obra para outras regiões.

Finalmente, a documentação sugere a questão da superlotação dos vapores. No *Hamburgo* são 707 emigrantes, 100 tripulantes e um quantitativo de 22 passageiros de 1.^a e 2.^a classe. Assim uma população de quase 1000 pessoas, atravessou o oceano em 28 dias de navegação. Nenhuma palavra do capitão sobre as ocorrências da viagem, mortes, partos ou brigas internas.

Da mesma forma nenhuma palavra do intendente sobre as condições em que se encontravam aquelas pessoas no momento do desembarque. Silêncio absoluto do médico de bordo. Talvez haja um acordo tácito entre as autoridades envolvidas para deixar seguir um navio possivelmente lotado, ignorando os riscos à saúde e à integridade dessas pessoas, quando havia uma legislação portuguesa que regulava normas de higiene e de lotação desses navios.

Evidencia-se também a tolerância do governo brasileiro a esta situação. A análise de diversos documentos reportam à descrição desse transporte como “*indústria de gado humano*”, e às frequentes denúncias que existiam contra a Casa Orey e Antunes e Cia. por burlar as leis e superlotar navios²³.

Também não é possível deixar escapar a contraposição entre os 707 passageiros, de diferentes origens nacionais, comprimidos no diminuto espaço de 3.^a classe e os 22 da 1.^a, que desenhavam um quadro terrível de superexploração dos emigrantes. Ou seja, a análise dessa documentação também fornece pistas para a investigação acerca da sociabilidade nos vapores de emigrantes.

CONCLUSÃO

Conforme evidenciado, o estudo da documentação sobre a entrada de engajados no Brasil aponta para a convivência entre engajadores, capitães e autoridades dos dois lados do Atlântico no transporte e acobertamento de clandestinos, através da manipulação das listagens, assim como das condições precárias da viagem. De outro modo, chama a atenção para a prática excessiva de subvenções como meio de garantir a entrada contínua de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro da época.

É mister pois o estudo aprofundado da legislação brasileira e dos órgãos de imigração, tanto no âmbito federal como no provincial; assim como da política de subvenções praticadas pelo estado e por particulares, e ainda a investigação percuciente dos negócios existentes entre o governo e as empresas contratadoras, a fim de que possamos compreender melhor a complexa teia de relações que envolviam a um só tempo casas de contratação-capitães de navios-contratadores de mão de obra no Brasil e as situações vividas pelos engajados e suas famílias.

FONTES

Arquivo Nacional/DPMAF – notação 1789.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 1723.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 1802.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 4812.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 4863.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 49/03.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 4905.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 7880.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 8040.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 8121.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 7962.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 13172.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 13186.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 13206.
 Arquivo Nacional/DPMAF – notação 13423.

BIBLIOGRAFIA

VIOTTI, Emília (1977), *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: Grijalbo.
 LOBO, Eulália (2001), *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
 MENEZES, Lená Medeiros de (2000), “Jovens Portugueses: Histórias de Trabalho, Histórias de sucesso, Histórias de Fracassos”, in *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*, org. Ângela de Castro Gomes, Rio de Janeiro.
 OLIVEIRA, Lúcia Lippi (2001), *O Brasil dos Imigrantes*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
 PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Lisboa: A Regra do Jogo.
 PETRONE, Maria Teresa (1977), “Imigração”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, org. Boris Fausto, São Paulo: 3.^a ed., tomo III, II Volume, cap. 3.
 VENÂNCIO, Renato (2000), “A Imigração Portuguesa (1822-1930)”, in *Revista Oceano*, n.º 44, Lisboa.

NOTAS

- 1 A. N., not. 13172, not. 13186 e not. 13423.
- 2 PEREIRA, 1981.
- 3 PEREIRA, 1981: 24.

- 4 Maria Teresa Petrone, é uma das poucas autoras que aponta para o problema da re-imigração (PETRONE, 1977). A considerar também o problema dos duplos registros, visto que o recém-chegado poderia ser registrado em vários livros e órgãos ao mesmo tempo. Ver Departamento Nacional do Povoamento. Inventário Simples. Arquivo Nacional, 1992.
- 5 VENÂNCIO, 2000.
- 6 Levantamento realizado no Setor de Documentos Escritos do Arquivo Nacional sob coordenação geral da Prof. Ismênia de Lima Martins. A relação dos vapores analisados encontra-se ao final do artigo.
- 7 Atente-se para o cabeçalho de uma das listagens que integra a documentação do vapor *Frísia*: “Lista de passageiros embarcados pelo Loyd Real holandês por conta do governo federal da república dos Estados Unidos do Brasil”.
- 8 Observe-se o cabeçalho de uma das listagens que integram a documentação da Rv: “Lista dos emigrantes, que em 10 de Novembro de 1892, seguem viagem da Ilha da Madeira para o Estado do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, no vapor português Malange por conta do contrato celebrado pelo governo dos Estados Unidos do Brasil com a Frota (ilegível), em 8 de Outubro de 1890, transferido à Companhia Metropolitana e remetidos por José Antunes dos Santos e Cia., a saber...” (A. N., de 10.11.1892, not. 4903). Vale lembrar que Emília Viotti da Costa ao estudar o sistema de parceria entre colonos europeus e cafeicultores da 2.^a metade do século XIX aborda os negócios da Vergueiros e Cia na contratação e repasse desses imigrantes (VIOTTI, 1977: 149-177).
- 9 Foram vários os órgãos criados para atender à demanda sobre a questão imigratória no Brasil desde a 2.^a metade do século XIX. Muitos desses órgãos aos serem criados incorporavam as atribuições do órgão que sucediam, ou então passavam a dividir a responsabilidade sobre o assunto com novíssimos órgãos. Tal situação acabou multiplicando os livros de registros sobre a entrada de imigrantes no Brasil e produzindo uma vasta documentação ainda não compulsada. No período específico que compreende essa pesquisa, 1872-1912, os assuntos relativos à imigração estavam a cargo da Inspeção Geral de Terras e Colonização (1876-1896), a Diretoria Geral da Indústria (1897-1906), Diretoria Geral do Serviço de Povoamento (1906-1909) e finalmente Diretoria Geral do Povoamento do Solo (1909-1918).
- 10 Na relação foram relacionados 392 dos quais dois não embarcaram, isso é importante porque vai aparecer no computo final das passagens.
- 11 Dos vapores analisados essa foi a única menção à referida sociedade.
- 12 Pode ser que parte da documentação tenha se perdido.
- 13 PEREIRA, 1981: 121.
- 14 PEREIRA, 1981: 10-16.
- 15 PETRONE, 1977: 98-99.
- 16 PETRONE, 1977: 108. São números específicos de São Paulo, desconheço estudos paralelos para o Rio de Janeiro.
- 17 Trata-se da criação da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, que de acordo com dados do Arquivo Nacional foi criado em 1906, e pelos dados apresentados por Petrone, em 1907.
- 18 PETRONE, 1977: 108-109.
- 19 PETRONE, 1977: 109.
- 20 O que é precisamente o ajuste não sabemos, mas supõe-se que seja o contrato das cias. com o governo federal tanto para arrematar m.d.o como para transportar os emigrantes. Esse é o termo utilizado nas listagens. Vimos casos de estar impressa a palavra contrato, riscada e com a superposição da palavra ajuste a caneta. Somente o estudo peruciente da documentação e dos contratos das cias. vai explicar as minúcuas dessa relação.
- 21 PEREIRA, 1981: 109.
- 22 LOBO, 2001; MENEZES, 2000.
- 23 Veja-se a Carta da Legação de Buenos Aires ao Ministro de Negócios Estrangeiros, de 22 de Dezembro de 1924, apresentado na íntegra por Miriam Halpern Pereira (PEREIRA, 1981: 241).

A EMIGRAÇÃO DE VILA DO CONDE PARA O BRASIL (1865-1875)

*Maria Adelina Azevedo Piloto
António Monteiro dos Santos*

INTRODUÇÃO

Vila do Conde é uma pequena cidade situada no litoral noroeste português, a cerca de 20 km da grande metrópole nortenha, a cidade do Porto, pólo aglutinador por excelência de toda a região. Tem actualmente 80 mil habitantes, disseminados pelas 30 freguesias que formam o seu concelho. É uma cidade com uma vocação marítima por excelência. A emigração de Vila do Conde para o Brasil começou bem cedo. Já no século XVI, encontramos referido nas fontes o nome de Manuel Gonçalves, piloto e patrão da capitania de Pernambuco no tempo de um dos filhos do primeiro donatário, D. Duarte Coelho. Manuel Gonçalves foi segundo marido da vilacondense Isabel de Oliveira¹ e era já falecido no ano de 1625.

Manuel Gonçalves é, tudo leva a crer, o primeiro, o mais antigo emigrante brasileiro oriundo da terra de Vila do Conde.

Vila do Conde possui um Arquivo Histórico com um valioso e avultado espólio. O fundo de Administração do Concelho integra 27 livros de Termos de Responsabilidade e Fiança que se distendem temporalmente de 1865 até 1913. Foi esta fonte manuscrita e original, redigida com certa clareza e minúcia, que serviu de base ao nosso trabalho de investigação. Para além disso, o recurso a outras fontes subsidiárias² foi uma constante em todo o processo de investigação, permitindo-nos o conhecimento do enquadramento legal, os ritmos e condições do fluxo migratório, a vivência, a integração e relacionamento entabulado com o país de acolhimento, assim como os laços que os emigrantes mantinham com a terra natal.

O estudo desenvolvido permitiu-nos obter uma variedade informativa, tal como: data do pedido para embarque; nome do emigrante; idade; nome das pessoas envolvidas no que toca a consentimento e fiança e seu parentesco com o emigrante; nome da pessoa que o esperava do outro lado do oceano, o destino geográfico do emigrante, qual o estado do Brasil, ou cidade que ia acolher o emigrante vilacondense, e ainda nalguns casos, não muitos, quem era o pagador da passagem.

FLUXO MIGRATÓRIO VILACONDENSE (1865-1875)

Na impossibilidade de apresentarmos nesta comunicação a corrente migratória numa perspectiva global, optamos por analisar detalhadamente o movimento migratório durante uma década (1865-1875), nas vinte freguesias que constam dos registos. Os resultados a que chegámos são os que podemos observar no quadro que se segue:

Tabela 1: Emigração anual por freguesias (1865/1875)

FREGUESIA	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	Total
Árvore	3	4	7	6	8	5	7	9	-	-	-	49
Azurara	1	8	5	10	6	10	21	4	-	-	-	65
Bagunte	3	3	8	3	2	3	2	3	7	-	-	34
Fajozes	1	8	3	6	6	4	4	9	6	2	8	57
Ferreiro	-	2	-	2	2	2	2	-	3	1	2	16
Fornelo	1	7	5	1	3	8	5	4	5	5	4	48
Gião	-	10	3	1	6	7	4	5	4	3	5	48
Guilhabreu	-	-	-	-	-	3	1	4	2	5	-	15
Junqueira	-	2	5	2	-	6	2	-	-	-	-	17
Labruje	-	-	-	-	-	-	-	9	4	2	1	16
Macieira	1	3	10	6	6	1	4	6	9	5	14	65
Malta	-	1	4	-	2	3	1	2	3	1	-	17
Mindelo	-	2	1	6	4	3	6	7	3	1	-	33
Modivas	1	1	4	3	6	2	5	4	6	1	-	33
Rio Mau	2	2	3	4	4	6	5	7	-	-	-	33
Touguinhó	1	1	2	1	2	6	4	-	-	-	-	17
Vairão	2	6	7	4	7	6	5	9	4	-	-	50
Vila Chã	4	7	8	3	5	2	2	3	-	-	-	34
Vila do Conde	6	38	35	44	37	25	40	27	24	6	-	282
Vilar	4	2	2	4	4	-	1	-	-	-	-	17
Total	30	107	112	106	110	102	121	112	80	32	34	946

Nos 10 anos em análise foi inventariado um total de 946 emigrantes, dispersos pelas vinte freguesias, sendo de realçar, naturalmente, o contingente maioritário da sede do concelho com 282 indivíduos. A antiga vila e actual cidade de Vila do Conde revelou, desde sempre, maior densidade demográfica, e um pendor por excelência para a mobilidade. Sucedem em volume as freguesias de Azurara e Macieira com um total de 65 elementos cada. Azurara é uma pequena terra, situada na margem sul do rio Ave, mesmo em frente à sede do concelho; desde sempre os seus naturais se mostraram muito inclinados à marinhagem e à aventura. Macieira é uma freguesia localizada na parte sul do

concelho, afastada do mar, de cariz exclusivamente rural. A freguesia de Guilhabreu situada no extremo sudeste do concelho foi a que registou o menor contingente, apenas 15 elementos. Tal volume deve-se em grande parte ao facto de ter sido integrada no concelho de Vila do Conde somente a 11 de Maio de 1870.

O fluxo migratório anual registou uma tendência progressiva entre 1865-1871, embora com ligeiras oscilações. Em 1871, foi atingido o pico com um total de 121 emigrantes. A partir de 1873 o decréscimo foi acentuado.

Estabelecendo a analogia do volume anual de emigrantes com o número de habitantes de cada localidade que nos é fornecido pelos censos de 1864 e 1878, verificamos que foram as freguesias de carácter eminentemente rural que mais engrossaram a aventura brasileira. A freguesia de Fajozes assume a dianteira, seguida por as de Macieira, Fornelo, Ferreiró e Árvore. Só depois se seguem em percentagem as freguesias de pendor marítimo como Vila Chã, Azurara e Vila do Conde.

Em conclusão, pode-se afirmar que na década em análise o fluxo migratório foi significativo: quase um milhar de pessoas foi atraído para terras brasileiras. Somente 10, das 30 freguesias que formam o concelho, não forneceram qualquer emigrante. Algumas dessas freguesias só em 1870 e 1871 foram integradas no concelho de Vila do Conde.

EMIGRAÇÃO CLANDESTINA

A cifra alcançada diz somente respeito àqueles que emigraram legalmente, mas muitos outros devem ter partido em transgressão da lei, metidos subrepticiamente nos porões dos navios, escondidos entre os pipos ou outros haveres, viajavam à mercê da sorte na esperança de alcançar no outro lado do Atlântico o bem-estar que escasseava na pátria. Quantos partiram clandestinamente? Com certeza muitos, ao certo nunca o saberemos.

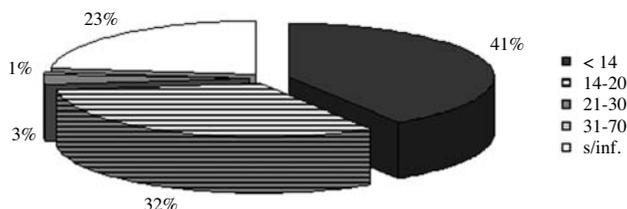
Conhecemos alguns documentos que vêm corroborar as nossas asserções como o ofício do Administrador do concelho de Vila do Conde enviado para o Governador Civil do Distrito do Porto, em 3 de Maio de 1859, que trasladamos: “Em resposta ao officio pela 1.º Repartição, n.º 414 em data de 26 de Abril findo em que se me ordena procedas as mais minuciosas averiguações para se saber se o embarque de 24 colonos sem passaporte que conduzio a Barca MONTEIRO 2.º – sahida desse porto no dia 13 de Janeiro findo teria tido lugar nas praias deste Concelho ou em alguma outra, cumpre-me participar a V. Exa. que tendo procedido às necessárias averiguações nas freguesias do littoral deste Concelho desde Villa Chaã até ao lugar da Cachina, onde à apenas piquenos barcos ou miranços de conduzir argaço, não à em ponto algum do littoral o menor conhecimeto, noticia ou edeia de semelhante embarque, nem couza alguma consta a semelhante respeito”³. Para além deste testemunho, existem outros no mesmo sentido, confirmadores da emigração clandestina, num total de cinco, datados de 5 de Março e 10 de Outubro de 1857, e um outro de 3 de

Maio de 1859⁴. É pois pertinente concluir da existência de uma movimentação ilegal, clandestina, na emigração do século XIX para o Brasil.

Tabela 2: Estrutura etária dos emigrantes

IDADE	NÚMERO	%
<14	393	41
14-20	301	32
21-30	26	3
31-70	6	1
s/ inf.	220	23
Total	946	100

Gráfico 1: Idade dos emigrantes



Como se pode observar na tabela 2 e gráfico 1, a maioria dos emigrantes eram menores de 14 anos, rapazes imberbes afastados precocemente dos pais que iam tornar-se moços à frente das pequenas baiúcas de comes e bebes, de lojas de tecidos e outros artigos, caixeiros nos secos e molhados, e outros, bem mais desafortunados, a carpirem os seus desgostos nos sertões, nos seringais e nas ruas das grandes cidades. Apesar do sofrimento por que passavam, a vida por cá não tinha futuro, lá fora acenava o progresso, o bem-estar e a fortuna.

Em segundo lugar, temos o grupo dos jovens entre os 14 e os 20 anos, com um total de 301 elementos. Muitos deles, com certeza, apanhados pelas redes de engajamento, fugindo ao recrutamento militar, mas já em idade de prestar fiança (pela lei de 4 de Junho de 1859, o limite mínimo para a imposição de fianças ao recrutamento passa para os 14 anos). Sucede-se em importância numérica, mas muito afastada da anterior, os emigrantes entre os 21 e os 30 anos, com apenas 26 pessoas.

Na última posição está o grupo dos que têm entre 31 e 70 anos. Trata-se de uma faixa diminuta, com apenas um total de seis elementos. Lamentavelmente, para um grupo expressivo, composto por 220 pessoas, não dispomos de informação.

Devido à idade precoce da maioria dos emigrantes é lícito concluir que se tratava de jovens solteiros, embora as fontes consultadas nada refiram a esse propósito. O fluxo migratório do concelho de Vila do Conde para o Brasil, à

semelhança do que se passava no resto do país, foi um movimento predominantemente masculino. O jovem solteiro tinha espírito mais aventureiro, estava mais predisposto a correr riscos.

A emigração feminina no concelho de Vila do Conde seguiu a tendência dos outros concelhos do distrito do Porto, e mesmo de todo o norte do país. Foi uma emigração reduzidíssima, que em Vila do Conde se cifra apenas em 6 pessoas no período em estudo, e nestas ainda, duas meninas menores de 6 anos de idade. Não queremos, no entanto, deixar de nos referirmos a estas seis situações, pelo que passamos a indicar os elementos identificativos de cada uma delas, por ordem alfabética:

- Albina Rosa, órfã, com registo datado de 8.04.1870, menor de 20 anos, natural de Modivas, partiu para a companhia de seu pai José dos Reis, que se encontrava na cidade de Pelotas, tendo assumido o embarque José Rocha, o seu tutor.
- Filomena do Amor Divino e Lima, órfã de João Vieira Lima e de sua esposa.
- Maria do Amor Divino, menor de 14 anos, natural de Vila do Conde, cuja responsabilidade da partida foi de sua avó.
- Viúva, Maria Madalena, sendo o seu registo datado de 22/03/1871, e foi recomendada a sua madrinha Ana Perpétua Miranda e Silva.
- Libânia do Nascimento que embarcou com duas filhas menores de 6 anos, de Vila do Conde, na companhia do marido João José Baptista, com registo de 13.04.1867, sem indicação do destino.
- Por último, D. Rita Joaquina dos Santos Silva, de Vila do Conde, registo de 9/05/1868, tendo por fiador José Maria Gonçalves da Costa, e partiu para a companhia do marido, “onde já estivera”, sem dizer onde, acrescenta o registo.

Temos, assim, a emigração feminina para o Brasil do concelho de Vila do Conde, na década de 1865-1875. É bem pouco significativa, parece confirmar o tradicional anécdotico popular: “A mulher quer-se em casa e o homem na praça”. Só muito mais tarde é que surgiu para as mulheres a possibilidade de emigrarem, com o advento da sua liberdade.

O emigrante do sexo feminino e casado tinha de ter carta ou ordem do marido. No caso de menores tornava-se necessário prova de consentimento do pai, tutor, ou juiz. Caso já tivessem mais de catorze anos e sem terem sido ainda chamados ao serviço militar, era requerido o consentimento do pai, ou da mãe, ou tutor e ainda lhes era exigido uma fiança para garantir a sua participação no serviço militar efectivo.

Nos momentos em que está em discussão no Parlamento a problemática do recrutamento militar, nota-se um certo recrudescimento de emigrantes com idades próximas do serviço militar. Pode-se inferir que alguns condicionais burocráticos tinham repercussão no fluxo etário emigratório.

Os homens casados, para emigrarem tinham de ter um termo de consentimento da esposa.

O homem português, nas suas incessantes deambulações migratórias, viajou quase sempre desprovido de companhia feminina, daí a tendência para estabelecerem facilmente relações amorosas com as moças naturais dos países de acolhimento, disseminando pelos quatro cantos do mundo, numerosa prole. No caso de serem casados, partiam geralmente sozinhos deixando para trás a família, e só quando a vida corria a jeito, mandavam a “carta de chamada” para o seu reagrupamento posterior.

A partida destes mancebos solteiros na busca do *Eldorado* brasileiro, ajustava-se às tradições maiatas de indivisibilidade do património familiar. Embora o direito de morgadio tenha sido extinto oficialmente pelo Decreto do Mouzinho da Silveira, de 4 de Abril de 1835, na prática, ele continuou a vigorar, resistindo a todas as mutações sofridas pela sociedade do Entre o Douro e Minho. Como escreve Eugénio Andrea, “ninguém protesta pois sobreleva o interesse da Casa”⁵.

A emigração em massa de solteiros do sexo masculino, provocou também a distorção da relação matrimonial, o desequilíbrio entre os sexos e condenou muitas jovens ao celibato forçado.

FIADORES

A lei exigia ao emigrante que ainda não atingira a idade do serviço militar, para além da sempre imprescindível autorização dos pais, caso fossem ambos vivos, ou de um só dos progenitores na eventualidade do falecimento de um deles, a existência de um fiador, que garantiria a prestação de uma fiança, comprometendo-se perante as autoridades a responder em nome do emigrante, caso nas sortes fosse designado para o exército ou marinha. Buscava o emigrante e seus familiares para essa responsável função as pessoas credíveis e idóneas, pela sua posição económica e social. E assim vamos encontrar entre os fiadores os nomes das pessoas que gozavam de maior prestígio e reputação na sociedade local, como proprietários, capitalistas, gente de pequeno e médio comércio, lavradores abastados, políticos e sacerdotes. Sem podermos ser exaustivos, aqui ficam registados os nomes de alguns fiadores mais proeminentes.

Da freguesia de Azurara destacamos:

- António Gonçalves Rocha, pessoa bem quista da população, irmão de Manuel Gonçalves Rocha, que foi vice-cônsul do Brasil, em Azurara.
- Narciso António Campos, um armador de navios, que exercia a sua actividade em sociedade com um seu irmão, Joaquim António Campos, conceituado emigrante em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- João Lopes Baptista, conceituado comerciante em Vila do Conde, foi um fervoroso devoto do padroeiro da cidade, S. João Baptista. Por altura da

festa ao Santo, venerava-o com tronos e cascatas e promovia animados descantes. Na hora do seu passamento legou todos os seus bens ao santo da sua particular devoção, da Igreja Matriz de Vila do Conde.

- Manuel da Silva Mafra, oriundo da vila da Ericeira, casou em Azurara, dando origem à família Mafra, que se notabilizou com a criação do famoso conjunto de música popular – António Mafra. Foi mestre de navios de cabotagem.
- António Lopes Duarte, emigrou para o Brasil, onde casou com D. Maria da Conceição Lordelo, natural do Rio de Janeiro. Deste enlace matrimonial nasceram vários filhos, um deles contraiu conúbio com uma senhora da ilustre e influente família dos Vasconcelos, com casa senhorial em Azurara e Vila do Conde. Regressou para exercer a actividade de armador de navios. Mercê destas influências passaram a ser alcunhados como os *Manducos*.

Em Vila do Conde, como é compreensível, devido ao maior número de emigrantes, deparamo-nos com um leque de fiadores mais diversificado:

- José Fernandes Tomé da Silva foi Amanuense da Roda dos Expostos, um edil com a responsabilidade de orientar e gerir o albergue que acolhia as crianças vítimas do infortúnio e postergação. Esta instituição debateu-se ao longo dos seus vinte anos de efectivo funcionamento com graves carências económicas, tendo ele adiantado por diversas vezes as verbas necessárias para suprir as mais prementes necessidades, assegurando dessa forma a continuidade deste estabelecimento de assistência, numa sociedade pouco atreita a este tipo de filantropia.
- Manuel António Pereira, que exerceu a função de secretário da Câmara Municipal de Vila do Conde, foi pai de vários emigrantes brasileiros. Um deles, ordenado sacerdote católico, veio posteriormente a abraçar o protestantismo.
- José Martins de Araújo, oriundo da freguesia de Touguinhó, foi um afamado construtor naval, conjuntamente com outros elementos da família.
- José do Nascimento Castelo, originário da vila da Ericeira, era filho do piloto-mór da barra de Vila do Conde, Manuel do Nascimento Castelo. Foi um rico proprietário, com negócios ligados ao mar. Possuía várias casas, entre elas aquela onde residiu Antero de Quental de 1881 até 1891.
- Marcelino Lourenço Gomes que era natural da freguesia de Árvore. A sua família era exímia no fabrico de relógios de caixa alta, de que se conhecem pouquíssimos exemplares. Fez parte de várias Câmaras, alcançando-se à presidência da Autarquia.
- José Maria Pereira de Andrade foi um conceituado mestre de carpintaria. Dos vários filhos havidos do seu casamento, um distinguiu-se como caudado, e um outro foi Prior de Vila do Conde, cargo bem importante no arcebispado de Braga.

- Joaquim Felismino Gomes, comerciante na cidade, adquiriu razoável fortuna, que lhe permitiu, entre outros, comprar terrenos onde hoje estão situados os estaleiros navais na margem esquerda do rio Ave, em Azurara. Homem dado à cultura e à política, foi o fundador do primeiro jornal que se publicou em Vila do Conde *O Correio do Ave*.
- João Pereira Leite Pita de Ortigueira Negrão foi um dos últimos governadores militares do Castelo da Vila (1875), tendo atingido a patente de tenente-coronel. Seu pai, Manuel Joaquim, doutor em direito civil e canónico, entre outros honrosos cargos desempenhou o de desembargador da Relação e Casa do Porto e foi, em 1808, aquando das invasões francesas, secretário de estado dos negócios políticos e da guerra da Junta Provisional do Governo Supremo do Porto. Seu irmão José esteve exilado em Inglaterra e fez parte do Batalhão Académico que desembarcou na praia de Pampelido, no dia 8 de Julho de 1832.
- Dr. Bento de Freitas Soares, nascido em Vila do Conde, de família dedicada ao pequeno comércio ligado ao mar. É, de entre todos os fiadores, aquele que atingiu uma maior auréola de notoriedade. Foi um estudante brilhante, um médico distinto, um homem probo, um coração vibrátil e generoso, enfim uma marcante personalidade humanística. Como político foi respeitado e admirado por todos, até mesmo pelos seus adversários partidários. Militou no Partido Regenerador, foi Presidente da Câmara de Vila do Conde, Deputado às Cortes, Par do Reino e Governador Civil do Porto. Nesta qualidade protagonizou uma batalha contra a emigração clandestina. Terminou a sua carreira pública como Director da Alfândega do Porto⁶.

Os emigrantes brasileiros abonados pelas individualidades que acabámos de nomear eram, por certo, filhos de famílias dignas da maior estima e confiança e da mesma forma iam dirigidos e recomendados a pessoas já bem estabelecidas na sociedade brasileira, que usufruíam de um estatuto sócio-económico gratificante e honroso. Assim, tanto ou mais importante do que ter um bom fiador, que abonava a partida do quase sempre jovem emigrante, era poder contar do outro lado do Atlântico, à chegada, com um abraço amigo e um bom emprego assegurado.

RECOMENDAÇÃO

Na grande parte dos casos os que partiam iam recomendados quase sempre a parentes, mais ou menos directos, pai, irmão e tios. Em alguns casos esporádicos, os que acolhiam o jovem eram apenas amigos, conhecidos e conterrâneos. É lícito deduzir que estes emigrantes devidamente encaminhados para parentes e amigos, teriam, à priori, a vida mais facilitada, mas muitos outros lançavam-se à aventura brasileira sem a mais pequena ajuda, completamente

entregues a si próprios, partiam ao sabor da sorte, levando apenas a esperança de uma vida melhor, e até fazer fortuna, e um dia regressar à terra que os viu nascer. A miséria que reinava na pátria impulsionava-os para o “Novo Mundo”, onde havia carência de mão-de-obra obediente, capaz e barata. Tudo girava num mar de interesses, nem sempre justos nem recíprocos, mas quem tinha necessidade a tudo se sujeitava.

Apesar de terem sido promulgados vários diplomas, ao longo de Oitocentos, a restringir a emigração, ela, na prática, como acabámos de comprovar, tinha o apoio de pessoas da mais elevada categoria e posição social. Políticos que alertavam para as consequências nefastas do fenómeno e produziam textos de diatribes aceradas, acabavam por ser fiadores; padres que no púlpito pregavam contra os desequilíbrios e os males da desvairada emigração que aos poucos ia exaurindo o melhor dos braços da pátria também prestaram fianças e acolheram os emigrantes.

No manancial dos que acolheram os emigrantes realçamos dois nomes, um por fazer parte de uma família que produziu toda uma geração de artistas, e outro pela sua condição de missionário:

- Frei Bento do Monte Carmelo Flores foi um frade carmelita que vivia no Convento da sua Ordem religiosa em Pernambuco. Para ao pé de si levou alguns filhos de seus patrícios, entre os quais o sobrinho Bento Luís de Aguiar, que se viria a distinguir entre a colónia portuguesa e a elite brasileira de Pernambuco.
- O outro vilacondense foi José Maria Pereira, filho de António Fernandes Pereira e Ana Rita de Jesus. Este casal teve uma prole de 14 filhos. José Maria cedo emigrou para o Rio de Janeiro, onde em loja de secos e molhados angariou razoável fortuna. Ao que parece era um *bon-vivant*, visitou a França mais do que uma vez. Em 18/07/1874, foi-lhe recomendado o conterrâneo Manuel Maria de Castro. José Maria Pereira foi o tio-avô do insigne escritor e poeta José Régio. Faleceu solteiro na sua terra natal e fez herdeira quase universal, a sua irmã Maria Libânia, a matriarca da família. É com este “Tio Brasileiro”, de quem Régio fala no romance “A Velha Casa”, que a família Pereira beneficia de ascensão económica e social.

Tabela 3: Destinos emigratórios por freguesias

FREGUESIA	Baía	Maranhão	Pará	Pelotas	Pernam- buco	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	“Brasil”	Totais
Árvore	3		1		15	3		10	17	49
Azurara					6	3	2	5	49	65
Bagunte	1	3		1	10		4	3	12	34
Fajozes	1	1			31		1	19	4	57
Ferreiró					8			5	3	16
Fornelo		1			21			18	8	48
Gião	2	3			15			13	15	48
Guilhabreu					5		9		1	15
Junqueira		4			3	1		4	5	17
Labruje							1	6	9	16
Macieira		5			35	4		16	5	65
Malta	1	5			7			3	1	17
Mindelo		4			17		1	8	3	33
Modivas		7	2	1	7			10	6	33
Rio Mau	4				8		1	4	16	33
Touguinhó					2	2	3	4	6	17
Vairão		1	1		22			21	5	50
Vila Chã	4	3			1	5		4	17	34
Vila do Conde			8	3	7		11	28	225	282
Vilar		3			1	1	9		3	17
Total	16	40	12	5	221	19	42	181	410	946

Como podemos observar na tabela 3, variados destinos atraíram os emigrantes vilacondenses. Da leitura e análise das fontes consultadas foram inventariados 9 destinos. A primazia vai para o destino indefinido de “Brasil”, com 410 casos. Englobámos nesta coluna não só os emigrantes que não indicaram o nome da cidade brasileira ou estado que os ia acolher, mas também os 250 casos que aparecem referidos nas fontes na década em estudo como destinados a qualquer navio.

Muitas vezes nos surgiu, efectivamente, nos livros de Termos de Responsabilidade e Fiança a expressão “qualquer navio” pretendendo significar as autorizações concedidas para fazerem parte da tripulação dos navios. Os indivíduos que solicitaram fiança e consentimento para embarcar em “qualquer navio” eram, na sua esmagadora maioria, oriundos de Azurara e de Vila do Conde, localidades com uma tradição marítima por excelência. Estes passaportes obedeciam a trâmites legais semelhantes a todos os outros. E para onde se destinaria a grande massa migratória que requereu tal concessão? Tudo leva a crer que tinham como primordial destino, diríamos quase exclusivo, as terras

de Vera Cruz. As razões são de todos conhecidas. Não resta qualquer dúvida de que ao longo dos séculos XVIII, XIX e até à década de 1860, nenhum país ou região do globo cativou os portugueses como o Brasil e a América do Sul. A corroborar tal realidade temos ainda a imprensa da época. Eis alguns casos demonstrativos das nossas asserções.

Em 1872, o jornal local *O Correio do Ave*⁷ anuncia que três embarcações – uma galera, um brigue e uma escuna – aceitam passageiros e carga para o Rio de Janeiro e para Pernambuco. Em 1888, dos sete vapores publicitados no *Jornal de Vila do Conde*⁸, cinco destinavam-se à carreira do Brasil, e em 1911, a Mala Real Inglesa anunciava no jornal *O Ave*⁹ que tinha disponíveis cinco barcos para passageiros ao Brasil e outros lugares da América do Sul. Sabemos também que alguns dos emigrantes vilacondenses embarcações tiraram o curso de mestrança, atingindo no Brasil a patente de oficiais.

Na segunda posição de grandeza surge-nos Pernambuco com 221 casos. Não conhecemos com exactidão o porquê desta escolha tão intensa. Supomos que aí se estabeleceu uma colónia de vilacondenses muito activa que incentivou a vinda de outros patrícios. Pernambuco era uma zona de grande comércio, razão pela qual era uma boa oportunidade para quem se abalançava a uma nova vida. Esta suposição é corroborada por um jornal nacionalista de Pernambuco que, em 1848, descrevia assim os ramos de negócio e os empregos que gerava: “Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se acham em Pernambuco e todas elas de estrangeiros (...) Lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa feita, de calçados, funileiros, tanoeiros, tudo é estrangeiro. Cada uma dessas casas tem 3 a 4 caixeiros todos portugueses; calculemos porém, a dois e teremos doze mil caixeiros com seis mil patrões, dezoito mil portugueses que nos excluem do comércio”¹⁰.

Esta panorâmica comercial de Pernambuco não podia deixar de ser do maior interesse para qualquer emigrante, e os vilacondenses por certo não enjeitaram a oportunidade que se lhes deparava, de singrarem no comércio, em vez de enfileirarem por outro tipo de actividades mais duras e menos gratificantes. Do que não resta dúvida é que a emigração vilacondense para Pernambuco foi importante. Bastará citar a grande obra aí realizada com a instituição do Real Hospital Português Beneficente em Pernambuco e analisar o nome dos nossos patrícios que o impulsionaram, desde a sua fundação. Aqui deixamos registados os que mais se notabilizaram: José Joaquim de Lima Vairão, da freguesia de Vairão; Joaquim Luís dos Santos Vila Verde, António Pedro de Souza Soares, José Antunes Palmeira¹¹ e seu sobrinho José Narciso Maia Palmeira, partidos da freguesia de Vilar; Comendador Fernando Faria Gonçalves Maia, da freguesia de Guilhabreu; Visconde de Santo Albino, da freguesia de Fajozes; Comendador Bento Luís de Aguiar e frei Bento do Monte Carmelo Flores, ambos naturais de Vila do Conde, tendo o último sido capelão e administrador do serviço interno do hospital¹².

Ainda na actualidade a ligação dos vilacondenses a Pernambuco é marcante, com muitos a exercerem aí a sua actividade nos mais diversos serviços, desde

simples empregados até grandes industriais bem colocados na sociedade. No próprio Hospital Português Beneficente em Pernambuco nunca se desvaneceu a ligação solidária; no momento presente o Provedor do hospital é um nosso compatriota da freguesia de S. Simão da Junqueira – Alberto Ferreira da Costa.

Em terceiro lugar, por ordem decrescente, situa-se a grande metrópole do Rio de Janeiro, com 181 indivíduos. O facto de o rei, a sua corte e muitas outras pessoas notáveis se terem estabelecido no Rio de Janeiro, a partir de 1808, contribuiu decisivamente para um progresso acentuado em todos os sectores, e consequentemente para o aumento da procura de mão-de-obra.

Continuando a analisar o quadro, encontramos o Rio Grande do Sul com um total de 42 emigrantes. A cidade do Maranhão foi também um outro pólo de acolhimento significativo, com 40 elementos. Depois, com uma soma pouco expressiva, surge-nos Porto Alegre e Baía com 19 e 16 pessoas, respectivamente, seguindo-se o Pará com 12 emigrantes e finalmente, Pelotas que acolheu somente 5 vilacondenses.

PAGAMENTO DA VIAGEM

No concernente ao pagamento da viagem, lamentavelmente, na maior parte dos casos as fontes são omissas. As escassas referências revelam-nos que as passagens eram pagas em alguns casos pelas próprias pessoas a quem os emigrantes iam recomendados, de preferência um português já há muito estabelecido nas terras de Vera Cruz, com consagrado estatuto sócioeconómico. Depois era-lhes descontado na soldada o estendiado pelo patrão. No caso de Vila do Conde, salientamos o recebedor Francisco Fernandes de Castro que em 2/04/1870 pagou a viagem a três menores de 14 anos. Na freguesia de Guilha-breu a viagem foi liquidada pelo Reitor da freguesia de Fornelo – Padre Francisco Pereira da Silva – que assim permitiu a concretização da ida para o Brasil do jovem Joaquim da Silva Campos.

Na maior parte dos casos, eram principalmente os familiares, sobretudo aqueles que já residiam no Brasil – salientando-se os irmãos, tios e pai – quem custeava por inteiro o valor da passagem a bordo do navio. Do que nos é dado perceber, um número expressivo de emigrantes viram as suas passagens pagas na origem, pelos seus pais, sem que o escrivão tenha feito o registo da respectiva ocorrência, talvez por o não achar necessário, na sua perspectiva isso se deduzia pelo consentimento e fiança dado pelos progenitores. Na freguesia de Vairão temos um caso em que o emigrante vê a sua ida ser paga pela sua “legítima materna”.

Estes resultados indiciam de que a emigração não foi protagonizada apenas pelos mais desprotegidos da sorte, até porque para emigrar era preciso ter alguns bens para através da venda ou penhora garantir o custo da viagem. Na década que tratamos (1865-1875) começou a industrialização em Vila do Conde. É em 1865 e nos anos posteriores que se instala, labora e afirma a primeira fábrica

de tecidos, uma das primeiras do norte do país, que viria a encerrar em 1972. Esta primeira fábrica, para além da laboração na sua unidade, dava trabalho ao domicílio. A fábrica entregava a matéria-prima a mulheres disseminadas pelas freguesias rurais que a transformava em tecido na sua própria casa, com a ajuda dos seus teares manuais. O início da industrialização em Vila do Conde não estancou o desejo da emigração para o Brasil, antes continuou com igual intensidade.

CONCLUSÃO

A investigação a que procedemos tendente à elaboração do presente trabalho teve como objectivo primordial proporcionar uma visão real e objectiva da problemática migratória para o Brasil, encarada numa perspectiva essencialmente histórica e social. A emigração vilacondense, no período em análise, foi marcadamente masculina, de jovens com menos de 14 anos de idade, solteiros, que se disseminaram por variados estados brasileiros.

O êxodo de portugueses para o Brasil na centúria de Oitocentos foi um dos problemas mais complexos da economia política. Razões de vária ordem contribuíram para essa realidade. Discordemos da opinião expressa no *Diário Ilustrado* quando afirma que não foi a falta de trabalho, nem os baixos salários, nem o excesso de população que levaram o homem à emigração voluntária, mas sim e unicamente a ambição desmedida¹³. Estamos convictos de que o fluxo migratório brasileiro se deve a uma multiplicidade de factores em que os de natureza económica desempenharam um papel predominante. Como refere Jorge Alves, a emigração é um fenómeno em que as condições do país de acolhimento também constituíram um factor importante na atracção dos emigrantes¹⁴.

FONTES

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Arquivo dos Condes de Azevedo, doc. avulsos, Testamento de Isabel Oliveira, s.c.

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Correspondência expedida para o Governo Civil, 2931.

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Correspondência expedida para o Governo Civil, 2932.

(O) *Ave*, n.º 253, 27.08.1911.

(O) *Correio do Ave*, n.º 7, 02.07.1872.

Diário Ilustrado, Lisboa, n.º 189, 07/01/1873.

Jornal de Vila do Conde, n.º 140, 13.10.1888.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
- ANDREA, Eugénio da Cunha Freitas (1960), *Costumes tradicionais da Maia, dotes, doações e sucessões*, Porto.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1972), *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. IV, S. Paulo.
- SILVA, Laurindo (1960), *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco no seu Primeiro Centenário (1855/1955)*, Recife.

NOTAS

- 1 Isabel de Oliveira faleceu a 5 de Março de 1626. No seu testamento feito a 13 de Janeiro de 1625, refere ter sido casada com Pedro Roíz e também “mulher que ultimamente foy de manoell Gonçalves pylloto e patrão que foy na Capitnny de pernãu bucu” (AHMVC, Arquivo dos Condes de Azevedo, doc. avulsos, Testamento de Isabel Oliveira, s.c.).
- 2 Entre outras, destacamos: Requerimentos e Petições, Copiadores, Registo Geral, Actas de Vereação da Câmara, Testamentos e Imprensa portuguesa e brasileira.
- 3 AHMVC, 2932.
- 4 AHMVC, 2931.
- 5 ANDREA, 1960.
- 6 Os dados referentes às individualidades citadas, fazem parte do arquivo particular de Adelina Piloto e de António Monteiro dos Santos.
- 7 *O Correio do Ave*, n.º 7, 02.07.1872.
- 8 *Jornal de Vila do Conde*, n.º 140, 13.10.1888.
- 9 *O Ave*, n.º 253, 27.08.1911.
- 10 HOLANDA, 1972: 230.
- 11 Tio-avô de Adelina Piloto, co-autora do presente trabalho.
- 12 SILVA, 1960.
- 13 *Diário Ilustrado*, n.º 189, 07.01.1873.
- 14 ALVES, 1994: 172.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL E A FUGA AO RECRUTAMENTO MILITAR – UMA QUESTÃO EM DEBATE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Isilda Braga da Costa Monteiro

Aberto aos olhares de todos a partir da galeria ou da imprensa escrita em expansão na segunda metade do século XIX, o Parlamento assume-se, no quadro do regime liberal, como o espaço centralizador e reflector das grandes e das pequenas questões nacionais, locais ou mesmo pessoais. Questões cuja discussão e consequente visibilidade pública os deputados gerem de acordo com os interesses políticos, corporativos ou outros, silenciando-as ou trazendo-as à discussão, com maior ou menor amplificação.

Entre as grandes questões que ao longo da segunda metade de Oitocentos são debatidas no Parlamento, o recrutamento militar reveste-se de especial importância, não apenas pelo facto de dele estar dependente a existência do Exército, a segurança e defesa nacionais, como também pelo seu impacto sobre o desenvolvimento económico e social de um país “tão avesso á vida militar”¹. Assim, o recrutamento considerado como uma questão de administração pública e como tal inscrito na área de competência do Ministério do Reino, para além de ser uma importante questão militar, galvanizadora das atenções dos oficiais do Exército que se sentavam no Parlamento, assumia-se sobretudo como uma questão política e ideológica de primeira importância em que os deputados, apaixonadamente, interviam. Para estes últimos, mais do que um fim em si mesmo, o recrutamento era um meio para atingir determinados objectivos considerados essenciais para o completo sucesso da mudança política introduzida no país após 1820. Mais ainda: a injustiça e a prepotência que o recrutamento militar desde há muito representava para a população, tornava-o a bandeira por excelência de um regime apostado em construir um país novo, assente nos princípios da liberdade e da igualdade.

O serviço militar, consignado na Carta Constitucional² como um dever de cidadania, era sentido pela população como um ónus pesado, denominado significativamente de “tributo de sangue”. Uma terminologia forte que, por si só, demonstra a carga negativa que detinha junto da população, tanto mais que os portugueses, na segunda metade do século XIX, não se confrontaram com a necessidade de defender o território continental de agressões exteriores e não sentiram, por isso, como outros países europeus, a necessidade de pegar em

armas e de se colocar sob a protecção do Exército, valorizando o seu papel e o dos militares que o integravam. Sem se aperceber das vantagens da manutenção de uma força militar em número suficiente e bem organizada, a população sentia apenas as desvantagens da interferência do serviço militar no seu quotidiano familiar, a dureza das condições em que era cumprido, as incertezas quanto à sua duração e a injustiça da sua aplicação.

Afastando-se progressivamente, pelo menos ao nível da legislação, do recrutamento “a cordel” que, ao longo de muito tempo, arrebanhara os mais desfavorecidos da sociedade levando-os para as fileiras de um Exército a que todos pretendiam fugir, procurou-se ao longo da segunda metade de Oitocentos, construir um outro sistema mais em consonância com os novos princípios políticos. Um sistema que permitisse recensear todos aqueles que, independentemente da sua condição social, preenchessem os requisitos legais para o cumprir, submetendo-os depois a um sorteio que determinasse quem iria, cumprir, efectivamente, o serviço militar. Limitado pelo orçamento que cabia ao Ministério da Guerra e do qual saía a verba para a manutenção do Exército, a força militar restringia-se ao número definido anualmente pelo Parlamento sob proposta governamental o que, na segunda metade do século XIX, varia entre os 24 e 30 mil efectivos. Era em função deste valor que se determinava o contingente anual, que entre 1856 e 1872, se contabiliza num máximo de 10 mil homens (em 1856, 1869 e 1872) e um mínimo de 3 100 (em 1865). Estava-se ainda longe do serviço militar obrigatório, pessoal e universal que alguns países europeus vão institucionalizar desde o final do século XIX até à Grande Guerra, período que Michel Auvray, denominou significativamente de “era das casernas”³. Embora esse fosse um sistema defendido – pelo menos teoricamente –, por alguns, em Portugal, só virá a ser aplicado de forma permanente com a República. Contudo, por entre avanços e retrocessos, na segunda metade de Oitocentos, deram-se ao nível da legislação, importantes passos nesse sentido. A prática já o sabemos foi outra coisa bem diferente.

Compreensivelmente, a importância da questão do recrutamento justificou, após 1851, um intenso debate, quer na imprensa quer no Parlamento, revestindo-se de uma forte dimensão pública. Um debate em que se cruzaram os intervenientes e as perspectivas, numa multiplicidade que, se ao mesmo tempo o enriquecia, tornava indiscutivelmente mais difícil os consensos. Bem significativo dessa realidade, é o facto de a lei de recrutamento aprovada em 1855, a primeira da Regeneração, e que substituiu a que estava em vigor desde 1842, ter ocupado, total ou parcialmente, a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados ao longo de 38 sessões, entre 11 de Janeiro e 17 de Abril. Inquestionavelmente este constitui, na segunda metade do século XIX, um dos mais longos e complexos momentos de discussão em torno do recrutamento militar e do qual resultou uma lei mais consentânea com o espírito liberal⁴. Obrigando ao recenseamento de todos os mancebos entre os 20 e 21 anos completos, e subsidiariamente dos que se situavam entre os 21 e 22 anos, limitou consideravelmente as isenções, ao abrigo das quais, até então, muitos rapazes, por uma razão ou

outra, se eximiam ao cumprimento do serviço militar. Contudo, em alternativa às isenções, a lei de 1855 passou a consagrar a possibilidade da substituição do mancebo sorteado por um outro especialmente contratado para esse efeito. Feitas as contas, e para além das isenções que ainda se mantinham, abria-se uma outra possibilidade de fuga legal ao cumprimento do serviço militar passando a outro a obrigação de cumprir os 5 anos efectivos e os 3 de reserva que a legislação determinava. Ou seja, no quadro do regime liberal, o privilégio no âmbito do recrutamento militar mantinha-se, mas com uma única diferença – agora pagava-se. Ficava, por isso, reservado a quem tinha posses ou a quem, gastando o que tinha e o que não tinha, procurasse a todo o custo que os filhos não entrassem para a vida militar na qual se sabia o dia da entrada mas dificilmente o da saída.

Aspectos que não impedem, contudo, que, pela sua importância, a lei de recrutamento de 27 de Julho de 1855 venha a constituir um marco a partir do qual, lentamente, muito lentamente, se começou a construir um novo Exército mais ajustado à nova realidade política e militar e mais identificado com a Nação. Nos anos seguintes ao da sua entrada em vigor, os deputados reconhecem-lhe o salto qualitativo que representou, embora estivessem conscientes da necessidade de lhe introduzirem ajustamentos e alterações ditados por uma prática frequentemente distanciada das determinações legislativas. Ajustamentos e alterações que a procuravam tornar mais executável e eficaz, embora correndo o risco de, também, a tornar mais confusa como lamenta um deputado quando, significativamente chama a atenção do Parlamento para o facto de a lei já ter sido remendada várias vezes⁵. Assim, sem perder de vista a lei de 1855, que ficará, até ao final da monarquia, como um referencial, vai saindo, entre 1859 e 1896, nova legislação em torno da qual se reaviva a discussão sobre o recrutamento e sobre a forma como a população portuguesa o encara.

Cruzando-se com a questão do recrutamento militar e perspectivada a partir dela, surge-nos uma outra à qual o Parlamento e a imprensa dão especial atenção, após 1851 – a emigração para o Brasil. Especialmente importantes e delicadas, estabelece-se entre ambas – o recrutamento militar e a emigração para o Brasil –, uma conexão em torno da qual se produz um discurso político que, com raras excepções, insiste em referir a fuga ao Exército como a grande motivação para uma corrente migratória que aos olhos dos contemporâneos se mostrava imparável. Atravessar o Atlântico, com todos os custos e riscos que isso envolvia, adaptar-se a uma realidade que lhes era completamente nova apresentava-se, segundo este discurso, para os jovens portugueses, como a melhor ou mesmo a única alternativa às agruras da vida militar. Os sacrifícios que o abandono do país acarretava seriam, no entender de muitos deputados, bem mais suportáveis do que aqueles a que se submeteriam se ingressassem no Exército, justificando a sua opção pela emigração.

Um discurso recorrente que acentua uma clivagem entre deputados militares e deputados civis, que embora latente, foi sendo gerida sem grandes problemas, ao longo da segunda metade do século XIX. Gomes de Castro, em

1859, aquando da discussão das alterações à lei do recrutamento militar de 1855, é muito claro sobre a diferença de perspectiva entre militares e civis quanto ao recrutamento, ao salientar relativamente à proposta apresentada pelo então Ministro do Reino, o oficial do Exército Fontes Pereira de Melo “a lei do recrutamento aos olhos de sua Exa., é vista como é sempre aos olhos de um militar e não como as de um funcionario administrativo”⁶.

Uma diferença que poderá justificar o que as actas parlamentares fazem ressaltar com alguma surpresa nossa – a pouca intervenção dos militares nos debates em torno do recrutamento, sobretudo aquando da discussão dos artigos relativos à necessidade de apresentação de fiança para quem se ausentasse do país, e a sua monopolização pelos deputados civis. Na realidade, embora os deputados militares se destaquem, no Parlamento oitocentista em que tinham assento, pelo dinamismo e capacidade de intervenção, surpreendem pelo silêncio quanto à questão da conexão entre o recrutamento e a emigração. Um silêncio fortemente contrastante com a defesa activa e empenhada da instituição a que pertenciam, lutando sempre pela modernização do Exército ao nível da organização, das condições proporcionadas aos soldados, da instrução dos recrutas, da formação dos militares e do equipamento militar, entre outras. Como já o referimos em anterior trabalho⁷, os deputados militares em geral e a Comissão de Guerra em particular, constituem o posto avançado de um Exército consciente de que o Parlamento é o novo campo de batalha. Um campo de batalha onde se conseguiam as pequenas e grandes alterações legislativas primordiais para a construção de um novo Exército, onde se procurava derrotar todos aqueles que clamavam contra a sua existência, contra as despesas que ele representava, contra o obstáculo que, diziam, ele constituía para o desenvolvimento do país.

Gerindo estrategicamente as suas forças, na prossecução dos objectivos que entendiam como primordiais, os militares com assento parlamentar centravam as suas atenções nas questões militar e da defesa nacional, no âmbito das quais o recrutamento se revestia de especial importância. Contudo, pelo facto de ser um assunto da área da administração pública, no âmbito da competência do Ministério do Reino, esse assunto não se inscrevia, como outros considerados mais técnicos e, por isso, mais exigentes de conhecimentos específicos, directamente no seu campo de acção. Entregue frequentemente a comissões especiais constituídas para esse efeito ou a comissões mistas integradas por elementos da Comissão de Administração Pública e da Comissão de Guerra, os militares dão o seu contributo mas, o recrutamento era, claramente, uma questão que os deputados civis, sobretudo os que tinham uma formação jurídica, valorizavam e em cujo debate assumiam, em detrimento dos militares, uma clara preponderância.

Na realidade, embora os deputados militares saibam tão bem ou melhor do que todos os outros, quais são as fragilidades da lei do recrutamento e dos efeitos negativos que ela representava para o Exército, bem como da repugnância que a população tinha pelo cumprimento do serviço militar, sabem também que

essa é uma questão complexa com um inegável peso político. Assim, quando exprimem a sua opinião, no Parlamento ou, mais frequentemente, na imprensa, fazem-no sob o ponto de vista estritamente militar, não se perdendo com aspectos que sabiam ter contornos exclusivamente políticos como o que relacionava a emigração para o Brasil com a fuga ao serviço militar. Contudo, nem por isso escapavam às críticas dos que os acusavam de ter uma visão demasiadamente corporativa e de só pensarem no interesse do Exército.

Esse aspecto poderá justificar que, relativamente ao recrutamento, os militares se reservem mais para um debate interno e, por isso, mais resguardado de olhares estranhos, optando por escrever artigos de opinião na imprensa de cariz militar em expansão, na segunda metade do século XIX. A *Revista Militar*, o *Clamor Militar*, o *Diário do Exército* reservam-lhes frequentemente as suas colunas principais, nas quais, sobre o recrutamento, se apontam as deficiências ao nível da legislação e da execução e se analisa a sua reduzida capacidade de trazer homens para o Exército. Em 1882, por exemplo, publica-se no *Diário do Exército*, sob o título *Serviço Militar*, um longo artigo repartido por vários números⁸, em que se analisa essa questão sob várias perspectivas. Relativamente à conexão entre o recrutamento e a emigração para a antiga colónia portuguesa, o autor, não identificado, responsabiliza os diplomatas portugueses no Brasil pelo enraizamento dessa ideia procurando ressaltar ironicamente algumas contradições. Assim, recorrendo a fontes brasileiras que referiam a forte presença de mulheres entre os emigrantes de origem portuguesa, comenta “será licito interrogar se a emigração feminina também deserta da pátria por causa do recrutamento, e se este é o factor da emigração”, acrescentando, ainda, que muitos portugueses, sobretudo do norte, participaram, voluntariamente, na Guerra do Paraguai, para perguntar “Seria também com receio do recrutamento nacional, que espontaneamente se enfileiraram nas tropas estranhas?”⁹.

Na maior parte dos casos, contudo, passando ao lado da questão da emigração que, como referimos atrás, não parece merecer a atenção do meio castrense, o alvo preferencial da crítica dos articulistas militares é o mecanismo das substituições e remissões a dinheiro passível de ser accionado por todos aqueles a quem “as sortes” ditavam o cumprimento do serviço militar. No primeiro caso – o das substituições –, já legislado em 1855, o mancebo cujo número determinara a sua entrada nas fileiras do Exército podia contratar outro para o seu lugar. No segundo caso – o das remissões –, introduzido apenas pela lei de 1859, remia-se a dinheiro a obrigatoriedade do cumprimento do serviço militar. Canalizado para um fundo específico, o fundo das remissões do serviço militar, esse dinheiro permitiria que o Estado, através do Ministério da Guerra, contratasse os soldados de que precisava, como inicialmente ficou determinado na lei. Contudo, os efeitos negativos deste mecanismo – substituições e remissões a dinheiro – saltavam à vista para os militares que lidavam directamente com os homens que, desta forma, entravam nas fileiras, muitos deles, já com um percurso de vários anos feito no Exército. No seu entender, para além de as substituições e remissões justificarem o não preenchimento crónico dos con-

tingentes anuais definidos pelo Parlamento – por não ser fácil encontrar substitutos ou por estes não cumprirem até ao fim o serviço militar para o qual tinham sido contratados –, justificavam igualmente o facto de o Exército integrar nas suas fileiras, apenas, os indesejáveis da sociedade, aqueles que não tendo nada de seu não lhe podiam fugir, ou que, como meio de sobrevivência aceitavam substituir os que não queriam cumprir o serviço militar. Um aspecto essencial que se reflectia na disciplina e na moralização dos soldados e, afinal, na organização do próprio Exército¹⁰.

A gravidade deste problema frequentemente salientado pelos oficiais do Exército, na segunda metade do século XIX, não suscitou, no entanto, a vontade política necessária para alterar o que estava determinado na legislação. Não esqueçamos que o recrutamento era, como recorrentemente se refere, uma das mais importantes armas eleitorais da época, esgrimida nos bastidores sempre que se aproximavam as eleições. Por outro lado, limitadas as isenções do serviço militar pela lei de 1855, passou a ser o mecanismo das substituições e das remissões a permitir a fuga legal ao serviço militar por parte de todos aqueles que não queriam ver os seus filhos, netos e sobrinhos a ingressar nas fileiras do Exército. Entre estes incluíam-se os próprios políticos – os homens que detinham pastas no executivo e assentos na Câmara dos Deputados e na Câmara dos Pares –, a quem cabia a última e definitiva palavra sobre esta questão. Os mesmos homens, afinal, que tinham restringido drasticamente as isenções do serviço militar em 1855 que, até então, tinham abarcado, por exemplo, os alunos da Universidade de Coimbra, mas que, em alternativa, criaram outros mecanismos que, embora fossem pagos, resultavam no mesmo, ou seja, no não cumprimento do dever que a Carta consignava para todos os cidadãos de nacionalidade portuguesa. Além disso, no caso concreto das remissões, o Estado, através do Ministério da Guerra, arrecadava um dinheiro extra que além de custear a contratação de substitutos, como tinha ficado estabelecido na lei de 1859, passou a ser, sobretudo, aplicado em outras áreas relacionadas com a instituição militar, tais como o pagamento de vencimentos, a aquisição de armamento e obras em quartéis¹¹, transformando-se num balão de oxigénio essencial para a acção de qualquer governo, independentemente da facção política que representava.

A quantia em causa era elevada, como podemos verificar na Tabela n.º 1, em que a partir dos dados colhidos em diversas fontes, todas elas oficiais, procurámos sistematizar, para aquele que foi o primeiro período em que as remissões vigoraram em Portugal, entre 1859 e 1872, o contingente determinado para cada ano, o número de mancebos remidos, o valor estipulado para as remissões dos mancebos recrutados e dos refractários e a quantia recebida pelo Estado proveniente do seu pagamento. Embora conscientes das limitações próprias das fontes utilizadas e do facto de os refractários irem ao longo dos anos remindo o serviço militar relativamente ao contingente a que tinham faltado, provocando a alteração dos valores indicados, a tabela permite-nos uma visão mais consistente da realidade em torno da problemática do recrutamento.

Assim, podemos verificar que, relativamente aos contingentes fixados para os anos de 1856 a 1872, mais de 20% dos mancebos remiram a dinheiro a obrigação de cumprirem, pessoalmente, o serviço militar em 1860, 1861, 1862, 1866, 1870 e 1871. Nos anos em que os valores das remissões para os mancebos recrutados se apresentaram mais baixos, como em 1860, 1861, 1870 e 1871, a percentagem dos remidos mostrou-se claramente superior, chegando aos 41,8% no último dos anos referenciados. Valores que, no conjunto, demonstram que o recurso à remissão a dinheiro rapidamente se vulgarizou na sociedade portuguesa, após a sua regulamentação em 1859, constituindo uma excepcional fonte de receita para um Ministério da Guerra espartilhado num orçamento sempre reduzido.

Tabela 1: Total dos mancebos remidos, preço das remissões e quantias arrecadadas pelo fundo das remissões entre Setembro de 1859 e 1872 (relativamente aos contingentes fixados para os anos de 1856* e 1872)

Anos a que pertencem os contingentes	Contingente decretado	N.º de mancebos remidos	% dos mancebos remidos relativamente ao contingente	Preço da remissão mancebos recrutados	Preço da remissão refractários	Total arrecadado
1856	10 000	757	7,6	60\$000	96\$000	51 816\$033
1857	3 632	338	9,3	72\$000	115\$200	27 276\$931
1858	9 152	498	5,4	76\$000	121\$600	42 345\$261
1859	5 000	665	13,3	87\$100	139\$360	60 366\$503
1860	7 233	2 329	32,2	86\$000	137\$360	206 207\$909
1861	7 200	2 459	34,1	78\$600	122\$880	197 932\$709
1862	7 200	1 886	26,2	123\$000	196\$809	233 937\$822
1863	7 200	1284	17,8	139\$000	222\$400	171 393\$920
1864	3 600	658	18,3	150\$000	240\$000	69 418\$536
1865	3 100	614	19,8	150\$000	240\$000	39 720\$000
1866	3 600	741	20,6	150\$000	240\$000	17 700\$000
1867	7 200	898	12,5	181\$000	289\$600	(162 538\$000)**
1868	7 200	443	6,2	269\$000	430\$400	(119 167\$000)**
1869	10 000	1282	12,8	123\$300	328\$800	(158 070\$600)**
1870	7 200	1860	25,8	71\$025	189\$400	(132 106\$500)**
1871	7 200	3 007	41,8	70\$023	186\$728	(210 559\$161)**
1872	10 000	205	2,1	120\$000	320\$000	(246 600\$000)**

Fonte: *Diário de Lisboa*, 1867: 2302-2303; *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 1884: 1464.

* embora instituída em 1859, a remissão a dinheiro do serviço militar aplicou-se aos mancebos recrutados para os contingentes determinados para os anos de 1856 a 1858.

** valor não indicado nas fontes utilizadas e, por isso, calculado a partir da quantia determinada para a remissão dos mancebos recrutados e que é menor do que a que se determina para os refractários.

Relativamente aos anos subsequentes a 1884 a partir do qual a remissão esteve quase sempre em vigor, apenas obtivemos dados pontuais que não permitiram a sistematização da informação. Sabemos, contudo, que em 1884, o governo estimava o produto líquido proveniente das remissões em 270 000 000 réis anuais¹², com base na quantia de 180 000 réis para a remissão dos mancebos recrutados e de 480 000 réis para a dos refractários¹³.

Assim se entenderá, como só pontualmente, em 1863, 1873 e 1887, a Câmara dos Deputados tenha votado favoravelmente o fim das remissões a dinheiro. Vetado pela Câmara dos Pares, não surtiu efeito da primeira vez, obrigando os deputados a recuar na sua posição inicial, vindo, apenas, a ser aprovado alguns anos depois, em 1873¹⁴. Embora as substituições permanecessem, a remissão a dinheiro deixou, então, de ser possível. Uma situação que se manteve por uma década, até 1884, quando volta a estar definida na legislação sobre o recrutamento¹⁵.

Contudo, já antes, em 1882, numa “lei de ocasião”¹⁶, como a definiu Fontes Pereira de Melo que acumulava então os cargos de Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda e da Guerra, a remissão foi permitida para mancebos recrutados para os contingentes decretados entre 1867 e 1880. Assumindo então publicamente a incapacidade para tornar efectiva a lei de recrutamento e a existência da enorme dívida de recrutas relativamente aos contingentes dos anos anteriores, o governo optou por permitir a remissão aos mancebos que, embora recrutados, não tivessem, ainda, cumprido o serviço militar, podendo fazê-lo ao longo de um ano após a publicação do decreto. Desta forma, como compensação pelos homens que sabia de antemão nunca entrariam efectivamente para as fileiras do Exército, o executivo procurou obter o dinheiro que lhe faltava para prover as despesas do Exército. Assim e para além de autorizar a título excepcional a remissão a dinheiro, definiu preços suficientemente baixos e, como tal, mais acessíveis à maioria da população, contrariando, dessa forma a tendência inflacionista verificada entre 1862 e 1869, que a reservara aos mais endinheirados. Mais ainda. A quantia de 50 000 réis para os mancebos recrutados e 80 000 réis para os refractários – “modica”¹⁷, como considera o Par Vaz Preto –, podia ser paga em duas prestações¹⁸.

Na realidade, o governo não podia passar sem o dinheiro que as remissões representavam, até porque, como se refere na proposta de lei de Fontes Pereira de Melo, que dá forma à reorganização do Exército de 1884, a substituição de homem por homem, a única permitida desde 1873, resultava no “pagamento em dinheiro pelo serviço militar, com a diferença de não ser entregue ao estado, mas aos substitutos, e aos intermediários que se ocupam da agencia de taes negocios”¹⁹. Ou seja, embora discorde do princípio, o governo propõe a reposição da remissão da obrigatoriedade do serviço militar nos moldes da lei de 1859, porque precisa de uma base financeira para promover a reorganização do Exército de que o país então carecia.

Finalmente, bem sintomático do confronto de interesses que esta questão suscitava e dos avanços e retrocessos na política de recrutamento militar, deter-

mina-se na lei, em 1887, pela primeira vez em Portugal, o carácter pessoal e obrigatório do serviço militar²⁰, pondo-se fim às remissões e substituições. Em alternativa à receita que as primeiras importavam para o Estado, e sem a qual, reconhece-se, não se podia passar, determina-se a obrigatoriedade do pagamento de uma taxa de valor baixo (de 2 500 réis ou 3 000 réis, conforme as situações) para todos os que, por uma razão ou outra, não viessem a cumprir o serviço militar. Durou pouco tempo. Três anos depois, em 1891, o mecanismo das remissões a dinheiro é novamente reposto²¹.

Desta forma, e tanto quanto as actas parlamentares e a leitura dos principais periódicos de cariz militar nos permite apreender, os militares ao valorizarem as nefastas consequências das substituições e das remissões relativamente ao recrutamento, deixam intencionalmente de lado a emigração para o Brasil como meio de fuga ao cumprimento do serviço militar, o que pode ser entendido como a sua desvalorização. Na realidade, a ser verdade que muitos portugueses emigravam para o Brasil para não terem de ir para o Exército, não o seria menos que as substituições e, sobretudo, as remissões, que, quase de forma permanente, estiveram em vigor na segunda metade do século XIX, se apresentavam, certamente, como a forma mais fácil e, talvez mesmo menos dispendiosa para concretizar esse objectivo. Apesar de envolver, sobretudo em determinados anos, montantes demasiado elevados face ao valor dos salários praticados na altura²², colocando-os fora do alcance de muitos portugueses, não seriam muito superiores aos que a saída, mesmo que clandestina, do país exigia. Com vantagens. Não implicava a mudança de país, o pagamento de outras despesas ou mudanças drásticas na vida de cada um. Assim, para os militares, a emigração para o Brasil seria apenas mais um dos meios passíveis de ser utilizado pela população para fugir ao serviço militar. Não era nem sequer o mais fácil nem, certamente, o mais barato.

Na realidade, a questão da emigração para o Brasil como fuga ao serviço militar assume-se, na segunda metade do século XIX, como uma questão política. Uma questão política que assentava em duas realidades em concreto, infismáveis aos olhos de qualquer um – os números elevados do fluxo migratório para o Brasil e o não cumprimento dos contingentes determinado, anualmente, pelo Parlamento para a força armada do país. Relativamente à emigração para o Brasil o regime liberal estava então dividido quanto à posição a assumir e a política a adoptar. Refém dos seus princípios – a liberdade de movimentação e domicílio dos seus cidadãos consignada constitucionalmente e a igualdade em direitos e deveres para todos os portugueses –, sentia-se, naturalmente condicionado pelas vantagens das remessas e dos investimentos em várias áreas dos brasileiros de torna viagem. Isso é dito claramente, no Parlamento, pelo deputado por Valpaços Júlio do Carvalhal Sousa Telles, quando refere no preâmbulo ao projecto de lei que apresentou, em 1862, sobre recrutamento, “Da emigração para o Brazil, comquanto seja um grande mal, ainda se colhem alguns bons resultados; porque muitos dos nossos concidadãos que saíram pobres da patria, voltam grossos capitalistas; e não poucos têm dado

um optimo destino á sua fortuna, já dotando os estabelecimentos pios do reino, já fundando magnificos estabelecimentos fabris, já concorrendo para o desenvolvimento da agricultura, para o embellesamento das nossas villas e cidades, e abastando de numerario os mercados nacionaes”²³.

Marcada por este dilema em que se confrontavam princípios ideológicos e interesses económicos e financeiros, a questão da emigração parecia não ter qualquer solução à vista. Contudo, passível de ser entendida como um dos sinais evidentes se não do insucesso do liberalismo, pelo menos da sua incapacidade para colocar o país na senda do progresso e do desenvolvimento que outros países europeus evidenciavam, os políticos não deixaram de procurar as razões que levavam tantos portugueses em demanda do Brasil. O dedo apontava-se facilmente ao recrutamento e ao serviço militar. Atendendo à complexidade do fenómeno migratório, ao elevado número de emigrantes, de diversas idades e proveniências sociais, não seria certamente a única, seguramente não a mais importante, mas era a mais fácil e a de menores custos políticos. Desta forma, fazia-se recair a responsabilidade da emigração sobre o Exército e as más condições que este oferecia aos soldados. Estas não eram certamente as melhores, sobretudo se atendermos ao facto de que o serviço militar prolongava-se por vários anos, provocando um acentuado desgaste nos homens que entravam para as fileiras. Contudo, outras razões existiam, certamente mais determinantes, para que tantos portugueses, homens mas também mulheres, de idades e proveniências sociais tão diversificadas, tivessem procurado a todo o custo sair do país, durante a segunda metade do século XIX. No entanto, identificá-las significava admitir que as reformas que o liberalismo apregoara ainda não se tinham feito, ou pelo menos, estavam a demorar nos resultados esperados.

São, por isso, poucos, os deputados que contrariam o discurso habitual e afirmam, no Parlamento, que a fuga ao serviço militar não é a única razão para a emigração com destino ao Brasil. Com frontalidade, apontam outras – a fuga “à miséria e ao abandono em que se acham algumas classes da sociedade, principalmente nas ilhas e nas provincias, onde a fecundidade tem o triste resultado de augmentar a miseria”²⁴, como diz, em 1855, Carlos Bento, haver “uma grande parte da população que não tem de que viver, e que tem de ir buscar o seu modo de vida a outra parte”²⁵, como sublinha Nogueira Soares, no mesmo ano. Politicamente incorrecto, este discurso surge em deputados com percursos políticos mais independentes, caindo como pedradas num charco, causando alguma movimentação, mas sem força suficiente para alterar a perspectiva dominante. Apresentar o recrutamento militar como a razão que justifica o abandono do país em massa pela população masculina mais jovem apresentava-se para o Portugal de Oitocentos como a via politicamente mais fácil. Para além de desviar o debate de outras questões mais inconvenientes e que poderiam seriamente abalar as expectativas positivas em torno do regime, justifica a necessidade de condicionar a liberdade do cidadão em nome da igualdade perante um dever – o dever de defender o país – através de limitações enunciadas ao nível da legislação. Para a maioria dos políticos de então, esta era

uma espécie de receita milagrosa que permitia contornar o conflito entre os princípios do regime liberal e os problemas reais do país.

Um aspecto que o debate no Parlamento e na imprensa de cariz não militar evidenciam de forma clara. Se há deputados ou articulistas que defendem o direito de qualquer cidadão português sair do país sem que a lei do recrutamento se assumia como um entrave de que resultaria “tolher a carreira de muitos moços, cortar-lhes o seu modo de vida, priva-los talvez dos meios futuros de subsistencia”²⁶, outros há que defendem o contrário em prol do desenvolvimento do país. Para eles, a imposição de uma fiança para os menores abaixo dos 20 anos que se ausentem do país justificava-se porque se tratava de um tributo de sangue a que nenhum cidadão se deveria eximir, tanto mais que, fazendo-o, a imposição recaía, necessariamente, sobre um outro ofendendo-se a “justiça distributiva”²⁷. Centrando o debate no campo da defesa de um outro direito – o da igualdade – a polémica prolonga-se ao longo de quatro sessões aquando da discussão do projecto de lei sobre recrutamento em 1855. O consenso chegou através da aprovação de um artigo que determinava o pagamento de uma fiança para os rapazes na faixa etária dos 18 aos 21 anos que tirassem passaporte para se ausentarem do país²⁸. Na prática, nada que viesse a diminuir o fluxo migratório como se verificou nos anos seguintes ao da entrada da lei em vigor. Uma constatação que justificou as alterações introduzidas em 1859, entre as quais a de que a nenhum rapaz, entre os 14 e os 21 anos, se permitiria a passagem para um país estrangeiro, sem dar fiança que servisse de garantia de que se apresentaria ou faria substituir, caso fosse chamado para o serviço militar²⁹.

Contudo, o alargamento dessa faixa etária não parece ter invertido a tendência para o aumento da emigração, na segunda metade do século XIX. Legal ou clandestinamente, novos e velhos, homens e mulheres procuram além-mar o que achavam não ter aqui em Portugal, levados por um emaranhado de motivações. De menor complexidade e despesas, emigram os jovens antes dos 14 anos, isentos da apresentação de fiança, assim como emigram os que têm acima disso, apresentando-a. Compreensivelmente, era sobre os mais novos que valia a pena o elevado investimento que a passagem para o Brasil representava para grande parte das famílias. A juventude significava, à partida, melhor estrutura física, melhor capacidade de adaptação a novas situações, mais tempo para construir o futuro desejado e para dele usufruir. Alfabetizados muitos deles, com situações profissionais já definidas, os mais jovens eram a esperança da família para que, se tudo corresse bem, fizessem fortuna no Brasil e retornassem à terra com disponibilidade e dinheiro para ajudarem a família que ficou.

Assim, perante o insucesso da restrição à emigração para o Brasil através da obrigatoriedade de fiança para os rapazes dos 14 aos 21 anos que a lei determinou a partir de 1859, e sem se abandonar a relação recorrentemente estabelecida, na época, entre o fluxo migratório e a fuga ao recrutamento, verifica-se, a partir de 1860, uma nova estratégia por parte dos que pretendiam ver alterada a situação. Naquilo que poderá ser entendido como um retrocesso no conceito do serviço militar como um dever de todos os cidadãos, são apresen-

tados alguns projectos de lei que repõem a isenção do serviço militar para os filhos dos lavradores. Alguns deputados apresentaram, então, projectos de lei sobre o recrutamento, relativos a essa questão. Luís Vicente da Fonseca, deputado pela Madeira, entregou um projecto de lei em Fevereiro de 1860, no qual, num único artigo, determinava a suspensão da lei de recrutamento por um período de 10 anos, para a ilha que representava. Embora aponte, como razão primordial para a emigração, a miséria, afirma que devido à lei de 1855, a mocidade tem mais uma razão para emigrar, “Quando se vae approximando a idade, sobre a qual recae o tributo de sangue, abandona o torrão em que nasceu, fugindo assim a dois grandes males – ao da fome e ao do recrutamento”³⁰.

Por sua vez, o deputado por Lousada, Joaquim Cabral de Noronha e Meneses, no preâmbulo ao projecto de lei apresentado à Câmara em Maio de 1860, refere expressamente: “A lei de 27 de Julho de 1855, a ultima que regulou a materia em todas as suas partes, eliminando do numero das isenções a que estava consignada nas leis anteriores em favor da agricultura, deu um impulso assustador à emigração para o Brazil, e um golpe fatal na nossa primeira industria”. E mais à frente, sublinha: “Se o exercito é uma necessidade publica, tambem é uma necessidade publica, e bem urgente na actualidade, alguma protecção á industria agricola, é o meio mais efficaz que temos para conter essa fatal emigração, que nos rouba os braços de que tanto precisamos”³¹. Propõe, assim, que seja isento do serviço militar o filho ou criado de lavrador com contrato anual, proprietário ou caseiro que provar que trabalha todo o ano na agricultura, que ajuda a cultivar as terras que paguem de contribuição predial menos de 2 000 réis, e que já exercia essa actividade nos dois anos anteriores ao recenseamento. Indo de encontro ao que a nível local era sentido como essencial para inverter uma situação cada vez mais insustentável para os agricultores do norte do país, confrontados com a falta de mão de obra, este projecto de lei parece, pelo apoio suscitado dentro e fora do Parlamento, congregar uma base de apoio alargada, constituída não só pelo cidadão comum como por várias câmaras municipais do norte do país.

No conjunto, estes projectos de lei subscritos essencialmente por deputados em representação de círculos nortenhos, como por exemplo Joaquim Cabral de Noronha e Meneses, por Lousada³², Bernardo José de Almeida Azevedo, por S. Pedro do Sul, Francisco José Borges, por Vila Pouca de Aguiar, Gaspar Teixeira de Sousa Magalhães Lacerda, por Guimarães³³ e Manuel Baltasar Leite de Vasconcelos, por Felgueiras³⁴, entre outros, vão levar algumas câmaras municipais do norte do país a movimentar-se e a constituir-se como um autêntico grupo de pressão. Ao longo do ano de 1862, a Câmara dos Deputados é inundada por representações de várias edilidades – S. Pedro do Sul, Vila do Conde, Barcelos, Vila Pouca de Aguiar, Braga e Penafiel, entre outras – pedindo a reposição da isenção do serviço militar para os criados e filhos de lavradores. Queixando-se de falta de mão-de-obra e do abandono dos campos, a isenção do serviço militar seria a forma de prender a população rural masculina mais jovem a uma actividade que, na segunda metade do século XIX, condenava à

miséria aqueles que viviam dela, sobretudo nas regiões onde a pequena propriedade dominava. Sem contrapartidas suficientemente compensadoras face às dificuldades da agricultura, a emigração surgia, para muitos assalariados rurais ou pequenos lavradores, como a solução para vir a ter uma vida melhor. O empenhamento de vários municípios em torno desta questão, a pressão exercida junto do Parlamento, quer através das referidas representações, quer através da acção desenvolvida por alguns deputados, justificaram que este assunto fosse levado a muitas das sessões plenárias de 1862, exigindo-se uma alteração da legislação. Sem sucesso. Embora exista matéria e movimentação política em torno desta questão, não se chegou ao esperado debate que permitisse mudar a lei e, esperava-se, inverter a tendência migratória.

Conscientes de que essa reposição representaria voltar atrás nas posições anteriormente assumidas e naquilo que, teoricamente, e só teoricamente, representava o fim das desigualdades ao nível do recrutamento, a questão passa, de sessão legislativa para sessão legislativa ao longo da década de 1860. Distribuída para análise ora a comissões especiais ora a comissões mistas constituídas por elementos das Comissões de Administração Pública e de Guerra, os pareceres acabam por não ser apresentados ou quando apresentados não chegam a ser discutidos. É o que acontece quando a Comissão Especial deu um parecer que chegou a estar agendado para a ordem do dia de 15 de Março, mas cuja discussão foi adiada na sequência da promessa do governo em apresentar, com brevidade, uma proposta de lei sobre essa questão, o que efectivamente nunca chegou a acontecer. Adiamentos sucessivos devido ao excesso de trabalho parlamentar, à complexidade da questão ou à necessidade de se obter informações complementares do Ministério do Reino, tornam evidente que, devido à divergência de interesses, não só entre os militares e os civis que integram as várias comissões, como ao nível do próprio executivo, o consenso mostrava-se difícil de conseguir. Sem grande discussão, só em 1887, a questão foi debatida na Câmara dos Deputados, por proposta do governo. Pondo-se então fim às remissões e às substituições, como referimos atrás, é finalmente consignada na lei, pela qual tantos ao longo de tantos anos se tinham batido, a isenção dos lavradores que cumprissem um determinado número de requisitos³⁵. Teoricamente, a emigração para o Brasil passava a ter condições para diminuir. Todos sabemos que não foi isso que aconteceu. A isenção do serviço militar para os camponeses, apresentada por muitos como o remédio definitivo para o mal da emigração, não teve força suficiente para, por si só, inverter a tendência da população nortenha para sair do país e tentar uma vida melhor no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, as luzes de cena estão voltadas para a questão do recrutamento militar e da emigração, procurando-se através da primeira a solução para a segunda. Isto apesar de alguns reconhecerem, como Vicente da Fonseca, que “Quem é feliz não emigra: e debaixo de um governo que se diz livre, forçar o cidadão, que morre de fome, a exhalar o ultimo suspiro, abraçado com a terra que o não póde alimentar; quando com a liberdade de fazer o que a lei não prohiibe, póde este mesmo cidadão procurar outras pla-

gas, onde encontre o bem-estar e até a fortuna”³⁶. Sem isentar de responsabilidades o serviço militar, este deputado reconhece que algo mais falhava no país, para além da legislação do recrutamento e das condições oferecidas pelo Exército aos seus soldados, para que o fluxo migratório levasse tantos homens para o Brasil.

Na realidade, ao longo da segunda metade de Oitocentos, o discurso em torno da emigração e do recrutamento manteve-se igual, dentro e fora do Parlamento, numa insistência que estaria longe de abarcar a realidade de um fenómeno tão complexo e multifacetado como o da emigração. No entanto, o Exército conheceu grandes alterações ao nível da sua organização, das condições que possibilitava aos soldados que o integravam e na formação que lhes possibilitava, assumindo-se na medida do possível como uma escola de cidadania. Mas nem por isso deixou de ser apontado pelos políticos como o responsável por uma emigração que parecia esvaziar o país dos seus elementos mais jovens e activos. Os números davam-lhes razão. Embora abarcando idades muito diversas, ressaltavam nos papéis oficiais – que devido à emigração clandestina apenas cobriam uma parte da realidade – os menores de 14 anos, que muitas vezes sozinhos atravessavam o oceano em busca do Brasil.

Hoje como ontem, é fácil pensar que se tratavam de jovens em fuga ao serviço militar, aproveitando a isenção de fiança que a lei lhes dava. Contudo, não será bem assim. Numa época em que ainda se não tinha descoberto a adolescência, os menores de 11, 12, 13 e 14 anos pertenciam ao mundo dos adultos, muitos deles marcados já por uma vida profissional activa. Com ou sem formação especial, era neles que as famílias investiam o pouco que possuíam (ou mesmo o que não possuíam) para tentarem a sua sorte no Brasil. Assim, a emigração dos mais jovens surgiria em muitos casos não como o resultado simplista da fuga ao serviço militar mas antes como o resultado do somatório de razões em que aquele também se poderia inscrever. Ou seja, a análise dos números do fluxo migratório de Portugal para o Brasil e dos contingentes militares sempre incompletos, permite-nos equacionar uma relação biúnicamente entre as duas realidades – se se emigra para fugir ao recrutamento, também se foge ao recrutamento porque se emigra. Atermo-nos apenas à primeira faz-nos cair numa teia gizada pelos políticos de Oitocentos resultando numa visão demasiado redutora que importa corrigir.

FONTES

Clamor Militar, 14 de Março de 1882.

Decreto de 19 de Maio de 1884.

Decreto de 19 de Maio de 1884.

Decreto de 28 de Agosto de 1884.

Decreto de 29 de Outubro de 1891.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1855, Lisboa (sessão de 23 de Fevereiro). Henriques Seco.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1855, Lisboa (sessão de 24 de Fevereiro).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1859, Lisboa (sessão de 26 de Maio).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1860, Lisboa (sessão de 12 de Maio).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1869, Lisboa (sessão de 30 de Julho).
Diário da Câmara dos Pares, 1882, Lisboa (sessão de 6 de Junho).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1884, Lisboa (sessão de 9 de Maio).
Diário de Lisboa, 5 de Julho de 1861 (sessão de 3 de Julho de 1861).
Diário de Lisboa, 31 de Janeiro de 1862 (sessão de 29 de Janeiro de 1862).
Diário de Lisboa, 15 de Março de 1866.
Diário de Lisboa, 19 de Julho de 1867.
Diário de Lisboa, 2 de Junho de 1868 (sessão de 30 de Maio de 1868).
Lei de 27 de Julho de 1855, cap. VII, art.º 55.
Lei de 4 de Junho de 1859.
Lei de 17 de Abril de 1873.
Lei de 15 de Junho de 1882.
Lei de 12 de Setembro de 1887
Recrutamento para o Exército. *Clamor Militar*, 16 de Abril de 1865.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
AUVRAY, Michel (1998), *L'âge des casernes: histoire et mythes du service militaire*, [S.l.], Éditions de l'Aube.
DUARTE, I. Sousa (1876), *O Tributo de Sangue. Manual do Processo de Recrutamento segundo a legislação em vigor dedicado aos reverendos, parochos, senhores regedores e chefes de família das freguezias ruraes*, Lisboa: Imprensa Nacional.
MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2002), *O Parlamento e a Questão Militar (1851-1870)*, Porto, [s.n.].

NOTAS

- 1 DUARTE, 1876: 5.
- 2 Capt. VIII, Art.º 113.º: “Todos os portugueses são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do reino, e defendel-o de seus inimigos externos e internos”.
- 3 AUVRAY, 1998.
- 4 ALVES, 1994: 139.
- 5 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1869: 964.
- 6 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1859: 413.
- 7 MONTEIRO, 2002.
- 8 Artigo publicado entre 18 de Fevereiro e 15 de Março.
- 9 *Clamor Militar* (14 de Março de 1882). p. n.n..
- 10 Recrutamento para o Exército. *Clamor Militar*, 1865: 1-2.
- 11 Lei de 15.06.1882, Decreto de 19.05.1884.
- 12 Decreto de 19.05.1884.
- 13 Decreto de 28.08.1884.
- 14 Lei de 17.04.1873.
- 15 Decreto de 19.05.1884.
- 16 *Diário da Câmara dos Pares*, 1882: 811.

- 17 *Diário da Câmara dos Pares*, 1882: 810.
18 Lei de 15.06.1882.
19 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1884: 1460.
20 Lei de 12.09.1887.
21 Decreto de 29.10.1891.
22 ALVES, 1994: 141.
23 *Diário de Lisboa*, 1862: 323.
24 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1855: 206.
25 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1855: 207.
26 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1855: 192.
27 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1855: 205.
28 Lei de 27.07.1855, cap. VII, art.º 55.
29 Lei de 04.06.1859.
30 *Diário de Lisboa*, 1866: 796.
31 *Diário de Lisboa*, 1866: 796.
32 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1860: 115-116.
33 *Diário de Lisboa*, 1861: 1657-1659.
34 *Diário de Lisboa*, 1868: 1222.
35 Lei de 12.09.1887.
36 *Diário de Lisboa*, 1866: 796.

RUMO AO SUL: EMIGRANTES PORTUGUESES NO SUL DO BRASIL

*Maria Xavier Villas Bôas
Beatriz Padilla*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de um projecto mais amplo de investigação (no âmbito do Programa Lusitânia: FCT – GRICES Instituto Camões) desenvolvido no CIES/ISCTE¹ sobre a presença portuguesa na região platina. O Sul do Brasil, parte integrante desta região, abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul².



A emigração portuguesa não é novidade no panorama das ciências sociais, muito menos para o Brasil, objecto de investigação amplamente explorado por estudiosos portugueses, brasileiros e não só. A novidade está no foco sobre a região platina e, em particular, na região sul do Brasil, cuja insignificância para os estudiosos pode ser explicada, antes de mais, pelo fluxo reduzido para a região e pelo número, ainda hoje, pouco expressivo de portugueses ali residentes. O último censo, de 2000, indicava que, do total de portugueses no Brasil, apenas 8% estavam no Sul³.

Para esta “invisibilidade”⁴ contribuíram factores de ordem histórica e simbólica, como: 1) com a independência, a necessidade de construção de uma identidade nacional impregnada pela ideologia do branqueamento. Entre as elites prevalecia o valor da raça ariana e a crença na superioridade branca. Os portugueses não foram, neste sentido, valorizados. O início do século XX, no contexto pós independência, chega mesmo a registar vagas de nacionalismo anti-

lusitano incluindo alguns movimentos lusofóbicos⁵; 2) a emigração portuguesa ocorreu, na grande maioria, de forma independente e não organizada, quer pelo estado brasileiro, pelas companhias transatlânticas ou mesmo pelos proprietários das explorações de café. Definia-se como maioritariamente urbana e dispersa⁶; 3) a presença de outros grupos na região (italianos, alemães e açorianos), cuja herança foi valorizada em detrimento da portuguesa, conforme pudemos confirmar em campo; 4) e a própria língua, elemento de continuidade que facilitou a inserção do imigrante português na sociedade brasileira e uma menor dependência das redes.

Este artigo pretende dar visibilidade aos portugueses do Sul do Brasil, contribuindo para o conhecimento sobre razões de saída, escolhas do destino, inserções e percursos, sem esquecer o lado íntimo da imigração, também explorado por nós em campo, e que toca a sentimentos de pertença ou distinção, típicos da circunstância migratória. Propomos, consoante as vagas, três perfis de emigrante no sul do Brasil. Estes perfis, construídos com base empírica (com entrevistas a imigrantes que chegaram a partir de 1950), dizem respeito à emigração para o Brasil desde a segunda metade do século XX.

O artigo começa com uma breve caracterização dos fluxos de emigração portuguesa para o Brasil, destino que desde sempre fez parte do «campo de possibilidades»⁷ dos portugueses, com mais ou menos intensidade no espaço e no tempo. Por uma combinação de factores económicos, políticos, sociais e culturais, em Portugal partia-se para o Brasil. A seguir, passamos pelas políticas brasileiras de emigração, procurando a relação entre elas enquanto factor de sedução mais que de inibição para os portugueses (ao nível micro, constatámos, em campo, como os portugueses não precisaram abdicar da sua nacionalidade de origem para serem cidadãos de direito). Depois entramos no objecto propriamente dito, com depoimentos do trabalho empírico e apresentado da seguinte forma: primeiro, a distinção de vagas tipo que estão na base dos perfis tipo, apresentados logo a seguir, incluindo, para cada caso, uma história de vida e notas sobre as identidades que se reconstruíram no destino. Depois, através das inserções à chegada, destacaremos a centralidade das redes sociais neste trânsito específico para o Sul do Brasil.

A metodologia baseia-se em trabalho de campo desenvolvido no terreno em duas etapas: Fevereiro de 2005 e 2006. Foram feitas entrevistas às associações de imigrantes e organizações culturais em Porto Alegre e Florianópolis (nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e entrevistas em profundidade (histórias de vida) a imigrantes portugueses na região, num total de 22 casos. O trabalho foi complementado ainda com entrevistas a informantes privilegiados, incluindo representantes governamentais, profissionais e técnicos da área e estudiosos da imigração.

2. EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL E AS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE IMIGRAÇÃO

A emigração portuguesa para o Brasil tem a sua marca na história de Portugal. Em geral, pode-se afirmar que apresenta duas características singulares se comparada com os outros grupos de imigrantes nesse país: a regularidade dos fluxos ao longo do tempo e a forte presença numérica. Os Portugueses sempre estiveram presentes na população do território, em primeiro lugar como colonos, durante o império, e posteriormente como imigrantes. Esta presença é ilustrada através do significativo número de entradas de imigrantes portugueses: durante cada década do século XX e até 1980, representaram no mínimo 30% da entrada total de imigrantes (Tabela 1). Os dados do IBGE indicam que apenas os italianos ultrapassaram em número os portugueses durante breves períodos, em particular durante as últimas décadas do século XIX (quando foram recrutados para substituir a mão-de-obra escrava, especialmente nas roças de café). Os portugueses constituíram assim a comunidade imigrante mais significativa no Brasil ao longo do século XX.

Tabela 1: Brasil: entrada de imigrantes (1884-1984)

ANOS	TOTAL IMIGRANTES	IMIGRANTES PORTUGUESES	% IMIGRANTES PORTUGUESES
1884-1890	449 934	91 489	20,3
1891-1900	1 129 315	202 429	17,9
1901-1910	671 351	218 193	32,5
1911-1920	797 744	321 507	40,3
1921-1930	840 215	286 772	34,1
1931-1940	288 607	95 740	33,2
1941-1950	131 128	48 606	37,1
1951-1960	588 043	239 945	40,8
1961-1970	163 967	62 737	38,3
1971-1980	78 091	26 915	34,5
1971-1975	39 408	3 869	9,8
1976-1980	38 683	23 046	59,6
1981-1984	11 976	3 438	28,7
Total	5 150 371	1 597 771	31,0

Fonte: IBGE, *Anuários Estatísticos*, elaboração própria.

No sul do Brasil, a imigração portuguesa assumiu outras peculiaridades. Por um lado, os fluxos migratórios foram sempre muito menores que os dirigidos ao Rio de Janeiro, São Paulo ou as cidades do nordeste. Por outro lado, se o povoamento e ocupação do território da região sul, no período colonial, estiveram associados ao papel dos açorianos, a partir da independência a situação

alterou-se. Outras comunidades de imigrantes, tais como alemães, italianos, polacos e espanhóis, aí se estabeleceram e os portugueses se transformaram numa comunidade mais reduzida e, portanto, menos visível. A menor visibilidade e o certo esquecimento dos portugueses também estiveram associados, num certo momento, ao facto de serem menos apreciados que outros europeus, tendo sido objecto de algum confronto lusofóbico⁸, e a própria língua que, não sendo um elemento de diferenciação como no caso dos outros imigrantes, fazia com que os portugueses passassem despercebidos facilmente.

O facto é que, nem mesmo a política de imigração brasileira, em geral restritiva, chegou a afectar a emigração portuguesa, bem antes pelo contrário: houve medidas que contribuíram para a consolidação da presença portuguesa no Brasil.

O Estado brasileiro orientou as suas políticas de imigração para o preenchimento de espaços vazios, o crescimento demográfico e o desenvolvimento agrário⁹. Foi logo após a abolição da escravatura (1888) que se deu o *boom* imigratório, com a crescente necessidade de mão-de-obra livre e barata. Chegavam europeus com expectativas de prosperidade e abundância, atraídos ainda por programas meticulosos de subsídios. “O objectivo explícito da política de imigração brasileira era a manutenção de uma oferta constante de mão-de-obra para manter os salários baixos”¹⁰. O apoio aos imigrantes incluía medidas como subsídio de transporte, contratos de trabalho e habitação gratuita.

Inicialmente aberta e sedutora, a política brasileira de imigração foi-se tornando progressivamente restritiva. De tal forma que alguns autores consideram mesmo que “nenhum outro país na época das migrações em massa e durante um período tão longo teve uma política de imigração tão detalhada e selectiva como o Brasil”¹¹.

As primeiras restrições, de carácter racial, surgiram logo em 1890, impregnadas pela ideologia do branqueamento prevalecente entre as elites que acreditavam na superioridade branca e no valor da raça ariana: fomentava-se a imigração europeia e proibia-se a entrada de “indígenas da Ásia ou África”. Os “não brancos” não eram bem-vindos, ao contrário dos brancos que, por via da miscigenação, representavam a oportunidade de embranquecer uma população maioritariamente negra¹².

No princípio do século XX, surgiram novas restrições de carácter social e sanitário: estavam impedidos de entrar maiores de 60 anos, possíveis portadores de doenças contagiosas e inválidos (1907). Após a primeira guerra e, igualmente, após a revolução de 1930, num contexto de crise económica, as restrições surgiram para conter o desemprego: as empresas eram obrigadas a ter pelo menos 2/3 de brasileiros natos¹³.

Em 1934, por reacção ao “perigo amarelo”¹⁴ por parte da bancada anti-japonesa, foi instituído o regime de quotas¹⁵, segundo o qual a entrada anual de imigrantes de um determinado grupo não poderia ultrapassar 2% do total de imigrantes que tivessem entrado no Brasil no decorrer dos últimos cinquenta anos. As quotas afectaram todos os grupos imigrantes, incluindo os portugueses.

Durante o Estado Novo (1937-1944), Getúlio Vargas acrescentou ao regime de quotas uma outra restrição, de carácter profissional: eram preferidos agricultores ou técnicos de indústrias rurais (80% da quota obrigatória). Mas o que caracterizou de forma mais marcante a política de Vargas foi a “assimilação forçada” – assim a chamavam as próprias autoridades – um conjunto de medidas que, integradas numa política de nacionalização do ensino e de valorização da língua portuguesa, proibia os imigrantes falar as suas línguas natais, inclusivamente no espaço doméstico¹⁶. Foi no contexto de tensão cultural (que incluiu vagas de nacionalismo antilusitano) decorrente desta política que Gilberto Freyre partiu em defesa da cultura luso-brasileira e da figura caluniada do colonizador português, elogiando a capacidade portuguesa de convívio com a diversidade, fundamental à unidade de um país continental, e os valores tradicionais portugueses como o necessário lastro comum. A perspectiva luso-brasileira de Freyre tornar-se-ia matriz no Governo Vargas e, em 1939, os portugueses foram excluídos do regime de quotas pelo Conselho de Imigração e Colonização¹⁷.

A esta medida seguiram-se outras que sustentariam a teoria de um modelo de nação de raiz lusitana¹⁸ ou de uma “brasilidade concebida no sentido lusitano”¹⁹. Para Westphalen e Balhana, os portugueses, ao abrigo da política e legislação imigratórias, foram praticamente tornados cidadãos nacionais sem precisarem de abdicar da sua nacionalidade de origem (1993). De entre as várias medidas desde então implementadas, destacam-se as seguintes: em 1949 foi exigido apenas um ano de residência aos portugueses que quisessem naturalizar-se brasileiros; em 1950 foram-lhes concedidos vistos sem quaisquer restrições; em 1970 foi celebrado o Acordo de Previdência Social/Segurança Social com Portugal; em 1972 assinou-se a Convenção de Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses e, em 1988, foi permitido a todos os originários de países de língua portuguesa residir apenas um ano para se tornarem cidadãos brasileiros²⁰.

3. PORTUGUESES NO SUL DO BRASIL: PROPOSTA DE VAGAS E PERFIS

A nossa proposta de construção de perfis limita-se à segunda metade do século XX e baseia-se na distinção de três etapas da emigração para o Brasil. Porque se saía de Portugal?

Nos anos 1950-1960, os portugueses emigravam por razões de ordem económica e política, a maioria para escapar ao serviço militar (guerra colonial) ou à pobreza, em busca de oportunidades e um futuro melhor. O movimento era também impulsionado por razões sócio-culturais. Partir para o Brasil impregnava o imaginário e as práticas (regionais e familiares) daqueles portugueses, dando origem a redes e expectativas que se reproduziam (como exemplo o “tio do Brasil”, figura mítica e real na maioria das famílias). Fazia parte do «campo de possibilidades»²¹ dos portugueses emigrar para o Brasil.

Comecei a trabalhar ainda não tinha 7 anos de idade, como aprendiz de costureira, saí de lá praticamente já profissional. Nós tínhamos uma tia e vim para o Rio de Janeiro com 14 anos, em 1 de Março de 1950. Vim a chamado dessa minha tia, com o meu pai, que já estava aqui depois eu vim com a minha mãe e o meu irmão, que tinha 11 anos.

Arminda, Porto, saiu em 1950.

E nós, que é que começamos a ver na nossa aldeia? Que de três que iam para o exército, de três voltava um, havia um índice grande de mortes. E aí a minha mãe começou a lamentar que ia perder os filhos e o pai então optou por vir fazer contactos, nós já tínhamos contactos com familiares, tínhamos tios... e o pai resolveu vir em final de 59 para ver se havia possibilidades de se acomodar aqui, de se instalar aqui. Em 61 ele chamou-nos. Vimos todos.

José, Águeda, saiu em 1963.

Já na década de 1970, o fluxo é motivado por razões políticas. A ditadura militar brasileira abriu as portas às elites ameaçadas pela Revolução de Abril e, por outro lado, aos portugueses de África que vinham das ex-colónias. A língua, mas sobretudo as redes, pesaram na escolha do destino.

Um amigo disse: “não, venha para o Brasil, a mesma língua, os mesmos costumes, as mesmas tradições...” Eu tinha três rapazes, o menor de dois anos, que saiu de Angola com seis meses, o mais velho com sete anos. “Vão lá para a escola, a língua é a mesma”. Na verdade segui o conselho e vim para o Brasil. Cheguei aqui em Junho 1976.

José, Castro Verde / Angola, chega ao Brasil em 1976.

Nós tínhamos umas pessoas amigas de Angola que iam sair também naquela altura e que conheciam umas pessoas aqui em Lagoa Vermelha, no sul. Na realidade a nossa primeira opção era ir para Lagoa Vermelha. Mas como essas pessoas saíram de Angola e foram para Portugal e chegaram depois de nós, pronto, nós chegámos cá e não conhecíamos as pessoas que eles conheciam em Lagoa Vermelha.

Maria João, Angola, chega ao Brasil em 1975.

Desde 1990, os portugueses que escolhem ir para o Brasil fazem-no por diversos motivos: como quadros de empresas, pelas diferenças cambiais que geram expectativas de qualidade de vida (reforma, compra de imóvel, oportunidades de negócio) ou por razões psico-emocionais (crescimento pessoal, estilo de vida alternativo, afectos, etc.).

Eu vim sozinho. Nunca cheguei a estar casado, vivia junto com uma mulher, durante quinze anos ou dezasseis, mas foi um namoro meio atribulado, fica... não fica..., vai... não vai..., ficava um ano, ficava dois anos sem ir... Uma coisa assim meio complicada. Depois em relação ao futuro de vida, decidi que não seria esse o meu caminho, não era essa a minha vontade, não

queria ter o tipo de vida que toda a gente tem, casar, ter filhos... Não sou muito assim, sou um pouco mais libertino, então tudo se juntou à parte do calor, que sempre foi uma das coisas que eu gostei no Brasil. Saí de Portugal um pouco por isso, porque sentimentalmente não estava bem, o frio complicava-me muito a vida, então vim para um país de calor (...). Como eu trouxe algum dinheiro de Portugal, a minha ideia seria, aqui, deixar de ser corretor ou mediador para ser investidor, poder comprar, vender, comprar, vender... Poderia ter feito uma pousada, não fiz porque não gostei do lugar, mas a ideia seria fazer alguma coisa.

José, Vila Nova de Gaia, chega ao Brasil em 2001.

“Achava que Florianópolis era tipo Sagres em ponto gigante, toda esta zona aqui, o resto era muito grande, tinha praias para fazer surf, o espírito era todo voltado para o surf, para a natureza e para as trilhas (?), e era um bocado o mito da ilha”. Em relação à profissão, “podia crescer um pouco mais, se bem que não ia ganhar tanto dinheiro mas ia produzir mais arquitetura, o volume de trabalho aqui é maior; podia estar a fazer coisas minhas e ver coisas minhas que estavam a ser feitas, não é só no papel, também via elas crescerem” (...). Mas, “a razão principal é que, com o dinheiro que eu ganho aqui, mesmo que seja pouco, posso-me permitir pagar muito melhores coisas e viver numa qualidade de vida muito melhor do que se eu viver em Lisboa”.

José, Lisboa, chega ao Brasil em 2004.

3.1. Perfil Vaga 1950-1960

- Solidariedade étnica inicial (redes).
- Dedicados ao comércio: padaria, bares, restaurantes, cafés, armazéns (secos e molhados), frutarias, etc. Presença nos mercados públicos.
- Alguns dedicados à produção hortícola.
- Percurso e distribuição do pão.

Estes portugueses que chegaram até fim dos anos de 1960 dedicaram-se basicamente ao comércio: retalho (no mercado público), donos de padarias, confeitarias, bares, cafés, “lanchonetes” e restaurantes. A maioria apresenta um percurso semelhante, em torno da distribuição ou reparto do pão, o que com tempo lhes permitiria poupar e comprar parte de um negócio (padaria, bar, etc.). Muitos deles conseguiram abrir quase mini-cadeias de bares, “lanchonetes” ou lojas (dentro dos colégios, das universidades, do mercado público, etc.). Em muitos casos, os negócios eram familiares e os portugueses souberam descobrir nichos de mercado. Em geral, ajudavam-se mutuamente.

História: José (além de comerciante também foi juiz e é hoje advogado) contou como o pai trabalhou, desde que chegou, em padarias, panificadoras e comércio de confeitaria. Aos poucos melhoraram a situação e assim abriram um restaurante e uma lanchonete. Dividiam o trabalho e a gestão dos estabele-

cimentos entre os irmãos. Encontraram nichos do mercado, por exemplo, abriram um posto de atendimento, que funcionava 24 horas, na Companhia Rio-grandense de Comunicações, onde as telefonistas trabalhavam 24 horas. Também abriram outras lancharias dentro das faculdades, etc. Nada foi sem esforço. Ele estudou à noite e assim fez o curso, que mais tarde lhe permitiu mudar de vida, quando já estava cansado dos negócios e dos problemas que traziam. Decidiu fazer concurso até entrar na Magistratura. Hoje é reformado como Juiz Classista e tem o seu próprio gabinete como jurista. Para além de ser dirigente sindical dos juízes, foi também presidente da Casa de Portugal. Mesmo que cansado dos negócios familiares, às vezes ainda colabora com a família. Recorda que a sua própria experiência laboral começou em tenra idade ainda em Portugal. Com 11 anos trabalhava na lavoura e perdeu parte de um calcanhar por causa de uma pisadela de uma vaca, o que nunca esqueceu.

Identities: Por terem chegado ainda crianças ou adolescentes revelam um sentimento de pertença ao Brasil inequívoco, reforçado pelas socializações primitivas no destino (escola, amigos, etc.). Guardam memórias difíceis de Portugal, lamentam a infância que perderam a trabalhar a terra ou a trabalhar no comércio, com o pai, já no Brasil.

Eu me recordo, fiz 59 agora há 15 dias atrás, e eu nunca me recordo da infância. Recordo-me de começar a trabalhar, de me levantar às quatro e meia da manhã, caminhar dois três quarteirões para pegar o ônibus para ir trabalhar... quer dizer, Inverno, Verão... então é isso que eu recordo (...) você tem que ter assim uma fase, a criança tem a fase de crescimento, brincadeira e estudo e eu não tive. Fui directo, de pequenino, para o serviço directo. Então, eu hoje, para você ter uma ideia, eu tenho colecções de carrinhos pequenos em casa. Para você ter uma ideia, a primeira coisa que eu comprei quando eu casei foi uma bicicleta porque eu tinha um sonho com a bicicleta e nunca a tive!
António, Águeda, 1952.

Eu sempre disse que eu sou o lisboeta mais gaúcho do mundo, e o gaúcho mais alfacinha de todo o universo. É verdade. Albergio no meu coração esse amor a esses dois países. Sou luso-brasileiro e esse é o drama de muitos lusos brasileiros, é estar aqui com saudades de Portugal e chegar a Portugal ficar com saudades do Brasil. Esse é o drama do luso-brasileiro.
Edgardo, Lisboa, 1951.

Sou portuguesa de nascença, sou brasileira de coração, ou vice-versa, porque não sei quem manda mais.
Arminda, Porto, 1950.

3.2. Perfil Vaga 1970

- Quem chega?
 - Exilados do 25 de Abril
 - “Retornados” de Portugal
 - Portugueses das ex-colónias
- Solidariedade étnica inicial
- Imigração qualificada
- Sem percurso ou perfil definido. No início foi a sobrevivência, desajuste profissional
- Diversidade de profissões desenvolvidas
- Ligação a Portugal e a África, ressentimento com governo português.

O apoio das redes de solidariedade portuguesas, a formação superior e a experiência profissional que traziam da origem contribuíram para a inserção mais ampla e diversificada no mercado de trabalho local, em sectores como empresas, bancos, etc.

História: José (Castro Verde/Angola) tinha-se dedicado à educação em Angola. Economista de formação, trabalhou na mesma empresa (ramo dos seguros) desde que chegou até se reformar (num cargo de liderança). Fez uma boa carreira profissional.

Identidades: Sobretudo os que vieram de África apresentam identidades com múltiplas ancoragens – Portugal, Brasil, Angola – e que pendem para Portugal, quando há laços familiares; para o Brasil, pelo acolhimento; ou para o país que deixaram e de que guardam memórias. Neste grupo nota-se um certo ressentimento em relação ao governo português: mágoas do processo de descolonização, o património erguido e subitamente perdido, o rótulo de “retornado” sobre os que voltaram a Portugal, o não reconhecimento de direitos como a reforma, o “abandono” ao longo do tempo.

Eu realmente consigo sentir, tanto em Angola como em Portugal, que eu estou em casa. E no Brasil, apesar de estar há mais anos, estou há trinta anos, mais do que estive em Angola, eu não consigo sentir-me... como é que eu vou dizer? Enraizada como se fosse a minha terra, não consigo sentir o Brasil deste jeito. (...). No fundo, no fundo, eu consigo dissociar uma Angola que era uma Angola portuguesa da Angola que é hoje, mas no meu coração é a minha Angola portuguesa. Então, ... na realidade eu sou uma angolana portuguesa.
Maria João, Angola, 1975.

Tinha a minha vida organizada lá, pensava em ficar, não tinha nascido em Angola mas considerava-me angolano, a minha esposa também tinha ido para lá de pequena. Hoje sentimos saudades de Angola, que tivemos de abandonar por força das circunstâncias. Viemos para Portugal na situação de “retorna-

dos”, epíteto vexatório, que sempre nos marcou... e ficámos ali à míngua, vivendo com o auxílio de familiares porque o governo português ignorou-nos (...). Mas eu já não me sinto português! Eu estou enraizado no Brasil e eu sou mais brasileiro que português porque aqui a nossa pátria, a nossa terra, é onde nós estamos, onde nos relacionamos socialmente, onde trabalhamos, onde ganhamos o pão de cada dia, e eu, apesar de não ser natural daqui, depois do tempo de serviço consegui a minha aposentadoria! E no meu país eu não consigo porque a previdência portuguesa me nega esse sagrado direito de me aposentar, tendo eu, através do organismo de Educação competente, conseguido a contagem do tempo exercido!

José, Castro Verde / Angola, 1976.

3.3. Perfil Entre Séculos (desde 1990)

- Contexto da globalização (fluidez)
- Diversidade de motivações:
 - Amor/pessoal
 - Futuro profissional, saturação do mercado português
 - Oportunidades de negócios
 - Expatriados (quadros de empresas portuguesas)
 - Atributos valorizados do Sul por contraste a outras regiões do Brasil (qualidade de vida), SC mais atraente que RS.

Em relação aos que chegaram mais recentemente, entre séculos, a sua inserção tem sido tão diversificada como as motivações específicas que os levaram a empreender esta experiência: amor, aventura, falta de oportunidades em Portugal. Em todos os casos, se bem que a inserção seja muito diversificada, a experiência é reconhecida por eles e elas como de sucesso, especialmente considerando que os objectivos que têm conseguido atingir no Brasil não são atingíveis em Portugal. Para eles, o Brasil é a terra de oportunidades, sendo um paradoxo hoje em dia, quando são os brasileiros que emigram para Portugal na busca de outro futuro.

História: José (jovem arquitecto que estudou em Portugal, Bélgica e França, e emigrou há dois anos) trabalhava num dos estúdios de arquitectura mais reconhecidos de Portugal. Trocou Lisboa por Florianópolis, onde tem conseguido mais independência profissional e onde é possível desenvolver a criatividade e originalidade, “crescer” profissionalmente e praticar surf, num estilo de vida que conjuga natureza e trabalho.

Identities: Sentem-se portugueses, sem sintomas maiores de divisão entre um mundo e o outro.

Eu sinto-me mais português. Acho que vou ser sempre português. Tenho que me adaptar a certas situações brasileiras, mas sempre português, até

porque escolhi aqui, optei por morar aqui e tenho que me adaptar a essas situações, senão vou ficar excluído, mas vou ser sempre português, sempre!

Artur, Almada, 1993.

4. AS REDES E O DESTINO

A imigração de portugueses para o sul do Brasil foi uma imigração de redes. Estas redes, baseadas na família, em amizades ou laços com as comunidades de origem, prestaram um apoio valioso aos recém-chegados. Dependendo do ano de chegada – no caso do Sul de Brasil distinguimos acima 3 períodos ou momentos diferentes – a rede facilitava a migração sobretudo através da carta de chamada. A carta de chamada era facultada por um familiar ou conhecido, sendo que quando os próprios emigrantes não podiam facultá-la, utilizavam as suas próprias redes e contactos para o fazerem. No início da experiência migratória, as redes eram fundamentais porque assistiam os imigrantes no momento da chegada, facilitando sobretudo informação, um lugar para ficar e emprego. No entanto, podiam também tornar-se restritivas ou uma barreira na promoção do imigrante. As histórias que se seguem ilustram diferentes situações:

Edgar (Lisboeta, 83 anos, chegou ao Brasil em 1951 mais à aventura do que outra coisa) confessou: “as cartas de chamada eram o documento sine qua non para migrar. As cartas eram falsas. Eram falsas. Não quero dizer o termo falsas mas eram artificiais, digamos assim. Um primo arranjava algum comerciante conhecido que assegurava que lhe dava emprego mas nunca mais queria saber da pessoa. Aquilo era só para poder adquirir o passaporte de emigrante para o Brasil.” No caso do Edgar, a carta foi facilitada por um tio que morava no Rio de Janeiro.

O caso do José (de Pedações, Águeda, emigrou em 1963 com 14 anos) é diferente. Ele precisou de carta de chamada devido à idade e também porque era candidato ao serviço militar. Com 14 anos já podia trabalhar e precisava de carta. A situação era diferente da dos irmãos que com ele viajaram, que eram mais novos e foram registados no passaporte da mãe. Para além do pai, que já tinha emigrado uns anos antes, outros membros da família já moravam em Porto Alegre, a irmã da mãe e dois cunhados da mãe.

Nestes casos, a carta de chamada foi facultada por familiares ou amigos, maioritariamente da terra. Quando a carta de chamada deixou de ser o instrumento legal necessário, outros imigrantes viajaram com salvo-conduto, como foi o caso dos oriundos ou chegados directamente de África, ou com vistos de turistas que com o tempo se transformaram em vistos de residência.

Maria João (portuguesa natural de Angola, emigrou em 1975) saiu na última coluna militar portuguesa que os acompanhou à África do Sul, onde

tinham redes familiares (tios) que ajudaram a obter os documentos legais para emigrar para o Brasil. Decidiram emigrar para o estado de Rio Grande do Sul porque para lá também iriam uns portugueses amigos de Angola. Como eles viajaram antes da data prevista, e os amigos estavam em Portugal, ao chegarem a Porto Alegre não conheciam ninguém. Dirigiram-se ao consulado português que os aconselhou a ir à Casa de Portugal, onde receberam ajuda. No caso da família de Maria João as redes eram pouco concretas, quase imaginárias, mas a solidariedade étnica dos portugueses ajudou a que em pouco tempo eles criassem novas redes.

Embora em geral as redes tenham sido um elemento de integração dos imigrantes, há casos que ilustram o contrário, como o de Arminda cuja vida só melhorou quando deixou de trabalhar com o pai:

Arminda (Porto, emigrou em 1950 com 15 anos) tinha alguma aptidão para a costura, pelo que às vezes conseguia obter algum dinheiro extra. No entanto, teve que trabalhar na padaria do pai onde nem sempre havia dinheiro para pagar aos empregados ou para outros gastos. Arminda trabalhava sem receber um ordenado. Pelo contrário, como ela sempre tinha uns trocos da costura, o pai até lhe pedia para completar as contas dizendo que algum dia a padaria seria sua. Para ela, uma jovem, era muito frustrante. Lembra-se de ter perdido uma grande festa porque emprestou ao pai o dinheiro que tinha poupado para comprar os sapatos com que iria à festa.

5. CONCLUSÕES

Procurámos dar visibilidade à imigração portuguesa no Sul do Brasil, apagada perante outras imigrações e nos próprios estudos de imigração. Salientámos particularidades ao extremo da generalização, sistematizando o que descobrimos em campo (exercício que ao mesmo tempo permitiu compreender e desconstruir estereótipos, como o do português “padeiro e comerciante”, correspondente ao primeiro período considerado, entre 1950 e 1960).

Destacamos, em resumo, o que adquire maior relevo nesta imigração: o peso do capital social na inserção no destino (evidente nos imigrantes mais recentes e mais qualificados), o factor “modernidade”, cuja velocidade simbólica propicia a busca reflexiva por alternativas e estilos de vida e, fundamental, a importância das redes na decisão pelo destino e na etapa inicial do ciclo migratório. O tipo de sociabilidades desenvolvido – para fora da comunidade, em múltiplas direcções – confirma-se como elemento facilitador de integração²². Se no início se relacionavam mais com outros portugueses, foram-se expandindo, com o tempo, para fora da comunidade. A maioria casou com brasileiros e brasileiras. Neste sentido, os portugueses não foram endogâmicos, quer ao nível da interacção social quer ao nível do casamento. Isto permite perceber também porque, apesar das memórias e saudades de Portugal, muitos deles se sentem mais brasileiros que portugueses.

Os objectos por cima da cómoda (da casa de uma entrevistada em Porto Alegre), alusivos a Portugal, representam a hibridez e o convívio com outras realidades



Consideramos que os portugueses estão bem integrados no sul do Brasil, embora por vezes, quando comparados com os italianos ou alemães, apareçam numa posição inferiorizada, como revela o testemunho do senhor Edgar, para quem os portugueses representam “uma etnia pequena e pobre. Pobre no sentido de grandes riquezas, quer dizer, não somos pobres no sentido de indigência. Somos pobres no sentido relativo”.

Finalmente, uma breve nota sobre a relação com o governo português, marcada por sentimentos de ressentimento ou abandono e que merecerá, da nossa parte, posterior desenvolvimento analítico.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Manuela (1970), *Política de Emigração e Comunidades Portuguesas*, Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- ANTUNES, M. L. Marinho (1970), “Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários”. *Análise Social*, n.º 30-31.
- BAGANHA, Maria Ioannis (2000), “La emigración portuguesa después de la Segunda Guerra Mundial”, in ed. António Costa Pinto, *Portugal Contemporâneo*, Madrid: Sequitur.
- BAGANHA, Maria Ioannis B. (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*, n.º 128.
- FIORI, Neide (2006), “Imigração portuguesa e nacionalismo cultural brasileiro: o ‘regime de cotas’ de imigrantes”, in *II Congresso Internacional sobre A Imigração em Portugal e na União Europeia*, Angra do Heroísmo (Açores).
- GARCIA, José Luís (2000), *Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados. Dois estudos introdutórios*, Oeiras: Celta.
- HAHNER, June (1976), “Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (vários anos) – *Anuário Estadístico*.
- Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s.” *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol 18, n.º 2.
- Junta Nacional da Emigração (vários anos) – *Boletim Anual*.

- KLEIN, Herbert (1991), "The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the late Nineteenth and Twentieth Century". *Journal of Latin America*, vol. 23, n.º 2.
- KUHN, Fábio (2002), *Breve história do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Leitura XXI.
- LAYTANO, Dante de (1958), "Os Portugueses", in Enciclopédia Rio-Grandense, vol. 5, Imigração, Ed. Regional Lda., Canoas, RGS.
- MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta.
- PADILLA, Beatriz (2004), "A imigração invisível. Presença portuguesa no Rio da Plata", in *Colóquio Internacional sobre Território e Povoamento*, Instituto Camões, Colónia de Sacramento (Uruguai).
- SÁNCHEZ-ALONSO, Blanca (2005), "Políticas de imigração na América Latina", in ed. António Barreto, *Globalização e Migrações*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (1984), *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (2004), Informação disponível em www.secomunidades.pt. Acesso em Setembro.
- SKIDMORE, Thomas (1994), "Criadores de mitos: os arquitetos da identidade nacional brasileira", in Thomas Skidmore, *O Brasil visto de fora*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VELHO, Gilberto (2002), "Prestígio e ascensão social: dos limites do individualismo na sociedade brasileira", in *Individualismo e Cultura, Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti (1993), "Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa", in Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira, *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos.

NOTAS

- 1 Equipa integrada por Helena Carreiras, Andrés Malamud, Beatriz Padilla, Maria Xavier Villas Bôas e Diego Bússola, com assistência de Fátima Carreiras.
- 2 O projecto referido incidiu nos dois estados mais a sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).
- 3 Indicava também que, dos 700 000 portugueses residentes no Brasil, 210 000 nasceram em Portugal. A nível regional, segundo os responsáveis consulares, 800 estavam no estado de Santa Catarina (400 na capital, Florianópolis) e 2 500 no estado do Rio Grande do Sul (em 2005). Recuando no tempo, em 1912 chegaram 373, número mais alto de portugueses a chegar ao Rio Grande do Sul. E, entre 1941 e 1946, dos 9 073 que chegaram ao Brasil, apenas 19 se dirigiram para o Rio Grande do Sul (LAYTANO, 1958: 126).
- 4 PADILLA, 2004.
- 5 SKIDMORE, 1994; FIORI, 2006 e Hahner, 1976.
- 6 KLEIN, 1991.
- 7 VELHO, 2002.
- 8 HAHNER, 1976.
- 9 WESTPHALEN e BALHANA, 1993.
- 10 SÁNCHEZ-ALONSO, 2005: 109.
- 11 SÁNCHEZ-ALONSO, 2005: 106.
- 12 FIORI, 2006.
- 13 WESTPHALEN e BALHANA, 1993.
- 14 Segundo Fiori, no ano de 1934 eram cerca de 175 000 os japoneses e seus descendentes a viver no Brasil.

- 15 Artigo 121.º da Constituição Brasileira de 1934.
16 FIORI, 2006.
17 FIORI, 2006.
18 FIORI, 2006.
19 SCHWARTZMAN et al, 1984.
20 WESTPHALEN e BALHANA, 1993.
21 VELHO, 2002.
22 MACHADO, 2002.

MONUMENTOS À IMIGRAÇÃO: AS SEDES DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO, EM INÍCIOS DO SÉC. XX

Vitor Manoel Marques da Fonseca

INTRODUÇÃO

No 1.º Seminário Internacional sobre a Imigração Portuguesa para o Brasil, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2005, apresentei a comunicação “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909”¹. Nesse trabalho, aproveitando dados coletados para elaboração de tese de doutorado acerca do associativismo no Rio de Janeiro entre 1903 e 1916, traço um quadro de associações de portugueses e de influência portuguesa que detinham personalidade civil de acordo com a legislação da época, investigando suas características e objetivos, fundadores e dirigentes, e tentando identificar ligações entre os dois tipos de associação, de modo a verificar como interagiam os imigrantes com a sociedade brasileira.

Este texto mantém o objetivo de auxiliar na reconstituição do cenário das associações lusitanas na Capital Federal, mas, agora, combinando, principalmente, dados obtidos na pesquisa de doutoramento com dados censitários, mapas e fontes iconográficas de prédios, alguns ainda hoje existentes, usados como sedes dessas agremiações. A idéia básica é investigar até que ponto as sedes, por sua localização e configuração arquitetônica, serviram simultaneamente aos objetivos do grupo e funcionaram como monumentos à imigração portuguesa e aos valores lusitanos presentes na cultura brasileira, o que muitas continuam sendo ainda hoje, quando as sociedades que as possuíram já não têm a mesma força ou foram extintas.

Os limites cronológicos deste trabalho são 1903 e 1912, a primeira data advinda do ano inicial da documentação de minha principal fonte documental, os dossiês de registro de sociedades civis do 1.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, e a última determinada pelo estágio atual da pesquisa principal. Dessa fonte foi possível obter dados sobre as associações organizadas com personalidade civil, suas características principais e endereços de suas sedes. A existência de censos em 1890, um específico para a cidade do Rio de Janeiro em 1906 e o geral de 1920² permitiu relacionar os dados das associações com os dados gerais sobre a colônia portuguesa na cidade, o que

pôde ser visualizado espacialmente a partir de três mapas de anos próximos aos dos censos e do período cronológico abrangido³. Para as imagens fotográficas de época aqui reproduzidas, recorreu-se a uma importante obra sobre os portugueses no Brasil realizada na década de 1920⁴. Para as demais, cuidou-se de fotografar *in-loco* prédios ainda hoje existentes na cidade.

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

Durante todo o séc. XIX e boa parte do séc. XX, o Brasil foi o principal destino da imigração portuguesa e a colônia portuguesa sempre a maior⁵. Em termos geográficos, o Rio de Janeiro foi o principal porto de desembarque, “[...] por muito tempo, a segunda maior cidade portuguesa no mundo”⁶.

O censo de 1872 estimava que os portugueses constituíam 2/3 da população estrangeira presente na Corte. Em 1890, os portugueses correspondiam a 24% de toda a população do Distrito Federal e representavam 68% de toda a população estrangeira que nele habitava. O recenseamento de 1906, voltado exclusivamente para o Rio de Janeiro, afirma que os portugueses atingiam 1/5 da população. Haviam, portanto, diminuído em termos de sua expressão no total dos habitantes, embora houvessem aumentado sua participação entre os estrangeiros, alcançando então 71% destes. Em 1920, eram 15% da população carioca, um pouco menos do que em 1906, mas mantinham a proporção de 71% em relação à da população estrangeira.

Em 1920, a superioridade numérica dos portugueses frente aos cidadãos de outras nacionalidades era de tal monta que, expressa como foi no censo daquele ano em termos de estatura humana⁷, os lusos são apresentados como gigantes e os demais povos como lilliputianos minúsculos ou mesmo microscópicos.



A representação gigantesca da presença de portugueses no Brasil ocorre numa conjuntura de forte discussão sobre o caráter do brasileiro e dos problemas ou vantagens que advinham da origem lusitana do Brasil. Independentemente de se considerar essa origem um atributo positivo ou negativo, era inegável a preponderância de portugueses, e que assim continuavam, por seus filhos e netos, a formar a sociedade brasileira.

OS PORTUGUESES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Os censos de 1890, 1906 e 1920 dispõem de quadros distribuindo a população estrangeira da cidade do Rio de Janeiro primeiramente pelas paróquias, depois pelos distritos existentes⁸, o que permite visualizar a distribuição dos imigrantes pelo espaço urbano de uma cidade em forte processo de expansão espacial. Para nossa análise, interessam os dados referentes à população portuguesa.

Em 1890, a presença dos cidadãos portugueses estava assim distribuída⁹:

Distribuição de portugueses por paróquias da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1890

PARÓQUIAS	QUANTIDADE	PARÓQUIAS	QUANTIDADE
Candelária	4 037	Gávea	773
São José	11 541	Engenho Novo	4 245
Santa Rita	12 315	Irajá	1 594
Sacramento	8 873	Jacarepaguá	1 079
Glória	8 825	Inhaúma	2 745
Santana	16 173	Guaratiba	424
Santo Antônio	7 070	Campo Grande	1 036
Espírito Santo	6 809	Santa Cruz	646
Engenho Velho	8 155	Ilha do Governador	437
Lagoa	4 852	Ilha de Paquetá	117
São Cristóvão	3 736	Total	105 482

Trabalhando com um mapa do Rio de Janeiro de data aproximada¹⁰ e nele marcando somente as paróquias com mais de 4000 portugueses, temos o resultado a seguir:



Em fins da década de 1870, a cidade se ampliava em várias direções – o que denominamos atualmente Zona Sul estava ultrapassando os limites estreitos do Catete e Glória em direção a Botafogo, ao Cosme Velho e à Lagoa; a extensão das linhas de bonde melhorava a circulação para São Cristóvão, Engenho Velho, Catumbi e Rio Comprido pela Zona Norte, além da região da Saúde e Gamboa. Mesmo assim, dessas áreas, apenas em São Cristóvão e no Engenho Velho havia presença de portugueses identificada no Censo.

A análise combinada da tabela acima e do mapa torna evidente que a população portuguesa estava concentrada na área de ocupação mais antiga e mais urbanizada do Distrito Federal. Um número significativo de portugueses já residia na Glória e na Lagoa, enquanto a presença mais significativa na Zona Norte ficava restrita ao Engenho Novo, à paróquia do Espírito Santo (região do atual bairro do Estácio) e ao Engenho Velho, em ordem crescente de importância.

Havia uma pequena presença portuguesa em áreas rurais de ocupação antiga, provavelmente trabalhadores dedicados ao fornecimento de hortifrutigranjeiros à cidade. O número é pequeno e por isso essas áreas não foram marcadas no mapa, mas a mais importante delas era Inhaúma, seguida por Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande e finalmente Guaratiba.

Obviamente essa concentração geográfica nas áreas mais urbanizadas está relacionada ao perfil profissional desses imigrantes, em sua maioria operários e trabalhadores do setor terciário, desde ambulantes a condutores de carroças e bondes.

Em 1906¹¹, os dados apresentam algumas mudanças, conforme quadro a seguir:

Distribuição de portugueses por distritos da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1906

DISTRITOS	QUANTIDADE	DISTRITOS	QUANTIDADE
Candelária	1 734	São Cristóvão	6 440
Santa Rita	11 327	Engenho Velho	6 112
Sacramento	7 549	Andaraí	6 845
São José	10 260	Tijuca	1 454
Santo Antônio	9 071	Engenho Novo	3 452
Santa Teresa	1 474	Méier	3 443
Glória	10 760	Inhaúma	7 995
Lagoa	7 700	Irajá	3 067
Gávea	1 722	Jacarepaguá	745
Santana	8 057	Campo Grande	1 609
Gamboa	10 045	Guaratiba	207
Espírito Santo	9 745	Santa Cruz	314
Total			132 529

Uma mudança muito significativa é o aumento do número de imigrantes portugueses, que passou de 105 482 para 132 529, um aumento de 27 047, crescimento percentual de cerca de 25%, indicando que o Rio de Janeiro permanecia exercendo grande atração sobre os portugueses que emigravam.

Dado o grande número de distritos com forte presença lusitana, marcamos no mapa¹² abaixo apenas aqueles com mais de 6 000 portugueses.



As alterações sofridas pela cidade na gestão do prefeito Pereira Passos vão se evidenciar na configuração geográfica da colônia. O “bota abaixo” levou à destruição de uma enorme quantidade de cortiços, cabeças de porco e outros tipos de habitação popular que, embora insalubres, estavam localizados na área

central da cidade, próximos às áreas de comércio, serviço e pequena indústria, regiões de trabalho da população pobre, e que constituíam a principal opção em termos de habitação popular.

Os subúrbios, áreas residenciais e industriais que se constituem ao longo das vias férreas, vão surgir como opções de moradia para essa população pobre que é expulsa do Centro. Ao mesmo tempo, o Centro perdia importância enquanto área de residência, configurando-se cada vez mais como área de decisões políticas e centro econômico, de comércio e de serviços. É interessante observar que algumas das freguesias centrais perdem significativa presença portuguesa, provavelmente por terem sido locais onde as demolições foram mais numerosas. É o caso da Candelária que, em 1906, comportava cerca de 54% da população lusitana que havia tido em 1890.

O mapa demonstra que se o Centro continuava sendo uma área de grande presença demográfica lusa, essa população caminhava cada vez mais para outras áreas, acompanhando o crescimento da cidade.

Uma primeira observação diz respeito às freguesias da Zona Sul, principalmente em áreas de ocupação mais recente. Enquanto na Glória, área mais antiga, a população portuguesa cresceu cerca de 18% entre 1890 e 1906, taxa inferior ao crescimento do número de portugueses na cidade, na Lagoa, freguesia que abrangia os atuais bairros de Botafogo e Copacabana, a taxa de crescimento entre os dois censos foi de cerca de 58,7%. Se considerarmos que esses bairros litorâneos cresceram em grande parte também como áreas de residência mais nobre, é possível supor que uma parcela da população portuguesa que para eles migrava, vivia também um processo de ascensão social.

Mas o que fica mais evidente é que a maior migração da população portuguesa era, como o restante da população, para a Zona Norte e para o subúrbio. Se a freguesia do Espírito Santo, ainda bastante próxima do Centro, passou de 6 809 portugueses em 1890 para 9 745 em 1906, num crescimento de cerca de 43%, e, portanto, muito mais do que a porcentagem total do aumento dos portugueses no período, os números ficam muito maiores e mais eloqüentes, se trabalharmos com as freguesias de São Cristóvão e Inhaúma.

Em 1890, São Cristóvão tinha 3 736 portugueses recenseados, abaixo dos 4 000 que estabelecemos necessários para indicação no mapa. O bairro, que hoje é identificado como um bairro português¹³, em 1906, possuía 72,37% mais pessoas dessa nacionalidade do que em 1890.

Mas essa porcentagem é pequena quando confrontamos com os números de portugueses em Inhaúma nos dois censos. No primeiro, eram apenas 2 745, bastante abaixo do necessário para marcação no mapa. Em 16 anos, entretanto, a população lusitana quase triplicou, passando para 7 995, numa porcentagem de crescimento de 191,25%. Irajá também passou a ter em 1906 quase o dobro de portugueses, um aumento de exatos 92,4%. O crescimento da população lusa de Inhaúma e Irajá evidencia bem a situação de classe desse segmento da população.

O Censo de 1920¹⁴ apresenta novos dados:

Distribuição de portugueses por distritos da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1920

DISTRITOS	QUANTIDADE	DISTRITOS	QUANTIDADE
Candelária	1 173	Engenho Velho	6 351
Santa Rita	11 419	Andaraí	11 479
Sacramento	8 295	Tijuca	2 042
São José	7 778	Engenho Novo	3 785
Santo Antônio	12 901	Méier	4 761
Santa Teresa	1 347	Inhaúma	13 311
Glória	11 332	Irajá	8 804
Lagoa	8 546	Jacarepaguá	1 396
Gávea	1 946	Campo Grande	3 856
Santana	9 887	Guaratiba	468
Gamboa	14 177	Santa Cruz	582
Espírito Santo	12 262	Ilhas	1 070
São Cristóvão	8 469	Copacabana	3 154
Total			172 633

O mapa abaixo¹⁵ representa parte desses dados.



Entre 1906 e 1920, a população de portugueses na cidade cresceu em 40 104 novos imigrantes, percentualmente, cerca de 38%. A análise combinada dos dados do censo com a representação das áreas com maior número de portugueses permite algumas inferências.

Dos 14 distritos com mais de 6 000 portugueses, apenas cinco (Santo Antônio, Santa Rita, Santana, Sacramento e São José) integravam a área do centro da cidade de ocupação mais antiga, cabendo observar, como se verá num quadro mais abaixo, que, excetuado Santo Antônio, os demais perderam portugueses quando comparados os números de 1890 e 1920. A Gamboa, região de maior presença lusa em 1920, embora também na área central, teve sua dinamização a partir das obras no Porto, e só é citada como distrito com forte presença portuguesa no Censo de 1906.

Dos demais oito distritos, dois são da Zona Sul, achando-se o distrito da Glória em sétimo lugar, crescendo 28,4% no período, e, em décimo, o da Lagoa, que, no entanto, crescia 76,13%, muito mais no mesmo período. Os demais distritos presentes eram localizados na Zona Norte (na ordem de crescimento, Andaraí, São Cristóvão e Engenho Velho) e do subúrbio (Inhaúma e Irajá). As grandes revelações são exatamente esses dois últimos: Inhaúma foi o segundo lugar e Irajá o nono em presença de portugueses. Inhaúma cresceu 384,91% no período e Irajá cresceu percentualmente ainda mais, 452,32%. Fica evidente, portanto, que a comunidade lusitana deslocou-se também acompanhando o crescimento da cidade, para a Zona Norte e os subúrbios em busca de habitação barata e crescente oferta de empregos. Parte da comunidade viveu, provavelmente, um processo de ascensão social, passando a residir na área mais nobre da cidade, a Zona Sul, ou foi para lá por empregos, enquanto outra parte permaneceu no Centro, também por proximidade ao trabalho.

O quadro abaixo, comparando as informações por paróquia/distrito e censo, pode permitir outras conclusões interessantes.

Quadro comparativo da distribuição de portugueses por paróquias e distritos da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1890, 1906 e 1920

PARÓQUIA/DISTRITO	1890	1906	1920
Andaraí	–	6 845	11 479
Campo Grande	1 036	1 609	3 856
Candelária	4 037	1 734	1 173
Copacabana	–	–	3 154
Engenho Novo	4 245	3 452	3 785
Engenho Velho	8 155	6 112	6 531
Espírito Santo	6 809	9 745	12 262
Gamboa	–	10 045	14 177
Gávea	773	1 722	1 946
Glória	8 825	10 760	11 332
Guaratiba	424	207	468
Ilha de Paqueta	117	–	–
Ilha do Governador	437	–	–

Cont.

PARÓQUIA/DISTRITO	1890	1906	1920
Ilhas	–	–	1 070
Inhaúma	2 745	7 995	13 311
Irajá	1 594	3 067	8 804
Jacarepaguá	1 079	745	1 396
Lagoa	4 852	7 700	8 546
Méier	–	3 443	4 761
Sacramento	8 873	7 549	8 295
Santa Cruz	646	314	582
Santa Rita	12 315	11 327	11 419
Santa Teresa	–	1 474	1 347
Santana	16 173	8 057	9 887
Santo Antônio	7 070	9 071	12 901
São Cristóvão	3 736	6 440	8 469
São José	11 541	10 260	7 778
Tijuca	–	1 454	2 042
Total	105 482	132 529	172 633

AS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Entre 1903 e 1912 existiam na Capital Federal as seguintes associações portuguesas:

Associações portuguesas e suas datas de fundação

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa	29/06/1884
Associação Port. de Beneficência Memória de Luís de Camões	10/06/1880
Benemérita Sociedade Port. Caixa de Socorros D. Pedro V	31/05/1863
Centro Beneficente da Colônia Portuguesa	24/05/1896
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses	05/07/1908
Congregação dos Artistas Portugueses	28/09/1883
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	08/07/1882
Grémio Republicano Português	19/05/1908
Liceu Literário Português	10/09/1868
Liga Monárquica D. Manuel II	–
Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	26/05/1863
Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência	17/05/1840
Real Centro da Colônia Portuguesa	23/12/1892

Cont.

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Real Gabinete Português de Leitura	14/05/1837
Retiro Literário Português	30/06/1859
Sociedade Fraternidade Açoriana	15/08/1881
União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	18/08/1907

As informações sobre essas associações foram obtidas no registro por elas realizado, entre 1903 e 1912, no atual 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro¹⁶, procedimento burocrático fundamental, segundo a legislação da época, para obtenção de personalidade jurídica. Entretanto, desconheço as razões, existiram sociedades que não se registraram nesse período, como as acima com asterisco, que eram já antigas e extremamente importantes junto à comunidade portuguesa e à sociedade brasileira.

Além das sociedades acima, que se caracterizavam por serem integradas e dirigidas somente por portugueses, existiam outras agremiações com forte influência portuguesa, evidenciada até em suas denominações. Também registradas no mesmo Cartório, são as seguintes:

Associação de influência portuguesa e suas datas de fundação

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes	29/11/1896	Clube de Regatas Vasco da Gama	21/08/1898
Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão	21/09/1887	Congregação dos Filhos do Trabalho Dom Carlos I Rei de Portugal	08/04/1883
Associação Beneficente Memória a Dom Afonso Henrique e Serpa Pinto	20/06/1903	Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal	31/03/1895
Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	01/01/1882	Congresso Beneficente Alto Mearim	15/08/1886
Associação de Socorros Mútuos Dona Maria Pia	12/06/1881	Congresso Beneficente General Cunha	21/04/1900
Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei Dom Sebastião	08/09/1883	Fraternidade Beneficente da Colônia Portuguesa	29/06/1884
Associação de Socorros Mútuos Memória ao Poeta Bocage	07/09/1884	Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco	30/05/1884
Associação de Socorros Mútuos Memória Ester de Carvalho	22/01/1884	Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale	15/08/1865
Associação de Socorros Mútuos Memória Restauração de Portugal	15/08/1882	Real Associação de Socorros Mútuos Memória Dom Luís I	10/06/1872
Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama	11/07/1880	Real Sociedade Clube Ginástico Português	31/10/1868

Cont.

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Benemerita Loja Capitular Luís de Camões	00/11/1908?	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia	05/05/1888
Centro Beneficente D. Amélia – Rainha de Portugal	23/10/1898	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses do Primeiro de Dezembro de 1640	25/04/1884
Centro Beneficente Homenagem ao Conselheiro Augusto de Castilho	07/01/1902	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel	
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	01/04/1897	União Social	22/08/1907

Em sua maioria, essas associações são de auxílio mútuo, registraram-se em maior número no ano de 1907, ambas as características semelhantes às das demais associações do período¹⁷.

Para algumas associações que se registraram, dispomos de dados sobre suas sedes, que podem ser endereços completos ou apenas a menção de um prédio ou bairro onde funcionavam. Para os 573 registros de associações junto ao 1.º Ofício no período, dispomos de dados sobre as sedes de 199 associações, das quais 13 são associações portuguesas ou de influência portuguesa. Possuímos também informações quanto a mais duas outras sociedades portuguesas, cujos prédios existem até hoje, a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Real Gabinete Português de Leitura.

Essas associações têm suas sedes no Centro, conforme a tabela e o mapa abaixo¹⁸:

Associações de influência portuguesa e endereços de suas sedes

ASSOCIAÇÃO	SEDE	BAIRRO
Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale	Buenos Aires (Rua)	Centro
Retiro Literário Português	Carioca (Rua) n. 45	Centro
Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão	General. Câmara (Rua) n. 295	Centro
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	Hospício (Rua) n. 172 (170) (sede própria)	Centro
Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões	Luís de Camões (Rua) n. 28	Centro
Benemerita Soc. Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V	Marechal Floriano (Rua)	Centro
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses	Marechal Floriano (Rua) n. 140	Centro
Real Associação de Socorros Mútuos Memória D. Luís I	Núncio (Rua) n. 20 (sede própria)	
Liga Monárquica D. Manuel II	Passos (Avenida) n.	Centro

Cont.

ASSOCIAÇÃO	SEDE	BAIRRO
Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e Serpa Pinto	São José (Rua) n. 122	Centro
Congresso Beneficente General Cunha	São Pedro (Rua) n. 182	Centro
Cong. dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	Senador Eusébio (Rua) n. 224 (sede própria)	Centro
Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	Uruguaiana (Rua) n. 93	Centro
Real Gabinete Português de Leitura	Luiz de Camões (Rua)	Centro
Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência	Santo Amaro (Rua)	Glória



A concentração dessas associações se dá entre a Rua Uruguaiana e a Rua do Núncio, cuja parte constitui a atual Avenida Tomé de Sousa. São exceções a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, que se situa na Glória, a Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e Serpa Pinto, na Rua São José, e a Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal, na Rua Senador Eusébio, rua que desapareceu em virtude da posterior abertura da Avenida Presidente Vargas.

O Centro, portanto, concentrava as sedes das associações. Dos 199 registros com endereços, onze não tiveram seus bairros identificados. Das demais 188, 135 eram também localizadas nessa área.

O Centro foi, durante muito tempo, uma importante área residencial, o que favorecia o recurso pelo associado à sua agremiação para obtenção dos benefícios que buscava (assistência médica, odontológica, advocacia, pensões etc.). O mesmo se dava na mão inversa, já que as associações tinham seus integrantes muito próximos, o que facilitava desde a concessão de benefícios até a

cobrança de contribuições. Região de ocupação mais antiga, dispunha também de melhor rede de transportes e, até mesmo para associados residentes em bairros mais afastados, o Centro se constituía como local de fácil acesso, dadas as redes de bondes, trens e mesmo as barcas, fazendo a ligação com Niterói. A área é ainda hoje considerada tão importante que é comum que moradores da Zona Norte ou dos subúrbios se refiram a uma ida ao Centro como uma ida “à cidade”, como se seus locais de residência não integrassem esse mesmo espaço urbano.

Um outro importante fator a ser considerado é que essa área, nas primeiras duas décadas do séc. XX, era também centro econômico, local de concentração de indústrias e de estabelecimentos comerciais. Mas o principal é que ela se configurava como o centro das decisões políticas, constituído pelo grande número de órgãos públicos aí sediados – estar próximo fisicamente das autoridades parecia favorecer o bom funcionamento das associações.

AS SEDES ENQUANTO MONUMENTOS

Para todas as associações, o edifício de sua sede testemunhava positivamente a sua confiabilidade. E confiabilidade era um valor fundamental, na medida em que somente assim alguém podia se sentir seguro para pagar contribuições que retornariam como benefícios muitos anos depois ou somente depois da morte do contribuinte, nos casos de auxílios para funeral e luto ou pensões às famílias. Por isso muitas associações chamavam a atenção, em suas publicações, às vezes até com fotos, que possuíam sede própria. Inversamente, se o prédio não constituía motivo de orgulho, anunciava-se tratar-se de sede provisória.

A sede era valorizada pela localização e monumentalidade. Nesse sentido, os materiais de sua construção e os elementos decorativos de sua fachada tinham por objetivo proclamar publicamente os valores da associação e mostrar seu sucesso enquanto agremiação.

As sedes das associações ligadas a nacionalidades funcionavam também como sinais em pedra e cal e, portanto, com a perenidade do imóvel, dos valores da cultura e sociedade de origem. No caso dos portugueses, os prédios de suas associações proclamavam o orgulho de ser português, os valores de caridade, trabalho e honestidade que caracterizariam seus nacionais, além de assinalarem a origem portuguesa da nação brasileira.

As dimensões são aspectos importantes para os prédios se destacarem, seja horizontal ou verticalmente. No primeiro caso, um bom exemplo é o da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, que se espraia em um conjunto de prédios por si só já em plano mais elevado que a rua, ligando-se a esta por monumental escadaria dupla em cantaria, com requintado gradil em serralheria. No plano mais elevado, uma série de estátuas lembram os fundadores da nacionalidade portuguesa, como Afonso Henriques e D. Nuno Álvares Pereira,

e o principal português fundador da nacionalidade brasileira, o descobridor Pedro Álvares Cabral.

No plano da rua, quase funcionando como bases para a grandiosa obra que era a Beneficência Portuguesa, também em número de três, figuram as estátuas da Caridade, da Instrução e de São Roque. A Caridade evoca o acolhimento realizado pelo Hospital e seu caráter de beneficência, a Instrução associa a Instituição com o progresso e a ciência, enquanto São Roque lembra os valores religiosos do Catolicismo, ao mesmo tempo que, por ser o santo protetor contra as pestes, padroeiro dos cirurgiões e dos inválidos, evoca as condições de fundação da associação, numa conjuntura de epidemia no Rio de Janeiro, e o invoca, autoridade maior no plano celestial, como protetor.



No segundo caso, um exemplo extremamente interessante é o prédio do Real Gabinete Português de Leitura. Sua imponência vertical associa a verticalidade à cultura, na medida em que se trata fundamentalmente de uma biblioteca ligada à produção intelectual lusitana, o que mais, do que na fachada, é percebido no seu interior, já que no grande salão de leitura se pode ver, olhando para cima, as estantes plenas de livros, símbolo da pujança intelectual portuguesa. Ao redor do grande salão, estão também os nomes de grandes autores portugueses e placa comemorativa dos centenários de Santo Antônio, marcando que Portugal não só aumentou o mundo material pelas descobertas, como também pela cultura e espiritualidade.



A fachada, em estilo manuelino, não só reafirma a originalidade portuguesa na arquitetura, como é apresenta vários outros símbolos da nacionalidade, como a cruz de Malta, símbolo da Ordem de Cristo e, portanto, da epopéia dos descobrimentos, estátuas de heróis pátrios e mastros, para colocação de diversas bandeiras, entre as quais, nas datas de festa, figuram ainda hoje a portuguesa. O trabalho de serralheria do gradeamento estabelece o limite do terreno do Real Gabinete com a rua, sem, no entanto, separá-lo ou isolá-lo, como para dizer que, embora português, estava integrado à sociedade brasileira.

A verticalidade leva também à construção de sobrados, típica construção do final do séc. XIX e início do séc. XX no Centro, como se pode ver nos exemplos abaixo¹⁹.

Sociedade de Socorros Mútuos
Luís de Camões



Esse tipo de prédio não somente associa o Rio de Janeiro a outras cidades portuguesas, principalmente o Porto, como também é extremamente interessante para uma associação, que geralmente se instala no(s) andar(es) superior(es), por permitir o aluguel comercial da loja e uma fonte extra de renda.

Essa lógica econômica é boa do ponto de vista ideológico, reforçando a idéia do imigrante inteligente, que trabalha com racionalidade, não perdendo a oportunidade de fazer mais produtivo o capital aplicado.

As características já apontadas acham-se presentes em outros exemplos. As fotos abaixo mostram a repetição do recurso ao estilo manuelino, aos símbolos da nacionalidade, como o escudo português (as quinas), a presença dos mastros para os pavilhões de Portugal, do Brasil e da própria associação, os trabalhos requintados de cantaria e serralheria, artes nas quais de destacavam inúmeros artífices portugueses, além de estátuas evocando valores como o da caridade.

Real Associação Beneficente Condes
de Matosinhos e S. Cosme do Vale



Em um dos prédios, o da Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale, sociedade de auxílio mútuo fundada em 15/08/1865, conseguimos acesso a seu interior, podendo fotografar o teto da entrada e o do salão nobre, espaço social por excelência, onde se realizavam as assembléias gerais e as conferências e solenidades patrocinadas pela entidade.

A primeira percepção é a alta qualidade artística, o apuro técnico e qualidade dos materiais. O teto da entrada, em madeira, impressiona quando da subida da escada que dá acesso ao sobrado. No andar superior, para se dirigir ao salão nobre, o visitante havia que se virar, tendo em frente a seus olhos uma placa comemorativa da reforma realizada em 1908, que eternizava os nomes da diretoria que a realizou. Isso nos remete à projeção social que a participação numa diretoria dava aos seus integrantes. De fato, existiam outras associações, principalmente religiosas, em que os diretores pagavam um valor especial, uma jóia extra, para assumirem cargos, demonstrando de maneira cabal que apenas pessoas de sucesso e projeção podiam exercer tais funções. Era uma maneira de dizer que a direção de uma entidade desse tipo era, ao mesmo tempo, um serviço e uma honraria.

O teto do salão nobre é pleno de símbolos que lembram Portugal, Brasil, a comunidade luso-brasileira e os valores da cultura portuguesa e dessa associa-

ção em particular. O medalhão central, que devia ter em seu centro outra luminária, está emoldurado por escudos com as armas dos então Reino de Portugal e da República dos Estados Unidos do Brasil, além de outros com frases edificantes unidos por guirlandas de flores. Nos quatro cantos, luminárias.

As armas das pátrias de origem e de acolhimento acham-se frente à frente, mostrando uma equidistância de amor. E para mostrar que não havia uma dominância de uma sobre a outra, como as armas de Portugal eram encimadas por uma coroa, afinal Portugal só deixaria de ser uma monarquia dois anos depois, em 1910, o artista colocou um barrete frígio sobre as armas brasileiras, mantendo assim uma proporcionalidade entre os dois símbolos.



Os demais escudos, evocando a heráldica e imprimindo nobreza aos valores que eles proclamavam, são de naturezas diversas. Vários evocam valores espirituais, dois dos quais recorrem inclusive a textos em latim, associados ao catolicismo e, portanto, com o fervor religioso do português. São eles: “*Gloria in excelsis Deo*” e “*Salve assumpta est Maria in coelum*”.

Outros quatro, permanecendo na mesma linha da espiritualidade, são consagrados às três virtudes teológicas, a fé, a esperança e a caridade. Três dísticos são mais rebuscados (“A fé afervora o amor do próximo”, “A caridade estará onde existir o sofrimento” e “A esperança é o farol da humanidade”), enquanto, para a caridade, será dedicado um texto suplementar que consiste no popular ditado “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”, como que traduzindo de maneira corriqueira todas as máximas anteriores.

Dois outros textos evocam valores da própria Sociedade. São os casos de “O amor da pátria é tão nobre como o amor da família”, que, equiparando esses dois sentimentos, lembra que a pátria nada mais era do que a família ampliada e manifesta o orgulho pela terra portuguesa, e aquele que afirma que “O dia de amanhã é uma esfinge”, incerto, apavorante e enigmático, indicando que a participação em uma associação que presta socorros em casos de doença ou invalidez, além de pensões às famílias, é uma precaução necessária. Finalmente, o último dos dísticos eterniza novamente, e no espaço mais nobre do prédio, a importância da diretoria que assumiu a reforma do edifício com o direto “Salve o Conselho Diretor de 1907 e 1908”.



CONCLUSÃO

Foi minha intenção, e espero tê-la alcançado, demonstrar que a presença das associações portuguesas no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que acompanhou as transformações da cidade e sua configuração espacial, concordes com a generalidade das outras associações, como, por exemplo, na opção pela localização das sedes no Centro, com originalidade, proclamando pela via da arquitetura o orgulho da nacionalidade portuguesa e os valores da comunidade lusitana migrante.

Trabalhei com alguns exemplos, escolhendo associações existentes no período de 1903 a 1912 cujas sedes nesse período foram identificadas, algumas delas ainda hoje existentes. No entanto, é com pesar que se observa que hoje alguns desses prédios estão abandonados ou tiveram seu uso fortemente alterado, o que acarretou a ocultação de muito do seu conteúdo informativo enquanto documentos monumentos. Seria interessante, e um grupo de pesquisadores brasileiros está propondo um projeto nesse sentido, levantar as várias associações portuguesas ou luso-brasileiras que existiram, buscando resgatar seus documentos arquitetônicos, bibliográficos ou arquivísticos. O avanço da pesquisa geral sobre associativismo no Rio de Janeiro que desenvolvo poderá também ajudar a identificar outras associações que, por forte presença de portugueses, tinham um caráter nacional subjacente, como entidades de caráter sindical, das quais podem ser exemplos a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados, que, quando extinta, legou seu prédio à Obra Portuguesa de Assistência, instituição fundada em 1921, e a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, onde era numerosa a presença lusitana. Isso ampliará as possibilidades de, por meio da busca de fontes remanescentes, entre livros, arquivos ou prédios, se entender melhor as associações portuguesas e a própria sociedade brasileira.

FONTES

Arquivo Nacional – *BR AN F2/MAP.466.4/5*. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de uma parte dos subúrbios / organizada e desenhada pelo Major E. de Maschek. – Escala 1:10.000. – Leipzig, Alemanha: gravura de Giesecke & Devrient; editores – proprietários Laemmert & Cia., [189-?]. 1 planta imp.: color.; 84 x 105 cm.

Arquivo Nacional – *BR AN QD/MAP.25.47/3*. Planta da cidade do Rio de Janeiro compreendendo todos os melhoramentos executados pelo governo e prefeitura municipal. – [Sem escala]. – [s.l. s.n.], 1907. 1 mapa imp.: color.; 47 x 57 cm.

- Arquivo Nacional – BR AN F2/MAP.190 63/5. Planta da cidade do Rio de Janeiro / Prefeitura Municipal, Diretoria Geral de Obras e Viação. – Escala 1:15.000. – [s.l.: s.n.], 1915. 1 mapa imp.: 77 x 136 cm.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística, 1923 – *Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de Setembro de 1920: II Volume, 1.ª parte: população do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, Rio de Janeiro, Typ. da Estatística. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 26.01.2007.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística, 1895 – *Recenseamento do Distrito Federal: cidade do Rio de Janeiro: 31 de Dezembro de 1890*, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger.
- BRASIL, 1907 – *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de Setembro de 1906*, Rio de Janeiro, Oficina da estatística. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 26.01.2007.

BIBLIOGRAFIA

- CARINHAS, Teófilo (1929) (org.), *Álbum da colônia portuguesa no Brasil*, Lisboa: Oficinas Gráficas de Varinhas & Cia. Ltda.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da (2006), “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909”, in *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, org. Ismênia de Lima Martins e Fernando Sousa, Niterói: Muiraquitã.
- LESSA, Carlos (2002) (org.), *Os lusíadas na aventura do mundo moderno*, Rio de Janeiro: Record.
- ROEDEL, Hiran (2002), “Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro: mobilidade e formação de territórios”, in *Os lusíadas na aventura do mundo moderno*, org. Carlos Lessa, Rio de Janeiro: Record.

NOTAS

- 1 FONSECA, 2006: 136-161.
- 2 Os censos de 1906 e 1920 foram digitalizados e estão disponíveis no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://biblioteca.ibge.gov.br/>).
- 3 Os mapas integram o acervo da área de documentos cartográficos do Arquivo Nacional.
- 4 CARINHAS, 1929.
- 5 LESSA, 2002: 26. O autor afirma que entre 1890 e 1914 a entrada de italianos foi maior do que a de portugueses, mas que no computo geral, da independência aos dias atuais, a primazia é portuguesa.
- 6 LESSA, 2002: 17. A excepcionalidade do número de portugueses no Rio de Janeiro é tão grande que o censo de 1950, ao apontar a existência de 196 000 portugueses na cidade, o torna a terceira maior cidade portuguesa no mundo.
- 7 BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA..., 1923: 59.
- 8 As paróquias, ou freguesias, circunscrições eclesiásticas de uma diocese, com igrejas e padres próprios para atendimento à população até pelo regime de Padroado, funcionaram também como base territorial da administração civil desde a Colônia até fins do séc. XIX. O Estado leigo, implementado pela República, vai manter a mesma caracterização geográfica, passando a denominar cada uma dessas áreas de distritos ou, mais tarde, bairros.
- 9 BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA..., 1895: 174-175.
- 10 A. N. – *Map. 466*.
- 11 BRASIL, 1907: 210.

- ¹² A. N. – *BR AN QD/MAP.25.47/3*.
- ¹³ “Nesse caso, São Cristóvão é o bairro que melhor enuncia, ainda hoje, a presença portuguesa na cidade do Rio de Janeiro” (ROEDLE, 2002: 138).
- ¹⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA..., 1923: 210.
- ¹⁵ A. N. – *Map. 190*.
- ¹⁶ Essa documentação integra o fundo do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil.
- ¹⁷ Várias das características de várias das associações acima foram analisados em FONSECA, 2006.
- ¹⁸ A. N. – *Map. 190*.
- ¹⁹ Fotos retiradas de CARINHAS, 1929: 113 e 127.

EMIGRAÇÃO E RETORNO: IMAGENS CRUZADAS NUM WEBMUSEU E O PAPEL DA TECNOCIÊNCIA NO CASO DE WWW.MUSEU-EMIGRANTES.ORG

*Miguel Monteiro
Maria Beatriz da Rocha-Trindade*

INTRODUÇÃO

No século XIX, a ficção literária descreve, sistematicamente, o emigrante que tem como destino o Brasil, como aquele que sai ainda criança, pobre, analfabeto, masculino e que regressa a Portugal, com cerca de quarenta anos, senhor de grande riqueza, depois de ter trabalhado no Brasil em condições muito difíceis.

Contudo, os trabalhos mais recentes, em alguns aspectos, apresentam novos dados que indicam estarmos perante uma população de alfabetizados e da classe média e média alta¹.

Por outro lado, o retorno a Portugal marcou profundamente o país e em especial as cidades do Norte de Portugal, particularmente na arquitectura, indústria, filantropia social e cultural², como reflexo da saída de 1 296 268 portugueses entre 1855 e 1914³, e, para o caso do Município de Fafe, de cerca de 8 722⁴.

Sabemos, também, que cerca de quinze mil pessoas terão embarcado para o Rio de Janeiro em 1808, acompanhando a ida do Príncipe D. João VI, aquando das invasões francesas. Estes, como seria de esperar, pertenciam à elite política, administrativa, militar, judicial e académica de Portugal, embarcando com famílias completas e que, de algum modo, circulavam nas proximidades da família real e da corte, sendo o momento descrito como repentino, mal planeado e caótico.

O número, além de ser elevado, inscreve-se fora do âmbito dos estudos da emigração, dado ser considerado como um fenómeno particular de tipo colectivo, circunstancial e planeado pelo Estado.

No entanto, quando inscrito no contexto da compreensão da mobilidade e das migrações, este fenómeno teve um forte impacto na construção da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, não existem referências dos que, findo o perigo das invasões francesas, regressaram a Portugal, aquando da independência do Brasil em 1822.

O Museu da Emigração e das Comunidades procura apreender o fenómeno das migrações e sua expressão nos dois lados do fenómeno: de partida e de retorno.

Uma das abordagens é feita através das novas tecnologias por permitirem usar grandes volumes de informação, sendo nosso objectivo promover a identificação de emigrantes e do seu retorno. Para isso, recorrer-se-á aos registos oficiais da emigração, aos arquivos municipais, distritais e nacionais, a incluir numa Base de Dados, reunindo, preservando e expondo documentação e objectos relacionados com a emigração; criando uma Base de Dados Nacional de identificação de emigrantes e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, com a possibilidade de ser auto-alimentada pelos visitantes.

As ferramentas tecnológicas complementam os processos de reconstituição de Histórias de Vida, pela identificação do eventual papel nos processos de desenvolvimento nas localidades de instalação e/ou retorno, em diferentes domínios, recuperando documentos e objectos associados à emigração e aos emigrantes e descendentes, através da doação ou depósito à guarda do museu, contribuindo, deste modo, para a investigação e estimulando a preservação e estudo da história da emigração e do emigrante.

O processo de musealização deste tipo de memória histórica e social permitirá, ainda, criar um espaço museológico como lugar físico organizador e gestor do conhecimento e da investigação, promovendo a pesquisa do papel dos emigrantes nos territórios de emigração e de retorno na arquitectura, indústria, comércio, filantropia, jornalismo, associativismo, artes, no trânsito das ideias em Portugal e nos territórios de destino. Nesta construção museológica impõe-se a ligação, através de protocolos, aos centros de Investigação nacionais e estrangeiros, no sentido da alimentação de um centro de investigação e documental e informático.

Finalmente, o projecto procurará desenvolver e divulgar o conhecimento, através da realização de exposições, conferências, debates, colóquios sobre temáticas que tenham como objecto a valorização do papel dos migrantes nos territórios de destino e no território de origem em tempo de retorno, usando as tecnologias web e explorando as múltiplas formas de fixação de memória.

WEBMUSEU

É um projecto entendido como plataforma informativa e de dinamização de actividades de pesquisa e divulgação organizado nas seguintes vertentes: Salas Temáticas, Arquivo, Casa Museu, Núcleos Museológicos e Sítios Históricos, tendo em conta o Município de origem e a estrutura de serviços.

O Webmuseum, como espaço comunicacional, funciona por Salas Temáticas e desenvolve-se em seis categorias de sentido.

Na Sala da Memória dá-se visibilidade às expressões materiais e simbólicas da emigração nos lugares de destino e de retorno, na arquitectura, no trâm-

sito das ideias, no desenvolvimento de iniciativas económicas, sociais e culturais expressas no espaço público urbano e rural e da filantropia, bem como as influências nos comportamentos na vida privada; a Sala da Diáspora constitui-se como uma base de dados, organizada por eixos geográficos: Europa, América do Norte, África, Ásia, Oceânia, Brasil e outros países da América do Sul, no sentido da identificação por via dos registos de passaportes; a Sala da Ascendência procura construir ou aceder a genealogias da base de dados do NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho, elaboradas através do Método de Reconstituição de Paróquias de Norberta Amorim (Universidade do Minho) –, bem como completar a organização das genealogias, através de outras fontes documentais e de informações das famílias, assim como os aspectos da "história de vida" de cada um dos seus elementos; a Sala das Comunidades dedica-se às associações de pessoas emigradas no Brasil, Europa, América do Norte, África, outros países da América do Sul, Ásia, permitindo o conhecimento da sua história, a divulgação das suas actividades e a manutenção de laços com os territórios de origem; a Sala da Lusofonia divulga a vida e a obra de figuras associadas à construção do território da Lusofonia, evidenciando as expressões culturais mais significativas do tempo da apropriação dos territórios coloniais e daquele em que o Rio de Janeiro foi capital do Reino; a Sala do Conhecimento disponibiliza-se para a divulgação de trabalhos científicos nos diferentes domínios do conhecimento da colonização e da emigração, nas suas múltiplas abordagens temáticas e perspectivas, procurando ainda dar visibilidade aos documentos, aos autores e às instituições científicas.

O conteúdo inscrito em cada uma destas categorias determina a organização estrutural informatizada do projecto, a qual deu sentido à sua automatização.

A Casa Museu, como Museu Histórico, é um Centro de Interpretação, constituindo-se como uma das referências do Museu da Emigração estruturado em salas de reconstituição da origem, viagem, vivência migratória. Nele se expõem os objectos pessoais, reconstituindo ambientes ligados ao quotidiano da família, dando nota do processo migratório e de mobilidade social.

A localização procura valorizar o edifício, tendo em conta a localização espacial, as suas características arquitectónicas, a decoração do interior e respectivo mobiliário, bem como a história da Família do Brasileiro, em contextos público e privado. Na figura do emigrante sintetizam-se as expressões mais significativas da cultura portuguesa do século XIX e primeira metade do século XX.

Não se trata, portanto, de reinventar o passado, mas apenas o desejo de lhe instituir as leituras possíveis num quadro de perspectivas abertas, tendo em conta a diversidade dos visitantes como destinatários.

Os Núcleos Museológicos e Sítios Históricos decorrem, fundamentalmente, da Sala da Memória e constituem os espaços físicos, organizando um museu polinucleado, desenhado para a valorização do espólio e memória que lhes está associada. Nestes lugares e sítios encontrar-se-ão os acervos documentais e

museológicos de cada um dos núcleos espalhados pelo país, dando ao contexto de origem a compreensão dos factores de emigração, bem como da visibilidade do retorno local.

No caso já estudado de Fafe, os núcleos mostram as expressões materiais e simbólicas do ciclo de Emigração e Retorno do Brasil, as quais se constituem como referentes para a construção dos núcleos museológicos: Hidroeléctrico, Filantropia, Industrial, Passeio Público, Casa do Brasileiro, Instrução, Artes, Imprensa, Caminho-de-Ferro, Automóvel.

Os espaços, objectos e territórios simbólicos de carácter local situados em Portugal são o testemunho objectivo do que, em sentido mais amplo, se designa por Retorno na Cultura e na Economia Portuguesa e corporiza o que foram os elos de ligação e da relação existente entre duas margens dos territórios da emigração.

Outros núcleos podem vir a incluir este projecto de carácter internacional da cultura lusófona, ligado em WEB.

O Arquivo Histórico, no sentido da descoberta dos indivíduos e dos quotidianos, procura recuperar documentos e objectos usados pelos emigrantes e descendentes, solicitando a doação ou depósito à guarda do museu, contribuindo, deste modo, para a investigação e estimulando a preservação e estudo da história da emigração e do emigrante.

Constituem documentos com função ilustrativa e descritiva – cartas, diários, fotografias, objectos pessoais e mesmo a reconstituição de ambientes ligados ao processo migratório – tendo especial importância todas as categorias de documentos sistematicamente recolhidos e arquivados, na medida em que fornecem pistas, tanto para a localização de referências individuais como alimento para a pesquisas científicas suficientemente fundamentadas: os manifestos de embarque dos navios de passageiros; registos de passaportes concedidos, de saídas efectuadas e de entradas num outro país; as autorizações de residência ou de trabalho aí atribuídas; as contratações colectivas de mão-de-obra estrangeira; enfim, todos os censos, listas ou simples contagens que se refiram a populações imigradas são elementos preciosos num museu de migrações⁵.

Na selecção dos objectos teremos em conta o seu valor histórico/documental, os quais deverão cumprir os seguintes critérios: originalidade, autenticidade, singularidade e estado de conservação.

Após a doação, os objectos de qualquer natureza passam a ser propriedade intransferível e inalienável e, conseqüentemente, não cabe ao antigo proprietário requerer ou solicitar responsabilidade ou vantagem sobre os materiais doados.

No caso de cedência temporária ou depósito à guarda do museu, cabe a esta entidade zelar pela sua conservação, garantindo a devolução definitiva ou temporária aos legítimos donos no prazo e condições protocoladas.

Os serviços são geridos na plataforma virtual, na qual se perspectiva uma abordagem de carácter nacional do fenómeno da Emigração e nos serviços culturais e educativos dos núcleos.

Estes são um dos alicerces do museu, por animarem as suas actividades e estarem associadas aos conteúdos das Salas Temáticas.

Os principais serviços são: planeamento, execução e divulgação das actividades; apoio à descoberta de ascendência; informação sobre os territórios de origem; intercâmbios, contactos e realização de actividades de divulgação; ligação aos centros de conhecimento; recolha e organização documental, trabalhos científicos e bibliografia; organização de exposições temporárias e de natureza cultural e educativa, encontros e reuniões científicas, culturais e sociais.

Finalmente, o Centro de Investigação deste Museu, sendo constituído pelos pesquisadores que centram os seus estudos na área das migrações, constitui o eixo organizador da produção científica e a grande finalidade do projecto, ao mesmo tempo que é o lugar privilegiado para a sua divulgação.

ARQUITECTURA DAS MEMÓRIAS

Memória histórica

Este projecto recupera o sentido do particular e único, próprio das histórias de família, das biografias e das histórias de vida e das genealogias.

Nele se inclui a perspectiva da História narrativa e se evidenciam os contextos para a compreensão das conjunturas.

Por outro lado, o projecto procura as trajectórias de vida dos milhares de crianças, de mulheres e dos que ficaram à margem da História e que, agora, emergem na memória de netos e bisnetos que procuram os lugares que lhes preencheram a memória, falando-lhes de um passado carregado de encantos.

É também uma perspectiva história económica, social e cultural, de natureza quantitativa e qualitativa, evidenciando quadros explicativos em sentido estrutural, procurando o permanente e o global, unindo o passado ao presente.

Teremos presentes as perspectivas historiográficas sobre emigração, nomeadamente as que têm em conta os contornos dos fluxos e destinos e as políticas adoptadas (Miriam Halpern Pereira); o seu papel no quadro da dependência externa (C. Almeida e A. Barreto) e o seu enraizamento estrutural (V. M. Godinho).

Estamos atentos aos estudos que colocam em confronto, sob prismas diversos, os dois pólos em relação – espaços de partida e de chegada (Pescatello, Rocha-Trindade).

Incluiremos a perspectiva de micro-análise, integrada em abordagens mais totalizantes de comunidades rurais de origem (Arroteia, Brettel, Brandão, J. Alves, Carlos Silva, Scoot) ou de comunidades de emigrantes no estrangeiro, focalizando os processos sociais e/ou as experiências vividas (T. Monteiro, F. Neto).

Por isso, um dos muitos caminhos deste projecto, busca novas amplitudes ao procurar “rastrear a corrente migratória enquanto volume de massas e cor-

relacioná-la com indicadores pertinentes da sociedade de partida de modo a estabelecer redes de conexões; penetrar na família enquanto espaço de decisão ao nível de grupo económico, social e afectivo; seguir trajectórias individuais, tacteando comportamento, tensões e projectos do emigrante enquanto sujeito”⁶.

Outros enfoques, olhando o jogo interaccionista simbólico da comunicação associado ao significado do vestuário, jóias, casas, fachadas, das famílias e envoltimentos públicos, ligam os contextos de saída aos de retorno, vão no sentido sociológico e antropológico que, com a história, constituem as únicas ciências globais.

Desvendamos o caminho para uma tecnociência/tecno-história, no sentido comunicacional, da ilustração de particularidades e automatização quantificadora, medindo frequências de fenómenos, factos ou ocorrências.

Este modelo, servindo-se de processos tecnológicos, permite a análise de conteúdo por associação e dissociação semântica, organizar, ilustrar e quantificar as informações presentes em bases de dados e em documentos.

Seguiremos, tendo como guia o "caso", já estudado, de Fafe e que pode ser visitável na WEB.

Para dar compreensão aos contextos históricos, sociais e culturais locais, propusemo-nos construir um modelo que baseou na criação de núcleos museológicos, procurando valorizar também a história material e das técnicas.

Por último, propomos visitas virtuais aos núcleos museológicos, procurando através das histórias das famílias, penetrar na memória cultural, evidenciando conflitos, tensões, bem como a relação com o espaço público e os comportamentos sociais de contexto privado.

Através de núcleos museológicos locais, do alargamento da capacidade de recolha de espólios, tendo em conta a diversidade temática e geográfica dos núcleos, daremos, no futuro, grande contributo para o conhecimento multifacetado das migrações e cultura lusófona, usando os contributos tecnológicos informáticos/WEB.

Por outro lado, organizámos, para este projecto, um fundo documental constituído por documentos manuscritos, impressos, iconográficos, cartográficos. Nos livros deste fundo temos: monografias sobre a história local, arte, arqueologia.

Temos acesso privilegiado à documentação produzida pelas autoridades locais, nomeadamente a emanada pela Câmara Municipal e outros órgãos autárquicos. Ainda neste âmbito são valorizadas as publicações periódicas: jornais, almanaques, anuários.

Propomos, para este projecto, caminhar por todas estas fontes, na medida em que, o conhecimento “da vida quotidiana das pessoas que viveram há 50 ou 100 anos não é apenas testemunhada pelos relatos oficiais, notícias de jornais ou dados estatísticos, mas também por pequenas espécies, hoje para nós de importância ínfima e que normalmente todos desprezamos: As fotografias e postais retractam paisagens e pessoas. Procuramos nas imagens antigas, acompanhar as alterações urbanísticas, os edifícios desaparecidos ou transformados,

a iluminação e os transportes públicos, o vestuário e os penteados, as poses, enfim a memória visual de muitas épocas da vida de uma comunidade está aí conservada”⁷.

Além dos públicos, são de grande valia os arquivos particulares dos emigrantes e das famílias. Neles podemos encontrar uma abundante documentação privada, em especial correspondência comercial e privada. Nesses documentos acedemos a informações sobre a memória familiar e as tramas invisíveis das trajetórias dos emigrantes e de seus descendentes.

Memória literária

As primeiras notícias sobre a emigração são dadas por Garcia de Resende (1470-1536), ao manifestar-se preocupado com a ideia de despovoamento perante a saída de tantos Portugueses do reino: “Vimos muyto espalhar – portugueses no viver Brasil, Ilhas povoar – a aas Indias yr morar – natureza lhes esquecer (...)”.

No século XVIII, Correia Garção (1727-1772) remete a emigração para a ideia de sofrimento por que passa o emigrante: “Guarda a terra avarenta nas entranhas – O ouro fulgente. – O Mineiro na roça aflito cave – C'os sórdidos escravos; – Por ignotos sertões exponha a vida – Do Bárbaro Tapuia – À seta venenosa, à veloz garra – Do tigre mosquead”.

O paradigma de um personagem tipo surge com Filinto Elísio (1734-1819), ao definir o emigrante como sendo ambicioso e ávido de ouro do Brasil, dizendo:

“Saiu de Samardã certo pedreiro – Faminto de ouro, em busca de fortuna; – Embarca, vai-se ao Rio, deita às Minas, – E lida, e fossa, e sua, arranca à terra – O luzento metal, que o vulgo adora. – Vem rico a Samardã; vinhas, searas, casas, móveis, baixelas compra (...)”

A paisagem social dos territórios de origem dos emigrantes portugueses está fortemente associada às estratégias de herança e sucessão da casa de família, não sendo de ignorar as características estruturais e organizacionais das edificações.

No século XIX, a ficção literária descreve o emigrante que tem como destino o Brasil, como aquele que sai ainda criança, pobre, analfabeto, masculino e que regressa a Portugal com cerca de quarenta anos, senhor de grande riqueza, depois de ter trabalhado no Brasil em condições de trabalho muito difíceis.

Esta personagem literária exibe um estilo de vida caracterizado pelo exotismo no falar, no vestir e nas jóias que mostra, sendo apresentado com exuberâncias de uma caricatura.

No mesmo sentido, a casa do “Brasileiro” e a gramática decorativa das suas fachadas são apresentadas como elementos estranhos à paisagem e descritas como disformes ou ridículas.

Nesses textos, as casas são a expressão do mau gosto do seu proprietário, reforçando outros atributos negativos que o descrevem.

Contudo, surgem agora as primeiras abordagens à arquitectura e ao respectivo contexto social e cultural, olhando a Casa do Brasileiro como o reflexo da modernidade urbana que chega à província pela mão de quem cresceu nas cidades cosmopolitas do Brasil.

Memória social e patrimonial

Os territórios coloniais de Portugal receberam marcas de civilização inscritas em quadros militares, económicos, administrativos e religiosos dos séculos XVII e XVIII, com evidente expressão em formas de conflito social, aculturação e transformação de natureza, iniciando a fundação dos territórios da Lusofonia.

Com a transferência da família real para o Brasil, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro torna-se a capital do império, donde ressaltam as primeiras iniciativas descolonizadoras e a aceleração da emancipação do Brasil.

A assinatura de tratados comerciais com a Inglaterra, em 1810, permitiu que este país beneficiasse de privilégios especiais, mantendo-se no centro das decisões e orientações político-económicas, retirando benefícios da transformação da política colonial, a que o Brasil tinha estado sujeito, para uma economia exportadora capitalista decorrente da abertura dos portos à navegação estrangeira.

Esta situação permitiu um clima favorável à construção de uma vivência comercial que favoreceu a emigração de portugueses ampliando o fluxo tradicional emigratório.

Estes emigrantes portugueses, do século XIX, eram, predominantemente, originários da classe média e média alta rural do Minho e, muitas vezes, originários de casas de família tradicional, possuindo um elevado prestígio social local.

Quando bem sucedidos, faziam viagens frequentes à terra de origem, ou a ela regressavam definitivamente, tornando-se visível, e fortemente notada, a sua chegada, através de iniciativas de carácter agrícola, comercial e industrial, sendo a construção de casa, a expressão mais referenciada do sucesso e as quais se vieram a constituir como objectos arquitectónicos paradigma.

Em simultâneo, fundaram escolas, hospitais, asilos, jardins públicos, marcando o território geográfico e simbólico, evidenciando, ainda, com elementos de representação de grandeza e identidade particular nas sepulturas, apresentando-se como católicos ou Maçons.

Nesta atitude de retorno fez-se notar na vida pública, preocupando-se com o bem comum, ocupando cargos de natureza política e filantrópica e, quando promoveu a construção de teatros, manifestou atenção pela cultura e pela arte.

Enquanto frequentadores de casinos, praias, termas, cafés reflectem especialmente no ócio a expressão de *capitalista*, pela qual passam a ser designados, representando, assim, o estatuto social mais elevado.

Ao mesmo tempo que se instituíam de prestígio público com gestos de solidariedade filantrópica, marcava o território com expressões da beleza, sabedoria e valorização da força do trabalho, usando a arquitectura, a decoração e a estatuária, como metáforas simbólicas enraizadas nas civilizações clássicas.

Transportou, de outras origens, os símbolos legitimadores do poder, os sentidos da urbanidade e de modernidade que apreendera nas viagens permanentes que fazia pelas capitais estrangeiras e nos contactos e vivências das cidades do Brasil, nas quais fundou instituições de cultura e assistência.

Outro lugar de aprendizagem foi a frequência das lojas de Maçons.

Aí apreendeu os sentidos da interpretação da história universal, conheceu os princípios do racionalismo filosófico e, nos respectivos rituais, apreendeu os modelos da estrutura organizacional das sociedades laicas.

Difundiu em Portugal o ideário liberal da filantropia social e cultural, fortemente inscrita nos princípios da modernidade Maçon do Brasil, procurando afirmar as virtudes fundamentais: liberdade de pensamento, independência da razão e o auxílio mútuo.

Esta burguesia, feita de *Brasileiros* ricos instalados nas vilas do Minho, em tempo de regresso definitivo, forjou sentidos de descendência privilegiada, pela ocupação de lugares da administração pública e pela liderança das agremiações de interesse filantrópico.

Muitos deles viviam de rendimentos e eram chamados de capitalistas, reforçando o seu prestígio na terra, fundando os Clubes como lugares de privilégio para discutir as últimas novidades chegadas da Europa, fazendo política e tecendo estratégias de poder.

Faziam das cidades de Lisboa e do Porto o lugar de eleição para demoradas estadias, instalando-se em hotéis ou procurando aí a sua residência definitiva.

"Outras épocas conduziram a outros destinos da emigração portuguesa, em todos os continentes e em grande número de países do Mundo. De alguns destes casos existem traços dos respectivos percursos históricos ou marcas deixadas em realizações materiais ou intelectuais; em muitíssimos outros, essas memórias encontram-se dispersas ou situadas em localizações indefinidas, importando — para que a memória se não perca — localizá-las, reuni-las estudá-las e, tanto quanto possível, assegurar a sua perpetuidade para conhecimento das gerações de hoje e de amanhã"⁸.

Memória Comunicacional

Este museu projecta-se, assim, como um Webmuseu no sentido comunicacional, ou seja, como uma plataforma informativa e de dinamização de actividades de pesquisa e divulgação, tendo como destinatários privilegiados os emigrantes, descendentes e associações, nele envolvendo os estudiosos que centram os seus trabalhos nesta área temática, numa lógica descritiva, analítica, inte-

ractiva e em rede, valorizando os indivíduos, contextos, memórias, tendo como recurso privilegiado as novas tecnologias.

Ao inscrever-se no âmbito das Ciências Sociais e, ao integrar as novas tecnologias, este museu alarga perspectivas e procedimentos metodológicos, dando à técnica e às ciências sociais sentidos novos, nomeadamente o da informação e o da comunicação. Passamos, assim, a um novo conceito: a tecnociência.

Este novo enquadramento integra a técnica no âmbito dos métodos da pesquisa bibliográfica, documental e experimental, tanto na perspectiva qualitativa como quantitativa, ligando as fontes, os saberes e conhecimentos em sentido totalizante e interactivo, sendo determinante o recurso a bases de dados informatizadas, organizadas por campos, onde surgem as características de conteúdo das diferentes formas de representação do conhecimento.

A tecnociência, produto do diálogo entre o desenvolvimento do pensamento científico e a mudança técnica, fez passar, esta última, do âmbito de recurso ou de complemento, para o de determinante nos procedimentos científicos descritivos e de ilustração qualitativa, bem como nos explicativos de natureza quantitativa.

Ao centrar-se nos conteúdos da comunicação, participa das estrutura e modelo de análise e influencia as abordagens conceptuais das ciências sociais, inscrevendo-as, simultaneamente, no âmbito dos processos de pesquisa "pura" e na sua aproximação à ciência aplicada.

A técnica encontrou nas novas tecnologias de comunicação a resposta para a gestão de um grande volume e variedade de informação e, ao mesmo tempo, a automatização através do recurso à análise de conteúdo e à análise documental.

A análise de conteúdo, sendo um conjunto de técnicas de análise dos "textos", permitiu a formalização de categorias e subcategorias de conteúdo, dando um sentido sistemático, sólido, coerente e de fácil partilha para um universo diversificado de destinatários, contemplando a automatização necessária ao sistema técnico organizador (computador).

Em termos metodológicos, a análise de conteúdo circula entre a função instrumental (o que pretende face ao contexto) e a representacional (próprio do léxico presente e fora das circunstâncias).

Ou seja, a aplicação de uma "técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações", podendo passar do carácter exclusivamente descritivo, para a dimensão quantitativa, quando combinada com as técnicas quantitativas⁹.

Sendo as categorias classes que "reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos", podendo utilizar como critério taxinómico caracterizador/organizador: o semântico (significado), o sintáctico (verbos e adjectivos), o léxico (sentidos próximos e sinónimos) e o expressivo, possibilitando a automatização informática e a análise quantitativa¹⁰.

Os critérios de categorização aplicados permitiram-nos a criação de uma taxinomia designada de salas e a sua futura automatização, sendo uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e seguidamente, por reagrupamento analógico, decorreu da aplicação de conceitualizações previamente definidas.

Sendo os conteúdos, em grande parte, quantitativos valorizam-se as características de um fragmento da mensagem e, quando são qualitativos, o que se valoriza na informação é a sua frequência, de forma a instituir o modelo de carácter estrutural e de amplitude sistémica.

Por outro lado, no que se refere à análise documental, esta permite passar-se de uma fonte primária para uma secundária a qual se constitui como produto da primeira.

São do âmbito da análise documental, os *abstracts* ou resumos e a *indexação* que permite a classificação por palavras chave, descritores ou índices, regulada segundo uma escolha por termos ou ideias.

Tratando-se de um sistema comunicacional, as ciências sociais, a museologia, museologia-WEB e a museografia constroem, neste projecto, sentidos múltiplos e complementares, possibilitando a aplicação de metodologias e técnicas de reconstituição de ambientes e sítios e as visitas virtuais, bem como as que se centram na análise e catalogação de acervos e respectivos documentos com valor histórico e museológico.

Tem-se aqui, em simultâneo, a perspectiva do pesquisador e das diferentes ciências sociais e, ao mesmo tempo, a dos frequentadores da plataforma web, construindo um processo de leitura autónoma, ligando-se, em teia, saberes, perspectivas, podendo aqueles participar e interagir directamente no conhecimento, religando saberes.

O WebMuseu orienta-se no sentido de toda a amplitude do fenómeno migratório e das suas manifestações materiais e, por isso, tentaremos localizar e aceder ao maior volume de documentação possível, dispersa por particulares e por entidades e pelouros governamentais, policiais, administrativos e outros.

No WebMuseu estão presentes bases de dados de emigrantes, biografias e registos de memórias escritas e de grupos de indivíduos organizados por famílias. Pode aceder-se a sistemas automáticos de construção de genealogias, ao visionamento de paisagens dos municípios de origem, bem como dos ambientes de destino. As vivências sociais e as manifestações culturais emergem, no WEB-Museu, ao lado de produtos da criação artística e científica e dos registos documentais inscritos na estrutura espaço/tempo.

Fazem igualmente parte do acervo WebMuseu as colecções de postais antigos, fotografias, filmes, exposições foto-documentais e, ainda, o espólio de uma rádio.

Como complemento do arquivo deste Museu, estamos a criar a Biblioteca das Migrações, obedecendo, na generalidade, a esta temática universal e aos aspectos e situações atinentes a Portugal, na especialidade.

Em simultâneo, iniciamos a digitalização de documentos, no sentido da sua preservação, procedendo à sua informatização, por forma a poder constituir um banco de dados sobre as migrações, acessível às gerações vindouras, mantendo uma atitude realista no que respeita à hipótese de tentar coleccionar um número suficientemente representativo de objectos autênticos, válidos para cada época histórica e para cada pertença nacional ou regional, pode não ser absolutamente necessário, uma vez que a visualização desses objectos, bem como dos ambientes geográficos, temporais e sociais onde se situam, pode ser efectuada em termos virtuais, por via de suportes magnéticos ou ópticos¹¹.

Finalmente, adstrito a este conjunto funciona o respectivo centro de Investigação, «simultaneamente causa e consequência da criação e actividade do Museu das Migrações», no âmbito do seu Conselho Consultivo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
- BARDIN, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- LEITE, Joaquim Costa Leite (1987), “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 97.
- MONTEIRO, Miguel (1991-2004), *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930) – Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe: ed. autor.
- MONTEIRO, Miguel (1996a), *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” – territórios, itinerários e trajectórias*, Braga: Universidade do Minho.
- MONTEIRO, Miguel (1996b), *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros”*, Fafe: ed autor.
- NUNES, Henrique M. Barreto (1989), “A Biblioteca e a Memória da Vida Local”, in separata do *Boletim Cultural*, n.º 9, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (2002), “Musealizar as Migrações”. *História*, ano XXIV, III série.

NOTAS

- 1 MONTEIRO, 1996.
- 2 MONTEIRO, 1991-2004.
- 3 LEITE, 1987: 463-480.
- 4 MONTEIRO, 1996a.
- 5 TRINDADE, 2002.
- 6 ALVES, 1994.
- 7 NUNES, 1989.
- 8 TRINDADE, 2002.
- 9 BARDIN, 1977: 117-118.
- 10 BARDIN, 1977: 117-118.
- 11 TRINDADE, 2002.

O BRASILEIRO NO TEATRO MUSICADO PORTUGUÊS – DUAS OPERETAS PARADIGMÁTICAS

Maria da Conceição Meireles Pereira

1. INTRODUÇÃO

Sendo o carácter do fenómeno teatral eminentemente social, a sua natureza encontra-se profundamente enraizada no tecido da existência colectiva¹. A história sublinha a função social do teatro, dos conteúdos dramáticos e formas cénicas, recorrendo a um jogo de signos e símbolos, pelo que a obra teatral – texto e espectáculo – pode ser encarada como documento, como fonte de informações sobre o seu contexto de produção e divulgação, nas vertentes social e política. Para além do objectivo de recreação lúdica, essa função radica na necessidade de apoio e propaganda do poder vigente, ora pela celebração dos seus valores, ora pela contestação dos seus adversários. Assim como a actividade teatral pode ser mais activa em momentos tensos da consciência nacional, como sublinha O’Driscoll, a dramaturgia pode, pelo menos esporadicamente, evidenciar esses focos de tensão incorporando-os nos seus enredos. Concomitantemente, verifica-se o estabelecimento de uma relação de interacção entre o espectáculo e o espectador, em que os valores cognitivos e afectivos são, de certa forma, produzidos em conjunto por ambos; o papel do público espectador torna-se muitas vezes decisivo, potenciando as virtualidades comunicativas da representação. O teatro torna-se assim um espaço de sociabilidades, um lugar de produção de atitudes e comportamentos colectivos que visa reunir em torno de determinados valores uma dada comunidade.

No caso português, Victor de Aguiar e Silva explica que “a dramaturgia nacional (...) é com frequência importante no plano da literatura, (...) enquanto índice das estruturas da sensibilidade colectiva e das preocupações morais, sociais, políticas, etc., do meio em que foi gestada”, tornando-se, desta forma, “um domínio de eleição para o estudo destes aspectos sociológicos, quer considerado como documento duma época, quer considerado como elemento dinâmico de directa influência em largas camadas de público, com todas as repercussões de ordem moral, socio-política, etc., daí advenientes”².

Estas afirmações não perdem significado no conspecto de uma dramaturgia nacional consensualmente marcada pela carência de qualidade, pela falha de originalidade e de independência, vivendo de (más) traduções, em que a ancestral genialidade de Gil Vicente ou o esforço infecundo de Almeida Garrett con-

firmam a regra de uma literatura dramática pouco exigente, repetitiva e imitadora de modelos estrangeiros. Esta consciência cedo foi apreendida, nomeadamente no Portugal de Oitocentos, época em que o teatro assumia na cultura ocidental a importância de espectáculo de multidões, simultaneamente apostado na recreação e na pedagogia, no divertimento dos públicos e na formação dos cidadãos, na empatia entre palco e plateia, na veiculação de valores estéticos e na construção de opinião pública. Mas a superior missão do teatro, confrontava-se com o imobilismo, tantas vezes imposto pelos públicos acomodados: “O Teatro não foge à rotina porque o público o não permite; o público habituou-se a não prescindir da rotina”³. O impulso criador e inovador dificilmente despontava numa arte que era literalmente produzida por empresas cuja sobrevivência dependia das boas graças de um público cuja preparação não aumentava, prolongando-se este círculo vicioso por longas décadas, entrando o teatro sem vigor nem brilho no novo século.

Em Portugal, o panorama teatral era então dominado pelas peças históricas de matriz romântica, pelas operetas, zarzuelas, comédias musicadas e revistas, modelos ora aportuguesados por autores e empresas nacionais, ora apresentados nas suas versões originais por companhias estrangeiras. Apesar da relativa quantidade e de certos nomes de autores ou peças teatrais terem alcançado alguma celebridade dentro de fronteiras, a produção nacional era enfermiça, sujeitando-se mansamente à crítica veemente, e até maliciosa:

“E não tendo, claro, na dramaturgia nacional mais que o *Frei Luiz* – porque as esquirolas do Oliveira das mágicas e os giripitis dialogados do Mendes Leal, do Biester e do Chagas não entram no balanço senão pela porta dos envergonhados da espelunca bibliographica do Innocencio, – é manifesto que não será a *Severa* ou o *Badalo*, nem o *Duque de Vizeu* ou o *Brazileiro Pancraccio*, que, de gangão e em nossos dias, nos hão criar toda uma vasta litteratura theatral, com mestres auctores e peças typos, em que, por desforra de quatro séculos de palmansos, as outras litteraturas venham ao nosso bebedouro e ao nosso alpiste”⁴.

Tomando-se, neste estudo, a literatura dramática como índice das estruturas da sensibilidade colectiva e das preocupações morais, sociais e políticas, bem como terreno de excelência para o estudo de aspectos histórico-sociológicos que lhe confere a categoria de documento duma época que reflecte directa influência em largas camadas de público, com as inevitáveis repercussões de ordem social, política e mental – no seguimento da visão de Vítor Aguiar e Silva atrás explicitada – pesquisou-se, entre o acervo de peças que chegou aos nossos dias, textos que elegessem a temática da emigração portuguesa para o Brasil. Não surpreende que esta magna questão social tenha suscitado o interesse dos autores do teatro popular português desde meados do século XIX até às primeiras décadas do seguinte. Se bem que o entretenimento constituísse o objectivo primordial desses espectáculos populares, a intriga carecia de âncoras sociais familiares ao público, personagens heróicas ou caricaturais que for-

necessem o sentimento de pertença a um tempo e a uma realidade concretos. Todavia, o texto destas peças despreziosas dificilmente chegavam aos prelos e os seus manuscritos, mesmo não sendo os originais, são raros, constituindo o arquivo da Sociedade Portuguesa de Autores um verdadeiro oásis de fontes desta natureza. Foi, pois, de entre espólio da SPA que foram seleccionadas duas obras paradigmáticas do teatro musicado português que têm por base histórias dessa emigração vividas pelos respectivos protagonistas: *O Brasileiro Pancrácio*, estreado em 1893, e *Os Poveiros*, escrita e levada ao palco em 1921, inspirada na lei da naturalização dos emigrantes ligados à actividade piscatória.

Ambas se inserem no género opereta, de influência francesa e austríaca, sendo frequentemente apresentada como uma ópera cómica de pequena dimensão e importância, verdadeiramente alegre e de iniludível gosto popular; menos ambiciosa e formal do que as óperas, nomeadamente as cómicas de que está mais próxima, a opereta tem diálogos falados, intercalados por canções e danças e a sua música, não obstante ser mais ligeira, assume grande relevância e exigência dentro da obra. Tendo como antecedentes a ópera, a ópera *buffa* e a ópera cómica, a opereta resulta de um processo de democratização do teatro com música. As “mágicas” constituíram outro subgénero deste tipo de teatro, as quais, na maioria traduzidas ou adaptadas, lograram grande êxito na segunda metade de Oitocentos: estes espectáculos prodigalizavam luxuosas encenações que, aliadas a uma acção fantástica ou sobrenatural, suscitavam o deslumbramento do espectador⁵. No entanto, as comédias “ornadas de música”, viriam a conhecer maior simplificação com a supressão de coros e bailados que, necessariamente, oneravam as montagens. Nesta conformidade, surgiu uma profusão de comédias musicadas, vulgarmente denominadas *vaudevilles*, cuja representação se generalizou nos palcos portugueses a partir dos inícios do século XX, nomeadamente a partir de 1930, levadas à cena por companhias de opereta que as passam a produzir por serem menos dispendiosas, pese embora não dispensassem as partes cantadas por actores populares que atraíam o público.

Além destes tipos de teatro musicado, a opereta apresentaria ainda semelhanças com a revista, composta por quadros teatrais cómicos com pendor de crítica política e de costumes a nível nacional ou local, separados por números musicais. A revista, de origem francesa – *revue de l'anée* – vem dos finais do século XIX e é o género que atinge maior popularidade – em 1908 Sousa Bastos afirmava que havia no país grande predilecção por este género⁶ – e longevidade em Portugal (as décadas de 1970 e 1980 marcam o seu fim, com sobrevivências esporádicas até aos nossos dias).

Já a opereta, que pressupõe um enredo ficcional completo – história com princípio, meio e fim, entrecortada por momentos musicais (solos, duetos e coros) – teve forte presença nos palcos portugueses nos finais da monarquia, na república (período do seu auge), continuando a representar-se nas duas primeiras décadas do Estado Novo, para se extinguir nos inícios dos anos 1950, sendo então este segmento das artes cénicas definitivamente substituído pelo teatro de revista⁷.

A selecção daquelas duas obras teatrais para objecto do presente estudo deveu-se, por um lado, à existência física dos seus textos – circunstância não muito recorrente no que toca a escritos teatrais menos consagrados – e, por outro, ao facto dos respectivos protagonistas representarem tipos indiscutíveis de *brasileiros* de torna-viagem, se bem que de natureza diversa, e a acção decorrer em volta do seu regresso e subsequente actuação no país natal.

O Brasil, inexoravelmente presente no imaginário nacional – associado ao exotismo mas com traços de afinidades com a realidade lusa, bem como à riqueza e às possibilidades de enriquecimento em virtude da forte emigração portuguesa – teria de constituir a referência estrangeira mais frequente.

Desde já, uma palavra para as peças brasileiras representadas neste período em Portugal. Destaca-se o sucesso alcançado pela opereta *Capital Federal*, da autoria de Artur de Azevedo, com música de Nicolino Milano. A sua estreia ocorrera no Brasil, em 1897, decorrendo a acção no Rio de Janeiro, capital da república federal, e numa roça do interior do país. Foi nos anos 1903-1904 que decorreu a sua temporada lisboeta, no Teatro da Trindade a cujo palco subiu em 16 de Setembro de 1903, totalizando trinta e uma representações⁸. Nos anos vinte, o dinâmico empresário José Loureiro que tinha negócios em Lisboa e no Rio e que, juntamente com o brasileiro Juca de Carvalho, fora responsável pela ida de várias companhias teatrais portuguesas ao Brasil, levou novamente à cena a opereta *Capital Federal* que esteve em cartaz cerca de um mês. Também no Trindade, estreou em 16 de Dezembro de 1903 outra obra de Artur de Azevedo, desta feita em parceria com Eduardo Garrido: tratava-se de *Pum!*, apresentada como uma revista de costumes brasileiros em 3 actos e 6 quadros, e que naquele palco contabilizou doze representações⁹.

O Tio Barnabé vindo do Brasil foi uma comédia musical que se representou no teatro D. Fernando, em Lisboa, nos anos 1850. A considerar pelo seu título, talvez seja a mais antiga peça portuguesa a fazer alusão ao fenómeno da emigração e retorno do Brasil; todavia, não tendo sido encontrado o seu texto, a dúvida persiste. Ainda no campo das possibilidades, poder-se-á estabelecer uma relação entre esta comédia musicada e outra cuja data de estreia não se conseguiu apurar, intitulada *O Tio do Brasil*, tendo Lino Ferreira sido o autor do seu texto, que permanece desconhecido, e Vasco Macedo o compositor das suas músicas. Em Julho de 1932, esta comédia foi reposta no teatro lisboeta Maria Vitória, por ocasião da festa de Alberto Reis. Por sua vez, *A Tia Americana* foi uma opereta de fácil montagem representada numa modesta sala da capital, o Teatro Fantástico, no mês da implantação da República. O seu texto também não foi encontrado pelo que nada garante que a procedência da personagem fosse o Brasil, provavelmente seria até os Estados Unidos da América, país que então entrava nos temas do teatro popular português como o comprova a opereta *Miss J. P. C.* da autoria de Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes e João Bastos, com música do maestro Filipe Duarte. Esta peça, estreada em Lisboa, em 1921, mas depois também representada no Porto e que conheceu várias reposições, era uma *charge* aos excêntricos milionários norte-americanos de

fortuna recente. Há ainda a assinalar a dramaturgia de Gomes Amorim, *A Escravatura Branca* (inspirada na obra *Aleijões Sociais*) que versava o tema de emigrante luso no Brasil explorado pelos seus próprios patrícios e *Ódio de Raça*, peça publicada em 1869 mas representada na década anterior.

Não obstante as contrariedades atrás assinaladas, as duas mais célebres operetas sobre a problemática da emigração portuguesa no Brasil e do fenómeno do retorno, são passíveis de estudo dado o arquivo da SPA conservar os seus textos manuscritos. Como atrás se referiu, trata-se de *O Brasileiro Pancrácio* e *Os Poveiros* que projectam dois tipos diferentes do *brasileiro* retornado. O primeiro, segue a linha do estereótipo veiculado pela literatura do século XIX: originário do Minho, com pouca instrução mas profundamente honesto, regressa rico na meia-idade, falando o português com sotaque do Brasil, e constrói um vistoso palacete na terra, onde faz benfeitorias materiais e financia festas, recebendo os inevitáveis títulos honoríficos. O segundo centraliza-se numa personagem que representa um tipo de retorno bem diverso: o período de emigração foi curto e regressa ainda jovem por razões patrióticas, isto é, recusou a nacionalização brasileira que a lei exigia e prefere o repatriamento com honra mas sem dinheiro; assume foros de herói nacional que coloca o orgulho de ser e de permanecer português à frente de qualquer ambição material. Enquanto o Pancrácio é um estereótipo, portanto estrutural, o segundo – o Daniel – é um tipo conjuntural, representa um pequeno grupo que se destacou num período temporal circunscrito. Dois símbolos da emigração portuguesa, aparentemente idênticos mas de natureza desigual, ambos com forte projecção no imaginário português.

2. O BRASILEIRO PANCRÁCIO

É no Porto que surge esta opereta cómica de grande êxito pela pena do consagrado escritor Sá de Albergaria¹⁰ e música do também famoso compositor Freitas Gazul¹¹. Estreou-se em 1893 mas o seu percurso de sucesso nos palcos portugueses contempla reposições até à década de 1940¹². Entre as suas numerosas representações podem referir-se as realizadas em 1923 pela Companhia de António Macedo, em Lisboa, ou pela Companhia de Otelo de Carvalho no Teatro Nacional do Porto; em 1926 pelos amadores da Sociedade Dramática Bracarense no Salão do Grupo dos Modestos, no Porto; ou em 1937 pela Empresa António Macedo e Alberto Barbosa, no Teatro Maria Vitória de Lisboa¹³.

Apesar do êxito que granjeou, esta peça de Sá de Albergaria estava longe de reunir as condições necessárias para tornar-se um clássico da literatura dramática portuguesa, como evidenciavam as palavras de Luís Madureira, atrás transcritas¹⁴, crítico que, aliás, atribuía a mesma incapacidade a outros autores e obras na época bem recebidas pelo público como *A Severa* de Júlio Dantas, *O Badalo*, forma pejorativa de se referir à peça *Á Procura do Badalo*, revista

em 3 actos original de Baptista Diniz estreada no Príncipe Real em 1902 que veio a ter várias *reprises*, e *O Duque de Viseu*, drama histórico em 5 actos (em verso), original de Henrique Lopes de Mendonça com estreia no D. Maria em 1886 e numerosas representações posteriores neste e noutros teatros¹⁵.

O Brasileiro Pancrácio é um texto com grande comicidade derramada nas situações criadas, no recorte das personagens e suas falas. Esta comicidade reflecte um pendor fortemente popular, a provocar a participação do público, ora pela gargalhada, ora pelo acompanhamento dos refrões das cantigas alegres com rimas fáceis, quase infantis, em que não faltam as modinhas brasileiras como o *dum-dum*¹⁶. O protagonista apresenta fraseologia e sintaxe brasileiras, mas profundamente incorrectas e caricaturadas; as restantes personagens falam um português quase dialectal, um linguajar minhoto mais inventado do que real cujo desvio de pronúncia pretendia acentuar, pelo riso fácil, a sua ruralidade configurando o estereótipo do “parolo da aldeia”.

A estrutura é simples, composta por três actos – o primeiro com dezasseis cenas, o segundo com dezassete e o último, mais curto, com treze – ao longo dos quais se movem vinte e três personagens, além de figurantes que constituem o coro e representam “campónios de ambos os sexos, romeiros e romeiras, soldados, músicos da filarmónica, populares, criados e criadas”.

O primeiro acto abre com grande animação e alegria proporcionados pelo cenário engalanado com arcos, galhardetes, flores e bandeiras e uma multidão de criados que vão colocando a louça numa grande mesa para o jantar de festa. É Pancrácio que regressa à terra, esperam-no familiares e conterrâneos – dos mais humildes aos mais ilustres (barbeiro, regedor, juiz, regedor e seu cabo, boticário, mestre-escola, padre-cura) – que aos poucos vão chegando e nos diálogos travados, quando se referem a Pancrácio, exclusivamente referem a sua imensa fortuna. O irmão André diz que ele mal fora informado que não havia dinheiro para a festa de S. Torcato logo mandara dez contos de réis; um rapaz não se admira pois ele “vem podre de rico” com o que o irmão André concorda pois achava que ele trazia “dinheiro para comprar indas que fosse toda a freguesia” e elogia-lhe o figurão com “bôs anéis e boa corrente que aquilo até parece que nem foi criado cá nestes sítios”. O anfitrião gaba-lhe ainda a generosidade: o primeiro dinheiro que o irmão lhe mandara fora no ano do seu casamento, para comprar uma terra do morgado e, desde então, as remessas eram regulares, de forma que tudo o que era a ele lhe devia. O juiz, por sua vez, recorda que Pancrácio já dera dinheiro para três festas com sermão e missa cantada, que até era para admirar “um homem daqueles andar por lá e não perder aquela da religião”. Ainda em matéria de doações piás, viremos a saber, mais tarde, que o emigrante minhoto custeara as festas de S. Torcato, pagara o sino, o manto da imagem de Nossa Senhora e o restauro da de S. Sebastião.

Após o estoirar do foguete que era o sinal combinado quando o comboio chegasse à estação, logo seguido da música da filarmónica, e mais foguetes a ribombar, acompanhado pela banda, Pancrácio irrompe, finalmente, na décima

cena que se inicia com a fala do rapaz: “Viva o tio brasileiro Pancrácio e mais toda a sua família!”

Eis pois que entra em cena o “tio brasileiro” cuja primeira deixa caricatura o sotaque e a sintaxe do português do Brasil:

“Agradécido, seus moços, agradécido! Vocês mi confundem com seus vivas e musicata! Ó mano qui não deixem-me fugir o mácáco e o papagaio, qui são bichos de estimação elles”.

Como se vê, não é só o registo oral que denota o “brasileirismo” de Pancrácio, ele faz-se acompanhar por duas espécies da fauna brasileira que simbolicamente caracterizavam, no imaginário popular, qualquer português que regressasse daquele país. Depois de reencontrar o irmão e a cunhada Engrácia, Pancrácio é apresentado à jovem Cristina de vinte anos, a enjeitada que lhes fora deixada à porta com tenra idade, agora uma bela rapariga que logo encanta o *brasileiro* com os seus modos educados. Segue-se o jantar que decorre com grande à vontade, criticando-se as afectadas maneiras à mesa da fidalguia que come comida francesa a qual “derranca o estômago, estraga o paladar e dá cabo dos dentes”, reconhecendo-se consensualmente que a melhor cozinha é a portuguesa. Esta unanimidade não é partilhada por Pancrácio que considera que tal juízo só pode ser feito por quem nunca esteve no Brasil onde se come o pirão, tema que dá azo a uma alteração com o juiz que considera que as papas de farinha de mandioca não se comparam ao arroz de forno, opinião que lhe vale, da parte do *brasileiro* o insulto de “caipora”. Aliás, o vinho corre a rodos e os comensais envolvem-se em várias discussões a propósito de ninharias que geram a troca de pequenas injúrias, discórdias essas que humoristicamente exploram a sinonímia de vários léxicos, como os nomes das mulheres do barbeiro e do boticário, respectivamente Inocência e Prudência. A concórdia volta a reinar com a intervenção do padre-cura que lembra que o dia é de festa a qual se destina a homenagear Pancrácio, a glória daquela aldeia que “já lhe deve grandes favores e que ainda lhe há-de dever muitos mais”. Na décima segunda cena entra Alberto, o morgadinho de que Pancrácio se lembra vagamente de lhe ter pegado ao colo e pelo qual já há indícios de Cristina nutrir uma grande afeição. Após o fidalgo tomar assento na mesa e ocorrer um episódio caricato – a mula do padre soltara-se e desatara aos coices à pipa metendo-lhe os tampos dentro o que pusera em risco grande quantidade de vinho para desgosto de todos – seguem-se os discursos da praxe. E, como seria de esperar, o alvo da atenção é Pancrácio, os seus sacrifícios e a sua conduta irrepreensível. O regedor da freguesia alude ao seu trabalho árduo nos “Brasis que diz que são terras de mil diabos, que lá o calor é de rachar, e isso bem se vê porque ele (...) vem negro como um tição” e lembra que “teve sempre bom comportamento moral, civil e religioso”, acrescentando ainda que nunca fora capaz de descobrir “qualquer falcatrua que ele fizesse; antes pelo contrário”, pois fora desde sempre “um homem de bem”.

Após os discursos do mestre-escola e do barbeiro, Pancrácio, sem nunca referir a actividade profissional que exercera no Brasil, evoca a difícil integração no país de acolhimento sublimada pela capacidade de enriquecimento:

“Quando eu me fui no Brasil assim que vi ele me parecia que não estava vendo minha terra, hein! Todos mi estavam debicando e mi chamavam pé de boi, já viu? Mas eu lhe ensinei a eles como ganha-se dinheiro, hein? Mi fui no tunel di marmelos, qui deu-me ele p’ra marmelada, hein?”

O acto termina com os imprescindíveis incidentes risíveis: o macaco de Pancrácio foge e o alvoroço instala-se com todos em busca do animal, entre lamentos do *brasileiro* que repetidamente pede para não o machucarem e só sossega quando o agarram; logo em seguida o padre-cura dá a notícia tranquilizadora de que afinal os arremessos da mula tinham atingido não a pipa do vinho mas a da água-pé, ao que todos ripostam, aliviados: “Inda bem! Inda bem!”

O segundo acto decorre novamente em clima de festa, agora na casa nova de Pancrácio, cujo jardim se encontra vistosamente iluminado de balões e tigelinhas, a qual se enche de convidados, “damas e cavalheiros da província, burlescamente vestidos de cerimónia”. O *brasileiro* rejubila de alegria com a beleza da sua casa, que lhe custou “um par di contos di réis, mas ficou obra di gosto”. Recebem então a notícia de que a fidalga e seu sobrinho virão também à festa o que deixa Pancrácio felicíssimo, acordando-se que cada conviva receberá um foguete para lançar no pátio aquando da chegada dos morgados. É com a entrada em cena de D. Joana que o público fica cabalmente ciente, pela boca do próprio Pancrácio, das suas dificuldades económicas antes de emigrar e o valor da fortuna que adquirira:

“Quem me diria a mim quando eu andava olhando por as quintas da fidalga e mi fui no Brasil com dinheiro que emprestou-me ela p’rá passagem qui não envergonho-me di o dizer – eu me tornaria em minha terra com mais di trezentos contos fortes, hein?”

Entretanto, o mestre-escola isola-se para alinhar algumas ideias para a notícia daquela brilhante festa que pretende enviar para o *Campeão das Províncias*, e Pancrácio aproveita para abrir o seu coração ao velho professor: revela-lhe o seu amor por Cristina e pede-lhe para ser seu intermediário no caso amoroso ao que o amigo consente, mas quando o *brasileiro* se afasta continua com os seus apontamentos para o jornal. Quando é interpelado por outras personagens sobre o que fazia, afirma peremptoriamente: “A nossa aldeia só entrou no rol das nações civilizadas desde que o Pancrácio veio do Brasil. É isto mesmo que hei-de dizer no *Campeão das Províncias*”.

O dinheiro do *brasileiro* não só é associado à glória da civilização, como tem a propriedade de valorizar a política local, até então enredada numa teia corrupta e opressora. O dinheiro de Pancrácio protege, liberta e moraliza. É o mestre-escola quem o diz:

“Nós estávamos aqui sem poder erguer a cerviz porque o partido dos tiranos dava-nos para baixo nos nossos direitos. A veniaga, a corrupção eleitoral... tinham-nos arroxeados os pulsos. (...) E ele chegou com o seu dinheiro meteu os tiranos num chinelo! Hoje erguemos a cerviz!”

Entretanto, a intriga amorosa decorre. Num diálogo entre Alberto e Cristina o morgado reitera o seu amor sincero mas a jovem lembra-lhe a distância que os separa, que não passa de uma enjeitada criada por caridade por uns lavradores; não obstante Alberto insistir que sua tia se tornaria uma aliada deste enlace pelo amor que devotava a Cristina a quem tinha dado uma educação esmerada, a jovem assegura-lhe que retribui o sentimento e ainda que não aspire a ser sua mulher, não amará nem casará com nenhum outro homem. Por sua vez, o mestre-escola, determinado em levar avante a sua incumbência, resolve reunir a família André, Engrácia e a filha de criação mas põe-se com tais rodeios que o casal entende que Pancrácio está interessado na própria cunhada e quando ele se aproxima os ânimos exaltam-se. Desfeito o equívoco, Cristina entende que o pedido lhe era dirigido e desmaia. O segundo acto não termina, contudo, sem mais uma glorificação do *brasileiro* de torna-viagem. O regedor, que se havia ausentado para responder a um chamado inesperado do administrador do concelho, regressa com um documento assinado por aquela autoridade o qual lê de forma entrecortada por força de pequenas e caricatas intervenções do seu cabo de ordens. O texto referia-se a Pancrácio como “cidadão prestante”, “patriota exímio” e “benemérito obreiro da civilização e do progresso”. Previsivelmente, tais méritos haviam sido reconhecidos pelo Governo de Sua Majestade que lhe concedia a inevitável comenda de Nossa Senhora de Vila Viçosa. O novo comendador, emocionado, oferece mais um conto de réis para a festa de S. Torcato e anuncia o seu casamento com Cristina. Entre os vivas de todos, a fidalga solta um grito abafado e Alberto clama: “Impossível!”

O terceiro acto traz uma terceira festa – o arraial de S. Torcato – cujo cenário é dominado por uma pitoresca vista campestre tendo ao fundo a igreja engalanada a preceito; a animação reina novamente representada por “romeiros de todas as castas, feitios e condições sociais”. Este é também o dia do casamento de Pancrácio e Cristina. O público fica a saber que fora muito difícil convencer a jovem a aceitar o matrimónio e que apenas anuíra por instâncias da fidalga: a surpresa instala-se no espírito dos espectadores.

A mesma Morgada e o sobrinho tinham movido influências em Lisboa e Alberto, que saíra da capital na noite anterior, traz consigo uma comunicação oficial que se pressente ter particular relevância. Seis cenas depois, a trama precipita-se. Com efeito, é na penúltima cena da peça que os noivos entram e logo o cura os informa da impossibilidade de celebração daquele casamento:

“Senhor comendador Pancrácio tenho o desgosto de lhe anunciar que não pode realizar-se o seu enlace! (...) A noiva não pode contrair matrimónio com o noivo prometido porque a isso se opõem as leis civis e canónicas. É filha do Sr. Visconde de S. Pancrácio e não pode casar com seu próprio pai!”

Perante a estupefacção do *brasileiro*, Alberto comunica-lhe que ele havia sido agraciado com aquele título, como confirmava o documento oficial de que era portador. Com efeito, a comenda não era bastante para dignificar o torna-viagem, tanto mais que agora quer ele quer a filha se iam consorciar com fidalgos e a ascensão social carecia de todos os mecanismos de legitimação. Estão pois reunidas as condições para se revelarem os segredos e fazer os casamentos: Cristina é filha do *brasileiro* e da fidalga pelo que o cura alvitra que ele pode legitimar a filha casando-se com a mãe, e Cristina, que é filha de um homem rico e titulado pode casar com o sobrinho da morgada. Com o vigésimo número musical cai o pano.

3. OS POVEIROS

Esta peça estreou-se no Teatro Nacional do Porto, em 1921, sendo o seu texto da autoria de Henrique Roldão (filho do actor Jorge Roldão) e de Robalo Sales, e a música composta pelo maestro Luz Júnior. Foi levada à cena por uma companhia integrada por grande número de artistas da cidade, tendo o actor Alfredo Ruas como cabeça de cartaz, que interpretou o protagonista, destacando-se ainda Deolinda Sayal no papel de Regina e Soares Correia representando a personagem cómica do Benza-te Deus¹⁷. O repertório musical é variado incluindo o fado, apresentado como um pedaço da “alma nacional”, e os inevitáveis ritmos brasileiros como o maxixe¹⁸.

A estrutura desta peça compõe-se de dois actos – decorrendo a acção do primeiro ao longo de dezassete cenas na Póvoa, e a do segundo no Porto, durante dezoito cenas – nos quais contracenam doze personagens.

O início do enredo desta peça é semelhante ao da anterior. O protagonista – Daniel, um emigrante no Brasil – está de regresso à pátria, esperando-o um clima de grande festa. Mas este não regressa rico, regressa herói nacional. Por que razão?

A trama desta peça baseia-se em factos históricos que se inscreveram indelevelmente na memória da nação. Sobretudo a partir de inícios do século XX, a Póvoa do Varzim foi mais uma localidade do noroeste português que contribuiu para engrossar o fluxo da emigração para o Brasil, no qual predominavam os pescadores, actividade profissional que eximamente desempenhavam e maioritariamente foram exercer nas diferentes paragens brasileiras (Rio de Janeiro à cabeça, mas também Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, Pará, etc.), criando uma “escola” onde se formaram gerações ligadas à faina piscatória¹⁹. Em 1920, com o intuito de nacionalizar a actividade piscatória, o Estado brasileiro promulgou uma lei que obrigava os pescadores portugueses, até Outubro desse ano, a naturalizarem-se brasileiros, a nacionalizarem as suas embarcações e a organizarem campanhas de modo a que dois terços da tripulação de cada barco fosse brasileira. Os poveiros cumpriram as duas últimas determinações, arvorando a bandeira daquele país e passando a trabalhar, após

afixação de editais, com a colaboração de maior número de marítimos brasileiros. Contudo, a primeira condição, mesmo penalizando com a expulsão do país os que não a cumprissem, afigurou-se aos pescadores portugueses impossível de aceitar. Apesar de defendidos nas suas convicções por figuras proeminentes da sociedade e da cultura brasileiras como João do Rio que liderou uma campanha em favor desta causa, as razões dos poveiros não foram ouvidas. Face à recusa da naturalização imposta, foram repatriados às centenas, primeiro do Rio de Janeiro (onde vivia a maior comunidade de pescadores portugueses), depois do Pará, Rio Grande do Sul, Manaus, etc.

A comoção que este episódio provocou em Portugal foi enorme, propagou-se nos jornais, animou a opinião pública, inspirou a literatura, chegou aos fóruns políticos. Estes portugueses humildes foram aclamados por toda a parte, louvados pelo seu gesto patriótico. Os primeiros repatriados desembarcaram em Lisboa, em 31 de Outubro de 1920, onde tiveram uma recepção triunfal; depois, ao longo da via-férrea, o comboio parava nas localidades mais importantes onde multidões se acotovelavam para saudar os intrépidos pescadores. Posteriormente, outros grupos chegaram ao país pelo porto de Leixões, o mais próximo da sua terra natal, mas, evidentemente, este imenso contingente repatriado incluía indivíduos de outras procedências geográficas; sendo os poveiros a maioria, a designação impôs-se e vulgarizou-se.

Como era previsível, um regresso tão súbito e massivo de emigrantes colocava sérios problemas de reintegração profissional nas suas terras de origem, incapazes de proporcionar-lhes o trabalho que antes já faltava e os levou a emigrar. Uma das soluções encontradas foi a partida para o Ultramar – destino tão publicitado pela 1.^a República – pelo que as autoridades da época providenciaram nesse sentido, tendo muitos deles emigrado sobretudo para Angola e Moçambique²⁰.

O assunto que jorrava nos jornais e fez o país vibrar projectou-se num texto dramático, qual testemunha ficcionada de uma realidade social que marcava o país nas convulsões dos últimos anos da República. Não celebrava os emigrantes retornados que aforraram riqueza, exaltava os trabalhadores humildes que regressavam a uma pátria sem perspectivas mas a qual não queriam perder. Assim, o primeiro acto decorre numa aldeia poveira em que não havia “cabana de pescador nem casa de burguês que se não ataviasse” e mesmo os fidalgos haviam posto colchas nas janelas para participarem da calorosa recepção que se preparava para os que volviam a casa. O diálogo de abertura, entre Rita e Luísa, caracterizava-os:

- “São pobrezinhos os que chegam, mas nunca ricaço algum teve tanta festa.”
- “É que os nossos poveiros mostraram que, apesar de longe não esqueceram a terra que os viu nascer.”
- “Não esqueceram a Pátria”.
- “Ou isso!... O que eles fizeram foi muito lindo, pois não foi?”
- “Não to sei explicar... O que sei... é que homens assim, fazem acreditar em Deus.”

E quando alguém pergunta se todos virão naquele dia a resposta remete para o que realmente acontecera, a chegada por grupos e a brilhante recepção na capital: “Vem aos poucos... Hoje uns ... amanhã mais. Disse o administrador que em Lisboa lhes têm feito um cortejo digno de príncipes”.

O protagonista do grupo que naquele dia chega é Daniel, outro enjeitado, criado pela mãe de Luísa, que entretanto morrera, e a sua irmã de criação nutre por ele um amor diferente do fraternal mas com o qual não ousa sonhar pois a sua falecida mãe havia-lhe dito que Daniel fora gerado de fidalgos e um dia haveria de encontrar a sua família, suspeita que alimentava por um cofrezinho que acompanhava a criança quando fora abandonada mas que havia sido roubado sem ela nunca saber o que continha pois uma carta junta pedia que não fosse aberto até o rapaz atingir a maioridade, revelando ainda a epístola que ele era “um filho do pecado, inocente do crime de seus pais”.

Deste segredo são sabedores duas personagens que vêm de fora – Pereira, o feitor do Marquês de Castelo Douro e o morgado, sobrinho daquele aristocrata – por cujo diálogo o público se apercebe que concebem um plano para que o segredo de Daniel nunca venha a ser desvendado para o morgado se tornar herdeiro de seu tio marquês que, aliás, vinha ordenando uma série de pesquisas para encontrar o seu neto. Pois já que tanto o queria encontrar, Pereira e o morgado “arranjaram” um suficientemente decepcionante e canalha de alcunha “Benza-te Deus” que com eles levaram à Póvoa para assistir “à chegada dos homenzinhos e copiar-lhes os modos”. De quem mais receiam na montagem desta artimanha é de Regina, filha do morgado, rapariga digna e esperta que esperam “não dê pela marosca” pois “com o feitio dela ia pôr tudo em pratos limpos ao Marquês”. Luísa suspeita destas duas personagens em conluio, acabando por ouvir parte substancial do segredo, ficando de pé atrás quando eles se aproximam dela para tirar “nabos da púcara”, oferecendo-se o morgado, na qualidade de notário estabelecido no Porto, para ajudar Daniel na busca de seus pais.

Entretanto, o comboio aproxima-se da estação e já se conhecem as virtudes de Daniel: era grato e trabalhador pelo que fora “moirejar para longe” havia já três anos para ajudar mãe e irmã, tinha salvo vários náufragos no Brasil com risco da própria vida, era alegre, valente e bom cantador (como, aliás, convém numa opereta). Em contraste, Benza-te Deus entra em cena e o seu carácter repugna ao próprio Pereira: era estúpido, desonesto e calaceiro, além de profundamente caricato pelo que protagonizará todos os episódios ridículos do enredo.

Por sua vez, Regina e Luísa conversam e tornam-se amigas; a segunda não esconde o amor que sente por Daniel e responde à primeira que ainda não casaram por serem pobres – “Se ele foi ao Brasil foi em cata de melhor ganho!” Desempoeirada, Regina promete um emprego a Daniel como secretário do seu tio e Luísa aflige-se quando ouve novamente o nome do Marquês de Castelo Douro.

Finalmente, na décima primeira cena, Daniel chega. Regina simpatiza com o jovem e reitera a promessa do emprego, o qual Luísa insiste para que Daniel aceite pois pode contribuir para a descoberta da sua família que suspeita ser

ilustre. Inevitavelmente, os morgados ficam furiosos com a persistência de sua filha Regina em levar Daniel para o Porto.

Só na última cena do primeiro acto se realiza a cerimónia oficial de recepção aos poveiros, com a necessária pompa e circunstância, isto é, a filarmónica a providenciar a música e o presidente da freguesia a representar a autoridade política local. Em primeiro lugar, os pescadores locais oferecem a Daniel uma medalha em virtude deste ter mostrado “ao mundo que o valor dos Poveiros era o mesmo de sempre” salvando “dúzias de existências”. Segue-se o discurso do presidente da junta da paróquia, personagem caricata, pouco eloquente e constipada que, apesar de muito interrompida, consegue saudar a coragem e patriotismo dos regressados e finalizar desta forma:

“Poveiros... a Pátria está grata e por minha via envia-vos um cartão com as seguintes letras A. A. S. P. P. ... que quer dizer – a agradecer semelhante prova de patriotismo...!”

Por sua vez, o discurso de Daniel evoca o sentimento dos poveiros confrontados com a ingrata lei brasileira, evidencia o patriotismo popular de gente humilde que prefere a miséria ou a morte a renegar a nacionalidade:

“Senhor Presidente! Cá a gente, homens afeitos a tratar com as ondas, não sabemos dizer palavras bonitas; mas ainda assim, sempre lhe quero agradecer o que nos disse, e ao mesmo tempo gritar bem alto que nenhum de nós sente saudades ou mais aquelas por uma terra onde tão mal nos trataram! A gente andava na nossa faina e vai um dia os da companhia disseram: rapazes, se querem continuar a pescar, têm que renegar a vossa pátria e não pensar mais nela! Foi como se nos tivesse mordido coisa ruim! Não é verdade companheiros!? Não, tudo menos isso! Renegar a nossa terra, a terra que nos viu nascer e que nos deu o primeiro pão que comemos? Renegar o nosso Portugal, a terra da nossa mãe!? Isso antes o mar se abrisse e nos tragasse nas entranhas... Vimos pobres mas Deus há-de ajudar-nos! Eh! Rapazes! Leve o demo tristezas! Aqui ninguém nos há-de obrigar a ser escravos! Remos à uma e ala para a faina que estamos na nossa terra!”

O acto encerra com um conflito entre Daniel e o morgado o qual critica cinicamente a atitude do jovem poveiro com afirmações desta natureza: “Vale bem sacrificar a fortuna por uma terra destas. (...) Julgas que sabem premiar o teu gesto? Enganas-te! Isso era bom para os outros tempos, quando Portugal era outro, quando isto não estava entregue a modernistas.” Daniel retruca que se ele e os companheiros não quiseram ser estrangeiros não foi para que lhes agradecessem mas por convicção – “Somos portugueses e portugueses havemos de morrer!” – e quanto ao sacrifício valia bem a pena: “Então porque a nossa pátria está pobre devemos abandoná-la?”

Desta forma o herói da peça realça a necessidade de defesa da pátria republicana, mesmo pobre e doente, em contraste com o vilão – lateralmente apelidado de talassa – e que representa a reacção ao novo regime.

É no Porto, mais precisamente no palácio do Marquês de Castelo Douro, o verdadeiro avô de Daniel, que decorre o segundo e último acto. O protagonista, exposto, pobre pescador, emigrado e repatriado viu-se alcandorado à condição de herói nacional; todavia, parece não ter ainda atingido nobreza suficiente. Mesmo exaltando a república, este texto confere à sua personagem principal foros de fidalguia, fá-lo descendente da mais alta aristocracia portuense. O fim inevitável é o noivado com Luísa, terminando com a fala do avô marquês que se junta à exaltação patriótica, relembrando a atitude, quase já esquecida, dos heróis que dão o título à peça:

“Daniel, no dia do teu enlace a 1ª vez que erguer a taça será em honra dos poveiros portugueses, que tão bem te fizeram compreender o brio e o amor da Pátria”.

O velho nobre, que numa das suas falas contestava a igualdade social e afirmava que as “castas distanciam-se mais quando as pretendem irmanar” admitia, por fim, que com o povo se podiam aprender os valores mais elevados.

4. CONCLUSÃO

As duas operetas em análise veiculam representações diferentes do *brasileiro* de torna-viagem. Pancrácio persevera, na maioria dos aspectos, na imagem estereotipada que a literatura portuguesa fixou do retornado que ostentava a riqueza recente mas sem conseguir disfarçar a sua boçalidade e fealdade tanto física quanto moral. Filinto Elísio (1734-1819) foi um dos primeiros escritores que projectou esta visão satírica através da personagem do pedreiro de Samardã que regressa à terra onde adquire todos os luxos que o ouro extraído nas Minas consegue comprar menos educação e boas maneiras. Este tipo do *mineiro* setecentista, com a posterior diversificação das formas de enriquecimento no Brasil, cede lugar ao *brasileiro* que, particularmente Camilo Castelo Branco satirizou nas suas obras, contribuindo para a formação de um mito plasmado em numerosas personagens que se impuseram ao imaginário colectivo pelo seu recorte caricatural e torpeza de carácter.

Nas *Farpas* (1872) Eça de Queirós sublinhava que “o pobre *brasileiro*, o rico torna-viagem, é hoje, para nós, o grande fornecedor do nosso riso” e apontava a hipocrisia de que era alvo, tratado na imprensa por “nosso irmão de além-mar” e por “macaco” nas cavaqueiras informais. Também Ramalho Ortigão, perpassando os quadros da vida nacional, pôs a mira nos minhotos andrajosos que partiam para o Brasil, entre os quais, alguns, vinte ou trinta anos volvidos, regressavam ricos e com adereços tropicais, exibindo no Porto as roupas caras e vistosas; para ele, este emigrante “ou rebenta por lá, e ninguém mais sabe dele, ou vem rebentar à terra e é o *Bisconde*”.

Pelos finais da centúria, a representação do *brasileiro* começou a dar sinais de mudança na literatura portuguesa. Gomes de Amorim cria um *brasileiro* virtuoso e humano, o Domingos Rosmaninho, personagem do romance *As duas fiandeiras*. Mas é *O Brasileiro Soares* (1886) de Luís de Magalhães que melhor reverte a representação pejorativa tradicional; esta personagem partilhava com as anteriores um calvário de trabalho árduo só suportável pela antevisão do regresso que contemplaria o casamento feliz e um fim de vida confortável, mas este homem rude era profundamente generoso, incapaz de qualquer falcatura ou traição. Assim se compreende que, para Eça de Queirós, este romance tenha produzido uma verdadeira reabilitação social, a humanização do *brasileiro*²¹. É nesta linha que se insere o Pancrácio de Sá de Albergaria, ridículo, sempre com os milhões na boca, ingénuo e pouco ilustrado – o seu nome é sinónimo de “pateta” e “idiota” como consagram os dicionários de língua portuguesa – mas de uma integridade imaculada, reiteradamente atestada pelas falas das restantes personagens da opereta.

Já o jovem Daniel corresponde a um tipo inteiramente novo, produzido num contexto histórico-político bem diverso. O seu nome bíblico significa “Deus é o meu juiz” e a ele se associa uma figura conhecida pela sabedoria e justiça, capaz de enfrentar os leões em defesa de uma convicção. O estado de pobreza em que regressa exacerba a sua dimensão de herói nacional porque despreza os bens materiais por não querer renunciar a ser português. O amor da pátria é o seu lema, sintonizando este sentimento com o emblema do nacionalismo que a república estreneamente inculcou.

Duas personagens distintas de *brasileiros*, simultaneamente idênticas: ambas idolatradas no regresso a casa, uma porque representa a possibilidade de investimento e progresso, a outra porque, em tempos de crise nacional, representa a esperança na regeneração da pátria, mesmo abatida.

Não menos sintomático, ambas “nascidas” no Porto, a capital do norte do país, região que mais expressivamente alimentou a emigração para o Brasil nos séculos XIX e XX²².

BIBLIOGRAFIA

- BARATA, José Oliveira (1991), *História do Teatro Português*, Lisboa: Universidade Aberta.
- BASTOS, Sousa (1898), *Carteira do Artista. Apontamentos para a história do teatro português e brasileiro*, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- BASTOS, Sousa (1908), *Diccionario do Theatro Portuguez*, Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.
- CRUZ, Duarte Ivo (1983), *Introdução à História do Teatro Português*, Lisboa: Guimarães Editores.
- LACERDA, Augusto de (1924), *Teatro Futuro. Visão de uma nova dramaturgia*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MADUREIRA, Joaquim (1905), *Impressões de teatro. (Cartas a um provinciano & notas sobre o joelho) 1903-1904*, Lisboa: Ferreira & Oliveira, L.da, Editores.
- MARINIS, Marco de (1987), “Sociologie”, in *Théâtre. Modes d’approche*, Bruxelles: Éditions Labor.

- MENDES, Olívia de Fátima Marques de Sá (1997), *A Emigração Poveira para o Brasil*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Portucalense.
- MOREAU, Mário (1994), *Coliseu dos Recreios. Um Século de História*, Lisboa: Quetzal Editores.
- O'DRISCOLL, Robert (1971), *Theatre and Nationalism in Twentieth-Century Ireland*, Great Britain: University of Toronto Press/Oxford University Press.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (2000), "Entre Portugal e Brasil: Ficções e Realidades", in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: CNCDP, p. 213-217.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1969), *História do Teatro Português*, Lisboa: Portugália Editora.
- REBELLO, Luiz Francisco (1972), *História do Teatro Português*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- REBELLO, Luiz Francisco (1980), *O Teatro Romântico (1838-1869)*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- REBELLO, Luiz Francisco (1984-1985), *História do Teatro de Revista em Portugal*, 2 vols., Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SADIE, Stanley (1994), *The Grove Concise Dictionary of Music*, London: Macmillan Publishers Ltd.
- SILVA, Victor Manuel de Aguiar e (1967), "O teatro de actualidade no Romantismo português (1849-1875)". *Revista de História Literária de Portugal*, vol. 2, Coimbra.

NOTAS

- 1 MARINIS, 1987: 77.
- 2 SILVA, 1967: 127-128.
- 3 LACERDA, 1924: 64.
- 4 MADUREIRA, 1905: 2.
- 5 Augusto de Oliveira foi o mais prolixo autor português deste tipo de peças pelo que veio a adquirir o epíteto de "Oliveira das Mágicas", aliás referido no excerto de Luís Madureira atrás transcrito.
- 6 BASTOS, 1908: 128.
- 7 Para esta breve resenha sobre os géneros teatrais apontados foram consultadas várias obras: BARATA, 1991; BASTOS, 1899; BASTOS, 1908; CRUZ, 1983; MOREAU, 1994; PICCHIO, 1969; REBELLO, 1972; REBELLO, 1980; REBELLO, 1984-1985; SADIE, 1994.
- 8 MADUREIRA, 1905: 447.
- 9 MADUREIRA, 1905: 447.
- 10 Sousa Bastos refere-se a Sá de Albergaria como um jornalista do Porto que nesta cidade fizera algumas peças que tiveram algum agrado, sendo conhecido em Lisboa principalmente pelo *Brasileiro Pancrácio*. De entre a sua produção teatral destaca ainda as revistas *O Porto por um Canudo*, *As Pastilhas do Diabo*, *Bicho de Sete Cabeças* e *Filho do Diabo*; a mágica *O Ovo da Galinha Pinta* cujo primeiro acto aproveitou para o *Brasileiro Pancrácio* "porque foi o único acto que agradou"; o apropósito *O Carvalho Milagroso*; e, finalmente, a opereta *O Diabo Loiro* com que em 1897 se inaugurou no Porto o Teatro Carlos Alberto (BASTOS, 1898: 656-657 e 802).
- 11 O estudioso de teatro que temos seguido integra Freitas Gazul entre a dezena de compositores de opereta mais destacados (BASTOS, 1898: 102).
- 12 O manuscrito da SPA a que tivemos acesso data de 1912, tem 203 folhas, o nº de registo 290 e pertencia a Caetano José dos Reis, actor nascido em 1859 que representou dramas, comédias, *vaudevilles*, operetas, mágicas e revistas, nos teatros de Lisboa, Porto e província, além do Brasil que percorreu "desde Manaus a Porto Alegre" (BASTOS, 1908: 268-269). Este manuscrito tem o carimbo do Arquivo da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses. As transcrições que dele se apresentam apenas actualizam a ortografia, mantendo as incorrecções gramaticais que propositadamente existem no texto.

- ¹³ Integravam então esta Companhia actores famosos do teatro português que foram intérpretes principais desta peça como Mirita Casimiro, Josefina Silva, Elvira Velez, Vasco Santana, António Silva, Barroso Lopes e o cantor Alberto Reis.
- ¹⁴ Ver nota 4.
- ¹⁵ BASTOS, 1908: 296-297. Nesta obra, Sousa Bastos incluiu estas peças, bem como *O Brasileiro Pancrácio*, na lista dos “Sucessos Teatrais”. Mas, mais à frente, num rol de 42 textos dramáticos que intitulou “As peças do teatro português (originais ou traduções) que maior número de récitas tem alcançado” só consta *O Brasileiro Pancrácio*, bem como a já citada *Capital Federal*. Já na *Carteira do Artista*, obra deste autor publicada dez anos antes, no índice alfabético relativo a “peças fantásticas e notáveis pelo merecimento ou pelo sucesso que obtiveram” de todas as atrás referidas só consta *O Duque de Viseu*, embora se refira ao *Brasileiro Pancrácio* quando faz o esboço biográfico do autor, como uma peça de costumes “que tem grande número de representações, isto devido em grande parte ao desempenho que alguns artistas, e especialmente o Augusto, deram aos seus papéis, tornando-os quase outros” (BASTOS, 1898: 847-848 e 656-657).
- ¹⁶ Trata-se, certamente, de uma corruptela do lundum. Esta música, cantada em terceto por Pancrácio, Alberto e Cristina, fecha o 1º acto e o refrão cantado pelo coro consta dos seguintes versos: “E ó dum dum / triste dum dum / vamos nós fazer tum tum”.
- ¹⁷ Os restantes actores eram Cândida Rosa, Sofia de Sousa, Alda Teixeira, Alberto Miranda, Santos Carvalho, Alfredo Pereira, Agostinho Lagos, António Bastos e Manuel Monteiro.
- ¹⁸ Mas, ao contrário do anteriormente estudado, este manuscrito não contém a letra das canções; consta de 192 páginas, era cópia de Dário Soares, tem a cota 483/3, e o carimbo “SPA. Sociedade Portuguesa de Autores. Património Cultural”. Tal como se fez para o documento anterior, as transcrições apresentarão uma grafia actualizada.
- ¹⁹ MENDES, 1997: 97, 110-111, 115-116.
- ²⁰ MENDES, 1997: 115-126.
- ²¹ PEREIRA, 2000: 213-215.
- ²² Agradeço ao Dr. Norberto Barroca, prestigiado encenador e mestrando da FLUP, o precioso auxílio no acesso e conhecimento das operetas estudadas.

A PRESENÇA DE BRASILEIROS NO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE PORTO DE AVE (SÉCULOS XVIII A XX)

Maria Marta Lobo de Araújo

A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave foi criada em 1732. Em 1730, existia na igreja paroquial de S. Miguel de Taíde, concelho da Póvoa de Lanhoso, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário que se encontrava sentenciada à destruição. A precisar de restauro e já envelhecida, esta imagem estava muito deteriorada devido aos “muitos annos [...] [que] a tinhão tirado da perfeição que devemos suppor lhe deu o artifice e perito Escultor”¹, que a criou, e por isso, mandada retirar, pelo visitador, que ordenou a sua destruição.

O Concílio de Trento instituiu visitas regulares a todas as paróquias pelo bispo da diocese ou seus delegados, determinando que, pelo menos, de dois em dois anos estas fossem visitadas².

Nestas deslocções, os religiosos cumpriam funções específicas de averiguação do culto e análise às igrejas e aos crentes. Entre as várias tarefas a desempenhar cabia-lhes visitar as imagens e analisá-las, mandando retirar as que não fossem de anjos ou santos. A “imagem que pela muita velhice, ou por estar mal feita, ou pintada, lhe pareça mais indecente, que devota: mandá-la-á tirar do altar e enterrar na Sachristia, Igreja, ou lugar escuso e apartado, ou soterrar no adro da mesma Igreja”³. Estas eram as ordens contidas nas Contituições Sino-diais de Braga de 1697, para todos os visitadores.

A directiva do visitador da igreja de Taíde encontrava-se dentro do estipulado pelas regras da igreja bracarense e com ela procurava-se uma Igreja mais pura, com imagens que fossem admiradas e veneradas pelos crentes. Uma imagem pouco cuidada não abonaria em favor da Igreja, já que a desmerecia e testemunhava algum desmazelo.

O ímpeto do agente da igreja de Braga foi travado pelo devoto Francisco de Magalhães Machado, mestre-escola e morador no lugar de Porto de Ave da referida freguesia. Este devoto pediu autorização ao citado agente para venerar a velha imagem de Nossa Senhora do Rosário e para a retirar daquele local.

Esta imagem estava já fora de uso e provavelmente já tinha sido substituída por uma outra da mesma invocação.

Depois de muito suplicar, o mestre-escola foi autorizado a levar a imagem da igreja paroquial para sua casa, transportando-a em seus braços e envolta numa toalha. Passados poucos dias, colocou-a numa “rude capella de giestas e

coberta de colmo e algumas telhas que lhe vinham apertando os meninos”, no lugar de Porto de Ave. A acreditar na lenda, o lugar era isolado e quase desértico, mas, rapidamente, se transformou num sítio muito procurado pelos peregrinos e devotos⁴.

A criação de muitas capelas, igrejas e santuários que engrandeceram o culto mariano, mas não só, esteve em muitos casos associada a lendas, surgindo para exemplo uma narrativa sempre elogiosa do amparo e protecção da Virgem⁵. Em alguns casos, são várias as lendas que se contam sobre um Santuário, ermida ou capela⁶.

A acção do mestre-escola foi apenas o começo de uma longa história de milagres atribuídos à Senhora de Porto de Ave. Segundo a lenda, pouco tempo depois de a imagem ter sido levada para casa de Francisco de Magalhães Machado, o mesmo fora surpreendido ao encontrá-la profundamente alterada. A velha imagem tinha-se transformado, estando vermelha, dourada e limpa⁷.

Se este foi o primeiro milagre, a lenda relata outros que se seguiram.

Inicialmente, o movimento de devotos era pequeno e as esmolas que traziam eram entregues ao mestre-escola. Depois foi crescendo e com as dádivas dos crentes, Francisco de Magalhães Machado deu início à construção da capela nova, em 1733, tendo, conjuntamente com o seu irmão Carlos, cedido o pedido⁸. O templo ficou pronto em 1735 mas, passados três anos, o mestre-escola pediu uma vez mais licença ao cabido⁹ para o remodelar, por este ser pequeno para tantos devotos.

A capela onde fora depositada a imagem era muito pobre, construída pelo próprio Francisco de Magalhães Machado e seus pupilos, mas já nessa altura a devoção era grande sobretudo por parte destas crianças que, cuidadosamente, criaram condições materiais para instalar Nossa Senhora.

De Nossa Senhora do Rosário, a invocação passou a denominar-se Nossa Senhora dos Milagres, devido às graças e favores que os crentes recebiam e também para não se confundir com a adoração que existia na igreja paroquial. Mais tarde, assumiu a designação de Nossa Senhora de Porto de Ave.

Foi fruto da devoção e do dinamismo de Francisco de Magalhães Machado que o culto a Nossa Senhora cresceu em Porto de Ave. Todos os dias o mestre-escola ia à capelinha com os seus alunos cantar, rezar e colocar flores a Nossa Senhora¹⁰. Práticas que começaram a ser seguidas pelos vizinhos que, muito provavelmente, observavam esta adoração por este pequeno grupo de fiéis. Assim, foi crescendo a devoção a Nossa Senhora dos Milagres, sediada em casa própria, “renascendo como a Phoenix”, para acolher e proteger todos que com fé a ela recorriam “como a Porto seguro de salvamento”.

Foi, precisamente, este movimento de profunda espiritualidade que levou os crentes a instituírem-se em confraria, em 1732. Com a criação desta instituição procuraram perpetuar e engrandecer o culto a Nossa Senhora dos Milagres do Porto de Ave. Simultaneamente, lançaram mão à construção de um novo templo, pois contavam já com inúmeras ofertas dos devotos¹¹. Dois anos passados após a criação da confraria, os irmãos fizeram estatutos e submetem-

-nos à aprovação episcopal, como estavam obrigados. Procuraram munir-se de regras por onde pautassem a sua actuação, criando condições para que a irmandade crescesse. O processo verificado nesta instituição era corrente. Passado pouco tempo de ser erigida, a confraria adoptou estatutos próprios.

Esta devoção cresceu tão rapidamente que, em 1734, “a pobrissima palhoça” em que se encontrava Nossa Senhora dos Milagres foi “substituída por uma solida capela; e esta, decorridos so 20 annos mais, por um magestoso templo com bôas torres, relogio e dous orgãos, e acompanhado de sete capellas para os passos da Senhora, fontes e aquartellamento para romeiros”¹².

Depois de ter erigido a capela, Francisco de Magalhães Machado ficou associado à criação da confraria. Em 1734, assina os estatutos como tesoureiro leigo e o seu irmão Carlos de Magalhães Machado, do lugar de Porto de Ave, é também seu colega de Mesa¹³. Parece tratar-se de um assunto que envolveu a sua família no serviço prestado à instituição.

Os confrades criaram dignidade ao culto, mas ainda não estavam satisfeitos. Passadas duas décadas a pequena capela tinha sido transformada num grande Santuário, com torres, relógio e órgãos. Tinham também edificado sete capelas que dedicaram a Nossa Senhora historiando a sua vida desde a Anunciação até à fuga para o Egipto. Criaram ainda condições de acolhimento aos muitos peregrinos que chegavam, mandando construir casas para romeiros.

Foi à volta da imagem de Nossa Senhora dos Milagres que o Santuário cresceu e se afirmou como local de peregrinação. Duas décadas passadas sobre a criação da confraria, o Santuário recebia peregrinos de quase todo o reino e da vizinha Espanha. Para além desta área geográfica contava com muitos devotos na outra margem do Atlântico.

Foi com os bens e dinheiro trazidos pelos devotos que a confraria iniciou a construção do templo e deu corpo ao estaleiro de obras que se mantém em Porto de Ave durante o século XVIII e no período seguinte.

A adesão ao local e ao culto foi impressionante. Como referem os primeiros estatutos Nossa Senhora “continua suas maravilhas com millagres evidentissimos tais que com elles principiou Templo, e se espera continuarem suntuozas obras fundadas na charidade de seus devotos, e na esperança de que seus servos contribuirão a porção de seu zello, estes convierão em se perpetuar à devoção de Nossa Senhora dos Millagres no Porto de Ave para o que instituem Irmandade à mesma Senhora”¹⁴.

O culto mariano, em crescimento na Europa desde o século XI, foi revigorado na Idade Moderna e expresso através de importantes locais de adoração, alguns vindos já da Idade Média. Enquanto florescia santuários marianos, afirmavam-se também os santuários cristológicos ou alusivos a santos.

Ao longo da Idade Moderna, surgiram por todo o país novos templos dedicados à Virgem Maria, muitos impulsionados por Ordens Religiosas, como aconteceu com o exemplo de Nossa Senhora da Penha, em Guimarães, associado aos Carmelitas Descalços, enquanto outros estiveram ligados a confrarias que se fundaram para cuidar e engrandecer o culto, como se regista em Porto de Ave.

A vontade de edificar um templo digno do culto venerado e, ao mesmo tempo, o cuidado colocado na imagem da respectiva instituição nem sempre tinham eco nas finanças da instituição. Contudo, à medida que as obras avançavam muitos devotos juntavam-se ao esforço empreendido e participavam com doações.

Poucas destas instituições tiveram um começo tão desafogado. Em pouco tempo a confraria recebeu, por certo, muitos benefícios que suportaram todos os gastos¹⁵.

A história da confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave é interessante não apenas pelo seu começo fulgurante e muito rico, mas também pelo que se passou ao longo dos séculos seguintes. Nas últimas décadas do século XVIII, a instituição entrou num clima de “arrefecimento” e de morte não anunciada provocado por uma quebra nas receitas. Desde os primeiros anos do século XIX que a instituição se encontrava em crise, tendo-se arrastado até às suas últimas décadas. Os confrades ainda tentaram revitalizá-la com a aprovação de novos estatutos em 1873, mas a falta de receitas era tão grave e a queda de inscrições de irmãos também que, em 1886, fundaram uma “nova” confraria. Na verdade, a operação constituiu apenas numa criação simulada, porque a confraria era a mesma. Contudo, aparentemente encerrou-se um ciclo e iniciou-se outro, embora na prática tudo continuasse como anteriormente e a situação da “nova” instituição em pouco diferiu da anterior.

O grande mentor da “nova” irmandade foi frei Florentino de Santo Tomás Ataíde e Brito, tendo proposto a criação de uma comissão para redigir os estatutos. Para a integrar, foram designados por ele próprio os padres Manuel Luís Ferreira Monteiro, Joaquim Baptista de Macedo Ataíde, José Custódio de Oliveira e Castro e o senhor António Joaquim Baptista Vieira. Como se constata, a presença de religiosos é quase total. Entre os cinco nomeados para a integrarem apenas um era leigo. Ora, a criação da irmandade ficou a dever-se a um grupo de seis homens, que assinaram a acta, integrando apenas quatro a comissão de redacção das novas regras.

Presentes desde o início da confraria, os *brasileiros* foram de fundamental importância para a instituição, não apenas porque propagavam o culto, mantendo vivo o seu poder simbólico na América Latina, mas sobretudo pelas esmolos que lhe mandavam.

A presença de *brasileiros* integra uma interessante colónia de portugueses que enviava esmolos e legados para Porto de Ave e, porque mantêm uma forte presença no Santuário, decidimos analisar, ainda que sumariamente, esta emigração.

As crescentes dificuldades económicas, o aumento populacional e o surgimento do ouro e dos diamantes no Brasil, alimentou o desejo da partida e o sonho de mudança fácil e rápida de vida.

Nesta altura, uma grande parte dos *brasileiros* residia em Minas Gerais, local para onde tinham partido com vista à realização de um sonho: o de enriquecer e voltar para Portugal. Muitos nunca o conseguiram concretizar, mas outros fizeram a *torna-viagem*, passados muitos anos.

A percentagem dos que retornaram ricos não era muito elevada quando comparada com a modesta situação vivida pela maioria. Contudo, deu vigor à ideia de grandeza, poder e riqueza, que alguns ostentavam, alimentando o imaginário sobre um Brasil que potenciava bem-estar a todos os que lá chegavam.

A corrente migratória para o Brasil começou logo no século XVI, tornando-se mais forte no período seguinte. Porém, foi nos séculos XVIII, XIX e XX que se registaram os maiores fluxos de gente para o Atlântico Sul.

O maior contingente de migrantes partiu do Noroeste de Portugal, da região do Minho, procurando sair de uma situação que lhes era muito desfavorável. Foram ainda empurrados pela pressão demográfica¹⁶. O forte crescimento demográfico e a possibilidade de beneficiar um herdeiro em desfavor de outros, levou a que muitos homens e as próprias famílias perspetivassem o Brasil como ancoradouro dos que não participavam na sucessão. O ingresso na carreira eclesiástica, a saída temporária para Castela, Lisboa ou Alentejo constituíram outros mecanismos utilizados pelos “excluídos da herança”¹⁷.

Uma das actividades a que estes portugueses se entregaram foi a da lucrativa produção da cana. A produção açucareira do Brasil terá começado a florescer na segunda metade do século XVI e intensificou-se no período seguinte, graças às boas condições que reunia o Nordeste. “O Recôncavo da Bahia e a várzea de Pernambuco tinham não só os solos apropriados como grandes áreas de massapé, mas também, as vantagens dos rios [...] que forneciam a água e a energia para as fábricas, proporcionando um transporte fácil até ao porto”¹⁸. Ao Nordeste juntaram-se outras regiões. Em finais do século XVII, o Rio de Janeiro contava 600 engenhos de grande porte, participando também na exportação deste produto¹⁹.

Os lucros auferidos no comércio foram em muitos casos aplicados na compra de engenhos, servindo a actividade comercial como trampolim para outra função mais rentável²⁰.

Este comércio dominou o mercado europeu até meados de Seiscentos, período a partir do qual os problemas internos com a ocupação e a expulsão dos holandeses terão prejudicado esta economia²¹.

Era uma actividade muito lucrativa que envolvia um volume grande de mão-de-obra, constituído à base de escravos africanos e de afro-brasileiros. Rapidamente, suscitou interesse aos portugueses que começaram a procurar as terras de Vera Cruz, tornando-se senhores de engenhos e envolvendo-se noutras actividades igualmente rentáveis.

Durante o século XVIII, os portugueses que se encontravam no Rio de Janeiro desempenharam um papel de relevo nas diferentes actividades comerciais, destacando-se como pequenos retalhistas ou negociantes de grosso trato²².

Associada à produção açucareira estava a criação de gado em propriedades de grande dimensão. O esforço financeiro para entrar nestas actividades era enorme e obrigou muitos donos de engenhos a recorrerem ao crédito.

Uma grande parte dos *brasileiros* referia viver em Minas Gerais, particularizando, em alguns casos, o lugar onde assistiam.

Logo que as minas foram descobertas, o caudal de homens que partiu para o Brasil foi imenso e integrou não apenas leigos, mas também sacerdotes. De tal forma esta derrama foi sentida na sociedade portuguesa que D. João V teve necessidade de a impedir, cerceando a partida.

Depois da “febre” do ouro, Minas Gerais perdeu a capacidade de mobilizar tantos emigrantes e São Paulo atrai também poucas gentes desta região. Mas cresce em importância o Rio de Janeiro, para onde muitos portugueses se deslocaram, ocupando múltiplas profissões.

Desde sempre que os emigrantes portugueses no Brasil enviaram esmolas a Nossa Senhora de Porto de Ave.

Logo que o Santuário começou a ter fama, surgiram esmolas do Brasil, testemunhando a presença de muitos homens desta região na colónia sul americana e a sua ligação a Porto de Ave. Em 1736, “já havia uma boa porção de dinheiro vindo do Brasil”²³.

As ofertas eram quase sempre em dinheiro, mas houve também quem enviasse ouro e mantos para Nossa Senhora.

A dedicação aos mais pobres, a participação em actos de beneficência e a dádiva de fundos para igrejas, capelas e altares foram correntes num certo tipo de *brasileiros*, que preferiu estas acções para se tornar reconhecido²⁴.

A chegada de dinheiro cumpria múltiplas finalidades. Muitos foram os casos de defuntos que não conseguiram cumprir a promessa feita a Nossa Senhora em vida. Deixaram, no entanto, essa tarefa aos seus testamenteiros e/ou familiares que assumiam a responsabilidade de fazer com que sua alma descansasse em paz.

Nem sempre as ofertas chegavam ao Santuário pela mão dos que fizeram as promessas. No caso dos *brasileiros*, a oferta foi geralmente mandada por familiares ou amigos, gente que vinha para o país de origem e trazia a obrigação de “pagar uma promessa” feita por outro. Várias vezes essa obrigação foi efectuada por um terceiro. Esta situação registou-se quando o que regressou ficou na capital onde tinha casa e negócios, pedindo a um intermediário que residia ou vinha ao Norte que honrasse o seu compromisso. Em 1764, chegou uma oferta de “uns brincos de ouro com aljofres, os quais entregou seu procurador Pedro Martins Gonçalves, testamenteiro do defunto sargento-mor António da Costa Cardoso, da cidade do Porto”. Esta oferta tinha sido mandada por Manuel da Costa, morador no Rio de Janeiro.

Em 1789, o sargento-mor João António da Silva, testamenteiro de Gabriel João da Silva, enviou por Manuel de Oliveira Santos 12 800 réis, em “satisfação do determinado pelo testador em seu testamento”²⁵. Geralmente, era o testamenteiro quem honrava o legado, mas quando não o podia fazer servia-se de um intermediário, fazendo com que o dinheiro chegasse ao seu destino.

Era prática corrente a redacção dos testamentos ser efectuada pouco tempo antes da morte, para se determinar as últimas vontades, respeitantes ao funeral, aos legados pios e à herança. Tratava-se de um momento importante, que servia para fazer um balanço da vida e regular o *post mortem*. Aqui se expressavam todos os desejos, se evidenciavam sentimentos, se subentendiam amarguras, se

acertavam contas e se deixavam transparecer arrependimentos. Neles se confessava o receio do momento da passagem, referindo-se que temiam a morte porque sabiam do julgamento que ocorreria perante Deus²⁶.

O estabelecimento de sufrágios perpétuos em conventos, irmandades, paróquias e Misericórdias tornou-se igualmente corrente por parte dos *brasileiros*. Transferiram importantes somas de dinheiro para estas instituições como meio de suporte dos seus legados, tornaram-se contribuintes activos, proporcionando interessantes obras de acção social, de promoção educacional e de remodelação e apetrechamento das próprias instituições.

Devido ao processo, nem sempre foi fácil o dinheiro chegar e levava algum tempo até ser entregue no templo. Era necessário encontrar a pessoa certa, esperar pela sua viagem ou mesmo aguardar que outro servisse de intermediário. Vejamos o caso de um benfeitor, morador em Minas Gerais, que mandou, em 1794, entregar 7 130 réis. Deu o dinheiro ao tenente Leandro de Faria Leite, que por sua vez se serviu do capitão António Francisco Guimarães para o fazer chegar a Porto de Ave²⁷. Os processos eram morosos e com frequência envolviam várias pessoas.

Todos os que optaram por esta dádiva eram do Minho e na sua maioria escolheram portadores também vizinhos. Desta forma, pensavam estar assegurada a entrega, uma vez que com mais facilidade os portadores se deslocariam até Taíde, não apenas para cumprir a obrigação que transportavam, mas também para agradecer graças pessoais e rever o Santuário onde tinham ido várias vezes.

Os benfeitores de Porto de Ave ocultaram geralmente as razões da sua piedade, tornando-nos quase sempre incapazes de conhecer o benefício que agradeciam. Todavia, Narciso Martins da Costa Guimarães, residente na cidade da Bahia, enviou, em 1792, 622 500 réis a Nossa Senhora, por Domingos Martins da Costa, da cidade do Porto, em cumprimento de “uma promessa que lhe tinha feito pello bom sucesso dos seus negocios”. Ordenou que este montante fosse aplicado “numa lampada de prata que de pezo e feitio absorber se a dita quantia”²⁸. Ou seja, o benfeitor exigia que toda a sua dádiva se gastasse no cumprimento desta vontade. Homem de negócios e bem sucedido, Narciso Martins da Costa Guimarães agradecia, desta forma, o seu bem-estar. Pelo mesmo portador mandou mais 16 000 réis, sem os vincular a nenhum fim específico²⁹. Esta foi uma esmola invulgar. Mais nenhum outro benfeitor doou um montante que se aproximasse. Era necessário ser muito rico para despender tanto dinheiro.

O gesto deste homem de negócios foi comum aos bem sucedidos, que através das suas acções não apenas exibiam a sua condição de homens ricos como engrandeciam algumas instituições religiosas e de assistência. Actos de filantropia e de solidariedade social foram igualmente praticados por este grupo de homens³⁰.

Alguns dos *ex-votos* existentes no museu de arte sacra do Santuário reportam-se também a certos homens que partiram para o Brasil, materializam o medo de alguns viajantes, a fé na Virgem e o agradecimento de muitos *brasileiros*, frequentemente alegando casos de doença.

“Eu Antonio Jose Pinto Brandão natural da cidade de Guimarães, residente no Imperio do Brazil achando me infermo de molestia ao peito e deitando sangue pela boca e apegando me com a Milagroza Senhora de Porto d’Ave, ella fez o Milagre que tanto eu ansiava, tendo prometido oferecer a sera logo que chigase a Portugal e ser lhe dado em sera ou em dinheiro o que comferi e quero que a dita esmola seja aplicada para obras...”³¹.

A quantia era de 24 000 réis e o doador exigiu que fosse aplicada com o fim que declarou. Foi uma doença grave que, em 1861, aproximou António José Pinto Brandão do Santuário de sua devoção³².

Noutros casos, a finalidade do dinheiro foi associada a gastos com cera ou com missas cantadas.

Há ainda casos que se reportam a temporais no mar. Gente que estava de partida para o Brasil, para a região de Pernanbuco, ou regressava da América portuguesa e conheceu as tempestades do Atlântico. O agradecimento que João António de Castro, de Taíde, deixou no século XIX, pormenoriza os dias da tempestade. Depois de 12 dias de intempérie, o devoto invocou a protecção da Virgem de Porto de Ave e, de imediato, o temporal “abonançou”. Como manifestação do seu agradecimento, em 1848, deixou em seu testamento 20 mil réis para o Santuário. Também Simão Pereira do Lago, da freguesia de São Romão da Carvalhosa, conheceu a irritação do mar, em 1753, quando entrava na barra de Lisboa. Este devoto de Nossa Senhora invocou o acontecimento num *ex-voto* que lhe dedicou, em 1753. Em 1787, aquando da sua morte, mandou-lhe de Vila Rica, Brasil, 89 600 réis para obras³³. Estas manifestações de agradecimento, constituem testemunhos de ligações fortes que não se perdiam, embora já tivessem passado muitos anos, sobre a partida para a colónia portuguesa da América.

O agradecimento que João António Carvalho fez através da sua pintura mandada para Porto de Ave dizia respeito a uma situação de doença. Este homem que vivia em Ouro Preto, Minas Gerais, estava enfermo de “hua grande malina” e sentenciado à morte pelo cirurgião. Valeu-lhe o recurso à Virgem que lhe deu “saúde perfeita”.

Também José Joaquim Gonçalves e sua mulher Maria Gonçalves, eram moradores no “Império do Brazil”. Temendo serem infectados pela cólera, imploraram a protecção da Virgem porque desejavam vir para sua casa fora de perigo. Recebida a graça, o casal ofereceu “um bom vestido para a Senhora, um lustre de vidro, compor o Orgão e completar a capela do Menino entre os Doutores”. A recepção de tão grande graça levou estes fiéis a compartilhar obras numa capela dos calvários e no Santuário e a realizar algumas compras para o mesmo. Os *brasileiros* recordavam Porto de Ave em situações de aflição. A travessia do Atlântico e a doença constituíam os maiores temores. Por isso, colocavam a sua vida nas mãos da Virgem da sua terra e aguardavam a sua protecção³⁴.

Todo o século XIX foi muito difícil para a irmandade. Em finais deste período, as dívidas acumularam-se e não se vislumbravam soluções para retirar o Santuário do “marasmo” em que se encontrava.

Em 1867, o défice era de 239 000 réis, facto que levou o governador civil de Braga a recomendar que o mesmo fosse “morto pela receita ordinaria do futuro anno economico e pelo producto d’uma subscripção que o actual capelão promove no Império do Brasil”³⁵. Este peditório que o religioso Caetano José da Cruz Barros diligenciou junto de familiares e amigos no Brasil surtiu alguns efeitos. A solução encontrada foi pedir junto de conhecidos no Brasil, ajudando-o a realizar algumas obras e a não agravar o défice.

Assinala-se, contudo, a dificuldade em angariar receitas, bem como o expediente utilizado para facturar novos ingressos. Esperava-se que futuramente o défice fosse amortizado não apenas com as verbas do ano económico, que se sabiam serem sempre pequenas, mas sobretudo com uma verba que viria do Brasil. Também na confraria se nota, especialmente a partir do século XIX, a esperança da chegada de dinheiro do Brasil, aguardando-se que ele solucionasse os problemas da instituição.

A estratégia utilizada pela confraria de Porto de Ave foi comum neste período. Outras instituições seguiram o mesmo método para conseguirem fundos que lhes permitiram obras de remodelação. No século XIX, as Ordens Terceiras do Porto lançaram campanhas de angariação de fundos junto dos emigrantes portugueses no Brasil para prosseguirem com as obras que tinham em curso. Serviram-se de elos de ligação, normalmente, dos próprios irmãos, para mais facilmente chegarem aos benfeitores³⁶.

Se nos séculos XVII e XVIII, o Brasil alimentou muitos sonhos de vidas melhores, no século XIX esperava-se em Porto de Ave que o mesmo resolvesse os problemas financeiros da instituição e promovesse os melhoramentos que a mesma estava impossibilitada de realizar.

Em 1874, com o “terreiro novo” pronto e as capelas em obras, era necessário fazer chegar água das capelas até ao terreiro. Soube deste empreendimento D. Amélia Francisca da Costa Cabral, residente no Rio de Janeiro, a qual mandou 219 300 réis, em 1878, em cumprimento de uma promessa feita pelo seu defunto marido. O dinheiro chegou vinculado às obras já iniciadas “no grande incanamento da nova agoa derigida ao novo terreiro entre as Capellas dos Doutores e fugida para o Egipto”³⁷. O montante chegou em boa hora e com ele se procedeu a um novo impulso nas alterações sofridas por este espaço de culto. Fica-nos, porém, a dúvida sobre o conhecimento apresentado por esta senhora sobre o estado das obras. Teria ela mantido contactos anteriores com a confraria? Ou saberia do andamento das obras através de familiares? Independente da fonte da notícia, realça-se a importância dos *brasileiros* nas benfeitorias que patrocinaram neste e em muitos outros santuários³⁸.

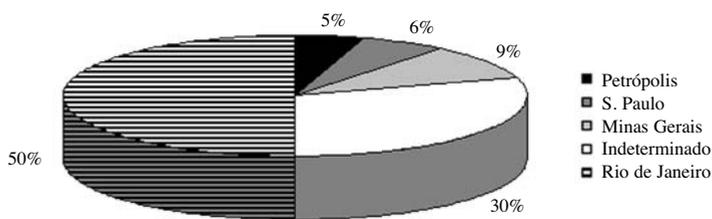
A Porto de Ave chegaram também esmolas que se prendiam directamente com a imagem de Nossa Senhora. Foram vários os devotos que deixaram dinheiro para aquisição de mantos novos, de tal forma que a dádiva chegada do Rio de Janeiro, em 1785, para um manto foi aplicada em obras que estavam em curso, em função da Senhora “ter Mantos sufficientes”³⁹.

Em 1926, a confraria recebeu uma esmola de 100 escudos de um benfeitor, residente no Rio de Janeiro, embora natural da freguesia de Arosa. Este devoto mandou ainda um manto para Nossa Senhora que o próprio arcebispo do Rio escolheu.

A oferta de paramentos, mantos, alfaías litúrgicas, jóias com pedras preciosas foi muito corrente. Os *brasileiros* procuravam engrandecer a instituição a que estavam ligados, muito frequentemente da sua terra ou de terras vizinhas, sua conhecida, associando o seu nome a acções de melhoramento e de promoção. Estes gestos ficavam, normalmente, assinalados com a sua inscrição como irmãos beneméritos e/ou com retratos que a confraria mandava fazer, perpetuando a sua memória⁴⁰.

Os livros de registo existentes para os finais do século XIX e para o século XX possibilitam analisar os *brasileiros* já não apenas como doadores mas também como membros da instituição. Mesmo longe, estes portugueses mantinham-se ligados a uma instituição, que muitos nunca chegaram a conhecer.

Gráfico 1: Distribuição geográfica dos irmãos emigrantes no Brasil (1903)



Fonte: ACNSPA – Livro de registo dos irmãos, 1903, fls. 8-8v.-78v.

O gráfico 1 regista a morada dos *brasileiros* inscritos na confraria, em 1903. Trata-se de uma síntese feita pelo secretário no ano assinalado, embora muitos se tenham alistado antes. Sabemos também que até 1929, os portugueses residentes no Brasil continuaram a ingressar como confrades.

A análise do gráfico permite constatar que metade dos inscritos residia no Rio de Janeiro.

Só esta cidade recebeu 75% da emigração total portuguesa entre 1870 e 1874⁴¹.

Estudamos em particular a residência dos irmãos *brasileiros*, de ambos os sexos, e como se demonstra no gráfico, o maior número habitava nesta altura no Rio de Janeiro⁴².

Assinala-se também o número de indeterminados, gente de quem não se conhecia a morada. Embora distantes, estes devotos da Virgem de Porto de Ave mantinham-se interessados em integrar o corpo de irmãos.

Quem eram estes *brasileiros*? O livro de matrículas possibilita conhecer o perfil destes confrades. Normalmente, alistava-se o casal e os seus filhos ao

mesmo tempo ou outros membros da família que estavam no Brasil. José Ribeiro Guimarães, homem de 59 anos, casado e proprietário, residia em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1888. Alistou-se com seu irmão Joaquim Ribeiro Guimarães, também casado, proprietário, de 46 anos e igualmente residente em Ouro Preto, Minas Gerais. No mesmo dia foi registada D. Joaquina Clara Guimarães, casada, de 33 anos, proprietária e moradora em Ouro Preto, Minas Gerais⁴³. Esta senhora seria esposa de um dos mencionados, mas o seu marido não foi identificado.

Embora os casos registados sejam de pessoas casadas, muitos que se alistaram na irmandade de Porto de Ave eram solteiros. Em 1887, foram integrados Maximiliano Joaquim de Almeida, Constantino Joaquim Vieira, Manuel José Alves e António Ribeiro da Silva, todos solteiros e negociantes. Os três primeiros mantinham-se no Brasil, mas António Ribeiro da Silva já tinha regressado e morava em Braga⁴⁴.

Sobre muitos *brasileiros* não foi referida a proveniência geográfica, mas sabe-se que alguns eram dos concelhos da Póvoa de Lanhoso, Braga e Guimarães. Quando regressavam iam frequentemente viver para Braga, onde instalavam a sua vida e mantinham negócios com o Brasil.

Como a vinda a Portugal não ocorria muitas vezes, aproveitava-se algum amigo ou familiar que vinha ao país para fazer a matrícula de todos os que desejassem. Era o transportador da incumbência que fornecia os dados, os quais eram passados para os livros, registando-se juntamente todos os *brasileiros*. Joaquim Gomes de Castro, natural de Taíde e residente no Rio de Janeiro, inscreveu-se em 1899, conjuntamente com sua mulher Josefa Lucas de Castro e a sua filha Leocádia Gomes de Castro⁴⁵.

Neste mesmo ano, alistou-se o visconde de Taíde, natural da freguesia de Taíde e residente no Rio de Janeiro, tendo-lhe sido facultada a entrada gratuita em “signal de respeito”. Também sua esposa ingressou gratuitamente por ser benemérita⁴⁶. A entrada deste homem interessava à irmandade. Tratava-se de uma pessoa rica da terra que a prestigiava e, simultaneamente, podia contribuir para patrocinar melhoramentos. Por isso, e por “respeito”, os mesários decidiram incorporá-lo no rol de irmãos.

Todos os casos que foram integrados como membros eram homens e mulheres de posses que desempenhavam actividades lucrativas e/ou tinham alcançado sucesso na sua vida de emigrantes. Ligados pela sua crença a Porto de Ave, mantiveram-se também recordados pelo significado das suas dádivas, constituindo um capital simbólico muito importante para a confraria. Os gestos que, simultaneamente, procuravam salvar a alma do benfeitor, ao associar o seu nome a um acto público reconhecido e ao recordá-lo eram também colocados no rol mais estreito dos *melhores* beneméritos.

O envio de esmolas, o “cumprimento de promessas”, a participação financeira em melhoramentos e a invocação da graça recebida nos *ex-votos*, conferiu uma forte presença aos *brasileiros* no Santuário. Marcas perpetuadas nos livros de registo, nos retratos, que se ostentavam na sala dos benfeitores e na

memória dos confrades, fazem recordar a comparticipação deste grupo, que os confrades invocavam sempre que necessitavam para angariar novas esmolas e outras comparticipações destes beneméritos.

FONTES

- ACNSPA (Arquivo da Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 1734) – *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora dos milagres do Porto de Ave na freguesia de Sam Miguel de Thaide concelho de Lanhozo*, fl. 1 e 6.
- ACNSPA (1772-1795) – *Este livro ha de servir pera nelle se assentarem todas as esmolas de dinheiro e peças de ouro, prata e mais trastes*, fl. 126, fl. 210, fl. 236v.
- ACNSPA (1774-1888) – *Este livro ha de servir para o reverendo cappellam administrador Manuel Francisco Mattos que actualmente para os mais que renovo e entrarem, e servirem algumas esmolas particulares e alguns prometimentos com applicação de obras certas e especificadas para este Santuario de Nossa Senhora de Porto de Ave*, fl. 16, fl. 20, fl. 35, fl. 39.
- ACNSPA (1886-1942) – *Este livro ha de servir para matricula dos irmãos da confraria de Nossa Senhora de Porto d’Ave erecta na freguesia de S. Miguel de Thaide do concelho da Povoia de Lanhozo*, fls. 29-30, fls. 78-78v, fl. 198v, fl. 203v.
- ACNSPA (s.d) – *Livro do recebimento do dinheiro...*, fl. 172v.
- ACNSPA (1903) – *Livro de registo dos irmãos da confraria*, fls. 8-8v.-78v.
- ACNSPA (1886) – *Projecto de estatutos para a confraria de Nossa Senhora de Porto d’Ave*, fl. 2.
- ACNSPA (1886-1892) – *Tera de servir este livro para n’elle se escripturar a receita e despesa do Santuario de Nossa Senhora de Porto d’Ave*, fl. 4v.
- Constituições Sinodais do Arcebispo de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos Noronha no anno de 1639 e mandadas empimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Hespanhas em Janeiro de 1697, 1697, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes.

BIBLIOGRAFIA

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado (1997), *Os senhores da terra: famílias e sistema sucursório entre os senhores do engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*, Campinas: Centro de Memória-UNICAMP.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de; PAIVA, José Pedro (2001), “Visitações”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa: Círculo de Leitores.
- CAVALCANTI, Nireu (2004), *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade. Da invasão francesa até à chegada da Corte*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- COUTINHO, João António Rodrigues de Azevedo (2005), *Descrição do Santuário e Romaria de N.ª S.ª do Porto de Ave*, S.I., Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave.
- DURÃES, Margarida Pereira Varela (2000), *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, vol. I, Braga: Universidade do Minho.
- FERREIRA, Manuel José V. (1994), “Santuário de Nossa Senhora da Fé (Castelões, Vieira do Minho)”. *Theológica*, II série, vol. XXIX, fasc. 2.
- FRAGOSO, João (2001), “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e da sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII)”, in *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)*, org. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvea, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo (2001), “Negociantes, Mercado Atlântico e Mercado Regional. Estrutura e dinâmica da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812”, in *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, org. Júnia Ferreira Furtado, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LAGES, José Manuel Gonçalves da Silva (1998), *A Confraria de Nossa Senhora do Carmo, a sua influência no Vale do Este e o papel dos “Brasileiros”*, Braga: Universidade do Minho.
- LEAL, Pinho (1876), *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, VII Volume, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia.
- LOPES, Maria Antónia (2001-2002), “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho de Meda (1889-1896)”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV.
- PUNTONI, Pedro (2004), “As guerras no Atlântico Sul: a Restauração (1644-1654)”, in *História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.
- RODRIGUES, Henrique (2000), “Análise à emigração para o Brasil através dos livros de recenseamento militar”. *Cadernos Vianenses*, tomo 28.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2000), “Misericórdias, Portugueses no Brasil e *Brasileiros*”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses.
- SCHWARTZ, Stuart (1998), “A ‘Babilónia’ colonial: a economia açucareira”, in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.
- SERRÃO, Joel (1982), *A emigração portuguesa*, 4.^a edição, Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Francisco Ribeiro da Silva (1998), “Brasil, *Brasileiros* e Irmandades/Ordens”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses.
- SOARES, Franquelim Neiva (1997), *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Braga, Universidade do Minho/Governo Civil de Braga.
- VIEIRA, José Augusto (1887), *O Minho pitoresco*, tomo I, Lisboa, Livraria António Maria Pereira.

NOTAS

- 1 ACNSPA, 1734, fl. 1.
- 2 CARVALHO e PAIVA, 2001: 365-369.
- 3 Constituições *Sinodais do Arcebispado de Braga...*, 1697: 480.
- 4 ACNSPA, 1886, fl. 2.
- 5 SOARES, 1997: 554-556.
- 6 Para o Santuário de Nossa Senhora da Fé (Castelães, Vireira do Minho) contam-se duas lendas. Uma delas passa-se também com uma criança e descreve acção protectora de Nossa Senhora a uma jovem que estava perdida na neve, sem conseguir encontrar o caminho para casa, sendo a Virgem Maria que a iluminou e a colocou na direcção da sua morada (FERREIRA, 1994: 311-319).
- 7 VIEIRA, 1887: 509.
- 8 COUTINHO, 2005: 20-22.
- 9 Entre 1728 e 1741 a igreja bracarense viveu um período de *Sede Vacante*.
- 10 ACNSPA, 1886, fl. 2.
- 11 ACNSPA, 1734, fl. 1.

- 12 ACNSPA, 1886, fl. 2.
13 ACNSPA, 1734, fl. 6v.
14 ACNSPA, 1734, fl. 1v.
15 As fontes para este período são escassas e não permitem avaliar com segurança os legados recebidos.
16 SERRÃO, 1982: 107.
17 SÁ, 2000: 119.
18 SCHWARTZ, 1998: 214.
19 FRAGOSO, 2001: 31.
20 BACELLAR, 1997: 110.
21 PUNTONI, 2004: 283-288.
22 Alguns destes negociantes mantinham relações comerciais com o reino e com África (CAVALCANTI, 2004: 75-76).
23 LEAL, 1876: 555.
24 VIEIRA, 1887: 772.
25 ACNSPA, 1772-1795: fl. 126.
26 DURÃES, 2000: 62.
27 ACNSPA, 1772-1795: fl. 236v.
28 ACNSPA, 1774-1888: fl. 20.
29 ACNSPA, 1772-1795: fl. 210.
30 SILVA, 1998: 138.
31 ACNSPA, 1774-1888: fl. 35.
32 RODRIGUES, 2000: 95-108.
33 ACNSPA, s.d: fl. 172v.
34 Esta situação foi corrente. Muitos emigrantes portugueses no Brasil recorreram aos santos que conheciam bem num momento particularmente difícil das suas vidas para implorarem a sua protecção.
35 ACNSPA, 1866-1892: fl. 4v.
36 SILVA, 1998: 142.
37 ACNSPA, 1774-1888: fl. 39.
38 Para a confraria e Nossa Senhora do Carmo, concelho de Vila Nova de Famalicão, ver LAGES, 1998: 139-182.
39 ACNSPA, 1774-1888: fl. 16.
40 LAGES, 1998: 343-345.
41 LOPES, 2001-2002: 393.
42 Desde finais do século XVIII que o Rio de Janeiro era uma praça dinâmica em termos comerciais e não apenas com o reino, mas também com o estrangeiro (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001: 155-177).
43 ACNSPA, 1886-1942: fls. 78-78v.
44 ACNSPA, 1886-1942: fls. 29-30.
45 ACNSPA, 1886-1942: fl. 198v.
46 ACNSPA, 1886-1942: fl. 203v.

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL NO PRESENTE

Francisco Knopfli

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PORTUGUESA NO BRASIL

De acordo com os elementos disponíveis – quando era embaixador em Brasília (2001) – a população portuguesa residente no Brasil era estimada entre 500 000 e 700 000 pessoas. O número de portugueses inscritos era de 322 381 e o número de luso-descendentes, em primeiro grau, situava-se em 1 330 000.

Comparativamente com os dados sobre a estimativa da população residente, de 1996, ano em que a população se situava entre 800 000 e 1 000 000 indivíduos, registou-se um decréscimo que poderá ter resultado de um número significativo de famílias ter regressado a Portugal, sobretudo as que se fixaram neste país depois do 25 de Abril, e, por outro lado, provavelmente a ocorrência de óbitos devido ao envelhecimento da população. A população originária portuguesa apresentava faixas etárias elevadas, existindo uma grande percentagem de indivíduos com idades compreendidas entre os 55 e os 75 anos.

De notar, que estes valores resultaram de elementos apurados pelos consulados portugueses e associações existentes, razão pela qual apenas poderão ser considerados como uma estimativa. Aliás e como que testemunhando a grande dificuldade na obtenção de valores mais exactos, poder-se-á referir que o Recenseamento Geral Brasileiro de 1980 apresentava um valor total de portugueses de cerca de 348 815. O Censo de 1991 apresentava um total de 263 616 nacionais (140 325 homens e 123 291 mulheres), correspondendo o número de cidadãos naturalizados brasileiros a 14,71% do total. No Rio de Janeiro residiam 105 711 portugueses, dos quais 4,71% estavam naturalizados brasileiros. Por outro lado, os portugueses residentes em São Paulo ascendiam a 131 248, encontrando-se 7,17% do total, naturalizados brasileiros.

Dados sobre inscrições consulares activas, de Maio de 2003, indicavam que o seu número se situava em 652 396 (451 352 e 143 921, respectivamente nos Consulados Gerais do Rio de Janeiro e de São Paulo).

Quanto às zonas de fixação, verificava-se em 2001, que os portugueses se encontram distribuídos por todo o país, havendo uma maior incidência nos Estados do Rio de Janeiro (40,9%) e de São Paulo (40,2%). Nestes Estados, residiam 75,2% dos luso-descendentes.

A população portuguesa é em grande parte originária do norte e centro e das Regiões Autónomas da Madeira e Açores. A partir de 1974/1975 verificou-se a entrada de um número apreciável de portugueses oriundos das ex-colónias, em particular de Angola.

Os trabalhadores portugueses apresentam uma actividade altamente produtiva e diversificada, fazendo-se sentir em quase todos os ramos económicos, designadamente no comércio, indústria, hotelaria, agricultura, pecuária e serviços.

Verifica-se, no entanto, uma melhoria do estatuto profissional dos portugueses durante as últimas décadas, registando-se um ingresso significativo de indivíduos no grupo das profissões científicas, liberais, técnicas e artísticas.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Existem no Brasil 237 instituições portuguesas e luso-brasileiras em actividade, muito embora nem todas mantenham contactos regulares e/ou assíduos com os serviços.

A maioria delas está filiada na Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, fundada em 1931 e sediada no Rio de Janeiro.

As actividades a que se dedicam as associações portuguesas e luso-brasileiras são de natureza cultural, recreativa, desportiva e beneficente.

Tendo em conta o envelhecimento da comunidade portuguesa, o movimento associativo é extremamente tradicional e as actividades recreativas são privilegiadas em detrimento das de natureza cultural propriamente ditas.

Esse mesmo envelhecimento é ainda responsável pelo progressivo desaparecimento de algumas tradições populares como o ensino do folclore.

Num número bastante significativo de associações, no entanto, começa a verificar-se um grande esforço no sentido da modernização de estruturas, da reformulação dos estatutos e da criação de departamentos para jovens, por forma a inverter esta situação. Nos últimos anos não se processou o necessário rejuvenescimento quer da massa associativa quer dos corpos directivos das associações. No entanto, parece haver sinais de que está a surgir um maior interesse da juventude luso-brasileira pelas associações e clubes de origem portuguesa e pelas respectivas responsabilidades de Direcção.

ÁREA CONSULAR DO RIO DE JANEIRO

Para além do Estado do Rio de Janeiro, esta área consular engloba ainda o do Espírito Santo, dela dependendo também os Consulados Honorários de Portugal em Duque de Caxias, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis e Vitória. Conhecem-se 59 associações em actividade.

Embora existam outras espalhadas por todo o Brasil, é nesta área consular que se encontra concentrado o maior número de Casas Regionais:

- Arouca Barra Clube, fundado em 1967;
- Casa dos Açores, fundada em 1952;
- Casa das Beiras, fundada em 1935;
- Casa de Espinho, fundada em 1964;
- Casa de Lafões, fundada em 1944;
- Casa do Minho, fundada em 1924;
- Casa do Porto, fundada em 1945;
- Casa dos Poveiros, fundada em 1930;
- Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, fundada em 1923;
- Casa Regional de Aveiro, fundada em 1958;
- Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, fundada em 1953;
- Casa de Viseu, fundada em 1966;
- Casa de Gondomar, fundada em 1984.

ÁREA CONSULAR DE SÃO PAULO

Esta área consular engloba os Estados de São Paulo (com exceção dos municípios que integram a área consular de Santos) e Mato Grosso do Sul, dela dependendo os Consulados Honorários de Portugal em Baurú, Botucatu, Campinas, Corumbá, Marília, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Tupã. Conhecem-se 68 associações em actividade.

Associações portuguesas e luso-brasileiras (datas de fundação)

As datas de fundação de algumas das associações do Brasil, com base na lista facultada pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, são:

- Gabinete Português de Leitura de Pernambuco-Recife (1850);
- Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará-Belém (1854);
- Real Hospital Português de Beneficência – Recife PE (1855);
- Real Associação Portuguesa de Beneficência Dezasseis de Setembro Salvador BA (1857);
- Sociedade Humanitária 1.º de Dezembro – São Luís do Maranhão (1862);
- Gabinete Português de Leitura de Salvador BA (1863);
- Grémio Literário e Recreativo Português – Belém PA (1867);
- Sociedade Beneficente Portuguesa Dois de Fevereiro – Goiânia GO (1872);
- Real e Benemérita Sociedade Beneficente do Amazonas – Manaus (1873);
- Sociedade Portuguesa de Beneficência 1.º de Dezembro – Corumbá/Mato Grosso (1892);
- Associação Vasco da Gama – Belém PA (1898).

Aspirações da comunidade portuguesa

Segundo o relatório de Janeiro de 2001, da Embaixada de Portugal em Brasília, que na altura chefiava, “as principais aspirações desta Comunidade ligar-se-ão ao reforço da sua influência local, através do reacentuar da identidade cultural e histórica da presença portuguesa no Brasil, de forma a potenciar a sua imagem e actuação, nomeadamente junto da opinião pública, onde é pouco referida. São frequentes as comparações com a pujança de afirmação de outras comunidades, nomeadamente as italiana, japonesa, sírio-libanesa e alemã”.

Outra das aspirações da comunidade portuguesa do Brasil, ainda segundo aquele relatório, é a de “constituir uma grande Fundação Portugal, que teria como principal objectivo supervisionar e controlar a transferência dos portugueses para os luso-brasileiros de todo o património reunido pelo movimento associativo no Brasil”.

Na verdade, apesar do considerável poder económico da comunidade portuguesa, o património pertencente a múltiplas instituições tem vindo a degradar-se, quer em termos de conservação material das instalações, quer no que se refere aos métodos de gestão e à qualidade das iniciativas promovidas. A preservação, conservação e inventariação do património existente é uma questão que exige não só elevados meios financeiros como uma gestão profissionalizada que assegure uma visão integradora e global por forma a permitir a apresentação de soluções viáveis e com perspectivas de rentabilização.

Rede consular no Brasil

De acordo com os elementos disponíveis, existem 700 000 portugueses e luso-descendentes espalhados por todo o Brasil, havendo, contudo, uma maior incidência nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Dos elementos analisados poderemos concluir que a comunidade portuguesa residente no Brasil tem características diversas das restantes redes consulares.

A rede consular no Brasil engloba 9 consulados de carreira e a Secção Consular da Embaixada de Portugal em Brasília. No Brasil forma praticados, em 2004, 131 051 actos consulares, o que corresponde a 12,8% do total de actos da rede consular de Portugal no estrangeiro. É a segunda maior rede consular, depois da França, em número de Postos e de actos consulares praticados.

Do total dos postos consulares existentes no Brasil, cabe destacar os Consulados Gerais de Portugal no Rio de Janeiro e em São Paulo, os quais praticaram, em 2004, cerca de 68,3% do total dos actos praticados no Brasil. Os actos de notariado (reconhecimento de assinaturas), pedidos de bilhetes de identidade e passaportes e Registo Civil são os principais actos praticados nestes Postos.

Os restantes postos consulares do Brasil têm uma actividade consular muito mais reduzida sendo de salientar, no entanto, que quase todos aumentaram os actos consulares nos últimos 3 anos. Este crescimento deveu-se, por um lado,

ao aumento do número de turistas que visitaram Portugal e, por outro, aos importantes investimentos portugueses na hotelaria e outras áreas diversas da economia. A rede consular no Brasil é completada por uma rede de postos honorários, com mais de 30 postos providos.

CONCLUSÃO

A importância económica, cultural, social e política da comunidade portuguesa no Brasil é sobejamente conhecida; a sua dimensão e o seu prestígio são maiores do que se pode aferir em termos concretos, designadamente, no que se refere à sua imagem.

É reconhecida pelas autoridades federais e estaduais, nos meios empresariais e sociais. No que se refere ao peso e influência reais na sociedade brasileira, está aquém do que seria desejável. A imagem tem vindo a melhorar nos últimos anos. Aguardemos, acreditando na juventude.

**FONTES PARA A HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO
DE PORTUGAL PARA O BRASIL**

PORTUGUESES DO NORTE DE PORTUGAL COM DESTINO AO BRASIL (1805-1832)

*Fernando de Sousa
Teresa Cirne*

INTRODUÇÃO

Em trabalho já publicado, com o título *A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil*¹, tivemos oportunidade de chamar a atenção para os portugueses do Norte de Portugal que, entre 1805 e 1832, saíram para o Brasil, até 1822 como “passageiros”, no quadro do império colonial, e a partir de então, como emigrantes.

Independentemente de terem deixado de Portugal antes ou depois da independência do Brasil, a verdade é que todos eles eram obrigados a levantar passaporte, para a obtenção do qual tinham de “justificar-se”, de forma a poderem demonstrar que obedeciam às condições legais exigidas para abandonarem Portugal Continental rumo ao Brasil.

Como já indicámos no artigo referido, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com sede no Porto, fundada em 1756 com poderes majestáticos, a partir de 1762 passou a emitir as atestações necessárias e obrigatórias para todos aqueles que pretendiam obter passaportes para o Brasil.

A série *Justificações de passaportes* existente no Arquivo da Companhia do Alto Douro, por nós inventariado², e que abrange os processos de justificação, os pedidos de segundas vias de justificação e o registo de atestações, diz respeito ao período compreendido entre 1805 e 1832, desconhecendo nós qual a razão por que, embora autorizada desde 1761, só de 1805 em diante temos documentação relativa a esta competência da Companhia – muito provavelmente, porque só a partir deste último ano é que a Companhia passou a conservar os processos de justificação e a registar em livros próprios (a partir de 1812), as atestações para passaportes.

Na época em causa, a Companhia emitiu 373 atestações para titulares de passaportes e 637 indivíduos acompanhantes daqueles, o que dá um total de 1 010 pessoas que, em princípio, obtiveram autorização para sair do Reino, das quais 91% para o Brasil.

Se tivermos em consideração apenas os titulares de passaportes, verificamos que 338 (91%) vão para o Brasil e que apenas 35 (9%) pretendem deslocar-se para outros destinos.

Das 373 pessoas referidas, 156 (41,8%) são do sexo masculino e 217 (58,2%) são do sexo feminino, a revelar a importância da mulher nesta emigração, a qual, embora saindo autonomamente, vai, regra geral, juntar-se ao marido, irmão ou a outros familiares no Brasil.

Pela análise deste fundo documental, foi possível recolher o nome dos titulares de passaportes, sexo, naturalidade, idade, profissão, estado civil, nome do cônjuge, número e nome dos acompanhantes, e ainda uma ou outra observação que entendemos interessante recolher para melhor conhecermos a identificação e as motivações daqueles que pretendiam embarcar para o Brasil.

Com este trabalho, damos agora a conhecer os nomes desses portugueses que, pelas mais variadas razões, pretenderam deslocar-se para o Brasil, a maior parte deles porque já tinha família a viver naquele território, mas também porque eram pobres e não tinham meios de subsistência em Portugal, sobretudo após as invasões francesas (1807-1811).

Tabela 1: Distribuição dos portugueses do Norte de Portugal que emigraram para o Brasil e outros destinos (1805-1832)

PAÍSES OU COLÓNIAS PORTUGUESAS	N.º DE TITULARES	%
Alemanha	3	0,78
América	1	0,26
Angola	1	0,26
Argentina	4	1,04
Brasil	338	90,90
Cabo Verde	2	0,52
Espanha	1	0,26
França	5	1,30
Holanda	1	0,26
Inglaterra	14	3,64
Uruguai	2	0,52
Desconhecido	1	0,26
Total	373	100,00

Mas as fontes consultadas permitem-nos chegar a outras conclusões, nomeadamente a precocidade de saída para o Brasil de famílias inteiras, bem mais comum do que se pensa, e a reconstituição de famílias naquele território, através da chamada do cônjuge, dos filhos, irmãos, sobrinhos ou outros parentes; o fenómeno do retorno definitivo ou temporário, mas também o de brasileiros que pretendem radicar-se no Continente; o movimento daqueles que apenas se deslocam ao Brasil para tratar dos seus negócios, uma vez que as relações económicas do Porto com o Brasil, pelo menos até 1822, eram muito importantes; e a presença da criadagem, da escravatura, mas também da miscigenação.

Resta-nos fazer algumas observações quanto aos quadros que se seguem. Nas profissões dos titulares de passaportes, consideramos como “negociantes” os que se intitulam como tal, mas também os que dizem ir “tratar do seu negócio”, mesmo sabendo que nem sempre pode haver tal identificação; e como “caixeiros”, os que afirmavam ir trabalhar com comerciantes. Na coluna dos “acompanhantes”, os números que vão entre parêntesis, imediatamente a seguir aos nomes, referem-se à idade dos mesmos. E, finalmente, na coluna das observações, todos os titulares de passaportes solicitados que não fazem menção expressa do seu destino, vão para o Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- SOUSA, Fernando de (2003) (coord.), *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto: CEPSE.
- SOUSA, Fernando de; CIRNE, Teresa; CARDOSO, Duarte Nuno (2005), “A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil”, in *O Vinho do Porto em Gaia & Companhia*, Porto: CEPSE,

NOTAS

- ¹ SOUSA, CIRNE e CARDOSO, 2005: 71-110.
- ² SOUSA, 2003.

Tabela 2: Portugueses do Norte de Portugal que emigraram para o Brasil e outros destinos (1805-1832)

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Luisa Maria Machado	Braga - Lages	22-05-1805	?		C	João Gabriel de Freitas Braga	1	Filho: Custódio José (14)	O marido está ali estabelecido
Luis Correia de Amorim	Porto	20-08-1806	34	Comerciante	C	Josefa Joaquina	5	Mulher: Josefa Joaquina (40). Filha: Ana Vitória (10). Criados: António José (24); Francisco José Teixeira (25); António Pinto (18)	Vai tratar de negócios que tem ali
Maria Delfina Rosa	Amarante - S. Salvador de Lufrei	11-07-1807	21		C	Manuel Francisco de Oliveira	3	Filha: Maria (2). Outros: Joaquina Machado (19); Manuel Pinto de Queirós (67)	Joaquina Machado é sobrinha de Manuel Pinto de Queirós e mulher de João Mendes de Queirós, com quem ambos vão ter
José Pinto de Queirós	Porto	18-02-1809	?		C	Ana Antónia Rosa	7	Mulher: Ana Antónia Rosa. Filhos: Quitéria; Antónia; Albina; Rita Tomás; Teodoro	
Maria do Carmo	Porto	23-07-1809	30		C	António José Barbosa			O marido está ali estabelecido
Joana Rosa de Sousa	Porto - S. João da Foz	30-08-1809	30		C	José de Sousa Pição (capitão de navios)	1	Filho: João José de Sousa (10)	O marido é capitão de navios na carreira para o Brasil

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Rosa do Nascimento	Porto - Rua Nova de Santo António	21-09-1809	49		C	António José de Azevedo (capitão)	7	Filhas: Ana Maria do Céu (19); Clemência Rosa (27); Antónia Rosa (30). Genro: Bento José Pereira de Carvalho (42). Netas: Ana Rosa (6); Maria dos Santos (4); Rita (11 meses)	
Maria Martins	Sousa	10-01-1810	29		S				Vai para o Brasil "como pobre, e para melhor se poder sustentar"
João Ferreira dos Santos	Porto - Lordelo do Ouro	17-02-1810	?	Capitão e piloto de navios	C	Maria Tomásia	8	Mulher: Maria Tomásia. Filhas: Maria; Josefa; Ana; Tomásia. Sogra: Maria Ledónia. Cunhadas: Ana Catarina (37); Josefa Joaquina (30)	
José Gonçalves da Silva	Porto - Lordelo do Ouro	18-02-1810	45		C	Ana Maria da Costa	2	Mulher: Ana Maria da Costa (40). Filha: Maria Margarida (10)	Afirma que está "sem poder obter navio para navegação, por falta de navegações"
António Osório Rebelo	Lamego - Vila de Canha	20-06-1810	64		C	Maria Jacinta	2	Mulher: Maria Jacinta (64). Filha: Ana Rita de Sá Mendonça (28)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Vitória	Porto - Cedofeita	27-06-1810	63		V	José Pereira dos Santos (capitão)	5	Filhas: Maria Vitória (40); Rita Vitória (21); Luísa Vitória (17). Criadas: Maria Rosa (13); Maria Rosa (10)	O filho está estabelecido com casa de negócio
António José Afonso	Porto - Rua do Cimo de Vila	27-06-1810	45	Comerciante	C	Angélica Maria	2	Mulher: Angélica Maria (33). Filha: Judite Rosa (18 meses)	Tem ali "a sua casa de negócio estabelecida".
José Esteves da Costa Baião	Porto - S. João da Foz	27-06-1810	35		C	Tomásia Maria Rosa	5	Mulher: Tomásia Maria Rosa (27). Filhas: Felizarda Emília (9); Maria Carolina (4). Cunhada: Ana Felizarda (23). Criada: Maria Rita (35)	
Luís António Machado Reis	Maiã	27-06-1810	40		C	Rosa Bernardina da Cunha Reis	6	Mulher Rosa Bernardina da Cunha Reis (35). Mãe: Maria Quitéria (70). Sobrinha: Ana Joaquina (19). Filhos: Luís António (7); Guilherme (4). "Preto"; Manuel (22)	Vai para o Brasil porque em Portugal não dispõe de "meios de continuar a sua ocupação para alimentar a sua família". Tem ali negócios
João Francisco Lima	Porto - Cedofeita - Rua da Falperra	07-07-1810	50	Capitão e piloto de Navios	C	Ana Raimunda	2	Mulher: Ana Raimunda (46). Filhas: Maria Cândida (18); Ana Raimunda (6)	Tem o seu negócio naquelas cidade

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Mendes Braga	Porto	11-07-1810	33	Negociante	?		1	Irmão e caixeiro: Francisco Mendes Braga (17)	Vai "por conta dos seus negócios", pois tem ali "sociedade em casa de negócio"
Brás de Abreu Aranha e Araújo	Porto	13-08-1810	64	Cavaleiro da Ordem de Cristo	?				Passa primeiro por Inglaterra
Luis Martins	Leça da Palmeira	29-08-1810	44	Proprietário e negociante	C	Gertrudes Maria Batista	3	Mulher: Gertrudes Maria Batista (46). Filhas: Ana (16); Maria (12)	Possui "negócios e fazendas" no Maranhão e em Pernambuco, bem como em outras cidades
José da Costa Carvalho	Porto - Lordelo do Ouro	07-09-1810	36	Negociante	?				Pretende fazer ali "certos arranjos do seu negócio"
Manuel Luís Cardoso da Silva	Porto	07-02-1811	?	Comerciante	V	Antónia Joana da Cunha e Silva	4	Filhas: Francisca Felizarda (20); Ana Albina (16). Criadas: Maria Correia (33); Ana Maria (25)	
Ana Rita de Sousa	Matosinhos	20-02-1811	50		C	Gaspar Francisco	2	Filhos: Francisca Rita (17); João (11)	O marido está ali estabelecido
António Domingues Rodrigues	Espanha - Santiago de Compostela	16-03-1811	50		C	Francisca Martins	3	Mulher: Francisca Martins (50). Filhas: Maria (17); Ana (14)	Reside no Porto há mais de 30 anos

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Gonçalves da Rocha	Porto?	27-03-1811	23		?				O justificante estava no Brasil. Vêio a Portugal para tratar da saúde
António José de Azevedo	Porto - Rua de Santo André	08-05-1811	12	Negociante	S				Filho de Luís Miguel de Azevedo e de Ana da Encarnação. Vai-se estabelecer no comércio e tratar de negócios de seus pais
Custódia Angélica	Porto - Cedofeita - Rua de Vilar	22-05-1811	30		V		2	Filhas: Joana Maria (10); Ana Maria (9)	Filha de José Francisco de Andrade e de Custódia Angélica. Os pais têm ali negócio
Mateus da Silva	Barcelos - S. Salvador de Tebosa	25-05-1811	75		C	Domingas Ribeiro	10	Mulher: Domingas Ribeiro (50). Filhos: Pedro José da Costa (25); Gertrudes da Silva (22); Josefa da Silva (20); Teodósia da Silva (18); Custódia da Silva (14); Maria Teresa da Silva (27). Nora: Maria Josefa da Costa (22). Genro: João Garcia (26). Neto: João José da Silva (?).	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Joaquina	Porto	30-05-1811	21		C	Joaquim Borges de Araújo	4	Filhos: Manuel (6); Francisco (2); Francisco (11 meses). Primo: José Pereira Rebelo (27)	
Alexandre José de Sá	Mirandela	05-06-1811	27		C	Vicência Clara da Ressurreição Pegado	1	Mulher: Vicência Clara da Ressurreição Pegado (27)	A mãe e o irmão estão ali estabelecidos
Catarina Micaela de Freitas	Brasil - Pará	11-06-1811	58		S				Reside no Porto, em Cedofeita
Ana Miquelina da Luz e Matos	Porto - Miragaia	04-07-1811	26		C	Custódio Manuel de Matos	1	Irmã: Gertrudes Magna da Luz (16)	O marido está ali estabelecido
António Joaquim Mendes	Porto - Miragaia	26-08-1811	36	Negociante	?				
António da Silva	Fânzeres	28-08-1811	?	Caixeiro	?				O irmão é comerciante. Vai para o ajudar na "laboração do seu comércio"
António Xavier Lopes de Paiva	Póvoa de Varzim	28-08-1811	35	Comerciante	?				Pretende ali tratar de outros negócios pendentes
Manuel Alves de Pinho	Vila Nova de Gaia - lugar das Azenhas	02-11-1811	59	Trabalhador da Fábrica de Louça do Cavaquinho	C				Filho de Francisco Álvares e de Vitória de Pinho

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel José Rodrigues	Vilarinho da Castanheira - S. Lourenço	11-11-1811	44	Comerciante	C	Maria Joaquina	8	Mulher: Maria Joaquina (40). Filhos: Ana (18); Leonor (16); Antónia (14); Maria (12); Luísa (9); Isabel (5); Daniel (7)	Os irmãos e os primos estão ali estabelecidos no comércio
Ana Maria	Vila da Feira - Mozelos	17-03-1812	36		C	Joaquim José Pinto de Cerqueira			
Rita de Cássia de Jesus	Porto - S. Nicolau	13-05-1812	25		C	António José Teixeira	2	Filhos: Francisco (2); Ana (5)	O marido é marinho do navio Bizarria
Mariana Domingues	Bragança - Vila Meã	10-06-1812	70		V		2	Sobrinho: Julião Teixeira Maia e Melo (31). Outra: Rosenda de Paiva Reis	Alega a sua avançada idade e a pobreza em que vive depois de ter sido "roubada" pelo inimigo (invasões francesas). Rosenda de Paiva Reis vai para a companhia de seu tio, o padre Florêncio de Paiva Reis
Joaquina Margarida Garcez	Porto	23-06-1812	50		V		4	Filhas: Maria Margarida Felizarda Garcez (30); Rita Ermelinda Garcez (28). Reverendo: Francisco Vitorino de Castro (47). Criado: João Ribeiro	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Felizarda de Menezes	Lousada - Santa Marinha de Ludaes	03-07-1812	33		S		1	Criada: Maria do Nascimento	
José Vicente de Azevedo	Porto - Santo Ildefonso	07-08-1812	13		S				Filho de Luis Miguel de Azevedo e de Ana da Encarnação
Ana dos Prazeres Brandão	Porto?	14-08-1812	35		C	António Pinto da Costa	1	Primo: António Pereira da Silva (26)	O primo é caixeiro
Ana Josefa Margarida	Vila Nova de Gaia	14-08-1812	24		S		1	Criada: Joana Rosa (27)	
João Rodrigo Xavier Vidal	Porto - Miragaia	07-11-1812	33	Proprietário	C	Maria Claudina Xavier	4	Mulher: Maria Claudina Xavier (34); Filha: Maria do Nascimento (13); Balbina Benedita (5). Mãe: Leocádia Josefa Margarida (50)	Esteve estabelecido em Pernambuco, tendo ali bens de raiz
Maria Rita de Lacerda Pereira e Vasconcelos	Cinfães - S. Cristóvão da Nogueira	07-11-1812	20		S		1	Criada: (?)	Filha de João Bernardo Pereira de Vasconcelos e de Joaquina Felizarda de Melo Alvim
Bernarda Gomes	Vila Nova de Gaia - Rua de S. Roque	13-11-1812	50		C	Bento José Teixeira	3	Filhas: Ana de S. José (22); Maria de S. José (16); Rita de S. José (12) O marido está estabelecido na Corte do Rio de Janeiro	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joana Francisca da Silva	Vila da Feira - Pegueiros	04-12-1812	28		S				Pretende casar-se com o primo
Maria Margarida	Porto - S. Mamede de Infesta	04-02-1813	42		?		1	Filha: Rosenda Ricardina Rosa (19) Vivem na maior indigência	O tio é reverendo.
Margarida Rosa	Vila Nova de Gaia	02-03-1813	40		C	António de Almeida Serolico	2	Filha: Mariana (12). Sobrinho: Manuel (6)	O marido é mestre tanoeiro
Francisco Pereira Borges	Porto?	06-04-1813	39		C	Feliciana Teresa	1	Mulher: Feliciana Teresa (40)	Estabelecido e ambos residentes na Vila de Alcântara, Brasil
Manuel Rodrigues de Amorim	Vila Nova de Gaia	12-04-1813	15		S				Filho de Vicente José de Amorim e de Rosa Ricarda Camila e Castro. Administrado por seu tutor e avó, Domingos de Castro. O tio está estabelecido no Rio de Janeiro
Arnaldo Pinto de Castro Tameirão	Porto	14-05-1813	11		S				Administrado por sua tia, Margarida Custódia da Silva Vaz. O tio está estabelecido no Rio de Janeiro

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Felipe Chaves	Vila Real	28-05-1813	46	Escrivão e tabelião	?				Pretende ir tratar de "urgentes coisas" na Corte do Rio de Janeiro
Bernardino António de Barros Rebelo da Silva	Penafiel - Unhão - Vila Verde	06-07-1813	12		S				Filho do bacharel Francisco de Barros Silva
Margarida Rosa da Estrela	Porto - Cedofeita	06-07-1813	38		C	Domingos da Silva Maia	1	Filho: António da Silva Maia (11)	
Manuel Ribeiro	Penafiel - S. Simão de Gouveia	24-07-1813	25		C	Rosa Pereira Basto	4	Mulher: Rosa Pereira Basto (20). Tio: Joaquim Monteiro (60). Tia: Rosa de Miranda (42). Primo: João Pereira (9)	Vivem todos na pobreza. Os tios formam um casal, sendo o primo filho destes
Manuel António da Costa Delgado e Neves	Porto	02-08-1813	35	Ajudante de escrivão dos direitos reais do pescado da Casa de Bragança	?				Filho de Raimundo da Costa Neves, escrivão dos direitos reais do pescado fresco da Casa de Bragança
Francisco José Nunes	Rio de Janeiro - Campos dos Goytacazes	09-08-1813	25	Bacharel em leis	C	Ana Joaquina Coelho de Faria	2	Mulher: Ana Joaquina Coelho de Faria (30). Filho: Custódio (4)	Veio estudar para a Universidade de Coimbra. Filho de Custódio José Nunes

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Joaquim de Azevedo	Lisboa	13-08-1813	14		S				Filho de José Joaquim de Azevedo e de Mariana Carolina Mascarenhas. Regido pelo tio Francisco de Paula Azevedo
Maria Rosa Marques	Porto - Santo Ildefonso - Rua de Santa Catarina	17-08-1813	33		C	Basilio José da Trindade	6	Filhos: Ana (10); Ismael (8); Rita (7); Bernardo (5). Afilhado: Herculano (11). Criada: Antónia Rosa de S. José (15)	
Luís Mendes de Matos	Porto - Santo Ildefonso - Rua do Bonjardim	20-08-1813	44	Negociante	?				Pretende liquidar contas com os seus correspondentes e acautelar os seus negócios
Maria Pinta da Assunção	Porto - S. João da Foz do Rio Douro	23-08-1813	51		V		1	Neto: Lino José Teixeira (9)	
Joana Margarida Rosa	Porto - Sé	27-08-1813	45		V	Pedro de Oliveira Santos	2	Filhas: Rita Emília (16); Maria (12)	
Joana Rosa	Porto - Lorde do Ouro	07-09-1813	30		C	Manuel José Godinho	2	Filhos: Manuel (11); António (3)	O marido é carpinteiro
Maria Leonor Lopes Pereira Negrão	Porto - Santo Ildefonso	14-09-1813	25		C	José Ferreira de Oliveira	1	Criada: Maria do Carmo (19)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Luis José da Silva	Porto - Sé	28-09-1813	13		S				Filho de José Luis da Silva e de Ana Joaquina
Luisa do Sacramento	Porto - S. Pedro de Miragaia	02-10-1813	33		C	João Ferreira Brandão	2	Filha: Maria do Sacramento (9). Criado: José Soares (10)	O marido é negociante. O criado Filho de Ana Rosa Soares e de Luís Soares, natural do Porto – Miragaia
Paula Maria da Assunção	Bragança - Vinhais	05-10-1813	22		S				O tio é capitão
António José da Cama Freitas	Santiago da Galiza - São João de Grijó	15-10-1813	54		C	Antónia Margarida	2	Mulher: Antónia Margarida (39), Filho: Carlos (8) A mulher é preta e o filho é pardo	
João da Silva Maia	Porto - Cedofeita	29-10-1813	45	Mestre carpinteiro	?				
Ana Margarida	Porto - S. Pedro de Miragaia	29-10-1813	23		S				Filha de José Rodrigues de Sousa e de Maria Rosa de Freitas
Maria Rosa	Braga	04-11-1813	19		S		1	Irmã: Antónia Rita (18)	São filhas de José Pereira. O tio é negociante
Francisco António de Sá	Vila da Feira - S. Nicolau	09-11-1813	46	Comerciante	?				Pretende tratar das suas dependências

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registro	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
João Batista Fontana Júnior	Porto - Vitória	26-11-1813	14	Caixeiro	S				Filho órfão de João Baptista Fontana e de Margarida Arantes. O familiar que o recebe é negociante. O seu tutor é João Batista Arantes
Agostinho Carneiro da Costa Barros	Braga	07-12-1813	30	Negociante	?				Filho de João Domingues da Costa e de Maria da Conceição. Pretende ir para a "Corte do Rio de Janeiro para ali tratar pessoalmente de negócios que tem na presença de S. A. R."
Maria Joaquina	Porto - Ramalde	16-12-1813	28		V	José Rodrigues	3	Filhos: Manuel (5); Maria (4); José (5 meses)	
Francisco Dias de Paiva	Arouca	18-12-1813	16		S		2	Irmãos: Joaquim Dias de Paiva (14); João Dias de Paiva (7)	Filhos órfãos de José Dias de Paiva e de Mariana Joaquina. O tio é comerciante

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João António Coelho	Lamego - Entre-os-Rios	24-12-1813	31	Comerciante estabelecido na Ilha de Santiago, Cabo Verde	?		5	Parentes: António Monteiro (24); Ana Amália (19); Francisco Dionísio (12); Leonor Tomásia (23); Ana Joaquina (15)	Filho de Manuel Francisco e de Maria Coelho. Os parentes que leva consigo são da freguesia de Arcozelo (Bispado de Lamego), e extremamente pobres em virtude das invasões francesas que lhes queimaram os bens. Pretende ir para Cabo Verde.
Joaquim José de Meireles	Porto	25-02-1814	12		S				Filho de Francisco José de Meireles (capitão) e neto paterno de João Lourenço de Meireles Freire (coronel de infantaria). O tio é comerciante
Manuel Joaquim Rodrigues Camelo	Porto - Aguiar de Sousa	05-03-1814	12		S				Filho de Anacleto José Alves Pinheiro

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registro	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
José Joaquim de Meireles	Porto	18-03-1814	12	Caixeiro	S				Filho de Francisco José de Meireles (capitão) e neto paterno de João Lourenço de Meireles Freire (coronel de infantaria). O tio é comerciante
José Joaquim Machado e Andrade	Celorico de Basto	27-06-1814	19		?				Filho de Rafael Alves Machado e de Ana Joaquina de Magalhães
António Maria Leite	Celorico de Basto	02-07-1814	21		?				Filho de José Ferreira Leite e de Maria Rodrigues Pinto
Luis António Teixeira de Carvalho	Celorico de Basto	05-07-1814	29	Negociante	?				Filho de Manuel António Coelho de Mesquita e de Maria Teixeira de Carvalho. Pretende ali "tratar dos negócios de sua utilidade"
António Ribeiro de Freitas	Porto - Santo Ildefonso - Rua de Santo António	12-07-1814	46		?		1	Sobrinho: Manuel Ribeiro de Freitas (17)	O sobrinho é filho de Manuel Ribeiro de Freitas

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Antónia de Jesus Maria	Porto	16-08-1814	66	Proprietária	V		11	Filha: Genoveva Rosa Delfina (35). Netos (?); Maria (17); Ana (?); Genoveva (7); Carlota (7 meses); João (17); António (11); José (9); Elias (5); Nicolau (3). Familiar: Vitorino de Sousa Monteiro (17)	A justificante vai "tratar de negócios de sua casa".
António Lopes de Araújo	Porto - Santo Ildefonso	30-08-1814	56	Comerciante	V	Maria Engrácia Lopes Pereira Negrão	3	Filho: António Araújo Lopes Pereira Negrão (17); Ana Leonor Pereira Negrão (18). Criada: Maria Francisca Mindela (28)	
Ana Maria de S. José	Porto - Santo Ildefonso - Largo da Batalha	09-09-1814	48		V	António José da Silva	4	Filhas: Maria (26); Rita (24); Margarida (?); Ana (22)	O filho é comerciante
António José de Oliveira Tau	Vila Nova de Gaia	20-09-1814	15	Caixeiro	S				Filho de António José de Oliveira Tau e de Ana Joaquina Rosa Tau. Pretende trabalhar na capitania da Baía, "instruindo-se e aplicando-se a negócio"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Clara de Passos Seabra	Porto - Santo Ildefonso	21-10-1814	42		V	Manuel Gonçalves Seabra			
Maria Antónia	Vila Real - Celeirós	09-11-1814	30		C	João António	1	Filha: Maria do Rosário (13)	
Cândido José dos Santos	Viseu	11-11-1814	17		S				Filho de José dos Santos e de Maria de Jesus
Joaquina Rosa das Neves	Porto - Santo Ildefonso - Praça de S. Lázaro	12-11-1814	34		C	Manuel Joaquim da Costa	1	Filha: Maria Máxima (12)	Filha de António José da Silva, o qual se encontra ali estabelecido
Custódia Margarida	Gondomar	09-12-1814	50		S				Residente no Convento da Avé Maria (Porto)
João José de Carvalho Madeiros	Pernambuco	17-01-1815	24	Capitão de navios	C	Margarida Cândida da Cunha	3	Mulher: Margarida Cândida da Cunha (24). Filho: João Cândido (6 meses). Criada: Maria Josefa (40)	A mulher é portuguesa, natural do Porto (Campanhã). Casou com ela em Novembro de 1812, naquela freguesia
António da Silva Bizarro	Vila Nova de Gaia	28-02-1815	26	Comerciante	?				Estabelecido há anos no Brasil (Baía), veio a Portugal visitar os seus pais

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Domingos Alves Neves	Porto?	14-03-1815	46	Comerciante	C	Joana Maria de Bastos	7	Mulher: Joana Maria de Bastos (26). Filhos: João (15); Maria (8); Matilde (5); Domingos (3). Outros: António José Teixeira (37); José Cardoso (17). Escrava: Clemência (30)	Estabelecido no Brasil (Rio de Janeiro). Todos eles vieram do Brasil a Portugal e pretendem regressar
Manuel Garcês Pinto de Madureira	Penafiel	05-06-1815	18		S				Filho de José Cardoso Pinto de Madureira Garcês (Capitão-Mor) e de Maria Libéria Vilhelmina da Silva Carneiro Gomes. Os irmãos são comerciantes
Domingas Antónia Fernandes	Maia - S. Martinho de Bougado	14-07-1815	62		?		1	Sobrinho: Manuel Dias do Couto (36)	O irmão é comerciante
Joana Maria Frutuosa	Porto - S. Nicolau - Rua Nova de S. João	14-07-1815	16		C	João António Frutuoso	1	Irmão: Ricardo António (8)	Filha de Manuel António Nogueira Data atribuída (data imediata-mente anterior). Pretende ir para Inglaterra.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registro	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Maria de Santa Ana	Porto - S. João da Foz	04-09-1815	34		C	Manuel Ferreira	1	Filha: Rosa Gertrudes da Conceição (11)	O marido é comerciante
Custódia Raimunda	Porto	31-10-1815	24		C	José Joaquim dos Santos	1	Filha: (7)	O marido é comerciante
Francisco António Furtado	Vila Nova de Gaia	03-11-1815	48	Negociante	C				Pretende tratar da "arrecadação de várias dívidas, procedidas do seu negócio"
António Rodrigues	Penafiel - S. Tiago da Capela	18-11-1815	75		?				
Joaquim Dias Moreira	Brasil - Rio de Janeiro	22-12-1815	?		?				
Francisca Rosa Pegada	Mirandela	13-02-1816	36		V	José Inácio de Sá			O irmão é "padre mestre freire" e "lente no semi- nário de Olinda"
Francisco de Sá de S. Paio	Mirandela	13-02-1816	20		?				Pretende acom- panhar a cunhada, a justificante Francisca Rosa Pegada
Gaspar António Pusso	Porto - Santo Ildefonso	05-03-1816	73		?		1	Filha: Maria Rosa do Espírito Santo (40)	O filho é comerciante
José Mendes Ferreira	Vila da Feira - Rio Mau	29-03-1816	32	Negociante	?				Pretende tratar de seus negó- cios

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel José Ribeiro	Vila Real - Cumieira	30-04-1816	62	Padre	S		1	Criado: António Porfírio Ribeiro (11)	O justificante é reverendo. Pretende tratar da "cobrança de várias quantias de dinheiro que se está devendo a sua casa"
José Pereira da Silva	Porto	30-04-1816	47		?		1	Criado: José Lourenço de Sousa (22)	Pretende "tratar de requerimentos que tem perante S.A.R."
João José	Póvoa de Lanhoso - S. Miguel de Vilela	21-05-1816	13		S				Filho de António Pereira
António Santiago Salazar	Brasil - Minas Gerais - Mariana	21-05-1816	55		C	Ana Maria de Morais	2	Mulher: Ana Maria de Morais (53). Sobrinho: Raimundo (9)	A mulher é portuguesa, natural de Vimioso (Miranda do Douro)
Joana Inocência da Silva Lira Vilaça	Porto	21-05-1816	25		S				O irmão é tenente-coronel
Maria Teresa de S. José	Barcelona - S. Miguel de Gemezes	15-07-1816	48		S				O primo é comerciante
Maria Ramos	Porto	15-07-1816	26		S		1	irmã: Ana Ramos (29)	O irmão é médico estabelecido na cidade.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João José Tulling	Colónia (de Sacramento)	19-12-1816	31	Caixeiro	C	Joaquina Rosa da Silva	3	Mulher: Joaquina Rosa da Silva (26). Filhos: Maria do Carmo (6); Pedro José (7)	O tio está estabelecido em negócio
Libânia Bernardina	Porto	04-02-1817	66		V	João da Fonseca Coutinho	4	Filho: Manuel da Fonseca Coutinho (28). Sobrinhas: Florinda Emília (21); Carlota Joaquina (17). Criado: José Nogueira (41)	Pretende "tratar de dependências que naquela Corte tem"
Quitéria Rita Leite de Moraes	Porto	06-03-1817	34		C	José Joaquim Pereira de Moraes	1	Criada: Maria (30)	
Joaquim José Ferreira da Cruz	Brasil - Rio de Janeiro	18-03-1817	?	Negociante	?				Veio ao Porto tratar de negócios
Luis José do Couto Alão	Porto	26-06-1817	35	Padre	S				É "reverendo padre (...) presbítero do hábito de S. Pedro da freguesia de Cedofeita"
Maria Angélica Ferreira	Porto - Sé	26-06-1817	22		V				O irmão está estabelecido naquela capitania
Gabriel Soares Pinto	Porto	26-07-1817	20		?		1	Irmão: António Soares Pinto (19)	Pretende "tratar de suas dependências"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Francisco de Paula e Melo	Porto	31-07-1817	23		?				Pretende "tratar de suas dependências"
Ana Efigénia Pinto Pereira	Porto - Santo Ildefonso	06-09-1817	50		S				Filha de João Pinto Pereira e de Ana Francisca dos Santos. Pretende "tratar de negócios que tem de sua utilidade"
Ana Cândida da Rocha	Porto	19-09-1817	39		S		2	Criadas: Rosa Francisca (20); Maximila Maceda (16)	Filha de Custódio da Rocha Leão e de Ana Joaquina da Rocha
Joana Emília de Ataíde	Porto	01-10-1817	14		S				
Francisco Leite Pereira de Melo	Penafiel - S. Martinho de Lagares	18-10-1817	18		S				Pretende "tratar de suas dependências"
Ana Joaquina de Sá e Queda	Braga	12-12-1817	27		?				Filha de José Mena das Neves (capitão de milícias) e de Francisca Eufrásia de Sá Queda
José Inácio Guedes de Barros	Trofa	12-12-1817	26	Comerciante	?		2	Outros: João Manuel Pinto (17), Plácido José Ferreira de Matos (22)	Pretende estabelecer-se

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Ribeiro dos Santos	Vila Nova de Gaia	08-01-1818	21	Comerciante	?				Pretende "tratar de vários negócios seus próprios"
Manuel Timóteo de Araújo	Porto	07-02-1818	22		?		1	Irmã: Maria Joaquina da Assunção (32)	
Luís José Saraiva	Porto	12-02-1818	37		C	Maria Teixeira Lopes	1	Mulher: Maria Teixeira Lopes	O cunhado está estabelecido
Melchior José Pereira Enes	Valongo	19-02-1818	40	Comerciante	?				Pretende "tratar ali de seus negócios"
José António dos Santos	Porto?	02-04-1818	27		C	Joana Rosa de Oliveira	2	Mulher: Joana Rosa de Oliveira (28). Filho: Manuel (2)	
Margarida Luísa Couto	Porto	03-04-1818	28		C	João José da Silva Campos	7	Filha: Carolina (6). Orfã: Maria (7). Irmãs: Ana (37); Rita (35). Cunhada: Maria Luísa de Sousa Campos (30). Sogra: Luísa Maria (62). Sobrinhos: António (6); Leandro (4)	
João António de Carvalho Sequeira	Porto	21-04-1818	30	Negociante	?		1	Caixeiro: Brás António da Costa (25)	Pretende "tratar de negócios que ali tem"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Nicolau Coelho Messeder	Porto	16-06-1818	30	Negociante	C	Francisca Pereira Rangel de Azeredo Sousa Coutinho	4	Mulher: Francisca Pereira Rangel de Azeredo Sousa Coutinho (21). Filhos: Manuel (5); Nicolau (2); Guilhermina (2 meses)	Pretende "tratar de seus negócios"
Onofre José da Costa	Aveiro - S. Salvador da Trofa	16-07-1818	36	Negociante	C	Maria Joaquina da Conceição	6	Mulher: Maria Joaquina da Conceição (26). Filhos: Onofre (8); António (4); Serafina (12); Delfina (6). Caixeiro: João Teodoro Ferreira (17)	Pretende "tratar de seus negócios"
José Coelho da Rocha Júnior	Vila Nova de Gaia	06-08-1818	24	Negociante	C	Maria Cândida da Rocha	3	Mulher: Maria Cândida da Rocha (20). Filha: Carlota Joaquina (6 meses). Criada: Felicidade (15)	Pretende "tratar de seus negócios"
João José de Carvalho Medeiros	Porto?	21-08-1818	27		C	Margarida Cândida da Cunha	4	Mulher: Margarida Cândida da Cunha (28). Filhos: João (4); Maria (20 meses). Criada: Maria (15)	
Joana Delfina da Silva	Porto	01-09-1818	36		C	Francisco José de Meireles	1	Filho: Francisco José de Meireles (18)	O marido é "major graduado"
Rosa Maria de Jesus	Porto - Massarelos	10-09-1818	15		S				

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José dos Santos Primeiro	Porto - Massarelos	10-09-1818	54		?				
Domingos José da Fonseca	Porto	01-10-1818	30		C	Rita Margarida	1	Mulher: Rita Margarida (23)	
José Luís Pinto de Queirós	Porto	20-10-1818	38	Negociante	?				Pretende "tratar de seus negócios"
José de Queirós Botelho de Almeida e Vasconcelos	Vila dos Arcos	20-11-1818	50	Negociante	?		1	Criado: António José Gomes (20)	Pretende "tratar de seus negócios"
Custódia Angélica da Luz	Porto	09-03-1819	52		V	Manuel André	2	Filhas: Angélica Amália da Luz (26); Prudência Perpétua da Luz (21)	
Joana Pires	Viana do Castelo	18-03-1819	38		C		4	Filhos: Joaquina Rosa (27); Inês Pires (11); Alexandre Pires (7). Criada: Teodora Bernarda (27)	
José Machado de Melo e Castro	Porto	30-03-1819	28	Padre	S				Pretende "tratar de seus negócios"
Ana Cândida da Cunha	Porto - Lordelo do Ouro	30-06-1819	19		?				
Bárbara Maria de Azevedo	Porto - Rua da Lapa	09-07-1819	27		C		1	Filho: António Joaquim (9)	
Maria Joaquina dos Santos	Porto	16-07-1819	36		C		2	Filho: Francisco José dos Santos (12). Sobrinho: Manuel José Vieira da Silva (8)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Francisca Felizarda Nance	Porto	28-09-1819	29		?		2	Filha: Maria (8). Criada: Isabel Joaquina (60)	
Ana Gomes Correia	Porto	21-10-1819	40		V				
José Lopes dos Santos	Porto - Loredelo do Ouro	05-11-1819	31		C	Custódia Maria dos Anjos	1	Mulher: Custódia Maria dos Anjos (40)	
Manuel Ribeiro dos Santos	Porto - Loredelo do Ouro	11-11-1819	48		C	Ana Joaquina Rosa	3	Mulher: Ana Joaquina Rosa (49). Filha: Maria Joaquina Rosa (16). Criada: Rosa (16)	
Maria Ferreira da Silva	Santiago de Sima Dum	31-05-1820	26		?				Filha de José Ferreira da Silva e de Ana Maria
Feliz José Teixeira	Santa Marta de Penaguião - Moura Morta	08-06-1820	63		C	Engrácia Rosa de Sousa Cabral	1	Mulher: Engrácia Rosa de Sousa Cabral (63).	
Custódio Nunes Moreira	Vila Nova de Gaia - Vilar de Andorinho	08-06-1820	43		C	Maria Francisca dos Reis	1	Mulher: Maria Francisca dos Reis (45)	
Ana Maria	Porto - Cedofeita	2-07-1820	31		C		2	Filhas: Ana (10); Maria (8)	
Ana de Sousa	Porto - Sé	15-07-1820	32		C		1	Sobrinha: Teresa de Jesus (20)	
Maria Emília Moreira	Porto	15-07-1820	16		?		1	Irmã: Rita Delfina Moreira (12)	
Manuel Cardoso Coelho Botelho Serpa	Porto - Miragaia	15-07-1820	24	Negociante	C	Guilhermina Rita Pinto	1	Mulher: Guilhermina Rosa Pinto (37)	Pretende "tratar de seus negócios"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Joaquina da Silva	Porto - S. João da Foz	24-11-1820	37		C	Vicente Ferreira	1	Filho: Francisco Pereira da Silva (14)	O irmão tem casa de negócio naquela cidade. O marido foi para o Brasil há muitos anos e nunca mais voltou
António Gonçalves Bastos	Porto	29-11-1820	43	Caixeiro	C	Tomásia Rita Bastos		Mulher: Tomásia Rita Bastos (42). Filha: Maria (5). Criada: Maria da Conceição (30)	O irmão está ali estabelecido
José Manuel de Lima	Matosinhos	05-12-1820	40		C	Ana Joaquina	5	Mulher: Ana Joaquina (34). Filhos: Joaquim (12); Eusébia (9); Manuel (5); Maria (1 ano)	
Custódio José de Sousa	Maia - Águas Santas	07-12-1820	28	Negociante	?		11	Irma: Engrácia Moreira de Sousa (19). Criados: Domingos (19); Joana (23). Filho da criada: Teodoro (3). Outros: Manuel José de Azevedo Machado (71) e mulher: Ana Maria Cirne (56) e filhos: João António de Azevedo Cirne (25); Ana Luísa Cirne (19); Gertrudes de Azevedo Cirne (18); Margarida de Azevedo Cirne (16); Pulquéria de Azevedo Cirne (12)	Pretende regressar para tratar dos seus negócios, pois tem "casa de negócios estabelecida naquela cidade". Os criados são "pretos". Manuel José de Azevedo Machado (mulher e filhas) vai ter com os filhos (3 ou 4) ali estabelecidos "com grande negócio"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Margarida Moreira	Porto	22-02-1821	21		C	José Moreira da Costa Lima	1	Criada: Maria Rosa (38)	O marido é "capitão de navios". Vai na companhia deste
Maria da Silva	Vila Nova de Gaia	02-03-1821	56		C	Manuel José da Silva			
Guilherme Frederico de Oliveira Maia	Porto?	17-07-1821	18		?				Pretende ir para a Alemanha.
Maria do Rosário	Porto - Santo Ildefonso	06-08-1821	55		S		1	Irmã: Ana do Nascimento (46)	
Maria Antónia da Costa	Maia - S. Martinho de Formelo	10-08-1821	41		C	António Joaquim Vairão	1	Filha: Luísa da Conceição (11)	
Joaquina Vieira da Silva	Porto - Médas	11-08-1821	?		C	Manuel Correia Porto	1	Filho: José (5)	
Joaquina Margarida	Porto - Lordelo do Ouro	14-08-1821	43		V	Manuel António	1	Filho: José (5)	
Joana Pereira	Porto	24-09-1821	42		V		1	Filha: Ana Pereira (10)	O primo é padre no Rio de Janeiro
Gabriel José	Chaves - Parada de Santiago da Ribeira	18-10-1821	35		C		4	Mulher: (33); Filhos: menina (7); menino (4); bebé (?)	
Ana Joaquina Rosa Tau	Vila Nova de Gaia	19-11-1822	44		V	António José de Oliveira Tau			
Rodrigo José Ferreira Brandão	Brasil - Rio de Janeiro	17-05-1823	32		?				Pretende ir para o Uruguai

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João Francisco Moreira	Brasil - Rio de Janeiro	17-05-1823	18		?				Pretende ir para o Uruguai.
Salvador António Pereira	Santa Maria da Feira - Pigeiros	23-05-1823	30		C	Teodora Maria do Rosário	1	Mulher: Teodora Maria do Rosário (26)	A mulher é brasileira, natural de Pernambuco
João Batista Moreira	Porto	02-09-1823	27	Negociante	C	Maria Margarida Moreira	5	Mulher: Maria Margarida Moreira (27); Filhos: menina (3); menino (8 meses); Criados: Maria (26); rapaz (14)	Pretende tratar de "negócios que lhe respeitam"
Manuel Gonçalves Régio	Vila Nova de Gaia - Avintes	02-12-1823	30	Comerciante	?		1	Criado: José (23)	O criado é preto. Pretende ir para a Argentina.
António Tomás de Sousa Lobo	Porto	14-01-1824	23		?				
António Manuel de Meireles	Vila Flor	16-03-1824	45		C	Joaquina Maria do Amor Divino	5	Mulher: Joaquina Maria do Amor Divino (22); Filhos: menino (8); menino (4); menino (2); Criado: José (20)	O criado é preto
Domingos José Gonçalves Viana	Porto	20-03-1824	37	Negociante	?				Pretende "tratar de seus negócios". Pretende ir para Inglaterra

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel de Clamouse Brown	Porto?	02-04-1824	33	Negociante	C	Maria do Couto Brown	2	Mulher: Maria do Couto Brown (26). Criada: Maria Ana da Costa Coelho (58)	
Ricardo da Silva Maia	Porto	03-04-1824	18	Negociante	?				Pretende "tratar de seus negócios"
José Joaquim da Silva Maia	Porto	03-04-1824	17	Negociante	?				Pretende "tratar de seus negócios"
Maria Perpétua Gonçalves	Porto - Miragaia	04-05-1824	21		C	José Gonçalves Santos Silva	3	Irmão: José Alves de Sousa (9). Filha: (5). Criada: Teresa Maria (29)	Pretende tratar de "negócios interessantes da sua casa, e família". Pretende ir para Inglaterra.
Joaquim Pereira Rodrigues	Porto - Santo Ildefonso	21-05-1824	12		S				Filho de Manuel Pereira Rodrigues
José da Silva Lemos Júnior	Porto - Miragaia	25-05-1824	30	Negociante	?		1	Irmão: Casimiro da Silva Lemos (19)	Tem negócio na cidade do Rio de Janeiro
Tibúrcio Valeriano da Silva Tavares	Brasil - Baía	28-05-1824	21	Bacharel	?		3	Família: 3	Pretende "tratar de seus negócios". Pretende ir para a Argentina.
João Gualberto Pinto	Madeira - Calheta	18-06-1824	53	Militar	?				É coronel reformado do Regimento de Milícias. Pretende "tratar de suas próprias dependências". Pretende ir para Inglaterra.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Ferreira de Morais	Porto	23-06-1824	23		?				Filho de António Ferreira da Silva Barreto e de Ana Albina de Morais
Jerónimo José Barbosa	Leça do Balio	05-07-1824	64		C	Ana Nogueira	3	Mulher: Ana Nogueira (66). Filha: Joaquina Nogueira (21). Criado: Joaquim (12)	
Ana Joaquina Leite	Porto	24-08-1824	32	Comerciante	C		4	Irmã: Angélica Ermelinda (21). Afilhada: Ermelinda (6). Escravas: Maria Conga (17), Josefa Rosa (30)	O marido está ali estabelecido
Manuel José de Araújo Franco	Porto	27-08-1824	25	Negociante	C	Teresa Amália de Araújo	6	Mulher: Teresa Amália de Araújo (26). Filha: Maria Carlota (7); Joana (2); Guilhermina (?). Criadas: Mariana (14); Joaquina (27)	
Rosa Margarida	Porto	02-09-1824	40		V	João Teixeira	1	Filha: menina (5)	O tio está ali estabelecido
Ana Rita de Sousa Castro	Porto	08-10-1824	25		?		3	Filhos: Luís (2); Maria (1 ano). Criada: Filipa (40)	O pai está ali estabelecido. A criada é de cor preta.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
António José Pena	Porto	22-10-1824	31		C	Agnes Gray Payne	2	Mulher: Agnes Gray Payne (37). Sobrinho: John Mayem Allem (13)	A mulher e o sobrinho são ingleses. Pretendem fazer escala em Buenos Aires
João Pereira de Magalhães	Brasil - Baía	15-11-1824	31		C	Leonor Teresa Cordeiro	6	Mulher: Leonor Teresa Cordeiro (29). Filha: Joana (7). Criado: Francisco de Sousa Martins (13). Escravos: Justina (13); Felicidade (6); José (9)	Os escravos são de cor preta
Rosa Maria Balbina	Porto	16-11-1824	28	Comerciante	C	Joaquim Balbino de Sousa	2	Filhos: António (5); Maria (4)	O marido está ali estabelecido
Teresa Gonçalves	Brasil - Pará	19-11-1824	50		?		1	Filha: Ana (8)	
Alexandre José Cardoso Silva	Porto	25-11-1824	56		C	Bernardina do Espírito Santo	6	Mulher: Bernardina do Espírito Santo (42). Filho: João (12). Escravos: Luísa (26); Estanislau (2); João (17); Salvador (28)	A mulher e os escravos João e Estanislau são de cor "parda". Os escravos Salvador e Luísa são pretos. Estanislau é filho de Luísa

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António de Queirós Monteiro Regadas	Vila Nova de Gaia - Santa Marinha	03-12-1824	41		C	Rosa Francisca Regadas	14	Mulher: Rosa Francisca Regadas (31). Filhos: António (11); Ana (10); Manuel (7); Maria (5); Rosa (4); Joaquim (2 meses). Escravos: Joaquim (32); Isabel (32); Isabel Canguengue (28); Susana (25); Luísa (13); Antónia (13); Joaquim (2 meses)	Pretende fazer escala no Brasil. A mulher é angolana. Os escravos são pretos. Pretende ir para Angola.
Ana Rosa Aguiar de Sousa	29-12-1824	53			?		1	Filha: Angélica (18)	O irmão está ali estabelecido
António Joaquim Pereira de Almeida	Brasil - Baía	06-02-1825	38		C	Joana Francisca de Carvalho	1	Mulher: Joana Francisca de Carvalho (26) Vieram há pouco tempo do Brasil	
Josefa Francisca	Porto - Ramalde	10-03-1825	30		C	Manuel Custódio	4	Filhos: Manuel (13); Joaquim (12); António (11); Francisco (9)	
Joana	Brasil - Baía	10-05-1825	23		?				É escrava, de cor preta, de Serafim José Pereira, emigrante brasileiro a residir em Coimbra. Pretende ir para a América.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Ribeiro da Costa	Brasil - Pernambuco	16-05-1825	35		C	Ana Alexandrina do Nascimento	2	Mulher: Ana Alexandrina do Nascimento (17). Cumbada: Ana Maria do Nascimento (40)	É emigrado do Brasil
Maria Rita	Porto	17-05-1825	34		?		1	Filho: menino (1 ano)	Pretende ir para a Holanda.
Maria Rita	Porto	19-05-1825	34		?		1	Filho: menino (1 ano)	
Domingos António Fernandes	Porto	19-05-1825	53	Negociante	?				
José Nunes Pacheco	Porto	21-05-1825	41	Comerciante	C	Maria Francisca Aureliana	13	Mulher: Maria Francisca Aureliana (31). Filhos: José (?); António (?); Francisco (?); Luís (?); Maria (?); Maria (?); Maria (?). Sobrinho: ?menino (15). Criados: Teresa Maria (45); Sebastião (?). Escravos: Tomás Monjolo (35); António Cassange (25); Policarpo Mossumbe (20)	
Luís Gomes da Silva	Porto	03-06-1825	20		?		1	Irmã: Maria Joana Gomes da Silva (22)	Pretende ir para Inglaterra.
José António da Cunha	Vila Nova de Gaia	21-06-1825	41		C	Ana Joaquina	1	Mulher: Ana Joaquina (49)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Lucas Soares	Porto	28-06-1825	42		C	Miquelina Albina da Cruz	1	Mulher: Miquelina Albina da Cruz (50)	
Antónia Maria Duarte	Porto	23-07-1825	36		C	José Gomes Duarte	2	Filhos: José (10); António (5)	
José Alves Carneiro	Brasil - Rio de Janeiro	18-08-1825	34		?				
Ana Angélica de Babo	Marco de Canaveses	27-08-1825	35		V				O irmão está ali estabelecido
João Manuel de Castro Sousa Batorim	Porto	29-08-1825	38		C	Francisca Inácia Gaspar de Castro	2	Mulher: Francisca Inácia Gaspar de Castro (28). Sobrinho: Manuel Cunha (10)	
Francisco Xavier Lopes	Brasil - Pernambuco	13-09-1825	55		?		2	Filho: Manuel Xavier Lopes (17). Criado: José Ribeiro Mendes (21)	É emigrado do Brasil, residente no Porto
Luis António José Lopes de Araújo	Brasil - Rio de Janeiro	16-09-1825	28		?				É emigrante residente no Porto
António Francisco da Silva	Porto	22-09-1825	36		C	Rita Mariana da Silva	1	Mulher: Rita Mariana da Silva (24)	
António Ribeiro da Fonseca Guimarães	Porto	23-09-1825	33		C	Maria Moreira de Sousa	2	Mulher: Maria Moreira de Sousa (35). Primo: Francisco de Paula Ferreira (11)	
Joaquim António da Fonseca	Brasil - Baía	06-10-1825	34		?		1	Sobrinha: Henriqueta Amália (14)	É emigrado do Brasil, residente no Porto

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Domingos Moreira Cardoso	Porto	10-10-1825	34		C	Ana Marques de Assis	1	Mulher: Ana Marques de Assis (21)	
Ana Rita Augusta do Nascimento Crespo	Matosinhos - Bouças	11-10-1825	26		C	Luís Ângelo Vitorino do Nascimento Crespo	6	Filhas: Ana (?); Clara (?). Irmãos: Joaquim Jerônimo da Silva (25); Francisco Pereira da Silva (20). Criadas: Maria Tomásia (52); Francisca Rita de Azevedo (18)	As filhas têm entre 2 a 3 anos de idade. O marido é juiz de fora da cidade do Maranhão
Maria Luísa do Nascimento	Porto	13-10-1825	55		C	José António do Nascimento	2	Netos: Maria Luísa (17); José Inácio Maia (11)	O marido está ali estabelecido
Maria Felícia Soares de Sousa	Brasil - Pernambuco	17-10-1825	54		V		12	Filhas: Joana Batista (37); Paulina Caetana (33); Maria da Pureza (18). Genros: José Nunes Lima (39); João da Silva Santos (30). Netos: Maria da Penha (12); Isabel Jerónimo (9); Manuel Caetano (12); José Cecílio (10); António Agostinho (6). Escravas: Teodora (28); Constância (30)	É emigrada do Brasil, residente no Porto
António Pereira Marques	Porto	03-11-1825	42		C	Ana Maria do Sacramento	2	Mulher: Ana Maria do Sacramento (34). Filha: Maria dos Santos (10)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Gabriel José Nunes	Porto	03-11-1825	30	Bacharel formado em leis	?				É bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. É advogado dos auditórios da Relação do Porto
Gregório José de Sousa	Porto	03-11-1825	40		C	Maria Emília de Sousa	1	Mulher: Maria Emília de Sousa (25)	
Manuel Joaquim Alves de Sousa	Porto	18-11-1825	67		?		2	Nora: Teresa Alves de Sousa (34); Filho: José Joaquim Alves de Sousa (46)	
António Cardoso de Melo	Brasil - Baía	29-11-1825	59		C	Ana Joaquina do Amor Divino	8	Mulher: Ana Joaquina do Amor Divino (32). Filhas: Querubina (13); Rubina (7); Josefina (6). Escravas: Ermelinda (7); Maria (7). Sobrinhos: Jacinto (10); Manuel José Teixeira (28)	É emigrado do Brasil, residente no Porto
António Gonçalves Ferreira Basto	Porto	30-12-1825	45		?		1	Criado: José Henri-que dos Reis (35)	
António Francisco Baía	Brasil - Baía	05-01-1826	28	Soldado do 1º Regimento de Milícias	?				É emigrado do Brasil
Francisco José Teixeira	Brasil	10-01-1826	36		C	Eliódónia Joaquina	4	Mulher: Eliódónia Joaquina (32). Filhos: (3 filhos de menor idade)	É emigrado do Brasil

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João Alves da Cunha	Porto	10-01-1826	42		?				
Domingos Francisco da Silva	Porto	10-01-1826	56		?		1	Escravo: Clemente (30)	O escravo é preto
Joaquim Rodrigues Braga	Porto	14-01-1826	37	Negociante	?				Pretende "tratar de seu negócio". Pretende ir para França.
Domingos da Fonseca Rocha	Porto	04-02-1826	50		?				
Domingos de Oliveira Maia	Porto	21-02-1826	27		?				Pretende "viajar aos países estrangeiros"
Manuel Alves Ferreira	Brasil - Baía	25-02-1826	33		?				É emigrado do Brasil, residente no Porto
Maria dos Santos	Vila Nova de Gaia - Avintes	03-03-1826	46		C	Domingos Pinto Soares	2	Filhos: Joaquim Pinto Soares (12); Francisca dos Santos (18)	O marido está ali estabelecido
Ana Moreira	Porto	12-03-1826	15		S		1	Irmã: Margarida Moreira (12)	Filha de Maria da Apresentação Pereira e de António José Moreira
Ana Moreira	Porto	08-04-1826	15		S		1	Irmã: Margarida Moreira (12)	
Inácia Pires Mourão	Brasil - Baía	24-04-1826	40		?				É emigrada do Brasil, residente no Porto. É de cor preta

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Leite Pereira	Porto	26-04-1826	29		C	Maria Correia da Silva	4	Mulher: Maria Correia da Silva (29). Filhos: Maria; Henrique; Manuel (todos menores de 7)	O pai está ali estabelecido
Francisco de Oliveira	Aveiro - S. João de Souto	03-07-1826	38		C	Teresa Marques da Silva	2	Mulher: Teresa Marques da Silva (40). Filha: Ana (de menor idade)	Residente no Porto
Maria da Conceição Freire	Porto	24-07-1826	25		C				O marido está ali estabelecido
Manuel da Costa Lima	Brasil - Paraíba do Norte	21-08-1826	60		?				Residente no Porto
António Bernardo Pereira de Carvalho	Guimarães - Moreira de Rei	28-08-1826	36	Negociante	C	Maria Ana	5	Mulher: Maria Ana (31). Filhos: (3 menores). Escravo: Francisco (32)	É emigrante brasileiro, residente no Porto. Filho de Manuel José de Carvalho Pereira de Barros e de Teresa Maria de Oliveira e Andrade
Joaquim Luís dos Santos	Porto - Loredelo do Ouro	05-09-1826	32		C	Olímpia dos Santos	3	Mulher: Olímpia dos Santos (30). Filha: (menor idade). Criado: André Quintela (26)	É emigrante brasileiro, residente no Porto. Ver o registo posteriormente feito, 03-10-1826, que vem completar este

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João José Fernandes	Porto	16-09-1826	39	Negociante	?				Pretende ir para Inglaterra
António de Castro Leite	Guimarães - S. S. Romão de Arões	16-09-1826	26	Bacharel de Direito	?				Filho de João Francisco Leite de Castro. É bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra
Rosa Albina	Porto	10-10-1826	28		C		1	Filho: José (?)	Filha de Rodrigo da Silva Maia e de Ana Rosa
Maria Amália Cândida de Sousa	Porto	10-10-1826	29		C	André Gonçalves de Sousa	9	Filhos: (6 filhos menores). Criadas: Maria Joana (36); Henriqueta (19). Outro: José Maria Ribeiro (14)	Filha de Custódio Rodrigues e de Maria Angélica da Conceição
Maria Joaquina	Felgueiras - Margaride	18-10-1826	33		S				Filha de Maria Joaquina e de António Francisco
António Francisco da Silva	Vila Nova de Gaia - Serzedo	23-10-1826	42		S				É emigrante no Rio de Janeiro, residente no Porto. Filho de João Francisco e de Maria de Sá

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Joaquina	Felgueiras – Margaride	26-10-1826	33		?				Filha de Maria Joaquina e de António Francisco
António Joaquim Pereira de Azevedo e Vasconcelos	Bem Viver - Magrelos	02-11-1826	39		?				
Cândida Adelina	Aveiro	06-11-1826	21		?		1	Irmão: João António Teixeira (19)	Filha de José Teixeira Carlos e de Ana Guilhermina
Manuel Gonçalves Régio	Vila Nova de Gaia - Avintes	06-11-1826	33		?		1	Criado: António Gomes Nunes (48)	Filho de Manuel Gonçalves Neto e de Joana Antónia Lopes
Bartolomeu de Sousa Lobo	Porto - Santo Ildefonso	16-11-1826	36		C		1	Mulher: Ana Joaquina de Sousa Lobo (31)	Filho de João Tomás de Sousa Lobo e de Rita Raimunda da Costa Lobo
José Peres	Vila Nova de Gaia - Mafamude	23-11-1826	12		S				Filho de Jacinto José Peres e de Maria de Jesus
Maria Emília Couto	Porto - Miragaia	15-12-1826	36		C	José	2	Filha: Virgínia Maria Couto (5). Cunhada: Maria José de Jesus (30)	Filha de Filipe José Pereira do Couto e de Luísa da Piedade Couto
António José Dias Lopes	Porto	23-12-1826	44	Negociante	?				Filho de Narciso José Dias Lopes e de Maria Margarida Rosa. É emigrante no Brasil

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Joaquim de Oliveira Castro	Porto - Vitória	23-12-1826	33	Negociante	?				Filho de José Joaquim de Oliveira e de Ana Cândida de Castro. É emigrante do Brasil, residente no Porto
Maria Marcelina	Porto - S. Nicolau	10-01-1827	50		V	Joaquim Teotónio			Filha de João Lopes da Silva e de Teresa de Jesus
José Alves de Magalhães	Porto	27-01-1827	42		C	Paula Maria	1	Mulher: Paula Maria (30)	Filho de Francisco Alves de Magalhães e de Gertrudes Maria
José de Sousa Coimbra	Viseu	12-02-1827	40		?		1	Caixeiro: Henrique de Araújo Jordão (28)	Filho de Domingos José de Oliveira e de Felícia Maria
Domingas Teresa de Jesus	Braga	13-02-1827	37		C	Carlos José Rodrigues	2	Filhos: João (12); Manuel (11)	Filha de Manuel Nunes da Cunha e de Isabel Teresa O marido está ali estabelecido
António Pinto	Vila Nova de Gaia - Grijó	30-03-1827	42		C	Maria Josefa	2	Mulher: Maria Josefa (44). Filha: (11)	Residente em Ramalde. Filho de Manuel Soares e de Leonarda Pinto

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Moreira	Baltar	02-04-1827	43		?		1	Irmã: Angélica Moreira (47)	Filha de José Pereira Botelho. Vão a Brasil para receber a herança de um irmão falecido
Joaquina Rosa de Jesus	Vila Nova de Gaia - Santa Marinha	05-04-1827	46		C	Baltasar António Soares	2	Filhas: Ana Joaquina Rosa (22); Albina Joaquina Rosa (21)	Filha de Agostinho José e de Teresa de Jesus
José de Sousa Lima	Porto	30-04-1827	30		C	Ana do Espírito Santo	2	Mulher: Ana do Espírito Santo (26). Filho: José de Sousa Lima (?)	Filho de Domingos José Osório e de Ana Teresa
Isabel Joaquina	Barcelos	30-04-1827	26		C	António Ribeiro da Silva	2	Filhos: António (9); Rita (?)	Filha de João Pereira e de Maria Luísa
Ana Coelho da Silva	Penafiel - Duas Igrejas	14-05-1827	34		C	Joaquim António da Silva	1	Criada: Rosália (16)	Filha de José de Sousa e de Teresa Coelho da Silva
José António da Cunha	Porto	22-05-1827	40		C	Helena Rosa de Jesus	4	Mulher: Helena Rosa de Jesus (38). Filhos (menores de 8): Emília; Luís; Joana. Criada: Ana (50)	Filho de Manuel António da Cunha e de Ana de Lima de Jesus
Guilherme Teodoro Rodrigues	Porto	18-06-1827	28	Bacharel	C	Maria Ermelinda Ribeiro	6	Mulher: Maria Ermelinda Ribeiro (21). Filhos: Maria (5); Henrique (3); Adelaide (2). Criados: Luís José da Silva (27); Albina Urbana (45)	Filho de Custódio Rodrigues

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joaquim Nunes Ferreira Pacheco	Porto - Couto de Ferreira	19-06-1827	30		?		1	Sobrinho: Lino Ferreira da Silva (15)	Filho de Manuel Nunes Ferreira e de Ana Maria Pacheco
João António Martins Novais	Vieira do Minho	28-06-1827	18		?				Filho de Domingos Martins Antunes e de Teresa Francisca da Silva
Perpétua Rosa Garcia Furtado	Bragança	28-06-1827	28		C	Gabriel José Nunes Furtado	5	Filhos (todos menores): Constandância; Felisbena; Emílio. Cunhado: Manuel José Nunes Furtado (30). Criada: Maria Tomásia (21)	Filha de Manuel António Garcia e de Maria Inácia
Francisco José Alves de Sousa	Santa Maria de Vermoim	06-07-1827	38		C	Maria Marques	7	Mulher: Maria Marques (27). Filhos (todos menores): Maria (16); João; Carolina. Enjeitado: Manuel (4). Sogra: Ana Margarida dos Santos (44). Cunhado: Evaristo Joaquim Alves (17). Cunhada: Rosa Margarida dos Santos (24)	Filho de Jerónimo Alves de Sousa e de Custódia Pereira

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Joaquim de Oliveira	Fafe	02-08-1827	14		S				Filho de António José de Oliveira Natividade e de Ana Joaquina Pereira de Sam-paio
José de Paiva Guedes	Mesão Frio	27-08-1827	54		?		1	Filha: Maria Rita da Assunção (23)	Filho de José de Paiva e de Antónia Maria
José Pereira da Rocha Cláudio	Porto	10-01-1828	38		C	Rosa da Rocha Monteiro	6	Mulher: Rosa da Rocha Monteiro (37). Filhos (todos menores): António (9); Vicente (6); Rosa (5); Gertrudes; José	Filho de José Pereira e de Maria da Rocha Monteiro
José Joaquim Correia	Porto	29-01-1828	12		S				Filho de José Joaquim Correia e de Maria Bernarda da Assunção Correia
Delfina Luísa	Porto	12-02-1828	23		C	José António de Oliveira			Filha de João Gonçalves Rio-Tinto e de Maria Luísa
Luís Pereira Campos da Silva	Porto - Cedofeita	21-02-1828	31		?				Filho de Ponciano José da Silva e de Maria Rosa Campos da Silva

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Luisa Maria da Encarnação	Porto - S. Nicolau	11-03-1828	40		C	António Caetano Pereira	1	Filha: Margarida (9)	Filha de António José e de Vitória Rodrigues. O marido está ali estabelecido
Francisco José Leite	Santa Maria da Feira - Sanfins	15-03-1828	44		C	Joaquina Rosa de Amorim Benevides	7	Mulher: Joaquina Rosa de Amorim Benevides (24). Filhos (menores de 7): Francisco; Justino; Bernardino; Vitorino. Irmã: Genoveva Margarida Leite (26). Sobrinho: António (12)	Filho de Luís Leite da Silva e de Maria Leite
Francisco Gomes Carvalhal	Barcelos	15-04-1828	18		?				Filho de Manuel Gomes e de Ana Josefa
António José de Oliveira Moraes	Braga - Sé	26-04-1828	19		?				Filho de João Alves de Oliveira e de Isabel Tomásia
Ana Margarida Lacerda	Vila Nova de Gaia - Santa Marinha	26-04-1828	32		C	António Soares de Azevedo	7	Mãe: Ana Maria de Jesus (70). Sobrinha: Teresa Joaquina Lacerda (16). Outros: Manuel da Cunha Torres (24); Teresa Pereira Coelho (47); Josefa Margarida da Purificação (32). Filhos: José (10); Ana (5)	Filha de José Constantino Botelho e de Ana Maria de Jesus

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António da Silva Monteiro	Porto - Lorde do Ouro	10-05-1828	40		?		1	Caixeiro: Manuel Francisco das Neves (25)	Filho de António da Silva Monteiro e de Tomásia Rosa de Santa Ana
Maria de Brito	Fão	10-05-1828	39		C	José Fernandes Veloso	2	Filhos: Manuel (14); Maria (16)	Filha de João de Brito e de Joan da Assunção
Luís Saturnino de Castro	Guimarães	26-07-1828	29	Presbítero secular	S		2	Irmã: Clara Cândida (19). Criado: Joaquim de Castro (16)	Filho de Francisco José Nogueira e de Antónia Maria. Pretende ir para Cabo Verde.
Joana Margarida	Porto - Sé	07-08-1828	30		?		4	Filhos: João (8 meses); Joaquim (4); Aurélia (2). Criada: Ana (33)	Filha de Luís Manuel da Silva e de Teresa Margarida
Jerónimo José da Costa	Leça da Palmeira	07-08-1828	15		S				Filho de António José da Costa e de Joana Maria Francisca
Ana Adelaide Carvalhais Vanzeller	Porto	05-09-1828	?		C	Francisco Inácio Vanzeller	3	Filhos: Henrique (9); Eduardo (8); Cipriano (7)	Pretende ir para Inglaterra
Rita Emília Monteiro de Carvalho	Porto	27-09-1828	35		C	António Praça	1	Criado: Bento Bernardino do Carmo (29)	Filha de João Monteiro de Carvalho e de Rita Monteiro de Carvalho. Pretende ir para Inglaterra

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Simão José Ferreira Pinto	Santo André de Sobrado	04-10-1828	24		?				Filho de José Pinto Fernandes e de Ana Moreira
Manuel de Almeida e Silva Pereira	Vila Nova de Gaia - Vilar do Paraíso	06-12-1828	16		S				Filho de Manuel de Almeida Silva e de Teresa Joaquina
Bernardo Duarte dos Reis	Vila Nova de Gaia - Valadares	10-12-1828	14		S				Filho de Manuel Duarte dos Reis e de Maria Francisca da Assunção
Domingos José Pereira	Cabeceiras de Basto - Santo André de Rio Douro	12-12-1828	48		C		4	Mulher: Joaquina Domingues (58). Filha: Felicidade Pereira da Fonseca (16). Parente: Maria Rosa (40). Criado: Francisco (10)	Filho de Pedro Pereira e de Gertrudiana Barroso. Os familiares estão ali estabelecidos.
Augustal Benedito de Almeida	Lisboa	18-12-1828	16		S				Filho de José Cláudio de Almeida e de Bárbara Maria Benedita de Almeida. Pretende ir para a Argentina.
Cláudio José de Almeida	Lisboa	18-12-1828	30		?				Filho de José Cláudio de Almeida e de Cândida Josefa de Almeida. Pretende ir para a Argentina

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Rita Ferreira	Porto - Lorde do Ouro	17-01-1829	46		?		1	Criada: Maria Antónia (40)	Filha de José Ferreira dos Santos e de Bernardino Ferreira
Domingos Manuel	Barcelos - S. Salvador de Novais	29-01-1829	75		C	Leonarda Maria	1	Mulher: Leonarda Maria (59)	Filho de Bento Manuel e de Maria Fernandes
Maria do Carmo Moreira Barraca	Penafiel	16-02-1829	22		C	António Teixeira da Silva			Filha de Vicente José Moreira e de Maria do Carmo Barraca
Ricardo António Nogueira	Porto	24-03-1829	23	Negociante	?		1	Irmã: Cristiana Maria Nogueira (19)	Filho de Manuel António Nogueira e de Teresa Nogueira. Pretende ir para Inglaterra.
Maria Perpétua Gonçalves	Porto - Miragaia	24-04-1829	27		?		8	Filhos: José (8); António (4); Rosa (9); Perpétua (7). Criados: José Garcia (27); Maria Rosa (25). Mulher do criado: Ana Rosa (23). Filha do criado: Rosa (11 meses)	Filha de Joaquim Alves de Sousa e de Perpétua Felicidade de Sousa
Maria Joaquina Rosa	Porto - Campanhã	30-04-1829	21		C		3	Filhos: (2 menores). Criado: Francisco António Moreira (32)	Filha de Manuel Ferreira e de Florência Rosa

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joaquim Moreira	Maia - Alvarelhos	07-05-1829	14		S				Filho de Joaquim Moreira da Costa e de Joaquina Maria
Luís Caetano da Silva	Ponte de Lima	15-05-1829	29		C	Maria Cândida da Silva	1	Mulher: Maria Cândida da Silva (30)	Filho de Caetano José da Silva e de Ana Isabel
Mariana Rosa de Jesus Maltez	Vila Nova de Gaia	19-05-1829	23		C	Francisco Pereira da Silva Maltez	1	Filha (menor)	Filha de José António Frazão e de Ana Rosa
Maria Emília Ferreira	Porto - Loredelo do Ouro	26-05-1829	22		C	José Coelho	5	Filhos: Augusto (6); Alexandre (5); Adriano (3); Emília (1 ano). Criada: Maria Joaquina (28)	Filha de João Ferreira dos Santos e de Maria Tomásia. O marido está ali estabelecido
Manuel António de Oliveira	Guimarães - S. Torquato	04-06-1829	69		?		1	Filha: Ana Rita de Oliveira Guimarães (23)	Filho de André Gomes de Freitas e de Maria de Oliveira. Pretende ir para Espanha.
João Miguel de Barros	Porto	11-06-1829	29		?				Filho de Miguel António de Barros Guimarães e de Maria do Carmo. Pretende ir para a Alemanha

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel Pereira de Miranda	Barcelos	16-06-1829	25		?				Filho de Gabriel Pereira de Abreu e de Antónia de Miranda
José Constantino Pereira de Araújo	Vila Real - S. João de Covas	16-06-1829	24		?				Filho de Bernardo Pereira dos Santos e de Leonarda Pereira. Pretende ir para França.
Adriana Rosa	Matosinhos	07-07-1829	63		V	António da Fonseca			Filha de pais incógnitos. Pre-tende ir depois para Porto Alegre, onde se encontra o filho
Ana Maria Vieira	Matosinhos - Lugar da Barranha	07-07-1829	42		C	Manuel Francisco Vieira	2	Filhos: José (11); Manuel (7)	Filha de António José da Silva e de Ana Joaquina de Jesus
Maria Emília Belona Jardim	Porto - Massarelos	28-07-1829	22		C	Lourenço Justimiano Jardim	1	Filho (menor)	Filha de José Francisco Belona e de Teresa Joaquina da Costa
Margarida Preciosa Xavier	Porto	04-08-1829	19		C		5	Filhos: Emília (3); Ermelinda (2); Francisco (?). Criada: Umbelina (35). Ama: Ana Teresa de Jesus (30)	Filha de Francisco Xavier de Carvalho e Silva e de Maria Máxima de Carvalho

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Anacleta Vitória de Aragão Nascimento	Porto?	07-08-1829	39		C	João da Rocha Carvalho	1	Filha: Ana Rufina (13)	Filha de Félix de Lima e Matos e de Maria Teresa de Aragão
António Bernardo Ferreira Júnior	Peso da Régua	08-08-1829	18		?		1	Outro: Joaquim Máximo Gomes (38)	Filho de António Bernardo Ferreira e de Josefa Gertrudes Ferreira. Pretende ir para Inglaterra.
Antónia Ermelinda	Viana do Castelo	13-08-1829	40		C	José de Miranda	3	Filha: Joaquina Cândida Lobo (23). Neta: Adelaide (menor idade). Criado: Lourenço (12)	Filha de Manuel José de Moura
Maria Maximiana	Guimarães	21-08-1829	36		C		1	Filha: Maria Carolina (19)	Filha de José António de Miranda e de Maria Joaquina Rodrigues de Miranda. Pretende ir para a Alemanha.
Bernardo António de Passos	Chaves	05-09-1829	35		C	Maria Bernardina do Nascimento	2	Mulher: Maria Bernardina do Nascimento (33). Filho: António (6)	Filho de José António de Passos e de Maria dos Reis

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Emília de Oliveira Castro	Porto	15-09-1829	30		C	Luís Joaquim de Oliveira e Castro			Filha de José Moreira de Castro e de Bernardina Moreira de Castro
Francisco Domingues de Aratújo	Monção - Valadares	19-09-1829	40		C	Isabel Joaquina	1	Mulher: Isabel Joaquina (31)	Filho de António Domingues de Aratújo e de Maria Domingues de Aratújo
João da Silva Passos Júnior	Porto	22-09-1829	22		?				Filho de João da Silva Passos e de Maria Teresa de Jesus. Vai ali "tratar de seus negócios"
António Martinho de Almeida	Vila Nova de Gaia - Vilar do Paraíso	10-10-1829	18		?				Filho de António de Almeida e de Maria Carvalho
Umbelina Ferreira de Jesus	Porto - Campanhã	31-10-1829	21		S				Filha de José Ferreira dos Santos e de Josefa Maria Joaquina
Joaquina de Lemos	Felgueiras - S. Tomé	12-11-1829	30		?				Filha de José Manuel de Lemos e de Ana Joaquina

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel Luís da Silva Leça	Porto	16-11-1829	14		S				Filho de Manuel Luís da Silva Leça e de Francisca Cândida da Silva Leça
Maria José da Silva	Porto	16-11-1829	14		S				Filha de José Tomás da Silva e de Maria José. O pai está ali estabelecido
Maria José Ferreira Cachapó	Bragança	23-11-1829	40		V		1	Filha: Eugénia (10)	Filha de Francisco Ferreira e de Josefa de Jesus
Manuel Joaquim de Andrade Basto	Celorico de Basto - Molares	27-11-1829	61	Negociante	?				Filho de Francisco de Andrade e de Ana Moreira. Vai "tratar dos seus negócios". Pretende ir para Inglaterra.
Bernardina Moreira de Castro	Porto	07-12-1829	53		V	José Moreira de Castro	3	Filhas: Marcelina Cândida (20); Carlota Cândida (15); Maria Augusta (14)	Filha de Luís Caetano de Almeida e de Ana Joaquina de Oliveira

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joaquim José Dias Lopes de Vasconcelos	Porto	21-01-1830	26		?		1	Maria da Assunção Alves Pereira (7)	Filho de José Dias Lopes e de Clara Jacinta de Vasconcelos. Leva Maria da Assunção Alves Pereira (natural de Vila Real) para junto do pai ali residente, Francisco Inácio Pereira. Pretende ir para França.
Senhorinha Pereira	Porto	22-01-1830	32		C		2	Filho: Manuel José (9). Irmã: Ana Miquelina (26)	Filha de Manuel José Barroso e de Senhorinha Pereira
Jerónimo José Loureiro	Porto	27-02-1830	34		C	Joana Rosa da Costa	3	Mulher: Joana Rosa da Costa (38). Filhos: Augusto da Costa Guimarães (9); Joaquim da Costa Guimarães (7)	Filho de José Loureiro e de Josefa Loureiro
Rita Rosa Pereira da Costa	Porto	08-03-1830	60	V			2	Filha: Isabel Maria da Costa (32). Afilhada: Maria Isabel (17)	Filha de João Francisco Santiago e de Rosa Maria de S. José

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joana Rosa de Oliveira	Porto	08-03-1830	40		C	José António Botelho	4	Filhos: Emília (idade inferior a 4); Joana (idade inferior a 4). Irmãs: Maria de Jesus (50) e Delfina Emília (33)	Filha de Manuel de Oliveira e de Maria Teresa
Maria Rosa Pereira	Felgueiras - Vila Cova	08-03-1830	50		C	Francisco José dos Anjos	6	Filhos: Joaquina (18); Maria (16); Guilhermina (8); Gertrudes (8); Francisco (12); Francisco José dos Anjos (5)	Filha de Manuel Pereira e de Maria Josefa
António de Almeida Morais Pessanha	Vila Real - Paradela de Guiães	23-04-1830	22		?				Filho de António de Almeida Morais Pessanha e de Luísa Rosa Pereira da Silva. Vai "frequentar os estudos". Pretende ir para França.
Manuel de Clamouse Brown	Porto	05-05-1830	38		?		1	Filho: Manuel de Clamouse Brown Júnior (13)	Filho de Domingos Brown e de Maria Custódia Brown. Pretende ir para Inglaterra
Ana Margarida	Porto - Sé	22-05-1830	57		V	Domingos José Ferreira			Filha de António Martins Magalhães e de Maria Angélica. O filho é negociante

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ricardo Vanzeller	Porto	11-06-1830	30	Arceiago de Oliveira do Douro	S		5	Irmã: Doroteia Vanzeller (25), Sobrinhos: Susana (11); Doroteia (8); Nicolau (7). Criada: Margarida Rosa (25)	Filho de Henrique que Pedro Vanzeller e de Maria Juliana Vanzeller. Os sobrinhos são filho de Cristiano Kopke e de Leonor Vanzeller Kopke. Pretende ir para Inglaterra
Manuel Pereira Lamego	Porto	19-06-1830	14		S				Filho de José Pereira Lamego e de Doroteia Casimira
Manuel António Malheiro	Porto	10-07-1830	18		?				Filho de Miguel António Malheiro e de Maria Albina das Neves Malheiro. Pretende ir para Inglaterra, para aí se instruir não só na língua inglesa, mas também em tudo o mais que é necessário à profissão do comércio, a que se destina.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registro	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
João José da Costa	Guimarães - S. João de Rei	04-08-1830	51	Negociante	?				Residente no Porto. Filho de João Félix da Costa e de Cata- rina Josefa Men- des. Vai tratar dos seus negócios, ajustar contas com os seus cor- respondentes Bruno Silva & C. ^a , D. Macarthur & C. ^a e M. J. Soares. Pretende ir para Inglaterra.
Maria Rosa de Sousa	Porto - S. João da Foz	09-09-1830	51		V	Faustino José Pereira	1	Filha: Ana Rosa de Sousa (14)	Filha de José Francisco de Sousa e de Ana Rosa de Sousa
Maria Clementina Guerner Viana	Porto	17-09-1830	38		V		2	Criados: Ana Rosa (30); João António Martins (20)	Filha de Cristóvão Guerner e de Maria Cle- mentina
Luísa Maria da Silva	Porto - Santo Ildefonso	16-10-1830	60		V	José António Ferreira	3	Filha: Rosa Viterbo (28). Netos: Luís (7); Maria (6)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Rita Teresa de Oliveira	Bragança - Santa Maria	04-11-1830	44		C	Marcos António Miranda	8	Filhos: Ana de Miranda (26); Maria (16); Ofélia Miranda (11); Carolina (10); Gumercindo (22); José de Miranda (21); Francisco de Miranda (12)	Filha de José Carvalho Vieira e de Rosa de Oliveira
Maria do Carmo	Lisboa	08-11-1830	48		?				Filha de Francisco Borges Caldas e de Joana Teresa de S. José. Reside em Vila Nova de Gaia
Bernardo Dias Lima	Porto	18-11-1830	32	Negociante	?		1	Caixeiro: António Marques Nogueira (12)	Filho de Joaquim Dias Lima e de Maria Marques Nogueira
Rosa Rita de Mendonça e Melo	Porto	18-11-1830	60		?				Filha de Manuel de Mendonça Freire e de Felícia Rosa de Melo
Joaquina Maria de Novais	Guimarães	11-12-1830	42		?		1	Irmã: Maria Teresa de Novais (29)	Residente no Porto (com sua irmã). Filha de pais incógnitos

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Aires Pimenta	Porto - Vitória	22-01-1831	35		C	Maria de Sá Maia	3	Mulher: Maria de Sá Maia (21). Filha: Ana de Jesus (14). Criada: Teresa Costa (23)	Vai tratar de negócios. Filho de Manuel Luís Pimenta e de Ana Francisca de Paula. A filha é do 1.º matrimónio do justificante
António Bento de Lima	Porto - Vitória	22-01-1831	32		?		3	Irmãos: Francisco Luís Ferreira Torres (28); José Gouveia (21); Manuel Luís Ferreira Torres (16)	Filho de José da Silva Ferreira Lima e de Águeda Maria Eugénia
Mónica Maria Dias	Porto - S. João da Foz	14-02-1831	38		C	Custódio Dias Moreira	6	Filhos: Tomásia Joaquina (14); Joaquina Rosa (13); Joaquim Antunes (6); Custódio (5); Guilherme (3); Guilherme (3) Manuel (11 meses)	Filha de Frutuoso de Lemos e de Tomásia Joaquina
João Rodrigues da Cruz	Vila Nova de Gaia - Mafamude	07-03-1831	13		S				Filho de João Rodrigues da Cruz
Ana do Espírito Santo	Porto - Santo Ildefonso	12-03-1831	27		C	Joaquim José de Figueiredo			Filha de José António de Sousa e de Ana Rita

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João Soares de Brito	Vila Nova de Gaia - Santa Marinha	22-09-1831	12		S				Filho de António Soares e de Ana Joaquina de S. José
Maria Amália Pimentel	Porto - Santo Ildefonso	10-04-1832	26		?		1	Filha (menor)	Filha de Agostinho José de Matos e de Margarida Violante. Pretende ir para França.

Tabela 3: Portugueses do Norte de Portugal que emigraram para o Brasil (1805-1832)

NOME	
Adriana Rosa	António Domingues Rodrigues
Agostinho Carneiro da Costa Barros	António Ferreira de Morais
Alexandre José Cardoso Silva	António Francisco Baía
Alexandre José de Sá	António Francisco da Silva
Ana Angélica de Babo	António Gonçalves Bastos
Ana Cândida da Cunha	António Gonçalves da Rocha
Ana Cândida da Rocha	António Gonçalves Ferreira Basto
Ana Clara de Passos Seabra	António Joaquim de Oliveira
Ana Coelho da Silva	António Joaquim de Oliveira Castro
Ana de Sousa	António Joaquim Mendes
Ana do Espírito Santo	António Joaquim Pereira de Almeida
Ana dos Prazeres Brandão	António Joaquim Pereira de Azevedo e Vasconcelos
Ana Efigénia Pinto Pereira	António José Afonso
Ana Felizarda de Menezes	António José da Cama Freitas
Ana Gomes Correia	António José de Azevedo
Ana Joaquina	António José de Oliveira Morais
Ana Joaquina de Sá e Queda	António José de Oliveira Tau
Ana Joaquina Leite	António José Dias Lopes
Ana Joaquina Rosa Tau	António José Pena
Ana Josefa Margarida	António Leite Pereira
Ana Margarida	António Lopes de Araújo
Ana Margarida Lacerda	António Lucas Soares
Ana Margarida Moreira	António Manuel de Meireles
Ana Maria	António Maria Leite
Ana Maria de S. José	António Martinho de Almeida
Ana Maria de Santa Ana	António Osório Rebelo
Ana Maria Vieira	António Pereira Marques
Ana Miquelina da Luz e Matos	António Pinto
Ana Moreira	António Ribeiro da Fonseca Guimaraães
Ana Rita Augusta do Nascimento Crespo	António Ribeiro de Freitas
Ana Rita de Sousa	António Rodrigues
Ana Rita de Sousa Castro	António Santiago Salazar
Ana Rosa	António Tomás de Sousa Lobo
Ana Vitória	António Xavier Lopes de Paiva
Anacleta Vitória de Aragão Nascimento	Arnaldo Pinto de Castro Tameirão
Antónia de Jesus Maria	Bárbara Maria de Azevedo
Antónia Ermelinda	Bartolomeu de Sousa Lobo
Antónia Maria Duarte	Bernarda Gomes
António Aires Pimenta	Bernardina Moreira de Castro
António Bento de Lima	Bernardino António de Barros Rebelo da Silva
António Bernardo Pereira de Carvalho	Bernardo António de Passos
António Cardoso de Melo	Bernardo Dias Lima
António da Silva	Bernardo Duarte dos Reis
António da Silva Bizarro	Brás de Abreu Aranha e Araújo
António da Silva Monteiro	Cândida Adelina
António de Castro Leite	Cândido José dos Santos
Catarina Micaela de Freitas	Joana Inocência da Silva Lira Vilaça
Custódia Angélica	Joana Margarida
Custódia Angélica da Luz	Joana Margarida Rosa
Custódia Margarida	Joana Pereira

NOME	
Custódia Raimunda	Joana Pires
Custódio José de Sousa	Joana Rosa
Custódio Nunes Moreira	Joana Rosa de Oliveira
Delfina Luísa	Joana Rosa de Sousa
Domingas Antónia Fernandes	João Alves da Cunha
Domingas Teresa de Jesus	João António de Carvalho Sequeira
Domingos Alves Neves	João António Martins Novais
Domingos António Fernandes	João Batista Fontana Júnior
Domingos da Fonseca Rocha	João Batista Moreira
Domingos Francisco da Silva	João da Silva Maia
Domingos José da Fonseca	João da Silva Passos Júnior
Domingos José Pereira	João Ferreira dos Santos
Domingos Manuel	João Francisco Lima
Domingos Moreira Cardoso	João José
Feliz José Teixeira	João José de Carvalho Medeiros
Francisca Felizarda Nance	João José Tulling
Francisca Rosa Pegada	João Manuel de Castro Sousa Batorim
Francisco António de Sá	João Pereira de Magalhães
Francisco António Furtado	João Rodrigo Xavier Vidal
Francisco de Oliveira	João Rodrigues da Cruz
Francisco de Paula e Melo	João Soares de Brito
Francisco de Sá de Sampaio	Joaquim António da Fonseca
Francisco Dias de Paiva	Joaquim Dias Moreira
Francisco Domingues de Araújo	Joaquim José de Meireles
Francisco Gomes Carvalho	Joaquim José Ferreira da Cruz
Francisco José Alves de Sousa	Joaquim Luís dos Santos
Francisco José Leite	Joaquim Moreira
Francisco José Nunes	Joaquim Nunes Ferreira Pacheco
Francisco José Teixeira	Joaquim Pereira Rodrigues
Francisco Leite Pereira de Melo	Joaquina de Lemos
Francisco Pereira Borges	Joaquina Margarida
Francisco Xavier Lopes	Joaquina Margarida Garcez
Gabriel José	Joaquina Maria de Novais
Gabriel José Nunes	Joaquina Rosa das Neves
Gabriel Soares Pinto	Joaquina Rosa de Jesus
Gaspar António Pusso	Joaquina Vieira da Silva
Gregório José de Sousa	José Alves Carneiro
Guilherme Teodoro Rodrigues	José Alves de Magalhães
Inácia Pires Mourão	José António da Cunha
Isabel Joaquina	José António dos Santos
Jerónimo José Barbosa	José Coelho da Rocha Júnior
Jerónimo José da Costa	José da Costa Carvalho
Jerónimo José Loureiro	José da Silva Lemos Júnior
Joana Delfina da Silva	José de Paiva Guedes
Joana Emília de Ataíde	José de Sousa Coimbra
Joana Francisca da Silva	José de Sousa Lima
José dos Santos Primeiro	Manuel José Ribeiro
José Esteves da Costa Baião	Manuel José Rodrigues
José Felipe Chaves	Manuel Luís Cardoso da Silva
José Gonçalves da Silva	Manuel Luís da Silva Leça
José Inácio Guedes de Barros	Manuel Pereira de Miranda

NOME	
José Joaquim Correia	Manuel Pereira Lamego
José Joaquim da Silva Maia	Manuel Ribeiro
José Joaquim de Azevedo	Manuel Ribeiro dos Santos
José Joaquim de Meireles	Manuel Rodrigues de Amorim
José Joaquim Machado e Andrade	Manuel Timóteo de Araújo
José Lopes dos Santos	Margarida Luísa Couto
José Luís Pinto de Queirós	Margarida Preciosa Xavier
José Machado de Melo e Castro	Margarida Rosa
José Manuel de Lima	Margarida Rosa da Estrela
José Mendes Braga	Maria Amália Cândida de Sousa
José Mendes Ferreira	Maria Angélica Ferreira
José Nunes Pacheco	Maria Antónia
José Pereira da Rocha Cláudio	Maria Antónia da Costa
José Pereira da Silva de Sousa e Meneses	Maria Clementina Guerner Viana
José Peres	Maria da Conceição Freire
José Pinto de Queirós	Maria da Silva
José Ribeiro da Costa	Maria de Brito
José Ribeiro dos Santos	Maria Delfina Rosa
José Vicente de Azevedo	Maria do Carmo
Josefa Francisca	Maria do Carmo Moreira Barraca
Libânia Bernardina	Maria do Rosário
Luís António	José Lopes de Araújo Maria dos Santos
Luís António Machado Reis	Maria Emília Belona Jardim
Luís António Teixeira de Carvalho	Maria Emília Couto
Luís Caetano da Silva	Maria Emília de Oliveira Castro
Luís Correia de Amorim	Maria Emília Ferreira
Luís José da Silva	Maria Emília Moreira
Luís José do Couto Alão	Maria Felícia Soares de Sousa
Luís José Saraiva	Maria Ferreira da Silva
Luís Martins	Maria Joaquina
Luís Mendes de Matos	Maria Joaquina da Silva
Luís Pereira Campos da Silva	Maria Joaquina dos Santos
Luísa do Sacramento	Maria Joaquina Rosa
Luísa Maria da Encarnação	Maria José da Silva
Luísa Maria da Silva	Maria José Ferreira Cachapó
Luísa Maria Machado	Maria Leonor Lopes Pereira Negrão
Manuel Alves de Pinho	Maria Luísa do Nascimento
Manuel Alves Ferreira	Maria Marcelina
Manuel António da Costa Delgado e Neves	Maria Margarida
Manuel Cardoso Coelho Botelho Serpa	Maria Martins
Manuel da Costa Lima	Maria Pinta da Assunção
Manuel de Almeida e Silva Pereira	Maria Ramos
Manuel Garcês Pinto de Madureira	Maria Rita de Lacerda Pereira e Vasconcelos
Manuel Joaquim Alves de Sousa	Maria Rita Ferreira
Manuel Joaquim Rodrigues Camelo	Maria Rosa
Manuel José de Araújo Franco	Maria Rosa de Sousa
Maria Rosa do Nascimento	Ricardo da Silva Maia
Maria Rosa Marques	Rita de Cássia de Jesus
Maria Rosa Pereira	Rita Rosa Pereira da Costa
Maria Teresa de S. José	Rita Teresa de Oliveira
Mariana Domingues	Rosa Albina

NOME	
Mariana Rosa de Jesus Maltez	Rosa Margarida
Mateus da Silva	Rosa Maria Balbina
Melchior José Pereira Enes	Rosa Maria de Jesus
Mónica Maria Dias	Rosa Rita de Mendonça e Melo
Nicolau Coelho Messeder	Salvador António Pereira
Onofre José da Costa	Senhorinha Pereira
Paula Maria da Assunção	Simão José Ferreira Pinto
Perpétua Rosa Garcia Furtado	Teresa Gonçalves
Quitéria Rita Leite de Morais	Umbelina Ferreira de Jesus

Nota – Desta lista apenas constam os nomes dos pretendentes a passaportes, não os acompanhantes que vão indicados na tabela anterior.

CONCLUSÕES

A presente publicação constitui mais uma prova da pertinência dos estudos migratórios de Portugal para o Brasil que o CEPESSE elegeu como uma das suas linhas de investigação, que recebeu o apoio da FCT e outras instituições (Governo Civil do Porto, Câmara Municipal do Porto, GRICES e FAPERJ) através do projecto *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil* e para o qual reuniu interlocutores abalizados do outro lado do Atlântico, onde também assinou protocolos de cooperação.

Esta rede de saberes que se pretende solidificar, ampliar e até institucionalizar, tem já demonstrado as virtualidades de uma investigação coordenada e dialogante que permite desafios sucessivos, experimenta caminhos novos, multiplica possibilidades.

As questões inicialmente colocadas vão sendo gradualmente respondidas, suscitando outras que surgem com o apuramento e definição das problemáticas em estudo, bem como com a descoberta e alargamento das fontes documentais em análise.

Os estudos aqui apresentados, em número superior a três dezenas, representam diferentes abordagens do fenómeno migratório, com objectos e propósitos variados, inseridas em reflexões mais ou menos amplas consoante a amplitude das investigações já realizadas:

- perspectivas globalizantes sobre a temática migratória;
- fontes sobre emigração/imigração;
- estudo de passaportes e cartas de chamada;
- emigração do Norte de Portugal para o Brasil;
- representações e modalidades de emigração;
- integração de portugueses (e galegos) em diferentes comunidades brasileiras;
- imigração portuguesa no Brasil – associativismo e marginalidade;
- emigração e retorno.

Diversos entre si nas temáticas que privilegiam e na panóplia diversificada de fontes que compulsam, estes trabalhos demonstram a relevância da temática para a compreensão da história contemporânea dos dois países, das suas intensas relações sociais, económicas e culturais, enfim para o seu conhecimento mútuo e para a promoção da sua memória e identidade.

Os organizadores deste Seminário não podem deixar de reafirmar a importância do diálogo luso-brasileiro que, pelas pesquisas dos seus académicos e investigadores, promove o debate científico e o estabelecimento de nexos lógi-

cos, permitindo também gizar rumos de investigação paralelos e convergentes, nomeadamente através da planificação do estudo de fontes complementares existentes nos arquivos de ambos os países. Esta metodologia permitirá o verdadeiro cruzamento dos dados, a aferição dos resultados sectoriais, a construção criteriosa da informação com vista a leituras ulteriores, problematizantes e interpretativas.

CONCLUSIONS

This publication confirms the pertinence of the studies regarding Portuguese emigration to Brazil, which constitutes one of CEPESSE's research groups, supported by FCT and other institutions (Porto's Civil Government, Porto's City Hall, GRICES and FAPERJ) through the project "Emigration from the North of Portugal to Brazil in the 19th and 20th centuries" and for which we gathered renowned experts from the other side of the Atlantic, where several cooperation protocols have also been established.

This scientific network that we intend to strengthen, to extend and even to grant an institutional character, has already showed the potentialities of a coordinated and dialoguing research that allows successive challenges, trying new approaches and multiplying possibilities.

The initially placed questions are gradually being answered, and new questions arise as the research progresses and the team members discover and analyze additional documental sources.

More than thirty studies presented in this book represent different approaches on the migratory phenomenon, with various objects and purposes, wider or shorter reflections depending on the amplitude already achieved of the research:

- globalizing perspectives regarding the migratory thematic;
- sources on emigration/immigration;
- study of passports and "letters of call";
- emigration from the north of Portugal to Brazil;
- emigration representations and modalities;
- integration of Portuguese (and Gallegos) in different Brazilian communities;
- Portuguese immigration in Brazil - associations and marginality;
- emigration and return.

With diverse themes and using different sources, these works demonstrate the relevance of the emigration phenomenon for the understanding of the contemporary history of both countries, their intense social, economic and cultural relations, in short, for their mutual knowledge and for the promotion of their memory and identity.

The coordinators of this Seminar must reaffirm the importance of the dialogue between Portugal and Brazil that, by means of the research achieved by experts from both countries, promotes the scientific debate and the establishment of logical nexuses, also allowing to draw parallel and convergent research

lines, namely by planning the study of complementary sources present in the archives of both Portugal and Brazil. This methodology will allow a real data-crossing, the attainment of sectorial results and the rigorous construction of the information aiming at posterior, inquiring and interpretative readings.

SOBRE OS AUTORES

FERNANDO DE SOUSA

Professor catedrático da Universidade do Porto. Professor da Universidade Lusíada do Porto. Presidente do CEPESE.

Licenciado e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil”, in *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*, CEPESE/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2006; “A democracia, face política da globalização?”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º 1, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, 2006; *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, Edições Afrontamento, Porto, 2006; *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, CEPESE, Porto, 2006; *A evolução administrativa do distrito de Bragança (1835-2006)*, *Brigantia. Volume de homenagem a Belarmino Afonso*, vol. XXVI, n.º 1/2/3/4, Bragança, 2006; *Douro Reserva Histórica e o Vinho do Porto* (catálogo da exposição), Porto, 2006.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

Professor titular da Universidade do Sagrado Coração, São Paulo.

Licenciado e doutor em História pela Universidade de São Paulo.

Entre as suas mais recentes publicações podemos encontrar: *Nova História Moderna e Contemporânea*, Bauru, EDUSC, 2006; “O itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo)”, in *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*, Bauru, EDUSC, 2003; *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo* (catálogos), Bauru, EDUSC, 2000-2004; *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio* (organização conjunta com Luís Adão da Fonseca), Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001.

MIRIAM HALPERN PEREIRA

Professora catedrática aposentada do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Directora da revista *Ler História*.

Licenciada em História e Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa. Doutora em História pela Faculté de Lettres et Sciences Humaines, Sorbonne, Paris.

Entre as suas principais obras, destacam-se: *Diversidade e Assimetrias*, Lisboa, ICS, 2001; *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Presença, 1994; *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971; *A política portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981; “Estado e Sociedade: Pensamento e Acção Política de Mouzinho da Silveira”, in *Mouzinho da Silveira. Obras* (direcção e edição de manuscritos em colaboração), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vol., 1989.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

Professora de História e Geografia de Portugal e investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutora em História pela Universidade Portucalense.

Comissária científica das exposições “Os ‘brasileiros’ de torna-viagem no Norte de Portugal” e “Portugal de relance – a viagem: encontro de dois povos”.

Tem vários trabalhos publicados na área das relações Portugal-Brasil, destacando-se a sua tese de doutoramento, intitulada *As relações Portugal-Brasil no discurso parlamentar português: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

Professora do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora de Editoração e Acervo da FAPERJ.

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em História pela Universidade de São Paulo.

Membro da Comissão Editorial de várias revistas na Área de História.

Publicações recentes: *Os Arquivos Municipais na mediação das relações Estado e Sociedade*, Rio de Janeiro, 2004; *Polícias Políticas e Autoritarismo no Brasil – A documentação do DOPS da Bahia no Arquivo do Rio de Janeiro*, Baía, UFBA, 2004; *História e ensino de História: memória e identidade sociais*, Rio de Janeiro, 2004; *O Arquivo de Polícia Política do Rio de Janeiro*, Belo Horizonte, UFMG, 2004; *O retrato do autoritarismo e da repressão: a documentação da polícia política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2004; “D. João VI: D. João VI no Brasil”, in *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil* (org. de Paulo R. Pereira), Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Nova Fronteira, 2001.

BEATRIZ KUSHNIR

Professora convidada do Departamento de História da Unicamp. Directora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Doutora em História Social do Trabalho pela Unicamp.

Autora de *Baile de Máscaras. Mulheres judias e prostituição, As polacas e suas associações de Ajuda Mútua*, Editora Imago, 1996; *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, Editora Boitempo, 2004; *Perfis cruzados: militância e trajetória políticas no Brasil* (organizadora), Editora Imago, 2002.

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

Professora titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História.

Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em História Social das Idéias pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Especialista em História da América (UFF); Graduada em História (UERJ).

Principais trabalhos publicados: *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1992; *Os Indesejáveis. Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e Expulsão (1890-1930)*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996; “Mulher, Trabalho e Botequim. Olhares sobre o feminino na imigração portuguesa”, *Anais da XIV Reunião Anual da SBPH*. Curitiba, 2005; “Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos”, in Ângela de Castro Gomes (org.), *História de imigrantes e de imigração*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.

GLADYS SABINA RIBEIRO

Professora adjunta do Departamento e da Pós-Graduação em História da UFF – Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do CNPq.

Mestre em História pela UFF e doutora em História pela UNICAMP.

Autora de vários artigos em revistas especializadas e dos livros *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002; e *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na república velha*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

CHARLESTON JOSÉ DE SOUSA ASSIS

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

Professor da Universidade Salgado de Oliveira e pesquisador bolseiro da FAPERJ no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

LEILA MENEZES DUARTE

Professora de História do Direito na Universidade Cândido Mendes e directora da Divisão de Pesquisa e Informação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutoranda em História na Universidade Católica do Rio de Janeiro.

JORGE CARVALHO ARROTEIA

Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Licenciado em Geografia pela Universidade de Lisboa e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro.

Publicações recentes: *O ensino superior politécnico em Portugal: notas sobre o seu desenvolvimento e evolução*, Aveiro/Viscu, Universidade de Aveiro/Instituto Politécnico de Viseu, 2002; *Leirena: ensaio sobre a terra e o homem no concelho de Leiria*. Leiria/Aveiro, Instituto Politécnico de Leiria/Universidade de Aveiro, 2002; *Da regulação do ensino superior*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2004; *A IGCEs e o sistema de acção social no contexto da lei de desenvolvimento e qualidade do ensino superior* (coordenação), Lisboa, Inspecção-Geral da Ciência e do Ensino Superior – MCEs, 2004; *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007.

REGINA LUCIA REIS DE SÁ BRITTO FISS

Assessora Administrativa na actual Gestão da Prefeitura Municipal de Pelotas. Docente na 5.ª Coordenadoria Regional de Educação.

Licenciada em Formação Especial do Currículo de Ensino de 2.º Grau, pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-graduada em Administração de Empresas e em Economia.

ÉRICA SARMIENTO DA SILVA

Professora assistente da Faculdade de História e Geografia da Universidade de Santiago de Compostela.

Licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Doutoranda em História na Universidade de Santiago de Compostela, desenvolvendo uma tese subordinada ao tema “Emigração galega no Rio de Janeiro”.

Autora de diversas obras e artigos, destacando-se: *Mito da democracia racial. O racismo cordial: uma visão antropológica, mitológica e jornalística* (tese de licenciatura), Rio de Janeiro, 1999; *Dun Ríó a outro: a emigración galega a Río de Xaneiro*, Santa Comba, 3C3, 2006; *A emigración galega ao Brasil: unha historia descoñecida*, Santiago de Compostela, Fundación Soutelo Blanco (no prelo).

MARIA JOSÉ FERRARIA

Professora do ensino básico e secundário. Investigadora do CEPES.

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais relevantes: “Da tradição musical portuense: Ciríaco de Cardoso – Notas biográficas”, in *População e Sociedade*, n.º 5, Porto, CEPES, 1999; *Percursos burgueses na cidade do Porto (1910-1926)*, dissertação de mestrado, Porto, 2000, texto policopiado; “A indústria têxtil no distrito de Bragança – 1850”, in *Brigantia*, vol. XXI, n.º 1/2, Jan.-Jun. 2002 (em colaboração com Fernando de Sousa); “A emigração do distrito do Porto para o Brasil (1880-1882)”, in MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando (Orgs.) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*, Rio de Janeiro, Muiraquitã, 2006.

PAULO AMORIM

Professor assistente da Universidade Lusíada do Porto. Investigador do CEPES.

Licenciado e mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto.

Publicações mais relevantes: “A extinção das funções públicas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1852)”, in *População e Sociedade*, n.º 9, Porto, CEPES, 2002 (em colaboração com Fernando de Sousa); “Os fundos documentais da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro nos Arquivos do Rio de Janeiro”, in *População e Sociedade*, n.º 10, Porto, CEPES, 2003; *Dicionário de Relações Internacionais* (direcção de Fernando de Sousa), Porto, Edições Afrontamento, 2005; *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, CEPES, Porto, 2006.

JOAQUIM LOUREIRO DOS SANTOS

Professor do ensino básico e secundário. Investigador do CEPES.

Licenciado e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

HENRIQUE RODRIGUES

Professor adjunto e coordenador do departamento de Ciências Sociais e Humanas da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo. Investigador do CEPES.

Licenciado, mestre e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Autor de diversos livros e artigos, entre os quais: “Emigração de Expostos, Órfãos e Filhos Ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil”, separata de *Expostos e Ilegítimos na Realidade*

Íberica do Século XVI ao presente, Porto, Edições Afrontamento, 1997; “Alfabetização/Escolarização no Contexto da Emigração para o Brasil no Século XIX”, in *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil. 1500-1970*, vol II, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998; *Alto-Minho no século XIX, contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*, Porto, Faculdade de Letras (dissertação de doutoramento), 2003.

MARIA DA GRAÇA LOPES FERNANDES MARTINS

Directora académica do ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mestre e doutoranda em História pela Faculdade de Letras do Porto.

Publicações recentes incluem “A Delimitação da Linha de Fronteira entre Trás-os-Montes e Castela-Leão em 1901”, in *Actas do II Encontro Internacional Relações Portugal-Espanha, “Uma História Paralela, Um Destino Comum”*, CEPESE e Fundação Rei Afonso Henriques, Série Monografia y Estudos, Porto, 2002; “O Contrabando de Cereais na Fronteira Transmontana, através da Correspondência Expedida do Governo Civil de Bragança (1840-1850): Reprimir e Prevenir”, *Brigantia, Revista de Cultura*, Volume XXIII, n.º 1-2, Bragança, 2003; “O Rio Douro na Correspondência Oitocentista do Governo Civil de Bragança”, *Revista Cultural DOMUS*, n.º 11/12, Bragança, 2004.

MARIA APARECIDA FRANCO PEREIRA

Professora auxiliar da Universidade Católica de Santos.

Licenciada em Pedagogia e História, pela Universidade Católica de Santos, e em Filosofia, pelo Centro Universitário Assunção, São Paulo. Mestre em História Económica e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

Participa com vários artigos na revista *Leopoldianum*, da UNISANTOS, e na revista *Lúmen*, do Centro Universitário Assunção. Publicou os seguintes trabalhos: *Santos nos caminhos da educação popular (1870-1920)*, São Paulo, Edições Loyola, 1996; *História da mulher na história* (coord. e co-autoria), Santos, Leopoldianum, 1997; *Santos, História & Café* (coord. e co-autoria), Santos, Leopoldianum, 1998.

MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO

Professora do curso de História da Universidade Católica de Santos.

Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Santos. Mestre em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Obras publicadas: “O Café e a Imigração em Santos”, in *Santos, Café e História*, Santos, Leopoldianum, 1995; “Santos e a Imigração: um estudo de perfis femininos lusos”, in *História da Mulher na História*, Santos, Leopoldianum, 1997.

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do CNPq. Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorada na Université Lumière Lyon 2, França.

Entre as suas publicações mais recentes destacam-se: *Trama e Poder*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 2003; *Melodia e Sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1999; *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana nos anos 50*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005; *O imaginário em debate*, São Paulo, Olho d'água, 2002; *Por uma história das mulheres*, Bauru, EDUSC, 2003; *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*, São Paulo, Nacional, 2003; *Sonhos e Identidades*, São Paulo, EDUSC, 2004; *Âncora de Emoções*, Bauru, EDUSC, 2005; *Gênero e Terceiro Setor*, São Paulo, Catavento, 2005.

BRASILINA ASSUNÇÃO PEREIRA DA SILVA

Professora do ensino básico. Licenciada em Animação Sociocultural (Educação, Museologia e Gestão) pela Escola Superior de Educação de Viseu.

Publicações recentes: *A Lapa: a Terra, o Homem, a Cultura: reflexão histórico-antropológica*, Viseu, Santuário da Lapa, 2002; "Terras do Demo: comer e beber como acto de cultura", in *Cooperativa Agrícola do Távora: 1955-2005*, 2005.

ZEILA DE BRITO FABRI DEMARTINI

Professora da Universidade Metodista de São Paulo. Directora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Licenciada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Publicações recentes: "Pesquisa no campo educacional: dos documentos aos relatos orais", *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, vol. 2, n.º 1, 2006; "Immigration in Brazil: The Insertion of Different Groups", *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, vol. 4, 2006; "Reconstruindo identidades múltiplas: imigrantes portugueses e luso-africanos em São Paulo", *Athenea Digital*, vol. 10, 2006; "Memórias na Educação", in *Educação & linguagem*, vol. 8, n.º 11, 2005; *Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa, Pro-posições*, vol. 15, n.º 3 (45), 2004; "Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo", *História oral*, n.º 7, 2004.

PAULA MARQUES DOS SANTOS

Professora auxiliar na Universidade Lusíada do Porto e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. Investigadora do CEPESSE.

Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto e doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: "The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) – the relationship between the two national experiences of the Estado Novo", in *e-journal of portuguese history*, http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/, vol. 4, n.º 2, 2006; "A emigração do distrito de Viseu para o Brasil – as principais fontes documentais", in *Portugueses no Brasil: migrantes em dois actos*, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2006; *Os Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira. 77 anos de história* (co-autora com Fernando de Sousa), S. João da Madeira, Câmara Municipal de São João da Madeira, 2005; "Uma nova Globalização – a emergência das questões sociais", in *Revista de Relações Internacionais*, Universidade Lusíada do Porto, vol. 5, 2004.

JENIFER FERREIRA

Professora do ensino básico. Licenciada em Ensino Básico (1.º ciclo) pelo Instituto Superior de Ciências Educativas de Mangualde.

TERESA CIRNE

Técnica superior de arquivo no Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia. Investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ANDRÉA TELO DA CORTE

Professora concursada da Rede Pública de Ensino. Pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Licenciada e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

Publicações recentes: “Imigração e História Oral: Algumas Observações” in Martins, Ismênia de Lima (org.), *História: Estratégias de Pesquisa*, Ijuí, Ed. Unijuí, 2001; “Não há gente como a gente breve perfil dos imigrantes madeirenses em Niterói. 1930-1990”, Revista *Convergência Lusíada*, RJ, RGPL, 2002; “Emigração: sugestões para uma nova abordagem do conceito” in *Livro de Resumo do XXI Simpósio Nacional de História*, Niterói, ANPUH, UFF, 2001; “Emigração e História oral: a emigração do ponto de vista do imigrante”, in *Livro de Resumo do XXI Simpósio Nacional de História*, Niterói, ANPUH, UFF, 2001; “O Cotidiano das Imigrantes Madeirenses em Niterói – 1930-1990: Trabalho e Casamento”, in *Caderno de Programação e Resumos do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, ANPUH, Universidade Federal da Paraíba, 2003.

MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO

Professora do ensino básico e secundário. Investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: *S. Gonçalo de Mosteiro – Subsídios Monográficos*, Vila do Conde, 2000; *José Régio. Correspondência familiar: Cartas a seu irmão Apolinário*, Vila do Conde, 2001; *Associação de Socorros Mútuos em Modivas*, Vila do Conde, 2002; *In Memoriam do Dr. Serafim Lima – Centenário do Nascimento, 1902-2002*, Vila do Conde, 2002; *26 de Março 2005 – Sinopse Histórica do Dia de Vila do Conde*, Vila do Conde, 2005.

ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS

Paleógrafo. Investigador do CEPESE.

Publicações recentes: *Eça de Queiroz – Vila do Conde Terra do Nosso Berço*, Vila do Conde, 2000; “Igreja Matriz de Vila do Conde – Meio Milénio de História”, *O Tripeiro*, n.º 1 Janeiro/2003; “Júlio/Saúl Dias – Pintor e Poeta do Belo e da Vida”, *O Tripeiro*, n.º 2, Fevereiro/2003; “Vila do Conde comemora 1050 anos de vida”, *O Tripeiro*, n.º 3, Março/2003; “A ‘Casa da História’ de Vila do Conde”, *O Tripeiro*, n.º 6, Junho/2004; “Eça de Queirós. A contínua infelicidade”, *O Tripeiro*, n.º 2, Fevereiro/2005.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutora em História pela Universidade Portucalense. Investigadora do CEPESÉ.

Os trabalhos publicados mais recentes incluem: “Registo escrito do discurso parlamentar – uma (re)construção”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006; e “Um Exército em mudança (1851-1910)”, in *O Homem, o Uniforme e a Arma. Catálogo da Exposição*, Porto, Museu Militar do Porto, 2006

MARIA XAVIER VILLAS BÔAS

Investigadora no CIES/ISCTE. Coordenadora de programação na Casa da América Latina em Lisboa.

Licenciada em Sociologia e Política (PUC - Rio de Janeiro) e mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação (ISCTE).

Últimas publicações: *Redescobrimo o Brasil: processos identitários de brasileiros em Portugal*, dissertação de mestrado, ACIME, 2007; “Brasileiros em Portugal: identidades e integração”, *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n.ºs 8-9, 2006; “Tensões e dificuldades no ciclo migratório de brasileiros em Portugal”, in *Actas da VI Reunião de Antropologia do Mercosul (GT51)*, 2005.

BEATRIZ PADILLA

Professora no Instituto Superior de Gestão e investigadora sénior no CIES-ISCTE.

Licenciada em Administração Política e Ciências Políticas pela Universidade de Cuyo, Argentina. Doutorada em Sociologia pela Universidade de Illinois at Urbana-Champaign and Master em Políticas Públicas pela Universidade de Texas at Austin.

Publicações recentes: “A imigração brasileira no feminino – características, estigmas e formas de inserção – Brazilian female immigration: characteristics, stigmas and ways of insertion”, in *A Imigração Brasileira a Portugal – Brazilian Immigration in Portugal*, in ACIME, Lisboa, 2007; “Brazilian Migration to Portugal: Social Networks and Ethnic Solidarity”, CIES-ISCTE working paper n.º 12, 2006; “Le reti sociali dei brasiliani recentemente arrivati in Portogallo: solidarietà etnica o empatia etnica?” in M. Ambrosini, L. Queriolo Palmas, *I latinos alla scoperta dell'Europa. Nuove Migrazioni e spazi della cittadinanza*, Franco Angeli, Milano, 2005.

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Professor do curso de História da Universidade Gama Filho e técnico superior no Arquivo Nacional do Brasil.

Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

Actualmente é vice-presidente do Comité de Normas Profissionais e Boas Práticas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/Unesco) e presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos.

MIGUEL MONTEIRO

Professor Adjunto na Escola Superior de Educação de Fafe. Investigador do NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade, da Universidade do Minho. Coordenador e director do Museu da Emigração: Comunidades e Luso-Descendentes.

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História pela Universidade do Minho. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: “*O Público e o Privado*”, in *O Brasileiro de Torna Viagem*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000; *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” (1834-1926)*, Fafe, Ed. autor, 2000; “Representações materiais do «Brasileiro» e construção simbólica do retorno”, *Camões*, número 11, Outubro-Dezembro de 2000; *Visita Guiada a Fafe – Sugestões para um olhar*, Fafe, Junta de Freguesia de Fafe, 2004; “Emigração para o Brasil (1834-1926): os números e autobiografia - sair, viver e regressar na primeira pessoa”, in *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

MARIA BEATRIZ DA ROCHA-TRINDADE

Professora catedrática da Universidade Aberta. Coordenadora Científica do Centro do Centro de Investigação do Museu da Emigração.

Doutorada pela Universidade de Paris V (Sorbonne) e Agregada pela Universidade Nova de Lisboa (FCSH).

Introdutora em Portugal do ensino da Sociologia das Migrações e autora de várias publicações neste campo, entre os quais se destacam: *Sociologia das migrações*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995; *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Inst. Port. de Ensino à Distância, Lisboa, 1984 (em colaboração com Jorge Arroiteia); *A Emigração*, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa 1986; “Espaços de herança cultural portuguesa – gentes, factos, políticas”, *Análise Social* 100 (24), 1988; “A presença dos ausentes”, *Sociedade e Território* n.º 8, 1989.

s

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

Professora associada no departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vice-presidente do CEPESE e directora da revista *População e Sociedade*.

Licenciada, mestre e doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: “Entre Portugal e Brasil: Ficções e Realidades”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição*, Lisboa, C.N.C.D.P., 2000; “Os Brasileiros Notáveis e... os Outros”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição*, Lisboa, C.N.C.D.P., 2000; “Relações entre Portugal e Espanha na Época Contemporânea. Ponto da situação historiográfica”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, FLUP, vol. 4, 2003; “Ocidente – Imagens e Fronteiras da Europa e da Cultura Ocidental (1938-1948)”, in *Ideias de Europa: que Fronteiras?*, (coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Quarteto Editora, 2004; “Imprensa e Regionalismo em Bragança. Do Liberalismo aos Alvores do Estado Novo”, in *O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora*, Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2005.

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

Professora auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho e membro do Núcleo de Estudos Históricos da mesma universidade.

Licenciada em Ensino de História e Ciências Sociais, mestre em História das Populações e doutora em História Social.

Publicações recentes: “Hospitais Reais”, in Capela, José Viriato (coord.), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758*. Alto Minho: *Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho 2005; “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social*. Actas do *Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, Universidade do Minho, 2002.

FRANCISCO KNOPFLI

Conselheiro da Universidade Técnica de Lisboa, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Ex-embaixador de Portugal em Brasília.

Publicações recentes: “Um relance sobre as relações diplomáticas Portugal-Brasil no V centenário da descoberta do Brasil”, in *Revista Internacional da Língua Portuguesa*, 2000; “A aliança lusófona”, in *Brasil e Portugal, 500 anos de enlaces e desenlaces*. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura, 2001; “A América Latina face ao factor terrorista actual. O caso do Brasil em Portugal”, in *Lusíada. Relações Internacionais*, n.º 5, 2004; *As políticas exteriores de Brasil e Portugal* (coordenação), Lisboa, ISCSP, 2004.

RESUMOS / ABSTRACTS

RESUMOS

FERNANDO DE SOUSA

A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil

A emigração portuguesa para o Brasil na época contemporânea, mais concretamente nos séculos XIX e XX, embora objecto de numerosos trabalhos científicos, constitui um tema em aberto, a obrigar ainda, por vários anos, a uma longa pesquisa. Face ao conhecimento directo que temos das fontes históricas ligadas à emigração, quer em Portugal, quer no Brasil, o Projecto do CEPES, designado por *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, avaliado, aprovado e apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, pretende dar um contributo indispensável e, em boa parte, definitivo para o conhecimento deste fenómeno. É este Projecto que damos agora a conhecer, apresentando o que já foi feito até agora e o que pretendemos concretizar até ao seu término.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização

Colonização e emigração representam dois fenómenos essenciais à compreensão do processo histórico vivenciado pela humanidade no século XIX, e constituem duas faces de um mesmo movimento que tem suas raízes profundamente fincadas no terreno fértil da industrialização dos países europeus. No fundo, todos os motivos elencados pelos historiadores e demógrafos no afã de explicar os dois movimentos têm um substrato comum, em sua dimensão econômica (a expansão industrial e a concentração do capital); social (o crescimento demográfico e a marginalização social); política (o elã nacionalista e a insurgência revolucionária); ideológica (em bate entre as correntes do liberalismo, tradicionalismo e socialismo); e, até mesmo, no nível científico e cultural (teóricas racistas e atração do ignoto). Os Impérios coloniais constituídos na modernidade são o fruto da expansão comercial e marítima, que resulta da crise de crescimento inserida na transição da sociedade feudal à capitalista. Outra é a natureza dos movimentos populacionais do século XIX, sobretudo considerados a partir dos anos 1870, momento em que o capitalismo alcança sua maturidade ao celebrar a supremacia financeira em relação a todas as demais formas de acumulação, instaurando a fase que os intérpretes clássicos cognominaram por imperialismo.

MIRIAM HALPERN PEREIRA

A emigração portuguesa para o Brasil e a geoestratégia do desenvolvimento euro-americano

Múltiplas e diversificadas abordagens regionais e locais contribuíram nestes últimos anos para uma análise mais rigorosa das várias facetas da emigração, esclarecendo vertentes funda-

mentais, imperceptíveis nas fontes de âmbito nacional. Os movimentos migratórios são um processo global, cujas interações estão longe de estar suficientemente estudadas. Tem-me preocupado ultimamente o facto de após se ter investido em estudos muito aprofundados, fundamentais e renovadores, com frequência não se regressar à uma perspectiva global enriquecida pelas pesquisas sectoriais. Essa visão de conjunto e a resposta às grandes questões tem ficado demasiadas vezes entregue apenas à divulgação mediática. Na ênfase que cada país ou região do mundo dá à parcela do movimento migratório em que se esteve ou continua envolvido, com frequência tem sido esquecido esse contexto da globalização das correntes migratórias e a sua inserção na geoestratégia do desenvolvimento intercontinental. São três as questões abordadas: a razão da cronologia da emigração em direcção às Américas, a composição europeia dominante e as redes de emigração.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista

Das inovações político-institucionais que o constitucionalismo oitocentista nos oferece, a Câmara dos Deputados é talvez a instância que, do ponto de vista do debate de ideias e confronto de opiniões, se nos afigura como um dos mais importantes palcos da vida política de então. Nestes tempos de mudança e de construção de um novo modelo político e social, a Câmara dos Deputados, para além da estrita função legislativa e fiscalizadora dos governos e da administração, emergia também como um importante fórum de debate político, a par de uma imprensa periódica aguerrida que, nesta época, acolhia nas suas redacções os mesmos protagonistas da tribuna parlamentar. A consciência da riqueza desta fonte esteve, pois, na origem da análise que empreendemos, através da qual procurámos auscultar a permeabilidade dos discursos parlamentares relativamente a um dos mais importantes temas de Oitocentos, como foi o da emigração para o Brasil.

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

Relações e registos sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes

Pretende-se trabalhar os principais fundos e coleções documentais relativos à temática sob a guarda do Arquivo Nacional. Destacar-se-á particularmente as relações de passageiros dos vapores e os registos de imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores, do último quartel do século XIX às vésperas da 1.^a guerra mundial. Objectiva-se sistematizar o conhecimento da fonte, visando a elaboração de uma base de dados, que contemple as informações detalhadas no projeto Portal Autonomo na internet proposto pelo Cepese: (nome, naturalidade, estado civil, profissão, acompanhantes, destino no Brasil, idade, sexo e nível de alfabetização).

BEATRIZ KUSHNIR

Traços da imigração portuguesa no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em Março de 1808, acontecem uma série de transformações na vida da cidade. De entre as medidas de natureza económica criadas por D.

João VI, destaca-se a cobrança da Décima Urbana. A criação de mais um imposto que agora gravava os imóveis situados na urbe tinha a intenção de arrecadar recursos para atender aos gastos da nova sede da monarquia portuguesa. Esta fonte – os 1536 Livros de Lançamento de Imposto Predial (IPTU) – forma um conjunto documental, em depósito no Arquivo Geral da Cidade, que permite refletir não só o panorama da criação da Décima Urbana, como traçar os caminhos da construção civil na Cidade, entre os anos de 1808 e 1938. Será possível demarcar a velha tessitura da cidade e os agentes sociais envolvidos na sua produção, como também, a história urbana do período, quem eram os proprietários, as dimensões das chácaras e das casas erguidas no perímetro urbano, os loteamentos realizados, as ruas abertas, etc.

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida

A imigração de massa iniciada nos anos 1870 e adensada nos 1890 representou, no Rio de Janeiro, a consolidação da presença portuguesa na cidade, com a consagração dos fluxos orientados do norte de Portugal. Esses fluxos acompanharam os capítulos finais do processo de transição para o trabalho livre e a expressiva urbanização que resultou do desenvolvimento da lavoura cafeeira. Dedicados ao comércio varejista, os imigrantes portugueses acompanharam a expansão da malha urbana, podendo ser localizados nas diversas freguesias sub-urbanas. Utilizando os resultados dos censos de 1890 e 1920 como fontes privilegiadas, o trabalho pretende não só mapear a presença portuguesa nos diversos rincões do espaço urbano quanto discutir como esta presença se fez marcante em determinados setores do mercado de trabalho da cidade.

GLADYS SABINA RIBEIRO

O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal do Rio de Janeiro (1890-1930)

Em finais do século XIX e início do XX, o Brasil foi pólo de atração de imigrantes. Em especial, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro acolheram estas levas de estrangeiros pela riqueza de suas vidas política, cultural, social e econômica. As diferentes correntes migratórias de São Paulo atraíram estudiosos, mas poucos se interessaram pela pesquisa sobre imigração para o Rio de Janeiro, sobretudo porque a maior leva migratória foi de lusitanos, cuja presença foi naturalizada pela nossa colonização. Nos limites deste artigo, mostraremos como aspectos da vida do imigrante português podem ser abordados a partir dos processos que dispomos no Arquivo da Justiça Federal – 2.^a Seção, situado no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro.

CHARLESTON JOSÉ DE SOUSA ASSIS / LEILA MENEZES DUARTE

Imigração portuguesa e conflito urbano: portugueses detidos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro (1880-1930)

O final do século XIX e início do XX, período de maior concentração da imigração portuguesa no Brasil independente, caracterizou-se por crescentes conflitos urbanos envolvendo por-

tugueses, originando a prisão dos implicados na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, cujos livros de registros fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Esses códices são uma fonte privilegiada para o estudo das relações do imigrante português com a população do Rio de Janeiro, da identidade desse grupo de imigrantes e de seu cotidiano na capital do Brasil. Sobrevivendo com dificuldades a uma dura vida de trabalhadores, esses imigrantes muitas vezes entregavam-se ao alcoolismo e mesmo ao crime, como forma de escapar da perversidade de seu cotidiano e das condições injustas às quais eram submetidos por seus patrões e pelo próprio governo, transformando-se facilmente em alvo da polícia.

JORGE CARVALHO ARROTEIA / REGINA LUCIA REIS DE SÁ BRITTO FISS

Traços da comunidade portuguesa em Pelotas

As semelhanças de natureza geográfica entre a região lagunar de Aveiro e Pelotas justificam a preferência da emigração portuguesa para esta área do território sul brasileiro, em particular por emigrantes oriundos da região aveirense. Os testemunhos desta presença são comprovados quer pelo elevado número de emigrantes daqui naturais quer pelos diversos testemunhos: doçaria, nomes de ruas e de estabelecimentos comerciais, que evocam esta terra. Os elementos recolhidos junto da população de origem portuguesa residente em Pelotas atestam a antiguidade desta emigração e a sua mobilidade social favorecida através da frequência escolar e do sucesso nos negócios, em especial no comércio e indústria. Tal facto tem sido geralmente acompanhado por uma grande dedicação em prol de actividades associativas orientadas para a vida da comunidade local. Estes testemunhos mostram que o envolvimento dos portugueses mais idosos e dos luso-descendentes em actividades de natureza social, cultural, desportiva e outras, é um sinal da afirmação do seu estatuto como cidadãos empenhados na participação cívica e política da sociedade onde residem.

ÉRICA SARMIENTO DA SILVA

Pelos logradouros cariocas: uma perspectiva da imigração galega no Rio de Janeiro

Os estudos que serão apresentados pretendem preencher um pequeno espaço que insiste em manter-se vazio dentro da historiografia da emigração: os estudos relacionados com a emigração galega para o Rio de Janeiro. Terceiro grupo em importância migratória nessa cidade brasileira, as características dessa emigração e suas influências na sociedade carioca ainda não foram suficientemente estudadas. Através do intercâmbio entre fontes quantitativas (matrículas do Hospital Español, inscrições consulares), fontes nominativas (censos galegos e cariocas) e qualitativas (imprensa, entrevistas, actas de associações, processos de expulsão de estrangeiros) encontramos as primeiras informações substanciais sobre os galegos que emigraram para o Rio de Janeiro desde a segunda metade do século XIX até à década de 30 do século passado. Pela sua semelhança linguística e cultural e também devido às migrações interpeninsulares do século XVIII e XIX dos galegos às cidades lusitanas, a emigração galega pioneira quase foi, por assim dizer, um prolongamento da corrente portuguesa para o Brasil.

MARIA JOSÉ FERRARIA / PAULO AMORIM**A emigração para o Brasil através dos livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1890)**

Esta comunicação baseia-se na análise documental que há mais de um ano temos vindo a desenvolver através do levantamento sistemático dos *Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do Porto* (1880-1890) depositados no Arquivo Distrital do Porto. Incidimos, neste momento, as nossas atenções sobre o volume dos efectivos migratórios que saíram do Porto para o Brasil, no período em questão: sua distribuição por sexos, estado civil, grupos etários; sua naturalidade; a classificação socioprofissional; e a respectiva entrada no Brasil pelos diferentes portos.

JOAQUIM LOUREIRO DOS SANTOS**A emigração do distrito do Porto para o Brasil no ano de 1947**

O trabalho que agora se apresenta pretende mostrar algumas particularidades da emigração portuguesa do norte de Portugal para o Brasil, no ano de 1947, tendo por base a análise dos livros de registo da emissão de passaportes emanados pelo Governo Civil do Porto ao longo daquele ano, e que fazem parte do espólio do Arquivo Distrital do Porto. Além da caracterização possível dos emigrantes nacionais que na época rumavam ao Brasil, feita a partir do levantamento da diferenciação sexual, idade, estado civil, profissão e acompanhantes, também se procura demonstrar como a publicação do Decreto-Lei n.º 36 199, de 29 de Março de 1947, que suspende a emigração portuguesa, condicionou o fluxo emigratório ao longo daquele ano.

HENRIQUE RODRIGUES**A emigração de elites do Noroeste de Portugal no século XIX**

No contexto de um movimento de cerca de 34 000 emissões de licenças de viagem, emitidas em Viana do Castelo, no século XIX, encontramos perto de dois milhares e meio de indivíduos oriundos de quadros sócio-profissionais e culturais destacados. Este conjunto abarca os emigrantes no exercício de actividades valorizadas socialmente e através das quais a progressão na pirâmide social era mais fácil, devido às capacidades para auferirem rendimentos financeiros de grande valor, tendo alguns atingido o estatuto de capitalista. Para mais facilmente estruturarmos esta abordagem, organizámos os quadros em três corpos, sendo o primeiro composto por negociantes, comerciantes, capitalistas, empreiteiros, industriais, armadores, ourives e relojoeiros; o segundo grupo, a que convencionamos atribuir a classificação de quadros superiores, devido à formação académica de tais indivíduos, é constituído por padres, escreventes, farmacêuticos, engenheiros, bacharéis, guarda-livros e médicos; o terceiro grupo corresponde aos classificados como proprietários.

MARIA DA GRAÇA LOPES FERNANDES MARTINS

A emigração do nordeste trasmontano para o Brasil no início do século XX

É objectivo desta intervenção apresentar dados quantitativos inerentes à problemática dos destinos dos emigrantes trasmontanos, no período compreendido entre 1901 e 1920, primeiro grande período de emigração do século XX português, ao qual o precedente século XIX também não tinha ficado alheio. O ano de 1901 marca também o início das primeiras publicações estatísticas oficiais impressas, em Portugal, sobre emigração, que integram o leque de fontes onde se baseou este estudo. Quisemos trazer, aqui, uma micro-realidade, integrada no fenómeno nacional emigratório, associada a alguns aspectos pertinentes para o enquadramento destes emigrantes nos destinos eleitos e, especialmente, para o destino brasileiro, já que muitas variáveis lhe estão sujeitas, como localidades de origem, sexo, idade, profissões, níveis de alfabetização, causas da partida, as consequências demográficas, económicas, sociais, e políticas associadas a este fenómeno.

MARIA APARECIDA FRANCO PEREIRA / MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO

Fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos

O presente trabalho teve por objetivo a pesquisa de fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos. Os portugueses que imigraram a partir de fins do século XIX têm importância na vida da cidade santista, principalmente pela participação na composição da população, na vida económica e social e na difusão das tradições portuguesas. Vários tipos de fontes foram levantados, a partir da visitação principalmente nas inúmeras instituições lusas presentes ainda hoje na cidade.

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação

A imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, diferentes levas de imigração, alguns que vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns que chegaram no início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a Primeira Grande Guerra e também os que vieram devido as tensões durante o governo de Salazar. Assim, apesar de disperso resta um amplo mosaico de documentos sobre as múltiplas experiências de imigração portuguesa. Nesta comunicação será focalizado o potencial da documentação existente e já organizada na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

BRASILINA ASSUNÇÃO PEREIRA DA SILVA

Cartas de chamada: a emigração para o Brasil no concelho de Sernancelhe (1900-1920)

Foi no concelho beirão de Sernancelhe que, no quadro de uma peculiar investigação, situamos os episódios de emigração para o Brasil que, entre 1900 e 1920, produziram esses impressionantes testemunhos de sociabilidade que são as Cartas de Chamada. Os 90 documentos de que

extraímos hoje, decerto, uma parcelar lição acerca da compreensão, ao tempo, da família nuclear, carece, para entendimento daquilo que pretendemos aduzir, de duas breves notas que caracterizem, em simultâneo, a sua geografia física e humana.

ZEILA DE BRITO FABRI DEMARTINI

Imigrantes portugueses em São Paulo e a educação em Portugal nos inícios do século XX

Focalizamos nossa atenção na imigração portuguesa, ainda pouco estudada no contexto metropolitano de São Paulo, visando apreender as representações de integrantes de famílias de imigrantes sobre seus cotidianos, as vivências e estratégias que desenvolveram no contexto da pluralidade de grupos sociais e das transformações ocorrentes nesta cidade; também conhecer as instituições ligadas aos mesmos, sua estrutura e funcionamento. Tratamos de modo especial das relações estabelecidas no campo educacional, evidenciando como havia simultaneamente uma preocupação dos imigrantes com a melhoria da educação em Portugal, assim como uma inserção no campo educacional paulista.

PAULA MARQUES DOS SANTOS / JENIFER FERREIRA

A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas Guerras Mundiais (1918-1940)

A emigração portuguesa para o Brasil constitui um dos principais elementos na continuidade da ligação estreita entre os dois países lusófonos. De facto, o elemento humano permitiu nos dois últimos séculos, não só a manutenção do diálogo luso-brasileiro, mas também da continuidade da especificidade lusófona no mundo. O período entre as duas Guerras Mundiais tem características específicas que se reflectem, quer no número de cidadãos que partem (essencialmente de Portugal em direcção ao Brasil), quer nas suas características socioeconómicas, bem como nas formas que permitem esses movimentos migratórios. Também no distrito de Viseu assistimos à transformação desses parâmetros dos cidadãos que são autorizados a emigrar. Neste artigo procuramos apresentar fundamentada e pormenorizadamente quais as principais características da comunidade local que vai para o estrangeiro, procurando estabelecer tipologias genéricas.

TERESA CIRNE

A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia no século XIX

Esta comunicação baseia-se no estudo detalhado do movimento emigratório legal ocorrido entre 1834 e 1900, relativamente ao concelho de Vila Nova de Gaia. Desta forma, procurou-se apurar não a totalidade dos titulares de passaporte que embarcaram pela barra do Douro, mas o conjunto dos naturais ou domiciliados naquele espaço concelhio que obtiveram passaporte no Governo Civil do Porto, quer saíssem pela barra desta cidade, quer por outro lugar. Tivemos por finalidade contextualizar o movimento emigratório do concelho de Gaia no panorama nacional e compreender as diversas manifestações arquitectónicas, económicas, políticas e sociais produzidas pelos brasileiros gaianos naquele espaço geográfico.

ANDRÉA TELO DA CORTE

Contribuição para o estudo da imigração subsidiada para o Brasil

Este trabalho pretende estabelecer uma comparação entre o contingente de imigrantes de um navio de carreira e de um navio contratados, especificamente para tal fim. A análise contemplará as informações detalhadas no projeto Portal Autonomo na internet proposto pelo Cepese: nome, naturalidade, estado civil, profissão, acompanhantes, destino no Brasil, idade, sexo e nível de alfabetização.

ADELINA PILOTO / ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS

A emigração de Vila do Conde para o Brasil (1860-1875)

O valioso e avultado acervo documental do AHMVC integra no fundo da Administração do Concelho 27 livros de Termos de responsabilidade e fiança, que se espraiam temporalmente desde 1865 até 1912. Na impossibilidade de apresentarmos a corrente migratória numa perspectiva global, optamos por analisar detalhadamente o movimento migratório durante uma década (1865-1875), nas trinta freguesias que formam o concelho de Vila do Conde. O estudo desenvolvido permitiu-nos obter uma variedade informativa do emigrante, tal como: nome, idade, data de embarque, nome do fiador, destino da viagem, a pessoa a quem ia recomendado e, mesmo nalguns casos, quem assumia o pagamento da viagem, o grau de parentesco das pessoas envolvidas e outros pormenores pessoais.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX

Entre outros problemas com os quais o regime liberal se teve de confrontar na segunda metade do século XIX, a emigração para o Brasil, assumiu especial relevância. A falta de mão-de-obra nos campos do norte do país e a falta de homens para o Exército colocavam essa questão no centro de um debate protagonizado sobretudo pelos deputados com assento na Câmara Alta do Parlamento e pelos articulistas que escreviam na imprensa. Ao se procurarem as razões para um fluxo migratório cada vez mais forte, quase todos os olhares convergiram para o recrutamento e o serviço militar. Como procuraremos demonstrar no nosso estudo isso será apenas uma meia verdade, a que os historiadores deverão, hoje, estar mais atentos.

MARIA XAVIER VILLAS BÔAS / BEATRIZ PADILLA

Rumo ao Sul: emigrantes portugueses no Sul do Brasil

Este artigo pretende dar visibilidade aos portugueses do Sul do Brasil, contribuindo para o conhecimento sobre razões de saída, escolhas do destino, inserções e percursos, sem esquecer o lado íntimo da imigração, também explorado por nós em campo, e que toca a sentimentos de pertença ou distinção, típicos da circunstância migratória. Propomos, consoante as vagas, três perfis deste emigrante a partir da segunda metade do século XX.

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro no início do século XX

Os estudos sobre os locais de residência e trabalho dos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro demarcam sua inscrição no espaço urbano, vinculando-os a determinados bairros e possibilitando perceber sua expansão a par da mobilidade social do grupo. O presente trabalho relaciona um conjunto de sedes de associações beneficentes, de auxílio mútuo, culturais, recreativas ou políticas portuguesas no início do séc. XX. A localização dessas instituições em espaços nobres da cidade, assim como suas configurações arquitetônicas esmeradas e monumentais são analisadas como estratégias desse grupo nacional para alcançar maior visibilidade no todo social em que se insere.

MIGUEL MONTEIRO / MARIA BEATRIZ DA ROCHA-TRINDADE

Emigração e Retorno: imagens cruzadas num Webmuseu e o papel da tecnociência no caso de www.museu-emigrantes.org

A história econômica, social e cultural, associada às migrações, constitui hoje uma das mais amplas formas de conhecimento do ser humano. A amplitude, riqueza e particularidades do fenômeno, decorrentes da dimensão quantitativa das movimentações humanas e da qualitativa que é visível nas biografias, bem como no que é a história particular de caráter local e regional, constitui uma das centralidades mais vincadas da inquietação científica dos nossos dias, nas quais se inscreveram as expressões maiores da vivência humana. Os museus, a ciência e as novas tecnologias permitem hoje novas abordagens ao fenômeno das migrações, ampliando a articulação entre os métodos e procedimentos, nomeadamente pela aplicação das novas tecnologias ao permitirem trabalhar grande volume de informações e das que se inscrevem no domínio da comunicação, em particular da web, e que dão sentido à perspectiva Web (WebMuseu) no *Museu da Emigração: Comunidades e Luso-Descendentes*.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

O Brasileiro no teatro musicado português – duas operetas paradigmáticas

Este estudo analisa duas operetas escritas no Porto e de assinalável sucesso popular – *O Brasileiro Pancrácio* (1893) e *Os Poveiros* (1921) – cujos protagonistas representam dois tipos de *brasileiro* de torna-viagem com inevitáveis similitudes mas de índole distinta. O primeiro persevera no estereótipo veiculado pela literatura portuguesa oitocentista: originário do Minho, humilde, com pouca instrução mas honesto, regressa rico na meia-idade após prolongado período de emigração, investindo o seu dinheiro na terra natal em benfeitorias diversas, pelo que é recompensado com os inevitáveis títulos honoríficos. A segunda personagem representa um tipo de retorno diverso: regressa ainda jovem por razões patrióticas, isto é, recusou a nacionalização brasileira que a lei exigia e prefere o repatriamento com honra mas sem dinheiro; assume foros de herói nacional que coloca o orgulho de ser português à frente de qualquer ambição material. Duas personagens de *brasileiros* distintos mas simultaneamente idênticas: ambas idolatradas no regresso a casa, uma porque representa a possibilidade de investimento e progresso, a outra porque, em tempos de crise nacional, representa a esperança na regeneração da pátria, mesmo abatida.

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO**A presença de brasileiros no Santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (séculos XVIII a XX)**

A confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave (Taíde, concelho da Póvoa de Lanhoso) conserva marcas que atestam a presença dos emigrantes portugueses no Brasil desde o século XVIII, data da sua fundação até ao século XX. Fundada em 1732, a confraria contou desde o começo com a devoção e a ajuda dos *brasileiros*, sendo, em algumas ocasiões, ajudas fundamentais para a prossecução das obras e o engrandecimento do Santuário. O envio de esmolos, o “cumprimento de promessas”, a participação financeira nos melhoramentos do templo, dos quartéis, dos calvários e a invocação da graça recebida através dos ex-votos, materializam a presença destes emigrantes e dão corpo a uma religiosidade popular que estimulava as participações dos beneméritos.

FRANCISCO KNOPFLI**As comunidades portuguesas no Brasil no presente**

Dentro de poucos anos, os portugueses no Brasil ficarão reduzidos a um número pouco significativo. Isto resulta do facto da grande maioria estar já numa faixa etária bastante elevada e de não ter havido, nas últimas décadas, fluxos regulares de emigração. Tal facto não pode prejudicar a nossa presença naquele país, estando a resposta numa lusofonia efectiva a que o espírito da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, não deverá ser estranha.

FERNANDO DE SOUSA / TERESA CIRNE**Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)**

Em trabalho já publicado, com o título *A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil*, tivemos oportunidade de chamar a atenção para os portugueses do Norte de Portugal que, entre 1805 e 1832, saíram para o Brasil, até 1822 como “passageiros”, no quadro do império colonial, e a partir de então, como emigrantes. Com este trabalho, damos agora a conhecer os nomes desses portugueses que, pelas mais variadas razões, pretenderam deslocar-se para o Brasil, a maior parte deles porque já tinha família a viver naquele território, mas também porque eram pobres e não tinham meios de subsistência em Portugal, sobretudo após as invasões francesas (1807-1811).

ABSTRACTS

FERNANDO DE SOUSA

Emigration from the North of Portugal to Brazil

Portuguese emigration to Brazil in the contemporary age, specifically in the 19th and 20th centuries, although already an object of numerous scientific works, still needs a long and deep research. In face of the direct knowledge we have regarding the historical sources referring to the emigration, both in Portugal and in Brazil, CEPESE's Project, entitled *Emigration of the North of Portugal to Brazil*, evaluated, approved and supported by FCT – the Portuguese Foundation for Science and Technology, intends to render an indispensable and, in its most part, definitive contribution for the knowledge of this phenomenon. In this work we present this Project, namely what was made so far and what we intend to materialize until its ending.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

European expansion in the 19th century: emigration and colonization

Colonization and emigration are key concepts to the understanding of the history of the 19th century. On the one hand, it is believed that both of them are part of the one and same movement rooted in the fertile land of the industrialization of the European countries. Both expressions go hand in hand in their temporal phase of highest density, but diverge in space. As historians and demographers try to deliver an explanation, it becomes clear that they have a common base following their economic dimension (industrial growth and concentration of capital); social perspective (demographic growth and marginalization); political perspective (nationalisms and revolutionary movements); in ideology (war among liberalism, traditionalism and socialism) and even in science and culture (racist theories and attraction of the incognito). Colonial empires of the modern times originated from the trade and maritime expansion, an aspect of the growth crisis in a time of transition from feudalism to capitalism. The economic rules are still being created, mercantile accumulation takes over production and the mercantile politics privileges colonial regimes. The demographic movements of the 19th century are of a different nature, especially after 1870, when capitalism celebrates its financial supremacy over all other forms of accumulation, which was to be called by classical experts "imperialism".

MIRIAM HALPERN PEREIRA

Portuguese emigration to Brazil and the geostrategy of the European-American development

Multiple and diversified regional and local approaches had contributed in the late years for a more rigorous analysis of the several aspects of the emigration, clarifying fundamental features, imperceptible in the national sources. Migratory movements are a global process, whose

interactions are far from being sufficiently studied. One of our current preoccupations is that, despite the investment in profound and fundamental studies, it is still quite frequent not to return to a global perspective enriched by the sector-based researches. This joint vision and the reply to the great questions have been too many times left only to the divulging by the media. Regarding the emphasis that each country or region of the world grants to the parcel of the migratory movement that it was or continues to be involved, it is frequently forgotten this context of the globalization of the migratory fluxes and its relation with the geostrategy of the intercontinental development. We approach three different questions: the reason of the chronology of the emigration towards Americas, the dominant European composition and the emigration networks.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

Emigration to Brazil in the parliamentary speech of the 18th century

Of the political and institutional innovations that the constitutionalism of the 19th century offered us, the House of Representatives is perhaps the instance that, from the point of view of the debate of ideas and confrontation of opinions, figures as one of the most important stages of the political life. In these times of change and construction of a new social and political model, the House of Representatives, besides the strict legislative and inspection function regarding the governments and the administration, it also emerged as an important forum for the political debate, along with an aggressive press that, at the time, received in its editorial offices the same protagonists of the parliamentary tribune. The conscience of the richness of this source was in the origin of the analysis that we now undertake, through which we looked in order to understand the permeability of the parliamentary speeches to one of the most important issues of the 19th century, the emigration for Brazil.

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

**Records and registers on Portuguese immigration in Rio de Janeiro.
A critical analysis of the sources**

This paper intends to study the main documental funds and collections at the Brazilian National Archive in Rio de Janeiro referring to the Portuguese Immigration to Brazil. We give a particular importance to the lists of the ships passengers and the records of immigrants of the Inn of Flores Island, from the last quarter of the 19th century to the eve of the First World War. Our objective is to systemize the knowledge of the source, aiming at the elaboration of a database that includes all the information regarding CEPESE's internet portal: (name, hometown, marital status, profession, escorts, destination in Brazil, age, gender and level of alphabetization).

BEATRIZ KUSHNIR

Traces of Portuguese immigration in the collection of the General Archive of the City of Rio de Janeiro

With the arrival of the Portuguese Court to Brazil, in March 1808, a series of transformations in the life of Rio de Janeiro take place. Amongst the measures of economic nature created

by D. João VI, it is especially relevant the collection of a new tax known as Urban Tithe. The creation of an extra tax over the buildings situated in the city had the intention of collecting resources to support expenses of the new headquarters of the Portuguese monarchy. This source – the 1536 books with the records of the Property Tax (IPTU) – forms a documental set, deposited in the General Archives of Rio de Janeiro, allowing not only to reflect the panorama of the creation of the Urban Tithe, but also to understand the ways of the civil construction in the city, between the years of 1808 and 1938. It will be possible to comprehend the old composition of the city and the social agents involved in the process, the urban history of the period, the landlords, the dimension of the farms and the houses erected in the urban perimeter, the division of the land, the streets meanwhile opened, etc.

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

The Portuguese presence in Rio de Janeiro according to the censuses of 1872, 1890, 1906 and 1920: from the numbers to life trajectories

The mass immigration initiated in the 1870s and increased in the 1890s represented the consolidation of the Portuguese presence in the city of Rio de Janeiro, with the establishment of the fluxes coming from the north of Portugal. These fluxes accompanied the final steps of the process of transition for a free labour market and the expressive urbanization that resulted from the development of the coffee farming. Devoted to the retail commerce, Portuguese immigrants followed the expansion of the urban mesh, spreading across the diverse suburban towns. Using the results of the censuses of 1890 and 1920 as privileged sources, this paper not only intends to map the Portuguese presence in the diverse zones of the urban space, but also to understand how relevant was this presence in some sectors of the labour market of the city.

GLADYS SABINA RIBEIRO

The Portuguese immigrant and immigration in the collection of the Federal Justice Archives in Rio de Janeiro (1890-1930)

By the ends of the 19th century and the beginnings of the 20th century, Brazil was a region of attraction for immigrants. In particular, the cities of São Paulo and Rio de Janeiro welcomed these batches of foreigners for the richness of their political, cultural, social and economic lives. The different migratory flows of São Paulo attracted researchers in the past, but few were interested in the research of the immigration to Rio de Janeiro, mainly because the greatest migratory batch was of composed of Portuguese, whose presence was already natural due to the former colonization. In this work, we will show as aspects of the life of the Portuguese immigrant can be approached from the processes that we have in the Federal Justice Archive – 2nd Section –, situated in São Cristóvão, Rio de Janeiro.

CHARLESTON JOSÉ DE SOUSA ASSIS / LEILA MENEZES DUARTE**Portuguese immigration and urban conflict: Portuguese arrested in the House of Detention of Rio de Janeiro (1880-1930)**

The end of the 19th century and the beginning of the 20th century was the period of the greater concentration of Portuguese immigration in the independent Brazil. This period was characterized by increasing urban conflicts involving Portuguese, originating the arrest of the people implicated at the Detention House of Rio de Janeiro, whose record books are part of the collection of the Public Archive of Rio de Janeiro (APERJ). These codices are a privileged source for the study of the relations of the Portuguese immigrants with the population of Rio de Janeiro, the identity of that group of immigrants and its daily lives in the Brazilian capital. Surviving with difficulties to a hardworking life, these immigrants surrendered themselves to alcoholism and crime, as a way to escape the perversity of their quotidian and the unfair conditions they were submitted to by their employers and by the government itself, becoming targets for the police.

JORGE CARVALHO ARROTEIA / REGINA LUCIA REIS DE SÁ BRITTO FISS**Traces of the Portuguese community in Pelotas**

The geographical resemblance between Aveiro and Pelotas, both located in lacustral areas, are on the basis of the preference given by Portuguese emigration to this area of the south Brazilian territory, in particular emigrants coming from the region of Aveiro. Their presence is attested by a high number of emigrants from this region as well as the heritage left, such as in recipes for sweets and names of streets and shops, evoking Aveiro. The data collected from a survey of Portuguese descendants in Pelotas show how old this emigration is and also demonstrates its social mobility to which school attending and success in business, especially in trade and industry, has contributed. Simultaneously, there has been a strong involvement in associative activities directed to the local community, which shows that the involvement of the older Portuguese and their descendants in social, cultural and sporting activities is an indication of the assertion of their status as citizens engaged in the civic and political life of the society where they live.

ÉRICA SARMIENTO DA SILVA**By the Carioca public parks: a perspective of Galician immigration in Rio de Janeiro**

The aim of this study is to fill the gap of the emigration of Galician people to Rio de Janeiro within the Spanish historiography of emigration. This group was the third most important that migrated to that Brazilian city and its influence on the natives was not studied sufficiently yet. We found the first pieces of information about the Galician who emigrated to Rio from the second half of the 19th century to the 1930s through the exchange of different sources: firstly, quantitative sources such as registrations at the "Hospital Español" and consular registrations; secondly, nominative sources such as the census of Galician people and natives; and finally, qualitative sources such as the press, interviews, certificates of ethnic associations, processes referring to the expulsion of foreigners, etc. The pioneering Galician emigrants were almost an extension of the Portuguese flow to Brazil because of their linguistic and cultural similarities and also due to the intrapeninsular migrations of the Galician people in the 18th and 19th centuries to Portuguese cities.

MARIA JOSÉ FERRARIA / PAULO AMORIM

The emigration to Brazil through the books of passports issued by the Civil Government of Porto (1880-1890)

This paper is based on the documental analysis that we have been developing for more than a year through the systematic survey of the entry-books of passports granted by the Civil Government of Porto (1880-1890) deposited in the District Archive of Porto. In this work we direct our attention to the volume of the migratory individuals leaving Porto to Brazil, in the aforementioned period; their distribution by gender, marital status and age groups; their hometowns; their social and professional classification; and their respective entrance in Brazil by means of the different available ports.

JOAQUIM LOUREIRO DOS SANTOS

The emigration of the district of Porto to Brazil in 1947

The work that now is presented intends to show some singularities of the Portuguese emigration of the north of Portugal to Brazil in the year of 1947, based on the analysis of the entry-books referring to the issuing of passports by the Civil Government of Porto in that year, and that are part of the collection of the District Archive of Porto. Besides the characterization of the national emigrants who at that time headed to Brazil, achieved by the survey of the gender differentiation, age, marital status, profession and escorts, we also attempt to demonstrate how the publishing of the Decree no. 36199, of 29 March 1947, which suspends the Portuguese emigration, conditioned the migratory flow across that year.

HENRIQUE RODRIGUES

The emigration of elites from the north-western region of Portugal during the 19th century

In the context of a movement of about 34 000 travel-permits issued in Viana do Castelo in the 19th century, we find close to two thousands and a half individuals belonging to high cultural, social and professional strata. This group comprehends emigrants with socially valued activities and through which the progression in the social pyramid was easier, due to the ability to achieve great financial incomes, some of them even reaching the statute of capitalist. In order to structure this approach, we organized this group in three distinct sets, being the first one regarding traders, businessmen, capitalists, contractors, industrials, ship-owners, jewellers and clockmakers; the second set, which we decided to attribute the classification of high-staff, due to the academic formation of such individuals, is constituted by priests, writers, clerks, engineers, bachelors, book-keepers and doctors; the third group corresponds to the ones classified as land-owners.

MARIA DA GRAÇA LOPES FERNANDES MARTINS

North-eastern Trás-os-Montes emigration to Brazil in the beginning of the 20th century

The purpose of this work is to present quantitative data inherent to the problematic of the destinations of the emigrants, in the period comprehended between 1901 and 1920, the first great period of emigration of the Portuguese 20th century, to which the preceding 19th century was also relevant. The year of 1901 also marks the beginning of the first Portuguese official printed statistical publications referring to emigration, which are part of the sources this study was based upon. We wanted to present a micro-reality, integrated in the national migratory phenomenon, associated to some pertinent aspects for the framing of these emigrants in their favoured destinations, particularly the Brazilian destination, since many variables are directly related to it, such as hometowns, gender, age, professions, alphabetization levels, causes for departure, and the demographic, economic, social and political consequences associated to this phenomenon.

MARIA APARECIDA FRANCO PEREIRA / MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO

Sources for the study of the Portuguese presence in Santos

This work has the purpose of researching study sources about the presence of the Portuguese in Santos. The Portuguese who have been immigrating since the end of the nineteenth century, have a great importance in the life of the city of Santos, mainly because of their participation in the make up of the population, in the social and financial aspects and in the spreading of Portuguese traditions. Many different sources were taken into consideration, mainly by visiting several Portuguese institutions still active in the city.

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Portuguese immigration in São Paulo: perspectives and possibilities of research

Portuguese immigration for São Paulo was a continuous process that involved multiple and diversified experiences, different batches of immigrants, some of them subsidized, the others at their own expenses. Some of the immigrants arrived in the beginning of the immigration process (in the final years of the 19th century and in the beginnings of the 20th century), others soon after the First World War and many of them during the tensions of the government of Salazar. Thus, although dispersed, a wide mosaic of documents on the multiple experiences of Portuguese immigration still remains. In this paper, we focus the potential of the existing and already organized documentation in the “Inn of the Immigrants of São Paulo”.

BRASILINA ASSUNÇÃO PEREIRA DA SILVA

Letters of calling: the emigration to Brazil in the municipality of Sernancelhe (1900-1920)

It was in the Portuguese municipality of Sernancelhe where, in the context of a peculiar research, we decided to highlight the episodes of emigration for Brazil that, between 1900 and

1920, produced these impressive testimonies of sociability known as Letters of Calling. These 90 documents are now able to teach a lesson about the understanding, at that time, of the nuclear family, together with two brief notes that enable us to characterize, simultaneously, its physical and human geography.

ZEILA DE BRITO FABRI DEMARTINI

Portuguese immigrants in São Paulo and the education in Portugal in the beginning of the 20th century

Our attention is focused on the Portuguese immigration, a subject scarcely studied in the metropolitan context of São Paulo. We aimed at apprehending the representations of the members of immigrant families about their everyday life, the experiences and strategies they have developed in the context of the plurality and transformations of social groups that occurred in this city. Besides, we intended to study the institutions related to them, their structure and way of operating. We gave a particular attention at the relationships established in the educational field, trying to demonstrate the simultaneity of their concern about the improvement in education in Portugal and their integration in the educational field of São Paulo.

PAULA MARQUES DOS SANTOS / JENIFER FERREIRA

The emigration of the district of Viseu to Brazil between the two World Wars (1918-1940)

Portuguese emigration to Brazil constitutes one of the main elements in the continuity of the close relationship between the two Portuguese-speaking countries. In fact, the human element allowed in the last two centuries, not only the maintenance of the dialogue between Portugal and Brazil, but also the continuity of the lusophony specificity in the world. The period between the two World Wars has specific characteristics that reflect the number of citizens who leave (essentially from Portugal towards Brazil) and their social and economical characteristics, as well as the ways allowing these migratory movements. The Portuguese district of Viseu also witnessed the transformation of these parameters of the citizens who are authorized to emigrate. In this paper we present in a grounded and detailed manner, the main characteristics of the local community travelling to Brazil, trying to establish generic typologies.

TERESA CIRNE

Emigration to Brazil. Families of Vila Nova de Gaia in the 19th century

This work is based on the detailed study of the legal migratory movement between 1834 and 1900, relatively to the municipality of Vila Nova de Gaia. We did not intend to achieve the total number of passport bearers that embarked at Douro port, but instead, we studied the group of individuals living or coming from that municipality who got their passports in the Civil Government of the Port, independently of the port of departure. We had for purpose of contextualizing the migratory movement of the municipality of Gaia in the national panorama and to understand the diverse architectonic, economic, political and social manifestations produced by the Brazilians from Gaia in that geographic space.

ANDRÉA TELO DA CORTE

Contribution for the study of the immigration subsidized for Brazil

This paper intends to establish a comparison between a group of immigrants travelling in a regular ship and a group hired specifically for such end. The analysis will include the information detailed in Cepese's project for the internet portal: name, hometown, marital status, profession, escorts, destination in Brazil, age, gender and alphabetization level.

ADELINA PILOTO / ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS

The emigration from Vila do Conde to Brazil (1860-1875)

The valuable and immense documental set of the Historical Municipal Archive of Vila do Conde integrates in the fund of the Council Administration 27 books of Terms of Responsibility and Bail, from 1865 to 1912. In the impossibility to present the migratory flux in a global perspective, we opted to analyze in detail the migratory movement during one particular decade (1865-1875), in the thirty parishes who compose the municipality of Vila do Conde. The study carried out allowed us to get an informative variety of the emigrant, such as: name, age, date of embark, name of the bailer, destination, the person they went recommended to, and even, in some cases, who assumed the payment of the trip, the relations of the people involved and other personal details.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

The emigration to Brazil and the escape to the military recruitment – a question in debate in the second half of the 19th century

Among the several problems that characterize the Portuguese Liberal Regime in the second half of the 19th century, the emigration to Brazil assumes a particular relevance. The lack of workforce in farms of the Northern region of Portugal as well as the lack of men enlisted in the army contributed to the most interesting debates by members of Parliament and by the press. Trying to understand the increasing of the emigration movement towards Brazil, the explanations tend to consider recruitment made by the army as the first and unique cause. With this paper, we will try to understand the problem as a whole, bearing in mind that the need of men in the army is not the only fact that explains this phenomenon.

MARIA XAVIER VILLAS BÔAS / BEATRIZ PADILLA

Rumo ao Sul: emigrantes portugueses no Sul do Brasil

The purpose of this paper is to give visibility to Portuguese migrants in the south region of Brazil. We reveal their main reasons to depart, the choices of destination, specific insertions and trajectories, as well as a more intimate side of migration, analysed through the expression of feelings such as belonging and distinction, typical of the migrant circumstance. The authors, based on their field research, propose three different profiles of this migrant for the period (from the second half of the XX century to the present time).

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA**Monuments to immigration: the headquarters of the Portuguese associations in Rio de Janeiro in the beginning of the 20th century**

The studies on the residence and work places of the Portuguese immigrants in Rio de Janeiro indicate their mark in the urban space, associated with specific neighborhoods. Those studies make possible to perceive the territorial expansion of the group in synchronicity with its social mobility. The present text analyses a set of headquarters of beneficent, mutual, cultural and political Portuguese associations at the beginning of the 20th century. The localization of these institutions in noble spaces of the city, as well as their cared architectonic configurations and monumental architecture are strategies of this national group to reach greater visibility in Rio de Janeiro society.

MIGUEL MONTEIRO / MARIA BEATRIZ DA ROCHA-TRINDADE**Memories of the Museum of the Emigration: communities and Portuguese-descendants in a webmuseum**

Today the economic, social and cultural history associated to the migrations, constitutes one of the widest forms of knowledge of the human being. The amplitude, richness and particularities of the phenomenon, as a consequence of the quantitative dimension of the human movements but also the qualitative dimension that it is visible in the biographies, as well as in the particular history with a local and regional character, constitutes one of the main central points of the scientific curiosity of our days, in which the greatest expressions of the human life experience are present. Nowadays, museums, science and the new technologies allow new approaches to the migration phenomenon, extending the articulation between methods and procedures. It is possible to use the new technologies in order to work on a great volume of information and namely the technologies in the communication field, such as the web, giving sense to the web perspective (*webmuseum*) in the Emigration Museum: Communities and Portuguese-Descendants.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA**The Brazilian in the Portuguese music theatre – two paradigmatic operettas**

This study analyses two operettas composed in Porto that achieved an undeniable popular success – the *Brasileiro Pancrácio* (1893) and *The Poveiros* (1921) – whose protagonists represent two kinds of returning *Brazilians*, with the inevitable similarities but distinctive characters. The first one insists on the stereotype of the Portuguese literature from the eighteenth century: humble, poorly educated but honest, returning rich, at his midlife, after a long period of emigration, investing his money in his homeland, thus being rewarded with several honorific titles. The second character represents a different kind of return: coming back at a young age for patriotic reasons, refusing Brazilian citizenship demanded by law, preferring repatriation with no money but preserving his honor, he assumes the character of a national hero, placing his pride in being Portuguese ahead of any material ambition. Two different but simultaneously identical characters: both idolized at their comeback, one because represents the possibility of investment and progress, the other because, in a time of national crisis, represents the hope in the regeneration of the country, despite its depression.

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

The presence of “brazilians” in the Sanctuary of Nossa Senhora do Porto de Ave (18th to 20th centuries)

The brotherhood of Nossa Senhora do Porto de Ave (Taíde, municipality of Póvoa de Lanhoso) preserves signs that testify the presence of Portuguese emigrants in Brazil since the 18th century, date of its foundation, to the 20th century. Founded in 1732, the brotherhood had since its beginning relied in the devotion and help of the “Brazilians”, who were, in some occasions, essential for the prosecution of their works and the enlargement of the Sanctuary. The sending of donation, the “payment of promises”, the financial participation for the improvement of the temple and its quarters, and the invocation of the grace received by the “ex votos”, made the presence of these emigrants visible and showed a popular religiosity that incited the contribution of the benefactors.

FRANCISCO KNOPFLI

Portuguese communities in Brazil at the present time

In a few years, the Portuguese in Brazil will be reduced to an insignificant number. This comes from the fact that the most part of the Portuguese emigrants already have an advanced age and to the absence of regular waves of emigration during the last decades. This problem should not harm the presence of the Portuguese in that country, and the answer can be found in the effective lusophony to which the spirit of CPLP (the Community of the Portuguese-speaking Countries) must not to be a stranger.

FERNANDO DE SOUSA / TERESA CIRNE

Portuguese of the North of Portugal travelling to Brazil (1805-1832)

In a previous work, under the title *Royal Oporto Wine Company and the issuing of passports to Brazil*, we had the chance to refer the Portuguese the North of Portugal who, between 1805 and 1832, left for Brazil, until 1822 as “passengers”, in the picture of the colonial empire, and, from then on as emigrants. With this work, we now present the names of these Portuguese, who due to the most varied reasons traveled to Brazil, most of them because they already had their families living in that territory, but also because they were quite poor and they did not have means of subsistence in Portugal, especially after the French invasions (1807-1811).

**CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES
DO CEPESE**

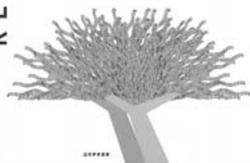
REVISTA POPULAÇÃO E SOCIEDADE



10 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
OS ARZEVOS DA VINHA E DO
VINHO NO DOURO

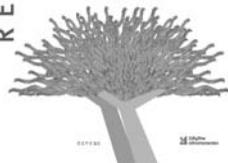


CEPESE

11 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE
SEMINÁRIO DA DESROSCUTIZAÇÃO
NO MUNDO GLOBAL



CEPESE

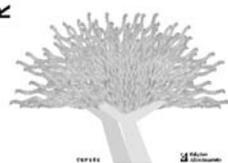
CEPESE

12 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

ESTÍMOS E DELÍRIOS DA HUMANIDADE
A TURCO PRESENTE



CEPESE

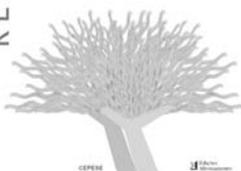
CEPESE

13 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

III ENCONTRO RELAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA
O Vitor do Douro no Âmbito das Regiões Europeias
(Zamora, os 11 de Outubro de 2002)



CEPESE

CEPESE

LIVROS DE ACTAS



**Relações
Portugal-Espanha
Cooperação
e Identidade
I Encontro
Internacional**

CEPESE
FRAH
2000



**Relações
Portugal-Espanha
Uma História
paralela, um destino
comum?
II Encontro
Internacional**

CEPESE
FRAH
2000



**Relações
Portugal-Espanha
O Vale do Douro
no Âmbito das
Regiões Europeias**

CEPESE
2006



**O Património
Histórico-Cultural
da região
de Bragança-Zamora**

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



**Os Arquivos do Vinho
em Gaia e Porto**

CEPESE
2000



**Os Arquivos da Vinha e do
Vinho no Douro**

CEPESE
Edições Afrontamento
2003



**O Vinho do Porto em
Gaia & Companhia**

CEPESE
Edições Afrontamento
2005

COLEÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE



A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)

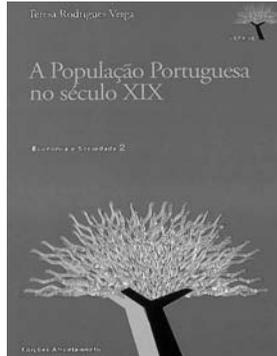
CEPESE
Ed. COSMOS
2001

Preços:

Instituições € 16,76

Individuais € 16,76

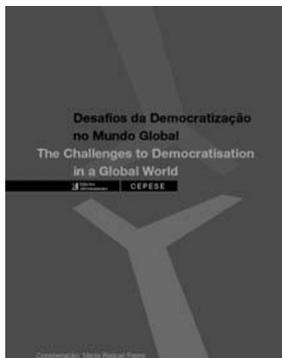
Estudantes € 16,76



A População Portuguesa no Século XIX

CEPESE
Edições Afrontamento
2004

PUBLICAÇÕES AUTÓNOMAS



Desafios da Democratização no Mundo Global

CEPESE
Edições Afrontamento
2004



Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo

CEPESE
Edições Afrontamento
2005

PUBLICAÇÕES AUTÓNOMAS (continuação)



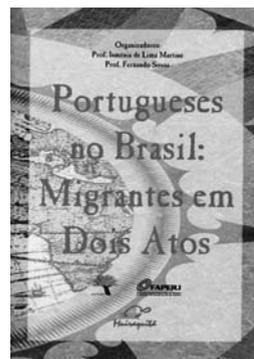
Dicionário de Relações Internacionais

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



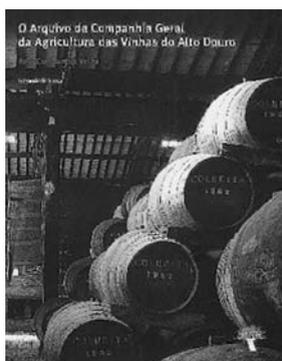
História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes

CEPESE
Edições Afrontamento
2006



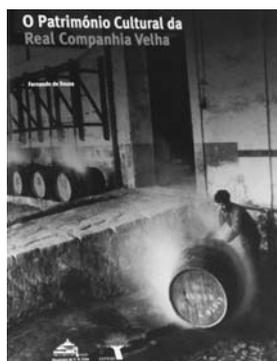
Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos

CEPESE
FAPER
2006



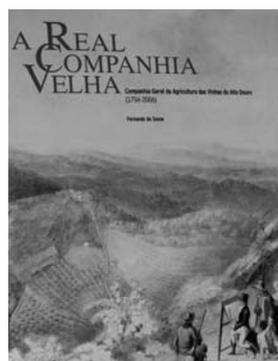
O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – Real Companhia Velha

CEPESE
2003



O Património Cultural da Real Companhia Velha

CEPESE
2004



A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)

CEPESE
2006

ÍNDICE

INTRODUÇÃO – A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL	5
<i>Fernanda de Sousa</i>	

ARTIGOS

A EXPANSÃO EUROPEIA OITOCENTISTA: EMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	9
<i>José Jobson de Andrade Arruda</i>	
A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL E A GEO-ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO EURO-AMERICANO	41
<i>Miriam Halpern Pereira</i>	
A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO DISCURSO PARLAMENTAR OITOCENTISTA	51
<i>Fernanda Paula Sousa Maia</i>	
RELAÇÕES E REGISTROS SOBRE A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO. UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES	69
<i>Ismênia de Lima Martins</i>	
TRAÇOS DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO ACERVO DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	89
<i>Beatriz Kushnir</i>	
A PRESENÇA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS CENSOS DE 1872, 1890, 1906 E 1920: DOS NÚMEROS ÀS TRAJETÓRIAS DE VIDA	103
<i>Lená Medeiros de Menezes</i>	
O IMIGRANTE E A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO ACERVO DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (1890-1930)	121
<i>Gladys Sabina Ribeiro</i>	
IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E CONFLITO URBANO: PORTUGUESES DETIDOS NA CASA DE DETENÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1880-1930)	143
<i>Charleston José de Sousa Assis / Leila Menezes Duarte</i>	
TRAÇOS DA COMUNIDADE PORTUGUESA EM PELOTAS	171
<i>Jorge Carvalho Arroiteia / Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss</i>	
PELOS LOGRADOUROS CARIOCAS: UMA PERSPECTIVA DA IMIGRAÇÃO GALEGA NO RIO DE JANEIRO	193
<i>Érica Sarmiento da Silva</i>	
A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL ATRAVÉS DOS LIVROS DE REGISTO DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DO PORTO (1880-1890)	209
<i>Maria José Ferraria / Paulo Amorim</i>	
A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DO PORTO PARA O BRASIL NO INÍCIO DE 1974	221
<i>Joaquim Loureiro dos Santos</i>	
A EMIGRAÇÃO DE ELITES DO NOROESTE DE PORTUGAL NO SÉCULO XIX	237
<i>Henrique Rodrigues</i>	

A EMIGRAÇÃO DO NORDESTE TRANSMONTANO PARA O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX	257
<i>Maria da Graça Lopes Fernandes Martins</i>	
FONTES PARA O ESTUDO DA PRESENÇA PORTUGUESA EM SANTOS	283
<i>Maria Aparecida Franco Pereira / Maria Suzel Gil Frutuoso</i>	
IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO	291
<i>Maria Izilda Santos de Matos</i>	
CARTAS DE CHAMADA: A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO CONCELHO DE SERNANCELHE (1900-1920)	305
<i>Brasilina Assunção Pereira da Silva</i>	
IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO (A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL) NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX	311
<i>Zeila de Brito Fabri Demartini</i>	
A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VISEU PARA O BRASIL ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS (1918-1940)	319
<i>Paula Marques dos Santos / Jenifer Ferreira</i>	
A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL. FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE GAIA (1834-1900)	337
<i>Teresa Cirne</i>	
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO SUBSIDIADA PARA O BRASIL	359
<i>Andréa Telo da Corte</i>	
A EMIGRAÇÃO DE VILA DO CONDE PARA O BRASIL (1865-1875)	371
<i>Maria Adelina Azevedo Piloto / António Monteiro dos Santos</i>	
A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL E A FUGA AO RECRUTAMENTO MILITAR – UMA QUESTÃO EM DEBATE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	385
<i>Isilda Braga da Costa Monteiro</i>	
RUMO AO SUL: EMIGRANTES PORTUGUESES NO SUL DO BRASIL	401
<i>Maria Xavier Villas Bôas / Beatriz Padilla</i>	
MONUMENTOS À IMIGRAÇÃO: AS SEDES DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO, EM INÍCIOS DO SÉC. XX	417
<i>Vitor Manoel Marques da Fonseca</i>	
EMIGRAÇÃO E RETORNO: IMAGENS CRUZADAS NUM WEBMUSEU E O PAPEL DA TECNOCIÊNCIA NO CASO DE www.museu-emigrantes.org	437
<i>Miguel Monteiro / Maria Beatriz da Rocha-Trindade</i>	
O BRASILEIRO NO TEATRO MUSICADO PORTUGUÊS – DUAS OPERETAS PARADIGMÁTICAS	449
<i>Maria da Conceição Meireles Pereira</i>	
A PRESENÇA DE BRASILEIROS NO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE PORTO DE AVE (SÉCULOS XVIII A XX)	467
<i>Maria Marta Lobo de Araújo</i>	
AS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL NO PRESENTE	481
<i>Francisco Knopfli</i>	

FONTES PARA A HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO DE PORTUGAL PARA O BRASIL	487
PORTUGUESES DO NORTE DE PORTUGAL COM DESTINO AO BRASIL (1805-1832)	489
<i>Fernando de Sousa / Teresa Cirne</i>	
CONCLUSÕES	557
SOBRE OS AUTORES	561
RESUMOS / ABSTRACTS	573
CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPES	595

COLABORARAM NESTA PUBLICAÇÃO

ANDRÉA TELO DA CORTE	LEILA MENEZES DUARTE
ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS	LENÁ DE MENEZES
BEATRIZ KUSHNIR	MARIA ADELINA PILOTO
BEATRIZ PADILLA	MARIA APARECIDA PEREIRA
BRASILINA PEREIRA DA SILVA	MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE
CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA	MARIA DA GRAÇA MARTINS
CHARLESTON DE SOUSA ASSIS	MARIA IZILDA MATOS
ÉRICA SARMIENTO DA SILVA	MARIA JOSÉ FERRARIA
FERNANDA PAULA MAIA	MARIA SUZEL FRUTUOSO
FERNANDO DE SOUSA	MARIA XAVIER VILLAS BÔAS
FRANCISCO KNOPFLI	MARTA LOBO DE ARAÚJO
GLADYS RIBEIRO	MIGUEL MONTEIRO
HENRIQUE RODRIGUES	MIRIAM HALPERN PEREIRA
ISILDA MONTEIRO	PAULA SANTOS
ISMÊNIA MARTINS	PAULO AMORIM
JENIFER FERREIRA	REGINA BRITTO FISS
JOAQUIM LOUREIRO DOS SANTOS	TERESA CIRNE
JORGE ARROTEIA	VITOR FONSECA
JOSÉ JOBSON ARRUDA	ZEILA DEMARTINI

CO-ORGANIZAÇÃO:

GOVERNO CIVIL - DISTRITO DO PORTO



UNIVERSIDADES LUSIADA PORTO

PATROCÍNIOS:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Programa FACC
FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA



Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



BANCO ESPÍRITO SANTO



GRICES Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



APOIOS:

Câmara Municipal de **Guimarães**



FUNDAÇÃO ENG. ANTONIO DE ALMIDA



Jornal Notícias